

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras



**O MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS
DOS FINAIS DA I REPÚBLICA
À INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SINDICATOS NACIONAIS.
O CASO ALGARVIO**

João Manuel Duarte Vasconcelos

Orientador: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na
especialidade de História Contemporânea

2025

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras



**O MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS
DOS FINAIS DA I REPÚBLICA
À INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SINDICATOS NACIONAIS.
O CASO ALGARVIO**

João Manuel Duarte Vasconcelos

Orientador: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na
especialidade de História Contemporânea

Júri:

Presidente: Doutor **José Manuel Damião Soares Rodrigues**, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutor **Luís Manuel do Carmo Farinha**, Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1.º Arguente);

Doutora **Teresa Maria e Sousa Nunes**, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2.ª Arguente);

Doutor **Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães**, Professor Auxiliar com Agregação da Universidade de Évora (Vogal);

Doutor **Manuel Pimenta Morgado Baião**, Investigador Integrado do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS) (Vogal);

Doutor **Sérgio Carneiro Campos Matos**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal);

Doutor **António Adriano de Ascensão Pires Ventura**, Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Orientador).

João Manuel Duarte Vasconcelos

**O MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS
DOS FINAIS DA I REPÚBLICA
À INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SINDICATOS NACIONAIS.
O CASO ALGARVIO**

Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras

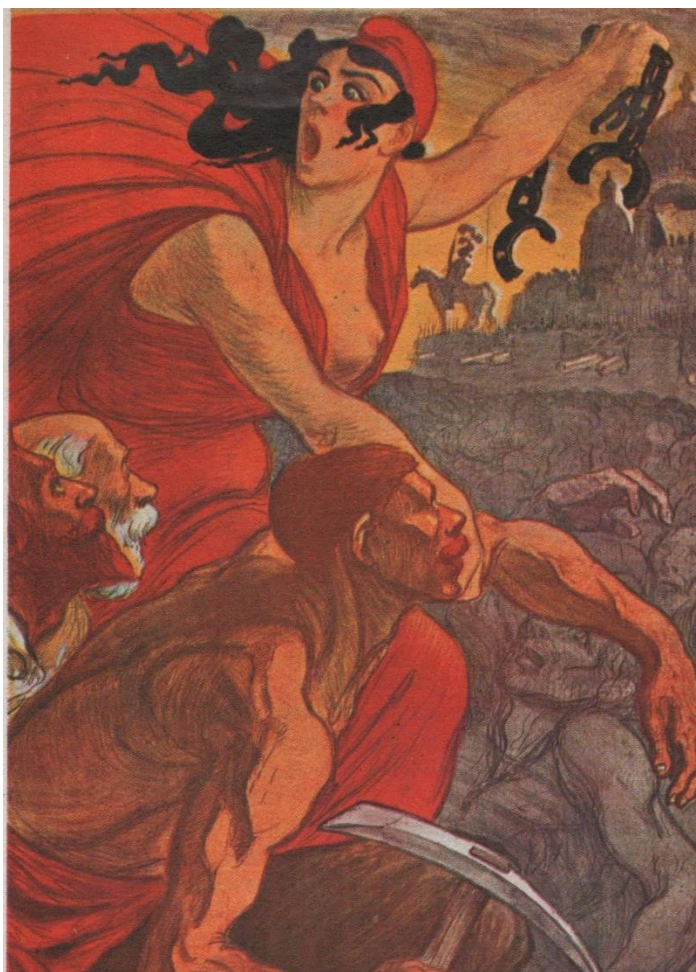
Lisboa

2025

**Os forçados da terra quebram as suas correntes
e lançam-se ao assalto dos bastiões
da riqueza, do poder e do militarismo.**

Tipo de desenho que se tornou frequente
em França no fim do século XIX.

O autor do desenho foi o anarcocomunista Steinlen.



In David Caute, *O Progressismo na Europa desde 1789*, Porto,
Editorial Inova, 1968, p. 230.

Agradecimentos

Nesta nota prévia queremos formular alguns agradecimentos a quem, de uma forma ou de outra, contribuíram e foram fundamentais para que fosse possível a concretização deste estudo. Desde a sua conceção, passando pela fase de investigação e consulta de fontes e bibliografia, até à sua elaboração e apresentação como produto final, um trabalho, independentemente das suas maiores ou menores complexidades e características intrínsecas, reflete os conselhos, os estímulos, as vivências, com quem o seu autor interagiu.

O primeiro agradecimento dirige-se ao Professor Doutor António Ventura, nosso orientador de Tese de Doutoramento que, ao longo de todo o tempo, nos foi dando estímulos e sugestões, indicando elementos bibliográficos e permitindo a clarificação de ideias. São de relevar a sua pronta disponibilidade, os seus argumentos críticos e as suas notas de correção, o que foram cruciais para a prossecução dos objetivos delineados.

Outros agradecimentos destinam-se às funcionárias, funcionários e demais colaboradores de várias instituições que connosco privaram na disponibilização de materiais e outras ajudas no âmbito da investigação e elaboração do trabalho. Em particular, merecem destaque as funcionárias, funcionários e colaboradores da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Instituto de Ciências Sociais (em especial a Dr.^a Goretti Matias), Fundação Mário Soares, Arquivo Histórico-Militar, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Centro de Documentação 25 de Abril (especialmente a Dr.^a Natércia Coimbra), Arquivo Distrital de Faro, Arquivo Distrital de Leiria, Arquivo Municipal de Silves e Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Museu de Portimão.

Também desejamos manifestar mais alguns agradecimentos a Margarida Tengarrinha, já falecida, José Marques, também já falecido, Hermínio de Freitas Nunes e a António José Moleiro, pelos diversos ensinamentos e contributos, os quais ajudaram a enriquecer o nosso trabalho. Agradecimentos extensivos a alguns colegas e amigos de profissão e de luta, que sempre nos incentivaram a prosseguir com o projeto e a concluí-lo, nomeadamente, José Lapa Ramos e José Conrado Dias, a título póstumo, Maria João Raminhos Duarte, Helder Correia, Isabel Granadeiro e Vítor Ruivo.

Finalmente, endereçamos agradecimentos à família mais direta – Edite, Fábio, Pedro, Inês e Guilherme (esposa, filhos e neto) – pela compreensão manifestada, sabendo-se que se viram privados do nosso apoio e atenção mais forte e constante ao longo do trabalho.

O MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS DOS FINAIS DA I REPÚBLICA À INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SINDICATOS NACIONAIS. O CASO ALGARVIO

RESUMO

O Movimento Operário Português nos últimos anos da I República, antes dominado por forças afetas ao Partido Socialista Português e pelos anarcossindicalistas da Confederação Geral do Trabalho, começa a ser disputado e influenciado pelo emergente Partido Comunista Português e pelos Partidário da Internacional Sindical Vermelha. Esta conflitualidade interna que conduziu, inclusive, a uma grande cisão do movimento sindical, aliada à crise social e à repressão governamental, foram fatores determinantes para o seu enfraquecimento.

O movimento operário revelou-se assim, impotente, para fazer frente e impedir o estabelecimento da Ditadura Militar em 28 de maio de 1926. Durante este período, onde se assiste à formação da Comissão Intersindical comunista em 1930, as guerrilhas inter-operárias recrudescem de intensidade, particularmente entre a CGT e a CIS. As derrotas operárias sucederam-se, mas o sindicalismo livre continuava a persistir.

Com a formação do “Estado Novo”, em 1933, Oliveira Salazar, depois da derrota do “revirinho” republicano, vai ajustar contas com o movimento operário e sindical. O Estatuto do Trabalho Nacional visava impedir a continuação dos sindicatos livres e a sua substituição pelos Sindicatos Nacionais. O movimento operário vai responder com a constituição de uma frente única operária, envolvendo anarcossindicalistas, comunistas e socialistas, e vão levar a efeito uma greve geral revolucionária em 18 de janeiro de 1934, cujo expoente máximo foi a tomada do poder, durante algumas horas, da vila vidreira da Marinha Grande.

Com a derrota do 18 de janeiro, a repressão salazarista foi violenta, tendo muitos dirigentes sindicalistas ido parar a inúmeros presídios e ao Campo de Concentração do Tarrafal, aqui perecendo Bento Gonçalves, Secretário-Geral do PCP e Mário Castelhamo, Secretário-Geral da CGT. O 18 de janeiro, além de ter representado o fim do sindicalismo livre no país, constitui igualmente ao fim do domínio do movimento operário pelos anarcossindicalistas e ao início da hegemonia no seu seio pelo Partido Comunista Português, através do “entrismo” nos Sindicatos Nacionais.

O movimento operário no Algarve também vai refletir as vicissitudes vividas pelo movimento operário a nível nacional: as lutas contra a Ditadura Militar e o Salazarismo, as querelas internas, a crise social e a repressão sofridas. A Conferência Intersindical do Algarve, realizada em 1925, foi um marco importante da organização operária e sindical regional. A cidade corticeira de Silves, que por pouco não se transformou numa segunda Marinha Grande no dia 18 de janeiro de 1934, constituiu o expoente máximo das lutas e afirmação do movimento operário na região.

Durante o período estudado, foram diversos os dirigentes operários e sindicais do Algarve que se envolveram na organização e nas lutas na região, com destaque para os anarcossindicalistas José dos Reis Sequeira, José Correia Pires, Manuel Pessanha, Domingos Passarinho, Virgílio Pires Barrosos, César Augusto da Silva, Manuel António Bôto (este, posteriormente, aderente das ideias comunistas e que participou na Guerra Civil de Espanha), e os comunistas José Gonçalves Victor, António Estrela, António Calvário Júnior e José Vitoriano. Também são de assinalar, com ligações ao movimento operário no Algarve o professor libertário José Negrão Buízel e o libertário/republicano António Neves Anacleto.

PALAVRAS-CHAVE: Anarcossindicalismo; Comissão Intersindical; Confederação Geral do Trabalho; Estado Novo; Estatuto do Trabalho Nacional; Greve Geral Revolucionária; 18 de janeiro de 1934; Movimento Operário; Partido Comunista Português; Partido Socialista Português; Sindicalismo Revolucionário; Salazarismo; Sindicatos Nacionais; Tarrafal.

ABSTRACT

In the last years of the First Republic in Portugal (1910-1926), the labor movement experienced a lot of turmoil and internal conflict. Initially, socialists and anarcho-syndicalists, especially through the General Confederation of Labor, were in control. But then, the Portuguese Communist Party and the Red International of Labor Unions began to gain influence. This caused a split within the movement, weakening it.

Additionally, social issues and government repression made it hard for the labor movement to resist the Military Dictatorship established on May 28, 1926. In 1930, the communist Inter-Union Commission (CIS) was formed, which increased the rivalry with the CGT (General Confederation of Labor). This led to several losses for the workers.

Despite these problems, free syndicalism continued until 1933 when the Estado Novo, led by Oliveira Salazar, was established. Salazar introduced the National Labor Statute, aiming to replace free unions with National Unions controlled by the regime. In response, anarcho-syndicalists, communists, and socialists united for a revolutionary general strike on January 18, 1934. Strikers temporarily took control of the glassmaking town of Marinha Grande, but were harshly repressed by Salazar's regime.

Many union leaders were imprisoned or sent to the Tarrafal Concentration Camp, where notable figures like Bento Gonçalves and Mário Castelhana died. This repression marked the end of free syndicalism in Portugal and the beginning of the Portuguese Communist Party's dominance in the labor movement, as they started infiltrating the National Unions.

In the Algarve, the situation mirrored the national scene with struggles against the Military Dictatorship and Salazarism, internal conflicts, and repression. The Inter-Union Conference of the Algarve in 1925 was a significant event, and the cork city of Silves almost became another Marinha Grande during the events of January 1934.

Several labor and union leaders from the Algarve stood out during this period, including anarcho-syndicalists José dos Reis Sequeira, José Correia Pires, Manuel Pessanha, Domingos Passarinho, Virgílio Pires Barrosos, César Augusto da Silva, and Manuel António Bôto (who later became a communist and fought in the Spanish Civil War). Notable communists included José Gonçalves Victor, António Estrela, António Calvário Júnior, and José Vitoriano. Also noteworthy were the libertarian teacher José Negrão Buízel and the libertarian/republican António Neves Anacleto.

KEYWORDS: Anarcho-syndicalism; Inter-union Commission; General Confederation of Labor; New state; National Labor Statute; Revolutionary General Strike; January 18, 1934; Labor movement; Portuguese Communist Party; Portuguese Socialist Party; Revolutionary Syndicalism; Salazarism; National Unions; Tarrafal.

ÍNDICE

Abreviaturas e siglas	11
Introdução	14
 PRIMEIRA PARTE: A MARCHA TRIUNFAL DOS GENERAIS PARA O CAPITÓLIO E A IMPOTÊNCIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO	 28
<i>Capítulo I – O Movimento Operário e a Ditadura Militar</i>	<i>29</i>
1. A marcha sobre Lisboa e o colapso da República	30
2. O estado das organizações operárias	45
2. 1. O movimento anarcossindicalista	45
2. 2. A organização comunista	55
2. 3. O Partido Socialista Português	69
 SEGUNDA PARTE: MUNDIVIVÊNCIAS E DISPUTAS NO SEIO DO MOVIMENTO OPERÁRIO	 78
<i>Capítulo II – A Repressão e os Caminhos e Descaminhos do Movimento Operário</i>	<i>79</i>
1. O movimento «reviralhista» e a atitude do operariado	79
1. 1. Os «putch» do «revirvalho»	79
1. 2. Os comunistas face ao «reviralhismo»	85
1. 3. Anarquistas e socialistas perante o «revirvalho»	92
2. A repressão e a «guerrilha» inter-operária	97
3. As forças operárias face ao ETN	108
 <i>Capítulo III – As Principais Atividades Industriais na Região Algarvia</i>	 <i>117</i>
1. A evolução dos trabalhadores industriais na região	117
2. A atividade corticeira	122
2.1. Evolução da indústria corticeira no país	122

2.2. A cidade corticeira de Silves	130
2.3. A cortiça noutras terras do Algarve	135
3. As conservas de peixe	137
3.1.O seu nascimento e o volume das exportações	137
3.2. As fábricas e o operariado conserveiro algarvio	141
3.2.1. Vila Real de Santo António	141
3.2.2. Olhão	142
3.2.3. Portimão	144
3.2.4. Lagos	146
3.2.5. Outros centros conserveiros	148
3.3.Salazar e as suas notas sobre as conservas de peixe	149

TERCEIRA PARTE: DAS GRANDES CRISES À CONQUISTA

DO CÉU	153

Capítulo IV – O Movimento Operário no Algarve e a Crise de

<i>1923/26</i>	<i>154</i>

1. A crise de 1923/26 e a resposta do sindicalismo operário	155
2. A crise social e a atitude do operariado no Algarve	169
3. Silves – centro proletário por excelência	194
4. A Conferência Intersindical do Algarve	205
5. Da revolta de fevereiro de 1927 às bombas de Moncarapacho	219

Capítulo V – A Grande Crise Económica e Social, o “Estado Novo”

<i>e a Revolta Operária no Algarve</i>	<i>231</i>

1. Reivindicações e movimentações operárias no início dos anos 30 ...	232
1.1. A conjuntura dos anos 30	232
1.2. Agitação e movimentações operárias no auge da grande crise	237
2. A visita de Óscar Carmona ao Algarve	255
3. O ETN e a preparação da “Greve Geral Revolucionária”	264
4. O 18 de Janeiro de 1934 no Algarve	289
4. 1. As ações em Silves e em Portimão	289

5. As consequências do 18 de Janeiro	303
5. 1. A repressão salazarista	303
5. 2. O fim do sindicalismo livre e o rumo do movimento operário	337
Conclusão	371
Fontes e Bibliografia	388
Apêndice Documental	434
Anexo I – Cartas de Prefeito de Carvalho à CGT.....	435
Anexo II – O PCP propõe a Frente Única do Proletariado em 1923	437
Anexo III – O PCP contra a Ditadura das Direitas, em 1924	438
Anexo IV – <i>A Batalha</i> mobiliza contra o golpe de 18 de abril de 1925	439
Anexo V – Carta Aberta ao Partido Republicano Português	440
Anexo VI – A luta da CGT contra as deportações pela República	441
Anexo VII – O I Congresso Confederal (IV Congresso Nacional Operário) ...	442
Anexo VIII – O PCP apela ao voto nos candidatos proletários	443
Anexo IX – Programa Eleitoral do Partido Comunista Português em 1925	444
Anexo X – A Câmara Sindical do Trabalho contra a ditadura militar	445
Anexo XI – A CGT contra o divisionismo sindical	446
Anexo XII – A neutralidade da CGT perante o golpe do 28 de maio de 1926...	447
Anexo XIII – José Santos Arranha e o irmão franquista	448
Anexo XIV – As ilusões da CGT no General Gomes da Costa	449
Anexo XV – A proclamação tardia de greve geral por parte da CGT	450
Anexo XVI – Circular da Comissão Intersindical	451
Anexo XVII – Circular da Comissão Interfederal contra a CIS	452
Anexo XVIII – A CIS e a Oposição Sindical Revolucionária	453
Anexo XIX – A CIS declara greve de 24 horas contra a fome	454
Anexo XX – A CIS contra o «decreto burla» dos 2%	455
Anexo XXI – Ofício da CGT aos organismos sindicais	456
Anexo XXII – Circular da CIS à CGT sobre o ETN e os SN	457
Anexo XXIII – Os «safanões dados a tempo» por Salazar	458

Anexo XXIV – Na Prisão da Trafaria, 1934.....	459
Anexo XXV – Boletem Inter-Prisional do Aljube, em 1934.....	460
Anexo XXVI – Boletim Inter-Prisional, em 1934.....	461
Anexo XXVII – Presos do 18 de janeiro a caminho da prisão.....	462
Anexo XXVIII – Presos da «Greve Geral Revolucionária» de 18 de janeiro...	463
Anexo XXIX – Militantes do 18 de janeiro presos na Fortaleza de Peniche.....	464
Anexo XXX – Presos do Grupo da Organização Libertária do Tarrafal.....	465
Anexo XXXI – Carta da CGT a Silves.....	466
Anexo XXXII – Carta de Francisco Batista Neves à CGT.....	467
Anexo XXXIII – Apelo da CIS para uma única Central Sindical Operária.....	468
Anexo XXXIV – Acordo de Paris entre a CGT e a CIS, em 1938.....	469
Anexo XXXV – Corticeiros da fábrica Avern, Sons & Barris, Silves, 1942....	470
Anexo XXXVI – Carta da CGT a Manuel António Boto	471
Anexo XXXVII – A Poterna, Fortaleza de S. João Batista, Terceira, Açores...	472
Anexo XXXVIII – Campo de Concentração do Tarrafal.....	473
Anexo XXXIX – A Frigideira, Campo do Tarrafal, Cabo Verde.....	474
Anexo XL – Relação dos militantes do Algarve envolvidos no 18 de janeiro...	475

ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA – Ação Anticlerical Antifascista

AC – Associações de Classe

ACIM – Associação Comercial e Industrial de Matosinhos

AEDPHCCS – Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves

AEV – Ação Escolar Vanguarda

AGMI – Arquivo Geral do Ministério do Interior

AIP – Associação Industrial Portuguesa

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ARS – Aliança Republicano-Socialista

CC – Comité Central

CCE – Comissão Central Executiva

CEDA – Confederación Española de las Derechas Autonomas

CEIC – Comité Executivo da Internacional Comunista

CIS – Comissão Intersindical

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CNT – Confederação Nacional dos Trabalhadores

CNUA – Conselho Nacional de Unidade Antifascista

COMSIND – Comissão Sindical

COSA – Comité das Organizações Sindicais Autónomas

CPCS – Consórcio Português de Conservas de Sardinha

CUF – Companhia União Fabril

GAC – Grupos Antifascistas de Combate

GAPS – Grupo Autónomo do Partido Socialista

DGS – Direção Geral de Segurança

DORT – Direção da Organização Regional de Trás-os-Montes

ETN – Estatuto do Trabalho Nacional

FAI – Federação Anarquista Ibérica

FAO – Federação das Associações Operárias
FAPE – Federação Anarquista dos Portugueses Exilados
FARP – Federação Anarquista da Região Portuguesa
FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas
FIJL – Federação Ibérica das Juventudes Libertárias
FJS – Federação das Juventudes Sindicalistas
GCA – Grupo dos Comunistas Afastados
GNR – Guarda Nacional Republicana
IC – Internacional Comunista
IJC – Internacional da Juventude Comunista
ISV – Internacional Sindical Vermelha
IOS – Internacional Operária Socialista
JLRP – Juventudes Libertárias da Região Portuguesa
JS – Juventudes Sindicalistas
LDR – Liga de Defesa da República
LP – Liga de Paris
NSR – Núcleos Sindicalistas Revolucionários
MUD – Movimento de Unidade Democrática
MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista
OCPT – Organização Comunista Prisional do Tarrafal
OLP – Organização Libertária Prisional
ORA – Organização Revolucionária da Armada
ORE – Organização Revolucionária do Exército
ORS – Organização Revolucionária de Sargentos
PCP – Partido Comunista Português
PIDE – Polícia Internacional e Defesa do Estado
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
PRP – Partido Republicano Português
PSP – Partido Socialista Português
SIM – Serviço de Informações Militares
SN – Sindicatos Nacionais

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

SVI – Socorro Vermelho Internacional

UAP – União Anarquista Portuguesa

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UIE – União dos Interesses Económicos

UIPS – União Internacional dos Partidos Socialistas

USI – Unione Sindicale Italiana

UON – União Operária Nacional

URSA – União Regional de Sindicatos do Algarve

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USO – União de Sindicatos Operários

TME – Tribunal Militar Especial

Introdução

«(...). O confuso rumor daquela gentiaga apagou-se num longo suspiro, enquanto o Maheu abafava os protestos do Rasseneur. O Estêvão continuava em voz vibrante:

- Camaradas, uma vez que não nos deixam falar, uma vez que açulam os gendarmes, como se fôssemos bandoleiros, é aqui que nos devemos entender. Aqui estamos livres, estamos em nossa casa, ninguém nos virá fazer calar, porque também se não faz calar os pássaros e os animais!

Respondeu-lhe um trovão de gritos e de exclamações:

- Sim, a floresta é nossa, podemos conversa. ... Fala!

Então, o Estêvão fixou-se um momento imóvel sobre o tronco da árvore. (...). A situação agravava-se, pois, de dia para dia, a Companhia despedia operários e ameaçava ir arranjar outros à Bélgica; além disso intimava os frouxos, decidira um certo número de mineiros a voltarem para o trabalho. (...). E de repente, concluiu, sem elevar o tom:

- É nestas circunstâncias, camaradas, que vós deveis tomar uma decisão esta noite. Quereis a continuação da greve? Nesse caso, que tencionais fazer para triunfar?

Caía do céu estrelado um silêncio profundo. A multidão, invisível, conservava-se muda no escuro, sob aquela palavra que lhe abafava o coração: apenas se ouvia o seu respirar desesperado, atrás das árvores.

Mas já o Estêvão prosseguia, noutra voz. Agora não era o secretário da Associação que falava; era o chefe, o apóstolo portador da verdade. (...).

- E mostrava os mineiros explorados pela Companhia, suportando sozinhos os desastres das crises, reduzidos a passarem sem comer, quando as necessidades da concorrência faziam diminuir o preço do custo. – Não! A nova tarifa de madeiramento era inaceitável, uma simples economia disfarçada, apenas queriam roubar a cada homem uma hora de trabalho por dia. Era de mais, aproximava-se o tempo em que os miseráveis, levados às últimas consequências, fariam enfim justiça.

Ficou de braços erguidos. A turba, àquela palavra de justiça, teve um longo estremecimento; e desfez-se em aplausos que reboavam com um rumor de folheto. Vozes aclamavam:

- Justiça! ... É tempo de fazer justiça! ...».

Objetivos do estudo

Com este nosso estudo pretendemos compreender e aprofundar melhor a evolução do movimento operário português durante alguns períodos conturbados da história do nosso país, nomeadamente, nos últimos anos da I República, no golpe do 28 de maio de 1926, na vigência da Ditadura Militar e nos primeiros anos de consolidação do “Estado Novo”. E estender a trajetória do movimento operário ao caso específico do Algarve. Procuramos ainda, contribuir para um melhor esclarecimento dos factos e acontecimentos, em particular no âmbito do mundo operário e sindical português, ocorridos na época referida, tentando enriquecer a nossa História Contemporânea.

Por outro lado, pretende-se igualmente colmatar uma lacuna existente sobre um dos aspetos que se verificaram no Algarve – as movimentações operárias que tiveram lugar desde os finais da I República e o advento e a afirmação do regime salazarista nos seus primeiros anos, o que certamente contribuirá para uma maior valorização da História Regional e Local.

Partindo do geral para o particular há que perceber os meandros, os interesses e as características das diversas forças operárias do movimento sindical que concorriam e se digladiavam entre si, procurando sobrepor-se umas às outras, o que as enfraqueciam face ao inimigo comum – o poder do Estado capitalista representado pelos governos republicanos que se tornaram cada vez mais agressivos contra o operariado e as suas reivindicações. As forças operárias socialistas, anarcossindicalistas e comunistas acabaram por ficar desiludidas com a República, não obstante ter havido alguns ministros socialistas em 1919 e 1920 e o PSP ter apoiado o governo “canhoto” de José Domingues dos Santos em 1924-1925, que ficou conhecido como o “Defensor do Povo”¹.

Com efeito, não duraram muito tempo as ilusões de que o novo regime iria melhorar substancialmente as condições de vida dos trabalhadores. Logo no dia 6 de dezembro de 1910 foi publicado o Decreto da Lei da Greve, batizado pelos sindicalistas como «decreto-burla»; a repressão dos conserveiros de Setúbal gerou uma onda de solidariedade em abril de 1911; novas greves em janeiro de 1912, no distrito de Évora, levou a dezenas de prisões e ao

¹ V. António José Queiróz, *José Domingues dos Santos O Defensor do Povo (1887-1958)*, Lisboa, Edição Assembleia da República, 2012. José Domingues dos Santos, cujo governo durou apenas 85 dias, defendia medidas a favor do operariado, como a expropriação das terras incultas, a assistência para quem não podia trabalhar, a participação dos operários nos lucros das empresas e condenava as deportações dos presos sem julgamento, o que teve uma grande oposição, entre outros, das entidades patronais, igreja, militares e dos setores de direita do PRP, afetos a António Maria da Silva, conhecidos como os “bonzos” (*ibidem*, pp. 128-137).

encerramento de diversas associações, tendo sido decretada uma greve geral durante três dias e cujo movimento alastrou a Lisboa, Margem Sul do Tejo e a várias regiões do Alentejo e do Ribatejo, daqui resultando a prisão de cerca de duas dezenas de trabalhadores; nos finais de janeiro de 1912 cerca de 520 pessoas tiveram de evacuar a Casa Sindical e foram conduzidas, por entre militares armados, para vários navios ancorados no Tejo e a seguir para várias prisões de Lisboa; a Casa Sindical foi de novo assaltada e durante a guerra agrava-se a repressão e as perseguições ao movimento sindical, com destaque para os governos de Afonso Costa que ficou conhecido como o «Racha-Sindicalistas»; em junho de 1917, já sob a influência e direção da União Operária Nacional, a crescente agitação social por falta de viveres e contra a carestia de vida culminou numa onda de greves e recontros com as forças da ordem, do que resultou diversos mortos e feridos – foi a chamada «Revolução da Batata»; em setembro de 1917 a greve dos trabalhadores telégrafo-postais conduz à prisão de centenas de grevistas; no ano de 1918, durante a «República Nova» de Sidónio Pais a derrota do movimento grevista de novembro conduziu a mais repressão e prisões de dirigentes sindicalistas, e nos últimos anos dos governos da República, com exceção do curto governo de José Domingues dos Santos, continuou a repressão sindical, com muitas prisões e deportações de inúmeros dirigentes operários².

Durante os 16 anos de vida da I República ocorreram outros acontecimentos que tiveram um grande impacto no movimento operário, com destaque para a realização de importantes congressos operários: a publicação do importante periódico *O Sindicalista*, em novembro de 1910; o segundo congresso sindicalista, em maio de 1911, onde foram consagrados os princípios do sindicalismo-revolucionário da Carta de Amiens; o I Congresso Nacional Operário realizado em Tomar, em maio de 1914, daqui resultando a formação da UON, o que marcou a vitória decisiva da corrente sindicalista-revolucionária sobre a dos socialistas; a publicação do diário sindicalista *A Batalha*, em fevereiro de 1919; o II Congresso Operário, em Coimbra, em setembro de 1919, onde foi constituída a Confederação Geral do Trabalho,

² Cf. António Ventura, «O Operariado e a República», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIV: «A República (III)», Alfragide, Edições Ediclube, 2004, pp. 295-322.

A greve geral decretada pela U. O. N. em 18 de novembro de 1918, contra a carestia de vida e o sidonismo assustava a burguesia, pois «a revolução soviética era a grande sombra que assustava (...) republicanos e monárquicos, os sidonistas e os camachistas, e o grande terror era que em 19 de novembro Portugal aparecesse ‘bolchevista’ ou ‘maximalista à russa’» (cf. José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal. A greve geral de novembro de 1918*, s. l., Portucalense Editora, 1971, p. 41).

sucessora da UON; a fundação do Partido Comunista Português, em março de 1921; o Congresso Operário da Covilhã, em outubro de 1922, o que representou a vitória dos anarcossindicalistas sobre os comunistas e o início da grande cisão no movimento operário; a cisão das Juventudes Sindicalistas e que originou a formação das Juventudes Comunistas, ainda em 1921; a constituição pelos comunistas dos Partidários da I. S. V. e dos Núcleos Sindicais-Revolucionários, em 1923, e a realização do I Congresso Confederal (IV Nacional), em Santarém, em setembro de 1925, o que foi ainda uma demonstração de força da C. G. T. Os Partidários da ISV que em 1923 tinham começado a publicar o seu órgão *A Internacional*, em oposição ao órgão *A Batalha*, já não comparecem. Foi decidido no congresso, por larga maioria, a filiação da CGT na AIT, mas a Federação Marítima, os sindicatos dos arsenalistas do exército e da marinha e outros não aceitam a decisão e vão aderir à ISV. Acentua-se a progressiva deterioração do movimento sindical português, impedindo-o de opor qualquer resistência organizada ao ascenso da reação³.

No congresso de Santarém os comunistas defenderam a necessidade da formação de uma frente única operária. Segundo António Ventura, «essa unidade apregoada não passava de uma consigna sem consequências práticas». O movimento operário encontrava-se «ressentido com o regime republicano, minado por divisões, mobilizado mais para lutas internas do que para enfrentar os perigos que se adivinhavam», pelo que «foi incapaz de resistir ao maremoto de maio de 1926. Quando a C. G. T. proclama a greve geral como resposta ao movimento militar, já é demasiado tarde»⁴.

Se o movimento operário foi impotente para resistir com êxito às botas cardadas dos militares capitaneados por Gomes da Costa no 28 de maio de 1926, também se mostrou ineficaz, desorganizado e dividido no apoio às várias tentativas do movimento “reviralhista” para o derrube da Ditadura Militar. Esta não poupava as organizações operárias nas suas perseguições, o que as debilitava ainda mais. Debilidades que se acentuaram com as crises económicas e sociais de 1923/26 e dos anos 30, e com as “guerrilhas inter-operárias”, principalmente entre as correntes anarcossindicalista e comunista. Quando o ditador de Santa

³ Cf. Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, «Da UON à CGT», in João Medina (dir.de), *História Contemporânea de Portugal*, Tomo II: «Primeira República», Lisboa, Editores Amigos do Livro, 1985, pp. 203-212.

⁴ António Ventura, «O Operariado e a República», *op. cit.*, pp. 320-321.

Comba, conhecido como o “Ditador das Finanças”, ou “Mago das Finanças”, devido à sua “obra intangível” no domínio financeiro⁵, põe de pé o edifício do “Estado Novo” já tinha o caminho facilitado e sabia qual o rumo a tomar. Depois da derrota dos setores republicanos e do “revirinho”, o ajuste de contas ia fazer-se com o sindicalismo livre, ou com o que dele ainda restava. Faltava ultrapassar o último obstáculo, o qual foi conseguido com êxito na confrontação com os autores da chamada «greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934». Como Salazar não tolerava qualquer tipo de concorrência ao seu poder, as oposições ou forças mais à direita também foram eliminadas, ou acomodadas pelo regime, com destaque para o «nacional-sindicalismo» de Rolão Preto e da «Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira»⁶.

Depois de eliminados os sindicatos livres Salazar vai colocar no seu lugar os «sindicatos nacionais» controlados pelo regime. «A legislação laboral salazarista publicada em 1933 cria uma arquitetura sindical de caráter nacionalista, eliminando o sindicalismo livre de forma pensada e aplicada com recurso à opressão e à repressão»⁷. Os presídios do “Estado Novo” albergaram muitas centenas, ou até milhares de homens e mulheres oriundos do movimento sindical diverso e de outros quadrantes político-ideológicos. O movimento operário e sindical, não obstante fortemente condicionado e reprimido, acabará por encontrar um novo

⁵ Veja-se Cunha Leal, *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*, Lisboa, Edição do Autor, 1930. Feroz opositor político de Salazar, Cunha Leal arrasou-o na obra que escreveu em 1930, demonstrando que o equilíbrio orçamental conseguido, enquanto ministro das Finanças, foi alcançado em relação aos últimos anos dos governos da Ditadura Militar, mas não em relação aos últimos anos da República. No primeiro Orçamento (1928/29) que elaborou Salazar agravou brutalmente a carga tributária, um verdadeiro cataclismo, as tais «violências para defender a Nação». Todos os impostos foram remodelados e novos foram criados. O antigo Imposto Sobre o Rendimento passou a Imposto Complementar; foram criados o Imposto Sobre Sucessões e Doações, o Imposto de Selo e a Contribuição Predial; foi remodelado o Imposto de Salvação Pública (sobre os vencimentos dos funcionários), e foi criada a Taxa de Salvação Pública (sobre o consumo). No Orçamento para 1929/30 foi criado o Imposto Profissional (cf. José António Saraiva, *Salazar A Queda de uma Cadeira que Não Existia*, 1.ª edição, Lisboa, Edições Gradiva, 2020, p. 100).

Oliveira Salazar ocupou a pasta das Finanças durante mais de doze anos, entre 27 de abril de 1928 a 28 de agosto de 1940, tendo sido publicado um livro de 130 págs., *A Obra de Salazar na Pasta das Finanças*, das Edições SPN Lisboa, em 1941, onde se tece rasgados elogios ao seu desempenho à frente do ministério.

⁶ A «Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira», surgida em 1918, «foi uma das mais curiosas, prolongadas e profícuas tentativas para erguer um movimento unificador da direita conservadora e nacionalista em Portugal», vindo a terminar em 1935 (cf. Ernesto Castro Leal, «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira», in João Medina (dir. de), *História Contemporânea de Portugal*, Tomo II: «Primeira República», Lisboa, Editores Amigos do Livro, 1985, p. 273). Deste autor e sobre o mesmo tema veja-se a obra *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

⁷ Cf. Maria Filomena Rocha Lopes, *O Movimento Sindical Português na Transição do Sindicalismo Livre para a Formação dos Sindicatos Nacionais*, Dissertação de Mestrado em História contemporânea (trabalho policopiado), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, p. 5.

rumo, trabalhando e lutando, simultaneamente, na legalidade e na clandestinidade. Fruto destas circunstâncias, perdeu-se a riqueza da diversidade do movimento sindical enquanto durou o “Estado Novo”. A corrente sindicalista comunista, devido a características próprias, acabou por dominar o movimento operário, em exclusividade, em detrimento das correntes socialista e anarcossindicalista que desapareceram.

O que acima dissemos acabou por se refletir, em maior ou menor grau, na região do Algarve. O movimento operário algarvio também tem a sua história específica e acabou por protagonizar diversos factos e acontecimentos desde os últimos anos da República, passando pelo período da Ditadura Militar e culminando no advento e consolidação do “Estado Novo”, o que também é objeto do nosso estudo. O movimento operário algarvio, nos períodos em causa, centra-se na atividade corticeira, nos setores piscatório e das conservas de peixe e no campesinato (assalariados agrícolas), enquanto os protagonistas e as principais influências ideológicas e político-sindicais giram em torno dos libertários e dos comunistas. As crises de 1923/26 e de 1929 abateram-se impiedosamente sobre o Algarve e os setores mais castigados foram aqueles que estavam ligados ao mundo do trabalho, em particular os operários e as vastas camadas populares que, além de terem de enfrentar os baixos salários, o desemprego, a miséria, ainda tinham de suportar e enfrentar a repressão patronal e do governo.

O movimento operário algarvio, à semelhança do que aconteceu com o movimento operário a nível nacional, também teve pouca participação nos acontecimentos da “greve revolucionária do 18 de janeiro», excetuando nas localidades operárias de Silves e de Portimão. Por pouco Silves, um centro revolucionário por excelência, não se transformou numa segunda Marinha Grande. Os sindicalistas do Algarve, afetos às correntes comunista e anarcossindicalista, também refletiram as divisões, as querelas, as conceções e as políticas de unidade existentes entre si, tal como ocorreram a nível nacional no âmbito da CGT e CIS/PCP, embora à dimensão de uma das províncias mais periféricas do país. E a repressão salazarista foi tão violenta e implacável sobre os sindicalistas operários do Algarve, como o foi sobre outros sindicalistas que ousaram desafiar o poder de Salazar.

Cronologia dos acontecimentos

Este estudo abrange o espaço temporal, fundamentalmente, desde finais da I República, a partir de 1923, até à consolidação do “Estado Novo” e à institucionalização dos “Sindicatos

Nacionais”, a partir de meados dos anos 30 do século XX, tentando assim perceber as consequências para o movimento operário (incluindo no Algarve) resultantes do movimento revolucionário do 18 de janeiro de 1934 – a repressão salazarista e o novo rumo do movimento operário. Naturalmente que também foram realizadas algumas pesquisas e estudos complementares fora do espaço temporal referido, para se tentar compreender os devidos enquadramentos dos factos e acontecimentos históricos.

A primeira parte incide sobre as causas do colapso da República, o estado em que se encontravam as organizações operárias e a resposta destas perante o 28 de maio de 1926. Já a segunda parte versa sobre as disputas das diferentes organizações operárias no seio do movimento operário, a sua atitude perante o movimento “reviralhista” e a resistência à repressão da Ditadura Militar e ao fim do sindicalismo livre. Ainda nesta parte avança-se com a caracterização dos principais centros e setores operários da região do Algarve. Já a terceira parte foca-se, primordialmente, sobre as crises de 1923/26 e dos anos 30 no Algarve, as suas consequências e as respostas do movimento operário algarvio, assim como as respostas deste à proibição dos sindicatos livres.

Organização e metodologia

Como sublinhamos, a primeira parte deste estudo procura compreender a situação concreta, real, em que se encontravam as diferentes organizações operárias nos inícios da década de 20 do século passado, revelando a sua impotência para fazer frente aos golpistas do 28 de maio, os quais desferiram a estocada mortal que faltava numa República exaurida e acossada por todos os lados. E há muito que se verificava o divórcio entre o operariado e a República⁸. Por volta de 1925 a situação era tão grave que até o Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, um dos presidentes republicanos considerados mais lúcidos, tolerantes, cultos e inteligentes, apresentou a renúncia do cargo em dezembro deste ano,

⁸ Veja-se já em 1913 como a desilusão do povo com a República começava a fazer caminho, de acordo com os «fados libertários» de um pé-descalço: «Bati-me na rotunda/Herói eles me chamaram/Pouco tempo decorrido/ Nesta prisão m'encerraram. Como todos, iludido/Com os doutores eu estava. Mas sem ilusões ficava/Pouco tempo decorrido. Co'a revolução quem lucrou/ Foram Camachos e Costas/ Todos têm postos e postas/O povo nada ganhou; Do antigo nada mudou/ Só pr'a pior aumentaram/ Como eu, outros protestaram/ Reclamando seriedade. E em nome da Liberdade/ Nesta prisão m'encerraram» (cf. «Canções Sociais – Canção de um pé-descalço», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIV: «A República (III)», cit, pp. 338-339).

desiludido com o rumo que a sua amada República tomava. O ano de 1925 foi muito agitado, tendo a União dos Sindicatos Operários mobilizado na capital mais de dois mil operários numa jornada de protesto contra a União dos Interesses Económicos (UIE) e outras “forças vivas” que pretendiam implantar uma ditadura à semelhança do que tinha ocorrido em Itália, com Mussolini e em Espanha, com Primo de Rivera, para tirar às classes trabalhadoras as poucas regalias que tinham conservado. «Eram recorrentes os apelos inflamados à via armada para dirimir conflitos laborais» e «cada vez mais gente, com interesses económicos e políticos opostos, exigia uma intervenção musculada»⁹.

Com a economia a crescer, a dívida pública mais controlada e o escudo estabilizado, havia algumas melhorias na vida das classes trabalhadoras, embora ténues, e na diminuição da miséria. Segundo José Alberto Quaresma, os operários e os trabalhadores agrícolas achavam a evolução inexistente ou vaga, enquanto os banqueiros, industriais e proprietários consideravam o contrário. Os oficiais do Exército, os quadros da função pública e o clero sentiam a diminuição dos seus rendimentos desde 1910. «Revoltas constantes, instabilidade nos quartéis, terrorismo bolchevista ou anarquista amedrontavam». A classe média urbana, antes apoiante da República, agora queria uma mudança profunda e clamava por autoridade, pois estava farta da desordem e da anarquia. «Juntava-se à maioria do povo do campo, vilas e cidades pequenas, gente pachorrenta, conservadora, nada identificada com a minoria progressista das urbes maiores»¹⁰. As diferentes organizações operárias – anarquistas, comunistas e socialistas – acabaram por ser envolvidas e participantes neste clima de agitação e revoltas constantes que caracterizava a República. As desilusões, a debilidade em que se encontravam e as querelas em que se digladiavam no seio do movimento sindical apenas favoreceram a “passeata” das forças castrenses de Braga até Lisboa e que não encontraram qualquer tipo de oposição organizada. O novo regime republicano que representara a esperança caía por terra sem ter ninguém que o defendesse, nem mesmo os dirigentes sindicais mais proeminentes. No fundo, todos conspiravam contra a República, a qual morreu apunhalada, segundo testemunhou o operário José Silva. Mas esta também se colocou a jeito.

⁹ V. José Alberto Quaresma, *Biografia Manuel Teixeira Gomes*, 1.ª Edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016, p. 332.

¹⁰ *Ibidem*, p. 333.

Na segunda parte deste estudo o destaque centra-se nas mundividências e nas disputas no seio do movimento operário durante o período da Ditadura Militar que teve de enfrentar as várias tentativas revolucionárias dos setores militares republicanos e de outras forças democráticas ligadas ao movimento designado como o «revirinho», ou «revirinhismo». O período mais crítico desta espécie de guerra civil, não declarada, situou-se entre os anos de 1927 e 1931, daqui resultando muitos feridos, vítimas mortais, presos e deportados. A Ditadura foi implacável na repressão, incluindo contra o operariado, os líderes sindicais e as suas associações e organizações de classe que voltaram a revelar-se impotentes para ajudar a derrotar um regime que se tornava cada vez mais autoritário e conservador, não obstante o afastamento da ala mais extremista de Sinel de Cordes¹¹.

A repressão e as “guerrilhas inter-operárias” acabaram por enfraquecer ainda mais o movimento sindical que, com ao advento do “Estado Novo” de Salazar, irá responder, mesmo assim, mas procurando a unidade, à imposição do Estatuto do Trabalho Nacional e dos “Sindicatos Nacionais”.

Ainda na segunda parte o estudo debruça-se sobre a evolução dos trabalhadores e as principais atividades industriais no Algarve, nomeadamente, as cortiças nos centros operários de Silves e S. Brás de Alportel, e as conservas de peixe nas localidades operárias de Vila Real de Santo António, Olhão, Portimão e Lagos. Percebendo a importância que a indústria de conservas de peixe representava para o país, tanto em termos económicos como sociais, devido à grande fatia de trabalhadores que ocupava, Oliveira Salazar, na qualidade de ministro das Finanças empreendeu uma visita aos principais centros conserveiros do país, incluindo a algumas fábricas do Algarve, em 1931, o que o levou a escrever «as suas notas sobre as conservas de peixe». Salazar preparava a sua ascensão à Presidência do Conselho rodeando-se de indefetíveis, como o industrial Sebastião Ramirez, um dos seus futuros ministros.

¹¹ Sinel de Cordes foi um dos elementos chave da conspiração conservador militar que culminou no 28 de maio de 1926. De convicções monárquicas procurou assumir o descontentamento no seio das Forças Armadas e representava os setores antiliberais e nacionalistas. Depois do golpe contra Gomes da Costa assumiu a pasta de ministro das Finanças, acabando por ser exonerado em 18 de abril de 1928. Procurou resolver o problema financeiro do país através de um grande empréstimo externo, não conseguindo ultimar o processo por ter adoecido. Foi substituído por Ivens Ferraz que à frente de uma delegação não aceitou as condições impostas pela Sociedade das Nações. Depois da sua exoneração como ministro das Finanças Sinel de Cordes foi alvo de um inquérito por Oliveira Salazar devido à sua atuação à frente do ministério ao conceder adiantamentos a várias empresas (cf. Aniceto Afonso, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 195 e 198).

A terceira parte do trabalho, dedicado quase exclusivamente ao Algarve, começa por abordar a crise económica e social de 1923/26 e a resposta do sindicalismo operário. O agravamento do desemprego, a baixa de salários, a miséria e a fome vão atingir duramente as classes operárias e outras camadas populares. Corticeiros, pescadores, conserveiros, camponeses e outros setores proletários vão ser atingidos por uma das maiores crises do século XX, uma espécie de ensaio geral para a grande crise dos anos 30. O operariado algarvio agita-se e protesta e são inúmeros os conflitos com as entidades patronais que entendem que devem ser os trabalhadores a pagar os custos da crise, da qual não têm qualquer responsabilidade. Patronato que, de um modo geral, acaba por receber o apoio e a proteção dos governos da República que, na hora da verdade, vão reprimir as lutas do movimento sindical e operário.

Foi o que sucedeu em Silves, o principal centro proletário e revolucionário do Algarve, quando a poderosa Associação Corticeira, de tendência anarcossindicalista, decretou em junho de 1924 uma greve por aumentos salariais, que durou mais de um mês. As forças da autoridade ao serviço da República não tiveram pejo em metralhar homens, mulheres e crianças que se manifestavam pacificamente, provocando um morto e vários feridos. Estes acontecimentos conduzem ao reforço e à radicalização das estruturas sindicalistas ligadas aos anarquistas e à afirmação da influência comunista na localidade.

Depois de operada a cisão do movimento sindical a nível central, em maio de 1925 tem lugar em Faro a Conferência Intersindical do Algarve onde participam 33 estruturas sindicais afetas à Confederação Geral do Trabalho. Esta Conferência procurava responder à falta de trabalho que se fazia sentir na região, dotar os trabalhadores de mais força para lutar pelas suas reivindicações e reforçar a unidade sindical.

O movimento do «revirinho» também acabou por ter reflexos e ramificações no Algarve, particularmente a revolta de fevereiro de 1927, o que compreendeu apoios de alguns meios e dirigentes sindicalistas da região. Daqui até à explosão das bombas de Moncarapacho, em 1928, foi um passo, revelando conexões com setores republicanos do “revirinho” e com elementos libertários da CGT do Algarve, Alentejo e Margem Sul.

A terceira parte dedica uma particular atenção à grande crise e às reivindicações e movimentações operárias nos anos 30, com destaque para o Algarve. Por toda a Europa as forças nacionalistas e totalitárias de direita alcandoravam-se no poder e as principais vítimas

passaram a ser as organizações operárias e sindicais e os seus dirigentes, cuja resistência aos novos ditadores assumiam proporções e características mais organizadas e massivas. A União Soviética continuava a infundir terror às classes possidentes e Stalin consolidava o seu poder através de purgas frequentes, em nome da construção do socialismo no país dos Sovietes, cuja revolução já fora desfigurada¹², de acordo com Leon Trotsky. «Descrer do Deus Vermelho [era] pior do que matar um policial em Espanha, entregando o pescoço ao garrote vil (...)»¹³.

Após a derrota do “reviralhismo” e já com a máquina montada do “Estado Novo” Salazar vai ajustar contas com aqueles que ainda lhe podiam fazer frente de forma mais determinada e consistente – o movimento nacional-sindicalista de Rolão Preto e o movimento operário e sindical. Derrotado aquele, seguia-se este, cujo ultimato final ocorreu em setembro de 1933 com a publicação dos decretos corporativos do ETN e dos «Sindicatos-Nacionais». Estava decretada a morte do sindicalismo livre que não se deu por vencido e vai reagir, formando uma frente única entre anarcossindicalistas, comunistas, socialista se sindicatos autónomos, cujo desfecho culminou na «greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934».

Apesar das violentas disputas e querelas que mantinham entre si, as diferentes organizações do movimento operário uniram-se e responderam ao ditador de Santa Comba, com o recurso aos meios de que dispunham debaixo das conceções que mais persistiam no movimento – as conceções e princípios ideológicos de cariz anarquista. A ação revolucionária teve pouca expressão à escala nacional e acabou por ser derrotada com alguma facilidade pelas forças do regime, não obstante ter ocorrido algumas greves e ações bombistas e onde o acontecimento mais espetacular teve lugar no centro vidreiro da Marinha Grande, onde o proletariado armado dirigido pelo PCP/CIS conquistou o poder, embora por escassas horas¹⁴.

¹² Leon Trotsky, um dos principais dirigentes da Revolução Bolchevique na Rússia, em 1917, defensor da “revolução permanente” em oposição da “construção do socialismo num só país”, preconizada por Stalin, foi expulso do país por este e mais tarde assassinado no México em 1940. Tinha fundado a IV Internacional em 1938 e escreveu uma obra sobre a revolução desfigurada na U. R. S. S. (veja-se L. Trotsky, *A Revolução Desfigurada. A Falsificação Estalinista da História*, 1.ª Edição, Lisboa, Edições Antídoto, 1977). Veja-se também Marc Ferro, *Falsificações da História*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994, pp. 139-175.

¹³ Cf. Edgar Rodrigues, *Deus Vermelho*, Porto, Editora Mundo Livre, 1978, p. 8.

¹⁴ Veja-se, em particular, [Alberto], José Gregório, *O 18 de janeiro de 1934 – Relatório do Camarada José Gregório*, s. l., 1985; Pedro Amarante Mendes, «Relatório», in *Avante!*, Lisboa, n.º 1364, de 20 de janeiro de 2000, pp. 16-17 e Baptista Bastos, «As dezoito horas da Comuna da Marinha Grande», in *O Ponto*, Lisboa, Ano II, n.º 63, Suplemento, de 14 de janeiro de 1982, pp. A, C, D, E, G e H.

No Algarve, as forças operárias afetas aos anarcossindicalistas da CGT e aos comunistas da CIS/PCP também prepararam o 18 de janeiro. A ação de maior envergadura ocorreu na cidade de Silves onde a greve foi geral entre a classe corticeira, o que paralisou todas as fábricas. E por pouco Silves não se transformou numa segunda Marinha Grande, pois quando os revolucionários se preparavam para atacar o quartel da GNR chegou o comboio à localidade, embora com atraso (a não chegada do comboio era a senha de que o movimento tinha triunfado à escala nacional). O movimento grevista em Portimão também foi outra das exceções à regra na região.

Finalmente, este nosso estudo trata das consequências do movimento de 18 de janeiro após o seu malogro. E uma dessas consequências prende-se com a feroz repressão que o “Estado Novo” empreendeu contra os dirigentes político-sindicais e outros militantes do movimento operário. Foram muitas as centenas de condenados, presos e deportados nos presídios salazaristas, onde os castigos, as torturas e até a morte foram uma constante, como sucedeu no Campo de Concentração do Tarrafal. As condenações foram pesadas e brutais, aplicadas tanto aos dirigentes, como a simples operários que prepararam, ou participaram na “greve geral revolucionária”. Muitos grevistas do Algarve também foram alvo dessas pesadas penas e torturas.

Outra dessas consequências tem a ver com o rumo que o movimento operário e sindical tomou, incluindo no Algarve, após a derrota do movimento. Nem todas as organizações operárias conseguiram resistir e sobreviver ao fim do sindicalismo livre e à institucionalização dos «sindicatos-nacionais». Apenas o PCP conseguiu resistir e adaptar-se às novas circunstâncias, na dura clandestinidade, durante o tempo de vigência do “Estado Novo”, embora com vários ziguezagues na aplicação da sua tática, enquanto outras correntes acabaram por desaparecer do seio do movimento sindical, como a socialista e a dos libertários. O Partido Comunista Português acabou, assim, por deter o exclusivo da influência do movimento operário e sindical no Algarve e por todo o país até ao 25 de abril de 1974.

Em termos de metodologia, partimos de dados, factos e acontecimentos históricos, assim como de ideias e hipóteses, privilegiando o social, mas sem esquecer a complementaridade ideológica, política, económica e até financeira, procedendo-se à análise e interpretação do processo histórico nos seus respetivos contextos. Segundo Paul Veyne, nem todos os factos são históricos, estes não existem isoladamente e são sempre o resultado de uma escolha. A

história não se interessa pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas sim pela sua especificidade. Os factos históricos encontram-se organizados em conjuntos e desempenham causas, objetivos, pretextos, em que a nossa própria existência assume na sua globalidade um determinado sentido que nós compreendemos¹⁵.

Apesar dos limites da objetividade da explicação histórica um acontecimento histórico comporta sempre factos relevantes. Compete ao historiador respeitar e recuperar esses factos e certificar-se de que são corretos e que lhes está a dar uma interpretação o mais objetiva possível. Conforme refere E. H. Carr, «o dilema do historiador é um reflexo da natureza humana» e «ele não é nem o escravo humilde nem o senhor tirânico dos factos». O historiador encontra-se metido num processo contínuo e recíproco de interação entre os factos e a sua interpretação, num diálogo interminável entre o presente e o passado. Desta forma, o historiador não deve dar a primazia aos factos, que é a visão da história positivista, ou considerar que a interpretação é tudo, de acordo com a ideia, em parte, de Collingwood¹⁶. É o que procuramos fazer neste estudo.

Muito em particular, revelou-se de primordial importância a consulta aos Arquivos da extinta PIDE/DGS, de Oliveira Salazar, do Ministério do Interior, do Partido Socialista Português e de Cortes de Censura a *O Século*, existentes na Torre do Tombo, Arquivo Histórico-Social da Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico-Social do Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Documentação 25 de abril, em Coimbra, Arquivo da Fundação Mário Soares, Arquivo Distrital de Faro, Arquivo Distrital de Leiria, Arquivo Municipal de Silves e Arquivo Histórico do Museu Municipal de Portimão. Também foi realizada uma consulta exaustiva a muitos jornais, revistas e outras publicações periódicas e obras de referência na Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Municipal de Lisboa e em bibliotecas diversas. Foi feita uma consulta minuciosa a diversos jornais, revistas, órgãos sindicalistas e partidários, com destaque para *A Batalha* (diversas séries), *Vanguarda Operária*, *Ação Anarquista*, *C. G. T.* (boletim), *Rebelião*, *Jovem Anarquista*, *O Corticeiro* e *Voz Anarquista*, de cariz libertário, *O Comunista*, o *Avante!* (várias séries), *O Jovem*, *A Internacional*, *O Proletário* e *O Militante*, de cariz comunista e *O Protesto*, *República Social* e *Portugal Socialista*, de ideário socialista. Também foram consultados outros periódicos sindicalistas

¹⁵ Cf. Paul Veyne, *Como se Escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983, p. 45.

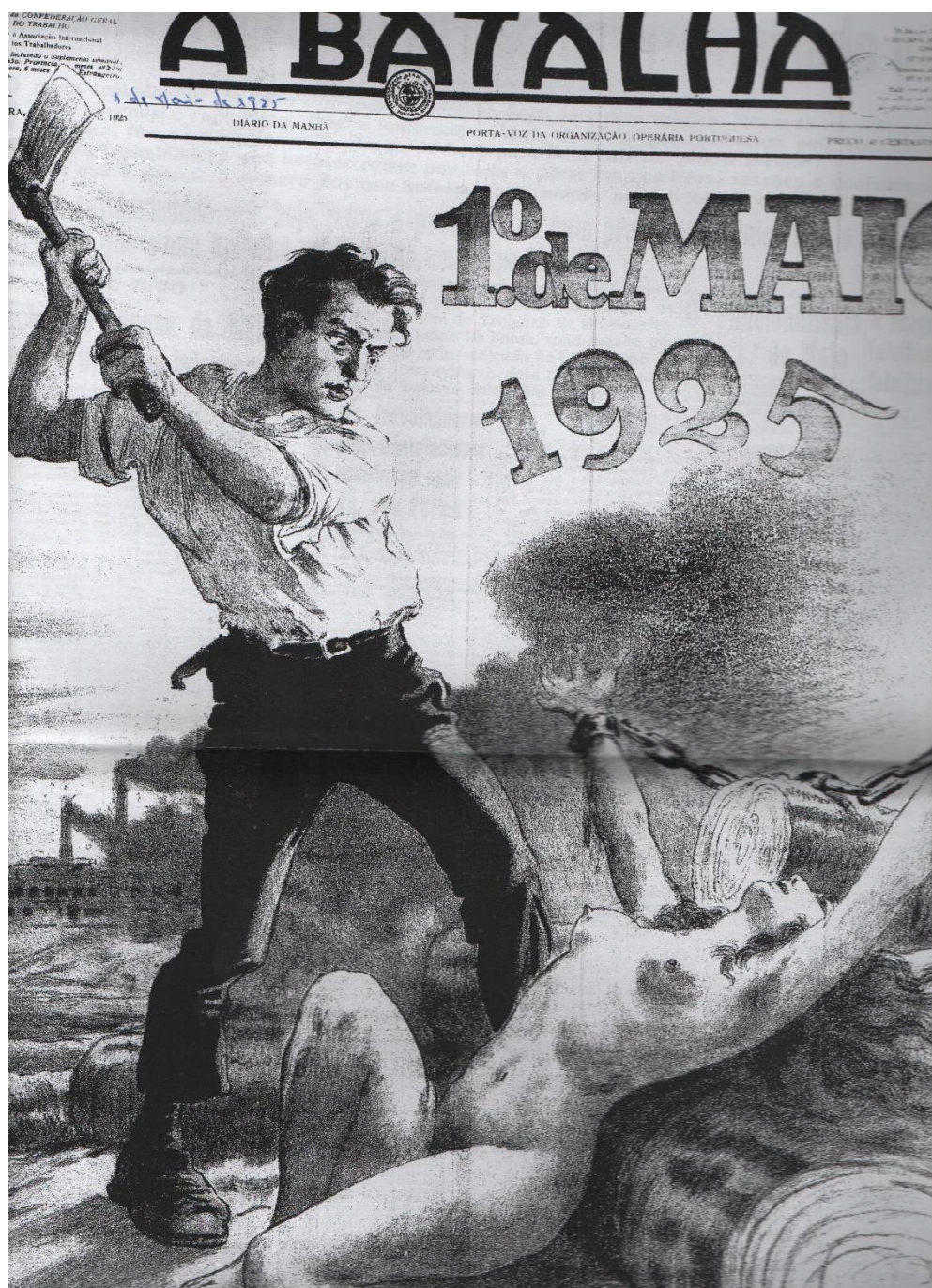
¹⁶ Veja-se E. H. Carr, *Que é a História?*, Lisboa, Gradiva, s. d., pp. 22 e 25.

de âmbito nacional e regional e outras publicações científicas, aqui realçando-se os *Estudos sobre o Comunismo*, a *Seara Nova* e a *Análise Social*.

Foram consultadas diversas obras de carácter geral, diários do governo e de outros organismos, publicações da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, livros de memórias e outros testemunhos e diversos artigos em jornais, revistas e outras publicações. Sobre o Algarve mereceram particular destaque alguns estudos e testemunhos, nomeadamente, *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro 1914/1938)*, de José dos Reis Sequeira, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, de Correia Pires, *A Longa Luta. Preso, Algemado e Deportado*, de Neves Anacleto, *Esboços – Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do Fascismo*, de Margarida Tengarrinha (entrevista), e *Relatório sobre o Algarve*, de Carlos Costa.

No âmbito da historiografia contemporânea mais recente, onde se aborda, de uma forma ou de outra, a problemática social envolvendo as atividades industriais e os organismos operários do país, incluindo o Algarve e que carregaram “novas luzes” em torno das movimentações operárias e sindicais no período em causa, mereceram particular relevância os estudos de António Ventura, Fernando Rosas, João Freire, Fátima Patriarca, Maria João Raminhos Duarte, João Madeira, José Alberto Quaresma, Joaquim Manuel Vieira Rodrigues e Idalécio Soares. Foram igualmente relevantes para o estudo as entrevistas realizadas e os documentos consultados pertencentes aos espólios particulares de Hermínio de Freitas Nunes, Licínio de Sousa, Idalécio Soares e de António Ventura.

**PRIMEIRA PARTE: A MARCHA TRIUNFAL DOS GENERAIS
PARA O CAPITÓLIO
E A IMPOTÊNCIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO**



In *A Batalha*, n.º 1973, 1 de maio de 1925, p. 1.

Capítulo I – O Movimento Operário e a Ditadura Militar

«O General ABC assumiu em Braga o comando militar da Insurreição, e lança proclamações rápidas aos quatro ventos: para lá se voltam todos os olhos, como para Meca (desta vez autêntica), ao raiar da manhã. As tropas, magnetizadas, afluem a colocar-se sob o seu comando e, tempos depois, ele rompe a marcha em direção ao Porto: a Invicta e sempre Leal Cidade abre-lhe as portas de par em par: aclama-o! Desce agora em etapas vagarosas a caminho do Sul, da Capital, ora de automóvel, ora montando um corcel branco. (...).

Monárquicos, indiferentes, republicanos, todos aderem espontaneamente. O espetáculo arrebatava-os. É a marcha para o Capitólio. (...).

Não se ouve um tiro, este silêncio chega a ser sinistro. A República enrugou, mirrou também, encolheu e fechou-se como a sensitiva, deixou de ser. Encerrada a chafarica de S. Bento, estabelecida a censura prévia à imprensa, que resta dela? Nada. (...).

Mas nem tudo é morto ainda: ainda há quem espere e fale e se mexa e queira resistir, sem bem saber a quem, a quê, nem com quê. (...). Que querem estes bons idealistas? (...). Que fazem as massas trabalhadoras? onde estão elas? Voltam-se cabeças a olhar os representantes da CGT, de pé ao fundo da sala, irónicos e reticentes, pálidos (...). Falai senhores! A República espera por vós, em vós! Vinde connosco para a rua, e sereis a Desordem de ontem transfigurada na Ordem esplêndida de amanhã! (...). Ao apelo sereno e ardente dos idealistas, dos militares constelados de medalhas e veneras, responde o Garrancha, sarcástico e mordente: A República? qual delas? a do Afonso Costa que assaltou e metralhou a União Sindical, e expulsou mulheres e crianças? a dos que mandou espingardear grevistas? Tudo isto é apenas uma rixa no seio da família burguesa! O operariado não mete para aí prego em estopa. Já deu demasiadas vezes o seu sangue. Seja quem for que governe – militares ou novos-ricos, políticos ou intelectuais – é sempre a Ditadura da Burguesia. Não contem connosco.»

José Rodrigues Miguéis, *O Milagre segundo Salomé*,
Lisboa, 2ª edição, Edit. Estampa, 1982, pp. 522-525.

1. A Marcha sobre Lisboa e o Colapso da República

A I República Portuguesa chegava ao fim no dia 28 de maio de 1926, sem honra nem glória, depois de 16 anos de uma experiência atribulada e de uma “guerra civil” não declarada, onde um dos expoentes máximos dessa época conturbada foi o assassinato de Machado Santos, Carlos da Maia e António Granjo, fundadores proeminentes do regime republicano, no dia 19 de outubro de 1921, a tristemente célebre “noite sangrenta”¹. A República, esse “Dies Irae” que muitos sonharam e que não chegaram a ver, tinha-se transformado, de acordo com João Medina, numa «balbúrdia sanguinolenta» ao envolver-se numa sucessão contínua de movimentos revolucionários trabalhistas e castrenses. «Os 16 anos que medeiam entre a revolução de 1910 e o golpe castrense de Braga de 1926 são a crónica monótona, frenética, quase sempre sanguinolenta, de desilusões constantes e desvarios infundáveis, em ritmo cada vez maior, crónica de uma progressiva degradação do ideal, da fé e da esperança num regime que fora contudo proclamado, saudado e apoiado com uma unanimidade entusiástica e quase messiânica que raramente se terá conhecido noutras épocas da nossa História de oito séculos»². Em 1926 a República esfumou-se como um sonho – de acordo com aquele historiador - «o sonho progressivamente apodrecido dum regime autenticamente liberal e burguês, um neovintismo que depressa seguiu os ínvios atalhos do seu predecessor oitocentista, atolado em compromissos sociais»³.

Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas e outros militares revoltosos, sem disparar um tiro, derrubaram a República, caracterizada por Fernando Pessoa como uma «orgia de bandidos

¹ Raul Brandão chamou-lhe a «noite infame», «sórdida e satânica» (cf. Raul Brandão, *Vale de Josafat. Memórias*, Vol. III, Lisboa, Perspetivas e Realidades, s. d., pp. 75 e 76).

Além de António Granjo, Carlos da Maia e Machado Santos, foram assassinados mais três homens na noite de 19 de outubro de 1921 que, de uma maneira ou de outra, estavam ligados à República: Freitas da Silva, chefe de gabinete do ministro da Marinha demissionário, Botelho de Vasconcelos, coronel de cavalaria reformado e Carlos Gentil, chauffeur. Cunha Leal, que ainda escondeu na sua casa António Granjo, sem êxito, foi ferido por um sargento, acabando por ser socorrido por dois marinheiros (v. Maria Alice Samara, “Um Fantasma que Encheu a Noite de Pavor”, in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIII, nº 39, outubro de 2001, pp. 24-31; Carlos Ferrão, «A Verdade sobre a Noite Sangrenta. Os Crimes Monstruosos do 19 de outubro de 1921», in *Diário Popular*, de 19 e 20 de outubro de 1977, pp. 3 e 5).

² Cf. João Medina, *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 183.

³ Idem, «A I República – o que foi?», in João Medina (dir. de), *História de Portugal*, Vol. XV: «A República (IV) – O Estado Novo (I)», Alfragide, Ediclube, 2004, p. 140.

estúpidos» e governada por «uma minoria violenta de malandros e de comilões»⁴. Com efeito, no dia 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa, chefe da Junta Revolucionária Militar de Braga e comandante do Exército Nacional, revoltou-se nesta cidade contra o regime republicano, entrando em Lisboa à frente das suas tropas no dia 6 de junho, sem qualquer oposição. O comandante Mendes Cabeçadas, da Junta Revolucionária Militar de Lisboa foi empossado na Presidência do Ministério a 2 de junho pelo demissionário Bernardino Machado, Presidente da República. Embora o poder de Gomes da Costa e de Cabeçadas tivesse sido efémero⁵, foram estes dois altos militares o rosto visível do Movimento que deu início à Ditadura Militar no país.

Vejamos de forma mais pormenorizada os meandros da conjura e os primeiros dias do movimento militarista. Nos inícios de 1926 formou-se em Braga, secretamente, uma Junta Revolucionária Militar, a que se seguiram outras, em Coimbra e Lisboa. Fazem-se reuniões um pouco por todo o país o que vai gerando um movimento militar, faltando apenas encontrar um chefe. Finalmente, foi feito um apelo a Gomes da Costa que possuía todos os títulos: ex-comandante em África, comissões na Índia, comandante do Corpo Expedicionário Português em França, apresentando-se dele a imagem daquilo que não era - «um homem equilibrado, de bom senso e incorrupto»⁶. Gomes da Costa aceitou e pelas 6 horas da manhã do dia 28 de maio iniciou a ação militar armada contra a República a partir de Braga⁷. Dois dias antes, reuniram-se em Lisboa os representantes do Comité Revolucionário, comandante Mendes

⁴ Fernando Pessoa, *Páginas de Pensamento Político – 2. 1925-1935*, (introdução, organização e notas de António Quadros), Mem Martins, Publicações Europa – América, s. d., pp. 78 e 79.

⁵ Gomes da Costa destituiu Mendes Cabeçadas logo a 17 de junho, passando a chefiar o governo, sendo por sua vez destituído a 9 de julho. A 10 é preso pelo novo governo de Óscar Carmona, embarcando a 11 para o exílio de Angra do Heroísmo, nos Açores, onde lhe é fixada residência. Regressa a Lisboa em novembro de 1927, na qualidade de Marechal. Carmona mantém-se à frente do governo até 18 de abril de 1928, passando a ocupar o cargo de chefe do Estado (presidente interino) desde 26 de novembro de 1926 até 18 de abril de 1928, data em que foi eleito Presidente da República. Vicente de Freitas chefia o Ministério de 18 de abril a 10 de novembro de 1928 e de 10 de novembro a 8 de julho de 1929, Ivens Ferraz de 8 de julho de 1929 a 21 de janeiro de 1930, Domingos Oliveira de 21 de janeiro de 1930 a 5 de julho de 1932, data em que Oliveira Salazar é empossado à frente do novo Ministério, mantendo-se no cargo até 27 de setembro de 1968 (apesar de diversas alterações ministeriais, presidiu apenas a três governos), altura em que foi substituído por Marcelo Caetano.

⁶ Pedro Ramos de Almeida, *Salazar. Biografia da Ditadura*, Lisboa, Edições Avante!, 1999, p. 55.

⁷ A revolta foi participada imediatamente, em radiograma, a todas as divisões militares do país através de uma proclamação assinada por Gomes da Costa, como General Comandante em Chefe do Exército Nacional: «Portugueses! Para homens de dignidade e de honra, a situação política do país é inadmissível. Vergada sob a ação de uma minoria devassa e tirânica, a Nação, envergonhada, sente-se morrer. Eu, por mim, revoltado-me abertamente! E os homens de valor, de coragem e de dignidade que venham ter comigo com as armas nas mãos, se quiserem comigo vencer ou morrer! Às armas, Portugal! Portugal, às armas pela Liberdade e pela honra da Nação! Às armas, Portugal!» (cf. Leopoldo Nunes, *A Ditadura Militar – Dois anos de história política contemporânea*, Lisboa, Edição do Autor, 1928, pp. 56-57).

Cabeçadas, capitão Jaime Baptista, comandante Gama Ochoa e tenente Carlos Vilhena, onde decidiram que após a vitória do movimento castrense seria formado um governo extra-partidário dirigido por Cabeçadas⁸.

Aderem à revolta de Braga as forças militares de Évora (general Óscar Carmona), Vila Real, Tomar, Coimbra, Entroncamento, Mafra, Lamego, Portalegre, Marinha de Guerra e um pouco por todo o país, incluindo o Porto, depois de uma breve hesitação do general Sousa Dias, comandante da 3ª Divisão. O objetivo era marchar sobre Lisboa, o que veio a acontecer. No mesmo dia, Mendes Cabeçadas entregou a Bernardino Machado, Presidente da República, um documento em nome do exército, onde lhe é pedida a nomeação de um governo de caráter extra-partidário⁹, o que este aceita, investindo o comandante chefe do governo alguns dias depois, a 2 de junho, não sem antes se ter demitido o governo “democrático” de António Maria da Silva. O próprio Bernardino Machado apresentou a sua demissão a Cabeçadas.

Depois de Cabeçadas e Gomes da Costa conferenciarem entre si no Quartel-General de Sacavém, aquele formou um governo provisório¹⁰, e este entrou triunfalmente em Lisboa, no dia 6 de junho, à frente de 15 mil homens. O entendimento entre Cabeçadas e Gomes da Costa revelou-se efêmero, terminando ao fim de duas semanas conturbadas. O chefe do Ministério era apoiado por Cunha Leal e pela sua União Liberal Republicana que formavam um grupo que apostavam no golpe militar para se substituir aos “democráticos” na gestão do Estado republicano. Este grupo, que exprimia a velha aspiração da direita republicana – já presente na génese das ditaduras de Pimenta de Castro, em 1915, e de Sidónio Pais, em 1918 – de impor uma mudança duradoura na exclusiva governação dos “democráticos”, não

⁸ Pedro Ramos de Almeida, *op. cit.*, p. 57.

⁹ No programa da Junta Revolucionária de Lisboa, de Cabeçadas, destacava-se o seguinte: ‘1. Publicação de um novo Estatuto fundamental (...) mantendo essencialmente o regime republicano (...); 2. Reorganização dos serviços públicos e lei complementar de responsabilidade criminal e civil (...); 3. Redução das despesas públicas; 4. (...) simplificação do regime tributário; 5. Desenvolvimento da riqueza nacional; 6. Reforma (...) dos métodos de ensino (...); 7. (...) justiça independente com processos rápidos (...); 8. (...) planos de fomento coloniais (...); 9. Reorganização militar e naval; 10. garantia insofismável dos direitos de vida, propriedade e bom nome dos cidadãos’. (*Ibidem*, p. 58). Verifica-se que era um programa socialmente limitado, de cariz conservador, colonial, mas não um programa que fizesse a apologia clara da ditadura de tipo monopolista ou fascista.

¹⁰ O I Ministério da Ditadura Militar foi constituído da seguinte forma: Presidência e Interior – Mendes Cabeçadas; Guerra e Colónias – Gomes da Costa; Negócios Estrangeiros – Óscar Carmona; Marinha – Jaime Afreixo; Finanças – Oliveira Salazar; Justiça – Manuel Rodrigues; Instrução – Mendes dos Remédios; Agricultura e Comércio – Ezequiel de Campos. Salazar abandona o governo alguns dias depois.

pretendia subverter o regime liberal republicano, mas mudar-lhe as regras do jogo «designadamente através de reformas constitucionais -, por forma a assegurar uma verdadeira alternância e colocar na direção do Estado a direita republicana»¹¹. Antes de ser afastado do poder, Cabeçadas irá congregiar atrás de si toda a componente liberal republicana, os seareiros e a Esquerda Democrática.

Por sua vez, o ministro da Guerra e das Colónias era apoiado pelo seu Partido Radical e pelo grupo de Sinel de Cordes, o chefe do monarquismo militar, e de Raul Esteves, pertencente ao setor mais militarista da intentona. Esta facção recebia ainda os apoios das forças mais conservadoras da sociedade, nomeadamente dos interesses económicos e da hierarquia militar, a que se juntava «a jovem oficialidade, os ‘tenentes’, influenciados pelos ventos do riverismo espanhol e do fascismo italiano» e que constituíam, desde os primeiros dias do movimento, «uma forte pressão radicalizante» para «conduzir a ditadura pelos trilhos da genuína ‘revolução nacional’»¹².

Na prática, Gomes da Costa irá funcionar como o principal aríete do grupo militar-conservador da facção sinelista para colocar fora de cena Cabeçadas e todas as correntes republicanistas que se lhe tinham colado. Seguidamente, 21 dias depois, o velho general seria preso e deportado para os Açores, assenhoreando-se da situação o grupo de Sinel de Cordes – começava efetivamente a ditadura militar.

De facto, Gomes da Costa tenta impor a Cabeçadas, no Conselho de Ministros de 14 de junho, um programa de governo preparado pelos seus conselheiros integralistas¹³, um programa nitidamente presidencialista autoritário na sua vertente político-institucional e corporativista, antiliberal e individualista quanto à organização do Estado. A recusa do presidente do Ministério em aceitar este programa levou à sua demissão a 18 de junho,

¹¹ Cf. Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», in José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, Vol. VII, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994, p. 155.

¹² *Ibidem*, pp. 156-157.

¹³ O programa de governo de Gomes da Costa foi redigido pelo integralista Henrique Trindade Coelho, então diretor de *O Século* e homem de confiança do general. A substância política do modelo de representação a instaurar também foi da responsabilidade de três monárquicos da Junta Central do Integralismo Lusitano: Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Afonso Lucas. Foi uma espécie de programa retroativo do 28 de maio, apresentando igualmente oito bases fundamentais de um projeto de Constituição. Em síntese, o modelo republicano presidencialista de governo assentava numa representação nacional por delegação direta dos municípios (excluída a representação por intermédio de partidos), em duas Câmaras: Câmara dos Municípios e Câmara das Corporações. Trindade Coelho assumiu as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros a 27 de junho de 1929 (cf. José Manuel Quintas, “O Integralismo face à institucionalização da Ditadura”, in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIV, nº 44, de abril de 2002, pp. 35-38).

sucedendo-lhe no cargo o general que acumulou a Presidência da República no dia 26. Cabeçadas ainda pensa em resistir¹⁴, no entanto reconhece essa impossibilidade perante o evoluir da situação.

Quem dominava agora o II Ministério da Ditadura Militar eram os elementos afetos ao bloco conservador¹⁵, discretamente liderado por Sinel de Cordes, que ficou de fora. Gomes da Costa vivia na ilusão de mandar, rodeado pelos seus conselheiros integralistas, dando entrevistas, proferindo declarações contraditórias, mas sem tratar de nenhuns assuntos a sério. O seu consulado terminou abruptamente no dia 9 de julho em virtude de três dias antes, ter decidido, por pressão dos integralistas, demitir os ministros Carmona, Ochoa e António Claro, substituindo-os respetivamente por Martinho Nobre de Melo, nos Estrangeiros, o coronel João de Almeida, nas Colónias e por ele próprio no Interior. Isto devera-se ao facto de aqueles terem protestado veementemente contra a imposição de Gomes da Costa ao ministro da Justiça, obrigando-o a alterar um decreto sobre matéria religiosa, a pedido do Episcopado¹⁶. Depois de recusar a demissão do Ministério, o velho general foi preso no Palácio de Belém, conduzido ao Forte de Caxias e daqui passa pela cidadela de Cascais, de onde embarcará rumo ao exílio nos Açores, em Angra do Heroísmo. Gomes da Costa passava à história, embora fosse promovido a marechal do Exército no dia 30 de setembro, ainda com residência fixa nos Açores.

O III Ministério da Ditadura iniciava funções nesse mesmo dia de 9 de julho, escolhendo os sinelianos o general Óscar Carmona para a sua presidência, visto se apresentar como uma figura consensual no seio das Forças Armadas, o seu espírito conciliador, as suas fracas ambições políticas e devido ao papel que teve como promotor no julgamento da revolta militar, fracassada, de 18 de abril de 1925¹⁷. Efetivamente, começava a verdadeira Ditadura

¹⁴ Mendes Cabeçadas dirá mais tarde que podia ter resistido, reconhecendo que se tomasse esta posição tal equivaleria a uma guerra civil. Diz ainda que tinha à sua disposição um total de cerca de 20 mil homens, mas que preferiu a rendição a uma guerra civil (v. Pedro Ramos de Almeida, *op. cit.*, p. 61).

¹⁵ Neste Ministério, Óscar Carmona assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros, Gama Ochoa, Colónias, Passos e Sousa, Comércio, Ricardo Jorge, Instrução, Manuel Rodrigues, Justiça, Filomeno da Câmara, Finanças, António Claro no Interior.

¹⁶ O Episcopado considerava inaceitável o diploma que reconhecia personalidade jurídica às associações religiosas, sem a estender, à própria Igreja, e mantinha as comissões jurisdicionais dos bens das igrejas.

¹⁷ A revolta do 18 de abril de 1925 pode ser considerada o ensaio geral, embora abortado, do que viria a ser um ano mais tarde o 28 de maio. Alguns dos chefes do 18 de abril terão papel de relevo na Ditadura Militar, como, entre outros, Sinel de Cordes, Raul Esteves e Filomeno da Câmara. Os revoltosos pretendiam fundamentalmente o seguinte:

Militar, assenhoreando-se finalmente do poder o bloco militar conservador. Com a destituição de Cabeçadas fora afastado do poder o velho republicanismo e, com a queda de Gomes da Costa, fora esconjurada a ameaça da direita radical. O controlo do poder encontrava-se agora na mão dos generais. A partir de 9 de julho de 1926 e até 1933, com o advento do “Estado Novo” de Salazar, irá ter lugar uma nova luta pela hegemonia no seio da Ditadura Militar.

O campo republicano ligado aos velhos partidos vai dividir-se em dois setores: por um lado, temos a esquerda do Partido Republicano Português, a Esquerda Democrática, os radicais, os seareiros, ou seja, toda a esquerda republicana, mais ou menos jacobina, apoiada pelos elementos mais ativos do movimento operário anarcossindicalista e comunista, e escourada nas organizações de exilados em França e Espanha, vai enveredar pela via da conspiração revolucionária contra a ditadura, é o chamado “reviralhismo”; por outro, temos a direita dos partidos republicanos, como a União Liberal Republicana, de Cunha Leal, o Partido Nacionalista e mesmo parte dos “bonzos” do Partido Democrático de António Maria da Silva, Marques Guedes e outros, que se vai demarcar do “reviralhismo” e enveredar pela

«1 – A reorganização e saneamento do Exército e da Marinha, conforme os planos elaborados por Sinel de Cordes e Botelho de Sousa;

2 – A rigorosa compressão das despesas do Estado pelo afastamento de funcionários em excesso, e termo de serviços dispensáveis;

3 – A justa atualização das receitas, de forma a conseguir-se o equilíbrio orçamental;

4 – A industrialização dos estabelecimentos do Estado;

5 – A reorganização dos serviços de transportes terrestres (viação acelerada a cargo do Estado);

6 – O fomento geral da Indústria, Comércio e Agricultura, por medidas de proteção especial e o desenvolvimento da iniciativa privada;

7 – Desenvolvimento do turismo, regulamentação do jogo e da reparação de estradas;

8 – Intensificação da instrução popular, pelo aumento de escolas e o seu aproveitamento em bases educativas novas;

9 – A administração rápida e eficaz da justiça, em todos os seus ramos;

10 – Amnistia ampla para crimes políticos e sociais, dentro de uma política geral de conciliação nacional;

11 – A revisão de todas as sindicâncias pendentes;

12 – A modificação do sistema eleitoral, no sentido de representação das classes, e a alteração de alguns princípios constitucionais;

13 – A intensificação da obra de proteção social, quer resolvendo a questão dos bairros operários, quer desenvolvendo assistência pública;

14 – O melhor aproveitamento dos recursos coloniais e auxílio às iniciativas particulares que se dirigem para as Colónias (cf. José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, 2ª edição, Editorial Estampa, 2001, p. 113).

Óscar Carmona, o promotor de justiça que absolveu os implicados no 18 de abril, aproveitou o julgamento para aparecer como um artesão da unidade do comportamento militar face a uma situação política cada vez mais degradada. Proferiu uma frase célebre que ficou para a História e teve consequências políticas: «A Pátria doente manda acusar e julgar neste tribunal os seus filhos mais diletos» (Alberto da Costa Ilharco, *Memórias, Influência da Política no Exército*, Porto, Editora Lello e Irmão, 1926, pp. 111-112).

via do diálogo e da aliança com o setor republicano-conservador da ditadura militar, com o intuito de a conduzir «a uma solução regeneradora e superadora dos velhos vícios políticos do passado, mas no quadro de uma República liberal»¹⁸.

O que é um facto e, é isto que verdadeiramente importa nesta nossa análise, é que a República do 5 de outubro de 1910 colapsou às mãos do movimento do 28 de maio de 1926, que vai consolidar uma ditadura militar nos meses seguintes sem qualquer oposição séria e eficaz por parte dos defensores dessa mesma República, que esteve muito longe de ter sido «invencível»¹⁹. A I República suscitara inimigos de todos os quadrantes – monárquicos, nacionalistas, católicos, integralistas, no mundo operário e sindicalista e até, entre a família republicana, como se viu. A ditadura dos militares acabou por se impor com uma certa naturalidade, em que eles vão manejar «as espadas iradas de um exército tantas vezes chamado a pôr fim ao imbróglio político do nó górdio republicano [e vão executar] afinal aquilo que aguardava tão-só a Ocasão, a Hora, a Mão com um nome (...)»²⁰ que, rapidamente, cedeu o lugar aos ditadores seguintes, até estabilizar em Salazar.

A partir do golpe militar de 18 de abril de 1925, a principal linha de comportamento dos oficiais passou pela condenação do regime parlamentar. Assinale-se que a unidade operacional dos militares foi acelerada pela nova tentativa de revolta em 19 de julho de 1925²¹ e pelo julgamento dos implicados no movimento de abril que se iniciaria a 1 de setembro. O julgamento dos revoltosos do 18 de abril terminou com a absolvição dos réus, ficando para a História uma frase do promotor de justiça, general Carmona, e que viria a ter consequências políticas: «A Pátria doente manda acusar e julgar neste tribunal os seus filhos mais diletos»²². A 10 de dezembro, o Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, apresentou o seu pedido de renúncia. No dia seguinte o Congresso elegeu Bernardino Machado, cujo mandato não chegaria ao fim, sendo interrompido pelo movimento do 28 de maio. Curiosamente, o seu primeiro mandato também tinha sido interrompido pela eclosão do Sidonismo, em dezembro de 1917.

¹⁸ Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», *op. cit.*, p. 164.

¹⁹ Cf. Carlos Ferrão, *Em Defesa da República*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1963, p. 247.

²⁰ V. João Medina, *op. cit.*, p. 200.

²¹ O movimento revolucionário de 19 de julho de 1925 foi chefiado por militares republicanos como o comandante Cabeçadas e teve o apoio de cerca de cem oficiais de proveniência diversa e que se opunham ao regime parlamentar.

²² Alberto da Costa Ilharco, *op. cit.*, p. 112.

O descontentamento dos militares contra a República teve por base um conjunto diversificado de fatores. Muitos assentavam, enquadravam-se ou davam expressão aos descontentamentos, interesses e reivindicações sociais e económicas. Ao fim de 16 anos de regime republicano tinha-se formado uma autêntica fronda social contra a I República²³. Temos um bloco social formado pelos médios e grandes interesses económicos da indústria, do comércio e da agricultura, as chamadas “forças vivas” agrupadas em torno da União dos Interesses Económicos, ideologicamente inspiradas e secundadas por grupos ou personalidades políticas diversas que lhes davam uma determinada coesão doutrinária conservadora²⁴. Um outro grande bloco agrupava-se em torno dos interesses intermédios, contemplando uma vasta gama de pequenos comerciantes, industriais e agricultores no limiar da ruína devido à crise económica, a que se juntava a pequena burguesia urbana dos empregados e do funcionalismo público atingida pela desvalorização dos rendimentos fixos e por uma crescente inflação. A expressão política deste setor ia «desde o radicalismo trauliteiro e desesperado de direita (que inspira, por exemplo, a organização patronal de César Príncipe) até a um republicanismo regenerador, adepto de medidas drásticas de moralização e reforma da vida política e económica do país»²⁵.

O movimento operário e as suas organizações políticas e sindicais, de que falaremos mais à frente, tenazmente perseguidos pelos governos republicanos, foram por sua vez, impotentes para conter o movimento golpista de maio. Inclusive, alguns setores, mantiveram-se expectantes e neutrais.

Segundo afirma César de Oliveira, a República caiu porque se apoiou numa burguesia liberal incapaz de integrar no seu próprio processo político as reivindicações das classes trabalhadoras²⁶. Afirma ainda este historiador que a partir de 1917, com a aparição de Fátima e a criação da Cruzada Nuno Álvares, acrescido do exemplo da revolução russa vitoriosa de outubro e ainda com a subida ao poder de Primo de Rivera, em Espanha, e de Mussolini, em Itália, começaram a aparecer nos jornais portugueses frases como: ‘Portugal precisa de um ditador como Mussolini ou Primo de Rivera. Quem é que vem salvar a Pátria?’²⁷. Era latente

²³ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928 – 1938*, Lisboa, 2ª edição, Editorial Estampa, 1996, p. 116.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*, pp. 116-117.

²⁶ César de Oliveira, in *Sempre Fixe*, Lisboa, 2ª Série, Ano I, nº 27, de 5 de outubro de 1974, p. 7.

²⁷ *Ibidem*.

o perigo da revolução social. José Domingues dos Santos provocou uma cisão no Partido Republicano fundando a Esquerda Democrática e alinhando ao lado da esquerda em Portugal.

Os partidos burgueses da República mostravam-se incapazes em assegurar uma estabilidade mínima indispensável que garantisse às classes possuidoras a sua existência política dominante. Por outro lado, refira-se o exemplo da revolução bolchevique na Rússia, acrescido de uma força sindical poderosa - «a C.G.T., com 135 mil filiados ao lado da qual alinhava o Partido Comunista, uma força extremamente minoritária, o Partido Socialista, a Esquerda Democrática e a Seara Nova»²⁸. Refere ainda César de Oliveira que todos os partidos republicanos, exceto o Partido Democrático, que se encontrava no poder, participaram no golpe de Estado, desejosos que o novo poder militar criasse um poder forte, que estabilizasse a vida política portuguesa, destruísse a hegemonia do Partido Democrático e eliminasse o perigo de uma revolução social em Portugal²⁹.

Por exemplo, no período compreendido entre 1917 e 1924, registou-se um número surpreendente de greves, seguramente não menos de quatro centenas com grande impacte, chegando algumas a paralisar a vida de Lisboa e Porto por vários dias. Generalizaram-se igualmente os motins, os atentados e as conspirações. À repressão da GNR, que provocou várias mortes, os militantes respondiam com petardos e incêndios de edifícios públicos. Como reação ao terrorismo policial e patronal, o operariado criou o Comité de Defesa Social e a Legião Vermelha. Esta foi responsável por cerca de duzentos atentados terroristas e as Juventudes Sindicalistas que faziam parte do Comité de Defesa Social enveredaram pelos atentados e ataques bombistas (no final de 1921 uma explosão accidental na sede das JS vitimou três jovens militantes, revelando uma verdadeira fábrica de bombas no local). Como resposta à criação da Confederação Geral do Trabalho foi criada a Confederação Patronal. «Encontram-se organizados os que nada tinham a perder, bem como os que tinham a perder, nas palavras de Sérgio Príncipe, que, ao adaptar a fórmula de Marx e Engels, revela a ameaça que constituía o movimento operário para as classes possidentes». Sérgio Príncipe apelava a «ações enérgicas» contra o movimento operário, «uma vez que os meios de ação pacífica se tinham esgotado»³⁰.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Cf. Joana Pereira, «A Confrontação Social no Pós-Guerra», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIII, nº 39, de outubro de 2001, pp. 32-39.

O chamado Partido Republicano da Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos, resultante de uma cisão do Partido Republicano Português («democráticos»), no seu único congresso que realizou em 1926 caracterizou este último como «uma agência de negócios em véspera de falência fraudulenta». Aceitando como base o programa republicano de 1891, propunha a construção de um Estado republicano em direção a uma «República Social». Nas eleições de novembro de 1925 tinha lançado um Manifesto onde defendia a reorganização económica e financeira, a extinção dos monopólios estatais do Tabaco e dos Fósforos, a reforma da educação nacional, a supressão dos abusos da Moagem, o parcelamento dos latifúndios, a expansão da força hidráulica e a democratização da República, encontrando mesmo simpatia por parte da Confederação Geral do Trabalho e da Seara Nova, mas forte oposição por parte de António Maria da Silva do PRP e das associações de interesses económicos³¹.

Outros fatores contribuíram para o afundamento da I República. O republicanismo apresentava-se como um fenómeno minoritário, próprio da pequena burguesia e das classes médias citadinas. Por outro lado, o republicanismo não estava implantado de forma uniforme no território nacional, sendo essencialmente um fenómeno urbano. A província não era republicana, exceto pequenos grupos ou indivíduos que perfilhavam essas ideias. Depois, a República mostrou-se incapaz de democratizar o sistema político e não construiu um projeto ou uma ideia de Estado capaz de aglutinar um bloco social e político estável³². O novo poder

³¹ Ernesto Castro Leal, «Partidos e grupos políticos na I República», in João Medina (dir.de), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Alfragide, Vol. X: «A República I», Ediclube, 1994, pp. 317-318. Domingues dos Santos presidiu a um ministério de 22 de novembro de 1924 a 15 de fevereiro de 1925.

V. igualmente Álvaro Arranja, «Um governo de esquerda na I República», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXII, nº 29, de outubro de 2000, pp. 10-13.

³² Cf. Maria Alice Samara, «A Queda da I República», in António Simões do Paço (coord. de), *Os Anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, Vol. 1: «1926-1932 A ascensão de Salazar», s. l., Edições Centro Editor PDA, 2008, pp. 42-53.

Com efeito, desde a primeira hora que o republicanismo, acossado à sua direita e à sua esquerda, se viu impotente para romper o cerco que, a prazo, acabaria por deitar abaixo a República. À direita, as classes conservadoras e as “forças vivas” dos grandes interesses apostavam na ordem e na superação autoritária do liberalismo. À esquerda, o movimento operário, desiludido com as promessas não cumpridas e com a forma como era tratado – Afonso Costa foi apelidado de “racha-sindicalistas” – distanciou-se cada vez mais da República.

Por outro lado, os republicanos ao conquistarem o poder não instituíram o sufrágio universal, contrariamente ao que propagandearam antes, assentando e dependendo assim de um pequeno número de eleitores. A República, implantada, mas não enraizada, temia o voto das massas rurais conservadoras e ainda em grande parte pró-monárquicas, como tinha medo de grande parte das populações urbanas, desiludidas com a República. O mundo rural, conservador e maioritariamente católico, passou a hostilizar o novo regime sob a ação da “reação clerical” que não aceitava e combatia as medidas anti-clericais promulgadas pelos governos

mergulhou numa crise de legitimidade e de representatividade do regime, mostrou-se incapaz de fazer a auto e a hetero-regulação do funcionamento do sistema institucional³³ e de fazer frente à reorganização do campo conservador e à oligarquia financeira. Tornou-se igualmente um facto a promiscuidade entre militares e políticos, a perda de confiança e o vazio ideológico das elites políticas.

Após a Grande Guerra a crise agravou-se no país em todos os domínios e começaram a ser feitos apelos para a intervenção das Forças Armadas na vida pública e política. Os militares passaram a ser vistos como uma espécie de reserva dos valores essenciais para a salvação da nação, considerando-se que poderiam estar acima dos partidos e da “baixa política”. Um dos grandes paladinos, adepto do estabelecimento de uma ditadura militar no país foi Cunha Leal³⁴, fundador da União Liberal Republicana. Prova disso foi a célebre

republicanos, como seja a célebre lei de separação das Igrejas do Estado. Não se operou assim a democratização do regime republicano.

O republicanismo também não conseguiu arquitetar um projeto capaz de aglutinar um bloco estável que tornasse viável o novo poder. Foram feitas algumas tentativas nesse sentido, como seja a estratégia de intervenção na I Guerra Mundial e as propostas dos chamados governos canhotos, entre 1923 e 1925, com Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos. Estas últimas propostas, que visavam o equilíbrio económico-financeiro sem penalizar em grande medida as classes mais desfavorecidas, como a implementação de uma “reforma agrária” e o controlo dos câmbios e da atividade bancária, tiveram a oposição frontal das chamadas “forças vivas” que se mobilizaram e formaram a União dos Interesses Económicos. Por outro lado, os conflitos permanentes entre os diversos setores da burguesia, com interesses contraditórios, desempenharam um papel crucial na queda da I República (cf. Maria Alice Samara, «A Queda da I República», cit.).

³³ Para António Reis, um dos males da I República foi a incapacidade de auto-regulação demonstrada pelos políticos e partidos de então. Apenas se teria verificado uma tentativa séria de auto-regulação no governo de Álvaro de Castro, entre dezembro de 1923 e junho de 1924, quando tentou «'domesticar' o Parlamento, sem cair em ditadura, utilizando a técnica das autorizações legislativas» (vide António Reis (entrevista de Luís Farinha), «A I República precipitou-se no abismo», in *História*, Lisboa, Ano XXIII, III Série, nº 39, de outubro de 2001, p. 19).

³⁴ Cunha Leal, membro do Partido Nacionalista, fundou a União Liberal Republicana em 1926. Apoiente do Movimento do 28 de maio de 1926, cedo passou a opor-se à nova situação. Cunha Leal teve uma vida política intensíssima: apoiente de Sidónio Pais, Deputado ao Parlamento em 1918, Ministro das Finanças de novembro de 1920 a janeiro de 1921, Diretor do jornal *O Popular* e de *O Século*, Ministro das Finanças no governo de Ginestal Machado em novembro e dezembro de 1923, Reitor da Universidade de Coimbra em 1924 e 1925, foi preso por ter sido apoiente do golpe de 18 de abril de 1925. Apoiente do 28 de maio e de Salazar, distancia-se deste atacando violentamente a sua política de Finanças, sendo demitido do Banco de Angola e preso, acusado de conspirar contra o regime e exilado nos Açores. Como opositor claro ao “Estado Novo”, participou nas listas do Movimento de Unidade Democrática (MUD) em 1945 e será candidato pela oposição nas eleições para a Assembleia Nacional em 1949. Em 1950 fez parte do Diretório Democrato-Social criado por António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes e em 1951, foi um dos principais apoiantes da candidatura de Quintão Meireles às eleições para a Presidência da República, ganhas pelo candidato do regime salazarista, general Craveiro Lopes.

conferência proferida na Sociedade de Geografia em 17 de dezembro de 1923, subordinada ao tema “O Exército e a Política”³⁵. Vejamos algumas passagens do seu discurso:

«Assim, feitas por maus ou bons portugueses e republicanos, as ditaduras surgem – repito – às claras ou disfarçadas, quando se tornam necessárias. Resume-se a questão em aparecer quem saiba assumir responsabilidades (...). A Itália, que vivia em conflitos sociais permanentes e com um Parlamento que se tornara numa razão de desordem, encontrou um homem que, em determinado momento, encarnou os desejos coletivos. Esse homem, antigo *pé fresco*, soldado regressado da trincheira, impôs a ordem onde havia a desordem, e hoje a Itália é uma nação que progride e se impõe à consideração geral. A própria Espanha, posta em perigo pela ação deletéria dos seus políticos, encarnou as suas aspirações num homem que é alguém, embora não tenha a simpatia dos portugueses, porque não simpatizamos com um ditador militar. Mas a verdade é que ele está reparando, brilhantemente, os erros dos políticos. (...).

Entre nós existe, também, a necessidade urgente duma reação! (...).

O Exército não deve, realmente, **actuar** contra os partidos, mas tem o direito de fazer ouvir a sua voz e indicar aos poderes públicos que, se lhe compete o direito de falar – sob pena de se perder tudo, absolutamente tudo, em Portugal»³⁶.

Cunha Leal, de verbo fácil e acutilante, foi um dos defensores dos militares implicados no 18 de abril, ficando igualmente célebre o seu discurso pronunciado no tribunal de guerra em defesa destes, na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, em 26 de setembro de 1925. A sua atuação teria sido decisiva para a absolvição dos sediciosos que intentaram contra a República. No final do seu discurso, todo ele feito num tom eloquente e apaixonado, remata com um desafio aos juízes que estavam a julgar os réus, advertindo-os que, caso houvesse

³⁵ Vide Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Editora Portugal – Brasil, s. d., pp. 177-194.

³⁶ *Ibidem*, pp. 185-187.

uma condenação destes, a desordem alastraria pelo país e mais sangue iria correr pelas calçadas: «Se a desordem sair triunfante deste Tribunal, por virtude duma condenação, mais sangue correrá. A consciência depois que vos diga quem terá sido o culpado disso»³⁷. Como se veio a comprovar, os juízes, com a patente de generais, optaram por não ficar com as suas consciências pesadas perante o discurso de Cunha Leal.

O apelo à intervenção militarista na governação republicana não foi um exclusivo de personalidades e forças do xadrez político de direita. Elementos influentes na área das esquerdas manifestaram igualmente atitudes no mesmo sentido. Encontra-se neste caso Ramada Curto, presidente do Partido Socialista Português, o que não deixa de ser curioso. Por ocasião do XII Congresso do PSP que se iniciou em Lisboa no dia 3 de julho de 1926, este dirigente socialista terá afirmado o seguinte: 'Por mim, entendo que o Exército não deve abdicar. (...) A liberdade só a sabem apreciar aqueles que alguma vez a perderam. Não. A hora é do Exército. (...) Não vejo, como tantos, o perigo monárquico. Vejo a necessidade de que o Exército governe'³⁸. Torna-se evidente que Ramada Curto se rendeu ao movimento castrense do 28 de maio e apostava, sem tibiezas, no novo governo dos militares.

Intelectuais significativos, de diferentes proveniências e valores, consagraram, nos anos vinte, particular atenção favorável à intervenção militar na sociedade portuguesa. Estão neste caso Fidelino Figueiredo³⁹ e Fernando Pessoa⁴⁰. Deixando de lado o primeiro por ser

³⁷ *Ibidem*, p. 254. Cunha Leal, apoiante desde a primeira hora da ditadura militar que se instalou no poder em 28 de maio de 1926, bem cedo se desiludiu da mesma, acabando por criticar e se opor, inclusive, a Gomes da Costa e a Carmona. A seguir à queda do comandante Cabeçadas, passou a receber vexames e insultos e uma sua conferência foi proibida na Sociedade de Geografia, como ele próprio afirma. (Vide introdução à obra *Eu, os Políticos e a Nação*, cit., pp. IX-XLIV).

³⁸ Citado por Pedro Ramos de Almeida, *op. cit.*, p. 62.

³⁹ Fidelino de Figueiredo (Lisboa, 1889 – 1967), notabilizou-se como professor, historiador e crítico literário, tal como na faceta de ensaísta e de intelectual cosmopolita. Licenciou-se em Ciências Histórico-Geográficas na Faculdade de Letras, em 1910, iniciando a sua vida profissional a se dedicar ao ensino e à vida política nos conturbados tempos que se seguiram à implantação da República. Exerceu vários cargos públicos: funções no Ministério da Educação, diretor da Biblioteca Nacional e deputado. Fundou e dirigiu a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e a *Revista de História* (1912-1928). Exilando-se em Madrid em finais da década de 20, por razões políticas, é contratado como professor de Literatura pela Universidade Central. Já na década de 30, depois de regressado a Portugal, celebrou-se nas atividades de conferencista e professor convidado de Literatura em várias universidades europeias e americanas. Contratado pela Universidade de S. Paulo (1938-1951), funda aí e, logo de seguida, também na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, os Estudos de Literatura Portuguesa. Dirigiu e colaborou ativamente na revista de *Letras* (1938-1954), publicação da referida Universidade de São Paulo.

⁴⁰ Fernando António Nogueira Pessoa (Lisboa, 1888 – 1935), mais conhecido como Fernando Pessoa, foi poeta e escritor. É considerado um dos maiores poetas de língua portuguesa, e o seu valor é comparado ao de Camões. O crítico literário Harold Bloom considerou-o, ao lado de Pablo Neruda, o mais representativo poeta do século XX. Por ter vivido a maior parte de sua juventude na África do Sul, a língua inglesa também possui

demasiado radical, analisemos o ensaio do grande poeta português intitulado “O Interregno. Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal”⁴¹. Este opúsculo que, como o nome indica, faz a justificação da Ditadura Militar, entretanto já implantada. São três as justificações da ditadura: em primeiro lugar como o país se encontra dividido entre metade monárquicos e metade republicanos, não será possível nem a República, nem a Monarquia, só a Ditadura Militar; a segunda justificação tem a ver com o facto de Portugal não ter vida institucional legítima, pelo que o constitucionalismo terá de ser eliminado, sendo estabelecido um Estado de Transição para a manutenção da ordem, ou seja a Ditadura Militar; a terceira justificação prende-se com a inexistência de uma opinião pública no país, a par de não haver regime político, nem qualquer tipo de constituição. A solução residirá em apelar para a força, consentânea com a tradição e a consecução da vida social, que só poderá ser a força armada, ou seja, a Ditadura Militar⁴². Fernando Pessoa não se ficaria por aqui, pois ainda no ano de 1928 chegou a teorizar sobre as excelências da Ditadura Militar em relação a outras formas de regime autoritário. Esta posição virá a ser contrariada por Salazar, preferindo substituir a Ditadura Militar pela Ditadura do “Estado Novo”.

Apercebendo-se do abismo em que a República tinha mergulhado, os próprios seareiros⁴³ passaram a defender, inclusivamente, uma «ditadura provisória» que fosse capaz de salvar o regime republicano do colapso eminente. Em 1925 falharam algumas tentativas para constituir um «cartel das esquerdas», incluindo elementos da Seara Nova, da Esquerda Democrática, do Partido Socialista e radicais, que contrabalançasse a hegemonia do Partido Democrático nas eleições desse ano. No início de 1926, foram desenvolvidas iniciativas para formar dentro do Parlamento um bloco de resistência democrático contra a ditadura e a corrupção e, fora do Parlamento, um outro movimento paralelo, unindo grupos políticos e sindicalistas, «com vista a uma mobilização popular de rua». De acordo com Raul Proença

destaque em sua vida, com Pessoa traduzindo, escrevendo, trabalhando e estudando no idioma inglês. Teve uma vida discreta, em que atuou no jornalismo, na publicidade, no comércio e, principalmente, na literatura, onde se desdobrou em várias outras personalidades conhecidas como heterónimos (Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis). Morreu de problemas hepáticos aos 47 anos na mesma cidade onde nasceu, tendo a sua última frase sido escrita na língua inglesa, com toda a simplicidade que a liberdade poética sempre lhe concedeu: “*I know not what tomorrow will bring*” (“Eu não sei o que amanhã trará”).

⁴¹ Ensaio incluído na obra de Fernando Pessoa, *Páginas de Pensamento Político – 2. 1925-1935*, cit., pp. 41-59.

⁴² *Ibidem*, pp. 42-57.

⁴³ Do grupo fundador da Seara Nova faziam parte Jaime Cortesão, Teixeira de Vasconcelos, Aquilino Ribeiro, Raul Proença, Câmara Reis e Raul Brandão.

tudo isto teria falhado devido a «um forte déficit de mística democrática, um enorme cepticismo e demissionismo dos dirigentes republicanos». Com efeito, «a única alternativa credível parecia ser a de uma ditadura transitória, para uns, desencadeada com desígnios de regeneração do regime, para outros, desencadeada com propósitos de instauração de um regime solidamente antiliberal»⁴⁴. Viria a prevalecer esta última tese, em que a ditadura transitória se transformou numa ditadura definitiva de quase meio século.

Gomes da Costa e os generais que o secundaram acabaram assim por fazer uma marcha triunfal sobre Lisboa sem qualquer tipo de oposição, instalando-se comodamente no poder. Tinha sido desferida uma punhalada mortal numa República exaurida e quase moribunda, dando lugar, primeiro, a uma ditadura castrense, segundo, à ditadura salazarista, o que significou segundo João Medina, «restaurar o Portugal arcaico, clerical e oligárquico-latifundiário que jazia nas províncias à sombra dos campanários, estabelecendo a *pax ruris* cantada por neogarretistas que embirravam com a industrialização e o espírito do capitalismo»⁴⁵.

Com a morte da República muitos temeram uma restauração monárquica, o que não se veio a verificar. Não obstante, houve intenções e inúmeros preparativos nesse sentido logo nos meses seguintes à destituição de Gomes da Costa, segundo nos relata a folha clandestina de ataque à Ditadura Militar, *A Revolta*. Na primeira página este opúsculo republicano proclama: «Povo Republicano, Alerta! Prepara-se na sombra, a traição contra a República!». Neste pequeno artigo da autoria de Álvaro de Castro diz-se que almoçaram em Sintra vários ministros e o presidente Carmona, onde se convencionou restabelecer a monarquia⁴⁶.

A Revolta não se ficará por aqui nas suas acusações de traição aos novos governantes. Em abril do ano seguinte, já depois do fracasso do movimento “reviralhista” de fevereiro, aquele opúsculo que se afirma «pela reorganização da República e pela legalidade contra a tirania», escreve que numa reunião realizada em Paris foi assinado um pacto entre D. Manuel, último rei português, e o príncipe D. Duarte Nuno, descendente direto de D. Miguel, pelo

⁴⁴ Cf. António Reis (entrevista de Luís Farinha), «A I República precipitou-se no abismo», *op. cit.*, p. 23.

⁴⁵ João Medina, *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000. p. 39.

⁴⁶ In *A Revolta*, Lisboa, Ano I, nº I, 2 de novembro de 1926, p. 1. Na página 2 encontra-se um outro artigo, «Restauração Monárquica», onde se afirma que os monárquicos se preparam para restaurar a monarquia com o apoio de alguns membros do governo, concluindo que Paiva Couceiro se encontra em Lisboa desde o dia 30 de setembro, «tendo tido uma larga conferência com Sinel de Cordes e Aires de Ornelas».

qual o primeiro desistiria das pretensões ao trono a favor do segundo, que, no entanto, até à sua maioria aceitaria a regência do primo. Nesta reunião teriam estado presentes, entre outros, D. Manuel, o representante de D. Duarte Nuno, Pinheiro Torres, Aires de Ornelas e um representante de Sinel de Cordes, ministro das finanças. «Este pacto era [a] condição *sine qua non* imposta pelos integralistas para formarem [uma] frente única – o que já fizeram – com os constitucionalistas, partidários de D. Manuel, no golpe contra a República»⁴⁷.

Para concluir, diga-se que os republicanos editores de *A Revolta*, caso de Álvaro de Castro, foram daqueles que de início apoiaram o movimento ditatorial comandado por Gomes da Costa, com o objetivo de «libertar o País das garras dos *maus políticos* que, pela sua ação, impediam todo o progresso nacional». Mas cedo se desiludiram, ao constatar que os generais não cumpriram o que prometeram - «embainhar as suas espadas logo que o governo estivesse em mãos experientes e honestas»⁴⁸. Como se comprova, vários fatores contribuíram para o colapso inexorável da I República.

2. O Estado das Organizações Operárias

2. 1. O Movimento Anarcossindicalista

O movimento operário e sindical mostrou-se impotente para travar o avanço dos golpistas do 28 de maio sobre a capital, manifestando uma posição expectante e chegando, inclusive, a colaborar com eles, no caso em que os ferroviários aderentes à C. G. T. – Confederação Geral do Trabalho⁴⁹ colocaram à sua disposição os comboios das linhas do Minho e Douro para o transporte das tropas revoltosas.

Afinal, todos conspiravam contra a República – refere o operário comunista José Silva - os republicanos, os militares e os dirigentes do Movimento Sindical. «Estes últimos, na sua ignorância das características do movimento em curso e pelo ódio que votavam ao Partido

⁴⁷ Cf. «Traição!», *Ibidem*, Lisboa, Ano I, nº 1 e 2, de 23/30 de abril de 1927, pp. 1 e 8.

⁴⁸ Cf. «O 28 de maio. Promessas e realidades», *Ibidem*, p. 7.

⁴⁹ A Confederação Geral do Trabalho (CGT), sucessora da União Operária Nacional (UON), foi constituída no Congresso de Coimbra, em setembro de 1919. O jornal operário *A Batalha*, fundado em 23 de fevereiro de 1919 e tendo como redator principal Alexandre Vieira, passou a ser o órgão da CGT. A UON fora fundada no Congresso de Tomar, em 1914 (cf. Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 141-143).

Democrático, ajudaram a liquidar a República e com ela as liberdades sindicais». Mais à frente remata que «a República ia morrer apunhalada, sem que um único dedo se erguesse para a defender! Os reacionários, tendo as armas na mão, não precisaram de disparar um tiro!!! Cometeu-se o tremendo erro de confundir Partido Democrático – que todos odiavam – com República»⁵⁰. Foi o que sucedeu.

Segundo José Silva, a C. G. T., se quisesse, teria impedido a vitória do movimento sedicioso ao proclamar a «Greve Geral», como tantas vezes o fizera, nomeadamente contra «a subida de *dez centavos no preço do quilo do pão*» e para combater a revolta militar do 18 de abril de 1925, «que foi esmagada». Se a C. G. T. tivesse proclamado a greve geral contra o movimento militarista, «teria resgatado todos os seus erros passados», pois mesmo na situação de debilidade em que se encontrava, «era ainda uma força potencialmente mais forte do que o bando de oficiais concentrados em Braga». Ao não agir como lhe competia, a confederação anarcossindicalista «perdeu o melhor da sua história», pois se tivesse tomado a iniciativa de barrar o caminho aos revoltosos, «ter-se-ia transformado no centro aglutinador de todas as forças progressivas que, desde longa data, sempre se haviam manifestado contra governos e sistemas ditatoriais»⁵¹.

A central operária anarcossindicalista, a única organização sindical existente na época, encontrava-se muito debilitada e descrente em relação à República e aos políticos, não empreendendo qualquer tipo de oposição aos golpistas militares no 28 de maio⁵². A sua posição foi de neutralidade e expectativa⁵³ perante o desenrolar dos acontecimentos, só

⁵⁰ José Silva, *Memórias de um Operário*, 1.º Vol., Porto, Edição de Manuel Duarte, 1971, p. 205.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 201-203.

⁵² De acordo com Bento Gonçalves, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, a debilidade e a crise que atingiam a C. G. T. já vinham desde 1923, quando esta organização baixou de 130 000 para 90 000 associados, devido a vários fatores: a transformação da CGT numa central anarcossindicalista, ao aderir à Associação Internacional dos Trabalhadores, com sede em Berlim, na linha do sindicalismo revolucionário da Carta de Amiens; o envolvimento da classe operária em vários movimentos políticos “putchistas” sem nunca ter tido um papel dirigente; as derrotas do movimento operário, o aumento da repressão e as lutas sem resultados verdadeiramente positivos; o estímulo ao terrorismo da parte dos dirigentes cegetistas; o reforço do sectarismo da CGT que se operou a partir do Congresso Sindical da Covilhã, em 1922, face ao aparecimento do Partido Comunista e dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha no movimento operário; o agravamento das condições económicas das massas populares (cf. Bento Gonçalves, *Palavras Necessárias (Elementos para a História do Movimento Operário Português)*, in Bento Gonçalves, *Os Comunistas*, Porto, A Opinião, 1976, pp. 94-96).

⁵³ Sobre a expectativa e neutralidade mantida pela CGT anarcossindicalista em relação ao Movimento do 28 de maio, veja-se José Rodrigues Miguéis no seu romance *O Milagre Segundo Salomé*. A cena tem lugar numa reunião onde se encontravam representantes da CGT, resistentes republicanos, operários, militares. Quando todos esperavam que a central sindical organizasse a resistência ao golpe militar e que defendesse a República, o seu representante máximo responde: «A República? Qual delas? A do Afonso Costa que assaltou e metralhou

tomando posição no dia 1 de junho, quando o órgão oficial da CGT, *A Batalha*, «proclamou em princípio a greve geral revolucionária», apelando à «Liberdade contra a Tirania». No dia seguinte, o Comité do Movimento da CGT continuou a manter a deliberação confederal respeitante à votação «em princípio da greve geral», reproduzindo *A Batalha* do dia 3 de junho as declarações de Gomes da Costa – «Não quero a ditadura militar! Quem o dissermente como um cão!» -, e as de Mendes Cabeçadas – de que «as liberdades seriam respeitadas»⁵⁴. Os operários continuaram a ser mantidos de prevenção pela confederação anarquista nos dias imediatos, quando, surpreendentemente, é anunciada a sua suspensão no dia 8 de junho, uma vez que «parece ter sido desviada a **trajectória** francamente militar ditatorial»⁵⁵ que, até ali, se afirmava caracterizar o movimento.

Que se teria passado afinal para esta posição comprometedora da CGT? David Carvalho, jovem redator de *A Batalha* na altura, parece desvendar o enigma a crer no relato que faz no seu livro *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910 – 1926)*. Quando o jornal operário proclama a greve geral revolucionária, Mendes Cabeçadas teria convocado ao ministério do interior o Comité Confederal da CGT, apresentando-se o seu Secretário-Geral,

a União Sindical e expulsou mulheres e crianças? A dos que mandam espingardear grevistas? Tudo isto é apenas uma rixa no seio da família burguesa! O operariado não mete para aí prego em estopa. Já deu demasiadas vezes o seu sangue. Seja quem for que governe – militares ou novos-ricos, políticos ou intelectuais é sempre a Ditadura da Burguesia. Não contem connosco! (Cf. José Rodrigues Miguéis, *O Milagre Segundo Salomé*, 3ª edição, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, pp. 180 e 181).

A Batalha de dia 28 de maio apenas insere um pequeno título, na pág. 4, sobre os acontecimentos ocorridos neste dia: «Durante o dia de ontem ocorreram insistentes boatos de graves acontecimentos, tendo as prevenções sido rigorosas». No dia 29, na 1ª pág., o órgão cegêista titula: «Prossegue o Movimento Insurreccional – A atitude do operariado é de neutralidade e expectativa». Neste artigo refere o seguinte: «O operariado, pela natureza da sua organização sindicalista, é alheio e não intervém nos acontecimentos políticos. (...). O movimento é contra o António Maria da Silva e contra o partido democrático? A ele estamos alheios, porque não entramos em movimentos políticos; quedos e neutrais permaneceremos perante a sorte dos actuais governantes, porque não temos por eles a menor piedade». A justificação para este comportamento neutral tem a ver com as «deportações» e «assassinatos» de operários presos, com os «fuzilamentos de Silves», com as perseguições do governo à Organização Operária (*A Batalha*, de 28 e 29 de maio de 1926).

⁵⁴ In *A Batalha*, Lisboa, Ano VIII, nº 2 301, de 3 de junho de 1926, p. 1.

A Batalha de 30 e 31 de maio faz um relato detalhado dos acontecimentos, apelidando o movimento de «revolucionário» (*Ibidem*, nº 2 298, de 30 de maio, p. 1) e inserindo uma nota oficiosa da CGT alertando o proletariado sobre o perigo de uma ditadura militar, devendo este manter-se de «sobreaviso», prevenindo-se para a eventualidade de uma resistência mais ativa na defesa da liberdade, «mais do que nunca ameaçada sob o pretexto da salvação nacional» (*Ibidem*, nº 2 299, de 31 de maio, p. 1). Apesar desta pág. mencionar num outro artigo que as «Tropas do Alentejo marcham sobre Lisboa para implantar uma ditadura fascista» e que, em face disto, o Comité Revolucionário dos Ferroviários do Sul e Sueste decidira impedir aquelas de utilizar a via férrea para chegar a Lisboa, num outro artigo, na mesma pág., o sentimento de neutralidade mantém-se ao afirmar que «Não fazemos fretes aos partidos derrotados! Não intervimos na luta entre eles e os militares». O órgão anarcossindicalista de dia 2 de junho e dias seguintes continua a manter o operariado de prevenção, apelando à Liberdade contra a Ditadura.

⁵⁵ *Ibidem*, nº 2 306, de 8 de junho de 1926, p. 1.

Santos Arranha, e Virgílio Arruda. Cabeçadas exigiu a anulação da proclamação e que fosse tornada pública em *A Batalha*, sem o recurso à expressão «greve geral revolucionária». Caso se verificasse uma recusa, seriam dadas instruções para o encerramento das sedes operárias instaladas no edifício da Calçada do Combro – a C. G. T., a União dos Sindicatos, a Federação e o Sindicato da Construção Civil, *A Batalha*, a Federação e o núcleo de Lisboa das Juventudes Sindicalistas. Também seriam presos todos os militantes destas organizações, incluindo os redatores do jornal. Os dois sindicalistas teriam acatado a ordem, tendo-se deslocado à redação para a executarem, recebendo a oposição dele, David de Carvalho, e dos redatores Mário Domingues e Cristiano Lima. Entretanto chegara Alexandre Vieira que, ao saber do sucedido, «recolheu-se em mutismo e por fim saiu sem dizer palavra», deixando transparecer nesta atitude, «dramaticamente, o verdadeiro estado da organização, bem como o esmorecimento dos dois militantes da C. G. T. [que] refletia tragicamente quanto os militantes sindicalistas de mais altas responsabilidades se achavam dissociados das massas trabalhadoras». E foi assim que *A Batalha* vem a publicar, no número imediato, a contra-ordem de greve geral, «sem a menção das três palavras proscritas»⁵⁶.

Foi preciso esperar até 17 de junho, aquando do contra-golpe que destituiu Mendes Cabeçadas, que a estrutura confederal, através do seu órgão oficial, proclama, finalmente, «a greve geral revolucionária em todo o país», mencionando que por detrás do novo pronunciamento se encontrava a monarquia, «a mais férrea de todas as ditaduras», querendo impor um regime à Mussolini italiano, ou à Rivera espanhol, «com o seu horroroso cortejo de destruição de tudo quanto represente o espírito liberal do povo português»⁵⁷. Tratou-se de uma proclamação demasiado tarde - «o apelo da CGT à greve geral não passou aos factos e o militantismo terá encarado a nova situação como mais um período transitório de limitação de direitos que, mais tarde ou mais cedo, seria ultrapassado»⁵⁸. O novo poder militar de Gomes da Costa tratou logo de impedir a circulação do Suplemento com a proclamação da greve geral, revelando-se esta um fracasso total. O elemento decisivo que concorreu para este fiasco não teria residido tanto na proibição de circulação do apelo à greve, mas sim na grave

⁵⁶ Vide David de Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Seara Nova, 1977, pp. 241-243. Veja-se igualmente Jacinto Baptista, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a história do diário sindicalista A Batalha/1919 – 1927*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 143.

⁵⁷ *A Batalha*, Lisboa, Ano VIII, Suplemento ao nº 2 313, de 17 de junho de 1926, p. 1.

⁵⁸ Cf. João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900 – 1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 237.

crise em que a CGT se debatia, como aliás, reconhece *A Batalha* no dia 29 de junho⁵⁹ já com Joaquim de Sousa como novo Diretor, que entretanto, substituíra Santos Arranha.

Como se comprova, a organização operária anarcossindicalista nada fez nos primeiros dias para travar o golpe militarista contra a República no 28 de maio, mantendo-se neutral e, até, alimentando algumas ilusões sobre o mesmo. A seguir, quando reagiu era demasiado tarde e não teve forças para mobilizar os trabalhadores. Iam longe os dias da galvanização do proletariado revolucionário e sindical em defesa da República, como sucedeu nos acontecimentos de Monsanto em 1919⁶⁰ e, mesmo, no 18 de abril de 1925⁶¹.

⁵⁹ Jacinto Baptista, *op. cit.*, p. 147.

A Batalha dos dias seguintes rende-se à evidência de que a sua proclamação de greve geral contra a ditadura não teve repercussão no movimento operário, continuando a apelar, dramaticamente, à sua mobilização. «O proletariado deve pronunciar-se perante as ameaças de ditadura militar. (...). A Confederação Geral do Trabalho, apesar de tudo, mantém a sua atitude. Resta que o operariado a secunde!» (*A Batalha*, Lisboa, Ano VIII, nº 2 314, de 18 de junho de 1926, p. 1). Nesta proclamação a CGT justifica o facto dos operários não terem aderido à greve – o novo poder militar, através da censura, impediu a circulação do Suplemento onde se fazia essa proclamação. Ainda na pág. 1 surge uma nota oficiosa da CGT sobre o carácter do novo poder, um «movimento de pretenso ressurgimento nacional», representando «a mais feroz das ameaças contra as liberdades públicas» que pretendia restaurar o regime monárquico – razões bem poderosas para os trabalhadores se mobilizarem.

No dia seguinte é publicada uma nova e extensa nota oficiosa da CGT, continuando a denunciar o carácter dos novos ocupantes do poder e denotando um recuo relativamente às posições anteriores – colocando o proletariado de prevenção e que o mesmo poderia recorrer à greve ou à insurreição caso a situação se justificasse. Era o reconhecimento de que o operariado não tinha secundado os apelos da CGT (*Ibidem*, nº 2 315, de 19 de junho de 1925, p. 1).

⁶⁰ Sobre a «mobilização das massas» em defesa da República, aquando dos acontecimentos de Monsanto, diz-nos Douglas L. Wheeler que «milhares de estudantes, operários, caixeiros e soldados, se ofereceram como voluntários para o combate e reuniram-se em pontos centrais», como a praça do Campo Pequeno, onde «as forças monárquicas em Monsanto foram vencidas por um conjunto de forças civis e militares» (cf. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa – América, 1978, p. 219).

Após o assassinato de Sidónio Pais e a queda da “República Nova”, em dezembro de 1918, as forças monárquicas acharam chegado o momento de intervir para restaurar de vez a monarquia. Os monárquicos encontravam-se organizados sobretudo em torno das juntas militares, cujos oficiais pretendiam estabelecer um governo militar forte, uma antecipação da Ditadura Militar de 1926. Entre 23 de dezembro de 1918 e 20 de janeiro de 1919 ocorreram quatro pronunciamentos militares, o primeiro verificado na serra de Monsanto, próximo de Lisboa, sob o comando do monárquico João de Almeida, herói de África. No dia 23 de janeiro, os monárquicos, agora sob o comando do deputado Aires de Ornelas e lugar-tenente do rei D. Manuel, foram cercados e vencidos pelas forças republicanas. Entretanto, Paiva Couceiro tinha proclamado no Porto a Monarquia do Norte, no dia 19 de janeiro, que só foi derrotada em 13 de fevereiro. Portugal vivera um breve período de guerra civil (*Ibidem*, pp. 216-223).

⁶¹ Sobre o 18 de abril de 1925 veja-se *A Batalha* nos dias seguintes, onde se faz um apelo à mobilização dos trabalhadores para travar o golpe militar, tendo sido proclamada a greve geral imediata e ocorrido diversas manifestações operárias. No dia 19 o órgão cegétista titula na 1ª página: «Perante a afrontosa ameaça da ditadura militar o povo de Lisboa não hesitou – produziu várias manifestações reclamando do governo armamento para defender as suas liberdades ameaçadas!». Mais à frente prossegue que «o povo trabalhador deve, unido como um só homem, repetir o gesto grandioso e heróico de Monsanto...». Ainda nesta página a CGT proclamou a greve geral imediata, sendo secundada pela União dos Sindicatos Operários de Lisboa. Mais à frente surge uma outra proclamação ao povo de Lisboa e ao proletariado, pela liberdade e contra a reação, assinada por todas as

O insuspeito anarquista Edgar Rodrigues confirma, de facto, que a CGT nada fez para travar os golpistas do 28 de maio, excetuando algumas atitudes individuais, nomeadamente de Santos Arranha, diretor de *A Batalha*. Teria assim havido uma reunião no quartel da Guarda Nacional Republicana, no Carmo, entre os homens que organizaram a revolta, general Gomes da Costa, Henrique Galvão e o almirante Mendes Cabeçadas, com representantes da CGT e o diretor do órgão sindicalista, em que «se haviam comprometido a resistir aos invasores fascistas e outros militarões, da laia de Sinel de Cordes, Filomeno da Câmara, Raul Esteves», mas que «entregaram-se ao ‘inimigo’, aliando-se uns, afastando-se outros e presos os resistentes» em julho, às ordens do general Óscar Carmona. Segundo ainda Edgar Rodrigues, citando Adriano Botelho, a iniciativa de Santos Arranha não tinha merecido a aprovação da CGT⁶².

Todavia, o velho acrata, na sua acesa contenda contra os bolchevistas, acusando-os de colaboracionistas na implantação e consolidação da ditadura, entra em contradições sobre o papel da CGT no desenrolar dos acontecimentos. Sobre o assunto, cita na obra *O Retrato da Ditadura Portuguesa* uma passagem de que «'só a Confederação Geral do Trabalho e a União Anarquista Portuguesa lutaram desde o início, contra a nascente ditadura'»⁶³. Como seria de esperar, Edgar Rodrigues faz a defesa da confederação anarcossindicalista.

Um outro proeminente anarcossindicalista, Emídio Santana, relata nas suas *Memórias...* que a organização operária estava disposta a barrar o caminho aos revoltosos através da resistência armada. Na noite de 29 de maio teria aparecido na sede da CGT João Camoesas, deputado democrático, a indagar se a central sindical estaria disposta a enveredar por um levantamento armado, procurando ele obter o armamento necessário. A CGT teria aceite a proposta e muitos militantes concentraram-se em vários locais, como no jardim de Santa

«esquerdas sociais» - Partido Socialista, Partido Comunista, Partidários da I. S. V., Centro Republicano 5 de Outubro e Confederação Geral do Trabalho. No dia 21 de abril, *A Batalha* titula também em 1ª página que «A reacção que se rendeu ontem na Rotunda ainda não está vencida!», apelando ao povo trabalhador que «a batalha ainda não terminou». Os revoltosos tinham sido subjugados pelo governo, «favorecido pelo ambiente popular».

⁶² Cf. Edgar Rodrigues, *A Resistência Anarco Sindicalista à Ditadura. Portugal 1922-1939*, Lisboa, Editora Sementeira, 1981, p. 28.

⁶³ A nota encontra-se no livro do escritor francês Pierre Besnard, *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*, tradução de Francisco Quintal. Nesta nota, além do Partido Comunista, também o Partido Socialista e a Esquerda Democrática são acusados de se aliarem à «**reacção**» e ao «militarismo», «tentando abusivamente o apoio da organização operária» (Idem, *O Retrato da Ditadura Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, s. d., p. 97).

Catarina esperando até de madrugada – só que as armas não apareceram⁶⁴. Os factos e as contradições entre os libertários divergem no que respeita às intenções e ao envolvimento da organização operária frente aos sediciosos do 28 de maio.

Segundo a opinião de alguns autores, mesmo que a Confederação Geral do Trabalho tivesse tentado impedir a vitória do golpe militar do 28 de maio, apelando à mobilização massiva dos trabalhadores e convocando de imediato uma greve geral, não o conseguiria devido à grave crise em que o movimento sindical se encontrava. Além da posição avalizada de Bento Gonçalves, António José Telo refere mesmo que em 1926 a organização sindical se encontrava no seu ponto mais baixo desde 1914, tendo contribuído para tal a repressão operária praticada pelos vários governos republicanos, em particular a seguir ao movimento do 18 de abril de 1925, as divergências internas entre os próprios sindicalistas e à emergência do Partido Comunista, a crise industrial e o desemprego. Teriam sido estes dois últimos fatores a assestar o golpe final que acabou com a força da CGT e apressou o refluxo do movimento operário, que já vinha desde 1921-22. Daí a facilidade com que o “Estado Novo” destruiu os sindicatos livres, no início dos anos 30, «porque eles na realidade já não existiam, não passando ao fim e ao cabo de meras sombras de um passado de força»⁶⁵.

Tanto a Federação das Juventudes Sindicalistas⁶⁶, como a União Anarquista Portuguesa⁶⁷, reagiram às movimentações militares atuando em consonância com as decisões

⁶⁴ Emídio Santana, *Memórias de um Militante Anarco – Sindicalista*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, s. d., pp. 138-139.

⁶⁵ António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2º Volume, Lisboa, Edições A Regra do Jogo, p. 110. Desta obra, veja-se em particular o Capítulo XV: “O Movimento Operário e o Fim da República”, pp. 101-136.

⁶⁶ As Juventudes Sindicalistas eram uma organização juvenil ligada à CGT. Formavam tradicionalmente o setor mais aguerrido e radical da organização sindical e, justamente por isto, foi duramente atingido pelas prisões e deportações de 1925, tendo muitos jovens militantes sido deportados para a Guiné. As Juventudes Sindicalistas passaram-se, na sua maior parte, para o PCP, incluindo José de Sousa, o seu principal dirigente. Em abril de 1926, nas vésperas do 28 de maio, as Juventudes Sindicalistas realizaram na clandestinidade o seu 2º Congresso, no Barreiro, com a participação de 13 núcleos. O Algarve fez-se representar por 3 núcleos: Faro com José Aleixo, Silves com José dos Reis Sequeira e Portimão com Silva Melo (v. Emídio Santana, *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, cit., pp. 124-126).

⁶⁷ A União Anarquista Portuguesa foi constituída em março de 1923, na Primeira Conferência Anarquista da Região Portuguesa, em Alenquer, que pôs fim à sua organização tradicional em grupos autónomos. A UAP, cujas tarefas eram trabalhar pela reunião dos grupos anarquistas e dar impulso à atividade de organização, propaganda e ação libertária em Portugal, passou a editar o quinzenário *O Anarquista* e estruturou-se em três federações regionais, realizando em 1926 os seus congressos: Norte, em Vila Nova de Gaia, Centro, em Lisboa, e Sul, em Aljustrel. A UAP realizou o seu primeiro congresso em Lisboa, na clandestinidade, nos inícios de 1927. Reunia umas dezenas de anarquistas que se consideravam a si próprios uma espécie de “consciência ideológica” da CGT, apesar de não haver ligações oficiais entre as duas organizações, e agregava uma organização de juventude, as Juventudes Proletárias de Portugal. Durante muito tempo apoiou a corrente radical

da confederação sindical, principalmente a organização da juventude. As duas organizações acratas tomam posição em *A Batalha* apenas no dia 18 de junho, quando conhecem a destituição de Mendes Cabeçadas. A FJS faz um apelo em defesa da liberdade e contra a ditadura, onde «convida todos os jovens sindicalistas e revolucionários conscientes a cumprirem o seu dever, resistindo por todos os meios sejam eles os mais violentos, contra a feroz ditadura militar»⁶⁸. Já a UAP insere um «vibrante manifesto» contra a «reação» e a «Razão da Caserna», sendo de destacar o seguinte:

«Justificando o regime de descalabro anterior, de que foram responsáveis, não um, nem dois, mas todos os políticos dos partidos desde os mais retrógrados aos mais avançados, toda a burguesia capitalista ávida de explorar e oprimir – os reacionários de todas as tendências, monárquicos, republicanos, clericais, constitucionalistas, deram-se as mãos e com o auxílio de um exército composto de filhos do povo, inconscientes, dirigidos por uma oficialidade de ideais retrógrados, assentaram, num país onde se dizia que as ditaduras eram impossíveis, a mais odiosa ditadura!

Há 15 dias que se vem enganando audaciosamente o Povo Português! Porém, agora a máscara que escondia a face hedionda da ditadura acaba de cair por terra. Quais os seus principais propósitos? Eil-os:

Liberdade religiosa e capacidade jurídica da Igreja – ou seja, a livre expansão das manifestações do Catolicismo Intolerante com a mordança para os que possuem ideias contrárias.

Proteção aos organismos que sejam contra a luta de classes – ou seja, a extinção dos atuais sindicatos revolucionários e respetivas perseguições aos seus propagandistas.

dentro da CGT e pressionava a organização cegêta sempre que se manifestava à conciliação com o PCP ou os partidos políticos. A partir de 1926 a UAP passou a desferir críticas abertas à CGT, acusando-a de reformismo e de passividade perante os golpistas do 28 de maio (v. António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, cit., pp. 122-123).

⁶⁸ Vide *A Batalha*, Lisboa, Ano VIII, nº 2 314, de 18 de junho de 1926, p. 1.

Julgamentos sumários em conselhos de guerra no prazo de oito dias, dos autores, instigadores e detentores de armas – ou seja, a pena de morte, revelando já a cobardia, o pavor dos ditadores perante o movimento de protesto que se avizinha de toda a parte. (...).

Alerta, Povo Português!

Anarquistas, a postos!

A hora é de luta, para a luta temos de nos preparar desde já, se não queremos ser acoimados de cobardes e de cúmplices, pelas gerações futuras!

O proletariado não pode cruzar os braços, nem deve fazer causa comum com a opinião burguesa. Deve sim rebelar-se imediatamente, mostrando ao Mundo que no seu seio se agita a maior aspiração de perfeitibilidade humana.

Contra a Reação é preciso a reação popular!

Contra a Força é necessário a união de todas as nossas forças morais e materiais!

Contra a Razão da Caserna deve opor-se a Razão das nossas consciências!

Contra a violência tornam-se legítimas todas as violências!⁶⁹»

Trata-se de um apelo desesperado ao proletariado por parte da União Anarquista Portuguesa. Apelo de luta contra a ditadura, responsabilizando «todos os políticos dos partidos», até os mais «avançados» - crítica violenta aos socialistas e até aos comunistas – pela degradação e colapso a que chegara a República conduzindo à imposição do novo regime. Neste manifesto também é notória alguma expectativa que a UAP depositou nos golpistas militares durante cerca de 15 dias, acompanhando o estado de sentimento que perpassava pelas outras organizações aocratas, a CGT e a FJS. A reação efetiva, mais enérgica, apelando à luta dos anarquistas e dos trabalhadores contra os novos governantes parece que só surgiu após o golpe que afastou Mendes Cabeçadas. No apelo constata-se um desespero evidente, pela forma como se encontra redigido, que o proletariado manifesta dificuldade em

⁶⁹ Cf. *A Batalha*, cit., p. 1.

se mobilizar para travar os sediciosos, podendo mesmo «cruzar os braços» e «fazer causa comum com a opinião burguesa». A neutralidade e expetativa, inicialmente defendidas pelas organizações anarquistas contribuíram para o adensar da letargia proletária, face aos impositores da nova ordem, ditatorial e militar.

Refira-se, no entanto, que a União Anarquista Portuguesa tomou posição de imediato contra o 28 de maio, sendo presos alguns dos poucos membros do seu Comité Nacional quando distribuíam um manifesto contra o golpe militar. Também vários grupos anarquistas publicaram panfletos contra a intentona, como foi o caso do “Manifesto às Mulheres”, distribuído pelo grupo “Luísa Michel”, em Lisboa⁷⁰, mas sem qualquer resultado prático. Tanto as JS como a UAP passaram a criticar a CGT desde inícios de 1926, atribuindo à sua direção a inércia e decadência da organização cegêta. É a UAP que desfere as críticas mais violentas, em particular a seguir ao 28 de maio, acusando a direção de *A Batalha* «de ‘deficiência mental, ideológica e revolucionária’ e classificava de ‘criminosa’ a expetativa perante o 28 de maio que, na sua opinião, fora a culpada da paralisia da organização operária aquando do golpe». O Conselho Confederal é acusado de vacilação e em Agosto *O Anarquista* refere que a CGT «se tinha ‘afastado do terreno revolucionário que os congressos determinaram’», e que a sua direção ter-se-ia afastado do anarquismo ao qual contrapunha «uma coisa ‘vaga e indefinida’ a que chamava ‘sindicalismo revolucionário’, o que a limitava ao terreno ‘legal e ordeiro’»⁷¹. Perante tais críticas, a que se juntaram as da corrente moderada que pressionavam o Conselho Confederal para restabelecer a unidade sindical, este operou um volte-face aparente para responder às críticas e, apelando à unidade, convocou um congresso extraordinário da Câmara do Trabalho de Lisboa para finais de outubro de 1926⁷².

Com a convocação do congresso pretendia a direção da CGT responsabilizar os Partidários da Intersindical Sindical Vermelha pela divisão sindical, ou obrigá-los a uma união, mas sob as suas condições, calando assim as críticas dos moderados. Este congresso que contou com a presença de 192 delegados, representando 40 sindicatos lisboetas, entre os

⁷⁰ António José Telo, *op. cit.*, p. 123.

⁷¹ *Ibidem*, pp. 123-124.

A crise da Confederação anarcossindicalista era mais evidente pelo facto de coexistirem no seu seio duas correntes: uma estritamente apolítica, não intervencionista e hostil aos partidos, e outra apoiante da Esquerda Republicana, criadora da União dos Interesses Sociais e estabelecendo alianças com outras forças progressistas (cf. Fernando J. Almeida, «O pronunciamento do 18 de Abril de 1925», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXVI, nº 79, de abril de 2005, p. 33).

⁷² *Ibidem*, p. 124.

quais 18 aderentes à ISV, consumou definitivamente a rutura do movimento sindical. Verificaram-se recriminações mútuas, todas as correntes lançavam para as outras as culpas da organização sindical e as divergências acentuaram-se. Esta crise político-sindical e de organização, fragilizou ainda mais o sindicalismo operário que se mostrou incapaz de formar qualquer barreira séria à consolidação do domínio conservador implantado com o 28 de maio. O pujante movimento operário de inícios dos anos 20 já não existia. «A CGT desfazia-se sem que os partidários da ISV, também eles muito divididos e em crise, conseguissem criar qualquer alternativa de crise»⁷³.

A União Anarquista Portuguesa cessou a sua atividade em 1927 não resistindo aos primeiros embates da repressão ditatorial. No entanto, sob sua proposta, em julho deste mesmo ano em Valência, fora fundada a Federação Anarquista Ibérica – FAI, englobando anarquistas portugueses e espanhóis. Neste congresso entre os delegados portugueses participava Francisco Quintal, do Comité da UAP e diretor do periódico *O Anarquista*. Para o secretariado do Comité Peninsular da FAI foi nomeado Germinal de Sousa, com os espanhóis Ruiz e Jiménez⁷⁴.

2.2. A organização comunista

Ainda o Marechal Gomes da Costa e as suas tropas marchavam a caminho de Lisboa quando o Partido Comunista Português iniciou os trabalhos do seu II Congresso, no dia 29 de maio de 1926, com a presença de mais de uma centena de delegados⁷⁵. Devido à eclosão

⁷³ *Ibidem*, p. 126.

⁷⁴ Vide Pier Francesco Zarcone, «Os Anarquistas organizam-se – a FAI», *O Anarquismo na História de Portugal*, site http://fdca.it/fdcapt/imprensa/cadernos/hist_por/3.htm. A proposta para a federação dos anarquistas ibéricos já vinha desde 1923 quando uns e outros estavam dotados das suas próprias organizações nacionais – a FAI portuguesa e o Comité de Relaciones Anarquistas, espanhol. Em abril de 1925 tinha tido lugar em Barcelona o congresso clandestino dos anarquistas espanhóis – sob a ditadura de Primo de Rivera – onde Manuel Joaquim de Sousa, representante da UAP, apresentou o pedido formal de criar uma federação anarquista ibérica. Do congresso saiu uma comissão mista hispano/portuguesa para estudar a proposta. Em maio de 1926 decorreu em Marselha um congresso para a federação local dos anarquistas espanhóis com a presença de Manuel Joaquim de Sousa, por parte da CGT, e de Armando Borghi, representante da AIT e da Unione Sindicale Italiana-USI. Nesta ocasião decidiu-se a formação da Federação Anarquista Ibérica, a implantação transitória do Comité de Coordenação da FAI em Lisboa e a tarefa deste Comité de convocar um congresso ibérico (*ibidem*).

⁷⁵ Cf. Partido Comunista Português, *60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria*, Lisboa, Edições Avante!, 1982, p. 29.

do golpe militar os trabalhos do Congresso foram interrompidos no dia 30, não sem antes os comunistas o terem caracterizado como «golpe fascista», segundo relembra Pedro Soares. De acordo com este dirigente do PCP, o Congresso tomou «medidas concretas para intensificar a luta da classe operária contra as forças **reaccionárias**». No entanto os seus esforços não encontraram eco na CGT, cujo «oportunismo» e com uma posição «sectária» e «anti-comunista» a levaram a aceitar o golpe como «uma medida salutar contra a governação republicana», tornando-a «surda às propostas de **acção** destinadas a mobilizar os trabalhos contra a ditadura que acabava de triunfar»⁷⁶.

O operário comunista José Silva, que presidiu à segunda sessão do Congresso⁷⁷ do PCP, confirma que este aprovou uma resolução denunciando o movimento militar como «fascista», tendo sido nomeada uma comissão com a finalidade de distribuir pelos jornais lisboetas o documento aprovado pelos comunistas, além de contactarem, de imediato, os dirigentes da CGT e da Esquerda Democrática, procurando concertar uma ação comum contra o golpe. Contactados estes, os delegados comunistas só encontraram «desinteresse, passividade e inconsistência perante o drama que se estava a desenrolar no país»⁷⁸.

Não obstante recriminar a Confederação Geral do Trabalho por não ter aceite as propostas do PCP contra os golpistas, Pedro Soares reconhece que este partido se encontrava «politicamente débil» e com «reduzida influência de massas»⁷⁹. Bento Gonçalves⁸⁰,

⁷⁶ Veja-se Pedro Soares, «Bento Gonçalves Organizador do Partido», in Bento Gonçalves, *Os Comunistas*, Porto, Editora A Opinião, 1976, p. 23.

⁷⁷ Segundo José Silva estavam representadas no Congresso três federações regionais: Lisboa, Porto e Beja; os jornais *O Comunista*, órgão central do Partido; *Bandeira Vermelha*, órgão do Comité Regional do Norte; o *Trabalhador Rural*, órgãos dos trabalhadores do campo. Estavam igualmente presentes 54 células comunistas: 17 de Lisboa, 14 do Porto e 23 do resto do país, estas quase todas de camponeses da Extremadura e Alentejo. Também tomaram parte no Congresso delegados de 22 frações sindicais, só com direito a voto consultivo (José Silva, *Memórias de um Operário*, cit., p. 206).

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 207-208. De acordo com as memórias deste operário comunista, no II Congresso do PCP foram discutidas várias teses sobre a organização e a expansão do partido. Também foi votada a irradiação de Carlos Rates, anterior Secretário-Geral do PCP, acusado de desviacionismo, e aprovadas duas moções – uma por Manuel Mafra elogiando o trabalho político e sindical conduzido pelo Comité Regional do Norte, a outra por Manuel Ramos, condenando o sectarismo no seio do movimento operário.

⁷⁹ Pedro Soares, *op. cit.*, p. 23.

⁸⁰ Bento António Gonçalves nasceu em Fiães do Rio, Montalegre, Trás-os-Montes, no dia 2 de março de 1902 onde fez a instrução primária. Em 1915 começou a trabalhar em Lisboa como torneiro de madeira e dois anos mais tarde passou a aprendiz de torneiro mecânico, profissão que passou a desempenhar a partir de outubro de 1919 com a sua entrada no Arsenal da Marinha. Em 1922 alistou-se no Exército e em 1924 seguiu para Angola. Ainda em 1923 tinha tirado o 2.º ano do Curso Elementar de Pilotagem na Escola Auxiliar da Marinha. Regressando a Portugal em 1926, retorna ao Arsenal e a partir de 1927 até 1929 desempenha o cargo de secretário-geral da Comissão Administrativa do Sindicato do Arsenal da Marinha. Em 1927 participou no X aniversário da Revolução de Outubro e em 1928 no IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha, em

Secretário-Geral do PCP e a ferros no Tarrafal confirma a debilidade e a incapacidade dos comunistas para se oporem com êxito ao golpe militar, referindo que a atividade comunista não existia desde que Carlos Rates abandonara o partido em 1925⁸¹. De facto, Carlos Rates que foi um dos fundadores do Partido Comunista Português e designado como seu 1º Secretário-Geral abandonou o Partido em 1925 para seguir a carreira de jornalista, aderindo mais tarde à União Nacional salazarista⁸². O PCP ressentiu-se com a sua liderança e abandono até à reorganização de 1929, empreendida por Bento Gonçalves.

Moscovo. Neste ano foi redator principal e editor do jornal *O Eco do Arsenal* e em setembro, ao entrar para o Partido Comunista, passou a ser secretário da célula comunista do Arsenal da Marinha.

No ano de 1929, na Conferência de abril do PCP, Bento Gonçalves foi eleito Secretário-Geral do partido e empreendeu a reorganização deste. Com a fundação de *O Proletário* a 1 de maio, órgão oficioso do PCP, escreveu vários artigos com o pseudónimo de «Gabriel Baptista». Sob o seu impulso, em 1930 foi fundada a Comissão Intersindical e a Organização Revolucionária da Armada, ficando esta sob o seu controle direto. Em 29 de setembro foi preso pela Polícia de Informações sob a acusação de fazer parte do «comité secreto do partido comunista» e a 8 de outubro foi transportado para o Forte de S. Julião da Barra, seguindo posteriormente para os Açores. Em 1931 foi deportado para Cabo Verde regressando a Portugal em fevereiro de 1933 devido a uma amnistia e é reintegrado no Arsenal da Marinha. Em 1934 participou ativamente na organização do «18 de janeiro» contra o Estatuto de Trabalho Nacional e em 1935 apresentou um «Relatório» sobre a situação em Portugal no VII Congresso da Internacional Comunista, em Moscovo. No dia 11 de novembro deste ano, Bento foi preso em Lisboa pela polícia, juntamente com o restante Secretariado do PCP, José de Sousa e Júlio Fogaça. Passando pelo Aljube, no dia 8 de janeiro de 1936 foi transferido para a Fortaleza de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo, Açores. Foi condenado pelo Tribunal Militar Especial no dia 3 de agosto na pena de seis anos de desterro, doze mil escudos de multa e perda de direitos políticos por 10 anos. No dia 29 de outubro chegou ao campo de concentração do Tarrafal, a bordo do paquete «Lima».

Em 1940, Bento deu diretrizes para a nova reorganização do PCP e continuando a luta pela reorganização do partido, escreveu em 1941 *Palavras Necessárias e Duas Palavras*. No dia 11 de setembro de 1942, pelas 19.35 horas, Bento Gonçalves morreu no Tarrafal, vítima de «febre biliosa hemoglobinúrica», ou melhor, vítima da ditadura salazarista (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Biografia Prisional de Bento Gonçalves, *Proc.* 2076 e Telegrama n.º 75/1942 da Colónia Penal do Tarrafal, *Proc.* 1664/SPS, fl. 36; «Morreu Bento Gonçalves», in *Avante!*, VI série, n.º 20, de Novembro de 1942, p. 2; Bento Gonçalves, *Escritos (1927-1930)*, Lisboa, (recolha, introdução e notas de António Ventura), Seara Nova, 1976, pp. 11-25; «Quem foi Bento Gonçalves», in *O Militante*, série IV, ano 57, n.º 166, de Março de 1989, pp. 34-36; António Ventura, *Memórias da Resistência. Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 77-80, e Sérgio Vilarigues, *Dois Comunistas Transmontanos. Bento Gonçalves – Militão Ribeiro*, (intervenção numa festa de transmontanos, no Centro Social dos Trabalhadores do Comércio, em Lisboa), s. l., Edição da DORT do PCP, 1983).

⁸¹ V. Bento Gonçalves, «Palavras Necessárias – Elementos para a História do Movimento Operário Português», in Bento Gonçalves, *Os Comunistas*, cit., p. 111.

⁸² Não deixa de ser controverso o percurso político de Carlos Rates. Um dos principais animadores do movimento operário português, participou no I Congresso Sindicalista e Cooperativista, em Lisboa, no ano de 1909, no I Congresso Sindicalista, em 1911, e na constituição da União Operária Nacional, no Congresso de Tomar, em 1914. Fundador do PCP e eleito seu Secretário-Geral, recebeu o apoio do delegado da III Internacional, Jules Humbert Droz contra José de Sousa e a Juventude Comunista, por altura do I Congresso do PCP, realizado em 1923. Depois de abandonar o partido aderiu mais tarde à União Nacional e acabou como funcionário corporativo e jornalista no *Diário da Manhã*. Chegou mesmo a publicar uma carta em *O Século* manifestando a intenção de aderir aos ideais do salazarismo e à União Nacional (cf. César Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 36, e Carlos Rates, *A Rússia dos Soviotes*, prefácio de César de Oliveira, Lisboa, Seara Nova, 1976, p. 11).

A direção de Rates, em vez de solucionar a profunda crise em que o Partido Comunista se encontrava mergulhado desde finais de 1922, agravou essa mesma crise. Os delegados ao IV Congresso da Internacional Comunista, que se realizou em Moscovo, em 1922, Caetano de Sousa (secretário do partido) e Pires Barreira (secretário das Juventudes Comunistas) regressam ao país com a intenção de “depurar” o partido. Para tal, organizam uma conferência de militantes, em março de 1923, para tratar da aplicação das resoluções do IV Congresso. Desta conferência saiu um Comité Central que prosseguiu com o processo de depurações, sendo excluídos Carlos Rates e diversos militantes por si dirigidos. Esta situação levou à intervenção do suíço Humbert-Droz, delegado da Internacional que declarou a depuração irregular e marcou um congresso constitutivo do partido para finais de 1923. Foi constituído um Comité Central unitário⁸³ que tinha como tarefas dirigir o partido, reagrupar os militantes e preparar o congresso.

Com a crise interna do partido a agravar-se face às contendas entre a fração de esquerda e a ala direita, realizou-se de 10 a 12 de dezembro de 1923 o I Congresso do PCP, em que a questão central de debate entre as duas correntes se situou em torno do partido de massas, do trabalho no interior dos sindicatos que a minoria recusava, enquanto usava o terrorismo individual, condenado⁸⁴. Humbert-Droz inclinou-se para Carlos Rates e este tomou conta do partido. Em *Palavras Necessárias* Bento Gonçalves não perdoa e acusa-os de «oportunistas sem vergonha», de «direita», de «duo irresponsável e grotesco», que conduziu ao desaparecimento da Juventude como organização partidária e que quase levou à liquidação do Partido. O oportunismo de Rates estaria na base da aliança eleitoral entre os comunistas e a Esquerda Democrática nos finais de 1925, não se traduzindo na eleição de qualquer deputado do PCP. Desiludido por este insucesso eleitoral o então Secretário-Geral do PCP abandonou o partido, aproveitando um convite de *O Século* para fazer parte da sua redação

⁸³ Este CC compreendia 7 membros: 4 do grupo de Rates, 1 do grupo Caetano de Sousa e 2 da minoria sindical - Carlos Rates, Nascimento Cunha, Cristiano Linhares, Utra Machado, Alfredo Monteiro, Abel Pereira e Pires Barreira (v. João G. P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal...*, cit., p. 51).

⁸⁴ Sobre o I Congresso do PCP veja-se o órgão partidário *O Comunista*, Ano I, nº 7, pp. 2-4, de dezembro de 1923 e a obra de César de Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, cit., pp. 43-98). Neste Congresso em que participou Humbert-Droz, foram excluídos do partido Caetano de Sousa e Monteiro; Fernandes, Sales e Antero foram suspensos até ao congresso seguinte; Pires Barreira, José de Sousa, Aragão, Fontes e Cardoso foram suspensos por seis meses. Uma vez que o comité nacional das juventudes se solidarizou com os expulsos, vinte ou trinta membros saíram do partido (v. João G. P. Quintela, *op. cit.*, p. 53; v. também Licínio Barradas, «Os Comunistas em Portugal», in *Diário Popular*, Lisboa, Suplemento Letras e Artes, de 11 de novembro de 1976, pp. VII-VIII).

auferindo mil escudos mensais. Até março de 1927 o Partido não teria tido história⁸⁵. Se não tinha história significava que praticamente não existia, logo o PCP não podia opor qualquer resistência eficaz aos golpistas do 28 de maio.

Com cerca de 3 mil membros na antiga estrutura organizativa, em 1922, possuía menos de 100 elementos em 1926, segundo algumas fontes⁸⁶. No entanto, parece que o número de militantes seria superior nesta data, de acordo com outros dados fornecidos, em que o PCP assentava a sua estrutura em 3 Federações Regionais: a Federação das Células Comunistas de Lisboa, constituída por 28 células, a Federação das Células Comunistas do Porto, com 16 células, e a Federação das Células Comunistas de Beja, com 10 células. Além destas Federações, ainda existiam as células de Coimbra, Entroncamento e de Portimão. (Em dezembro de 1925 o partido contaria com 700 filiados – 350 em Lisboa, 140 no Porto e 210 espalhados pelo resto do país). O PCP publicava ainda *O Comunista*, *A Bandeira Vermelha* e *O Trabalhador Rural*⁸⁷.

Apesar das suas debilidades em 1926, o PCP nas vésperas do 28 de maio ainda tentou criar uma frente única do proletariado contra o perigo de uma ditadura de moldes fascistas. A CGT, que tinha exaustivamente chamado a atenção no seu jornal *A Batalha* para o perigo real de uma ditadura e que participara ativamente na intensa campanha antifascista nos meses

⁸⁵ V. Bento Gonçalves, «Palavras Necessárias», *Os Comunistas*, cit., pp. 96-102.

José Pacheco Pereira, ao analisar a obra de Quintela, citada, conclui que não foi só um delegado da Internacional Comunista que passou por Portugal para tentar resolver a crise em que o PCP se encontrava. Além de Humbert-Droz também cá estiveram Dupuy e Codovilla, durante a I República. Por outro lado, critica Bento Gonçalves por, no seu escrito, ter omitido o II Congresso comunista, em 1926, pois se falasse dele teria que revelar que eram os seus antepassados políticos «bolchevizadores» que já detinham o controlo do partido, como José de Sousa e Caetano de Sousa, sendo mais difícil atribuir o seu descalabro a Rates, afastado havia já quase um ano. O agravamento da crise no partido não se devia a Carlos Rates mas sim à política de bolchevização empreendida após o seu afastamento em 1925. «Este descalabro organizativo, fruto, em parte, da reorganização do partido, libertando-o das estruturas típicas dos grupos de opinião e propaganda, não conseguindo substituí-las por nenhuma outras, deixa todo o aparelho reduzido a meia dúzia dos seus membros, que podiam ser incluídos numa célula de fábrica» (v. José Pacheco Pereira, «O PCP na Primeira República depois de 1923», in *Diário de Notícias*, secção Revista de Livros, 27 de maio de 1980, p. 7).

⁸⁶ José Pacheco Pereira, «O PCP na Primeira República depois de 1923», cit., p. 7. Do mesmo autor e sobre o mesmo assunto v. «O PCP na Primeira República uma história por revelar», in *Diário de Notícias*, secção Revista de Livros, de 13 de maio de 1980, pp. 7-8, «Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)», in *Análise Social*, 3ª e 4ª Série, Volume XVII, nº 67-68, 1981, pp. 695-713, e «O PCP na I República: Membros e Direcção», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, nº 1, setembro a dezembro de 1983, pp. 2-15.

⁸⁷ Cf. «II Congresso do PCP – maio de 1926. Poente da I República Alvorada do Fascismo», in *O Militante*, Lisboa, série IV, ano 64, nº 220, janeiro/fevereiro de 1996, pp. 23-26.

De acordo com Licínio Barradas, o 1º número de *O Comunista* teve uma tiragem de 8 000 exemplares (in *Diário Popular*, Lisboa, Suplemento de Letras e Artes, de 11 de novembro de 1976, p. VII).

anteriores, acabou por recusar sectariamente a proposta do PCP, que considerava partido «político» e, logo, aliado da burguesia⁸⁸. Diga-se que o PCP era efetivamente uma organização de base operária, semelhante na sua composição às organizações anarcossindicalistas. Os seus militantes assentavam no operariado dos arsenais da Marinha e do Exército, alguns ferroviários, marinheiros, trabalhadores rurais, operários padeiros e confeitários, setores da construção civil, metalúrgicos e algumas franjas de empregados comerciais e de escritório e alguns intelectuais⁸⁹.

Como que prevendo a contrarrevolução castrense conservadora o Partido Comunista através do seu órgão oficial, *O Comunista*, denunciava os perigos do fascismo e propunha os «meios extremos» que o proletariado devia utilizar para combatê-lo com eficácia e determinação. No artigo «O Critério Comunista no ataque ao fascismo» este é caracterizado como «uma das formas clássicas da contra-revolução social nos períodos da decadência capitalista e nas fases agudas da revolução proletariana», «um instrumento de combate da alta burguesia contra o proletariado» e «a arma extra-legal usada pela alta burguesia, destinada a estabelecer e consolidar a sua ditadura – *a Ditadura da alta – burguesia*». Mais à frente o articulista refere que o fascismo, pela sua estrutura social, é «um movimento pequeno burguês», mergulhando as suas raízes «na classe média condenada a desaparecer devido à crise do capitalismo», nos elementos desqualificados pela guerra como os antigos oficiais e em parte, até nos próprios elementos em «cujas **predilecções** revolucionárias perderam as esperanças, e nos trânsfugas da classe operária»⁹⁰. Um dos visados aqui era sem sombra de dúvidas Carlos Rates, já afastado do partido.

A seguir, *O Comunista* depois de atacar a social democracia, considerando-a em conjunto com o fascismo como «os dois gumes dum só e único instrumento da ditadura do grande

⁸⁸ Vide Fernando Guerreiro, «A História do PCP através de Seis Congressos», *Seara Nova*, Lisboa, nº 1550, dezembro de 1974, p. 19.

Sobre as propostas comunistas de frente única do proletariado para fazer frente às forças conservadoras, vejam-se em particular os artigos «A Frente Única do Proletariado», in *O Comunista*, Lisboa, Ano I, nº 6, de 15 de outubro de 1923, p. 1 (neste artigo propõe-se uma comissão para dirigir o pacto de frente única composta por 2 delegados do PSP, 2 delegados do PCP e 3 delegados da CGT); «Contra a Ditadura das Direitas. Causas e aspectos da crise actual – Impõe-se a coligação das esquerdas», in *O Comunista*, Lisboa, Ano I, nº 14, de 16 de fevereiro de 1924, p. 1 e «Enquanto é Tempo!», in *O Comunista*, Lisboa, Ano II, nº 34, de 23 de maio de 1925, p. 1.

⁸⁹ José Pacheco Pereira, Porto, *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*, Porto, Edição do Autor, 1971, p. 26.

⁹⁰ In *O Comunista*, Lisboa, Ano II, nº 46, de 1 de maio de 1926, p. 2.

capitalismo», nunca podendo a mesma ter «uma ala segura do proletariado na luta contra o fascismo», enumera os meios extremos para conjurar e derrotar este perigo:

- «1) Formação da defesa armada, contra o *fascismo armado*, (que a centúrias se antepõem centúrias, etc.);
- 2) Desarmamento dos fascistas, confiscando-se-lhes os *stocks* de armas e de munições;
- 3) Contra as manifestações fascistas, promovam-se contra-manifestações da classe operária, sob a proteção armada;
- 4) Contra os actos terroristas do fascismo (destruição dos sindicatos operários, C. G. T., tipografias operárias, etc., atentados contra os operários e seus *leaders*, etc.), organize-se a greve geral, represálias contra os fascistas, seus chefes, tipografias, empresas, etc.;
- 5) *Sabotage* dos transportes quando das mobilizações, expedições, concentrações e demonstrações fascistas;
- 6) Expulsão dos fascistas das oficinas; *sabotage*, resistência passiva, greve nas empresas onde os fascistas estejam empregados e desempenhem o papel de *bufos* ou de agentes provocadores»⁹¹.

Como síntese, o artigo concluía que o fascismo só deixaria de ser um flagelo social quando o operariado opusesse «à acelerada *Ditadura Fascista* a redentora *Ditadura Proletariana*». Neste «ataque ao fascismo» os comunistas demonstravam a sua solidariedade à confederação anarcossindicalista, apesar dos fortes diferendos ideológico-sindicais entre ambos, face à violenta repressão operária do governo republicano de António Maria da Silva – no fundo todo o proletariado, apesar dessas diferenças, estava a ser vítima da repressão conotada como «fascista». Como resposta, o proletariado teria que se armar e passar ao ataque, ou responder de forma violenta, gorando assim os intentos fascistas através do estabelecimento da ditadura do proletariado – o Partido Comunista seguia à letra as diretivas sectárias da III Internacional Comunista, as quais só viriam a ser alteradas no seu VII Congresso, em 1935, com as chamadas Frentes Populares. Acima de tudo tratava-se de um

⁹¹ *Ibidem*.

artigo de agitação e propaganda, pois porventura os comunistas portugueses sabiam bem da pouca força de que dispunham no início de maio de 1926 para fazer frente ao «perigo do fascismo» e como que anunciavam a sua inevitabilidade iminente.

Os Partidários da Internacional Sindical Vermelha, de influência comunista, também não se encontravam em condições de mobilizar os seus elementos contra a revolta castrense do 28 de maio. Tendo criado “Núcleos Sindicais Revolucionários” (NSR) em diversos sindicatos da Confederação Geral do Trabalho, os Partidários da I. S. V. passaram a deter a maioria na Federação Marítima, nos Funcionários Públicos e nos poderosos Sindicatos dos Arsenais da Marinha e do Exército. Em 1924 provocaram mesmo uma cisão na organização operária anarcossindicalista e abandonaram-na, o que viria a motivar, mais tarde, uma forte crítica por parte de Bento Gonçalves. Segundo este dirigente comunista, os Partidários da I. S. V. cometeram um erro duplo: por um lado, a CGT continuava a existir, ao contrário do que pensavam; por outro, o proletariado ficou dividido, o que era um crime, deixando o caminho aberto à reação dos ultraconservadores⁹². Não tardaria a eclodir o movimento golpista militar-conservador de 18 de abril de 1925.

A cisão do movimento sindical nos finais de 1924 consumou-se a partir do momento em que a Federação Marítima suspendeu as suas relações com a CGT em consonância com a posição dos NSR⁹³. As divergências entre estas duas tendências espelhavam o acirramento de posições entre anarquistas e comunistas pelo domínio do movimento operário, o PCP e adeptos a quererem conquistar uma maior influência e a CGT a lutar desesperadamente para não perder o seu controlo. Esta contenda inseria-se num movimento muito mais vasto, à escala internacional e que tinha a ver com a adesão às Internacionais Sindicais – a Associação

⁹² V. Bento Gonçalves, *Duas Palavras*, cit., p. 106.

Sobre esta cisão veja-se igualmente Emídio Santana, *Memórias de um Militante Anarco – Sindicalista*, cit., pp. 83-104.

⁹³ De acordo com o órgão *O Marítimo*, foram vários os sindicatos que aprovaram a atitude da Federação Marítima para com a CGT: Fragateiros do Porto de Lisboa; Descarregadores do Porto de Lisboa; Estivadores do Porto de Lisboa; Catraeiros do Porto de Lisboa; Carpinteiros Navais de Lisboa; Conferentes Marítimos de Lisboa; Pescadores dos Cercos Americanos de Lisboa; Medidores de Cereais de Lisboa; Calafates de Lisboa; Pescadores de Peniche; Marítimos de Alcochete; Descarregadores de Mar e Terra de Alcochete; Descarregadores de Alhandra; Descarregadores de Vila Franca; Marítimos de Vila Franca; Descarregadores de Póvoa de Stª Iria; Descarregadores de Azambuja; Descarregadores do Barreiro; Pescadores de Sesimbra; Descarregadores do Seixal; Descarregadores de Aldegalega; União dos Marítimos de Matosinhos e Leça da Palmeira; e União dos Transportes Fluviais do Porto e Gaia (in *O Marítimo*, Lisboa, Ano II, n.º 15, de 27 de setembro de 1925, p. 2).

Internacional dos Trabalhadores (AIT), sediada em Berlim, e a Internacional Sindical Vermelha (ISV), ligada à Internacional Comunista, com sede em Moscovo⁹⁴.

Nos finais de 1922 realizara-se na Covilhã o 3º Congresso Operário Nacional, onde foram discutidas e aprovadas muitas teses e resoluções. Entre todas elas, sobressaem duas de primordial importância: uma que aprova a Organização Social Sindicalista, verdadeiro modelo da ideologia do anarcossindicalismo, visão antecipada da futura sociedade, utopia repousando sob uma visão idealista e ética do processo histórico e a que aprovou a filiação na AIT anarquista⁹⁵. A aprovação desta última resolução seguiu-se a uma acalorada discussão da tese sobre «Relações Internacionais» elaborada por uma comissão emanada de uma reunião do Conselho Confederal da CGT, de novembro de 1921 e em que participara Perfeito de Carvalho⁹⁶. A tese defendia a adesão da central anarquista à Internacional Sindical Vermelha. No entanto, Perfeito de Carvalho não assistiu à totalidade do Congresso, o que motivou acesas críticas. Ao contrário do que defendia, a referida tese sobre «Relações Internacionais»⁹⁷ e apoiada pela Federação Marítima, caixeiros, arsenalistas e sapateiros do

⁹⁴ A ISV foi fundada em 1921 e a AIT em 1922. Esta Internacional também era conhecida como “Internacional de Berlim”. A CGT portuguesa juntamente com a CNT de Espanha, era uma das principais secções da Internacional Anarquista. Os Partidários da I. S. V. e os seus N. S. R. vão dar origem, em 1930, à constituição da Comissão Intersindical (CIS) comunista e que vai aderir à ISV. De âmbito internacional, temos ainda a Federação Sindical Internacional, ou “Internacional de Amsterdão”, fundada em 1919 e secção da II Internacional, de tendência social-democrata. Encontrava-se ligada a esta internacional a Federação das Associações Operárias (FAO), de influência socialista ou social-reformista (veja-se A. Schapiro, *As Três Sindicais Internacionais – Amsterdão, Moscovo, Berlim*, Lisboa, Editorial de «A Batalha», 1925, 35 págs). Existia ainda a Internacional Operária Socialista (IOS), com sede em Londres e dispondo em 1926 cerca de 10 milhões de filiados. Foi nesta Internacional que o PSP inicialmente se filiou quando realizou o seu 11º Congresso, no Porto, no ano de 1924. («As Internacionais», in *O Boletim*, Lisboa, nº 2, maio de 1926, p. 4).

⁹⁵ Cf. César Oliveira, *O Movimento Sindical Português – A Primeira Cisão*, s. l., Publicações Europa-América, s. d., p. 59.

⁹⁶ Perfeito de Carvalho, jornalista operário e militante sindicalista, foi enviado pela CGT à Rússia dos Sovietes para participar como delegado no III Congresso da ISV que se realizou em Moscovo, em julho de 1921. Na sua intervenção expôs a situação do movimento operário português e elaborou um relatório em que afirma que a «tendência predominante na organização operária portuguesa era comunista-anarquista» (vide José Pacheco Pereira, «O primeiro ano de vida do Partido Comunista Português – dezembro de 1920 – dezembro de 1921. Cronologia e documentos», in *História*, Lisboa, nº 47, de setembro de 1982, p. 15).

Durante grande parte de 1922 Perfeito de Carvalho permaneceu no estrangeiro ao serviço da ISV, à qual ficou ligado por intermédio do militante espanhol Andrés Nin. De Berlim e Paris enviou à CGT diversas cartas, as quais podem ser consultadas em César Oliveira, *op. cit.*, pp. 105-112. Quando em 1928 Alexandre Vieira se deslocou a Moscovo para participar no IV Congresso da ISV, Perfeito de Carvalho funcionou como seu cicerone em Paris. Tendo mudado de nome, faleceu «esquecido e ignorado» em 1958 «uma das figuras mais inconfundíveis que tem passado pelo movimento sindicalista português» (cf. António Ventura, «O Primeiro Delegado Operário Português na União Soviética», *Seara Nova*, Lisboa, nº 1586, dezembro de 1977, p. 9-14, e Alexandre Vieira, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, Edição do Autor, 1959, p. 29).

⁹⁷ A tese «Relações Internacionais», embora criticasse as ligações orgânicas da ISV à IC, propunha a adesão condicional da CGT à Internacional Sindical Vermelha desde que esta cortasse as referidas ligações orgânicas

Porto foi derrotada de forma clamorosa no Congresso da Covilhã pelas posições de Manuel Joaquim de Sousa, Santos Arranha, Silva Campos e Clemente Vieira dos Santos, que advogavam a filiação da CGT na AIT de Berlim⁹⁸.

Como a polémica foi grande, a CGT para consolidar a sua posição promoveu um plebiscito junto de cada sindicato para a ratificação ou não da adesão à “Internacional de Berlim”. Os resultados ainda foram mais expressivos: 104 sindicatos pronunciaram-se pela adesão à AIT, 6 à ISV e 5 abstiveram-se⁹⁹ - a rutura entre vermelhos e negros tornava-se irreversível.

O ano de 1923, em que se realizou o 1º Congresso do PCP foi de intensa confrontação ideológica e sindical entre comunistas e acratas. Os escritos, os debates e as polémicas enchiam as páginas de *O Comunista* e de *A Batalha*. Um e outro órgão, através dos seus redatores, atacam-se mutuamente, criticando ou defendendo as resoluções do Congresso da Covilhã e fazendo a apologia da Internacional Sindical Vermelha, ou da Associação Internacional dos Trabalhadores. Pelo meio, todos eles visavam nas suas críticas a reformista Federação Sindical Internacional de Amsterdão¹⁰⁰.

ao Komintern. (Esta tese pode ser consultada no órgão sindicalista *A Batalha*, nº 1169 e 1170, de 17 e 19 de setembro de 1922 e em César Oliveira, *op. cit.*, pp. 135-146).

⁹⁸ *Ibidem*, p. 60. Manuel Joaquim de Sousa foi secretário-geral da CGT entre 1919 e 1922. Santos Arranha substituiu MJS após o Congresso da Covilhã. Por sua vez, Silva Campos substituiu Santos Arranha no cargo de secretário-geral. Já Clemente Vieira dos Santos foi o dirigente sindical autor da proposta de adesão da CGT à AIT.

A proposta para a adesão à ISV foi derrotada por 55 votos contra, 22 a favor e 8 abstenções. Como delegado da ISV esteve no Congresso da Covilhã Joaquim Maurin. Perfeito de Carvalho ao ser impedido de apresentar o relatório verbal da deslocação a Moscovo saiu do Congresso tendo proferido a frase “este congresso é estúpido” (v. António Ventura, «O Primeiro Delegado Operário Português...», *cit.*, p. 14).

⁹⁹ Cf. Edgar Rodrigues, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1977, p. 225. Sobre o 3º Congresso Operário Nacional e as teses «Organização Social Sindicalista» e «Relações Internacionais» veja-se esta mesma obra, pp. 221-224.

¹⁰⁰ As polémicas e as contendas entre *O Comunista* e *A Batalha* acirraram-se a partir de maio de 1923, quando 21 militantes sindicais afetos ao PCP e Partidários da ISV publicaram um manifesto desferindo um ataque cerrado aos anarcossindicalistas, aos seus dirigentes (Angel Pestaña e Armando Borghi), à AIT e às resoluções do Congresso da Covilhã. Sobre as Internacionais Sindicais aqueles atribuíam 20 milhões de aderentes à FSI, 13 milhões à ISV e apenas 450 000 membros à «esquelética» AIT, caracterizada pela «verbosidade e impotência» que foi criada «não para combater a burguesia, mas sim a revolução russa, a ISV e os comunistas». Especialmente visado era Manuel Joaquim de Sousa, apelidado de «pavão sem penas» e que escrevia uma «prosa retorcida e insípida». Este virá a responder com uma série de 35 artigos tendo por título genérico «À boa paz» (cf. César Oliveira, *op. cit.*, pp. 64-65).

Sobre as críticas e ataques de *O Comunista* aos anarquistas vide os artigos: «A Internacional Sindical Vermelha e a Internacional de Berlim», in *O Comunista*, Lisboa, Ano I, nº 1, de maio de 1923, p. 2; «Sejamos Marxistas!», *ibidem*, nº 4, de 15 de julho de 1923, p. 1; «A Crise da C. G. T.», *ibidem*, nº 7, de dezembro de 1923, p. 1 (aqui a central operária contaria apenas com 50 mil filiados, contrastando com 80 mil no Congresso da Covilhã (1922) e 120 mil no Congresso de Coimbra (1919) – sempre a decrescer); J. Carlos Rates, «Uma

Ainda no ano de 1923 verifica-se a reestruturação dos Partidários da ISV por intermédio dos «Núcleos Sindicais Revolucionários», cujos estatutos foram publicados em *O Comunista*, juntamente com os fins e programa de ação da ISV, sublinhando-se no preâmbulo que «é para o PC uma questão de vida ou de morte a conquista das massas sindicais»¹⁰¹. Em novembro deste ano começou a publicar-se *A Internacional*, órgão dos Partidários da ISV, que prossegue com a crítica sistemática às posições da C.G.T. e dos seus dirigentes e a defesa da ISV, da I.C. e dos N.S.R., sendo constituídos núcleos no Porto, Coimbra, Beja e noutros pontos do país. Em dezembro de 1923 o Conselho Confederal da CGT entrou em crise, levando à substituição de Santos Arranha por Silva Campos como seu secretário-geral. A partir daqui os novos dirigentes cegetistas iniciam uma “guerra” ideológica contra os “partidários de Moscóvia” o que, por sua vez, motivou uma resposta violenta por parte dos comunistas e dos partidários da ISV, denunciando-os como sectários e de serem os responsáveis pela “caça às bruxas” e pela grave crise que a Confederação Geral do Trabalho atravessava.

Carlos Rates, um dos grandes paladinos da «frente única» assinou diversos artigos sobre esta temática, tanto em *O Comunista* como em *A Internacional*. Um pouco antes de sair do partido e já consumada a rutura sindical, mais propriamente no dia 1 de maio de 1925, fez sair neste último órgão um extenso artigo intitulado «A Questão da Unidade»¹⁰², onde não poupa críticas aos anarcossindicalistas da CGT. É curioso verificar que estávamos apenas a poucos dias da derrota da intentona militarista do 18 de abril. Rates começa por afirmar que o facto de existir apenas «uma central sindical única» não significa que esteja feita a «frente única do proletariado», como afirmam os anarcossindicalistas. O proletariado não se agrupa «exclusivamente no terreno sindical», mas também no «domínio político e económico». Só a ação combinada destas três formas de organização, cada uma atuando no seu campo específico, mas convergindo para o mesmo fim é que resultaria para a formação da frente única.

polémica – As quimeras de Dufour e de Campos Lima», *ibidem*, nº 14, de 16 de fevereiro de 1924, p. 2; *idem*, «As Contradições de um Anarquista», *ibidem*, Ano II, nº 35, de 20 de junho de 1925, p. 1 (sobre Campos Lima).

¹⁰¹ V. «A constituição dos núcleos sindicais – comunistas», in *O Comunista*, Lisboa, Ano I, nº 6, de 15 de outubro de 1923, p. 2.

¹⁰² J. Carlos Rates, «A Questão da Unidade», in *A Internacional*, Lisboa, Ano II, 2º Nº Especial, de 1 de maio de 1925, p. 2.

Seguidamente, a crítica à CGT sobe de tom ao afirmar que esta central não agrupa a maioria do operariado português, ficando de fora «organismos dos mais fortes» como os ferroviários, os telégrafo-postais, o professorado e o funcionalismo, entre outros. Por outro lado, a maior parte das Federações e das Uniões locais «são carcassas sem nenhum conteúdo eficiente» devido à sua inatividade e abandono dos operários. Rates nestas linhas visava as estruturas sindicais independentes e as que saíram da CGT, afetas aos Partidários da ISV, assim como a estrutura acrata que vivia uma crise profunda. Para o ainda secretário-geral do PCP a verdadeira unidade teria de passar por «agrupar a maioria do operariado nos sindicatos» e «agrupar a totalidade ou, pelo menos, a maioria dos sindicatos na C.G.T.». Aqui dirigia-se aos operários não organizados e era a favor de uma única central operária, aliás na linha das diretivas da Internacional Sindical Vermelha¹⁰³. A Comissão Intersindical comunista só viria a surgir em 1930. Finalmente para Rates, a «unidade sindical completa e integral» só se tornaria efetiva com a «unidade no terreno internacional» e que o proletariado português «saberá empenhar-se a fundo pelo triunfo desta ideia, no próximo congresso operário»¹⁰⁴. Este dirigente comunista esperava assim que a CGT corrigisse a sua linha de rumo e que aderisse à Internacional Sindical de Moscovo, cortando os laços com a Internacional de Berlim, no próximo congresso operário que se avizinhava, o 4º Congresso Nacional Operário que se efetuou em Santarém, em setembro de 1925. Todavia, as suas expetativas saíram totalmente goradas¹⁰⁵.

¹⁰³ Por alturas do 1º de maio de 1926 o Comité Executivo da Internacional Sindical Vermelha fez um apelo a todos os trabalhadores onde um dos pontos do programa de ação – o célebre ponto 11 - era a «luta pela criação, em cada país, duma Central Sindical única» (in *A Internacional*, Lisboa, Ano III, nº 64, de 1 de maio de 1926, p. 1; in *O Marítimo*, Lisboa, Ano III, n.º 22, de maio de 1926, p. 2; in *O Arsenalista*, Lisboa, Ano IX, n.º 73, de 1 de maio de 1926, p. 8).

¹⁰⁴ In *A Internacional*, 2º Nº Especial, cit.

¹⁰⁵ O 4º Congresso Operário Nacional (1º Congresso Confederal) que se realizou em Santarém nos dias 23 a 27 de setembro de 1925 foi o «mais concorrido até então realizado» segundo Manuel Joaquim de Sousa. «Como que respondendo à acção desagregadora dos partidários da I.S.V. e do P.C.» estiveram presentes no Congresso 144 delegados representando 113 sindicatos; 15 delegados a representar 11 Federações de Indústria; 5 delegados por 5 Uniões de Sindicatos; 22 outros sindicatos aderiram ao Congresso embora sem representação «por dificuldades financeiras». Na discussão do relatório confederal, no capítulo referente às Relações Internacionais, o Congresso ratificou a adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores, aprovando a seguinte moção: «O Congresso, na manifestação feita ao delegado da A.I.T. e a esta Internacional, reconhece que ela constitui uma cabal demonstração de concordância e bem assim uma ratificação de adesão da C.G.T. à A.I.T. e resolve dar o assunto por discutido e passar à votação do capítulo ‘Relações Internacionais’» (cf. Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, 3ª edição, Edição de Emídio Santana, 1972, pp. 161-162). Ficaram de vez afastadas as pretensões do PCP e dos Partidários da ISV.

Os Partidários da I.S.V. organizados nos principais centros sindicais nos N.S.R. centravam assim a sua atividade na defesa da revolução russa, na política de «frente única» e, como se viu, nos ataques ao sectarismo dos dirigentes da Confederação cegetista. Daqui até à cisão sindical de 1924 seria um passo, a partir do momento em que a Federação Marítima suspendeu as suas relações com a CGT. Esta divisão do movimento operário não produziu os efeitos esperados pelas organizações comunistas.

A par de outros órgãos pró-comunistas e consumada a rutura sindical pela Federação Marítima, *O Marítimo*, «Órgão da Federação dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais da Região Portuguesa», irá assumir-se como um dos principais porta-vozes da luta teórica e político-sindical contra os anarquistas inserindo um conjunto de artigos nas suas páginas¹⁰⁶. Um dos artigos mais virulentos foi sem dúvida «A nefasta política cêgetista» onde, a dado passo, refere o seguinte:

«Assim são os anarquistas, que modernamente se dizem anarco-sindicalistas para melhor se poderem infiltrar na organização operária: mostram-se muito inimigos da ação política, dizem cobras e lagartos da política burguesa, mas de facto eles só são adversários da acção política quando ela é dirigida contra a burguesia, pois eles põem em uso todos os processos de política burguesa para derrotar aqueles que a seu lado lutam nas fileiras da organização sindical.

Obedecendo à ação combinada nos grupos anarquistas, eles tornam-se para a organização proletária, políticos da pior espécie, pois para conseguirem a vitória das suas ideias políticas, não trepidam em prejudicar os trabalhadores, que muitas vezes tinham tudo a lucrar empregando nos seus movimentos uma tática bem diferente daquela que lhe fazem seguir os anarquistas. (...).

¹⁰⁶ Entre os primeiros artigos mais significativos inseridos nas contendas anti-anarquistas são de destacar: António Pinto dos Santos, «A Razão dum Gesto», in *O Marítimo*, Lisboa, ano II, n.º 11, de 1 de junho de 1925, p. 1; «Os Marítimos e os dirigentes da C. C. T.», in *O Marítimo*, n.º 14, de 19 de agosto de 1925, p. 1; «Aceitamos o combate» e «Tática e atitude dos anarcos para com a Federação Marítima», in *O Marítimo*, n.º 15, de 27 de setembro de 1925, p. 1; e «A nefasta política cêgetista», in *O Marítimo*, n.º 16, de 28 de outubro de 1925, p. 1.

A perfídia dos senhores da C. G. T. vai ao ponto de se aproveitarem da existência desses preconceitos, procurando ferir a Federação Marítima, para o que intentam engendrar um organismo federativo, constituído só de marítimos de longo curso. (...).

Não dando resultado a infiltração capciosa, foi-se à calúnia, à coação, à ameaça, e por fim à cisão, arremessando os engravatados contra os pés descalços, os de longo curso contra os fluviais, negando-lhes a qualidade de marítimos, desenterrando as velhas desinteligências de profissão e de categoria, tentando constituir uma organização à parte, quando a época exige cada vez mais que a organização operária se concentre em grandes e poderosas organizações de indústria, em oposição à organização capitalista que cada vez mais se concentra para resistir ao proletariado e à própria decadência em que se debate¹⁰⁷.

A Federação Marítima Velha, de tendência comunista, movia uma guerra sem quartel contra a Nova Federação Marítima, criada pelos anarcossindicalistas, que não se conformavam com a perda de influência num organismo sindical de crucial importância.

Tanto os Partidários da ISV como os NSR não irão conseguir alcançar os objetivos propostos e a sua estrutura acabou, inclusive, por enfraquecer progressivamente visto se terem agudizado os conflitos internos no interior do Partido Comunista e das Juventudes Comunistas, levando a respostas duras por parte da Internacional Comunista e da própria Internacional Sindical Vermelha, como seja a suspensão e expulsão de alguns militantes importantes, como se viu. Neste contexto, tanto «a degenerescência da CGT», como «a tentativa de reproduzir mecanicisticamente em Portugal as fórmulas bolcheviques, no quadro da IC e da ISV, desarmaram o movimento popular nos meses que antecederam o 28 de maio»¹⁰⁸.

¹⁰⁷ In *O Marítimo*, n.º 16, de 28 de outubro de 1925, p. 1.

¹⁰⁸ César Oliveira, *O Movimento Sindical Português...*, cit., p. 71.

2.3. O Partido Socialista Português

No Partido Socialista Português, que vinha perdendo progressivamente a sua pequena influência nos meios operários, a situação também não era das melhores para enfrentar com êxito os golpistas de maio de 1926. Detendo ainda alguma influência em Associações de Classe e Cooperativas, o PSP publicava jornais como a *República Social* e *O Protesto*.

Nos últimos anos da República a imagem dos socialistas ficou muito desgastada junto do movimento operário, hegemonizado principalmente pela Confederação Geral do Trabalho anarquista, devido à sua participação em alguns governos republicanos – em 1919 Augusto Dias da Silva integrou o governo presidido por José Relvas, cabendo-lhe a pasta do Trabalho¹⁰⁹, e em 1920 o Presidente do partido, Ramada Curto, foi ministro das Finanças do elenco governamental presidido por Domingos Pereira. Os socialistas apoiaram igualmente o governo “canhoto” de José Domingues dos Santos (1924-1925), participaram no Comité das Esquerdas Sociais, no Bloco de Defesa Social e subscreveram um manifesto em nome do Comité de Defesa Proletário conjuntamente com os Partidários da ISV, o Partido Comunista, a CGT e alguns republicanos, a seguir ao golpe de 18 de abril.

A seguir ao 28 de maio, mais propriamente no dia 5 de junho, a Confederação Nacional do PSP publicou uma nota oficiosa apreciando os últimos acontecimentos, lamentando que uma parte do operariado tivesse participado nos mesmos e dava indicações aos seus apoiantes para que se mantivessem na expectativa – uma tomada de posição semelhante à preconizada pela CGT. Esta nota oficiosa publicada na *República Social* reconhece que esses acontecimentos «são a lógica consequência das faltas e erros dos partidos republicanos», desejando que estes não sirvam para «assegurar o predomínio de qualquer facção política sobre outras»¹¹⁰. Tratava-se de uma reação cautelosa à tomada do poder pelos militares.

¹⁰⁹ Algumas medidas do socialista Augusto Dias da Silva como ministro do Trabalho foram: a instituição dos seguros sociais obrigatórios, a programação de cinco bairros sociais (Arco de Cego, Covilhã, Alcântara, Ajuda e Porto) e o diploma que regulava o regime das 8 horas de trabalho e que fixava o princípio do salário mínimo (v. «Evocando a figura de Augusto Dias da Silva, militante socialista e ministro da República – ‘O Camarada Augusto’», in *Portugal Socialista*, Lisboa, Ano IX, nº 81, de 4 de fevereiro de 1976, pp. 14-15). Vide ainda artigo de Maria Alice Samara, «A Legislação de Maio de 1919», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIV, nº 52, de janeiro de 2003, pp. 36-42, *maxime* pp. 40-42. Estas medidas acabaram por atenuar um pouco o descontentamento no seio dos meios operários.

¹¹⁰ In *República Social*, 2ª Série, Ano IV, nº 228, de 5 de junho de 1926, p. 1. Esta nota também foi publicada em *O Boletim*, órgão do Partido Socialista Português, Lisboa, nº 2, maio de 1926, p. 3.

No dia 3 de julho os socialistas iniciam em Lisboa o seu XII Congresso Nacional¹¹¹ onde foi aprovado o relatório elaborado por Ramada Curto. Nas resoluções aprovadas, embora haja a recusa em colaborar com o novo poder político a confusão instalava-se quando discutiam as questões práticas. Estava em causa a aceitação de convites endereçados aos seus militantes para integrarem as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. O debate chegava a ser violento, dividiam-se as posições, a ambiguidade mantinha-se e as decisões finais eram remetidas para a Junta Diretiva do partido¹¹². Mais uma vez os socialistas não chegavam a acordo quando tinham de resolver questões políticas fundamentais.

A direção do partido através dos seus dirigentes Ramada Curto e Amâncio de Alpoim estavam mais inclinados em apoiar a ditadura, no entanto o apoio não era explícito com receio que estalasse uma reação por parte da corrente esquerda do partido. A imprensa partidária espelhava as dissensões internas aquando do golpe. O facto de recomendarem expectativa aos seus filiados já era uma prova que não estavam dispostos a resistir aos novos ditadores. Enquanto a partir de Lisboa *O Protesto* refletia as posições da direção oficial do partido, no Porto a secção norte do partido através da *República Social* condenava o 28 de maio e de certa maneira a nota da direção do partido, sublinhando que se manifestava abertamente contra o estabelecimento de qualquer ditadura que visasse a destruição das liberdades públicas¹¹³.

¹¹¹ Neste Congresso tomaram parte 175 delegados representando 63 agrupamentos e 2 jornais (v. «1875-1983 Partido Socialista, 108 anos», in *Portugal Socialista*, Lisboa, Ano XVI, nº 171, janeiro de 1983, pp. 8-9). Sobre o XII Congresso do PSP veja-se também *República Social*, 2ª Série, Ano IV, nº 232, de 3 de julho de 1926, e ANTT, Arquivo do Partido Socialista Português, Maço nº 69, fls. 99 e 100.

¹¹² Cf. Constantino de Oliveira Gonçalves, *O Partido Socialista nos Primeiros Anos da Ditadura*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade do Minho, 1999, datil., p. 26, e Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Edição Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005, p. 26.

¹¹³ António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, cit., p. 134.

Como já se disse, Ramada Curto foi um dos dirigentes socialistas que antes da eclosão do 28 de maio chegou a afirmar que «a hora é do exército» e que «vejo a necessidade que o Exército governe» (v. Leopoldo Nunes, *Carmona (Estudo biográfico)*, cit.). Com a implantação do «Estado Novo» e no âmbito da nova legislação corporativa do Estatuto do Trabalho Nacional e dos Sindicatos Nacionais, Ramada Curto chegou mesmo a elogiar os «Contratos Coletivos de Trabalho» realçando «a natureza e o alcance social que eles oferecem aos trabalhadores, sempre que a sua celebração se verifique com a consciência indispensável à garantia dos direitos nele fixados» (in *República Social*, Porto, 3ª série, ano XIII, nº 625, de 31 de março de 1934, p. 1). Vide igualmente os artigos deste dirigente que o comprometem com o corporativismo: «A Burguesia e as Corporações», *ibidem*, nº 576, de 1 de abril de 1933, p. 1; «Estado Corporativo», *ibidem* nº 579, de 22 de abril de 1933, p. 1; «Imprensa», *ibidem*, nº 580, 29 de abril de 1933, p. 1.

Maria de Fátima Patriarca num dos seus estudos sobre o movimento operário desta época entende que não houve qualquer “colaboração” dos socialistas com a ditadura e justifica a «expectativa» face ao movimento castrense do 28 de maio com a intenção «de impor aos poderes constituídos – neste período de exceção – o reconhecimento do movimento sindical». Jogavam no sentido de «o manter num plano legal e de ganhar maior legitimidade, evitando tudo o que possa conduzir à sua marginalização e ilegalização», o que, na sua perspetiva, «corresponderia ao seu aniquilamento». Preocupavam-se os socialistas em «manter o movimento sindical dentro dos quadros legais, usando mais os argumentos da razão do que da força – força que eles sabiam não existir – que lhes valerá o labéu de ‘colaboracionistas’ (...)»¹¹⁴. Com efeito, os socialistas não se livraram deste epíteto, acusação veiculada tanto por anarquistas como pelos comunistas. Não deixa de ser estranho o facto da imprensa socialista continuar a ser tolerada pelo novo regime até certo ponto, enquanto os diversos órgãos anarquistas, comunistas e republicanos iam sendo paulatinamente proibidos e encerrados.

O Partido Socialista nunca foi um partido de massas e a sua influência nos setores operários foi de curta duração. Fundado no mesmo período – década de 70 no século XIX – que o Partido Republicano, o Partido Socialista deixou-se rapidamente ultrapassar por aquele devido, por um lado, por não ter exercido uma atividade política persistente, orientando-se sempre pela luta no campo económico, por outro, por cultivar uma característica marcadamente obreirista. Esta linha de rumo preconizada pelos socialistas impedia-os de compreender «toda a importância da política de ‘concentração democrática’ (hoje política de alianças) com os republicanos», de acordo com a opinião de Cândido de Azevedo. As consequências desta orientação fizeram com que o Partido Socialista perdesse «constantemente, terreno em relação ao Partido Republicano, como se dividiu internamente, nunca chegando a alcançar uma real influência de massas»¹¹⁵, incluindo nos meios operários.

Nos inícios da década de 90 do século XIX os socialistas vão ter de confrontar-se com o aparecimento dos anarquistas nos sindicatos e noutras associações operárias¹¹⁶. Segundo

¹¹⁴ Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, s. l., Vol. I, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p. 90.

¹¹⁵ *Apud* J. Cândido de Azevedo, «Os socialistas e a ‘concentração democrática’ – Subsídios para a história do movimento operário socialista em Portugal», in *História*, Lisboa, nº 7, maio de 1979, p. 41.

¹¹⁶ A inflexão tática dos anarquistas para atuar no seio do movimento sindical ocorreu em França por volta de 1894-95 quando começaram a perceber que não era com atos heroicos que se faziam as revoluções – de acordo com o anarquista Kropotkine, em *Le Revolté*, em 1880. Quando em 1892 Fernand Pelloutier (jornalista e membro do Partido Operário Francês separou-se da corrente marxista e passou a defender posições libertárias)

António Ventura, no 1º de maio de 1893 a participação anarquista já era visível: Martins Vagueiro, João Álvares e Mateus Ruivo discursaram num comício em Lisboa com cerca de 6 000 pessoas; no mesmo dia, na Confederação Operária Setubalense deram-se vivas às ideias anarquistas; em julho, a Associação dos Operários «deliberou aceitar ‘a anarquia como o ideal mais sublime e mais justo até hoje concebido’»; em janeiro de 1894 aquela associação retirou-se da socialista Federação das Associações de Classe; neste ano registaram-se graves conflitos entre anarquistas e socialistas nos Centros Socialistas de Lisboa e de Alcântara; em alguns jornais operários da época, como o *Manipulador* e o *Eco Metalúrgico* os anarquistas desferiam violentos ataques aos socialistas¹¹⁷.

A partir de 1895 verificou-se uma crescente influência anarquista nas associações de classe e noutras estruturas operárias de influência socialista, desestabilizando umas e conquistando outras. Entre estes diversos casos temos a Associação de Classe das Costureiras de Lisboa, a própria Federação das Associações de Classe, as Associações de Classe dos Manipuladores de Lisboa, dos Soldadores de Setúbal, dos Corticeiros de Almada, dos Operários do Município e tantas outras, assim como Centros Socialistas e Caixas Económicas¹¹⁸. A partir de finais do século XIX e durante a I República os socialistas acabaram por ser desapossados do seio do movimento operário por novos protagonistas mais

fundou as Bolsas de Trabalho e que se constituíram numa Federação em 1894, expandindo-se rapidamente por todo o território francês, muitos anarquistas decidiram ingressar nas bolsas e nos sindicatos. Péloutier no artigo «L’Anarchie et les syndicats ouvriers», dado à estampa no periódico operário de Jean Grave, *Les Temps Nouveaux*, de 20 de outubro de 1895, defendeu abertamente o sindicalismo e o ingresso dos anarquistas nesse movimento, alertando no entanto, para os perigos que os dirigentes e os “aparelhos” sindicais representavam. «Deviam existir dirigentes e funcionários, absolutamente indispensáveis para a eficácia dos sindicatos, mas eles poderiam ser demitidos a qualquer momento. Seriam detentores de mandatos precários, específicos e breves. Para aquele autor, o sindicato era uma escola prática do anarquismo e prefigurava, em certa medida, a sociedade futura». Nem todos os anarquistas franceses vão aderir a estas ideias. No entanto, pouco a pouco, o sindicalismo, que «foi precisamente uma reação contra essa doença infantil do anarquismo que foi o anarquismo» vai ganhando uma grande importância. «Revelar-se-á como o meio ideal para atrair a massa operária para a causa anarquista e preparar a revolução social», incluindo em Portugal (cf. António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 96-98).

¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 99-100. Os desacatos no Centro Socialista de Lisboa tiveram a sua origem com a atividade fracionista de Bartolomeu Constantino, contínuo e secretário do Centro e que fora afastado das suas funções em julho de 1894. A seguir começou a participar de forma ativa no movimento anarquista, em particular na associação das lavadeiras tendo aliciado alguns elementos. Em agosto, quando o socialista Azedo Gneco proferia a conferência “Utilidade das mulheres se associarem” na referida associação, no Pátio da Salema, foi interrompido aos gritos por 30 anarquistas chefiados por Bartolomeu Constantino, Albino de Moraes, António Evaristo e Álvaro Rocha. Os socialistas acorreram em defesa de Gneco, ocorreram «socos e bengaladas» e a polícia interveio prendendo os anarquistas e alguns socialistas (*ibidem*, p. 100).

¹¹⁸ *Ibidem*, pp. 102-106.

interventivos e aguerridos – os libertários do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo. Como se isto não bastasse, a partir de 1921 novos atores vão entrar em cena pela disputa do movimento sindical, os comunistas que, além de não darem tréguas ao que restava das hostes socialistas, vão por sua vez disputar o terreno aos anarquistas.

A fraqueza do Partido Socialista Português revelava-se assim um facto nos inícios de 1926. Esta fraqueza acabou por projetar-se em alguns arremedos de alegria e contentamento nos seus dirigentes sempre que algum sindicato escapava à influência da CGT e ia engrossar as fileiras dos comunistas. Inclusivamente, parece que o partido estava disposto a alinhar na formação de uma central sindical paralela fundada pelos Partidários da ISV, desde que esta mantivesse a neutralidade internacional e o respeito pelo princípio da representação proporcional¹¹⁹. O 28 de maio acabou por gorar estas intenções.

Não obstante a sua diminuta influência sindical, os socialistas continuavam a dominar os trabalhadores dos tabacos, seu setor tradicional, defendendo intransigentemente a chamada *régie*¹²⁰ na «Questão dos Tabacos», pois os seus dirigentes esperavam vir a ocupar alguns dos novos postos de trabalho que se iriam criar no aparelho do Estado. Nos últimos dias da República os Deputados do PSP no Parlamento defenderam com “unhas e dentes” a *régie* dos tabacos como se pode comprovar através do «Relatório dos Deputados Socialistas»: «Por entre discursos de pedante erudição começaram as primeiras escaramuças do malfadado debate dos Tabacos. Tinham nítida posição própria os socialistas. Como preocupação de partida a defesa dos operários; como programa financeiro e administrativo a Régie pura; como finalidade política a extirpação do cancro nacional – base e eixo do camaleão reaccionário financeiro devorador do país – que é a Companhia dos Tabacos»¹²¹.

¹¹⁹ V. *O Protesto*, de 16 de agosto de 1925 e de 27 de fevereiro de 1926.

¹²⁰ A concessão dos tabacos contribuiu em grande parte para a eclosão do 28 de maio. O governo republicano de António Maria da Silva, para resolver grande parte dos problemas financeiros, preparava-se para passar ao regime de exploração direta do Estado, *régie*, quando terminasse o regime de concessão dos tabacos aos banqueiros Burnay, em 1926. Como toda esta situação provocou elevados protestos por parte da grande burguesia, o governo da Ditadura Militar entregou a referida concessão a duas Companhias, encontrando-se à frente de uma delas Alfredo da Silva, e da outra novamente os banqueiros Burnay (v. Fernando J. Almeida, «Nas Vésperas do 28 de maio», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXVIII, nº 86, maio de 2006, pp. 49-50).

¹²¹ ANTT, Arquivo do Partido Socialista Português, Maço nº 68, Amâncio Alpoim e Ramada Curto, «Relatório dos Deputados Socialistas», fl. 3, s. d. Este relatório, manuscrito (fls. 2-5), apresentado no XII Congresso do partido, foi elaborado por Amâncio Alpoim e posteriormente também assinado por Ramada Curto. Trata da atividade dos 2 deputados socialistas no período 1924-26. Além da questão dos tabacos, relata o posicionamento daqueles noutros assuntos como no incidente do Banco Angola e Metrópole, contra as deportações políticas - onde «o debate tomou proporções de violência dignas de um Parlamento tropical (sem

Todo este conjunto de situações, aliadas às querelas internas, deserções, colaborações e expetativas transformaram o Partido Socialista numa força totalmente impotente para impor qualquer tipo de resistência séria e eficaz às tropas de Gomes da Costa. Esta incapacidade socialista encontra-se bem patente no Relatório elaborado pelo Secretariado Nacional da Secção Sul (subscrito por Nunes da Silva, Júlio Silva e Alfredo Franco) e apresentado ao congresso em julho de 1926. Curiosamente, neste Relatório não se encontram quaisquer referências à implantação da Ditadura, exceto na parte final e de uma forma vaga quando aborda as relações com organismos afins a pretexto da união das esquerdas e da frente única, nomeadamente com a CGT, a «nossa velha e ingrata namorada», e o Partido Comunista que «vive lá no seu buraco»¹²². Essa incapacidade, dizíamos, traduz-se em expressões como - «ao 12.º Congresso não chegaram mais de 50% dos eleitos no 11.º», «de estrutura fundamental de um partido, quase nada», «andamos partidos e repartidos numa ação sem sequência, modorrenta», «há um prurido de atividade», «inação, marasmo são já palavrões consagrados», «encontramos tudo extinto quando tomamos conta do nosso mandato e não conseguimos acendê-lo por mais que inflamássemos as repetidas cartas e circulares, todas sem resposta», seria preciso ir aos locais «mas não há recursos». São enumerados os diversos locais onde a organização socialista diminui de importância (Aljustrel), onde se perdeu (Cuba, Serpa e Beja), onde se extingue (Coimbra, Leiria, Vila Velha de Ródão, Pedrógão, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Barbacena, Elvas, Seixal, Barreiro, Alenquer e Torres), e onde se apagou (Ultramar e Ilhas)¹²³. Perante tal cenário o Partido Socialista era praticamente uma ficção em 1926.

Uma das manifestações de carácter oposicionista dignas de registo por parte do Partido Socialista Português nos inícios da Ditadura Militar, teve lugar no dia 12 de janeiro de 1927, quando subscreveu uma declaração entregue na Embaixada Britânica e nas legações da

ofensa para o Equador)» -, sobre o regime do inquilinato urbano, as dificuldades da ação parlamentar só com 2 deputados, as dificuldades do partido, etc.

¹²² ANTT, Arquivo do Partido Socialista Português, Maço nº 68, «Relatório do Secretariado Nacional – Secção Sul: 1924-1928», 3 de julho de 1926, fl. 44. É o seguinte teor a forma como aborda a referida situação política: «Que devemos contar só com nós mesmos, que é preciso fazer a frente única, nós próprios, cá dentro, já está dito há muito tempo. Devemos recordá-lo agora, sem saber o que se passará amanhã? A sincera união das esquerdas, a autêntica frente única, o abraço verdadeiro e fraternal não terá de dar-se breve, pelos cantos das casas-matas, sob o jugo de uma tirania, enxotados uns para os outros pelo chicote de ditadores?» Foi o que se viria a passar e que conduziu à aliança efémera entre os vários organismos sindicais cujo epílogo foi a fracassada «greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934».

¹²³ ANTT, cf. «Relatório do Secretariado Nacional – Secção Sul...», cit., fls. 33-36.

França e dos Estados Unidos, igualmente subscrita pelo Partido Republicano Português, pela Esquerda Democrática, pelo Partido Republicano Radical, pela Ação Republicana e Seara Nova, não reconhecendo a validade a quaisquer acordos ou operações financeiras que se efetuassem em nome do Estado Português, sem a prévia autorização do Congresso da República. O Partido Republicano Nacionalista aderiu a esta posição no dia seguinte.

Em laia de conclusão, diremos que a ditadura castrense do 28 de maio que iniciou a sua marcha na cidade dos arcebispos para se instalar na capital encontrou o caminho aberto para se instalar à vontade no poder, tendo em conta o estado favorável, letárgico e derrotista em que se encontravam as principais forças que dominavam o movimento operário e que, à partida, teriam capacidade para a sua mobilização contra os golpistas. Portugal não se apresentava como uma exceção à regra, nomeadamente quanto ao refluxo que atingia o movimento revolucionário do proletariado em meados da década de 20 do século XX um pouco por toda a Europa. As ondas de choque propagadas pela revolução bolchevique de 1917 e que contagiaram todo o movimento operário internacional diminuía de intensidade – em vez da “revolução permanente e universal” entrava-se efetivamente na chamada era da “construção do socialismo num só país”, por enquanto.

Em vez de revoluções proletárias, a Europa assistia a contrarrevoluções, ao avanço das forças conservadoras e fascistas¹²⁴. Portugal também via chegada a sua hora de imposição das forças contrarrevolucionárias e retrógradas. «Na opinião de Manuel Villaverde Cabral «(...) já nenhuma revolução estava para vir, ou, como dizia Zinoviev, algo reformisticamente, ‘o momento já tinha passado’». A implantação da ditadura em Portugal não foi, como noutros países, uma violentíssima reação da burguesia desalojada do poder, como sucedeu na Hungria em 1919, nem uma contrarrevolução preventiva. A Ditadura no nosso país, «seria o modo como as classes não operárias se recompuseram politicamente (...) para ocupar o espaço global deixado vazio por uma ofensiva operária que, a partir de certa altura, não

¹²⁴ Nas décadas de 20 e 30 do século XX, no rescaldo da revolução russa, estabeleceram-se diversos regimes autoritários e conservadores na Europa: Horthy na Hungria (1920), Mussolini na Itália (1922); Primo de Rivera (1923-1930) e Francisco Franco na Espanha (1939), Gomes da Costa e Salazar em Portugal (1926 e 1932), Pilsudski na Polónia e Voldemaras na Lituânia (1926), Dolfuss na Áustria (1932), Hitler na Alemanha (1933), rei Bóris III na Bulgária e Ulmanis na Letónia (1934), Stojadinovic na Jugoslávia (1935), Metaxas na Grécia (1936) e rei Carol na Roménia (1938). Noutras parte do mundo assinala-se Mustafa Kemal na Turquia (1920) e Chang Kai-chek na China (1928). Na América Latina também se assistiu a uma vaga de regimes ditatoriais na mesma época (cf. Pierre Thibault, *O Período das Ditaduras 1918 – 1947*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981, pp. 79-97 e 166-181).

consegue mais do que paralisar o funcionamento da sociedade burguesa sem efetivamente se candidatar a substituí-la»¹²⁵.

Sobre a fraqueza e incapacidade dos diversos setores que compunham o movimento operário e que temos vindo a analisar, Bento Gonçalves é bastante categórico e elucidativo:

«Era evidente que o fascismo, que o povo conseguira desmoralizar em 18 de abril [de 1925], recobriria em breve o ânimo abatido. Que disposições tomava a C.C.T. e todos os restantes organismos operários para o enfrentar? Não se perdera, com efeito, uma oportunidade excelente para o submeter e asfixiar no casulo quando a Esquerda Democrática esteve no Poder? Não indicaria nessa data a situação política a necessidade duma *frente unida operária* que por si se tornasse um baluarte de resistência independente antifascista e de apoio e impulso à ação progressista do Governo de José Domingos dos Santos? Isto não se fez, embora fosse viável, com a condição do sectarismo dos dirigentes operários não se lhe ter interposto. (...). Mas a única prova que se obteve – iniludível – foi a da incapacidade política de todos menos os reacionários.

Poderia admitir-se uma viragem salutar, uma reação extrema das organizações operárias, após o 18 de abril, quando a C.G.T. era já, afinal, um monte de destroços, os Partidários da I.S.V. pouco mais que um núcleo de palradores pretensiosos, o Partido com o Rates a encaminhá-lo para o plano inclinado da bancarrota e o Partido Socialista com o Amâncio Alpoim e o Ramada Curto a bajularem os parlamentares democráticos? Claro que não. Ao oportunismo juntara-se o sectarismo, cada vez mais violento, mais derrotista. A crise era profunda e a desorientação que decorria da mentalidade oportunista dos dirigentes

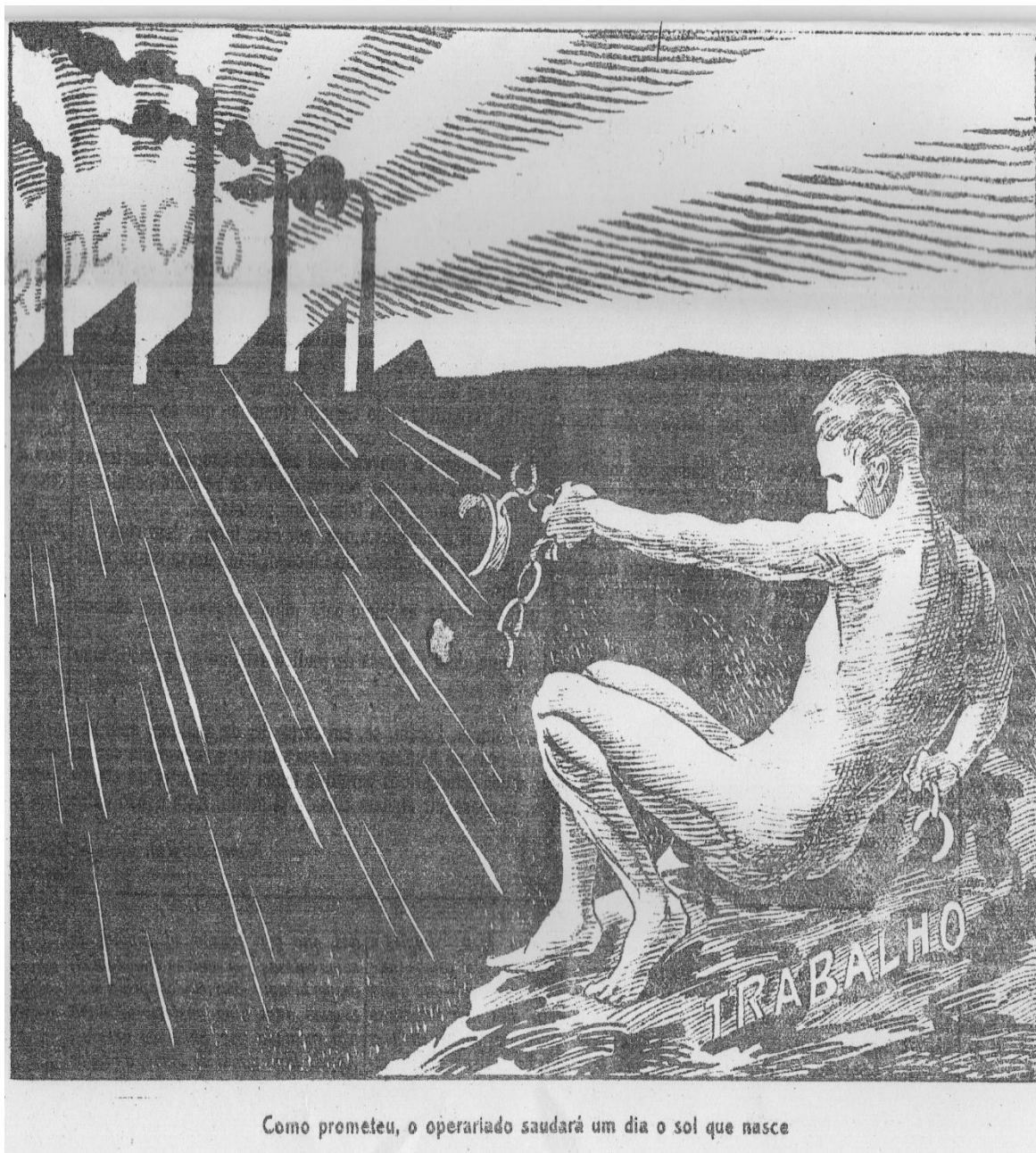
¹²⁵ V. Manuel Villaverde Cabral, «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», in *Análise Social*, Lisboa, II Série, Vol. XII, nº 48, 1976-4º, p. 878. Sobre a desorganização e impotência das organizações operárias na altura do 28 de maio de 1926, veja-se Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1978, pp. 257-399, maxime pp. 371-399, e João Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal...*, cit., pp. 40-70.

operários da época tomava-a como uma vaga de impossível domínio. Havia o sentimento liquidacionista de ‘o que for soar’á’. Reagir para quê?»¹²⁶.

O Secretário-Geral do Partido Comunista, em tese, admitia a constituição de uma “frente única operária” para barrar o caminho ao avanço das forças conservadoras. No entanto, chega muito rapidamente à conclusão que tal não seria possível devido ao estado de incapacidade em que se encontravam as organizações operárias.

¹²⁶ Bento Gonçalves, «Palavras Necessárias», *Os Comunistas*, cit., p. 109.

SEGUNDA PARTE: MUNDIVIVÊNCIAS E DISPUTAS NO SEIO DO MOVIMENTO OPERÁRIO



In *Vanguarda Operária*, 1 de maio de 1930, p. 1.

Capítulo I I – A Repressão e os Caminhos e Descaminhos do Movimento Operário

«O que se passava comigo passava-se com os outros jovens. A Revolução exigia de nós uma renúncia mística e total. Vivíamos numa conspiração permanente e tudo o resto nos parecia fútil. Adquiríamos o hábito da autocrítica e a predisposição para o sacrifício pessoal. Fanatizados, suportávamos mal qualquer contradição. A nossa Verdade era marmórea e intocável. A nossa intolerância, formal. Animados de espírito missionário, entusiasta e viril, despidos de ambições pessoais, não admitíamos sequer que pudéssemos estar equivocados. Dávamos tudo de nós mesmos, desinteressados, como só os jovens sabem fazê-lo sem cálculo, arriscando a liberdade e a vida com um objetivo profundamente generoso: fazer desaparecer a ignomínia da exploração do homem pelo homem. (...).

Minutos depois de içada a bandeira nacional, esvoaçaram sobre a multidão centenas de manifestos e um jovem ergueu a bandeira vermelha tendo, só dum lado, uma foice e um martelo. Estupefação geral. Era a primeira vez que sob a ditadura se via aquele estandarte. Mais panfletos foram distribuídos. Vivas à revolução. Morras à ditadura».

Pedro Rocha, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991, pp. 13 e 17.

1. O movimento «reviralhista» e a atitude do operariado

1. 1. Os «putch» do «revirvalho»

Como se viu, a Ditadura Militar derrubou com relativa facilidade a República, não encontrando oposição significativa por parte dos setores operários, assim como da parte das diversas forças republicanas. O mesmo já não se poderá dizer dos anos seguintes em que se assiste à consolidação da ditadura num ambiente de guerra civil larvar, nomeadamente entre os anos de 1927 a 1931, antes do advento do «Estado Novo» salazarista. Os setores ligados ao movimento do «revirvalho»¹ vão desencadear diversas

¹ O termo «revirvalho» ou «reviralhismo» foi adotado pelos revoltosos republicanos, ou democráticos e liberais, desde 1926 até ao período da II Guerra Mundial, encontrando-se «associado à ideia de um movimento revolucionário relâmpago, com o objetivo imediato de reorientação democrática do regime político-militar em vigência». O «reviralhismo» vai buscar os seus elementos principais à

revoltas armadas contra o novo governo militar sem, no entanto, conseguir desalojá-lo do poder. Depois da derrota do «reviralhismo» travou-se o ajuste de contas final com o movimento operário.

A primeira revolta republicana «reviralhista» contra a Ditadura – a «Revolta Sangrenta» - rebentou no Porto, de 3 a 7 de fevereiro de 1927 e que pôs esta cidade a ferro e fogo. No dia 4 os ferroviários da linha do Sul e Sueste declararam-se em greve². Durante uma semana, cerca de 2 500 revoltosos “constitucionais” travaram luta violenta para restaurar a República liberal e democrática, contra 4 000 “situacionistas” que os derrotaram. Na sequência da revolta do Porto verificou-se uma sublevação republicana em Lisboa, entre 7 a 9 de fevereiro. As forças ditatoriais venceram em todos os campos, resultando dos confrontos nas duas cidades cerca de 200 mortos e um milhar de feridos.

Na sequência desta derrota «reviralhista» foram deportados para as ilhas e colónias (Madeira, Açores, Angola, Guiné e Timor) cerca de 1 000 implicados³ e muitos outros exilaram-se, particularmente em Espanha e França. Por ação destes últimos constituiu-se em julho de 1927 a Liga de Defesa da República, também conhecida por Liga de Paris (LDR/LP), onde através de um Manifesto proclamou «a necessidade de uma ação revolucionária para repor a República Democrática e regenerada»⁴. Esta organização oposicionista onde preponderavam vultos republicanos como Afonso Costa, Domingues dos Santos, Álvaro de Castro, António Sérgio e Jaime Cortesão, defendia de forma

instrumentalização das unidades militares de alguns centros urbanos, onde se constituem núcleos clandestinos de militares revolucionários, com o apoio de elementos civis recrutados principalmente no funcionalismo público e nas profissões liberais. O seu período de maior atividade situa-se entre os anos 1927-1931, decaindo a sua influência e força a partir daqui, não só devido às derrotas, prisões, repressão, deportações, mortes, de que foi alvo, mas também pelo apoio crescente que a pequena burguesia urbana concedeu à Ditadura. Podemos considerar o «reviralhismo» como «um movimento elitista, conduzido pelo escol republicano desapossado em 1926, onde predominam, (...) antigos ministros, senadores, deputados, governadores civis e outros altos funcionários da administração republicana» (vide Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926 – 1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 18 e 20).

² Fernando de Castro Brandão, *A Ditadura Militar – 1926-1933 – Uma Cronologia*, Lisboa, Edição Europress, 2007, p. 33.

³ Um dos participantes na intentona e deportado para a Terceira foi o então tenente Alfredo José Barroso, natural de Montes de Alvor, Portimão e pai de Maria Barroso. Foi detido no Regimento de Infantaria n.º 11, em Setúbal, onde se encontrava. Embora absolvido pelo Tribunal Militar Especial de Santa Clara, foi novamente detido e passou pela Penitenciária e Forte de Peniche antes da deportação para a ilha Terceira no navio *Quanza*. Posteriormente teve residência fixa em Setúbal, foi promovido a capitão em 1936, passou à reserva em 1938 e reformou-se em 1957. Em abril de 1961 foi preso mais uma vez pela PIDE no Aljube. Alfredo Barroso era maçom, tendo sido iniciado a 24 de outubro de 1932 na Loja *Bocage*, de Setúbal, como o nome simbólico de «Samardan» (cf. António Ventura, «A Maçonaria em Portimão», in José Tengarrinha (coordenação), *Portimão e a Revolução Republicana*, Alfragide, Texto Editores, 2010, p. 97).

⁴ Cf. Luís Farinha, «O ‘Revirvalho’: A Resistência Republicana», in António Simões do Paço (coord. de), *Os Anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, Vol. 1: «1926-1932 A ascensão de Salazar», s. l., Edições Centro Editor Planeta De Agostini, 2007, p. 72.

intransigente a estratégia revolucionária republicana para o derrube da Ditadura, tendo-se desagregado em 1932 sem conseguir os seus intentos.

A Liga de Defesa da República (Liga de Paris) não obstante ter congregado diversas figuras da República e muitos independentes, não conseguiu juntar outros setores numa plataforma unitária, liderados por Jaime de Morais e Norton de Matos, deportados de Angola e dos Açores e mesmo outras forças democráticas ligadas a António Maria da Silva. Em novembro de 1931 realizou-se em Beyris, no sul de França, uma Conferência Política⁵ de dirigentes oposicionistas que procuravam conciliar as diversas correntes liberais que levassem à constituição de uma frente unida contra a Ditadura Militar.

Em julho de 1928 o «revirinho» preparava-se para fazer eclodir a chamada «Revolta do Castelo», em Lisboa (o seu comando situava-se no castelo de S. Jorge), mas foi desmantelada à nascença. Contava com ramificações um pouco por todo o país, principalmente nas zonas de Setúbal, Viseu e Pinhel.

O ano de 1931 foi o ano de todas as revoltas, eclodindo a primeira na Madeira, no dia 4 de abril. Durante cerca de um mês, os deportados republicanos, em conjunto com forças locais desafiadas à situação, mantiveram a «República da Madeira». No dia 7 estalou uma nova revolta, agora nos Açores, iniciando-se em Angra do Heroísmo e alastrando a S. Miguel, Graciosa e S. Jorge. Vencidos pelas forças do regime ditatorial, os revolucionários juntaram-se aos da Madeira. No dia 17 de abril rebentou uma nova revolta na Guiné, em solidariedade com a revolta das ilhas.

A efêmera “República da Madeira” rendeu-se às forças da Ditadura no dia 30 de abril, depois de debeladas as revoltas na Guiné e nos Açores. O general Sousa Dias que tinha assumido o comando insurrecional entregou-se, juntamente com outros dirigentes

⁵ A Conferência Política de Beyris realizou-se na casa de Bernardino Machado contando com a presença deste, que presidiu, com Afonso Costa, José Domingues dos Santos e capitão Pina de Morais que vieram de Paris, Cunha Leal que veio da Corunha, Lago Cerqueira que veio de Biarritz, Jaime de Morais e Jaime Cortesão que vieram de Madrid. Esta conferência tinha como objetivo a constituição de uma comissão para promover a constituição de um Comité Supremo da Revolução que abrangesse a Aliança Republicano-Socialista, organização oposicionista formada em Portugal, para o derrube da Ditadura, assim como a obtenção de um empréstimo para financiar a atividade revolucionária (Fundação Mário Soares, *Espólio Afonso Costa*, Liga de Defesa da República, «Actas da reunião de Beyris», Pasta 7219.032, de 22 e 23 de Novembro de 1931, pp. 1-13; ver também A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, 2ª Edição, Lisboa, Editora Arcádia, 1975, pp. 243-245). Nunca se chegou a constituir o Comité da Revolução devido às diferentes estratégias por parte das duas forças oposicionistas – a L.D.R./L.P. defendia a via revolucionária para derrubar a ditadura enquanto a A.R.S. pugnava pela transição pacífica do regime, pactuada ou por via eleitoral.

Sobre a Liga de Paris veja-se ainda Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Nacional*, Publicações Europa-América, 1976, e António Luís Costa Pinto, «A Primeira Frente de Oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga da Defesa da República», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 5, 1990-91, pp. 247-253.

republicanos revoltosos, após a rendição das suas forças. Vários dirigentes dos revoltosos, confiantes na proteção inglesa refugiaram-se a bordo dos barcos de guerra de “Sua Majestade”. Enganaram-se, pois alguns dias mais tarde serão entregues à polícia e deportados, sem qualquer forma de julgamento, na sua grande maioria para Cabo Verde. Mário Castelhana⁶, dirigente da CGT, que se encontrava deportado na Madeira e também participara na revolta, conseguiu fugir no depósito de carvão de um navio, juntamente com outros dirigentes operários, depois da permanência clandestina na ilha durante um mês⁷.

Ainda em abril de 1931 formou-se em Madrid um Comité Revolucionário, sob a liderança de Jaime Cortesão e que ficará conhecido como o «Grupo dos Budas» (inicialmente este Comité esteve ligado à Liga de Paris), cuja missão era a de procurar apoio junto do governo republicano espanhol⁸. Em junho constituiu-se a Aliança Republicano-Socialista (A.R.S.), tendo como Presidente o general Norton de Matos e

⁶ Mário dos Santos Castelhana nasceu em Lisboa em 31/05/1896 e faleceu no Campo de Concentração do Tarrafal, Cabo Verde, em 12/10/1940, de febre intestinal. Foi um dos organizadores das greves de 1911, 1918 e 1920, acabando por ser eleito pelo Sindicato dos Ferroviários como secretário das Relações Internacionais da Federação Ferroviária. Em 1922 participa na organização do 1.º Congresso Ferroviário e no Congresso Nacional Operário da Covilhã e em 1926 é eleito para o Comité Confederal da CGT como principal responsável e nomeado retador principal de *A Batalha*. Com a repressão da revolta de fevereiro de 1927 pela Ditadura Mário Castelhana é preso e deportado para Angola em novembro, em setembro de 1930 é transferido para os Açores e em abril de 1931 vai ser enviado para a Madeira, onde acaba por participar ativamente na revolta da “Mornaça”. Depois de alguns tempos na clandestinidade após a derrota da revolta, refugia-se num porão do vapor «Niassa» e chega a Lisboa.

Em 1933, de novo à frente do Secretariado da CGT, Mário Castelhana é um dos organizadores da “greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934”. Ao ter elaborado os códigos, era responsável pelas ligações com a província e outros setores operários e da oposição e era o coordenador de toda a ação. Denunciado, acaba por ser preso a 15 de janeiro de 1934, três dias antes da ação eclodir. Vai parar à Casa de Reclusão da Trafaria onde é torturado. Condenado pelo Tribunal Militar Especial a 16 anos de degredo com detenção, é enviado em setembro de 1934 para a Fortaleza de S. João Batista, em Angra do Heroísmo. Em outubro de 1936 vai parar ao campo do Tarrafal, onde morre em 1940, vítima de tortura e doença.

Mário Castelhana escreveu diversos artigos para a imprensa operária e foi autor da brochura *Os Organismos de Transportes na Revolução Social*, em 1932, e do livro *Quatro Anos de Deportação*, editado pela Seara Nova depois do 25 de abril de 1974 (vide «Mário Castelhana», in *Voz Anarquista*, Almada, n.º 16, agosto de 1976, pp. 1-2; o Grupo Os Libertários do Brasil, «A memória de Mário Castelhana», in *Voz Anarquista*, Almada, Ano IV, n.º 51, setembro/outubro de 1980, p. 8; Fernando J. Almeida, «Mário Castelhana e o movimento sindical português», in *História*, Lisboa, Nova Série, ano 18, n.º 25, 1996, pp. 22-27; e João Freire, «Mário Castelhana Um Líder Sindical», in *Expresso*, Revista, Lisboa, n.º 1 459, 14 de outubro de 2000, pp. 92-97).

⁷ Cf. João Soares (recolha e organização), *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné 4 de abril a 2 de maio de 1931 – Documentos*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, 1979, pp. 18-20.

⁸ Cf. Luís Farinha, «O ‘Revirvalho’: A Resistência Republicana», *op. cit.*, p. 73. Em setembro de 1933 os «Budas», apoiados pelo governo espanhol, conseguiram um empréstimo de 450 mil pesetas e um lote de armas para fazer a revolução em Portugal. O comunista Joaquim Pires Jorge diz-nos que os «Budas» receberam fortes apoios de Espanha, como uma quantia de três milhões de pesetas, de um grande industrial de Bilbau, de nome Echevarrieta, «a quem os republicanos prometeram autorização para construir a ponte sobre o Tejo quando recuperassem o poder». Este dinheiro teria servido para comprar armas na Alemanha, mas grande parte delas foram apreendidas no norte do país (cf. Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, Lisboa, Edições Avantel, 1984, p. 21).

fazendo parte do seu Diretório os almirantes Tito de Morais e Mendes Cabeçadas. A A.R.S., que colocava as esperanças numa transição pacífica do regime, integrava elementos do Partido Republicano Português, da Esquerda Democrática, da União Liberal Republicana, do Partido Radical, do Partido Republicano Nacionalista e do Partido Socialista Português⁹. Tanto o Partido Comunista como os anarquistas repudiavam e combatiam as alianças com os setores «reviralhistas».

A A.R.S. embora ainda não estivesse formalmente proibida pelo regime, em termos práticos era o que sucedia, pois quando solicitou ao governo militar garantias de liberdade para participar nas eleições administrativas de 1931, a resposta foi que «a oposição teria liberdade de actuação, desde que não atacasse a Ditadura», ou seja, embora teoricamente não lhe negasse o direito de existir, «condicionava-lhe a organização e actuação, com um estatuto de subalternidade»¹⁰.

No dia 26 de agosto de 1931 verificou-se uma nova revolta em Lisboa, tendo à sua frente os coronéis Utra Machado e Hélder Ribeiro e o tenente-coronel Sarmento de Beires. Depois de derrotados, alguns «reviralhistas» refugiaram-se em Espanha¹¹. Segundo o testemunho de Francisco Horta Catarino, na altura em funções da guarda no quartel da Amadora, o 26 de agosto foi derrotado devido a erros de ligação e de comunicações entre os conspiradores. Teria havido uma falsa informação de que o movimento fora adiado, o que paralisou o grupo de Esquadrilhas de Aviação «República», sedado na Amadora e que impediu a chegada à unidade, militarmente forte, de Sarmento de Beires, que acabou por se deslocar a Alverca¹². Foi no rescaldo desta nova derrota das forças oposicionistas que teve lugar a Conferência de Beyris.

⁹ Pedro Ramos de Almeida, *Salazar – Biografia da Ditadura*, cit., p. 106.

¹⁰ Cf. Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 96.

¹¹ Após o derrube do general Primo de Rivera, a jovem República espanhola passou a ser o destino de muitos exilados e revoltosos da oposição portuguesa, concedendo-lhes inclusive, apoio sob diversas formas. Manuel Azaña, Ministro da Guerra espanhol, permitiu que material de guerra fosse retirado do aeródromo militar de Alcazares, próximo de Madrid, e entregue aos exilados portugueses. No entanto, verificaram-se dificuldades de coordenação devido às divisões internas no seio da oposição. Os aviões que bombardearam Almada fugiram para Sevilha e os fugitivos receberam apoio do governo espanhol, incluindo subsídios pecuniários mensais (idem, *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, pp. 39-40). Sobre este tema consultar igualmente César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987, p. 169.

¹² V. Francisco Horta Catarino, *Falando do Revirinho*, Lisboa, Edição do Autor, 1931, pp. 20-21. Francisco Horta Catarino, Furriel no Grupo de Esquadrilhas de Aviação, na Amadora, em 1932, e no Batalhão de Aerosteios em Alverca, em 1933, esteve preso nas fortalezas de S. Julião da Barra, Peniche e de Angra do Heroísmo, acusado de comunista. Regressando a Portugal em 1934 foi um dos organizadores e eleito Secretário-Geral da Organização Revolucionária de Sargentos (O.R.S.), o que o condenou de novo à prisão, a violentas torturas e à expulsão do serviço militar em 1935. Evadindo-se da fortaleza de Peniche

Em 26 de outubro de 1933 teve lugar o último movimento «reviralista», (até final da década de 30 sucederam-se ainda algumas tentativas do «revirvalho» pouco expressivas, todas condenadas ao fracasso), uma revolta militar em Bragança, mas que foi gorada à nascença. Pretendia este movimento, denominado a «conspiração dos Budas»¹³, juntar unidades do norte e atingir o Porto. Em novembro foi apreendido a Sarmento Beires um programa unitário de tendências socialistas, negociado no exílio da Galiza e que dava pelo nome de «Projecto de Plataforma de Frente Única das Forças Populares Motoras da Democracia». Na Primavera do ano anterior, também na Galiza, fora constituída a União Geral dos Combatentes Republicanos, sob a direção de Cunha Leal, agregando setores moderados da oposição¹⁴.

O balanço das revoltas «reviralhistas»¹⁵ revelou-se bastante pesado e constituiu uma autêntica tragédia para estas forças, resultando em mais de 200 mortos e mais de um milhar de feridos, (alguns autores avançam cerca de 400 mortos e de 1 250 feridos), e cerca de 1 500 prisioneiros deportados para as ilhas e para as colónias, permanecendo aqui durante vários anos com residência fixa. Alguns milhares foram afastados das forças armadas e da função pública e muitos deles foram parar às prisões ou tiveram que seguir as rotas do exílio.

Por outro lado, assistiu-se a um endurecimento geral da Ditadura, particularmente a partir das derrotas de 1931, liquidando qualquer veleidade de sobrevivência da Aliança

em 1936, foi condenado à revelia pelo Tribunal Militar Especial. Depois de ter participado no assalto à Repartição de Finanças da Lourinhã para a recolha de fundos para a ação revolucionária, de que resultou a morte de um funcionário, tentou fugir para Espanha e alistar-se no exército republicano, não o conseguindo. Em 1938, aquando do movimento de 26 de maio, em Coimbra, que se gorou, foi denunciado à PIDE, condenado a 31 anos de prisão e à deportação para o Tarrafal. Permaneceu, no entanto, 23 anos na Penitenciária de Lisboa e quando foi solto novamente foi preso e torturado por ligações ao general Humberto Delgado. Finalmente acabou por se exilar em França e no Brasil (v. autobiografia do autor, anexo VII: «As grandes vítimas do salazarismo», *op. cit.*, pp. 132-135).

¹³ «Budas» foi o nome adotado pelo «Grupo de Madrid», uma parte da oposição republicana ao regime de Salazar e que entre 1931 e 1939 esteve na primeira linha dessa frente de combate. A alcunha de «Budas» foi criada por Ferro Alves para designar o grupo da oposição formado por Jaime de Morais, Alberto Moura Pinto e Jaime Cortesão. O termo é usado pelos republicanos contrários ao chamado «Grupo de Madrid», a quem acusam de imobilismo (v. Heloísa Paulo, «Os 'Budas'», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIX, nº 91, de novembro de 2006, pp. 45-50).

¹⁴ Luís Farinha, *op. cit.*, p. 73.

¹⁵ Sobre o movimento do «Revirvalho» vide Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 62-75; idem, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926 – 1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998; António Ventura, «A Oposição ao Estado Novo», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré – Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII: “O «Estado Novo»”, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1998, pp. 149-158; Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926 – 1974)», in José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, Vol. VII, s. l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 206-229; Célia Reis, «A resistência republicana às ditaduras», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIX, nº 94, de fevereiro de 2007, pp. 48-53; Francisco Lopes Melo, «1931: o ano de todas as revoltas», site <http://www.sgmf.pt/NR/rdonlyres/6928E932-CC64-43A1-A85A-C45A76D1918B/776/Oanode1931AMF2.pdf>.

Republicano-Socialista. Além da limpeza saneadora do funcionalismo civil e militar, a censura foi drasticamente agravada, a Polícia Internacional Portuguesa foi reativada e a corrente salazarista reforçou-se. «Desta forma a Ditadura pôde, gradualmente, ver-se livre dos seus piores inimigos incluindo a maior parte dos revolucionários profissionais e dos elementos treinados na prática conspiratória conseguindo impor ao país uma situação de ‘paz e tranquilidade’»¹⁶. Faltava ajustar as contas finais com o movimento operário.

O «reviralhismo» esgotara-se porque, no fundo, o seu único projeto era o de reconstituir o bloco político-social do 5 de outubro, bloco que fora rompido precisamente pela Ditadura. Já o biógrafo de Salazar, Franco Nogueira, dissera que os homens daquele movimento nada possuíam para oferecer ao país e o que propunham era um projeto antigo, o regresso ao regime de assembleia que tinha conduzido precisamente ao 28 de maio de 1926¹⁷. De forma mais concreta, a derrota de todas as revoltas republicanas contra a Ditadura Militar, desde fevereiro de 1927 ao final de 1931, no Continente, nas Ilhas e em algumas colónias, deveu-se a diversos fatores, onde se destacam a divisão e as divergências entre os seus participantes, a insuficiente organização e a falta de meios humanos e materiais, assim como a deteção prévia pela polícia dos planos dos revoltosos¹⁸.

1. 2. Os comunistas face ao «reviralhismo»

O papel das organizações operárias na preparação dos diversos golpes do «revirvalho» foi nulo, sendo a sua participação nos mesmos diminuta, assim se explicando, em parte, a facilidade com que esses golpes foram derrotados. De certo modo, a participação e atividade revolucionárias que tiveram lugar eram feitas de forma individual, não emanando de quaisquer diretivas por parte das estruturas centrais do movimento operário. É sabida a posição «apolítica» dos anarquistas que consideravam tais golpes e contra-golpes «rixas no seio da família burguesa», daí a sua neutralidade face ao movimento do 28 de maio. Os comunistas também recusaram participar no movimento «reviralhista»,

¹⁶ *Apud* Francisco Lopes Melo, «1931: o ano de todas as revoltas», cit.

¹⁷ Cf. António Simões do Paço, «A Ascensão de Salazar», in António Simões do Paço (coord. de), *Os Anos de Salazar*, Vol. 1: «1926-1932 A ascensão de Salazar», cit., p. 23.

¹⁸ Cf. Irene Flunster Pimentel (introdução), in Manuel António Correia, *Memórias de Um Resistente às Ditaduras*, s. l., Círculo de Leitores, 2011, p. 49.

(também não eram “convidados” para esse efeito), pelo menos numa primeira fase, designando-o como «putchismo».

Bento Gonçalves, José da Silva e Joaquim Pires Jorge, três distintas figuras ligadas aos meios operários comunistas deixaram-nos o seu testemunho sobre a atitude do Partido Comunista face ao «revirvalho». Começemos por Bento Gonçalves, Secretário-Geral do PCP a partir da reorganização de 1929, cuja pena não foi nada suave contra a ideologia do «revirvalhismo», que ele apelidava de «putchismo», como se disse, criticando as ilusões republicanas que as massas populares ainda depositavam nesse tipo de movimento. Sob o pseudónimo de «Albino», escreveu em 1935, na Revista *Correspondance Internationale* o seguinte:

«O revirvalhismo (esta palavra designa a tendência putchista-militar dos republicanos), que era até ao 18 de janeiro [de 1934] a mais forte corrente de oposição à ditadura, está muito desacreditado e sofre golpes. Mesmo antes dessa data podia-se constatar uma modificação nesta corrente. As tentativas do revirvalhismo perderam importância e tornam-se cada vez mais difíceis. A capitulação dos revoltosos da Madeira e dos Açores fez perder aos chefes quase todo o seu prestígio aos olhos do povo. Em 20 de agosto de 1931, as massas seguiam já, na sua maioria, o nosso Partido. Os chefes liberais perderam toda a possibilidade de mobilizar as massas.

Isto explica-se facilmente pelo facto de que, por um lado, Salazar, sem conseguir encerrar o ciclo de pronunciamentos nem eliminar as contradições no seio da burguesia, procura dar-lhe uma certa homogeneidade persuadindo-a de que as ameaças de revirvalhismo agravam o perigo comunista. Por outro lado, o Partido começa a aparecer às massas como a única força capaz de derrubar o regime»¹⁹.

¹⁹ Albino, «As Massas Portuguesas em Luta sob a Direcção do Partido Comunista», *Correspondance Internationale*, nº 38/39, de 11 de maio de 1935, in *Bento Gonçalves dirigente proletário*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, s. d., p. 32.

Igualmente no «Relatório» que apresentou ao VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, Bento Gonçalves não poupou o «revirinho», afirmando que a estabilização da ditadura deve-se em parte à «ideologia propagada pelos chefes republicanos e por alguns chefes anarquistas e anarco-sindicalistas, que preconizavam a passividade à espera da ‘revolução’ *que haveria de cair do céu*, e que os chefes republicanos mais responsáveis «não constituem mais do que grupos que mantêm a tática do golpe de Estado putchista»²⁰.

Do campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, para onde fora condenado a partir de 1936, o Secretário-Geral do PCP continuou a fustigar o «rervirinhismo», tanto em *Palavras Necessárias* como em *Duas Palavras*. No fim da primeira obra citada, relativamente ao assalto vitorioso do 28 de maio, refere que a «deceção dos oportunistas pequenos e médios burgueses e proletários transformou-se em ‘revirinhismo’, que esteve em moda durante muito tempo e ainda hoje não está inteiramente desfeito»²¹. Mais à frente e sobre os acontecimentos do 7 de fevereiro de 1927, Bento sublinha que o Partido Comunista apenas publicou um manifesto convidando os trabalhadores a não abandonarem as armas e a persistirem na luta, «até que o ‘putch’ ficasse vitorioso». A fraqueza do partido na altura seria enorme e quem teve a ideia do manifesto teria sido José de Sousa, «um elemento não dirigente», que o «editou e fez circular»²².

Na segunda obra referenciada, as passagens sobre o 7 de fevereiro são mais significativas, ao mencionar que a ação fracassou porque as forças essenciais do movimento operário estavam «cada vez mais presas numa ideologia de desarmamento: da ideologia ‘revirinhista’», que esta não era capaz de «derrubar a ditadura», que a burguesia liberal «perdera o lugar de comando na tática, na estratégia e na iniciativa», e que os chefes republicanos envolviam-se numa «tática de ‘complots’ e de aliciamentos, de conspirações, quase medievais, que significaram quase sempre fazer organização para a polícia». Tanto o 3-7 de fevereiro, como as revoltas da Madeira e dos Açores se teriam perdido devido aos erros praticados pelos «comandantes militares»²³. Desta forma, o Partido Comunista pela voz de Bento Gonçalves criticava violentamente os republicanos

²⁰ Bento Gonçalves, «Relatório ao VII Congresso da Internacional Comunista», in Bento Gonçalves, Álvaro Cunhal e Sérgio Vilarigues, *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, p. 23.

²¹ Idem, *Palavras Necessárias – A Vida Proletária em Portugal de 1872 a 1927*, 2ª edição, Porto, Edição de Virgínia Moura, 1973, p. 127.

²² *Ibidem*.

²³ Idem, «Duas Palavras», in Bento Gonçalves. *Os Comunistas*, cit., pp. 123, 146 e 147.

«reviralhistas». Já antes, na década de 30, o principal dirigente comunista desferiu duros ataques contra a ideologia do «revirvalho» nos principais órgãos centrais partidários, *O Proletário*²⁴ e o *Avante!*²⁵, como o próprio confirma em *Duas Palavras*²⁶. A seguir à prisão e morte de Bento Gonçalves, em 1942, verificou-se uma inflexão tática do PCP em relação aos republicanos que lutavam contra o salazarismo, através de alianças, depositando neles muitas esperanças de derrubar a Ditadura – o que pode ser entendido como uma viragem à direita na linha oficial do partido²⁷.

É sabido que o Partido Comunista, mesmo após a reorganização de 1929, não se livrara por completo das influências anarquistas e «reviralhistas», havendo muitos dos seus membros impregnados por estas ideias e que atuaram sob a sua conceção no período do «revirvalho». Disso nos dá conta um documento clandestino emanado pelo Secretariado do PCP e muito provavelmente redigido por Bento Gonçalves - «Das ilusões anarquistas e reviralhistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe contra classe (As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro)»²⁸ - que, não sendo datado, deverá ter saído na 1ª quinzena de fevereiro de 1934, após o malogro da chamada «greve geral

²⁴ *O Proletário* foi fundado no Porto no 1º de maio de 1929. A partir de 19 de julho de 1930 passou a publicar-se em Lisboa, com o nº 32. Nesta altura funcionava como o órgão principal do PCP, ainda na legalidade. Em março de 1934 *O Proletário* ressurgiu mas já na clandestinidade e como órgão da Comissão Intersindical (CIS), afeta aos comunistas.

²⁵ O primeiro nº da I Série do *Avante!*, como órgão central do PCP, publicou-se a 15 de fevereiro de 1931, saindo apenas 9 exemplares até ao ano de 1933. Devido à repressão do regime, tanto o *Avante!* como o *Jovem* da FJCP foram substituídos por um órgão comum, a *Frente Vermelha*, saindo apenas dois números em outubro-novembro de 1932. O *Avante!* tornou a sair em 1933. A II Série publicou-se entre junho de 1934 e 1938, saindo no total 83 números, com uma tiragem de 10 mil exemplares neste último ano. Os anos de 1939-41 foram anos negros para o PCP, com a prisão de dirigentes, desmantelamento da direção e apreensão de tipografias, sendo o *Avante!* substituído por *Notícias Vermelhas* em 1939 e pelo jornal *Em Frente* em 1940-41. Entre 1941 e 1945 coexistiram duas edições diferentes do *Avante!* Nos finais de 1941 foi publicada uma III Série, afeta a elementos que se opunham à «reorganização» do partido e que manteve, após a interrupção da publicação com a apreensão da tipografia em abril de 1942, uma continuidade de numeração com a IV Série. Nos anos 1944-45 coincidiram duas séries – a VI da «reorganização» (que salta por cima da V que não terá existido), e que se vai manter até 1974, com 464 exemplares publicados, e a IV Série, ligada ao grupo de Velez Grilo, impressa até ao nº 11, em janeiro de 1944 e depois copiografada até ao nº 20, que parece ter sido o último, em janeiro-fevereiro de 1945 (v. José Pacheco Pereira, «As primeiras séries do *Avante!* clandestino, in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, nº 0, julho de 1983, pp. 23-26).

²⁶ Bento Gonçalves, «*Duas Palavras*», *op. cit.*, p. 146.

²⁷ João Vasconcelos, *O Pensamento e a Ação de Bento Gonçalves. Alguns Subsídios para a História do 18 de janeiro de 1934*, Portimão, (trabalho datilografado e não publicado realizado no âmbito do Seminário de História de Portugal (sécs. XVIII-XX), Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000, p. 18.

²⁸ Cf. António Ventura, «As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro», (notas e introdução), Secretariado do Partido Comunista (S. P. da Internacional Comunista), «Das ilusões anarquistas e reviralhistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe contra classe (As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro)», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, nº 2, janeiro a abril de 1984, pp. 49-55.

revolucionária» do 18 de Janeiro intentada pelo movimento operário contra o Estatuto do Trabalho Nacional do emergente «Estado Novo» de Salazar.

O documento citado, embora considerando o movimento como «positivo, na sua globalidade», reconhece «perdas importantes e a nefasta influência do reviralhismo». Depois de acusar os anarquistas e os dirigentes «reviralhistas» dos sindicatos autónomos de terem ficado à espera do «revirvalho» e de se terem associado aos ditadores para a derrota do proletariado, e de considerar mesmo assim, que o 18 de Janeiro constituiu «uma jornada integralmente positiva para o proletariado e para a direção do seu Partido de vanguarda», o Secretariado comunista apelava aos trabalhadores que «o vosso movimento não foi esmagado», mas que «apenas esmagou as vossas próprias ilusões sobre o revolucionarismo dos chefes da C. G. T., sindicais reviralhistas e reformistas!»²⁹. A linha oficial do PCP opunha-se frontalmente ao «revirvalho», reconhecendo, no entanto, que muitos dos seus elementos continuavam imbuídos por estas ideias.

O operário José Silva confirma a participação dos comunistas no movimento de 3 de fevereiro, no Porto, de forma desorganizada, o que pressupõe que não se encontravam envolvidos na organização do mesmo. Diz que «entrámos nele perfeitamente às cegas, sem termos posto aos dirigentes republicanos as regalias sociais que deviam ser concedidos à classe operária» e sem ter estabelecido «os pontos em que os nossos homens deviam exercer a sua acção e quais os militares que, como técnicos, os acompanhariam»³⁰. Este teria sido um erro cometido pela direção partidária do Norte.

Um outro erro praticado, ainda maior, foi o de «encurrular num recinto fechado, nas proximidades da estação da Campanhã, cerca de 200 homens (...) para aguardarem ali as armas e munições com que participariam na revolução» e que lhes seriam entregues por militares vindos de Penafiel. Armados, os militantes operários «teriam descido à rua do Freixo, atravessado o rio Douro e marchado sobre o quartel da Serra do Pilar». As armas nunca chegaram e «a revolução perdeu-se e desse triste facto sofreremos depois todas as consequências», continua o operário comunista. E mais à frente sublinha que, mesmo que o ataque saísse vitorioso, «nada teríamos aproveitado para a classe operária» devido à rendição do movimento revolucionário, que também se perdeu em Lisboa devido, «em

²⁹ *Ibidem*, p. 55.

³⁰ Vide José Silva, *Memórias de um Operário*, cit., Vol. II, pp. 25-26.

parte, pela desmoralização causada nos seus combatentes ao terem conhecimento da rendição do Porto»³¹.

No relato que faz nas suas *Memórias*, José Silva elucida-nos que os comunistas participaram na revolta do Porto, mas a “reboque” dos republicanos e militares «reviralhistas» e, sem negociar qualquer tipo de contrapartidas para o movimento operário caso aquela triunfasse sobre o governo da ditadura militar. Isto revela, não só a fraqueza e a crise em que se debatia o novel PCP, mas também a atração que o chamado «putchismo reviralhista» ainda exercia sobre as hostes comunistas, inclusive sobre muitos dos seus dirigentes, no período que estamos a analisar, anos 20 e 30 do século XX.

Joaquim Pires Jorge³², um jovem marinheiro participante na revolta do 7 de fevereiro, em Lisboa, num dos seus testemunhos³³ revela que o plano da revolta só era conhecido ao nível dos oficiais e que «as próprias massas, e mesmo os militares, não sabiam de nada». Às forças militares revoltosas juntaram-se muitos elementos civis, «principalmente militantes operários politizados, comunistas e anarquistas», que «não participaram na revolução sob a consigna de qualquer partido». Foi fundamentalmente «a parte mais esclarecida da classe operária que participou na luta», utilizando o armamento de então, por ela utilizada - «a bomba». Enquanto organização, «o Partido [Comunista] não tomou posição» na revolta, «embora militantes tanto do P. C. como da Juventude Comunista tivessem participado nela ativamente». Pires Jorge justifica a atitude

³¹ *Ibidem*.

³² Joaquim Pires Jorge (Lisboa, 28 de novembro de 1907 - 6 de junho de 1984), começou a trabalhar com 11 anos numa fábrica de cortiça, depois torna-se aprendiz de torneiro. Aos 18 anos foi incorporado na Marinha onde entra para a sua banda de música, e é aqui que inicia a sua atividade revolucionária, participando na primeira revolta contra a Ditadura, em 7 de fevereiro de 1927, sendo deportado para Angola durante 2 anos. Regressando a Portugal, tomou contacto com a Organização Revolucionária da Armada (ORA) e distribui o *Avante!*. Preso, escapou-se do quartel e refugia-se em Espanha, aderindo ao PCP em 1934. Tornou-se responsável pela organização do Partido e monta contactos com a Internacional e o Partido Comunista de Espanha. Em 1936 conduziu Manuel Guedes a Espanha que se tinha evadido quando estava a ser julgado. Estavam os dois presos em Cáceres quando eclodiu a guerra civil espanhola.

Pires Jorge foi solto e extraditado para Portugal onde foi entregue à PIDE. Passou pelas prisões do Aljube e S. João Baptista e em 1940 foi solto. Na clandestinidade, participou na reorganização do PCP e entrou para o Comité Central do partido no seu III Congresso em 1943, sendo reeleito no IV em 1946. Em 1950 entrou para o Secretariado e em 1959 tornou-se um dos principais obreiros da fuga coletiva de Peniche. Preso em dezembro de 1961, foi condenado a 10 anos de prisão, de onde sai em 1971. Encontrando-se em Paris no 25 de abril, continuou a desempenhar tarefas elevadas dentro do Partido até à sua morte, como seja a colaboração com a Secção Internacional (v. «Quem foi Pires Jorge», in *O Militante*, série IV, ano 58, n.º 177, de fevereiro de 1990, pp. 30-32, e António Ventura, *Memórias da Resistência. Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 178-182).

³³ Fernando Guerreiro, «O 7 de Fevereiro por quem lá esteve: Joaquim Pires Jorge», (entrevista a Joaquim Pires Jorge), in *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1551, de janeiro de 1975, pp. 26-32.

comunista pelo facto do partido, na altura, não ser um partido de massas e apresentar muitas «debilidades» e «fraquezas»³⁴.

Comprova-se assim mais uma vez e pela voz autorizada de um outro dirigente histórico comunista que a revolta «reviralhista» de fevereiro de 1927, a par de outras que se sucederam, teve o concurso dos comunistas mas não de forma organizada, praticamente numa base de participações individuais e não a nível oficial partidário, embora nos anos 30 tenha havido contactos a este nível, nomeadamente entre José de Sousa e Sarmento de Beires³⁵. Pires Jorge considera que o 7 de fevereiro foi mais um «putch» como tantos outros - «o ‘putchismo’ reinou em Portugal, sobretudo na década de 30 e mesmo na de 40», travando o PCP uma «luta titânica» dentro das suas próprias fileiras e junto das massas populares para combater essas ideias «divorciadas das massas e sem qualquer futuro». A finalizar, sublinha que o 7 de fevereiro embora não seja considerado um ato revolucionário de massas, «foi um ato revolucionário» e que «não pode deixar de figurar na história da luta antifascista»³⁶.

Refira-se que, na década de 40 do século passado e, especialmente desde 1945, o «putchismo voltou a ser a «'bête noir' da teoria e da ideologia oficial do PCP», de acordo com Fernando Rosas. Não houve resolução do Comité Central até 1949 que não o atacasse, dedicando-lhe Álvaro Cunhal um largo espaço crítico no informe que apresentou ao II Congresso (ilegal) de 1946. Mas a realidade apresentava-se bem diferente, não surgindo nas formulações teóricas, nem na análise das intervenções práticas do PCP quaisquer alternativas políticas «ao putchismo/eleitoralismo pendular da burguesia liberal e à sua táctica de, pelo golpe ou pelo legalismo, procurar um compromisso com o regime». Bem pelo contrário, tal como foi defendido pela Organização Comunista dos Presos do Tarrafal (OCPT) com a chamada «política de transição», em fins de 1944, assim como na «política de reconciliação nacional», de 1943 e na «política de unidade», de 1946 e 1947, no âmbito da criação do MUNAF e do MUD. Inclusivamente, foram eliminados do Conselho Nacional do MUNAF, ainda antes do termo da guerra, algumas vagas pretensões de insurreição armada com a dissolução dos

³⁴ *Ibidem*, pp. 28-30.

³⁵ Estes contactos são confirmados por Bento Gonçalves no seu escrito «Duas Palavras», in *Os Comunistas*, cit., p. 147, e por Joaquim Pires Jorge em *Com uma imensa alegria*, cit., p. 20 e na citada entrevista concedida a Fernando Guerreiro, p. 30.

³⁶ Fernando Guerreiro, «O 7 de Fevereiro por quem lá esteve...», *op. cit.*, pp. 30-31. Sobre o 7 de fevereiro relatado por Joaquim Pires Jorge vide o capítulo 2: «Os primeiros passos revolucionários» do seu livro de memórias *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, cit., 1984, pp. 17-22.

GAC's (Grupos Antifascistas de Combate). À juventude é apontada a orientação de luta no interior da Mocidade Portuguesa e o derrube do fascismo é remetido «para um sebastiânico 'levantamento nacional', espécie de porta aberta à iniciativa da oposição liberal para 'resolver o problema', com o PCP na retaguarda e à espera»³⁷. O PCP, ao contrário do que muitas vezes afirmava, esperou e alimentou ilusões nos chamados «putches» da burguesia liberal durante o longo período das ditaduras militar e salazarista.

1. 3. Anarquistas e socialistas perante o «revirinho»

Os setores operários dominados pelos libertários também não fizeram parte do planeamento e organização superior das diversas revoltas de índole militar e republicana contra a Ditadura. Isto não obsta, a que, tal como os comunistas, muitos dos seus militantes e até dirigentes, não tivessem participado nas mesmas. A uma posição inicial de neutralidade e expectativa, aquando do movimento do 28 de maio, os anarcossindicalistas acabaram por evoluir para uma atitude de oposição dissimulada perante os novos detentores do poder, procurando não os hostilizar abertamente, pelo menos a nível da sua imprensa oficial e ainda legal. Com a eclosão das revoltas «revirinhistas» inúmeros elementos ligados ao anarquismo aderem às mesmas de forma ativa e abertamente.

Não deixa de ser curiosa a posição de *A Batalha*, órgão da maior organização operária e sindical da altura, a Confederação Geral do Trabalho. Quando estalaram os primeiros acontecimentos de oposição à Ditadura, no Porto, em 3 de fevereiro de 1927, este órgão sindical limitou-se praticamente a dar a notícia escrevendo que na capital do norte tinha estalado um «movimento insurrecional» e que o comandante das tropas revoltosas tinha enviado um telegrama ao governo «intimando-o a demitir-se»³⁸.

³⁷ Cf. Fernando Rosas, «Um momento crítico para o 'Estado Novo' – 'Putschismo' e Oposição nos anos 40», in *História*, Lisboa, nº 50, de dezembro de 1982, pp. 40-41. A chamada «política de transição» revela, sem tibiezas, a aceitação por parte do Partido Comunista dos pontos de vista político-táticos da burguesia liberal: «Acredita-se na 'suave transição para a democracia' através da 'desagregação da ditadura' que se procuraria obter 'declarando aceitar um governo (nomeadamente saído de um golpe militar), embora com elementos do fascismo, que utilize um programa mínimo (...); não falando em movimentos populares, em insurreição, em ataque, etc.; orientando a luta nas empresas de forma a que, em nenhum caso o patrão e os empregados não fascistas se aterrorizem', etc...» (*ibidem*).

³⁸ In *A Batalha*, Lisboa, Ano VII, nº 2507, de 4 de fevereiro de 1927, p. 1.

Além de uma breve reportagem sobre o movimento revolucionário surge um pequeno artigo intitulado «A nossa atitude», revelando uma grande ambiguidade, propositada ou não, sobre os recentes acontecimentos. Depois de referir que os objetivos do movimento insurrecional «visam a derrubar a actual situação política» e promover o «regresso à normalidade constitucional», segue-se a opinião sobre os acontecimentos que, efetivamente, não explicam nada. São expressões como: «a fim de não sobressaltar ninguém, pomos de parte o silêncio...»; *A Batalha* tem uma «tradição que é feita de uma atitude clara e insofismável que o proletariado tem sabido afirmar...»; «*A Batalha* segue essa tradição...»; ou que o operariado «representa o povo e o povo é hoje o que foi ontem e será amanhã o que tem sido sempre» e que, este órgão operário «não se furtará «a desempenhar, dentro das suas possibilidades, o que considera ser seu dever»³⁹. Verifica-se um cuidado extremo por parte dos anarcossindicalistas em não afrontar o governo da Ditadura através do seu principal jornal operário que ainda circulava legalmente e assim o pretendiam manter. Embora, implicitamente, nas entrelinhas, se note um esforço de comunicação tendo como alvo o proletariado para que este recorra à sua tradição de luta, relembrando as jornadas proletárias do 5 de outubro, de Monsanto e até do 18 de abril de 1925.

No dia seguinte *A Batalha* dedica quase toda a primeira página aos acontecimentos, continuando a usar um tom descritivo sobre os mesmos, percebendo-se uma certa inclinação para com os revolucionários ao dizer que os reforços militares que estes têm recebido do Minho têm sido dificultados no seu desembarque pelas «tropas fiéis à situação» e que prossegue «a resistência dos revoltosos às tropas fiéis ao governo». Esta notícia frisa que em Lisboa continuam suspensas as garantias e «mantido rigorosamente o estado de sítio» e que se encontram paralisados os serviços ferroviários do Sul e Sueste, tendo o pessoal ferroviário abandonado as estações e comboios às 5 horas da manhã e que, no Porto, os civis afetos ao movimento se encontravam armados e entrincheirados na Praça da Batalha⁴⁰.

Numa outra coluna noticia-se que o escritor Raul Proença aderira à revolta do Porto e que se encontrava armado, e que tinham sido presos três anarquistas, acusados de distribuírem manifestos clandestinos. Na primeira página temos ainda um extenso artigo

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*, Lisboa, Ano VIII, nº 2508, de 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

intitulado «Perante a luta – Queremos ser livres»⁴¹, o que induz os leitores a tomarem uma posição a favor dos revolucionários. Curiosamente, o artigo não se debruça diretamente sobre os acontecimentos em causa, mas sim sobre o ideal e a aspiração da «liberdade» um pouco por todo o mundo, com particular incidência na China, em luta pela independência nacional, na Rússia, onde o despotismo do czar foi derrubado pela rebelião popular, na Turquia, que abraçou a democracia, e até na Inglaterra, que promoveu a emancipação dos seus domínios. «O triunfo das democracias não nos fará esquecer o nosso ideal de Liberdade, nem menosprezar o que se tiver conquistado». Esta é uma das frases finais e que certamente não terá agradado ao governo da Ditadura, na altura envolvido numa violenta luta para derrotar o golpe desferido pelos «reviralhistas» republicanos. Não iria tardar uma violentíssima repressão contra os anarcossindicalistas, tendo sido encerrada *A Batalha* que só voltou a reaparecer no dia 1 de abril de 1927⁴².

Algumas centenas de civis, muitos deles operários libertários e comunistas, participaram nos vários movimentos do «revirvalho» tomando posições ainda mais arrojadas que os dirigentes republicanos, sendo inclusive, desautorizados por estes. Foi o que aconteceu, nomeadamente, no 3 de fevereiro de 1927, quando as tropas governamentais bombardeavam com artilharia, a partir de Gaia, a cidade do Porto, intimando os revoltosos a renderem-se, caso contrário esta seria alvo de um bombardeamento com obuses pesados. Perante tal ultimato, os responsáveis da revolta decidiram apresentar a rendição, recusando uma proposta dos civis revoltosos. A proposta era simples: assaltar à baioneta a Serra do Pilar e o Monte da Virgem, tomar as peças de artilharia e inverter totalmente a situação a favor da revolta. Os chefes da revolta alegaram que estas ações significariam uma carnificina. «Respondem os civis – uma carnificina, sim, mas a única solução para ganharmos a revolta. Não o fazer seria perdê-la! Viemos para a luta para ganhar e não para a perder! É esta a nossa vez! Não queremos outra!»⁴³.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *A Batalha* já não se publicou no dia 6 de fevereiro de 1927, só reaparecendo no dia 1 de abril com o n.º 2 509, retomando a numeração normal, como se nada tivesse acontecido. A I Série de *A Batalha*, diário, com 2 556 números publicou-se desde 23 de fevereiro de 1919 até 1930, com algumas interrupções; a II Série saiu em 1930, com 134 números publicados; a III Série saiu em 1934, com apenas 3 números publicados; a IV Série publicou-se em 1935-1937, com 11 números; a V Série ocorreu em 1946-1949, com 21 números publicados; a VI Série saiu a partir de 1974 (cf. João Freire, *Anarquistas e Operários...*, cit., p. 390).

⁴³ *Apud* José Borrego, «O 3 de Fevereiro de 1927 vivido hora a hora», in *História*, Lisboa, nº 52, de fevereiro de 1983, p. 24.

O general Sousa Dias e os seus companheiros do Comité Revolucionário⁴⁴ decidiram a rendição, terminando assim a luta no Porto. Esta derrota viria a ter um efeito demolidor no ânimo dos revoltosos em luta e no ânimo das forças ainda hesitantes, embora simpatizantes das forças republicanas, na cidade de Lisboa.

Assim se explica, em parte, a pouca confiança que os libertários e principalmente os comunistas depositavam nos dirigentes republicanos «reviralhistas» e «putchistas». De qualquer modo esta ideologia teve uma grande influência no movimento operário dos anos 20, 30 e 40 do século passado. Segundo Fernando Rosas, «(...) a história do putchismo é, em boa parte, a história das dependências e ilusões do nosso movimento operário do século XX»⁴⁵.

Quanto aos socialistas, já com pouca influência no movimento operário, as ações empreendidas pelos republicanos «reviralhistas» contra a Ditadura passavam-lhes ao lado. O Partido Socialista manteve, como já se disse, uma atitude colaborante com a nova situação instituída no 28 de maio. Uma das suas atuações oposicionistas de maior relevo foi a aliança que formou com algumas formações republicanas, em julho de 1931 – a Aliança Republicano-Socialista⁴⁶, com a finalidade de concorrer às eleições que se aproximavam. Nesta Aliança participam elementos do Partido Republicano Português, da União Liberal Republicana, da Esquerda Democrática, do Partido Radical, da Secção Republicana, do Partido Republicano Nacionalista e do Partido Socialista Português. Os dirigentes da Aliança chegaram a avistar-se com Carmona, Presidente da República, com Domingos de Oliveira, chefe do governo, e Lopes Mateus, ministro do Interior, para conhecerem o grau de liberdade que seria consentido à Aliança para a sua propaganda eleitoral. Mas a ditadura não irá proporcionar, nem tolerar as necessárias condições de liberdade para a oposição concorrer ao ato eleitoral, o que motivou a sua desistência.

A atitude «colaboracionista» dos socialistas, onde se destaca um dos seus principais dirigentes, o advogado Ramada Curto, não era inédita, nem em Portugal – onde Azedo Gneco, do Partido Socialista, tinha anteriormente procurado reconquistar uma audiência

⁴⁴ Além do general Gastão de Sousa Dias que chefiava a revolta, faziam parte do Comité Revolucionário Jaime de Moraes, chefe do Comité Militar Central, Jaime Cortesão, capitão-médico miliciano e delegado do Comité Militar Central no Norte, capitão João Sarmento Pimentel, delegado do Comité Militar do Norte, e João Pereira de Carvalho, do Comité Militar do Norte.

⁴⁵ Cf. Fernando Rosas, «Um momento crítico para o ‘Estado Novo’ – ‘Putchismo’ e Oposição nos anos 40», cit., p. 36.

⁴⁶ Passou a ser presidente da Aliança Republicano-Socialista o general Norton de Matos, que sucedeu a Magalhães Lima e a António José de Almeida no grão-mestrado da Maçonaria Portuguesa. Fizeram igualmente parte do Diretório da Aliança os almirantes Mendes Cabeçadas e Tito de Moraes.

operária, já então declinante, por meio de concessões estatais que esperava obter por parte do rei D. Manuel II –, nem noutros países, como em Espanha, onde o Partido Socialista deste país chegou a delegar representantes para o Conselho de Estado nos primeiros tempos da ditadura do general Primo de Rivera⁴⁷.

As diversas iniciativas tomadas para aliciar o Partido Socialista, nos primeiros anos da fascização, motivou uma denúncia ao Executivo da Internacional Comunista por parte do Partido Comunista Português através de um seu Relatório. Neste documento o Partido Socialista Português era acusado de já não mobilizar os operários e de ter perdido a sua confiança. Por outro lado, «utilizando a ditadura militar, que não autoriza nenhuma propaganda comunista, anarquista e sindicalista, os socialistas tentaram reconquistar a hegemonia no movimento operário», sublinha o relatório. A terminar a apreciação sobre «A situação nos partidos burgueses e social-democratas», o relatório enviado ao Comintern conclui que os operários já não seguem os socialistas e que, «não obstante todas as represálias», «rejeitam a ideia da paz industrial e social e da colaboração de classes»⁴⁸. Uma acusação dura e uma constatação por parte dos comunistas, tanto mais que se acirrava a disputa no seio do movimento operário.

Voltando à Aliança Republicano-Socialista, mais republicana e menos socialista, verifica-se, efetivamente, que o único partido de índole operária a fazer parte desta aliança política conjuntural de oposição à ditadura abdicou completamente dos seus princípios de cariz socialista, de acordo com o Manifesto publicado. Neste «Manifesto da Aliança Republicano-Socialista», faz-se a apologia de conceitos e ideias como o princípio da representatividade, da liberdade, da igualdade, do capital, trabalho e produção, da harmonia entre os poderes legislativo e executivo, do Parlamento, da independência do poder judicial, da organização dos partidos políticos, do Estado e das confissões religiosas⁴⁹, entre outros aspetos. Era a defesa do retorno a um regime de características republicanas, semelhante ao que vigorara antes da implantação da ditadura.

⁴⁷ Cf. Manuel Villaverde Cabral, «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», in *Análise Social*, cit., p. 913.

⁴⁸ V. «Relatório apresentado pelo P. C. P. ao Comité Executivo da Internacional Comunista, no quadro da preparação do VI Congresso Internacional», in João G. P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do Partido...*, cit., p. 296. O relatório do PCP não tem data nem é assinado, mas o relatório da secção do Comité Executivo da Internacional Comunista refere que todos os relatórios das secções nacionais são anteriores ao 1º de maio de 1928, sendo possível datá-lo de março/abril deste ano.

⁴⁹ «Manifesto da Aliança Republicano-Socialista», in *Restauração*, Évora, Ano II, nº 38, de 25 de julho de 1931, p. 2, nº 39, de 8 de agosto de 1931, p. 2 e nº 40, de 20 de agosto de 1931, p. 2. Este Manifesto, datado de Lisboa, em 22 de junho de 1931, é assinado pelos elementos do Diretório da ARS, a saber:

O Partido Socialista de Ramada Curto, ao não alinhar com as ações dos republicanos «reviralhistas», aceitou fazer a unidade com outras facções republicanas submetendo-se às suas concepções de republicanismo liberal, tanto mais que se afigurava demasiado perigoso, mesmo que os seus aliados aquiescessem, pugnar por princípios de cariz socialista, de forma aberta e publicamente – tratava-se de uma hostilização muito forte à ditadura, risco que os socialistas não pretendiam correr.

2. A repressão e a «guerrilha» inter-operária

Derrotado o «revirvalho», não iria tardar o momento de confrontação violenta com o movimento operário. A Ditadura prosseguiu uma política oscilante até ao ano de 1934, procurando inclusivamente estabelecer algumas tentativas de diálogo com as organizações operárias, não enveredando de imediato por uma política de repressão sistemática e brutal. Numa fase inicial importava decapitar o «revilharismo», tanto mais que o movimento operário se manteve expetante, não representando um obstáculo frontal à nova situação. As organizações sindicais e a sua imprensa vão manter-se abertos de julho de 1926 até finais de dezembro de 1933 e, muitos dirigentes sindicalistas foram recebidos pelos novos governantes para tratarem de diversas reivindicações e de greves. Com a criação do Conselho Económico-Social no ano de 1930, a Ditadura procurou «uma certa aproximação com o Partido Socialista, com vista a dele fazer o interlocutor de uma tentativa de integração do operariado no regime»⁵⁰.

Mas a situação alterou-se logo para o movimento operário ainda no consulado de Gomes da Costa, quando foi estabelecida a censura à imprensa no dia 22 de junho de 1926, a seguir à destituição de Mendes Cabeçadas⁵¹. A asfixia da imprensa operária vai

Adriano António Crispiniano da Fonseca, Amílcar Ramada Curto, António de Almeida Arez, Carlos Belo de Moraes, José Francisco de Azevedo e Silva, José Mendes Cabeçadas Júnior, J. M. R. Norton de Matos, Mário de Azevedo Gomes, Mário de Castro, Maurício Costa e Tito Augusto de Moraes.

⁵⁰ Cf. Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», *op. cit.*, p. 230. Bento Gonçalves confirma esta tentativa de aproximação ao PS e denuncia a cedência e colaboração dos socialistas com a ditadura em «Duas Palavras»: «Não demorou muito tempo que a tática socialista não fosse posta a nu. A certa altura, o Intendente Geral das Polícias encarregou Ramada Curto da elaboração duma ‘carta de trabalho’ do modelo italiano. José Augusto Machado, militante sindical destacado do P. S. e simultaneamente delegado duma Associação operária de Lisboa, passou a lutar no sentido de pôr os sindicatos locais a reboque de Ramada Curto (cf. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», in *Os Comunistas*, cit., p. 128).

⁵¹ V. Alberto Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, p. 34. No dia 18 de junho, um dia a seguir à destituição de Cabeçadas, Gomes da Costa ao ser entrevistado pelo *Diário de Notícias* acerca da censura referiu: «Fala-se em censura à imprensa – Não senhor. Não estou disposto a

tornar-se um facto. A 24 de julho de 1926 os jornais inseriam a famigerada legenda que durante dezenas de anos engalanou a imprensa portuguesa – *Este jornal foi visado pela Comissão de Censura*. O afastamento de Gomes da Costa e a sua substituição por Carmona, asseguraram o triunfo definitivo da linha mais reacionária dos golpistas do 28 de maio. O decreto 11 839 de 5 de julho de 1926 e o 12 008 de 29 desse mesmo mês, restabeleceram as normas pelas quais se passará a reger a liberdade de imprensa.

Tal como os jornais burgueses que foram objeto do corte do “lápiz azul”, também a imprensa operária sofreu duramente as novas mutilações que os novos senhores governamentais lhe começaram a impor. A reação dos jornais sindicais foi notória. Por exemplo, *O Eco do Arsenal*, órgão do pessoal do Arsenal da Marinha, em tom de desafio inseria a meia página a legenda: *Camaradas: este número foi visado pela Comissão de Censura*⁵². Por sua vez, *O Ferroviário*, órgão do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro Portugueses, no seu número 230 de 1 de julho de 1928, inseria na sua 3ª página dois comunicados do Comité Ferroviário. O primeiro abordava algumas questões relacionadas com os acontecimentos do 28 de maio e, curiosamente, apresentava no meio uma quadra onde a alusão à atuação da censura era clara. Na mesma página, num outro artigo referente aos acontecimentos as últimas frases foram substituídas por outra quadra⁵³. Eram frequentes as mutilações, muitas delas substituídas por desenhos⁵⁴. A imprensa operária que conseguiu sobreviver durante a Ditadura Militar manteve-se até ao ano de 1933, data em que desapareceu na sua quase totalidade, passando muitos periódicos a surgir em novas séries ilegais.

Juntamente com a censura veio a repressão operária, sendo ainda no ano de 1926 reposta a lei das associações de 1891 – revogada em 1925 durante o governo canhoto de José Domingues dos Santos –, que proibia as federações sindicais e impunha a presença de agentes da autoridade nas reuniões sindicais. Em junho de 1926 e em maio de 1927 as

estabelecê-la. Pelo menos... - ... pelo menos... - Enquanto os jornais não me incomodarem». Logo no dia 22 a ameaça foi concretizada com a sujeição da imprensa à censura militar. No dia 23 a censura foi suspensa, mas a partir do dia 24 os jornais passaram a inserir a seguinte frase: «Este número foi visado pela Comissão de Censura». A instituição legal da censura prévia só foi estabelecida no dia em que a Constituição Corporativa, que estabeleceu o «Estado Novo», foi publicada – em 11 de abril de 1933 (*ibidem*, pp. 34-44).

⁵² António Ventura, «Breves notas sobre a Censura à Imprensa Operária», *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1576, fevereiro de 1977, p. 40.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ Um dos desenhos de *O Ferroviário* era uma rosa, com a legenda «para oferecer à Dona Censura»; um retrato de um burro com a frase «tão teimosos como as censuras do Mundo»; entretinha-se ainda com gafanhotos, formigas, aranhas e outros animais torpes. Uma das quadras era a seguinte: «Censuras-me por te querer, censuras-me por te amar, censuras-me quando fito, teu ardente e doce olhar» (cf. José Freire Antunes, «O 28 de Maio e a Censura», in *Jornalismo*, Lisboa, 4.ª série, n.º 2, janeiro de 1979, p. 29).

instalações de *A Batalha* foram assaltadas por elementos afetos à Ditadura e em novembro deste ano a sede da Confederação Geral do Trabalho, na Calçada do Combro em Lisboa, foi encerrada por mandato judicial⁵⁵, depois de ter sido ocupada pelas forças policiais, destruído todo o seu material incluindo a tipografia e presos diversos militantes. A central operária acrata foi dissolvida, tal como outras estruturas a si ligadas – a Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, o Sindicato da Construção Civil e o Sindicato Marítimo.

No Porto, foi assaltada a sede das Juventudes Sindicalistas e a Casa Sindical do Trabalho e encerrado o Centro Comunista Libertário. Por sua vez, no Alentejo foi dissolvida a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, surgindo em seu lugar, no ano de 1929, a Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores e a Comissão de Relações Nacionais de Estudo e Defesa da Classe Rural.

Inúmeros órgãos anarcossindicalistas foram suprimidos pela censura, como o *Germinal* (Porto, 1929), *Vanguarda Operária* (Porto, 1929-1930), *O Argonauta* (1931-1932), *A Batalha*, que reapareceu em 1930, sendo editados jornais clandestinos, como as séries ilegais de *A Batalha*, *O Despertar*, *O Boletim Operário* e o *Boletim Informativo da CGT*.

A CGT, apesar de muito debilitada, ainda conservava uma certa área de prestígio em diversos sindicatos, particularmente na província. Os seus principais redutos em Lisboa eram o Sindicato da Construção Civil e o Sindicato dos Metalúrgicos, este último liderado

⁵⁵ Fernando de Castro Brandão, *op. cit.*, pp. 37 e 43.

por Emídio Santana⁵⁶, que consegue «opor-se com tenacidade às várias tentativas da fracção comunista para se apoderar da direcção do sindicato»⁵⁷.

A repressão da ditadura também se abateu de forma violenta sobre o Partido Comunista Português. Verificou-se a prisão de muitos dos seus militantes, o encerramento das suas sedes e a dissolução do partido, logo a seguir à derrota do movimento de fevereiro de 1927. Nos anos imediatamente a seguir, mais concretamente até 1931, centenas de ativistas operários comunistas e libertários sofreram a prisão e a deportação, devido ao apoio prestado e à participação nos movimentos «reviralhistas» republicanos.

O PCP operou uma autêntica viragem no ano de 1929 – foi o ano da reorganização comunista empreendida por Bento Gonçalves, eleito Secretário-Geral na Conferência de 21 de abril, onde se constata a existência de apenas três dezenas de comunistas, tal o estado em que se encontrava o partido⁵⁸. Esta Conferência, também conhecida como o “pleno” de 21 de abril de 1929, teve lugar na Amadora, em regime de clandestinidade, nela participando 14 elementos comunistas, todos da organização de Lisboa, que contava com 29 filiados, dos quais 6 se encontravam presos⁵⁹. Esta reorganização foi considerada

⁵⁶ Emídio Santana nasceu a 4 de julho de 1906, em Lisboa, e faleceu a 15 de outubro de 1988. Começou a frequentar muito cedo os meios libertários e sindicais e em 1924 inscreveu-se nas Juventudes Sindicalistas. No ano seguinte foi eleito secretário-geral do Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa e participou no congresso da CGT que se realizou em Santarém, em 1925, alinhando pelas posições anarcossindicalistas. Em 1926 foi reeleito para o cargo de secretário-geral das Juventudes Sindicalistas e como representante da União dos Sindicatos Operários de Faro passou para o Conselho Confederal da CGT. Em 1928 esteve alguns meses preso e neste ano ocupou o cargo de secretário da Câmara Sindical do Trabalho e da Federação Metalúrgica e Mineira.

Emídio Santana foi novamente preso em 1931 por atividades libertárias e mais tarde foi parar a Angra do Heroísmo, nos Açores, não participando na revolta operária do 18 de janeiro de 1934. Com o seu regresso, assumiu responsabilidades de secretário-geral da CGT e fez reaparecer *A Batalha* em 1935. Em 1936 participou no congresso da Confederação Nacional do Trabalho, em Saragoça. Foi ele que, juntamente com outros anarquistas, preparou o atentado contra Salazar no dia 4 de julho de 1937, o que lhe valeu a prisão na Penitenciária de Lisboa e Coimbra até 1953. Colaborou no Ateneu Cooperativo e na Associação dos Inquilinos Lisbonenses. Depois do 25 de abril esteve na fundação do Movimento Libertário Português e fez reaparecer novamente *A Batalha*. Compilou a obra coletiva *O 18 de Janeiro e alguns antecedentes*, A Regra do Jogo, 1978 e publicou *História de um Atentado – O Atentado contra Salazar*, Fórum, 1976, e *Memórias de um Militante Anarco-sindicalista*, Perspetiva & Realidades, s. d. (v. Emídio Santana, *Memórias...*, cit., e António Ventura, *Memórias da Resistência...*, cit., pp. 105-108).

⁵⁷ Pedro Rocha, *Escrito com Paixão*, cit., p. 15

⁵⁸ Sobre as dificuldades em que se encontrava o Partido Comunista, sublinha Bento Gonçalves: «O velho C. C. tinha o apoio da I. C.; a C. G. T. fora vários anos detentora do monopólio do movimento sindical; a situação dos sindicatos vermelhos era de tamanha fragmentação que fazia com que no movimento sindical pouco pudessemos opor de concreto às correntes anarco-sindicalistas; o proletariado achava-se preso dum complexo de tradições do próprio passado político nacional e os novos tempos cheiravam mais a esturro» (cf. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», *Os Comunistas*, cit., p. 124).

⁵⁹ «Acta da Conferência do PCP de abril de 1929», introdução e notas de José Pacheco Pereira, in *Estudos sobre o Comunismo*, s. l., n.º 2, agosto de 1984, p. 23. Augusto Machado e outros elementos afastados não aceitaram o novo Comité Central e vão manter até 1934 uma organização embrionária,

a primeira tentativa de “bolchevização” do PCP, procurando expurgá-lo das ideias e concepções anarcossindicalistas ainda fortemente enraizadas, dotando-o de uma linha política e organizativa de acordo com as diretivas do Komintern. Estas orientações tinham sido aprovadas no seu VI Congresso de 1928, que proclamava uma acérrima luta de classes – classe contra classe, mantendo a política de «frente única operária» que vinha do IV Congresso realizado em 1922⁶⁰. Esta reorganização permitiu a criação de um conjunto de quadros políticos profissionais a operar na clandestinidade, assegurando o funcionamento do partido e a sua ligação à luta de massas.

Por sua vez, os efeitos da Grande Depressão abateram-se clamorosamente sobre o nosso país, agravando a fome, a miséria e o desemprego sobre os trabalhadores, apresentando as publicações oficiais nos finais de 1933 o valor de 56 933 desempregados⁶¹. No início da década de 30 as entidades patronais aumentaram as jornadas de trabalho, baixaram os salários⁶² e despediram sem grandes contemplanções, tanto mais que se encontravam seguras do apoio da nova situação política.

Não obstante a repressão dos governos da Ditadura, a reorganização de 1929 catapultou os comunistas para uma intensa agitação e atividade no seio do movimento operário. Em 1930 foi criada a Comissão Intersindical (CIS)⁶³ e que se vai ligar à

publicando o jornal *Luta de Classes*, apresentado como «órgão da Aliança dos Trabalhadores Revolucionários de Portugal. Machado foi criticado pelo *Avante!* e acusado de se ter passado para o lado «social-fascista» e de ter sido criticado pela Internacional Comunista.

⁶⁰ Vide João Arsénio Nunes, «Da política de ‘Classe Contra Classe’ às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista Entre o VI e o VII Congressos (1828-1935)», in *O Fascismo em Portugal*. (Actas do Colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa, março de 1980), Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1982, pp. 31-76.

⁶¹ Cf. «Desemprego», in *O Trabalho Nacional*, Revista da Associação Industrial Portuense, Porto, ano XV, n.º 170, fevereiro de 1934, p. 2 200 (compilação). No seu «Relatório» à I. C. Bento Gonçalves refere que o desemprego em Portugal atingia a cifra de 150 000 desempregados (cf. «Relatório ao VII Congresso da Internacional Comunista», in *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, p. 14).

⁶² Nos anos 30 o nível de vida das classes trabalhadoras baixou drasticamente, de acordo com o *Anuário Estatístico* de 1938. Enquanto no ano de 1925, os salários agrícolas eram em média, de 9\$60 para os homens e de 5\$00 para as mulheres, em 1938 eram, respetivamente, de 7\$66 e 4\$20. Nos salários dos operários da indústria a descida foi ainda maior, acabando Salazar por suprimir esta estatística a partir de 1934. Na construção civil, os salários médios foram os seguintes: 1930 – 15\$20; 1931 – 13\$70; 1932 – 13\$07; 1933 – 12\$90 (cf. Cansado Gonçalves, *A Traição de Salazar*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1974, pp. 71-72).

⁶³ Em março de 1930 os sindicatos conotados com os comunistas constituíram a Comissão Intersindical de Lisboa Pró-Defesa do Horário de Trabalho, na sequência da comissão tripartida criada pelo governo para estudar as questões do horário de trabalho. Em setembro, passou a chamar-se apenas Comissão Intersindical (CIS). Um ano depois, a CIS conseguiu a assinatura de 60 associações de classe numa exposição ao governo sobre os problemas da crise e do desemprego, apresentando-se «como órgão confederal concorrente ou alternativo à CGT» a nível nacional (v. Fátima Patriarca, *A Questão Social do Salazarismo*, cit., Vol. I, p. 39). Dois anos depois, José de Sousa, Secretário-Geral da CIS, sublinhará que, dos 60 sindicatos, «apenas 20 fazem parte da Comissão Intersindical» (cf. Intervenção de ‘António’ na XII Reunião Plenária da

Internacional Sindical Vermelha, surge o poderoso Sindicato dos Operários Vidreiros da Marinha Grande, a Federação dos Trabalhadores Rurais e a Federação Nacional dos Trabalhadores de Transportes, com o órgão *O Reduto*. O Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército é revigorado e foi criada a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP) fazendo surgir o órgão *O Jovem*. São fundados os Grupos de Defesa Académica (GDAs) que publicavam o *Estudante Revolucionário*, os Grupos de Defesa Sindical, a Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo, a Organização Revolucionária do Exército (ORE), com *A Voz do Soldado*, e a Organização Revolucionária da Armada (ORA), dirigida diretamente por Bento Gonçalves, com o órgão *Marinheiro Vermelho*. O Socorro Vermelho Internacional publicava o *Solidariedade*. O *Avante!* e o *Militante* começam a sair regularmente e o *Proletário* passou a sair regularmente como órgão central da Comissão Intersindical (CIS). No ano de 1933 aparecem diversos jornais de empresa ligados aos comunistas, como o *Jovem Proletário*, *Fateixa*, *Marreta* e *Prá Luta*. Em 1932, face à repressão policial, o PCP substituiu o *Avante!* e *O Jovem* por um único periódico – *Frente Vermelha*⁶⁴.

A constituição da FJCP como organização autónoma comunista, dotada de direção e órgãos próprios, acabou por imprimir um maior impulso e radicalidade às lutas, particularmente entre os jovens estudantes das escolas comerciais e industriais, embora a base da juventude comunista fosse trabalhadora. «Trabalhadora não apenas das oficinas e das fábricas. Era uma base de jovens trabalhadores assalariados das oficinas, dos campos, do comércio, dos escritórios, etc.»⁶⁵. A esta radicalidade juvenil não era alheia a recente proclamação da República em Espanha e a ligação a organizações republicanas radicais com ligações estreitas à Maçonaria, pelo menos até 1932-33, destacando-se nesta estranha osmose diversos militantes e dirigentes do PCP, como por exemplo Velez Grilo e Manuel Alpedrinha, do Comité Central do Partido⁶⁶. O carácter violento dos recontros

Internacional Comunista», introdução e notas de José Pacheco Pereira, in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, julho de 1983, p. 29).

⁶⁴ António Ventura, «A oposição ao Estado Novo», *op. cit.*, pp. 163-164. Sobre a atividade comunista nos anos 30 veja-se a obra de Pedro Rocha, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Editorial Caminho, 1981. Vide igualmente João Arsénio Nunes, «Sobre alguns aspectos do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)», in *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVII, n.º 67-68, 1981, pp. 715-731.

⁶⁵ Cf. Gilberto de Oliveira, *Memória Viva do Tarrafal*, Lisboa, Edições Avante!, 1987, p. 79. Gilberto de Oliveira acabou mesmo por se matricular na Escola Industrial Afonso Domingues e no Ateneu Comercial de Lisboa, não para tirar qualquer curso, mas por razões de ordem política, como ele próprio afirma.

⁶⁶ V. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, I, Delta, Lisboa, 1986, pp. 375-376.

com a polícia e com organizações fascizantes, a audácia de muitos episódios grevistas, como o desfraldar de bandeiras vermelhas nos telhados das escolas cercadas pelas autoridades, «constituíam importantes momentos catalisadores da radicalização estudantil de que a FJCP procurou tirar dividendos»⁶⁷. A escola do confronto violento e da autodefesa armada, preconizadas pela Internacional Comunista, «casavam-se bem com a cultura política reviralhista e anarquista, a cujas águas continuavam, por tradição, ligados muitos dos dirigentes comunistas da altura»⁶⁸. É neste contexto que se insere a criação dos Grupos de Defesa Académica, propostos por José de Sousa.

A Federação das Juventudes Comunistas desempenhou igualmente um importante papel na revitalização de organizações periféricas do partido, como foi o caso do Socorro Vermelho Internacional, que se envolvia nas campanhas internacionais a favor dos presos políticos e aos militantes clandestinos, e na criação da Associação dos Amigos da União Soviética⁶⁹. Esta Associação, criada nos finais de 1931 por um grupo de estudantes de Direito e de Medicina de Lisboa e influenciados por setores operários do Arsenal do Exército, virá a publicar o boletim *Verdades sobre a União Soviética* e a promover a audição de músicas e a projeção de filmes soviéticos. Os jovens desta época, mesmo entre as fileiras da Maçonaria e do republicanismo radical, nutriam uma grande admiração pela URSS e pela revolução socialista, apontando este país como um modelo a seguir. Suscitou um grande entusiasmo entre os jovens a exibição em Lisboa de filmes soviéticos como *A Mãe*, *Linha Geral* e *Tempestade na Ásia*⁷⁰.

Com a reorganização comunista empreendida por Bento Gonçalves as lutas operárias e estudantis ganharam um novo fôlego. Em abril e novembro de 1930 têm lugar manifestações de estudantes em Lisboa e no Porto, e no 1º de maio de 1931, em Lisboa, o que ocasionou alguns mortos e feridos. Ocorreram greves em diversos setores operários, como nos portuários, fragateiros, construção civil, arsenalistas da Marinha, com

⁶⁷ Cf. João Madeira, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 79.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 81.

⁶⁹ O grande dinamizador destas duas organizações foi Álvaro Cunhal como ele próprio afirma na sua biografia política de funcionário, escrita pouco antes de ser preso, nos finais da década de 40. Em 1932 era responsável na Faculdade de Direito pela Liga de Amigos da União Soviética e pelo Socorro Vermelho Internacional, em 1933-34 foi responsável pela organização juvenil da Liga contra a Guerra e contra o Fascismo e pertenceu à Comissão Central dos Grupos de Defesa Académica. Também foi eleito representante dos estudantes no Senado Universitário, onde propôs a dissolução da Associação Escolar Vanguarda (v. *Biografia de Funcionários*, in Tribunal Criminal de Lisboa, 3.º Juízo Criminal, Processo 14499, de 1949, 8.º vol., apenso a fls. 543). Devido a esta militância ativa Cunhal acabou por ascender, em 1935, ao cargo de secretário-geral da FJCP.

⁷⁰ Cf. Manuel Costa e Melo, *Memórias Cívicas*, Coimbra, Editora Almedina, 1988, p. 32.

distribuição de propaganda, sabotagens, comícios-relâmpago, lançamento de bombas, o hastear de bandeiras comunistas e a apresentação de cegadas revolucionárias como forma de propaganda contra o regime, como «Os Parasitas» (Alcântara), do poeta Adriano dos Reis; «A Ciência e a Guerra» (Alto do Pina), de Germano Vesúvio; «O Padre e os Camponeses» (Sacavém), de João Rosa Varina; «Os Exploradores e os Explorados» (Alfama), de Adriano dos Reis; «Os Mineiros» (Marvila), de Germano Vesúvio, e «No Palco do Oriente está a dar-se o Ensaio Geral» (Sacavém), de Martinho da Assunção⁷¹.

Outras ações operárias de envergadura foram desencadeadas contra a ditadura, como os protestos contra o desemprego, ocorridos em 25 de fevereiro de 1931 e 29 de fevereiro de 1932, dinamizados pela CIS, e o de 30 de maio de 1932, organizado em conjunto pela CIS e pela CGT, contra a obrigatoriedade do desconto de 2% para o fundo de desemprego⁷². Estas duas organizações chegaram a proclamar uma greve geral que se saldou num fracasso, tendo sido presos centenas de ativistas.

Não obstante o incremento da agitação social e das ações operárias e sindicais no início dos anos 30, o patronato não cedia, sentindo-se apoiado pelo regime da nova situação. As organizações dos trabalhadores mostravam-se assim impotentes para uma mobilização mais efetiva e com resultados palpáveis para os seus associados. Muitos quadros apresentavam-se desfalcados e o defensismo persistia em alguns setores. Mas a fuga para a frente ia continuar.

A par da mobilização e da repressão crescente que atingia as organizações operárias, assiste-se a polémicas e disputas violentíssimas no seu seio, protagonizadas principalmente pela pró-comunista Comissão Intersindical e pela anarcossindicalista Confederação Geral do Trabalho. É preciso ter em conta que, aquando da reorganização comunista de 1929, Bento Gonçalves não esqueceu o campo sindical. Na Conferência

⁷¹ Cf. Lino Santos Coelho, *Memória de um Rebelde. Testemunhos do Terror Fascista*, Lisboa, Editora Em Marcha, 1981, pp. 45-47. Na representação «No Palco do Oriente está a dar-se o Ensaio Geral» o alcance político do poema é bem evidente: «Já vem nascendo ao longe a nova aurora/ Que os povos hão-de unir e libertar/ Desperta, rude escravo sem demora/ Não leves toda a vida a meditar./ É tempo de já erguer bem alto a voz/ Ao causador do teu sofrer/ A terra é dotada de todos nós/ Trabalha tu! também é teu dever/ É justo ao parasita dar batalha/ Porque a terra só pertence a quem trabalha!».

⁷² Em 1933 a CIS vai continuar a manter como uma das suas palavras de ordem a luta contra o desconto de 2% contra o fundo de desemprego, visto este desconto ser utilizado para custear as obras públicas do regime (veja-se L. H. Afonso Manta, *O 18 de Janeiro de 1934. Do movimento de resistência proletária à ofensiva fascista*, (antologia, notas e seleção), Lisboa, Assírio e Alvim, 1975, p. 151).

Sobre o desconto dos 2%, José de Sousa, Secretário-Geral da CIS e que fora preso em 1935 proclama na prisão de Angra do Heroísmo, no dia 3 de Agosto de 1936: «Os desempregados morrem de fome ou definham com umas raras sopas de caridade, enquanto o imposto de 2%, lançado sobre os salários para os socorrer, é utilizado para custear os trabalhos ordinários do Estado e de particulares, reparação de igrejas, etc. (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, «Bento António Gonçalves, *Proc. Crime n.º 1 664/SPS*, fls. 29 e 30).

Sindical foram estabelecidas novas formas de organização – os Corpos Gerentes sindicais foram alargados, dando-se corpo efetivo ao Comité de Fábrica (Conselho de Delegados), passando o Sindicato a ter à cabeça um Conselho Central. Com a constituição da CIS os comunistas vão criar, dentro dos sindicatos afetos à CGT, «frações organizadas (...) trabalhando num objetivo sindical revolucionário»⁷³, o mesmo será dizer, debaixo da influência do Partido Comunista.

As contendas teóricas envolviam diversos dirigentes dos organismos operários, atingindo, não raras vezes, posições extremas. Sentindo que estavam a perder terreno a favor do Partido Comunista e da Comissão Intersindical, os anarcossindicalistas desferem-lhes violentos ataques e acusações através dos seus órgãos de imprensa e outros escritos, procurando desta forma estancar a sua perda de influência nos meios operários. A simples questão da atribuição do subsídio de desemprego, que os comunistas defendiam, era motivo de extensos artigos na imprensa acrata que contestavam a concessão do mesmo⁷⁴. Respondendo ao reaparecimento de *O Proletário*, que se virá a transformar no porta-voz da Comissão Intersindical, criada em 1930, surgiu em 1929 a *Vanguarda Operária*⁷⁵, porta-voz da Comissão Inter-Federal da CGT e das Câmaras Sindicais do Trabalho. Os ataques dos anarquistas, através de *A Batalha*, da *Vanguarda Operária* e de outra imprensa acrata visavam, não só as organizações comunistas, como a sua própria imprensa, principalmente o *Ávante!*, *O Proletário*, *O Reduto*, *O Marinheiro Vermelho* e *O Marítimo*, entre outros.

Nos artigos saídos na *Vanguarda Operária* a zurzir a imprensa pró-comunista e a Comissão Intersindical, os anarquistas acusavam os responsáveis destes órgãos de transformar os trabalhadores num «rebanho obediente» às suas ordens e de se «colocarem acima das massas trabalhadoras, à guisa de Messias e prodigalizarem manás». De acordo com o apelo de Maria Espiridinova, «a vítima mais dolorosa da tirania czarista e cuja

⁷³ Vide «A atividade sindical do PCP no Porto, Beja e Faro em 1931 (textos de *O Trabalho Sindical*), introdução e notas de Maria Goretti Matias», in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 2, agosto de 1984, p. 48.

⁷⁴ Vejam-se por exemplo os artigos «Queremos trabalho, repudiando o subsídio» e «Queremos trabalho em vez de subsídio», em *A Batalha*, Lisboa, Ano I n.º 8, de 1 de novembro de 1930, p. 5, e n.º 10, de 15 de novembro de 1930, p. 7.

⁷⁵ Entre os artigos anticomunistas mais proeminentes que deram à estampa nas páginas de *A Vanguarda Operária*, são de destacar: «O nosso programa», in *Vanguarda Operária*, Porto, Ano I, n.º 1, de 14 de julho de 1929, p. 1; «Verdades amargas, mas necessárias», in *Vanguarda Operária*, n.º 5, de 8 de setembro de 1929, pp. 1 e 2; João Lavrador, «Águas revoltas – a propósito das infiltrações político-marxistas», in *Vanguarda Operária*, n.º 6, de 22 de setembro de 1929, p. 1; Idem, «Águas revoltas... O Marxismo, escola de reação?», in *Vanguarda Operária*, n.º 8, de 20 de outubro de 1929, p. 1; «Velhas e novas tácticas», in *Vanguarda Operária*, n.º 25, de 9 de março de 1930, p. 1; e «A Comissão Inter-Sindical de Lisboa e a Organização Operária», in *Vanguarda Operária*, n.º 34, de 15 de maio de 1930, p. 4.

dedicação à causa dos trabalhadores a coloca num plano muito superior à dos ditadores moscovitários», a revolução socialista tinha sido «violentamente estrangulada pelo partido bolchevista», o qual tinha conseguido estabelecer «uma ditadura férrea e opressiva, perseguidora dos revolucionários mais puros e mais sinceros»⁷⁶. Este tipo de fraseologia é bem demonstrativo de uma violenta animosidade anticomunista que grassava nas fileiras dos anarcossindicalistas, mais propriamente na sua imprensa sindical.

Noutros artigos, ainda mais cáusticos e violentos, o marxismo é apelidado de «escola de reação» e a Rússia de Lenine teria sido a fonte inspiradora de Mussolini, onde teria ido buscar «o método que aplicou à instituição do fascismo na Itália...»⁷⁷. Por sua vez, a Comissão Intersindical, entretanto criada, é acusada de «confusionismo» e de «divisionismo», relativamente à Organização Operária Portuguesa⁷⁸.

Os comunistas não ficavam atrás neste tipo de confrontação teórica, a começar pelo próprio Secretário-Geral. Bento Gonçalves, com o pseudónimo de Gabriel Baptista, escreveu vários artigos na 1.ª série de *O Proletário*, que se publicou em 1929 e 1930 ainda na legalidade, assim como noutra imprensa comunista, vituperando o «revilharismo» republicano, como se viu e, principalmente, a influência do anarcossindicalismo e do «social-reformismo» dos socialistas no seio do movimento operário.

Vejamos alguns artigos inseridos em *O Proletário*. Gabriel Baptista acusava os anarcossindicalistas da CGT de «anarco-reformistas» e «social-democratas», de negarem a revolução proletária e que a *Vanguarda Operária* passou a ser um «órgão de ataque à Rússia Soviética»⁷⁹. Noutro artigo, «Acratismo Reformista», a crítica ainda se manifesta mais contundente e acerada, em que os anarcossindicalistas são acusados de «neutralidade» e de fomentarem a «expetativa» no proletariado, de levarem este à «colaboração de classes», que a «colaboração e falência para o proletariado, é toda a filosofia da *Vanguarda Operária* nos tempos que correm» e que, «a verborreia anarcossindicalista visa o exclusivismo das preocupações somente de ordem moral como tarefa da organização operária»⁸⁰.

⁷⁶ In *Vanguarda Operária*, n.º 5, de 8 de setembro de 1929, p. 1.

⁷⁷ In *Vanguarda Operária*, n.º 8, de 20 de outubro de 1929, p. 1.

⁷⁸ Cf. «Só recordando se repõe a verdade», in *Vanguarda Operária*, n.º 34, de 15 de maio de 1930, p. 4.

⁷⁹ *Apud* Bento Gonçalves, «A Propósito de uma Data. Resposta aos Falsificadores do Leninismo», in *O Proletário*, n.º 15, de 23 de novembro de 1929.

⁸⁰ Idem, «Acratismo Reformista. Tendências essenciais do anarco-sindicalismo na teoria e na prática, na presente fase da luta de classes», in *O Proletário*, n.º 23, de 15 de março de 1930.

O Secretário-Geral do PCP estava empenhado em não dar tréguas aos seus mais diretos concorrentes, já que estava em causa a disputa no movimento operário e sindical. Num outro artigo, «Contra a Corrente. A Desagregação do Anarco-Sindicalismo», a CGT é acusada de «desvios» e que já não «passa de um esqueleto», que o «anarco-sindicalismo se desagrega e que com ele a Organização central abre falência», que é necessário popularizar a Comissão Intersindical, que «as massas e os militantes que não se deixam arrastar no turbilhão do oportunismo, da colaboração de classes e da capitulação sindical, hão-de acolher este movimento com toda a simpatia e entusiasmo»⁸¹. O próprio Emídio Santana, dirigente anarcossindicalista, não escapou às críticas mordazes e acutilantes de Bento por ter criticado a Revolução Russa na *Vanguarda Operária*, sendo apelidado de «moçoilo virtuoso da escola ‘libertária’ cá dos arraiais portugueses», de «rapazote», de fazer «‘críticas’ à moda de Zoilo» e que as suas «revelações *guignolescas* são duma estupidez a *trezentas mil atmosferas!*»⁸².

O Secretário-Geral do PCP reconhecerá, mais tarde, que se verificaram alguns exageros da sua parte e dos comunistas no combate ao anarcossindicalismo, frisando a dado passo que «*O Proletário* precedeu a *Vanguarda Operária*. Quando esta apareceu desejámos-lhe as ‘boas vindas’. A resposta foi o mais aceso combate aos comunistas e a *O Proletário*»⁸³.

O Partido Socialista Português também vai entrar na contenda, sendo objeto de severas críticas por parte dos comunistas. Os artigos de Bento Gonçalves publicados em *O Proletário* assim o comprovam. Os socialistas de Ramada Curto são acusados de colaborarem com o regime, sendo apelidados de «renegados conscientes», precursores de «uma política de traição ao proletariado» e de terem substituído a «luta de classes por colaboração de classes»⁸⁴. A crítica frontal aos socialistas e ao seu órgão *República Social* vai prosseguir no artigo sub-dividido em duas partes: «Doutrina e Ação das Democracias», respetivamente em *O Proletário* n.º 10 e n.º 12, no ano de 1929. Assim, a dado passo, sublinha que «a base doutrinária do socialismo oficial é essencialmente chauvinista. (...) Kautski – ex-marxista revolucionário, [torna-se] depois revisionista, principal chefe da II Internacional e sustentáculo denodado do capitalismo mundial»⁸⁵.

⁸¹ Idem, «Contra a Corrente. A Desagregação do Anarco-Sindicalismo», in *O Proletário*, n.º 29, de 7 de junho de 1930.

⁸² Idem, «Crítica duma Crítica Crítica», in *O Proletário*, n.º 33, de 2 de agosto de 1930.

⁸³ Idem, «Duas Palavras», *op. cit.*, p. 150.

⁸⁴ Idem, «Deformação Socialista do Marxismo», in *O Proletário*, n.º 6, de 13 de junho de 1929

⁸⁵ Idem, «Doutrina e Ação das Democracias», in *O Proletário*, n.º 10, de 13 de setembro de 1929.

Nestes artigos Gabriel Baptista advoga novos argumentos sobre a origem do revisionismo e da «traição» social-democrata.

Apesar da repressão crescente de que eram alvo por parte dos novos senhores militares instalados nas poltronas do poder, as principais forças operárias digladiavam-se entre si, alimentando uma guerrilha permanente e num crescendo de intensidade – estava em causa a influência e a disputa no seio do movimento operário.

3. As forças operárias face ao ETN

Depois de uma política de endividamento progressivo do Estado nos dois primeiros anos, os homens da Ditadura Militar vão seguir, a partir de 1928, uma nova política, agora de «saneamento financeiro, feita à custa da classe operária e dirigida pelo unificador dos interesses da grande burguesia industrial e dos latifundiários e ultrapassando a divisão entre a burguesia monárquica e republicana»⁸⁶. Este «unificador dos interesses» viria a ser Salazar – o «Ditador das Finanças», assim alcunhado por Cunha Leal no seu livro *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Simultaneamente avança o edifício legislativo que vai dar corpo ao «Estado Novo» a partir de 1933: Constituição Corporativa, Condicionamento Industrial, Estatuto do Trabalho Nacional e Ato Colonial.

A implementação dessas medidas assenta num programa⁸⁷ de consolidação e desenvolvimento da grande burguesia industrial, de conservação da estrutura latifundiária nos campos, de repressão sobre o movimento operário e de miséria para as camadas camponesas. Os ataques aos sindicatos a partir de 1927 e a sua «fascização» a partir de 1933, quando não a sua destruição pura e simples, acabou por retirar à classe operária um precioso instrumento de luta, nomeadamente contra o desemprego, pelo cumprimento do

Sobre a crítica e os ataques de Bento Gonçalves aos socialistas e anarcossindicalistas veja-se igualmente a obra Bento Gonçalves, *Escritos (1927-1930)*, recolha, introdução e notas de António Ventura, Lisboa, Seara Nova, 1976, *maxime* pp. 77-143. V. também João Vasconcelos, *O Pensamento e a Ação de Bento Gonçalves – Alguns Subsídios para a História do 18 de janeiro de 1934*, Portimão, trabalho não publicado realizado no âmbito do Seminário de «História de Portugal (Sécs. XIX-XX)», Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras de Lisboa, 2000, pp. 16-24.

⁸⁶ Vide Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal 1820-1975*, Lisboa, 2.º Vol., 1930-1975, Assírio e Alvim, 1979, pp. 7-8.

⁸⁷ Este programa consistia na manutenção dos preços dos produtos de primeira necessidade, como o pão; redução dos salários; apoio e desenvolvimento de uma grande burguesia industrial; concentração da pequena, média e mesmo grande indústria no caso da moagem, indústria situada a jusante da agricultura; subsídios e apoio aos grandes latifundiários; concentração nas mãos dos grandes agrários da produção agrícola, salvaguardando os seus lucros à custa do pequeno camponês (*ibidem*, pp. 11 e 12).

horário de trabalho e para a manutenção e elevação dos salários. O desemprego que já era elevado devido à crise económica que se instalou no início dos anos 30, acabou por ser ainda mais estimulado devido à redução dos investimentos e avanço na concentração industrial e agrícola que o programa económico salazarista preconizava.

As manifestações e concentrações trabalhistas que ocorreram até 1932 tinham como palavra de ordem central a questão do desemprego, o que demonstra as proporções que este representava. A CIS chegou a elaborar uma proposta de combate ao desemprego, onde, entre outras medidas, fez uma proposta de 7 horas de trabalho diárias, proposta esta inaceitável tanto pelo governo, como pelo patronato. De acordo com Bento Gonçalves, no Relatório apresentado à Internacional Comunista, o país atingia a cifra de 150 mil desempregados no ano de 1935⁸⁸, um verdadeiro flagelo social.

Assim que foi nomeado Presidente do Conselho, em julho de 1932, António de Oliveira Salazar vai gizar a sua atuação em torno dos mecanismos repressivos. Esta atuação tem por base a Constituição Corporativa de abril de 1933 – onde se encontram expressas a ideologia e a mentalidade do Salazarismo assentes na trilogia Deus, Pátria e Família⁸⁹. Com a entrada em vigor da Constituição e que institucionalizou o emergente «Estado Novo», também foram publicados os decretos-leis restringindo, ou liquidando direitos fundamentais, que a mesma ainda reconhecia formalmente no seu artigo 8.º - a lei da censura prévia à imprensa e a lei que regulava a liberdade de reunião, submetendo a autorização administrativa as reuniões com fins de propaganda política ou social.

Além da censura à imprensa, é intensificada a censura às publicações não periódicas, censura que aliás, remonta a 1931 com a apreensão de livros pela Polícia Internacional na Feira do Livro de Lisboa, em sindicatos operários, de que é exemplo a busca no Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa pela Polícia de Informações, em dezembro de 1932, levando cerca de uma centena de livros⁹⁰.

Depois da constituição da União Nacional em 1932, ainda em 1933 surgiram outras organizações com fins de propaganda e repressão – o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro, o Tribunal Militar Especial (TME) para

⁸⁸ Cf. Bento Gonçalves, *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, cit., p. 14.

⁸⁹ Sobre o ideal salazarista vide João Medina, «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do salazarismo», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, Alfragide, Vol. VII - «'O Estado Novo'»: o Ditador e a Ditadura», Ediclube, 1994, pp. 11-142, *maxime* 11-48. Vide também João Medina, *Salazar, Hitler e Franco*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 51-184.

⁹⁰ Joaquim Cardoso Gomes, *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 66 e seguintes.

julgar os “delitos políticos” e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)⁹¹. Também neste ano foi criada a Ação Escolar Vanguarda (AEV), uma organização de enquadramento juvenil, dando lugar à Mocidade Portuguesa, em 1936.

Depois da Ditadura Militar ter aniquilado as diversas intentonas republicanas do «revilharismo» e, inclusivamente, muitas figuras operárias e da inteligência da 1ª República⁹², Salazar tem as mãos livres para ajustar as contas finais com os setores operários e sindicais, já de si muito fragilizados e agrupados, principalmente na CGT anarcossindicalista e na CIS comunista.

As questões sociais sempre mereceram uma atenção especial por parte de Salazar. Em 1930, quando apenas tutelava a pasta das Finanças, pronunciou o célebre “Discurso da Sala do Risco”, efetuado no Arsenal da Marinha, nas cerimónias comemorativas do IV aniversário do 28 de maio, perante oficiais do exército, da marinha e o governo. O assunto visado era a «desordem social» que se vivia no tempo da República:

«Um pouco a miséria, muito a indisciplina, a fraqueza dos governos, camaradagens e cumplicidades equívocas geraram a anarquia nas fábricas, nos serviços, nas ruas. Um regime de insegurança, de revolta, de greve, de atentado estava estabelecido no País. Quando a fraqueza dos governos lhes não permite serem diante dos cidadãos a garantia eficaz do direito de cada um, ou os indivíduos chamam a si anarquicamente a defesa da sua vida, dos seus interesses e dos seus bens, ou se deixam vencer, esmagar, manietados pelo terror que uma minoria audaciosa utiliza para violar

⁹¹ Os governos da Ditadura Militar criaram nos anos de 1926 e 1927 a Polícia de Informações de Lisboa e do Porto, seguindo-se a Polícia Internacional Portuguesa com a reconstituição de 1931. Em 1933 surgiu a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), uma nova reconstituição das anteriores Polícia de Defesa Política e Social e Polícia Internacional Portuguesa. Em 1945 a PVDE muda o nome para Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE), mudando novamente de nome para Direção Geral de Segurança (DGS), em 1969, na chamada «Primavera Marcelista». Sobre a polícia política no «Estado Novo» v. Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, e Alberto Pedroso, «A polícia política», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, Alfragide, Vol. XIII: «O ‘Estado Novo’», Ediclube, 1994, pp. 11-38.

⁹² Veja-se Mário Soares no seu livro *Portugal Amordaçado/Depoimento sobre os anos de fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 19.

a justiça sem sanções. Em qualquer caso, *desordem*: a desordem social»⁹³.

A receita salazarista para vencer a «desordem social» era apontada de imediato - «a batalha da ordem» que a ditadura estava a ganhar. A temática social envolvendo as organizações operárias voltou às preocupações de Salazar, já como Presidente do Conselho, na tomada de posse de Comissão Central e da Junta Consultiva da União Nacional, em 23 de novembro de 1932. No seu discurso intitulado «As diferentes forças políticas em face da revolução nacional», o ditador de Santa Comba começa por enquadrar o operariado politicamente: «A grande massa operária portuguesa não está organizada associativamente; uma pequena parte, chefiada por intelectuais, está no partido socialista; outra parte, muito pouco numerosa, anda pelo sindicalismo revolucionário, pelo anarquismo e pelo comunismo»⁹⁴. A seguir, caracteriza especificamente cada uma destas forças: enquanto o partido socialista «perante a nova mentalidade operária parece não ter condições de vida», sendo uma «força condenada à dissolução», os outros organismos operários de «carácter revolucionário são hoje dominados pela ideologia bolchevista e organizados ou trabalhados por agentes estrangeiros», tendendo «por meio da luta de classes, para a revolução social (...)»⁹⁵. Nesta sua análise, Salazar coloca as organizações acratas, caso da CGT, debaixo da influência do bolchevismo, o que demonstra que o crescente peso dos comunistas na sociedade se tornou uma das suas principais preocupações.

⁹³ Cf. Oliveira Salazar, *Discursos 1928-34*, 3.^a Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1939, pp. 50-51. Vide também Oliveira Salazar, *Como se levanta um Estado*, Lisboa, prefácio de Jorge Morais, Golden Books, 1977, pp. 45-46.

Nos últimos anos da República, mais propriamente no dia 4 de julho de 1924, Salazar abordou as questões sociais no II Congresso Eucarístico Nacional, em Braga, com o discurso «A Paz de Cristo na classe operária pela Santíssima Eucaristia», onde exortava os operários a abandonar as lutas sociais e a escolher o catolicismo como uma outra forma de revolução social, opondo a renúncia à ambição, o amor ao ódio e a obediência ao espírito de revolta, pois a paz de Cristo era perfeitamente compatível com o sindicalismo operário. Nesta conferência Salazar visava a Revolução Russa de 1917 e o ateísmo de Estado que condenava energeticamente, a República laica e a «desordem mental e moral que manifesta entre convulsões violentas, o operariado do mundo» (cf. António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos I – Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, organização de Manuel Braga da Cruz, Bertrand Editora, 1977, p. 327). Ver ainda José Carvalho, *A formação de Salazar e o seu tempo (1889-1926)*, s. l., Editora Occidentalis, 2008, p. 104, e Jacques Sorel, *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 76).

⁹⁴ Oliveira Salazar, *Discursos 1828-34...*, cit., 177.

⁹⁵ *Ibidem*, pp. 177-178.

Em dezembro de 1932, nas entrevistas que concedeu a António Ferro e que viriam a ser publicadas no livro *Salazar o homem e a sua obra*⁹⁶, publicado em fevereiro de 1933, Oliveira Salazar, interrogado sobre os privilégios do operariado, replica que esta classe não pode ser distinta das outras - «há apenas que tratá-la com justiça e coordená-la (...) nivelando-a a outras actividades, ‘no conjunto económico da Nação’»⁹⁷. Muito brevemente o operariado iria ser alvo da “justiça salazarista”.

Como se disse, o ano de 1933 vai ser fundamental para o emergente «Estado Novo» assestar o golpe final nas organizações operárias – viviam-se os últimos tempos da organização sindical livre. Se internamente a situação política estava a evoluir positivamente, com a derrota sucessiva das diversas tentativas de restauração republicanas, externamente o novo regime salazarista vai encontrar uma base de apoio bastante forte. Enquanto que na Itália o fascismo mussoliniano consolidava-se, na Alemanha Adolfo Hitler ascendia ao poder em janeiro, nomeado para o cargo de Chanceler do Reich Alemão pelo Presidente Hindenburg. Uma das poucas preocupações de Salazar a nível internacional encontrava-se na Espanha com a proclamação da 2.^a República em 14 de abril de 1931. A ditadura do general Primo de Rivera, de 1923 a 1930, tinha apressado a queda da monarquia do rei Afonso XIII.

Depois da promulgação da nova Constituição Corporativa que, no dizer do próprio Ditador, é «uma Constituição escrita e rígida, (...) que não pode ser modificada pelo Poder legislativo regular»⁹⁸, faltava a publicação das leis-base da organização corporativa

⁹⁶ Foram publicados 125 000 exemplares deste livro em 20 de fevereiro de 1933, com prefácio do próprio Salazar. A publicação da obra fez-se em vários países: em 1934 saiu uma tradução francesa de Fernanda de Castro – *Salazar, Le Portugal e son chef*, edições Bernard Grasset, Paris – com prefácio de Paul Valéry; também em 1934 publicou-se uma edição italiana, tradução de Corrado Zoli e recomendada por Mussolini; em 1935, a Espanha deu à estampa *Salazar, el Hombre e Su Obra*, edições Fax, com prefácio de Eugénio d’Ors; em 1939 temos a edição inglesa com o título *Salazar, Portugal and Her Leader*, edição Faber and Faber Limited, Londres, com prefácio de Austen Chamberlain (cf. Pedro Ramos de Almeida, *op. cit.*, pp. 120-122).

⁹⁷ V. António Ferro, *Salazar o homem e a sua obra*, s. l., Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 29. V. também António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Editora Parceria A. M. Pereira, 2003, p. 20.

⁹⁸ Oliveira Salazar, *Como se Levanta um Estado*, cit., p. 64. Na mesma página Salazar dirá que esta Constituição se distingue das outras «muito mais pela sua parte ideológica que pela sua construção política». São nítidas as influências do seu mentor e ideólogo Avelino Quirino de Jesus, que escreveu, entre outros textos, o projeto da referida Constituição, o texto do Ato Colonial (1930), os Estatutos da União Nacional (1932) e os rascunhos dos discursos salazaristas de 28 de maio e 5 de julho de 1932 (cf. João Medina, «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo», *op. cit.*, p. 50). Sobre este assunto ver ainda Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Lisboa, Vol. III, Edição do autor, p. 309. Escreve Cunha Leal: «Foi então que se assistiu ao parto das cogitações fecundadas no ventre cerebral do Dr. Oliveira Salazar por Quirino de Jesus».

que ocorreu no dia 23 de setembro de 1933⁹⁹: o Estatuto do Trabalho Nacional (ETN), «um dos diplomas em que mais evidentes são os traços fascistas, por cópia mussoliniana»¹⁰⁰, as leis dos «Sindicatos Nacionais», seguindo-se os diplomas das Casas do Povo, Casas dos Pescadores e das próprias Corporações nos anos seguintes.

Foram particularmente os decretos do Estatuto do Trabalho Nacional e dos «Sindicatos Nacionais», este último apelidado de «decreto colete de forças» pelos sindicalistas, que as organizações operárias mais contestaram, levando à formação de uma frente unida e que vai protagonizar a chamada «greve geral revolucionária do 18 de janeiro de 1934». O Decreto-Lei n.º 23 050, que criou os SN, estabeleceu normas detalhadas de funcionamento interno, além de atribuir ao Estado extensos poderes que, entre 1933 e 1944, outros decretos acabaram por ampliar. De acordo com aquele decreto, os trabalhadores do comércio e indústria tinham de se organizar em «Sindicatos Nacionais» tendo por base a profissão e o Distrito como limite geográfico. Dentro de cada área distrital só era reconhecido um sindicato por categoria que detinha o monopólio da representação profissional.

De acordo com o ETN e do Decreto-Lei n.º 23 050, os sindicatos teriam de obedecer a três princípios fundamentais: hierarquia dos interesses, que subordina os interesses particulares aos interesses da economia nacional; colaboração com o Estado e com as outras classes; e nacionalismo, que limita a ação dos sindicatos exclusivamente ao plano nacional, em respeito absoluto aos “superiores interesses da Nação”. Por outro lado, os estatutos dos sindicatos deveriam conter a declaração de “renúncia” a toda e qualquer atividade contrária aos “interesses da Nação portuguesa”, assim como o expresse repúdio da “luta de classes”. Se a Constituição proibia de forma explícita a greve, o ETN considerava-a um crime, além de proibir a organização sindical aos funcionários do Estado.

O governo salazarista aplicava um golpe final no que restava do sindicalismo livre dando-lhe um prazo para a sua extinção – as associações sindicais existentes seriam

⁹⁹ Foram seis os decretos publicados no *Diário do Governo*, I Série, n.º 217, do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, na dependência da Presidência do Conselho: Decreto-lei n.º 23 048 – promulga o Estatuto de Trabalho Nacional; Decreto-lei n.º 23 049 – estabelece as bases a que devem obedecer os grêmios, organismos corporativos das entidades patronais; Decreto-lei n.º 23 050 – reorganiza os sindicatos nacionais; Decreto-lei n.º 23 051 – autoriza em todas as freguesias rurais a criação das Casas do Povo; Decreto-lei n.º 23 052 – autoriza o Governo a promover a construção de casas económicas e o Decreto-lei n.º 23 053 – cria o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

¹⁰⁰ Cf. Vital Moreira, «O sistema jurídico-constitucional», in *História de Portugal...*, cit., Vol. XII, p. 154.

dissolvidas a partir de 31 de dezembro de 1933. Esta era a data limite que os sindicatos tinham para realizarem assembleias a fim de se adequarem às novas diretrizes. Das 38 associações de classe que realizaram assembleias de associados, 15 recusaram integrar a nova ordem corporativa, 23 aceitaram-na e, numa outra, a dos Ajudantes de Farmácia, verificou-se um empate¹⁰¹. Convém referir que muitas das associações que aceitaram a nova ordem sindical tinham sido fundadas a seguir a 1930. Em muitas das associações que recusaram submeter-se ao “nacional-sindicalismo” salazarista, grupos de associados procuravam formar comissões organizativas para que pudessem formar um sindicato nacional reconhecido pelo Estado. Noutras associações não se realizaram assembleias devido ao estado de desmobilização em que se encontravam.

A grande maioria dos sindicatos operários, ligados principalmente aos anarcossindicalistas, comunistas e até, aos socialistas e a muitos sindicatos autónomos, rejeitaram o sindicalismo corporativo e vão enveredar pelo caminho da luta organizando e preparando ações de massas e «uma greve geral revolucionária» contra o Estatuto de Trabalho Nacional e o decreto «colete de forças». Vai ser constituído um Comité de Unidade formado pela CIS comunista, a CGT anarcossindicalista, a FAO socialista, a Comissão dos Sindicatos Autónomos e a Comissão dos Trabalhadores do Estado. Apesar da unidade sindical estabelecida, as divergências eram muito acentuadas, principalmente entre as primeiras duas organizações operárias.

Bento Gonçalves e a linha oficial do Partido Comunista defendiam a realização de Assembleias Gerais dentro do quadro legal «com o fim de levar os trabalhadores a votar contra o E. T. N.», enquanto a CGT «pugnava pela ‘greve geral revolucionária’» que, de acordo com aquele dirigente, «não tinha as mínimas condições de aplicação»¹⁰². Todavia, muitos militantes sindicais comunistas «cristalizam-se em volta do movimento grevístico e sedicioso, mandando ao diabo a questão das Assembleias e das formas de protesto público de massas contra as medidas eminentes», tendo prevalecido o «provincianismo anarco-sindicalista» e «uma mentalidade para a barricada» no seio da «vanguarda organizada ‘politicamente’» quando «a massa retardava em geral para a ação

¹⁰¹ Cf. Francisco Carlos Palomanes Martinho, «Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil», in António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.), *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 68.

¹⁰² Cf. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», *op. cit.*, p. 136.

revolucionária»¹⁰³. Poucas assembleias se realizaram, destacando-se a do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha que reprovou o ETN.

Com efeito, a CGT era adepta da via revolucionária para travar o ETN, confirmando-o Emídio Santana, um dos seus dirigentes quando afirma: «impunha-se-nos o recurso à greve geral revolucionária. Mesmo que o triunfo não fosse certo, a luta marcaria novos destinos, o objectivo governamental seria dificultado (...)»¹⁰⁴. Um outro militante e dirigente anarquista, Manuel Joaquim de Sousa, é perentório ao escrever alguns anos mais tarde: «A greve deveria ter logo de início um carácter de força insurreccional, seguida paralelamente por um pronunciamento militar por parte de todos os homens, militares e civis, que desde sempre, mais ou menos aberta e ostensivamente, se pronunciavam por uma revolução que derrubasse a ditadura». Os anarcossindicalistas defendiam, como se comprova, a via revolucionária, em aliança com os republicanos do «revirinho», para o derrube da ditadura. Muitos dos comunistas, incluindo o destacado dirigente José de Sousa¹⁰⁵, Secretário-Geral da Comissão Intersindical, continuavam debaixo da influência

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 136-137.

¹⁰⁴ Emídio Santana, *História de um Atentado. O atentado a Salazar*, Mem Martins, Publicações Fórum, 1976, p. 11.

¹⁰⁵ José de Sousa Coelho nasceu a 17 de agosto de 1898 na Freguesia de Sampaio, Penacova e faleceu em 25 de janeiro de 1967. Veio trabalhar para Lisboa ainda muito novo, especializando-se na profissão de torneiro mecânico. Aderente às ideias anarquistas, pertenceu aos quadros da C. G. T. e foi Secretário da Juventude Sindicalista. Com a formação do Partido Comunista em 1921, José de Sousa promove uma cisão na Juventude Sindicalista e funda a Juventude Comunista passando a ser seu Secretário. Com esta nova juventude, o Partido Comunista tornou-se mais combativo e passou a dispor de uma base mais proletária, no entanto em diversas situações manifestou posições sectárias por influência do sindicalismo de José de Sousa e dos jovens que ele dirigia. Pouco depois José de Sousa entrou para a direção do Partido, mas devido a desinteligências com Carlos Rates que era apoiado pelo delegado da Internacional Comunista, Humbert-Droz, foi afastado da mesma. Até 1929 o Partido Comunista entrou numa crise muito profunda, altura em que José de Sousa apoiando Bento Gonçalves, entrou para o Secretariado e passou a ser responsável pelo setor sindical.

Com a formação da Comissão Intersindical comunista em 1930 que se tornou aderente à I. S. V., José de Sousa tornou-se o seu Secretário-Geral, esteve à frente da Federação dos Transportes e foi um forte impulsionador dos sindicatos vermelhos ilegais, defendendo esta posição mesmo depois da nova linha tática aprovada pelo VII Congresso da I. C. Foi um dos grandes organizadores do 18 de janeiro. Nos anos de 1934-35, sob a sua ação formaram-se importantes sindicatos ilegais, como o Sindicato dos Motoristas com o órgão *O Motorista*, o Sindicato dos Ferroviários com *O Farol* e o Sindicato da Carris com *O Eléctrico*. Em 11 de novembro de 1935 foi preso pela polícia, depois de cinco anos de clandestinidade, juntamente com Bento Gonçalves e Júlio Fogaça. Condenado a 6 anos de desterro e 12 000\$00 de multa, foi parar ao Tarrafal em 1936 onde vai acentuar as suas divergências com Bento Gonçalves e a linha oficial do PCP, nomeadamente a análise sobre o 18 de janeiro, a nova tática sindical (“entrismo” nos S. N.) e o pacto germano-soviético, de que discorda, acabando por ser afastado da Organização Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT) e do Partido.

Com o seu regresso do Tarrafal em 1945, José de Sousa optou por um novo rumo, mais legalista, reunindo dentro da Fraternidade Operária (onde se refugiavam ex-militantes socialistas como Alfredo Franco e Augusto Machado) com António Sérgio, Rocha Martins, Adolfo Casais Monteiro, Vasco da Gama Fernandes, Ramada Curto, António Pedro e outros, cuja ideia era a reorganização do Partido Socialista. Chegou a aderir ao PSP depois da Conferência de Lisboa, em 1946. Como a PIDE desmantelasse o plano, José de Sousa aproximou-se do cooperativismo de António Sérgio fundando um pequeno jornal, o *Boletim*

e a perfilhar concepções de natureza anarquista. É nesta base que irá ser preparado contra o «Estado Novo» o movimento da «Greve Geral Revolucionária do 18 de janeiro de 1934».

Cooperativista e orientou o Ateneu Cooperativo, ligados à Fraternidade Operária. A iniciativa de José de Sousa levou à publicação do livro *Cooperativismo – Objetivo e Modalidades*, sob a coordenação de António Sérgio e nele participando, entre outros, Henrique de Barros, Ferreira da Costa e o próprio José de Sousa (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Biografia Prisional de José de Sousa, *Proc. 1664/SPS*, fl. 63; Bento Gonçalves, «Palavras Necessárias», in *Bento Gonçalves. Os Comunistas*, cit., pp. 84-112; José Silva, *Prosas Democráticas*, Porto, Edição do autor, 1968; Edmundo Pedro, *18 de janeiro de 1934 – 18 de janeiro de 1979. 45 Anos de Luta pela Democracia Sindical. Reflexões de um Militante*, Mem Martins, Fundação José Fontana, 1979, pp. 29-62; «Perspetiva do Socialismo traçada nos anos 40 por um militante sindicalista», in *Portugal Socialista*, Lisboa, ano XIII, n.º 139, de janeiro de 1979, pp. 35-36; e Emídio Santana, *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, cit., pp. 305-309).

Capítulo III – As Principais Atividades Industriais na Região Algarvia

«Pode dizer-se, sem receio de exageros, que poucas regiões têm, como esta, marcado tão profunda e constantemente a sua presença na luta antifascista, em cada período do domínio fascista em Portugal. Efetivamente, logo após o primeiro arranque do fascismo para o poder, em 18 de abril de 1925, data em que se deu o movimento precursor do 28 de maio, não deixou o proletariado algarvio de marcar bem a sua presença antifascista. Foi, pois, como protesto contra os primeiros sinais do terror fascista que, a 22 de junho de 1925, os operários e todas as classes trabalhadoras de Portimão e Silves declararam greve geral. Foi, ainda, a ‘zona litoral do Algarve’ uma das regiões que mais resistência ofereceu à consolidação do fascismo; e não deixou de marcar fortemente a sua presença no último grande movimento de resistência à fascização do País: a greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 contra a fascização dos sindicatos».

Carlos Costa, *Relatório sobre o Algarve*, Lisboa, Edições Avante!, 2000, pp. 21-22.

1. A evolução dos trabalhadores industriais na Região

Com uma superfície de 5 450 quilómetros quadrados, o Algarve possuía uma população de 268 000 habitantes nos finais dos anos 20 do século passado. O escritor Raul Proença faz-nos uma genial descrição desta “Província” sob os mais diversos aspetos – históricos, geográficos, paisagísticos, climáticos, industriais, a nível de monumentos e até do incipiente turismo¹. As indústrias mais importantes referidas são as seguintes: conservas de peixe, sobretudo do atum; artefactos de pita, espartos e palmas (vassouras, capachos, esteiras, golpelhas, ceiras, chapéus de empreita); passas de uvas e de figos, «geralmente exercida por mulheres», onde se destacam centenas de operárias, «as *fumieiras*, [que] fazem a sua escolha e acondicionamento, metendo o figo flor (o melhor) em caixas de madeira»; a doçaria popular tendo por base o figo e a amêndoa,

¹ Cf. Raul Proença, «Algarve», in *Guia de Portugal*, Lisboa, Vol. II (texto integral que reproduz a 1ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927), fundação Calouste Gulbenkian, s. d., pp. 187 e seguintes.

destacando-se os dons rodrigos, os morgados, os figos cheios e as estrelas; a aguardente de figo e de medronho; a indústria caseira de redes de pesca e a das marinhas, esta última sobretudo em «Lagos, Portimão, Faro, Tavira e Castro Marim»². Curiosamente, Proença nada diz sobre a indústria da cortiça, uma atividade relevante ocupando milhares de trabalhadores no Algarve.

Sobre a pesca do atum na região algarvia, Raul Brandão presenteia-nos com uma admirável descrição na sua obra *Os Pescadores*. Vejamos alguns desses excertos:

«Os barcos rodeiam as redes. Vai-se meter o atum no copo, vai-se coar, operação delicada, porque basta uma toninha, cabeça de rato, ter-se metido no quadro, para o atum, que é muito tímido, saltar fora. A barca fechou a porta. Seis calões em roda puxam as bóias do saco sobre a borda. Primeiro colhem a rede de malha mais larga, e depois a outra, conduzindo pouco e pouco, e a medo, o peixe para o copo. É o momento... Uns homens têm na mão direita a ganchorra curta e afiada, presa ao pulso pela alça, e outros, armados de um bicheiro mais comprido, só esperam que o atum comece a saltar para o chegarem aos barcos. Agita-se a água... Veem-se os grandes dorsos reluzentes e os rabos que chapinham. Noventa negralhões meio nus, de calças arregaçadas e camisolas azuis, estão prontos a matar. Gritam: - Agora! – Espetam o peixe. (...).

E sobre tudo isto um grito, um grito de triunfo, o grito da matança que explode numa alegria feroz, a alegria primitiva: - Eh! Eh!... – num quadro imutável, todo vermelho e negro. Agora a vida atinge o auge. Alguns pescadores saltam para dentro do copo com água pela cinta, e um, que é arrastado e cai, monta num atum, como um deus marinho, e escancara a boca de riso... Cheira a açougue. A água tinge-se de sangue, a água pegajosa encharca os barcos. (...). A carnificina enfarta e enjoa. Há laivos de sangue na costa, há nódoas de sangue na tinta azul do mar. Acode a cavala à babugem desta enorme sangueira»³.

² *Ibidem*, pp. 208-209.

³ Cf. Raul Brandão, *Os Pescadores*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d., p. 154.

Depois de ser capturado, o atum era arrematado nas lotas e encaminhado para as diversas fábricas existentes, sofrendo nestas diversas transformações industriais às mãos de centenas, senão de milhares de operárias conserveiras. O destino final eram as várias localidades e regiões do país e a exportação rumo ao estrangeiro.

Podemos afirmar que os trabalhadores industriais do Algarve desde os finais do século XIX e até aos princípios do século XX apresentam características que, no essencial, não diferem muito das de outras regiões semiperiféricas do país nessa época. Muitas dessas características vão persistir ao longo de grande parte do século passado, até ao desaparecimento, praticamente total, de indústrias tradicionais, como a conserveira ou a corticeira. O envelhecimento da população serrana, os efeitos da emigração e a pressão do surto turístico vão conduzir a uma maior atração pelo litoral, tendo conduzido, nos dias de hoje, a uma desertificação do interior da região e a uma sobrecarga populacional e urbana nas áreas do litoral, que ainda não parou de crescer.

Nos primeiros tempos em questão o conceito de “proletariado industrial” afigura-se demasiado restritivo, visto muitos dos trabalhadores que exerciam a sua atividade no setor secundário fazerem-no por conta própria, em pequenas oficinas e outras casas de trabalho. Em muitas situações o patrão era o único trabalhador e, em inúmeros casos, agricultavam uma pequena parcela de terra, própria ou arrendada, compensando assim a sua elevada precarização laboral. Na opinião de José Tengarrinha, a estes trabalhadores não pode ser aplicada a classificação de «proletários», uma categoria social muito bem definida por historiadores como Ernest Labrousse que estudaram as sociedades do final do Antigo Regime, assim se explicando a ausência de movimentos reivindicativos de vulto⁴.

Estas oficinas espalhadas um pouco por todo o Algarve eram as mais diversificadas, nomeadamente de sapateiros, oleiros, carpinteiros e construtores de carros e carroças, padeiros, moageiros, alfaiates, albardeiros, ferradores, ferreiros, funileiros, caldeireiros, serralheiros, trabalhadores nas redes de pesca, nos teares domésticos, nas obras de palma e juta, nas salinas e nas indústrias de álcool e aguardente. Já a atividade dos fumeiros do figo envolvia cerca de 2 mil trabalhadores, podendo já ser considerados como operários ou proletários industriais⁵.

⁴ José Tengarrinha, «Os trabalhadores industriais no Algarve nos séculos XIX-XX», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Edições Colibri, 1999, p. 466.

⁵ *Ibidem*.

Mas é nas conservas de peixe e na cortiça que a concentração operária vai atingir proporções assinaláveis no Algarve. Nos finais do século XIX esta região contava com 15 fábricas de conservas de peixe, sobressaindo Vila Real de Santo António com cerca de 500 operários e aprendizes, e com 15 fábricas de cortiça, destacando-se Silves com mais de 1 000 operários e respetivos aprendizes⁶. A mão-de-obra feminina é muito relevante na indústria de conservas de peixe, seguindo-se a sua presença na alfaiataria, na fiação e tecelagem de lã, algodão, juta e linho, nas padarias e nos fumeiros de figo, como já assinalamos. O nível de instrução de todos estes trabalhadores era muito baixo, situação comum em Portugal como em geral na Europa, nomeadamente em países em que o nível de desenvolvimento tecnológico se encontrava pouco desenvolvido e não era necessária uma mão-de-obra qualificada.

Excetuando a classe dos artesãos, particularmente os sapateiros, trabalhadores de metais (ourives, ferradores, funileiros, serralheiros, ferreiros, caldeireiros e pregueiros), e os das artes gráficas (tipógrafos e litógrafos), que persistiam numa certa tradição secular de formação autodidática, era nos ramos corticeiro e conserveiro que se encontrava algum grau de instrução, mas apenas no sexo masculino. Mesmo nestes ramos há que distinguir «hierarquias», as chamadas «aristocracias operárias» que, devido ao grau de qualificação que o seu trabalho exige, são melhor remunerados, detêm melhores condições de trabalho e apresentam uma instrução mais elevada. Entre os corticeiros temos nesta situação a classe dos rolheiros e nos conserveiros aparecem os soldadores, latoeiros e estanhadores⁷.

Nos anos que se seguiram, nomeadamente nos períodos da I República, da Ditadura Militar e de início do «Estado Novo», o Algarve vai assistir a diversas movimentações operárias, como greves, manifestações e outras revoltas, protagonizadas principalmente pelos operários corticeiros e conserveiros e nos centros urbanos onde existiam maiores concentrações industriais destes setores. É provável que as tais «aristocracias operárias»⁸

⁶ *Ibidem*, p. 467. As fábricas de conservas de peixe encontravam-se assim distribuídas: Vila Real de Santo António – 6; Lagos – 4; Faro – 2; Silves – Armação de Pera – 1; Olhão – 1; e Lagoa – Carvoeiro – 1. Quanto às fábricas de cortiças a sua distribuição era a seguinte: Silves – 11; Portimão – 2; Lagoa – 1; Faro – 1.

⁷ *Ibidem*, p. 468.

⁸ Sobre a «aristocracia operária» e o seu papel na revolta do movimento do 18 de janeiro de 1934, ver o artigo de Maria Filomena Mónica, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», in *Análise Social*, 3ª e 4ª Série, Vol. XVII, n.º 67-68, Lisboa, 1981, pp. 505-571, *maxime* pp. 553-561. Ver ainda, da mesma autora, a obra *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 65-105, *maxime* pp. 82-105.

A tese de Filomena Mónica, não isenta de polémica, sustenta que o 18 de janeiro foi uma revolta, «um gesto de desespero», não de operários da indústria moderna, mas sim de uma elite, de «uma velha aristocracia operária, ameaçada económica, social e politicamente». Nesta «aristocracia operária» verificar-

tenham desempenhado um papel de relevo nas atuações do movimento operário e sindical na região, particularmente na revolta do 18 de janeiro de 1934.

Refira-se que foi nas cidades que surgiram as primeiras lutas operárias e o primeiro surto grevista no verão de 1872, quando os metalúrgicos, tipógrafos, tanoeiros, tecelões, calafates, tabaqueiros e ferroviários de Lisboa paralisaram⁹, tendo o fenómeno despertado as atenções visto a memória da Comuna de Paris de 1871 ainda continuar bem fresca. A seguir verifica-se uma diminuição dos conflitos laborais, aumentando de novo nos finais do século, no final da Monarquia e durante alguns períodos da I República, como em 1912, em que a Casa Sindical de Lisboa foi encerrada pelo governo e presos centenas de operários, e em 1918 onde a União Operária Nacional organizou uma greve geral contra a carestia de vida. Entre 1918 e 1924 tiveram lugar inúmeras lutas operárias, muitas delas vitoriosas, mas a partir desta data vai sendo cada vez mais difícil aos trabalhadores obter fosse o que fosse.

Efetivamente, foi no pós-guerra que assistimos a um período de grande agitação operária, levando a que alguns trabalhadores obtivessem melhorias significativas, antes da terrível chaga social, o desemprego, tudo ter minado. Na opinião de Filomena Mónica os trabalhadores portugueses evoluíram de um reformismo otimista para um revolucionarismo radical. Antes acreditaram que a sua situação melhorava através da promulgação de leis, no entanto a sua desilusão vai aumentando à medida que constatarem que os governantes não cumpriam essas leis, como seja a lei de proteção às mulheres e aos menores, aprovada pelo Parlamento em 1891. Com a sua condição económica e social a piorar, sujeitos à corrupção dos caciques, a corrupção a alastrar, o proletariado deixa-se seduzir pela ideologia anarcossindicalista que defende o não envolvimento nas atividades políticas. No movimento operário, a par das proclamações revolucionárias e discursos radicais e patrióticos, nota-se uma certa predisposição para apoiar governos autoritários, como o de João Franco, em 1906¹⁰, a “República Nova” de Sidónio Pais, em 1917 e,

se-iam as seguintes características: a existência de um trabalho qualificado e de uma carreira profissional, um salário relativamente elevado, uma certa segurança no emprego, algum controlo sobre o processo produtivo e algum controlo sobre o acesso ao ofício, promoções e mobilidade geográfica (idem, «Poder e saber...», *op. cit.*, pp. 559-560). Esta «aristocracia operária» seria detentora, obviamente, de um grau de instrução superior a outros setores operários.

⁹ Idem, *Artesãos e Operários...*, cit., p. 14.

¹⁰ *Ibidem*, p. 214. Não obstante as leis repressivas que publicou, João Franco obteve apoio em bairros populares como o de Alcântara. A isto se deve algumas reformas sociais que levou a efeito, como a publicação de uma lei sobre as associações de classe, a regulamentação do descanso semanal e ter dado aos operários um terreno para construir o edifício de *A Voz do Operário*.

como se viu, a atitude hesitante e de expetativa da Confederação Geral do Trabalho frente aos golpistas do 28 de maio. Em vez da Revolução, que muitos acreditavam, o que chegou foi um golpe militar de direita.

O proletariado urbano não se mexeu para defender o Presidente do Ministério republicano, o odiado António Maria da Silva e, quando a CGT reagiu ao aperceber-se da natureza do novo regime, já era demasiado tarde. A ditadura militar tinha chegado «num momento em que as velhas democracias operárias estavam agonizantes», surgindo mesmo assim, entre elas, «a mais séria revolta operária contra o Estado Novo», a revolta da Marinha Grande em janeiro de 1934 pelo facto do governo ter tocado num ponto vital - «a autonomia sindical». Os vidreiros marinhenses, uma classe hierarquizada e constituindo a tal “aristocracia operária”, teriam pegado em armas «para defender a última barricada»¹¹. De certa maneira, José Tengarrinha serve-se da tese de Filomena Mónica para justificar as greves e movimentações operárias do proletariado algarvio dos anos 30 do século passado.

No Algarve como um pouco por todo o país, nos finais dos anos 20 e nos inícios da década de 30, ainda não existia um operariado moderno, forte e homogéneo. As principais concentrações operárias localizavam-se nas duas maiores cidades, Porto e Lisboa, na Marinha Grande e Covilhã, tidas como comunidades operárias antigas, e em cidades como Almada, Barreiro e Setúbal, consideradas centros industriais recentes e dinâmicos. Este último caso poder-se-á aplicar a cidades do Algarve como Silves e Faro, na indústria corticeira, e Vila Real de Santo António, Olhão e Portimão como principais centros industriais conserveiros.

2. A atividade corticeira

2. 1. Evolução da indústria corticeira no país

Parece que a cortiça já era conhecida na Antiguidade Clássica limitando-se principalmente ao fabrico de aparelhos de pesca e de boias de salvação, referindo Caio Plínio, o *Antigo* (23-78 d. C.), a sua aplicação na vedação de vasilhas¹². A importância da

¹¹ *Ibidem*, p. 216.

¹² Cf. A. Ferreira da Costa, «A Cortiça em Portugal», Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1935. Separata do Vol. III dos *Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*, p. 26.

cortiça também se encontra em autores gregos e latinos, como Horácio, Téofrasto, Plutarco e Varrão¹³.

No nosso país, desde os tempos da fundação da nacionalidade que a cortiça era aplicada nas atividades ligadas à pesca, agricultura, comércio e apicultura, para o fabrico de cortiços. A partir dos séculos XIV e XV, com o incremento do comércio, dos descobrimentos marítimos e das viagens, tem lugar uma florescente atividade comercial envolvendo a exportação de cortiças para Inglaterra e para a Flandres¹⁴. A importância económica da cortiça cresceu nesta época, pelo facto de se verificar a entrega do seu comércio em regime de monopólio e da burguesia rural e mercantil reclamar contra estes privilégios. A coroa defendia com tenacidade a manutenção destes exclusivos, tendo dado a um rico mercador estrangeiro, em 1456, o monopólio da exportação da cortiça durante dez anos¹⁵.

Apesar da produção e exportação de cortiça terem progredido a partir do século XV, é só nos finais do século XVIII que surgem as primeiras atividades manufactureiras dignas de registo baseadas no aproveitamento desta matéria-prima, nomeadamente no fabrico de rolhas. A seguir verifica-se um decréscimo desta atividade, voltando a progredir a partir de 1822-26, com a vinda para Portugal de trabalhadores da Catalunha, que já dominavam processos de fabrico mais aperfeiçoados¹⁶. É no Alentejo que os operários catalães se estabelecem em primeiro lugar, nomeadamente nas localidades de Estremoz e Azaruja, daqui irradiando para São Brás de Alportel e Monchique, no Algarve¹⁷. É igualmente em Silves que os corticeiros catalães se fixam, trazendo «algumas inovações nas artes de

¹³ V. II Congresso da Indústria Portuguesa, «Problemas Estruturais da Indústria de Rolhas de Cortiça Natural», in *Boletim da Junta Nacional de Cortiça*, Lisboa, n.º 231, janeiro de 1958, p. 70.

¹⁴ Henrique de Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Tomo IV, Lisboa, 1922, p. 57.

¹⁵ Armando de Castro, «Cortiça», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, p. 203. Embora os representantes dos povos reclamem contra tais privilégios em diversas Cortes, «na reunião política nacional de 1490 o monarca, em resposta ao capítulo em que é formulada a reclamação, afirma o propósito de manter o privilégio concedido a Duarte Brandão», e nas Cortes de 1498 «o novo soberano, D. Manuel I, declara que os ‘contratos’ existentes relativos à cortiça e aos couros não serão renovados depois de expirarem» (*ibidem*).

¹⁶ *Ibidem*. A indústria de rolhas surgiu no século XVII quando se descobre o método da champanização no vinho e a vedação apropriada, fundando-se casas para a sua elaboração, como a Ruinart de Reims (1729), Moët e Chandon (1743), estendendo-se a toda a região de Champagne. A partir daqui e durante toda a centúria de setecentos o uso das rolhas generalizou-se, tendo-se introduzido na Espanha, na província de Gerona e outras localidades da Catalunha. (cf. Alexandre M. Flores, *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 203, p. 58.

¹⁷ A. Ferreira da Costa, *op. cit.*, p. 26.

transformação da cortiça e, provavelmente, a notícia de técnicas utilizadas na sua terra»¹⁸. Os operários catalães acabaram por fixar-se noutras regiões do país.

Há quem considere que a indústria corticeira terá surgido no nosso país em Santiago do Escoural, próximo de Montemor-o-Novo, daqui irradiando para outros locais do sul. Em 1852 existiam duas fábricas, uma em Lisboa e outra em Portalegre, a Robinson, fundada em 1848. Em 1881 as fábricas totalizavam 22, distribuindo-se em locais tão distintos como Aveiro, Feira, Évora, Odemira e Silves¹⁹. Em 1874, Clemente Menéres estabeleceu-se em Mirandela, onde comprou sobreirais, contratou pessoal especializado do Alentejo e montou uma fábrica de rolhas que se manteve em funcionamento até ao ano de 1887. Em 1890, Valentim Guerra instalou uma fábrica de rolhas em Sendim, com 30 operários e 7 máquinas²⁰.

Supõe-se assim que a indústria corticeira em Portugal remonte à época do Marquês de Pombal, numa fase manual primitiva, existindo em meados do século XIX cerca de uma dezena de instalações, 46 em 1877, 98 em 1890 e mais de uma centena no início do século XX. A industrialização da cortiça só vai tornar-se verdadeiramente importante a partir da 1ª Guerra Mundial. Nos finais do século XIX a indústria corticeira chegou a empregar no país cerca de 10 000 operários, passando Portugal a primeiro produtor mundial de cortiça por volta de 1930²¹.

Inicialmente a atividade corticeira centrava-se mais na produção do que na transformação do produto. Um grande progresso da produção corticeira tem lugar na década de sessenta do século de oitocentos, situando-se os montados sobretudo nos distritos de Lisboa e de Santarém, uma área que abrangia os concelhos de Aldeia Galega, Alcochete, a sub-região do Sado, Chamusca, Benavente, Coruche, Santarém e Abrantes. No Alentejo as plantações de sobreiros ocupavam principalmente os concelhos de Alvito, Aljustrel e Vidigueira²². A exportação da cortiça assumia assim uma posição de grande relevo.

¹⁸ *Apud* Maria das Dores Jorge de Goes, *Silves naquele tempo... e agora (1956-1997)*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1998, p. 15.

¹⁹ Cf. Jorge Custódio e Manuel Ramos, «Da Produção da Cortiça à Indústria: em Portugal (coletânea de textos)», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Silves, Fábrica do Inglês, 1999, p. 46.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*. Por sua vez, Sacuntala de Miranda, de acordo com os estudos efetuados, menciona 6 634 operários a trabalhar em 127 estabelecimentos fabris de cortiça, no ano de 1917, 8 840 operários em 432 fábricas, em 1930, e 20 116 corticeiros em 671 fábricas, em 1940 (cf. Sacuntala de Miranda, *Portugal O Círculo Vicioso da Dependência (1890-1939)*, Lisboa, Editorial Teorema, 1991, p. 88).

²² Cf. Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 59.

A partir de meados do século XIX, a indústria preparadora da cortiça assumia já um forte desenvolvimento no país, na fabricação da prancha e na indústria de rolhas, produzindo-se igualmente a serradura, o papel, as palmilhas, a lã, os aglomerados e outros aglomerados corticeiros. Nos finais do século a produção da cortiça desdobrava-se em três ramos diferenciados: «- *preparação da prancha*: no montado e na fábrica; - *transformação ou laboração da prancha*: geral e caseira ou artística; - *trituração e aglomerados*: dos grandes aglomerados (para isolamentos), dos pequenos aglomerados (rolhas e discos) e dos aglomerados especiais»²³. No ano de 1926 a produção média anual de cortiça alcançava as cento e vinte e três toneladas, enquanto a exportação de todos os tipos de cortiça, em aparas e serradura, em bruto, pranchas, virgem e em obra-quadros, rolhas e aglomerados, atingia as sessenta mil toneladas²⁴.

Até à década de 1930 a atividade corticeira em Portugal atingia um peso cada vez mais relevante na economia nacional, envolvendo um grau apreciável de mecanização e um conjunto de unidades fabris de largas centenas. O grande desenvolvimento da indústria corticeira acontece após o fim da Primeira Guerra Mundial, o que corresponde à crescente procura mundial de cortiça, devido sobretudo à expansão da indústria de linóleos, que se desenvolve primordialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

A classe dos corticeiros, muito dependente dos mercados externos para o escoamento da sua produção, manifestou-se sempre contrário às condições económicas que condicionavam o desenvolvimento da indústria corticeira nos três congressos que efetuou, nomeadamente nos anos de 1912, 1920 e em 1924. João Freire aponta diversas medidas propostas e endereçadas pelos corticeiros às autoridades públicas:

«(...) a realização da *entente* aduaneira entre os países produtores de cortiça, no sentido de eles manipularem toda a cortiça possível para o consumo mundial, e respeitando tanto quanto possível os direitos do trabalho nacional; e a importação livre de direitos alfandegários de toda a espécie de maquinaria que seja para aplicar à transformação da cortiça e seus derivados. Outras medidas foram avançadas, relativas à isenção de contribuição industrial, ao arranque

²³ Vide Hernâni de Barros Bernardo, «A Linguagem Corticeira: achegas para um Glossário Técnico, in *Boletim da Junta Nacional da Cortiça, Lisboa*, n.º 43, maio de 1942, p. 55.

²⁴ Armando de Castro, «Cortiça», *op. cit.*, p. 204.

da cortiça, à proibição do uso de rolhas de porcelana ou borracha, à redução das tarifas do transporte ferroviário, etc.»²⁵.

Refira-se que a indústria corticeira, particularmente no setor rolheiro, sofreu uma séria crise no início do século XX devido à descoberta e ao progressivo emprego dos “discos”, como sucedâneo das rolhas, provocando uma descida acentuada dos preços. A partir de 1905 e 1906 verifica-se uma certa reanimação do mercado da cortiça, face ao aparecimento de novas utilizações e diversas aplicações deste produto, continuando, no entanto, a indústria rolheira estagnada. A crise da indústria rolheira irá provocar uma forte agitação entre os operários corticeiros que viram agravar-se as suas condições de vida e o aumento do desemprego, no período que antecedeu a proclamação da República. Tal situação levou mesmo Barjona de Freitas, ministro das Obras Públicas, a proceder à elaboração de um inquérito sobre as condições socioeconómicas dos trabalhadores corticeiros recorrendo às suas associações de classe. O operariado corticeiro de Lisboa, Setúbal, Barreiro e Almada pronunciaram-se fortemente contra o sistema de exportação da cortiça, o que permitia a exportação da cortiça em bruto e em prancha, promovendo uma subida de preços da matéria-prima que desencorajava a industrialização. Propunham ainda que fosse proibida a exportação da cortiça em bruto e em prancha tal como acontecia na Catalunha²⁶.

Também protestaram a Associação Industrial e Comercial de Portalegre e as Associações de Classe da Indústria Corticeira de Silves e dos Operários Corticeiros de Évora, propondo a proibição da exportação de toda a cortiça que não se encontrasse devidamente preparada, ou seja, faceada e classificada. Esta agitação operária, fomentada pelos fabricantes, deu origem a uma greve entre os corticeiros em setembro de 1910, levando o Ministro Anselmo de Andrade a suspender toda a exportação da cortiça em bruto, até que as Cortes se debruçassem sobre a matéria. Com a proclamação da República, José Relvas, Ministro das Finanças, além de confirmar as disposições anteriores, esclareceu «que se deveria entender como ‘cortiça em bruto’ toda a cortiça que não fosse cozida, raspada, recortada e devidamente enfeixada»²⁷. Todas estas

²⁵ Cf. João Freire, *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1988, pp. 330 e 331.

²⁶ Sacuntala de Miranda, *op. cit.*, p. 83.

²⁷ *Ibidem*, p. 84.

medidas irão proporcionar milhares de empregos ao operariado corticeiro nas fábricas em prancha.

Nos primeiros anos da República multiplicam-se as greves e as reclamações no setor corticeiro, onde se exige que a proibição de exportação da cortiça em bruto se estenda à prancha, posição que é fortemente contestada pelos proprietários dos montados que iriam ver a cortiça em bruto baixar de preço. Argumentavam os proprietários que se fosse proibida a exportação da cortiça em prancha, os compradores estrangeiros iriam buscá-la ao norte de África, nomeadamente à Argélia e Tunísia. Tudo isto, a par da voracidade dos grandes centros da indústria internacional que impediam a industrialização da cortiça no país, e os pesados direitos alfandegários aplicados pelos governos estrangeiros sobre os artefactos de cortiça, procurando diminuir a concorrência, vai ser objeto de uma proposta de uma *entente* luso-hispano-argelina. Proposta apresentada pelos delegados portugueses no Congresso de Geografia Colonial e Mercantil, em Barcelona, no ano de 1913, «no sentido da proibição da exportação de cortiça em prancha para os países que dificultassem, por direitos pautais, as entradas das manufacturas derivadas da cortiça»²⁸.

A proposta referida nunca foi aceite e a deflagração da Grande Guerra colocou problemas ainda maiores ao comércio e indústria da cortiça. Com efeito, ocorre uma contração ao nível das exportações relativamente aos mercados tradicionais, tendo mesmo Portugal perdido durante a guerra os seus dois melhores compradores de prancha – a Alemanha, que absorvia 16 por cento da prancha portuguesa e a Rússia, cessando para este país todas as exportações diretas a partir de 1916, passando a fazer-se de forma reduzida através de Riga. Por seu turno, a Grã-Bretanha diminuiu as importações em mais de 40 por cento. Em contrapartida, esta forte restrição dos mercados tradicionais foi em parte compensada pelas importações cada vez mais crescentes dos Estados Unidos da América que, no após-guerra, vão emergir como um importante mercado consumidor da prancha e da cortiça virgem oriundas de Portugal²⁹. A partir deste período verifica-se igualmente, como se viu, uma forte expansão da indústria corticeira nacional.

A cortiça passou a ocupar o segundo lugar, em valor, tanto no total das exportações nacionais como nas exportações para a Grã-Bretanha, a seguir ao vinho, mantendo essa

²⁸ *Ibidem*, pp. 85 e 86. A proposta visava os seguintes objetivos: «1) nacionalizar e desenvolver a indústria rolheira, gradual e lentamente, nos países produtores de cortiça, fabricando cada um a sua produção; 2) permitir que as rolhas pudessem transitar livremente entre os países da 'entente', sem encargos pautais; 3) estabelecer que os cônsules de cada país promovessem a colocação dos produtos manufacturados, para evitar a concorrência» (*ibidem*).

²⁹ *Ibidem*, p. 86.

posição até à Segunda Guerra Mundial, apenas ultrapassada pelas conservas de peixe nos três últimos anos da Guerra de 1914-18, em 1931 e em 1939. Embora o peso das exportações não fosse tão notável como o do vinho, a cortiça impunha-se como uma exportação tradicional básica, cujo valor rondava à volta dos 15 por cento do total, chegando mesmo a atingir os 20 por cento entre os anos de 1918 e 1930³⁰.

Antes da Grande Depressão eclodir Portugal era considerado o maior produtor de cortiça de todo o mundo, participando com um milhão de quintais numa produção total de 2 235 000 de quintais métricos. Logo a seguir vinha a Espanha com 650 000 quintais. No entanto, enquanto o nosso país apenas manufacturava 30% da cortiça produzida, a Espanha industrializava 80% das suas cortiças³¹.

A crise de 1929 vai afetar, como seria previsível, a indústria e a exportação corticeira no nosso país. Já em 1928 os fabricantes começam a encontrar dificuldades na colocação dos seus produtos³² e com a crise económica a situação agrava-se e a procura baixa ainda mais a favor da cortiça espanhola, devido à quebra da peseta. Os preços apresentam uma descida abrupta de 57,4 por cento entre 1929 e 1933. Contudo, a indústria corticeira em Portugal não foi tão gravemente atingida como noutros países, pelo facto do governo português ter deixado o escudo seguir a libra ao verificar-se a suspensão do escalão ouro na Inglaterra. Ao concorrer com preços mais baixos, a procura mundial de cortiça tinha a tendência de se concentrar em Portugal, não se verificando uma grave quebra de consumo deste produto. Não quer dizer que a situação no país não deixasse de ser grave, tanto mais que os ingleses se vão converter ao proteccionismo em 1932 com o *Importation Act*, que se segue à imposição de sucessivas barreiras alfandegárias por todo o mundo, como nos E. U. A., França, Bélgica, Itália e Grécia, entre outros. Inclusivamente, a França encerra o seu mercado às rolhas portuguesas. Só nos finais de 1933 se notam alguns indícios de recuperação nos preços, face às esperanças de levantamento da proibição nos Estados

³⁰ Cf. Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 61.

³¹ «Declarações acerca da entrevista entre o Sr. Presidente do Ministério e o General Primo de Rivera», in *Cortiças de Portugal*, Lisboa, Ano II, n.º 13, de 30 de agosto de 1929, p. 1.

³² Antes da crise de 1929 ter lugar, já há muito que a indústria das cortiças se encontrava em crise em Portugal – é o que refere *Cortiças de Portugal*: «A indústria das cortiças, é de todas as indústrias existentes em Portugal, a que se encontra mais abandonada e esquecida, votada a uma decadência vergonhosa, e que nos últimos anos tem servido de juguete nas mãos de empresas *soit-disants* corticeiras (*ibidem*, n.º 21, de 30 de abril de 1930, p. 1). Com o *crash* de 1929 a indústria corticeira mergulhou numa «aguda crise», com «o seu cortejo de horrores, trazendo a fome e a miséria a muitos lares operários e um profundo desequilíbrio na produção industrial corticeira» (v. Matheus Ruivo, «A crise da indústria corticeira», in *Vida Corticeira*, Azaruja, Ano I, n.º 1, de julho de 1930, p. 1).

Unidos. Mas foi só a partir de 1936, com a eclosão da Guerra Civil de Espanha, que se desencadeia o *boom* no comércio da cortiça³³.

Finalmente, não podemos esquecer a política de condicionamento industrial estabelecida pelo governo da Ditadura Militar em 1931, o que, de uma maneira ou de outra, dificultava a indústria corticeira. O regime de condicionamento das indústrias criado pelos decretos 19 354 e 19 409, respetivamente de 3 de janeiro e 4 de março de 1931, foi promulgado com a preocupação - segundo J. A. Ferreira da Costa, «de evitar os inconvenientes da superprodução e, conseqüentemente, os da concorrência desenfreada que, comprometendo capitais, sujeitam o operariado a períodos de dificuldades e amarguras, ao mesmo tempo que provocam o regresso, senão o desaparecimento, de alguns ramos de atividade industrial». O condicionamento industrial visava também «impedir a desnacionalização das indústrias e evitar as conseqüências da má distribuição geográfica, os insucessos por falta de bases técnicas e a falta de garantias financeiras»³⁴. Esta era a justificação, na ótica dos defensores do “Estado Novo”, para a implementação das políticas de condicionamento industrial.

A legislação sobre o condicionamento industrial fazia depender de autorização discricionária do governo a instalação de novos estabelecimentos industriais, os aumentos de capacidade dos estabelecimentos existentes, a reabertura de unidades fabris que tivessem sido encerrados por um período superior a dois anos e a licença de exploração a favor de estrangeiros. Inicialmente, o “Estado Novo” procurou reorganizar as indústrias de moagem, de conservas de peixe e de resinosos. Mas foi com o Decreto-Lei n.º 19 354, citado, que o sistema de condicionamento se generalizou a um conjunto de 11 setores, abrangendo as cortiças, lanifícios, têxteis de algodão, chocolate e cacau, vidros, papel, fundição de ferro e aço, alpercatas e sola de borracha, serração de madeiras, pelaria e curtumes e fermentos e leveduras³⁵.

O decreto referido, afirmando-se transitório e com a justificação para fazer frente às conseqüências da grave crise mundial que atingia a economia do país, vai ser

³³ Cf. Sacuntala de Miranda, *op. cit.*, pp. 90 e 92.

A queda da libra em 1931 arrastando o escudo diminuiu a proteção pautal. Procurando evitar malefícios ainda maiores, o governo português decretou uma sobretaxa de 20% para grande parte das mercadorias, calculada sobre a importância dos direitos (cf. J. A. Ferreira da Costa, *A Indústria Nacional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1933, p. 37).

³⁴ *Apud* J. A. Ferreira da Costa, *Condicionamento Industrial*, Lisboa, Edição do autor, 1937, p. 3.

³⁵ V. J. Silva Lopes, «Condicionamento industrial», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 394.

complementado com novos decretos, alargando o sistema de condicionamento industrial e com características de permanência. Ainda no ano de 1931, as medidas decretadas foram alargadas a todos os setores da indústria transformadora através do Decreto-Lei n.º 20 251, de 17 de novembro. Apenas se encontravam excluídas as empresas industriais que não empregassem mais de 5 operários e que não utilizassem força motriz e ainda as indústrias caseiras. A partir de 1932, pelo Decreto-Lei n.º 21 515, de 16 de julho, aquela exceção acabou por ser restringida, permanecendo isentas apenas as indústrias caseiras³⁶. O regime de condicionamento industrial vai manter-se ao longo do regime do “Estado Novo”, não obstante se ter verificado algumas reformulações e adaptações de textos legais anteriores³⁷. A indústria corticeira, à semelhança de todas as outras atividades industriais, acabou por ser afetada pelo regime de condicionamento industrial, incluindo e de forma agravada no período da grande crise da década de 30 do século XX. Esta política, adotada pelos governos da Ditadura Militar e prosseguida ainda com maior intensidade pelo salazarismo, constituiu um dos mais importantes instrumentos da política industrial e do intervencionismo económico do Estado.

2.2. A cidade corticeira de Silves

O aproveitamento da cortiça produzida pelos sobreiros da serra algarvia remonta à época dos romanos que aproveitavam este produto como vedante dos recipientes que utilizava – ânforas, barris e frascos de vidro. A exportação do *garum* e do vinho desta parte do Império obrigava os comerciantes romanos a utilizar rolhas, rolhões ou

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Temos assim a promulgação da Lei 1956, de 17 de março de 1937 e respetivo regulamento, sob a forma de Decreto com o n.º 27 994, de 26 de agosto do mesmo ano, que procurou encaminhar o condicionamento industrial segundo a nova organização corporativa do “Estado Novo”; em 1947 e 1950, com o Dec. n.º 36 443, de 30 de julho de 1947 e o Dec.-Lei n.º 38 143, de 30 de dezembro de 1950, foram excluídas do condicionamento algumas atividades como as padarias, as moagens de cereais e os lagares de azeite; a Lei n.º 2 052, de 11 de março de 1952, introduziu aperfeiçoamentos nos processos de apreciação dos pedidos para instalação de novas unidades industriais. Nos anos 60 o condicionamento continuava a manter toda a sua força e abrangia a quase totalidade das indústrias transformadoras. Para a sua justificação já não se invocavam os fatores conjunturais de crise, mas sim a necessidade de combater o exagero ou a falta de concorrência, de evitar excessos de capacidade produtiva, de conseguir uma melhor distribuição geográfica da produção e de promover a reorganização de setores industriais, entre outros aspetos. Foi só no ano de 1970, pelo Decreto-Lei n.º 393/70, de 19 de agosto, que se avançou no sentido da liberalização sendo retiradas do regime de condicionamento um número elevado de atividades industriais. A liberalização total só foi decretada com o 25 de abril através do Decreto-Lei n.º 533/74, de 10 de outubro (*ibidem*, pp. 394-396).

tapadeiras, para isolar aqueles produtos do contacto com o ar. Também as artes de pesca usadas na região, teriam muito provavelmente, utilizado a cortiça como material flutuante³⁸. Desde a antiguidade mais remota que se verifica o desenvolvimento do sobreiro e a produção de cortiça nas Serras de Monchique e do Caldeirão. A referência mais antiga sobre a existência de cortiça na zona silvense encontra-se no Foral de Silves, de 1504³⁹.

Mais tarde e ainda numa época em que as comunicações constituíam um grave problema para o desenvolvimento mercantil, a localidade de Silves parecia dotada de especiais facilidades. «Longos e chiantes carros de bois traziam a cortiça produzida em abundância nos montados vizinhos de Aljezur, Sabóia, Odemira e Sines. Da serra próxima transportavam-na, a dorso, os animais de carga. E o Arade permitia um fácil escoamento da cortiça manufacturada, através do embarcadouro de Portimão»⁴⁰.

Durante o século XIX o rio Arade afirma-se, assim, como uma via alternativa a uma inexistente rede viária para o escoamento da cortiça de Silves, ligando esta cidade ao porto exportador de Portimão. Aqui foram construídas diversas obras de infraestruturação, criando um cais de acostagem. Entre os locais de produção e o ponto de exportação localizaram-se e desenvolveram-se várias unidades manufatureiras de preparação e transformação corticeira. De acordo com Garcia Domingues, a indústria da cortiça desenvolveu-se nesta área na primeira metade do século XIX, depois da vitória liberal de 1834, por uma espanhola com o nome de Maria dos Santos Garcia Blanco que «obteve a cooperação de operários especializados, técnicos e industriais da Catalunha»⁴¹.

De acordo com outra documentação conhecida, a primeira unidade industrial corticeira a estabelecer-se em Silves teria acontecido no ano de 1862 – a firma de João Mascarenhas Netto, com 120 operários⁴². Nos finais do século de oitocentos assiste-se à fundação de novas unidades fabris, como a fábrica Salvador Gomes Villarinho e a de Gregório Mascarenhas, que se associou posteriormente à inglesa/catalã Avern, Sons &

³⁸ Cf. Manuel Castelo Ramos, «Da Produção de Cortiça à Indústria – em Silves», *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês...*, cit., p. 49.

³⁹ Vide Manuela Santos Silva (org.), *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1993, p. 186.

⁴⁰ S. Alves, «Indústria corticeira», in *Folha do Domingo*, Faro, Ano XXXI, nº 2 101, de 7 de agosto de 1955, p. 2.

⁴¹ J. D. Garcia Domingues, *Silves. Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, Faro, RTA, 1989, p. 54. Maria dos Santos Garcia Blanco e a sua família tinham fugido, em 1808, de Castellejos, província de Huelva, obtendo da Rainha D. Maria II carta de cidadania portuguesa.

⁴² A fábrica de João Mascarenhas Netto vem mencionada no *Catalogue Spécial de la Section Portugaise a L'Exposition Universelle de Paris en 1878*, Paris, Imprimerie Typographique de A. Pougin, 1878, p. 68.

Barris, possuindo em 1889 um total de 261 operários. Ainda em Silves laborava a Villarinho & Sobrinho (sucessora da Salvador Gomes Villarinho), a maior de todas, com cerca de 500 operários, a Duarte de Almeida & C.^a, com 90 operários, a António Henriques, 15 operários, a Manuel António Martins, 10 operários, a A. José Monteiro, 8 operários, além de outras cinco enquadradas na pequena indústria, perfazendo ao todo 30 operários. Silves detinha assim, nesta altura, 11 unidades industriais corticeiras com um total de 1 004 operários (Lisboa, em segundo lugar, empregava 425 operários e Almada em terceiro, 241), dos quais apenas 246 sabiam ler e escrever, numa população de cinco a seis mil habitantes. Silves era considerada a capital corticeira do país, com 10% das unidades industriais e cerca de 40% de todo o operariado corticeiro⁴³.

Nos finais do século XIX e inícios do século XX, Silves, tal como em todas as localidades corticeiras, assiste a períodos de intensa agitação social entre os seus trabalhadores, devido à redução do trabalho pela introdução de nova maquinaria, pelas dificuldades de exportação criadas pelas tarifas alfandegárias e, principalmente, pela redução de mão-de-obra que a exportação da cortiça em bruto ou em prancha significava. Verificam-se diversas greves pelo Algarve e pelo país nos anos de 1902 e em 1909-1912, inclusivamente já depois da implantação da I República. Aos baixos salários auferidos pela classe operária juntavam-se as intensas jornadas de trabalho entre as 10 e as 12 horas diárias. Perante o desemprego e as graves dificuldades de subsistência sentidas entre as famílias corticeiras e outras, vão surgir as associações de socorro mútuas e de solidariedade operária e as cooperativas de consumo, como a Caixa de Socorros 1º de Março, em 1907, a Cooperativa de Produção Social Silvense, em 1911, ou a Cooperativa “A Compensadora”, em 1921⁴⁴. Já a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Silves teria sido fundada, de acordo com José dos Reis Sequeira, no ano de 1886, possuindo na década de vinte cerca de 800 associados⁴⁵.

Durante os anos da I Guerra Mundial acentua-se o desemprego e a fome na cidade e arredores de Silves, devido às dificuldades de exportação da indústria corticeira que se debatia com a carência de transportes marítimos, e às elevadas taxas ferroviárias praticadas. Toda esta situação irá conduzir em 1917 à constituição de uma Comissão para

⁴³ Manuel Castelo Ramos, «Da Produção de Cortiça à Indústria – em Silves», *op. cit.*, p. 50.

⁴⁴ Idem, «Silves do último quartel do séc. XIX aos finais do séc. XX – síntese», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês...*, cit., p. 25.

⁴⁵ Cf. José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro) 1914/1938*, Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1978, p. 30.

se encontrar com o Governador Civil de Faro, proposta pela Associação de Classe da Indústria Corticeira e formada por industriais, operários e representantes do Concelho⁴⁶. No ano de 1917 existiam no concelho de Silves 13 fábricas de cortiça, num total de 20, empregando 503 pessoas, o que representava 75,9% do total de empregados na indústria, a esmagadora maioria operários⁴⁷.

Nos princípios da década de 20 o desespero operário conduziu à revolta e às greves, enquanto os patrões da cortiça respondiam com o *lock-out*. Toda esta conflitualidade social levou a que Julião Quintinha, uma importante figura republicana de Silves, jornalista e escritor, retratasse no seu livro *Vizinhos do Mar* essas vivências, que o teriam marcado profundamente:

«O mês corria tumultuoso, triste, faminto: os operários tinham protestado contra a miséria do salário; estalara, violenta, vermelha, ruidosa, a greve! O patrão mantinha-se irredutível, em guarda dos seus interesses, e o governo – como suprema solução – mandara tropa, soldados, cavalaria que guardava vinhedos e figueirais, que guardava tudo... Era raro o dia em que não havia ‘cenas’ com a tropa, e depois, gente presa, gente ferida, muita gente sobressaltada.

Pato, chefe de família, com pouco mais de doze anos, era pelos grevistas, e teve de recorrer aos mandados para atenuar a miséria do seu negro lar. A velha continuava na cama, paralítica, a queixar-se de dores, e com fome! Pato nem sempre arranjava de comer – passavam os dias sem comer!... Não tinham lume, não tinham pão, não tinham com que se alumiar, não tinham nada...

E a greve não terminava, aumentava a miséria! Havia quase dois meses que durava aquilo. Certo dia houve grande conflito entre povo e tropa que foi apedrejada e disparou tiros: mais gente ferida, mais

⁴⁶ Esta Comissão «ficou composta pelos senhores industriais, Victor Sadler e Alberto Pereira Taveira, Administrador do concelho e operários Sebastião Botão e Joaquim António Silva, ficando assente que se pedirá ao governo redução de tarifas no Caminho de Ferro em fretes de cortiça e facilidades para a importação na via marítima para o estrangeiro» (cf. «Indústria corticeira. Importante reunião em Silves», in *Voz do Sul*, Silves, Ano I, n.º 20, de 18 de fevereiro de 1917).

⁴⁷ «Estatística Industrial, Ano de 1917», *Boletim do Trabalho Industrial*, 116, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

gente presa. Pato, pequenino homem de treze anos, já se interessava pelo movimento e era todo coração pelos grevistas»⁴⁸.

Nos anos 20 a indústria corticeira assiste a uma grande transformação ao nível da organização do trabalho e métodos de produção, com a passagem à maquinofatura, instalando-se nas principais fábricas corticeiras um motor central com transmissão motriz através de veio e correias às máquinas rolheiras. Também é construída nesta década a Central Elétrica de Silves, o que irá permitir o abastecimento energético à indústria corticeira e a outras atividades. Nos finais dos anos 20 a exportação e a indústria corticeira encontravam-se em franco período de expansão quando tem lugar o *crash* bolsista. A crise, de repercussão mundial, irá afetar gravemente o setor.

No ano de 1930 o número de fábricas corticeiras em Silves já ascendia a 37, empregando 651 operários (54,8% de corticeiros), num total geral de 1 189 indivíduos⁴⁹. Apesar da percentagem de corticeiros ter diminuído, por força da diversificação industrial, estes constituíam nos inícios da década de 30, um forte núcleo proletário. A crise económica e social que se abateu sobre Silves e, de um modo geral, sobre todo o Algarve, provocando no concelho mais de 300 despedimentos, leva a que, em 1934, o número de empresas corticeiras tenha descido para 23, empregando um total de 880 operários⁵⁰. A crise do trabalho e a miséria eram tão avassaladoras entre os trabalhadores, que as próprias autoridades municipais solicitavam à Divisão Hidráulica do Guadiana, a realização de obras de limpeza no rio Arade, ribeiras e valas, empregando assim os homens desempregados⁵¹. Por outro lado, subsistia o receio de um despoletar da conflitualidade social.

No início da crise, em 1930, o distrito de Faro continuava a ser o mais industrializado a nível corticeiro, com 138 fábricas, descendo Silves de primeiro para quinto lugar e passando o concelho de Faro a ocupar a primeira posição nacional, com 45 unidades

⁴⁸ Julião Quintinha, *Vizinhos do Mar*, 2ª edição, Lisboa, Edição do Autor, 1923.

⁴⁹ João Madeira, «Silves e o movimento operário», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, cit., p. 469.

⁵⁰ Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de janeiro de 1934*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000, pp. 425-426. Como se verifica, nota-se alguma discrepância entre os dados apresentados por Fátima Patriarca e João Madeira. Caso se considere o número de 1 189 empregados como trabalhadores corticeiros, os dados já são mais aproximados.

⁵¹ Cf. Arquivo Municipal de Silves, Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Silves, in *Cx. de Minutas de Actas de 1932-34*, Minuta de Acta n.º 4, sessão ordinária de 21 de fevereiro de 1934. O ofício à Divisão Hidráulica conclui: «Solicitar ao Exmo. Governador Civil do distrito o seu valioso patrocínio para a execução destas obras que muito atenuarão a crise de trabalho que apoquento este Concelho».

fabris⁵². Com a 2ª Guerra Mundial verifica-se a decadência da indústria corticeira atingindo gravemente Silves. O conflito provocou a crise dos transportes marítimos, a que se juntou o assoreamento do rio Arade e a dificuldade em concorrer com a rede viária, e as dificuldades de exportação associadas à queda da libra inglesa. Na década de 40 as principais fábricas de cortiça foram à falência, arderam ou deslocaram-se para a Margem Sul do Tejo, como Barreiro, Seixal, Alhos Vedros, Cova da Piedade e Montijo, beneficiando da proximidade dos centros produtores de matéria-prima (Alentejo e Ribatejo) e exportadores dos produtos transformados (Lisboa)⁵³.

2.3. A cortiça noutras terras do Algarve

No Algarve merece destaque, além de Silves, o caso de S. Brás de Alportel no que se refere à indústria corticeira. Os são-brasenses reclamam mesmo o título de terem sido os pioneiros no comércio e transformação da cortiça no Algarve, afirmando textualmente que «foram os habitantes de S. Brás de Alportel quem iniciou, em Portugal, o comércio das cortiças e provocou o desenvolvimento da indústria correspondente»⁵⁴. Durante a segunda metade do século XIX, surgem por toda a freguesia de S. Brás de Alportel dezenas de fábrica e fabriquetas, muitas vezes de cariz familiar, raramente ultrapassando a meia dúzia de trabalhadores, onde pouco mais existia que uma caldeira para a cozedura da cortiça e uma prensa para o seu enfardamento. «É nestas circunstâncias que se atinge o período mais florescente da actividade corticeira em S. Brás de Alportel, que decorre sem grandes sobressaltos, até aos primeiros anos do século XX»⁵⁵. É o período áureo do enriquecimento vertiginoso, da corrida ao crédito, da especulação e dos lucros extraordinários dos comerciantes e industriais de S. Brás. Os industriais da cortiça são

⁵² Com a Depressão de 1929 a produção de cortiça também desceu drasticamente no Algarve, como por todo o país. Se em 1929 a produção corticeira na região se situou nas 3 871 toneladas, em 1930 desceu para 1 815, em 1931 para 1 564 e em 1932 subiu para 1 777 toneladas (cf. *Boletim de Agricultura*, III série, ano II, novembro-dezembro de 1933).

⁵³ Manuel Castelo Ramos, «Da Produção de Cortiça à Indústria – em Silves», *op. cit.*, pp. 52-53.

Em 1945 só duas fábricas corticeiras empregavam 950 trabalhadores. A partir deste ano várias empresas foram extintas ou transferidas para outros locais, como se disse. Das duas firmas referidas, a J. A. Duarte, empregando 520 operários, foi à falência em 1945, e a Aldemiro & Mira, com 450 trabalhadores, foi transferida para Alhos Vedros após um incêndio ocorrido em 1951 (cf. S. Alves, «Indústria corticeira», *op. cit.*, p. 2).

⁵⁴ Vide Estanco Louro, *O livro de Alportel*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, p. 95.

⁵⁵ Cf. Emanuel Andrade C. Sancho, «A indústria corticeira no Algarve: o caso de S. Brás de Alportel», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, cit., p. 425.

apontados como os grandes responsáveis pela inflação do crédito, que se torna insustentável para os agricultores, comerciantes e industriais de outras atividades. Estanco Louro sublinha que o grande incremento corticeiro na localidade ocorreu na primeira década do século XX, sendo necessário chamar operários especializados do barlavento algarvio⁵⁶.

Depois de 1910 advém um longo período de crise, não sendo alheio o decréscimo populacional. Os próprios industriais corticeiros acabaram por se deslocar para outras paragens mais atrativas, como Faro, Garvão, Grândola, Ourique, Aldeia Galega, Alhos Vedros, Lavrado, Barreiro, Lisboa, Abrantes, Ponte de Sôr, etc., levando consigo a família e, às vezes, um numeroso séquito de operários. As estradas algarvias eram consideradas as piores do país, havia falta de vagões para o transporte de carvão, lenha, farinhas e matéria-prima para as fábricas, e o prometido ramal de caminho-de-ferro Loulé – S. Brás nunca chegou a ser construído⁵⁷.

No ano de 1929, embora em acentuado declínio, a indústria corticeira era ainda considerada a atividade industrial de maior relevância no concelho de S. Brás, com 19 fábricas em laboração intermitente, o que provocava uma grande instabilidade entre os seus trabalhadores, sucedendo-se diversas vagas migratórias destes e suas famílias para a margem sul do Tejo. Um dos êxodos mais arrasadores teve lugar após a revolta operária do 18 de janeiro de 1934. Muitos corticeiros foram parar à prisão e diversas fábricas fecharam as portas por vários dias⁵⁸.

Nos finais de 1930, além do concelho de Faro com 45 unidades, S. Brás de Alportel com 42 e Silves com 37, outros concelhos do Algarve também comportavam algumas fábricas de cortiça – Portimão e Lagoa com 5 cada, e Aljezur e Monchique com 2 unidades industriais cada⁵⁹. A maior parte destas unidades eram pequenas fábricas, empregando poucos operários cada. As maiores concentravam-se quase todas em Silves e Faro⁶⁰.

⁵⁶ Estanco Louro, *op. cit.*, p. 130.

⁵⁷ Emanuel Andrade C. Sancho, *op. cit.*, p. 426.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 427.

⁵⁹ Cf. Hernâni de Barros Bernardo, *A Indústria Corticeira em Portugal (Algumas notas geográficas e económicas)*, Lisboa, 1946, pp. 43-44 e 52. O distrito de Faro, com 138 unidades industriais de cortiça, afirmava-se em primeiro lugar, bem distante dos outros distritos – Setúbal com 111, Évora com 79, Lisboa com 44, Aveiro com 24, Porto com 9, Beja com 8, Portalegre com 8 e Santarém com 7 fábricas.

⁶⁰ Os maiores fabricantes e exportadores de cortiça e seus derivados no Algarve, no ano de 1926, encontravam-se assim distribuídos: Silves – 11; Faro – 6; Portimão – 4; Lagoa – 2; Monchique – 2; Messines – 1 (*Boletim Corticeiro*, Lisboa, II série, ano I, n.º 16, de 15 de março de 1926, pp. 4 e 5).

3. As conservas de peixe

3.1. O seu nascimento e o volume das exportações

Desde a antiguidade que o peixe constitui um importante artigo de troca, sendo largamente exportado salgado ou em salmoura, enquanto não era conhecido o método de conservação de alimentos pelo calor, em recipiente hermeticamente fechado, o que veio a acontecer em França, no ano de 1808, pelo doceiro Nicolas Appert. Este método atravessou rapidamente o Canal da Mancha e em 1811 já era utilizado na fábrica inglesa de Bermondsey, «empregando pela primeira vez recipientes de folha estanhada, mais leves, mais resistentes, melhores condutores de calor do que os frascos de vidro utilizados por Appert, e possuindo a vantagem de poder ser fechados por soldadura»⁶¹. Esta indústria nasceu devido às necessidades das guerras napoleónicas e, curiosamente, foi a Grã-Bretanha o primeiro país a industrializar as conservas mercê de uma invenção francesa. Invenção francesa que, por ironia do destino, ajudará a derrotar as tropas de Napoleão Bonaparte. A seguir, esta indústria alastra aos Estados Unidos da América, fundando-se a primeira fábrica de conservas em Boston, no ano de 1819, e na Guerra de Secessão esta indústria irá ficar conhecida com o cognome de *war baby*. Em França, a primeira fábrica de conservas só vai surgir no ano de 1824, mas em 1879 este país contará já com um total de 160 fábricas, a maioria nas costas da Bretanha⁶².

Em Portugal, foi no Algarve que se iniciou a indústria de conservas de peixe, com a fundação de uma fábrica de conservas de atum, em Vila Real de Santo António, no ano de 1865. As conservas de sardinha apareceram pela primeira vez em Setúbal, em 1880, quando o industrial francês Delory fundou uma fábrica. No ano de 1881, surge uma outra fábrica de conservas de sardinha em Espinho e duas em Vila Real de St. António. Em 1884 são já 18 fábricas em Portugal, em 1886 o número sobe para 66, e em 1896 a indústria conserveira compreende 76 fábricas, dando trabalho a 5 000 operários⁶³.

⁶¹ V. Sacuntala de Miranda, *Portugal O Círculo Vicioso da Dependência...*, cit., pp. 97-98.

⁶² *Ibidem*, p. 98.

⁶³ *Ibidem*. A datação e a sequência cronológica das primeiras fábricas modernas de conservas têm revelado alguns problemas, tanto por insuficiência de fontes, como pelas contradições que apresentam. Há notícias que indicam a existência de conservas de sardinha em azeite de Setúbal na Exposição de Paris de 1855, originando uma menção honrosa ao expositor setubalense Feliciano da Rocha. Sobre esta temática vide: Nuno Simões, «Pescarias e conservas de peixe: notas sobre a evolução do seu comércio», Sep. da *Indústria Portuguesa*, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, 1936; António Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Lisboa, 1941; Edmundo Correia Lopes, «A indústria de conservas de peixe», in *Indústria Portuguesa*, n.º 224, outubro de 1946, pp. 717-720; Hernâni de Barros Bernardo, «A localização da indústria conserveira. Alguns problemas geográficos», in *Indústria*

Na primeira década do século XX as exportações de conservas de peixe pouco pesavam na economia nacional. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial crescem as exportações daquele produto, principalmente para fornecer as tropas britânicas, subindo 148% entre 1915 e 1918. Finda a guerra verifica-se uma redução acentuada para a Grã-Bretanha em cerca de 85%, mantendo-se em valores baixos até ao ano de 1930, verificando-se um grande incremento só a partir de 1939, com o rebentar a II Guerra Mundial⁶⁴. Não obstante o preço médio da conserva de sardinha tivesse baixado 78%, entre 1918 e 1933 e, a crise dos anos 30 provocasse o declínio de todas as exportações, curiosamente as de conservas de sardinha aumentaram devido a uma exportação generalizada para a Alemanha⁶⁵. Entre 1929 e 1931 as exportações conserveiras aumentaram 32,5%, embora os preços tivessem baixado 48,7% entre 1926 e 1933, o que lançou o pânico entre os industriais. A esta descida dos preços não é alheio os cortes drásticos nos salários dos trabalhadores e a barateza da sardinha, devido a uma grande escassez desta matéria-prima⁶⁶.

Como se viu, no ano de 1932 terminava o ciclo francês, relativamente às exportações de conservas do nosso país, começando o ciclo alemão e que se vai manter até 1938. Aliás, desde 1924 que a Alemanha tinha ultrapassado a Inglaterra, embora continuasse a anteceder a França. As exportações só não aumentaram mais para a Alemanha devido a

Portuguesa, n.º 224, outubro de 1946, pp. 701-707; Guilherme Faria, *Setúbal e a indústria de conservas*, Setúbal, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, 1950; *A Indústria de Conservas de Peixe (Aspectos da sua Problemática)*, dactilografado, I.P.C.P., Lisboa, 1965 e Hélio Paulino Pereira, *Conservas de Peixe, Indústria sem Futuro?*, Lisboa, 1969.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 96. As exportações de conservas (sardinha, atum e peixe não especificado) para o estrangeiro sofreram uma quebra muito acentuada nos anos a seguir à guerra e até 1927. As exportações em escudos foram os seguintes: 1923 – 203 198 653; 1924 – 217 048 262; 1925 – 145 548 919; 1926 – 120 517 593; 1927 – 118 032 360 (Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, 1.ª Repartição, *Anuário Estatístico de Portugal*, Ano de 1927, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, p. 288).

⁶⁵ As exportações de conservas para a Alemanha aumentaram entre 1929 e 1932, decaindo no ano seguinte. Nos anos de 1929 e 1930, as quantidades em quilogramas, exportadas para este país foram 8 812 160 e 8 125 677, respetivamente. Entre os outros principais países importadores, surgem em 1.º e 3.º lugar, nomeadamente, a França, passando de 10 234 367 para 11 008 292, e a Inglaterra que passou de 4 121 818 para 5 091 612 quilogramas. Para os outros países as exportações diminuíram, destacando-se a Bélgica (de 2 839 428 para 2 442 477 quilos), os E. U. A. (de 2 309 122 para 2 196 180 quilos), a Itália (de 1 845 373 para 1 810 482 quilos) e o Brasil (de 1 051 331 para 798 015 quilogramas) (*Ibidem*, Ano de 1930, 1931, pp. 268 e 269).

Em 1931 e 1932 a exportação conserveira nacional para os principais países, apresenta os seguintes valores, expressos em quilogramas: França com 16 379 251 e 11 447 363; Alemanha com 10 683 608 e 11 886 409; Reino Unido com 5 915 734 e 5 595 340; União Económica Belgo-Luxemburguesa com 3 085 640 e 2 962 197; E. U. A. com 3 726 756 e 7 062 906; e Itália com 1 805 845 e 1 007 599 quilogramas, respetivamente (*Ibidem*, Ano de 1932, 1933, p. 335). Já os valores exportados no ano de 1933 foram os seguintes: Alemanha 9 957 307, França 5 524 990, Reino Unido 3 503 088, União Económica Belgo-Luxemburguesa 2 909 409 e E. U. A. 2 853 182 quilogramas (*Ibidem*, Ano de 1933, 1935, p. 357).

⁶⁶ Sacuntala de Miranda, *op. cit.*, pp. 100-102.

um conjunto de problemas que surgiram precisamente em 1932, particularmente as grandes dificuldades sentidas por este país com a depressão, o que conduziu a ‘restrições indiretas de importação levadas a efeito pelo governo alemão, com a adoção do sistema de contingentes para a aquisição de cambiais e proibição de exportação de moeda’⁶⁷. Perante estes problemas, o Consórcio Português de Conservas de Sardinha (CPCS) e a Associação Comercial e Industrial de Matosinhos (ACIM), apelaram a Salazar, em 10 de novembro de 1932 e 27 de janeiro de 1933, respetivamente, para a resolução das grandes dificuldades levantadas para a aquisição de cambiais por parte da Alemanha⁶⁸.

O CPC pedia ao governo português que retaliasse na contingentação, em idêntica proporção, na aquisição das cambiais portuguesas destinadas ao pagamento de mercadorias alemãs. O mesmo solicitava a secção de conservas da ACIM, uma vez que existia ‘uma infinidade de saques que não foram pagos, ou que o seu contra valor foi depositado em marcos, os quais estavam retidos nos bancos alemães sem que os nossos banqueiros, nem nós, possamos dispor deles’. O pedido ia no sentido de Salazar interceder junto do governo de Hitler para que concedesse aos compradores de conservas portuguesas as divisas necessárias e que Portugal investisse num banco ‘com poderes necessários para realizar eficazmente a operação de regulador dos valores importados e exportados’. A partir de 1933 verificou-se um novo incremento das exportações de conservas de sardinha para a Alemanha. Em abril de 1935 celebrou-se entre a Alemanha nazi e o governo salazarista um acordo de compensação para o pagamento das divisas comerciais entre os dois países, acordo que se revelou muito desfavorável para as conservas nacionais, sendo considerado mesmo um perfeito desastre⁶⁹.

Para além dos importantes mercados consumidores de conservas portuguesas já referidos, como a França, Reino Unido, Alemanha, E. U. A., Itália e Bélgica, existiam outros cujo consumo era de considerar. Em 1929, cerca de 30 países importavam conservas de sardinha nacionais, onde se incluíam alguns do oriente asiático com consumos insignificantes, casos da China, que importou 629 kg, no valor de 2 285 escudos, e do Japão, com apenas 81 kg, no valor de 385 escudos. Em 1930, por

⁶⁷ Cf. “Relatório do cônsul de Portugal em Hamburgo”, n.º 50, novembro de 1933, citado por Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865-1945)*, Parte I, (Dissertação de Mestrado em História do Século XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 129.

⁶⁸ ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/NE – 2, Pasta 5, “Exportação de conservas de peixe para a Alemanha. Dificuldades na cobrança devido ao contingentamento alemão na aquisição de cambiais”, 1932.

⁶⁹ Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *op. cit.*, p. 131.

determinação da Convenção Internacional referente ao estabelecimento de estatísticas económicas, as conservas portuguesas alcançavam 64 mercados de consumo e, em 1935, o âmbito dos mercados alargou-se para 87, excluindo as então possessões portuguesas⁷⁰.

Relativamente à produção e exportação de conservas de peixe da região algarvia os dados apresentam-se escassos até aos anos 30 do século passado. Conhece-se com algum detalhe o peso económico da produção do Algarve nos anos de 1915 e 1916. Encontravam-se na vanguarda os centros de conservas de Portimão e de Olhão. Desde 1915 a 1934, a indústria de conservas conheceu um processo de deslocamento de sul para norte, visto que, «enquanto em 1915, 55% da quantidade de conservas de sardinha produzidas no País provinham do Algarve, em 1934, aquela província fabricou apenas 22,2% do total. Para este facto muito concorreu, certamente, o desaparecimento de peixe, das costas algarvias»⁷¹.

A I Guerra Mundial irá provocar uma rápida expansão da exportação de conservas a par do aumento dos seus preços. É no ano de 1923 que tem lugar o maior exportação de conservas de sardinha da região (e do país), com 53 599 toneladas, no valor de 190 211 contos, favorecida pela desvalorização do escudo, de 1915 a 1924⁷². O aumento das exportações foi motivado igualmente pelas medidas restritivas aplicadas à exportação de conservas, em alguns países produtores, como por exemplo a França⁷³, assim como às boas capturas de peixe efetuadas, nomeadamente no Algarve.

Não obstante as dificuldades mencionadas com as autoridades francesas, o início dos anos 20 apresentou-se bastante favorável às exportações das conservas portuguesas. São de destacar o acordo assinado entre Portugal e a Checoslováquia, em Dezembro de 1922, obrigando este país a importar vários produtos, designadamente um contingente anual de 3 000 toneladas de conservas de peixe em azeite ou em salmoura⁷⁴, e o acordo comercial rubricado com a Alemanha, em Abril de 1923, estipulando que o governo alemão não

⁷⁰ *Ibidem*, p. 134.

⁷¹ *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 2, vol. 1.º, dezembro de 1935, p. 254. De 1915 para 1916, o peso económico da produção de conservas do Algarve no conjunto do país apresentou uma quebra de 55% para 44%. Em 1915 o Algarve produziu 846 024 caixas de 100 latas (de ¼ club 30 mm), num total geral de 1 529 814 caixas, enquanto em 1916 o valor de produção regional passou para 882 641, num total de 1 985 545 caixas.

⁷² Cf. Oliveira Marques, *História da República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 507.

⁷³ Em 17 de Julho de 1923 foi denunciado o *modus vivendi* com a França, o que agravou as dificuldades de exportação de conservas para este país. Do ano de 1922 para 1923, a exportação de conservas para França sofreu uma quebra assinalável de 48% e 34%, respetivamente, em quantidade e em valor.

⁷⁴ V. «Documentos relativos a um acordo comercial entre os Governos Português e Tcheco-Slovaco», in *Diário do Governo*, n.º 261, de 16 de dezembro de 1922.

cobraria qualquer taxa aduaneira superior a 30 marcos por 100 kg, sobre sardinhas em azeite, de origem e proveniências portuguesas, em latas hermeticamente fechadas⁷⁵.

3.2. As fábricas e o operariado conserveiro algarvio

3.2.1. Vila Real de Santo António

Como já assinalamos a vila algarvia de Vila Real de Santo António foi o berço da indústria de conservas de atum em azeite, no ano de 1865⁷⁶. Nesta localidade as conservas de sardinha encontravam-se associadas às conservas do atum, o que permitia aumentar o período de atividade, fixar um maior número de operários especializados e gerar mais lucros para as entidades patronais. Em 1879 surge a fábrica “Santa Maria”, em 1880 a “S. Francisco”, em 1884 a S. Sebastião e, mais tarde, as fábricas “Esperança”, “Peninsular” e “Guadiana”. No ano de 1890 são contabilizadas 5 fábricas de conservas, nelas trabalhando um total de 338 operários. Em 1907 temos novas fábricas e o número de trabalhadores, incluindo soldados, mulheres e menores elevam-se a 1 007⁷⁷.

A fábrica “Santa Maria”, fundada por Parodi & Roldan e onde se produziam conservas de atum em escabeche, empregava uma força de trabalho constituída por 80 a 100 operários, 50 a 70 operárias e 8 menores. «A jornada de trabalho prolongava-se por catorze horas, dez durante o dia e quatro à noite. Os salários evidenciavam enormes disparidades: enquanto os homens podiam auferir 600 réis, as mulheres ficavam pelos 220 réis e os menores apenas 180 réis»⁷⁸. Este tipo de indústria encontrava-se dependente da mão-de-obra italiana e de Itália vinha igualmente o azeite, barris, estanho, chumbo e equipamento fabril. De Inglaterra e do norte da Europa chegava o carvão, a folha de Flandres, cobre, estanho, chumbo, tintas e vernizes de litografia e até caixas de madeira.

O número de fábricas em Vila Real continuou a aumentar durante o segundo decénio do século XX, contribuindo para tal o aumento das importações do mercado francês, a

⁷⁵ V. «Acordo Comercial provisório entre Portugal e a Alemanha», in *Diário do Governo*, n.º 95, de 9 de maio de 1923.

⁷⁶ Data do ano de 1853 a mais antiga fábrica de conservas, ainda em salmoura, a Ramirez & C.^a, Ltd, fundada naquela vila pombalina pelo andaluz Sebastian Ramirez, com a profissão de lavrador e que trouxe para a vila um mestre conserveiro catalão.

⁷⁷ Cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *op. cit.*, Vol. I, pp. 58-59.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 59.

abertura do mercado alemão por força do tratado de comércio assinado em 1910 e o acréscimo do consumo de conservas durante a Grande Guerra.

No início do século XX a vila pombalina afirmava-se como o maior centro conserveiro do Algarve onde trabalhavam 818 operários de ambos os sexos (400 homens e 419 mulheres). Os trabalhadores que auferiam os salários mais baixos, 240 réis, eram os que trabalhavam com a estiva, ou seja, os que colocavam o peixe nas latas. Seguiam-se os fogueiros, com 500 réis, os barrileiros, com 800 réis e os soldadores, com 900 réis, podendo os mais hábeis atingir os 2\$00. No entanto, os que se encontravam na parte mais baixa da escala eram os trabalhadores que consoante a idade, ganhavam 200, 230 e 450 réis, do sexo masculino, e 180 a 200 réis os do sexo feminino⁷⁹.

No mesmo período começam a surgir as primeiras associações de classe em Vila Real de Santo António que dão corpo ao emergente movimento operário e que vão conduzir a «greves parciais, com exigência de aumentos salariais, no momento em que as fábricas se encontram cheias de peixe e em que a resistência dos industriais era mais difícil», aproveitando estes «a mudança das circunstâncias para imporem então as suas condições»⁸⁰.

No ano de 1917 Vila Real contava com 8 fábricas de conservas de peixe e 1 349 operários, situando-se como o segundo centro conserveiro da região algarvia, no que respeitava ao número de trabalhadores e o terceiro quanto ao número de fábricas. Ainda detinha 6 fábricas de salmoura com 127 operários. No ano de 1934 Vila Real contava com 13 fábricas, cuja capacidade de produção atingia as 413 561 caixas, o que representava 7% da capacidade de produção do país⁸¹.

3.2.2. Olhão

Nesta localidade a origem dos capitais investidos na indústria de conservas de peixe pertenceu a italianos, espanhóis e portugueses. Em 1890 Olhão já possuía uma fábrica, nela trabalhando 130 operários e que aumentou para 371 no ano de 1903. Em 1901 contavam-se 8 fábricas que subiram para 12 em 1906, 7 de conservas de azeite e 5 de

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 63-65.

⁸⁰ *Estatística Industrial dos Distritos de Évora, Beja e Faro*, p. 320.

⁸¹ Cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *op. cit.*, pp. 66-67.

salmoura, empregando no total 526 trabalhadores, 41 dos quais eram menores, com uma produção de 1 425 toneladas⁸².

Progressivamente a vila de Olhão vai assistir a um notável crescimento industrial fruto do aumento das fábricas de conservas. Muitos trabalhadores das vizinhanças e de outras localidades sentiam-se atraídos para esta vila piscatória e industrial, esperançados em auferir salários mais elevados e conseguir melhores condições de vida. Em 1911 a população olhanense já contabilizava 10 890 habitantes⁸³. A seguir à I Guerra Mundial o movimento de urbanização acentuou-se, não obstante os salários serem baixíssimos e as condições de vida e de trabalho muito precárias. «As raparigas e mulheres que chegavam de Quarteira, de Moncarapacho, da Fuzeta, de São Brás de Alportel, dormiam e faziam a sua vida em barracões, enquanto não arranjavam qualquer casita onde se alojar»⁸⁴.

Durante a guerra, Olhão, tal como outras localidades, forneceu grandes quantidades de conservas de peixe às tropas portuguesas envolvidas nos teatros de operações da Flandres e de África, o mesmo sucedendo aos exércitos Aliados que combatiam as tropas dos Impérios Centrais. Em 1917 Olhão afirmava-se como o maior centro conserveiro da região algarvia, dispondo de 34 fábricas com 2 638 trabalhadores. Em 1921 foram registados mais 12 estabelecimentos industriais e em 1933 aquela vila detinha 47 fábricas de conservas, das quais 35 eram de conservas de peixe em azeite e 12 em salmoura, empregando um total de 3 300 operários de ambos os sexos, com um movimento de capital acima dos 60 mil contos⁸⁵. Em 1935 Olhão contabilizava 37 fábricas de conservas de sardinha, possuindo a maior capacidade de produção do Algarve com 889 254 caixas, o que equivalia a 15,1% da capacidade total do país⁸⁶.

Desde cedo os conflitos sociais rebentaram na indústria de conservas olhanense, obrigando os industriais a unirem-se para melhor resistir às reivindicações das associações de classe dos trabalhadores⁸⁷. Em 1901 foi fundada a Associação de Classe dos operários das fábricas de conservas, sendo seu primeiro presidente o soldador Francisco de Sousa Pité e, em 1903, foi fundada uma associação congénere feminina,

⁸² Cf. Adolfo Loureiro, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 306.

⁸³ V. Antero Nobre, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, Monografia Local, 1984, p. 132.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 42.

⁸⁵ V. «Notas sobre o valor económico de Olhão», in *Correio Olhanense*, Olhão, n.º 407, de 16 de julho de 1933, p. 1.

⁸⁶ Cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, op. cit., Vol. I, p. 91.

⁸⁷ Cf. *Estatística Industrial dos Distritos de Évora, Beja e Faro*, p. 260.

passando a ser a sua presidente a operária Adelina Rosa. Em 1910, ano da implantação da I República, surgiu a Associação de Soldadores de Olhão passando mais tarde a Sindicato dos Soldadores até 1928, data em que foi dissolvido pela Ditadura Militar⁸⁸.

3.2.3. Portimão

Foi nos anos de 1891 e 1892 que teve início a implantação da indústria conserveira em Vila Nova de Portimão com o aparecimento de duas fábricas – a “Liberdade” e a “S. José”, esta propriedade do grande armador e industrial Júdice Fialho⁸⁹. Considerado um dos maiores «capitães da indústria» em Portugal e «o maior na esfera conserveira»⁹⁰, Júdice Fialho transformou profundamente o panorama industrial portimonense com a exploração de indústria de conservas de sardinha. Depois da «S. José» fundou a «Fábrica S. Francisco», em 1904, para o fabrico de conserva de atum⁹¹. No ano de 1901 o industrial

⁸⁸ Antero Nobre, *op. cit.*, p. 153.

⁸⁹ João António Júdice Fialho, nasceu em Portimão, a 17 de abril de 1859 e faleceu em Lisboa, a 16 de março de 1934. Filho de Francisco Abreu Fialho, comerciante de tabaco e outros produtos em Portimão, e de Maria Francisca Júdice, descendente da família Júdice, originária da Córsega e que remontava ao século XI, pertencendo-lhe os títulos de Marquês de Vaghera, Duque de Giovenenazzo e Príncipe de Cellamare. Inicialmente comerciante, Júdice Fialho abastecia a zona Barlavento do Algarve com a importação e transporte de petróleo, cabos, alcatrão, produtos alimentares e materiais para embarcações de pesca. Mais tarde inicia a atividade de industrial com uma fábrica de álcool em Faro, seguindo-se a instalação de fábricas de conservas em Portimão, Ferragudo, Lagos, Funchal, Olhão, Peniche, Sines e Matosinhos. Passou a ser o maior industrial das conservas de peixe. Júdice Fialho também desenvolveu uma frota transportadora e pesqueira e em 1899 introduziu em Portimão o primeiro cerco a vapor. A sua frota era constituída por vários cercos, rebocadores, navios de ferro, bacalhoeiros, canoas e lanchas a gasolina. Durante os primeiros anos da I República a vida económica da vila de Portimão dependia quase exclusivamente de Júdice Fialho. Também se tornou no maior proprietário agrícola do Algarve, detendo explorações nos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Lagoa, Albufeira e Portimão, adquirindo nesta localidade os Morgados de Arge, de Boina e do Reguengo. Também adquiriu o Morgado de Quarteira, com 1 600 hectares. A sua produção industrial, além das conservas, envolvia o colorau – introduziu no Algarve a cultura do pimenteiro – o azeite, o óleo de peixe, a marmelada, a polpa de pera, a calda de tomate, o sabão e os guanos. Em 1918 iniciou a carreira da América com um barco a vapor para lá exportando as suas conservas e trazendo as matérias-primas necessárias às fábricas e à pesca. Desempenhou o cargo diplomático de cônsul de Itália em Portimão (cf. Maria João Raminhos Duarte, *Portimão: Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 33-36). V. também Joaquim Manuel Vieira, «O Império Fialho», in Maria da Graça Marques, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias...*, cit., pp. 405-407; «Portimão a dentro», in *Alma Algarvia*, n.º 29, de 24 de setembro de 1911, p. 2, e Fausto Costa, *A Pesca do Atum nas armações da Costa Algarvia*, Editorial Bizâncio, Lisboa, 2000, pp. 66-67.

⁹⁰ Cf. Joaquim Manuel Vieira, «O Império Fialho», *op. cit.*, p. 405.

⁹¹ Ainda no ano de 1904 Júdice Fialho pôs em laboração uma outra fábrica – a «Fábrica de Ferragudo», na margem esquerda do rio (cf. MMP, *Arquivo Histórico*, «5ª Circunscrição Industrial», Processo nº 189: Fábrica de Ferragudo (Júdice Fialho), Alvará 11 289, e «Fábrica de conservas», in *Algarve e Alentejo*, n.º 654, de 3 de abril de 1904, p. 2).

António Feu Marchena⁹² também colocou em funcionamento uma outra fábrica de conservas, igualmente com o nome de «Fábrica de S. Francisco». No ano de 1892 tinha igualmente entrado em funcionamento, na outra margem do rio Arade, em Ferragudo, a «Fábrica Delory», propriedade da firma «Société An des Établissements F. Delory»⁹³, o que fazia aumentar a importância industrial conserveira da zona de Portimão.

Até ao deflagrar da I Guerra Mundial o parque industrial conserveiro portimonense era monopolizado pelas fábricas referidas, excetuando algumas pequenas fabriquetas ligadas à estiva, cujos processos de produção e conservação revestiam carácter artesanal e mais antigo. Refira-se ainda que Júdice Fialho tinha construído em 1904 uma importante “Litografia”, o que constituiu «o ‘ex-libris’ da vila⁹⁴, pela sua inovação técnica e como estabelecimento modelar da indústria conserveira», onde se desenhavam as marcas e as figuras das latas, litografava-se e ilustrava-se a folha e faziam-se todas as operações de fabrico de lata para receber o peixe das conservas.

Neste início do século XX Portimão dispunha de um total de 357 trabalhadores conserveiros – 165 homens e 192 mulheres. Os salários variavam de acordo com a categoria e a idade, auferindo os soldadores 800 réis (os mais hábeis podiam chegar aos 1\$50), os aprendizes de soldadores 300 réis (pagos pelos próprios soldadores e não pelo patrão), os ajudantes de soldador 100 réis, as operárias estivadoras 200 réis e outros trabalhadores entre 200 e 300 réis. A percentagem de analfabetismo entre os operários e operárias de Portimão atingiam os valores de 85,6%⁹⁵.

Além das fábricas de conservas de peixe mencionadas, o parque industrial desta vila do Barlavento era formado pelos estaleiros, fumeiros, lagares e fábricas de cortiça, azeite e farinhas. Em 1917 as fábricas conserveiras elevavam-se a 6, aumentando para cerca de

⁹² A sociedade «Feu Hermanos» foi fundada no ano de 1889, em Ayamonte. A família Feu, originária da Catalunha, possuindo vastos interesses empresariais nas pescas e conservas, constituiu um império industrial na Andaluzia, particularmente em Huelva, Ayamonte e Isla Cristina. Nos anos seguintes a expansão industrial prosseguia, tendo sido constituída a firma «Sociedade Mercantil Regular Coletiva Feu Hermanos de Ayamonte». A partir daqui vão ser fundadas várias fábricas, três delas no nosso país, em Portimão, Olhão e Porto Brandão. António Feu Marchena e Caytano Feu Marchena, filhos de António Feu Casanova, vão ser os grandes impulsionadores do desenvolvimento da atividade industrial em Portugal, no âmbito das pescas e conservas (cf. Maria João Raminhos Duarte, *op. cit.*, nota 19, p. 23).

⁹³ V. *Anuário Comercial de Portugal*, Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, 1894, p. 1254; Guilherme Faria, *Setúbal e a indústria de conservas*, Setúbal, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, 1950, pp. 18-19, e Maria João Raminhos Duarte, *op. cit.*, p. 23).

⁹⁴ Maria João Raminhos Duarte, *op. cit.*, p. 24. Em 1911 a “Litografia” possuía cinco máquinas de impressão litográfica, três estufas e empregava cerca de 40 trabalhadores. Imprimia, manualmente, cerca de 10 000 folhas de Flandres.

⁹⁵ Cf. *Estatística Industrial dos Distritos de Évora, Beja e Faro*, pp. 277-283.

25 no ano de 1921 e que se irão manter até 1927⁹⁶. Os anos de 1923-25 foram de grave crise no setor, motivada pela sobrevalorização do escudo e agravamento da carga tributária, o que vai conduzir à reorganização da Associação Comercial e Industrial de Portimão. Com receio de medidas radicais por parte dos governos republicanos, os industriais aderem em massa à Associação e as condições de vida do proletariado pioram significativamente.

Devido à grave crise que afetava o setor, em 1934 o número de fábricas de conservas de peixe em Portimão desce para 21 unidades, representando uma capacidade de produção de 10,1% do total de todos os centros⁹⁷.

3.2.4. Lagos

Até à I Grande Guerra Lagos afirmava-se como o maior centro conserveiro do Algarve, suplantado posteriormente por Olhão. Foi em 1880 que se instalou naquela cidade a indústria conserveira por ação de empresários franceses da Bretanha que pretendiam escapar à crise da pesca da sardinha na região. Em 1890 a família Novack criou a primeira “estiva” de sardinha e as fábricas já somavam 4 unidades, subindo em 1904 para 8 fábricas de azeite e 3 de estivas. Em 1908 Lagos dispunha de 10 fábricas de conservas, com uma produção que variava entre 2 000 000 e 2 500 000 kg de peixe em latas, cujo valor atingia os 200 contos. Em 1911 o número de fábricas de conservas subia para 14 unidades, empregando 1 360 operários e operárias⁹⁸.

Se em 1916 o número de fábricas desceu para as 13 unidades, em 1930 o número ascendia para as 21, descendo novamente para as 13 em 1934, em consequência da crise que grassava no país. Não deixa de ser sintomático o facto do Grémio das indústrias de conservas de Setúbal assinalar, em 1935, o número de trabalhadores conserveiros do centro de Lagos em 758, apenas – 138 homens e 620 mulheres⁹⁹. Era o trabalho manual que predominava e a jornada de trabalho ia de sol a sol, geralmente com duas horas de

⁹⁶ Veja-se «Portimão Industrial e Comercial», in *O Portimonense*, n.º 3, de 10 de dezembro de 1921, p. 3, e *Anuário Comercial de Portugal*, cit., 1927, pp. 3172-3276.

⁹⁷ Cf. *Indústria Portuguesa*, n.º 39, maio de 1931, p. 48.

⁹⁸ V. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, Vol. I, *op. cit.* pp. 67-69.

⁹⁹ Cf. *O Conserveiro*, n.º 3, de 15 de novembro de 1935.

descanso no inverno e de três no verão, repartidas por dois intervalos. Como equipamento industrial salientavam-se as caldeiras a vapor, os secadores e as estufas¹⁰⁰.

A indústria conserveira era a única onde se praticava o trabalho noturno no concelho de Lagos. A organização do trabalho noturno para as mulheres obedecia a algumas regras: trabalhavam de noite sempre que houvesse peixe; se o trabalho terminasse às 22 horas não haveria descanso, caso contrário, iam cear das 22 às 23 horas, regressando ao trabalho até o terminar; se no dia seguinte ainda houvesse peixe, as mulheres voltariam para o trabalho; todo o trabalho seria pago às horas¹⁰¹.

O centro conserveiro de Lagos acabou por entrar em decadência e viu-se ultrapassado por outros centros algarvios, como Portimão e Olhão. A sua decadência deveu-se à falta de um porto com as necessárias infra-estruturas, há muito reclamado pelas forças vivas locais. Devido a estes condicionalismos, nomeadamente a falta de um porto de pesca para abrigo das suas embarcações, levava a que muitos cercos de fora que vinham pescar nas águas “lacobrigenses” levassem «de regresso a tão preciosa matéria-prima para as terras de origem, valorizando-as», conduzindo «ao aniquilamento da sua indústria conserveira»¹⁰².

De todas as fábricas de conservas existentes em Lagos, havia uma onde todos os soldadores que nela trabalhavam se encontravam associados numa cooperativa de produção direta, não aderindo assim às greves decretadas pelas outras fábricas. As oito fábricas de conservas em azeite produziam um total de 1 500 000 kg, com um valor aproximado de 300 contos, localizando-se os principais mercados consumidores nos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Rússia e Bélgica. Por sua vez, a salga de peixe também atingia valores consideráveis, com 112 000 kg de sardinha, fixando-se o seu valor pelos 36 contos, situando-se o seu destino na Itália, Grécia, Áustria e Hungria. O óleo de peixe era quase todo exportado para Hamburgo, enquanto o adubo era aproveitado para a agricultura nos campos do Algarve¹⁰³.

¹⁰⁰ *Estatística Industrial dos Distritos de Évora, Beja e Faro*, pp. 235 e 237.

¹⁰¹ Cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *op. cit.* p. 71.

¹⁰² *Ibidem*, p. 72.

¹⁰³ *V. Estatística Industrial dos Distritos de Évora, Beja e Faro*, pp. 237-238.

3.2.5. Outros Centros Conserveiros

Outras localidades algarvias onde se instalaram algumas fábricas de conservas de peixe foram Faro, Carvoeiro, Armação de Pera, Albufeira, Quarteira e Tavira. Os dados referentes a estas unidades fabris nos anos 20 e 30 do século passado são muito escassos e até inexistentes.

Faro, a capital do Algarve, contava em 1890 com duas fábricas, situação que se manterá até ao ano de 1917. No entanto, outras informações dão conta de apenas uma fábrica de conservas no ano de 1903, com 50 trabalhadores, 40 dos quais mulheres, ganhando um salário médio de 240 réis e 5 soldadores, com um salário muito superior, de 1 000 réis. A sua produção industrial atingia os 20 000 kg de conservas de azeite, o que totalizava um valor de 3,5 contos¹⁰⁴.

Carvoeiro, no concelho de Lagoa, possuía em 1931 apenas uma fábrica de conservas de peixe, cujo proprietário era José Salvador, com uma capacidade de produção de apenas 10 710 caixas¹⁰⁵.

Armação de Pera, no concelho de Silves, contava em 1903 com uma fábrica de pequenas dimensões de conservas de peixe em azeite. O seu grau de mecanização era muito reduzido, dispondo apenas de uma caldeira, de duas tesouras e balanceira, abatages, fieiras, tampons e estufas. Esta fábrica pertencia a todos os soldadores, constituindo uma espécie de cooperativa de produção direta, nela trabalhando 50 trabalhadores, 30 mulheres e 20 homens. Em 1917 continuava a laborar a mesma fábrica com o número de 91 trabalhadores. Em 1926 continuava a existir uma fábrica pertencente à Sociedade de Conservas Viegas Louro, com uma capacidade de produção de 28 023 caixas, evidenciando uma dimensão com alguma importância¹⁰⁶.

Por sua vez, Quarteira no concelho de Loulé, dispunha de 3 pequenas fábricas de conservas de peixe no ano de 1917 onde trabalhavam 268 trabalhadores, com uma média de 90 trabalhadores cada¹⁰⁷. Como não há notícias sobre estas fábricas nos anos seguintes, é provável que as mesmas se tenham consumido na voragem da crise dos anos 20.

Em 1908 Albufeira possuía apenas uma fábrica pertença da firma Ramirez & C^a, com sede em Vila Real de St^o António. Apesar de uma quebra de produção inicial nesta época,

¹⁰⁴ Cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *op. cit.*, pp. 91-92.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 93.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 94 e *Estatística Industrial dos Distritos de Évora, Beja e Faro*, pp. 293-299.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

esta fábrica foi das poucas que teve um significativo aumento de produção de conservas de peixe, bem diferente do que aconteceu com outras fábricas da região. Em 1917 Albufeira contava com duas fábricas, com um total de 231 trabalhadores, o que representava uma média de 115 operários cada uma¹⁰⁸.

Finalmente, Tavira em 1917, detinha duas fábricas, a Companhia de Conservas Balsense e a de João Baptista Caleça - onde laboravam 185 operários e operárias. Em 1922 surgiu uma nova fábrica, de J. J. Celorico Palma. Estas 3 unidade industriais produziam em 1933 a quantidade de 30 240, 14 610 e 18 800 caixas de conservas de peixe, respetivamente¹⁰⁹.

3. 3. Salazar e as suas notas sobre as conservas de peixe

Salazar, na qualidade de Ministro das Finanças do governo da Ditadura Militar, debruça-se sobre a indústria conserveira através das suas célebres «Notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe»¹¹⁰. Este estudo foi o resultado de uma visita que o “ditador das finanças” efetuou aos principais centros conserveiros do país, deslocando-se ao Algarve de 20 a 22 de novembro de 1931, a Vila Real de Stº António, Olhão e Portimão, acompanhado pelo engenheiro Sebastião Ramirez, presidente da secção de conservas da Associação Industrial Portuguesa (AIP).

Salazar sabia a importância que as conservas de peixe representavam para a economia nacional, atingindo em 1930 o valor de 18,3% para o total das exportações nacionais. Nestas notas, Salazar faz um levantamento do estado do setor nos seus aspetos de organização industrial, comercial, vida operária e assistência social. Reconhece que «as conservas são um dos maiores e por vezes o maior valor da nossa exportação» e que devido à crise este setor «ressentiu-se profundamente». Também a abundância de peixe teria arruinado a pesca provocando «a excessiva barateza da matéria-prima, o que, conjugado com a restrição dos mercados atingidos pela crise, «levaram os produtores de conserva a desenvolver lá fora uma concorrência que envileceu os preços e não tardará a

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 95.

¹⁰⁹ Cf. *Boletim dos Organismos Económicos*, vol. I, n.º 2, de dezembro de 1935.

¹¹⁰ ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC-2ª, Pasta 23, 2.ª sd, fls. 1 - 24, de 7 de dezembro de 1931. V. também Oliveira Salazar, «Sobre a indústria das conservas de peixe (Relatório de uma visita aos centros conserveiros)», in *Discursos e Notas Políticas (1943-1959)*, Vol. IV, pp. 515-554.

desacreditar a mercadoria». Para Salazar, a solução para ultrapassar a crise que a indústria conserveira vivia, passava pela sua cartelização, organização do comércio externo, «*monopolizando-o todo num centro exportador de conservas*», formado pelos industriais interessados na exportação. O conselho sugerido apontava para a «fórmula cooperativista», o que permitiria «uma remuneração fixa ao capital (...) e uma distribuição de lucros proporcional às vendas de cada um», e uma aposta na «garantia de qualidade»¹¹¹. O futuro ditador apostava, nitidamente, na formação de monopólios, como forma de resolver a grave crise que o país atravessava, o que, aliás, conduziu ao agravamento da própria crise social e económica.

Sobre a vida operária e a assistência social, Salazar analisa esta problemática do operariado e das suas condições de trabalho e de vida, de características muito específicas na indústria conserveira. Para si, o trabalho irregular do operário estava inquestionavelmente vinculado à própria flutuabilidade da indústria, dependente das quantidades de matéria-prima capturadas. Um número relativamente reduzido de operários encontrava trabalho permanente, o maior contingente somente quando se verificava abundância de peixe. Nalgumas terras, como por exemplo em Olhão, «há em certos meses do ano uma população flutuante de alguns milhares de pessoas que são ali atraídas de outros pontos pela certeza do trabalho». Nas fábricas predominava o elemento feminino e abundavam igualmente menores de ambos os sexos, aos quais eram confiados trabalhos, «em geral muito leves»¹¹².

Continuando com as suas «notas», Salazar sublinha que a remuneração do operário poderia ser à hora, mas também à tarefa, normalmente a de maior rendimento, mas aquele em que o trabalhador despendia maior esforço, ou seja, no qual maior era a taxa de exploração, dizemos nós. Desta forma, «o salário para os homens e mulheres é bom, diríamos mesmo que em muitos casos é alto, comparativamente com os salários pagos não só no campo mas na generalidade das nossas indústrias». Todavia, o carácter irregular do trabalho, conduzia a que, mesmo na época alta, o salário médio diminuísse, com consequências dramáticas no quotidiano familiar do operário, denotando muitos deles «bocados de luxo com laivos de miséria»¹¹³. Muitos trabalhadores conserveiros

¹¹¹ *Ibidem*, fls. 2 e 16-19.

¹¹² *Ibidem*, fls. 14-15.

¹¹³ *Ibidem*, fl. 15.

complementavam o seu trabalho fabril, designadamente em períodos de escassez de peixe ou no inverno, com os trabalhos nos campos.

No que respeita à assistência patronal, o Ministro das Finanças considerava-a «absolutamente rudimentar», tendo constatado na sua viagem a existência de apenas duas creches, uma em Vila Real de Stº António e outra em Peniche, dois centros que se podiam considerar secundários e, talvez, fosse isso que explicasse a existência de creches. Assim como, não se lhe deparava, com raríssimas exceções, «nem serviços higiénicos completos, nem cantinas, nem escolas, nem bairros operários, nem qualquer forma de assistência na fábrica ou fora dela». A solução para resolver o problema da habitação dos trabalhadores conserveiros passava pela construção de «bairros próprios»¹¹⁴.

As «notas» de Salazar não constituíam, nem um «trabalho definitivo», nem um «inquérito», nem sequer um «estudo de carácter económico», sendo uma coisa mais simples e superficial, «um misto de impressões colhidas nas visitas às fábricas dos maiores centros conserveiros do País, de factos, de observações, de juízos, de sugestões, de lembranças, procurando pôr em relevo certos aspetos dos problemas, sem pretensões a apresentar a solução de todos»¹¹⁵. Salazar salientava a grande dependência do setor - onde se incluía, naturalmente, a importante indústria conserveira do Algarve -, dos mercados externos, visto ser estes que em última instância determinavam o preço do produto, pelo que a concorrência persistiria. Para o secretário da Secção de Pesca e Conserva, da Associação Industrial, a manutenção ou o aumento da exportação de conservas assentava na seguinte conclusão: «não poderemos partir do consumo do peixe para a pesca, da pesca para a indústria de conservas e daqui para o comércio de exportação. O caminho inverso está naturalmente indicado»¹¹⁶.

Foram diversas e elogiosas as reações às «notas» de Salazar. Destacaremos apenas as de Sebastião Ramirez, grande industrial conserveiro de Vila Real de Stº António e então presidente da secção de conservas da AIP (em 1933 será Ministro da Indústria e Comércio do governo salazarista). Depois de elogiar o trabalho do Ministro das Finanças, considerando o problema das conservas e das pescas complexo, aborda a questão social dizendo que o que estava não podia continuar, «não só por tal não convir aos operários, como por não convir aos próprios industriais que não têm o direito de esquecer os seus

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Cf. Faustino Currito, secretário da Secção de Pesca e Conserva, da Associação Industrial, (entrevista), in *Diário de Notícias*, de 28 de junho de 1931, p. 1.

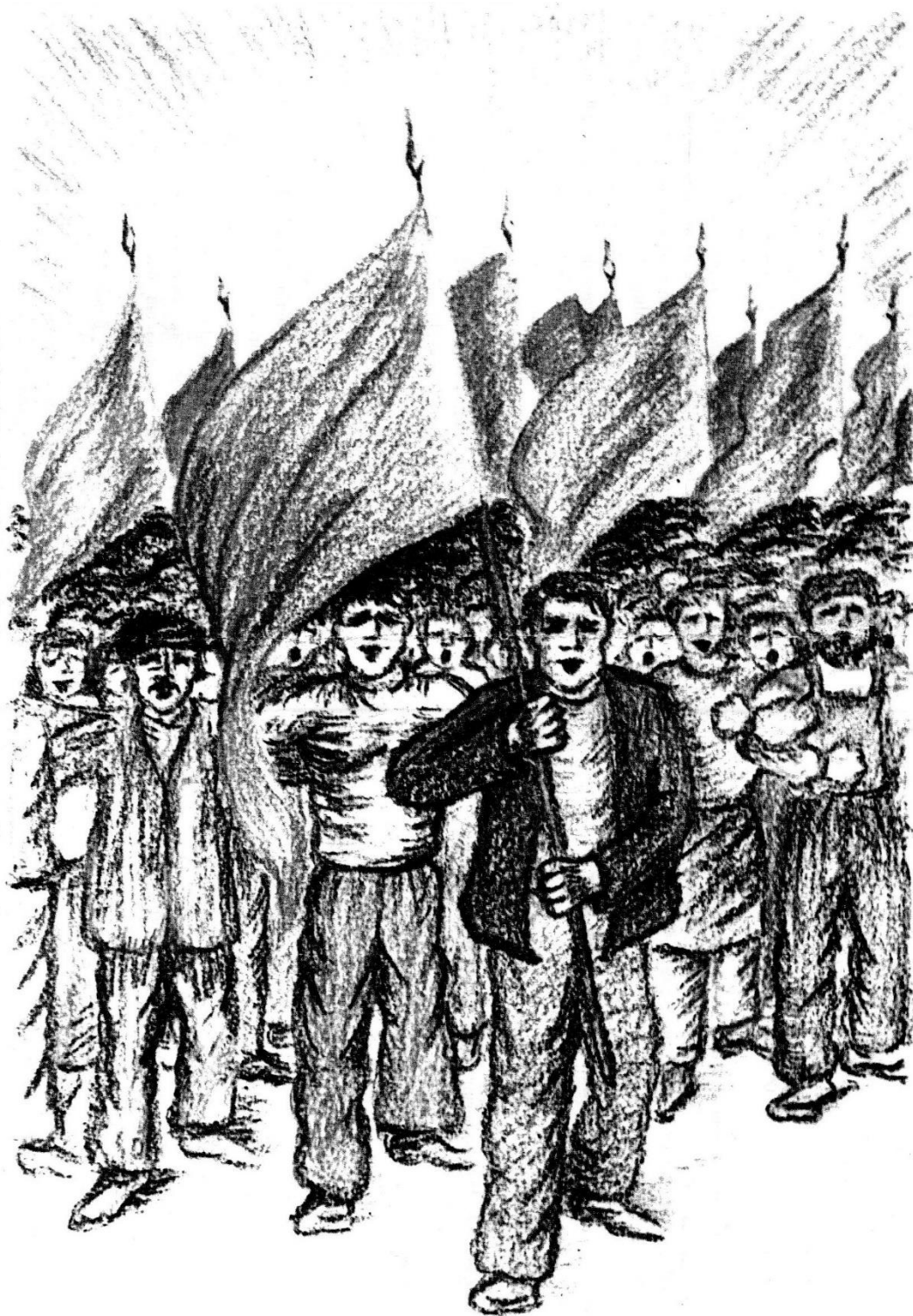
¹¹⁶ *Ibidem*, p. 520.

melhores colaboradores»¹¹⁷. O aspeto social, para Ramirez, era assim enquadrado numa ótica de sensibilidade altruísta e paternalista, a melhor forma de procurar obter o apoio dos próprios trabalhadores.

¹¹⁷ In *Diário da Manhã*, de 10 de dezembro de 1931.

Sobre a visita de Salazar ao Algarve em novembro de 1931 *vide* Aurélio Nunes Cabrita, «Salazar visitou pela primeira vez o Algarve há 81 anos», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/11/salazar-visitou-algarve-81-anos/>, de 21 de novembro de 2012.

TERCEIRA PARTE: DAS GRANDES CRISES À CONQUISTA DO CÉU



Cf. site <https://www.google.pt/search?q=a+revolta+do+18+de+janeiro+de+1934&sxsrf>

Capítulo IV - O Movimento Operário no Algarve e a Crise de 1923/26

«Os acessos à praça mantêm-se quase tão difíceis como nas horas de calor. As barricadas do 18 de março continuam de pé com metralhadoras e, na crista das pedras, o brilho das baionetas.

O Fraternité vem entronar o parque de artilharia constituído por peças de todos os calibres que os bairros empurraram até aqui para responderem às conspirações da reação. Artilheiros federados do XIII.º, do XV.º, das Batignolles e de Montmartre admiram a equipagem dos 'miúdos bellevillois'.

- Então, isso é que é o canhão Fraternité?

A história dos pequenos 'sous' fundidos correu todos os batalhões proletários. (...).

Os jornais passam de mão em mão com um ruído de asas. Há guardas que querem estar sozinhos num canto, outros titubeiam a meia voz, outros apenas formam as palavras com os lábios. Há os que leem para um grupo. Há os que já acabaram de ler e passam o jornal, e fazem comentários, porque o jornal mantém-se neles.

Um eleito desta noite que ostenta a faixa vermelha com franjas douradas, contempla a cena com uma emoção evidente: 'Sabes, nunca se viu uma coisa assim, em nenhum exército, e em altura nenhuma! Militares que leem os jornais, que se apaixonam abertamente, coletivamente, pelas notícias políticas, pelas grandes questões ideológicas. Soldados-cidadãos!

- É o exército revolucionário, Antoine!

- Os guardas não são soldados, são ideias vivas. (...).

Uma multidão imensa amontoa-se na praça, nos passeios, nas ruas, nas pontes, às janelas e até em cima dos telhados, agitando bandeiras, lenços. (...).

O busto da República tem um barrete frígio. A faixa vermelha tapa-lhe os seios.

Nas encruzilhadas erguem-se pequenas montanhas humanas: as barricadas cobertas pela multidão. (...).

Não houve convocatórias, nem cartazes, e, no entanto, o povo está ali. Vieram os guardas nacionais. Mais de cem mil, diz-se. O coração ressaltava quando soam os clarins e rufam os tambores dos novos batalhões que chegam pela rua de Rivoli, pela ponte d'Arcole ou pelo Temple».

Jean-Pierre Chabrol, *O Canhão Fraternidade*, 3.º Volume, Lisboa, Editorial Futura, Lisboa, 1975, pp. 121-125.

1. A crise de 1923/26 e a resposta do sindicalismo operário

Nos anos de 1923/26 ocorreu uma grave crise económico-financeira no país e que vai ter repercussões sociais dramáticas. Refira-se que a seguir à guerra, no período compreendido entre 1919 e 1924, o escudo perdeu mais de vinte vezes o seu valor em relação ao esterlino, as receitas do Estado diminuíram drasticamente, ao mesmo tempo que se contraíam ainda mais as despesas ordinárias, que chegaram a descer abaixo do nível atingido antes da guerra. Em setembro de 1919, quando já tinha cessado a assistência financeira inglesa ao Estado português instaurada durante o conflito, a dívida portuguesa já ultrapassava os 140 milhões de libras, incluindo-se nela os 23 milhões de libras que constituíam o montante da dívida de guerra à Inglaterra¹.

No início dos anos 20 vamos assistir a uma onda inflacionista galopante o que, conjugado com défices orçamentais crónicos² torna a situação insustentável para as classes populares e trabalhadoras, a braços com a carestia dos víveres, açambarcamentos, especulação e fomes. Um outro aspeto teve a ver com a fuga de capitais no período do pós-guerra, atingindo somas próximas dos 80 milhões de libras esterlinas, o que correspondia à soma do total das importações declaradas para os quatro anos 1921/1924. A fuga de capitais acentuava-se à medida que iam escasseando os câmbios disponíveis no mercado monetário e financeiro, sendo veiculada «através das manipulações do import-export, subavaliando-se as exportações e sobreavaliando-se os valores importados declarados, ficando no estrangeiro as diferenças respetivas, subtraídas ao controle alfandegário»³. Quem retirava o proveito máximo com a especulação era o setor agroexportador canalizando para o exterior os excedentes agrícolas e silvícolas à custa, não da intensificação sistemática e racional da produção, mas do agravamento da renda fundiária e do imposto. Quem sustentava esta política era o conjunto da pequena agricultura mercantil, pequeno-camponesa e de base essencialmente familiar.

¹ Cf. Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1978, p. 318.

² É curioso verificar que os períodos mais marcadamente inflacionistas coincidem praticamente com o afastamento temporário do Partido Democrático do poder. Por outro lado, os governos republicanos de 1924 e 1926 resolveram a questão financeira com alguma facilidade, deixando previsto, antes do golpe militar, um excedente de mais de um milhão de libras para o ano fiscal de 1926/27, o que «denuncia a falaciosa falta de competência como causa da derrocada cambial (*Ibidem*, p. 320).

³ *Ibidem*, p. 332.

Além da agro-exportação também a indústria se submetia ao mesmo esquema, assentando sistematicamente no mercado externo, como era o caso das conservas. As indústrias que tinham apostado no desenvolvimento do mercado interno veem-se constrangidas a enveredar pelo mesmo caminho, procurando no exterior as divisas necessárias e tentando assim resistir à compressão da moeda. «Com a marca desta extroversão sistemática a estrutura económica não podia suportar uma tal hemorragia de ouro sem correr o risco de um colapso»⁴.

Nos finais de 1923 a situação apresentava-se crítica com o défice orçamental previsto para o ano fiscal a orçar os 333 mil contos, o défice da balança de pagamentos tendia a agravar-se cada vez mais e, como se a especulação não bastasse, verificou-se a queda repentina dos câmbios do Brasil, o que fez diminuir o montante de libras que vinham chegando e que sustentavam a capacidade importadora do país. As forças mais conservadoras conjugam-se à volta dos interesses ligados ao import-export e aos latifundiários ultras, procurando assim uma mudança de regime político e, conseqüentemente, uma alteração da política financeira e monetária que satisfizesse as suas pretensões. Em novembro de 1923 os nacionalistas, que pretendiam implantar uma ditadura militar segundo o esquema de Primo de Rivera, em Espanha, desencadeiam um golpe e formam um governo que dura apenas 34 dias⁵. No dia 10 de dezembro é desencadeado em Lisboa um movimento militar com ligações especialmente centradas em torno do Partido Republicano Radical e que, curiosamente, contou «com a cooperação de muitos comunistas»⁶. Este movimento que foi completamente dominado ao fim de 24 horas levou à queda do governo nacionalista de Ginestal Machado.

⁴ *Ibidem* pp. 332-333.

⁵ Este governo nacionalista foi chefiado por Ginestal Machado e, embora de curta duração, levou à constituição de um bloco político – militar de direita, com Raul Esteves, Óscar Carmona e Filomeno da Câmara. Será este grupo que irá organizar os golpes do 18 de abril e do 28 de maio. Ginestal Machado colocou à frente da polícia o tenente coronel Ferreira do Amaral, que se destacaria pela repressão selvagem contra o movimento operário.

⁶ Segundo *O Comunista*, n.º 8, de 20 de dezembro de 1923, p. 1, no artigo «A Tentativa de 10 de dezembro. Comunistas e radicais. – Ameaças de ditadura. – A atitude do proletariado», «os radicais republicanos com a cooperação de muitos comunistas tentaram um golpe de mão em Lisboa no dia 10 de dezembro, com o sentido, evidentemente, de se apoderarem do governo e de dirigirem os destinos do país». Embora não tenha sido oficialmente convidado a tomar parte na ação, o PCP deu «a todos os nossos camaradas filiados a liberdade de ação indispensável para participarem no movimento». Pensaria o Partido Comunista que Portugal iria ter a sua revolução soviética, de acordo com o manifesto preparado e que se encontra na mesma pág. com o título: «Ao povo explorado, ao proletariado das fábricas, das oficinas, dos transportes e dos campos. (...) Proclamemos a República dos Operários, dos Camponeses, dos Trabalhadores Intelectuais e dos Soldados».

Depois de ter fracassado mais uma tentativa de Afonso Costa para a formação de um governo de «união nacional», chega ao poder Álvaro de Castro⁷. Nestes malabarismos políticos já se perfilava a espinhosa questão dos Tabacos, cujo contrato caducaria dois anos mais tarde. Enquanto para a ala centrista do Partido Democrático o Estado não podia prescindir de consideráveis receitas fiscais, devendo proceder à sua recuperação, os Liberais e a direita dos Democráticos, com Afonso Costa à cabeça, desejavam entregar a Companhia a um grupo privado financiado pelo banqueiro Burnay de modo a barrar o caminho aos apetites da CUF de Alfredo da Silva⁸. Como é sabido, este detinha grandes apoios nos grupos que se opunham frontalmente à supremacia política do Partido Democrático, particularmente os Nacionalistas e a Cruzada Nun'Álvarres.

O gabinete de Álvaro de Castro vai tentar satisfazer algumas exigências do bloco oligárquico em vias de constituição, tendo em vista o equilíbrio orçamental. Por outro lado, vai recuperar algumas das propostas de Cunha Leal, de forma a reduzir a emissão do papel moeda. No entanto, toma medidas de combate ao capital especulador, aumentou os impostos indiretos, como o imposto de selo, e nacionalizou a moeda de prata retirada da circulação. Estas medidas desagradaram aos setores de direita e aos interesses económicos. A rarefação da moeda começou a provocar efeitos depressivos imediatos, muitos bancos abriram falência e o comércio ressentiu-se da baixa generalizada das transações.

Com o governo de Rodrigues Gaspar a crise bateu no fundo nos finais de 1924, abatendo-se sobre o país uma devastadora crise económica, o desemprego atingia níveis elevadíssimos e verificou-se a ruína definitiva de diversos setores industriais que se tinham vindo a desenvolver ao abrigo da proteção cambial.

«Aos efeitos em cadeia da revalorização brutal tinham-se somado todas as operações políticas desse enredo da ‘confiança’: os

⁷ Embora com suportes heterogéneos, onde se incluía a “Seara Nova”, com dois ministros – António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes – o governo de Álvaro de Castro iniciou «um ciclo de renovação da ideia republicana», que continuará com os dois governos seguintes – Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos. Estes três ministérios, no poder durante mais de um ano, de dezembro de 1923 a fevereiro de 1925, «tentaram executar o que podemos chamar uma obra radical dentro da República, concitando apoios e desenvolvendo uma ação que de algum modo agitou as forças conservadoras» (Aniceto Afonso, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 68).

⁸ O industrial Alfredo da Silva ao ter sido preterido, pelo governo da Ditadura Militar, na nova adjudicação das fábricas de tabaco do Estado, criou a sua própria Tabaqueira – a Companhia Tabaqueira Portuguesa em 1 de agosto de 1927 (veja-se Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva. Biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004, pp. 233-238).

impostos sobre a indústria tinham sido duplicados em relação ao ano anterior; a taxa de juro dos títulos do Tesouro passara de 5 para 11% em fins de 1924; a taxa de desconto atingia o nível recorde de 9,5% em fins de 1923; a asfixia do crédito era total, sem discriminar setores produtivos e utilizações especulativas. Sem se darem conta, os Democráticos punham em execução o plano da oligarquia: ‘acabar com a indústria parasitária’. Fechavam bancos e casas comerciais atulhadas de *stocks* adquiridos durante a baixa cambial; faliam empresas em todos os setores; a indústria têxtil passava a trabalhar abaixo de 50% da sua capacidade de produção. Ao mesmo tempo, os produtores de vinho, com um mercado novamente em expansão, exigiam mais deflação, mais revalorização, ao ponto de prejudicar a recuperação das conservas que registavam uma nítida baixa de encomendas»⁹.

Os efeitos da crise económica, assacada principalmente às orientações políticas dos governos “canhotos” vão conduzir à reconstituição das chamadas “forças vivas” económicas que unirão esforços numa tentativa de conciliação contra o inimigo comum, formando a União dos Interesses Económicos em 28 de setembro de 1924 na sede da Associação Comercial de Lisboa, onde estiveram presentes cerca de 150 delegações das associações patronais. No seu “Programa Mínimo” a UIE apresenta 18 princípios fundamentais, «o primeiro dos quais é significativamente a ‘*manutenção da ordem social e da paz pública*’»¹⁰. Os primeiros visados eram as organizações operárias. A própria Cruzada Nuno Álvares Pereira tinha participado ativamente nos preparativos da formação da União dos Interesses Económicos. Os seus principais dirigentes, Pequito Rebelo, Filomeno da Câmara, Nobre de Melo, H. Trindade Coelho, Pereira da Rosa¹¹ e outros, eram financiados pela CUF e pelos latifundiários e pretendiam a unificação das chamadas “forças vivas” numa vasta frente antidemocrática. Inspiravam-se diretamente no

⁹ Cf. Fernando Medeiros, *op. cit.*, p. 360.

¹⁰ Cf. Aniceto Afonso, *op. cit.*, p. 69.

¹¹ Pereira da Rosa, proprietário do jornal *O Século*, que seria comprado pela União dos Interesses Económicos, viria a ser um dos futuros cabecilhas da propaganda salazarista. Ao preconizar a reconstituição das reservas metálicas e a revalorização rápida do escudo, Pereira da Rosa mostrou-se um anti-industrialista intransigente, opositor a qualquer ajuda financeira e protecionista às indústrias e defensor dos programas da Cruzada Nun’Álvares e da UIE.

mussolinismo e as suas campanhas pró-ditatoriais iam ganhando cada vez mais adeptos entre os setores indecisos dos militares, entre o funcionalismo público e, até, entre alguns meios operários mergulhados na chaga social do desemprego. O agravamento da crise e todas as movimentações políticas para a solucionar irão conduzir diretamente ao 18 de abril de 1925 e ao 28 de maio de 1926.

O sindicalismo operário vai responder a esta crise tentando mobilizar as suas forças, tanto mais que a intensificação da especulação nos finais de 1923 e nos primeiros meses de 1924 provocou uma nova escalada de preços. A Confederação Geral do Trabalho proclama a greve geral em Lisboa contra o aumento do preço do pão, procurando alargar o movimento reivindicativo à mobilização preventiva contra as ameaças de implantação de uma ditadura militar. O movimento grevista redobrou de intensidade um pouco por todo o país, destacando-se o boicote a algumas firmas patronais por parte dos descarregadores e estivadores de Setúbal, a greve geral promovida pela Federação Marítima em todos os rios e portos nacionais como resposta ao *lock out* patronal, a greve geral em todos os barcos terminando a navegação por completo proclamada pelos marítimos de longo curso – o Pessoal de Câmaras, Marinheiros e Moços, Fogueiros e os próprios Oficiais e Maquinistas, no Porto teve lugar a greve geral de solidariedade para com os mineiros de S. Pedro da Cova, visto as autoridades terem encerrado o seu sindicato e prendendo alguns grevistas¹².

Ao longo do mês de fevereiro de 1924 ocorreram diversos comícios e manifestações operárias contra as tentativas de ditadura militar. O Comité Confederal da CGT apelou ao operariado para participar na manifestação de 22 de fevereiro convocada pelo Comité dos Republicanos Sociais, uma coligação que reunia a esquerda do Partido Democrático, o Partido Socialista Português e os Núcleos Sindicalistas Revolucionários, a minoria sindical afeta ao Partido Comunista¹³. Segundo *A Batalha* de 23 de fevereiro, cerca de

¹² *Apud* Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, cit., p. 148. No dia 18 de março de 1923 realizara-se em Alenquer a Conferência Regional Anarquista, onde foi votada a constituição da União Anarquista Portuguesa. Nesta conferência, na tese apresentada por Cristiano de Carvalho e Manuel Joaquim de Sousa, foi deliberado que os anarquistas se deviam esforçar para que os resultados das lutas operárias não contribuíssem para um pior mal-estar. «Essas lutas deveriam ser conduzidas por forma que as suas conquistas, uma vez consolidadas, se convertessem numa redução de potenciais do capitalismo e do Estado, operando-se um movimento de resistência à subida dos preços das utilidades necessárias do consumo» (*ibidem* p. 147).

Sobre o movimento sindical grevista ocorrido no ano de 1923 ver igualmente Emídio Santana, *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, cit., pp. 59-62.

¹³ Esta primeira tentativa de frente unida, preconizada pela linha sindicalista revolucionária onde se incluía o secretário-geral da CGT, Santos Arranha, foi submetida à aprovação das organizações confederadas, recebendo a oposição da corrente anarcossindicalista afeta a Manuel Joaquim de Sousa, uma

150 mil pessoas, operários, empregados das repartições e «senhoras da média burguesia», desfilaram pelas ruas de Lisboa, desde o Terreiro do Paço ao Parlamento. «Os gritos de hostilidade à moagem elevavam-se de todos os lados, entrecortados por invetivas contra a grande finança e os especuladores e, à passagem da manifestação, alguns grupos assaltaram padarias integradas na indústria. Em sinal de apoio à campanha contra a carestia de vida, a manifestação desfilou diante da sede da C. G. T. e d'A *Batalha*»¹⁴.

A seguir tudo se esfumou, pois em menos de um mês desfez-se a corrente unificadora do 22 de fevereiro e o otimismo inicial cedeu o lugar ao desencanto e à desagregação do Comité dos Republicanos Sociais. Os operários defrontavam uma cada vez maior resistência do patronato, a repressão governamental recrudescia e as greves eram derrotadas em poucos dias. A mobilização operária tornou-se cada vez mais difícil. No 1.º de maio de Lisboa¹⁵ apenas assistiram ao comício organizado pela CGT cerca de 8 mil operários e *A Batalha*, uns dias mais tarde passou a ser submetida à censura prévia, não se publicando vários dias seguidos. Ferreira do Amaral, à frente da polícia, e Sá Cardoso, no ministério do Interior, utilizavam os meios mais violentos para perseguir o movimento operário, confundindo-o com as ações da «Legião Vermelha». Os comícios de protesto contra a repressão eram sistematicamente dispersos pela polícia e as vagas de detenções enchiam as prisões. É neste clima de intensa repressão operária que tem lugar o

corrente fortemente apolítica e que recusava qualquer tipo de colaboração com a minoria sindical de tendência comunista, preferindo a formação de “grupos revolucionários” de luta antiditatorial e preconizando ações armadas contra os membros das “forças vivas”. A CGT manteve a adesão à manifestação depois de várias centenas de operários se terem concentrado na sede desta organização e ratificado essa tomada de posição.

Tanto os anarcossindicalistas como os sindicalistas-revolucionários pertenciam à corrente dos sindicalistas libertários. Para João Freire, os anarcossindicalistas são os militantes, que, identificados com os principais pontos doutrinários do anarquismo, «não o concebem senão na sua corporação sociológica operária, na sua organização sindical e na sua estratégia de rutura revolucionária». Por sua vez, os sindicalistas-revolucionários são aqueles que aceitam esta doutrina, nascida em França, «integrando vários conceitos do anarquismo (como o federalismo, o anti-estatismo ou a ação direta) com outros mais tradicionais de todo o socialismo do século XIX (a análise das classes sociais, a noção de exploração do trabalho, a ideia da socialização dos meios de produção, etc.)» (cf. João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, cit., p. 199). Refira-se que tanto o sindicalismo-revolucionário como o anarcossindicalismo recusavam a organização política, o terreno da luta política. Mas «apoliticidade não significava neutralidade política e social face à sociedade classista e face às várias formas de exploração e de dominação sobre os trabalhadores: uns e outros eram extremamente acutilantes, na crítica e na ação, contra a sociedade burguesa. Apoliticidade significava sobretudo a recusa de interferir nas contradições políticas produzidas nas super-estruturas, significava recusa de utilizar as instituições típicas da democracia burguesa parlamentar» (cf. César Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 24).

¹⁴ Fernando Medeiros, *op. cit.*, pp. 372-373.

¹⁵ O 1.º de Maio de 1924 assinalou a rutura definitiva entre os anarcossindicalistas da CGT e a tendência minoritária afeta aos Partidários da Internacional Sindical Vermelha e Núcleos Sindicalistas Revolucionários, de tendência comunista. Nos finais deste ano a Federação Marítima suspendeu as suas relações com a CGT e quase ao mesmo tempo, por ação dos NSR, começou a concretizar-se a cisão sindical.

fuzilamento de três operários nos Olivais, sem julgamento, e a receção a tiro, pela GNR, de um cortejo de operários em Silves, de que falaremos mais à frente.

As associações sindicais e os sindicatos operários enfraqueciam muito rapidamente, para isso contribuindo o agravamento da crise, a repressão patronal e dos governos da República e as próprias dissensões internas intersindicais. O agravamento da crise atirava milhares de operários para o desemprego total ou parcial, reduzindo os salários destes em mais de 50 por cento. Se as grandes indústrias eram duramente atingidas, nas manufaturas mais dispersas, onde dominavam as pequenas oficinas, os encerramentos e as falências sucediam-se, fazendo recrudescer o desemprego e condenando os pequenos artesãos à proletarização. Indústria vidreira, conservas, cortiças, construção civil, setor do calçado, cerâmica, tanoaria, madeira, etc., tudo era rapidamente atingido pelo desemprego e pela baixa dos salários. Na esperança de encontrar trabalho, milhares de trabalhadores deslocavam-se para a região de Lisboa. No Alentejo, a par da crise, o proletariado rural enfrentava uma duríssima repressão patronal, onde o sindicalismo ainda não tinha recuperado das purgas sidonistas de 1918¹⁶.

¹⁶ No dia 18 de novembro de 1918 a União Operária Nacional decretou uma greve geral contra o governo ditatorial de Sidónio Pais. Esta greve atingiu em certas localidades do Alentejo foros de uma autêntica revolução social, em que os trabalhadores rurais e outros populares armados amedrontaram os grandes agrários e tomaram medidas expropriadoras. De acordo com Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, «em Odemira os agrários estavam assustados, alguns tinham vindo das freguesias com as famílias, mesmo na vila sentiam-se receosos». A radicalização foi maior na aldeia de Vale de Santiago, com os populares a percorrer as ruas dando vivas à «Revolução Social» e aos «camaradas da Rússia», a ocupar as terras da freguesia e a colar papéis brancos nas portas dos montes anunciando «que os burgueses têm os dias contados e dando vivas aos Sovietes Portugueses». O que presidiu à ocupação de terras foi a perspetiva da «greve geral expropriadora».

Foi expropriado o celeiro do maior agrário da freguesia, António Eduardo Júlio, e os trabalhadores apoderaram-se do trigo, pois encontravam-se «muitas famílias cheias de fome, sem um pó de farinha». No dia 19 de novembro, cerca de 60 trabalhadores armados de «espingardas, pistolas e bombas», concentraram-se no Cerro Alto, o ponto mais alto da aldeia, para a sua defesa, uma vez que em Odemira civis armados encerraram a Associação dos Trabalhadores Rurais e fizeram numerosas prisões. A repressão sidonista foi violentíssima – forças de infantaria e da GNR a cavalo, auxiliadas por grupos de civis armados, perseguiram os amotinados pelos campos e prenderam-nos, sendo deportados um grupo de 30 grevistas para Luanda, no paquete «Portugal», sem julgamento e sem culpa formada (v. Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, «Recordando a greve geral de 18 de Novembro e os grevistas deportados», in *Diário de Lisboa*, de 18 de novembro de 1982, pp. 2 e 4).

A greve geral decretada pela U.O.N. anarquista também teve um grande impacto noutras localidades, como entre os ferroviários do Sul e Sueste, entre os operários do Algarve, principalmente de Portimão, Silves e Olhão, em Setúbal, Póvoa do Varzim, ferroviários do Vale do Vouga, Ovar, Gaia e gráficos de Lisboa (cf. Alexandre Vieira, «Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal – de 1908 a 1919», in *Almanaque de A Batalha 1926*, Lisboa, (prefácio e Maria Filomena Mónica), Edições Rolim, 1987, p. 85).

Em Portimão a repressão também foi muito violenta com a morte de vários marítimos pelas tropas do Regimento de Infantaria 33 e forças de cavalaria. No rebocador “Galgo”, do industrial Júdice Fialho, foi levado para Faro o anarquista portimonense José Negrão Buízel, enquanto Neves Anacleto, um outro anarquista, também foi perseguido por ter sido um dos organizadores desta greve em Portimão (idem, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2.^a edição, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 136-137; José Pacheco

Nesta época os trabalhadores agrícolas do Ribatejo e do Alentejo debatiam-se com uma terrível baixa de salários, o que não acontecia desde 1915. Sobre o assunto escrevia *A Internacional*, órgão afeto à minoria sindical comunista:

«A classe rural, desde 1915 até meados de 1924, não sofreu das crises de trabalho que obrigam a pôr reivindicações; pelo contrário, houve regiões em que, por causa da falta de braços, os salários se elevaram a 30\$00 durante as ceifas (...). Desde então (verão de 1924), os trabalhadores rurais atravessam uma crise terrível, ficando semanas consecutivas sem receberem a mais pequena paga. Famílias inteiras alimentam-se de ervas e farinha de milho. Os salários para as ceifas deste ano (1925) não ultrapassam os 12 escudos e situam-se, em média, em oito escudos»¹⁷.

Com o desenrolar da crise e até antes desta eclodir, a organização sindical começou nitidamente a enfraquecer, decrescendo de forma muito rápida e em todos os setores o número de aderentes à CGT. De 125 000 inscritos em 1919 a CGT passou para cerca de 100 000 em 1922 e para cerca de 80 000 ao findar do ano de 1923¹⁸. Em Lisboa, considerado o centro do sindicalismo português, assiste-se a um certo amolecimento da atividade sindical e a confederação libertária, para recuperar o tempo perdido e permitir o alargamento da sua influência aos setores não produtores, convoca para janeiro de 1924 uma Conferência Intersindical para a capital, para a criação de câmaras sindicais. Esta Conferência iria merecer a crítica e a oposição dos NSR. É preciso não esquecer que o Partido Comunista realizara o seu primeiro congresso nos finais de 1923 e que os Partidários da Internacional Sindical Vermelha, organizados nos principais centros sindicais, nos Núcleos Sindicalistas Revolucionários, intensificavam os seus ataques ao sectarismo dos principais dirigentes da CGT e faziam uma defesa acérrima da revolução russa e da política de «frente única»¹⁹ do proletariado.

Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918*, 2.^a edição, Nova Crítica, Porto, 1976, p. 145; «Os acontecimentos», in *A Capital*, de 22 de novembro de 1918, p. 2; «A greve ferroviária do Sul e Sueste», in *Diário de Notícias*, de 23 de novembro de 1918, p. 1; e «A greve», in *O Algarve*, de 24 de novembro de 1918, p. 1).

¹⁷ In *A Internacional*, Lisboa, n.º 45, de 8 de agosto de 1925, p. 2.

¹⁸ César Oliveira, *O Movimento Sindical Português...*, cit., p. 69.

¹⁹ A política de «frente única» preconizada pelos comunistas através de propostas de unidade a outras organizações, enfermava de ambiguidade em muitas situações, como seja a constituição da «frente única

A partir de julho de 1924 a CGT reforçou a sua deriva de pendor mais sectário com a nomeação de Silva Campos para secretário-geral e a crescente influência de Manuel Joaquim de Sousa no Comité Confederal. As diversas tentativas de relançamento da organização mergulham num crescente dirigismo e em questões burocráticas, o que entrava em contradição com os seus princípios de autonomia sindical, contribuindo assim para uma maior desmobilização das massas trabalhadoras, o esvaziamento dos sindicatos e para maiores dificuldades financeiras, o que se refletia na regressão da imprensa operária.

Entretanto, rebentou uma vaga de atentados terroristas o que fez aumentar o clima de insegurança entre a burguesia. O patronato e as restantes forças conservadoras e nacionalistas vão tentar explorar a situação a seu favor e exigem a constituição de um governo forte, procurando envolver as organizações patronais e a pequena burguesia. A maior parte dos estabelecimentos bancários, industriais e comerciais declararam para o dia 14 de novembro um dia de *lock-out* geral. «A envergadura do movimento, seguido praticamente em todo o país depois de vários meses de preparação intensiva, marca uma etapa política decisiva na via da unificação da oligarquia, aglutinando-a com a pequena e a média burguesia a um vasto projeto anti-operário e antidemocrático»²⁰.

Perante as movimentações das chamadas «forças vivas» os anarcossindicalistas primavam pela desorientação, ambiguidade e até se deixaram manipular pela União dos Interesses Económicos ao convocarem um comício operário para o próprio dia 14 de novembro. A sua política de neutralidade e atitude de oposição aos políticos da República, também defendida pela UIE, fazia aumentar a confusão geral e a impotência da organização acrata. A situação política evoluía de forma vertiginosa e um mês depois era empossado o novo governo da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos. Este republicano “esquerdista” vai tomar de imediato um conjunto de medidas, nomeadamente facilitar o crédito e com taxas de juro moderadas para as pequenas e médias empresas²¹, procurando subtrair a pequena burguesia à influência da UIE, e prometer a abertura de algumas obras do Estado atraindo a simpatia do operariado.

do proletariado pró-revolução russa», ou «fazer a máxima propaganda entre o operariado do movimento comunista que se desenha na Alemanha» (*ibidem*, p. 70).

²⁰ Fernando Medeiros, *op. cit.*, pp. 387-388.

²¹ Tratava-se de um decreto apresentado no Parlamento para o estabelecimento de uma Caixa de auxílio do Estado (Caixa de Conversão) aos pequenos e médios empresários. Esta Caixa funcionaria durante 5 anos e os seus capitais levariam a um aumento da circulação fiduciária. Logo que retornassem à Caixa seriam inutilizados. Estas medidas «tinham o efeito de contrariar e prejudicar a exploração dos bancos, grande comércio, grande lavoura e grande indústria» (cf. Bento Gonçalves, *Palavras Necessárias...*, cit., p. 118).

Tentava assim captar a adesão da enfraquecida CGT, com a implementação de uma política de contratos coletivos, o reconhecimento legal da própria confederação e a libertação de centenas de operários «condenados pelo Tribunal de Defesa Social, instituição anticonstitucional, cuja criação pertencia ao Partido Democrático»²². Os setores populares viam com bons olhos a governação de Domingues dos Santos. Já as forças oligárquicas, com destaque para a Cruzada Nun'Álvares e a União dos Interesses Económicos, esperavam a mínima oportunidade para o seu derrube e a sua substituição por um outro, mas de ditadura.

Perante as ameaças e os ataques das forças conservadoras ao novo governo «canhoto», a CGT através do seu órgão *A Batalha*, ao mesmo tempo que vai mobilizando os trabalhadores contra a crise de trabalho e a baixa de salários na capital²³ e um pouco por todo o país, inflete o rumo que vinha seguindo e lança sucessivos alertas ao proletariado sobre as intenções perigosas que as «forças vivas» congeminam. Nos últimos dias de janeiro de 1925 *A Batalha* apela ao povo trabalhador para se preparar para opor «uma nobre e tenaz resistência» contra «a ditadura das forças vivas que está na forja». «Hora de Perigo! As forças vivas preparam uma violenta e brutal ditadura!» - é o grande título do artigo contra a União dos Interesses Económicos, «união dos capitalistas que nos têm roubado e explorado – está preparando um forte movimento de reação, apoiado por todas as forças conservadoras e reacionárias do país»²⁴.

Como que a prever o que aí vinha, o Comité Confederal lança a seguir um novo apelo ainda mais dramático: «Vai desencadear-se sobre o povo uma ditadura patronal! A C. G. T. recomenda ao proletariado de todo o país que se prepare para repelir, por todos os meios, o ataque brutal das forças vivas!». Todas as classes trabalhadoras, principalmente as dos transportes terrestres e marítimos se deviam «esforçar por contrariar no momento preciso os manejos das oligarquias financeiras (...) aliadas a políticos sem escrúpulos» e defender «as poucas liberdades e regalias, com o sacrifício, alcançadas pelo

²² *Ibidem*, p. 116.

²³ V. artigo «O operariado de Lisboa contra a crise de trabalho», in *A Batalha*, Lisboa, ano VI, n.º 1882, de 13 de janeiro de 1925, p. 1. Tratou-se de uma «manifestação imponente» com cerca de 12 000 operários, onde «alguns milhares de desempregados» acompanharam ao Parlamento a comissão da União de Sindicatos Operários. Após a entrega das reclamações «o presidente do ministério promete empregar todos os operários no prazo de 8 a 15 dias». Uma promessa que certamente não iria ser cumprida.

²⁴ In *A Batalha*, n.º 1897, de 30 de janeiro de 1925, p. 1.

operariado»²⁵. Embora enfraquecida, a CGT passou a compreender as verdadeiras intenções da UIE e ensaiava uma política de aproximação²⁶, muito ténue, a José Domingues dos Santos, alvo dos ataques desenfreados da organização patronal. Mas para evitar confusões, a atitude defensiva e de neutralidade dos anarcossindicalistas era reafirmada sem demora, pois «se se trata de uma ‘intentona’, de uma ‘bernarda’ provocada pelo governo, deve o operariado abster-se de imolar ingloriamente as suas vidas por uma causa que em nada o beneficiará»²⁷.

Entretanto, José Domingues dos Santos e a Esquerda Democrática passaram a contar igualmente com o apoio do Partido Comunista de Carlos Rates, associados nos preparativos das novas eleições. Os comunistas acreditavam que, com esta aliança parlamentar, estavam criadas melhores condições, não só para travar os avanços da direita mais revanchista, como para o partido se afirmar no país, preparando-o «no caminho da revolução»²⁸. Contando com o apoio dos principais setores operários Domingues dos Santos mandou encerrar a Associação Comercial de Lisboa²⁹, uma das principais bases

²⁵ *Ibidem*, n.º 1898, de 31 de janeiro de 1925, p. 1. No dia 3 de fevereiro o Comité Confederal lança novo apelo dirigido aos soldados e marinheiros – os «operários e camponeses atualmente mobilizados» contra «a ditadura dos exploradores do povo» (*ibidem*, n.º 1899, de 3 de fevereiro de 1925, p. 1).

²⁶ Esta tentativa de aproximação e defesa do governo de José Domingues dos Santos nota-se noutros artigos mais pequenos, um pouco dissimulados, como o que saiu no dia 3 de fevereiro. Neste artigo são denunciados os deputados que no Parlamento provocaram «tumulto» a favor das «forças vivas» e «a chicana e o escândalo porque não podem perdoar ao governo a atitude que tomou em face dos manejos imorais com que a oligarquia financeira vem ferindo impunemente o país». Um desses deputados que se portou «desavergonhadamente» foi Cunha Leal, merecendo ele e outros os epítetos de «miseráveis, bandidos e traidores», gritos que ecoaram na sala da câmara dos deputados e proferidos pelos muitos populares presentes nas galerias destinadas ao público (cf. «Em S. Bento os agentes parlamentares das forças vivas estabeleceram ontem a desordem no Parlamento preparando o ambiente para a ditadura da rua dos Capelistas», *ibidem*).

²⁷ Cf. o artigo «A confusão do momento – A nossa atitude é apenas defensiva», *ibidem*.

²⁸ Perante a conjuntura internacional e a crise que se vivia, o Partido Comunista através do seu órgão oficial *O Comunista*, vinha defendendo a ideia que o país, em breve, teria a sua revolução soviética. (Vide o artigo «No caminho da revolução», in *O Comunista*, ano I, n.º 16, de 8 de março de 1924, p.1). Para o PCP a crise financeira do Estado, insolúvel, arrastaria a queda do regime e precipitaria a revolução. Após a revolução, «o governo dos operários e dos camponeses» adotaria os seguintes pontos: «1.º - Concentrar todos os poderes políticos nas mãos dos trabalhadores manuais e intelectuais, camponeses pobres e soldados; 2.º - Substituir a gestão patronal pela gestão sindical das indústrias; 3.º - Substituir o comércio particular por um sistema integral cooperativista; 4.º - Elevar a cultura geral da população».

²⁹ A confusão era tanta no seio dos dirigentes da CGT ao ponto de muitos deles se interrogarem sobre a justiça do encerramento da Associação. A unidade da confederação anarcossindicalista esboroava-se, passando os sindicatos da construção civil a apoiar a linha parlamentarista preconizada pelo PCP, seguido pelo Sindicato dos Empregados do Comércio, pelos marítimos e arsenalistas. Os dirigentes confederais nem se davam conta da gravidade da situação.

Emílio Costa, um dos grandes vultos do anarquismo da época, compreendia perfeitamente essa gravidade, criticava as contendas ideológicas e defendia a formação de um bloco das esquerdas. Publicista poderoso e muito conhecido Emílio Costa deixou-nos um texto manuscrito, não datado, posterior ao 28 de maio de 1926 e anterior a 1952, ano da sua morte. Neste texto autografado, Emílio Costa, um dos três diretores indigitados, juntamente com Campos Lima e Alexandre Vieira, traça o plano detalhado de uma obra ambiciosa que não chegou a publicar-se – *A História do Movimento Operário em Portugal*. Este

de apoio da UIE, acusada de conspiração. No próprio dia de encerramento da Associação, 6 de fevereiro, o governo recebeu o apoio de milhares de populares que desfilaram de forma espontânea pelas ruas de Lisboa³⁰. Apesar desta grandiosa demonstração de apoio, o governo da Esquerda Democrática «caiu de pé», segundo a expressão da época, no dia 11 de fevereiro.

As forças conservadoras derrubaram no Parlamento o governo, utilizando como pretexto a afirmação do presidente do Ministério, no comício de dia 6, «que o governo da República coloca-se abertamente ao lado dos explorados» e que «a Guarda não foi criada para fuzilar o povo». Isto a propósito de um incidente envolvendo algumas descargas por parte da G. N. R. e o lançamento de uma bomba por parte dos manifestantes na Praça do Município, o que provocou alguns feridos. Curiosa continuava a ser a posição dos anarcossindicalistas em relação ao governo de José Domingues dos Santos – na prática merecia o seu apoio, na teoria esse apoio era negado. Veja-se o que escreve *A Batalha* da altura, referindo-se às críticas dos jornais conservadores a propósito das declarações do chefe do governo no comício referido:

«Os jornais conservadores e reacionários pretendem achincalhar o presidente do ministério pelo facto dele ter afirmado onteontem que a guarda não se fez para espancar o povo. Parece que se fez alguma afirmação incendiária, pela maneira como a comentam os conservadores.

Então srs. conservadores, a guarda – segundo os vossos princípios – não é para manter a... ordem? E fuzilar o povo é manter a ordem ou provocar a desordem?

projeto iria contar com a colaboração de escritores, jornalistas e dirigentes operários, destacando-se nomes como Rocha Martins, António Sérgio, Pinto Quartim, Julião Quintinha, César Nogueira, David Carvalho, Bento Faria, José António Machado, Gregório de Almeida, João Pedro de Andrade, Carvalhão Duarte, Alves Pereira, Santos Arranha e Manuel Canhão, entre outros. A obra iria compreender um prefácio (breve história do trabalho), uma introdução (época da ferramenta e a era da máquina) e cinco capítulos (temas sobre as corporações operárias em Portugal, o associativismo, o Partido Socialista e o operariado, o movimento sindicalista de 1908 a 1928 e as doutrinas políticas e económicas e a organização operária (vide os interessantes artigos de Jacinto Baptista, «Um projeto de ‘História do Movimento Operário em Portugal’ lembrado a propósito do centenário de Emílio Costa (1877 – 1952)» e «Uma ‘História do Movimento Operário em Portugal’ que não chegou a escrever-se», in *Diário Popular*, Suplemento de Letras e Artes, respetivamente de 20 de outubro de 1977, pp. IV e V, e de 27 de outubro de 1977, pp. II e III).

³⁰ V. título de 1.ª página do órgão anarcossindicalista «A Grandiosa Manifestação de Ontem – O povo de Lisboa patenteou exuberantemente a sua aversão pela atitude de exploração que as ‘forças vivas’ têm exercido sobre os consumidores e produtores», in *A Batalha*, ano VI, n.º 1903, de 7 de fevereiro de 1925, p. 1.

Parece-nos que é provocar a desordem. Portanto o governo está de acordo com os seus princípios de ordem, afirmando que a guarda não se fez para bater no povo.

Pela maneira como os conservadores falam parece que este governo está fazendo uma obra revolucionária. Parvos! O governo está fazendo, simplesmente com mais inteligência, uma obra conservadora, tentando com medidas habilidosas assegurar a estabilidade do Estado capitalista. É por esse motivo que nós não o apoiamos. Sendo governo duma sociedade capitalista não pode realizar obras revolucionárias que mereçam o nosso apoio.

Também os reacionários implicaram com a declaração do dr. José Domingues dos Santos de se encontrar ao lado dos explorados contra os exploradores. Pois, também não produziu o presidente do ministério declaração que de longe nem de perto se pareça com um pensamento revolucionário. Apenas falou em harmonia com o critério bem burguês que manda os governos reprimir a brutalidade dos fortes, suavizando um pouco a situação dos mais fracos. Se o governo estivesse ao lado das ‘forças vivas’ como tantos outros têm estado, traiçoeira os princípios de democracia que só agora, ao cabo de catorze anos de república, é que começamos a ouvir balbuciar aos governos republicanos!»³¹.

Tratava-se de um apoio mitigado e de certa maneira envergonhado ao governo «canhoto» por parte d’*A Batalha*. E até reconhecia que era o primeiro governo republicano, embora timidamente, a estar do lado dos mais fracos e a se opor às forças conservadoras. No dia 13 de fevereiro mais de 80 mil pessoas desfilaram pela capital em apoio a Domingues dos Santos mas já nada havia a fazer³². A oligarquia e os seus aliados

³¹ V. «O medo a um radicalismo débil e conservador», *Ibidem*, de 8 de fevereiro de 1925, p. 1.

³² V. o artigo de *A Batalha* ocupando toda a 1.ª página «Uma Jornada Gloriosa do Povo de Lisboa», *Ibidem*, n.º 1909, de 14 de fevereiro de 1925, p. 1. Sobre a queda do governo da Esquerda Democrática vide ainda os artigos «A queda do governo e a atitude do operariado» e «Contra o movimento das ‘forças vivas’», saídos na 1.ª página d’*A Batalha* em 12 e 13 de fevereiro de 1925, respetivamente. No primeiro artigo citado *A Batalha* apela à serenidade do operariado, o qual deverá mobilizar-se contra as «forças vivas» que derrubaram um governo que se dispunha «a favorecer o povo com medidas liberais e a contrariar as ambições desmedidas das oligarquias».

não perdoavam a um governo que ousara tomar algumas medidas contrárias aos seus interesses políticos e económicos e favoráveis aos trabalhadores.

Depois é o que se sabe. Menos de dois meses depois a oligarquia levou a cabo o golpe do 18 de abril, derrotado pelas forças conjugadas de milhares de civis e de tropas fiéis à República. Apesar de profundamente enfraquecido, o proletariado de Lisboa mobilizou-se e foi decisivo para a derrota das forças sublevadas, procurando com a sua ação defender as magras conquistas que ainda lhe restavam. Cerca de um ano depois, em 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa fez a sua entrada triunfal em Lisboa. O movimento operário revelou-se impotente para esboçar qualquer tipo de resistência aos militares golpistas. A CGT anarquista, a principal organização operária, mas já muito enfraquecida, revelou-se impotente para travar a ascensão ao poder dos ditadores militares.

Ditadura militar e corporativismo salazarista que acabaram por ser fatais para o movimento operário anarcossindicalista e outras correntes anarquistas. «O anarquismo cairá em hibernação pelo simples facto de que não foi concebido para enfrentar, salvaguardando-se dos perigos nas malhas de uma organização complicada de quadros profissionais (num secretismo absoluto e compartimentado) o corporativismo fascista, para o qual só o Partido Comunista estava medianamente preparado»³³.

A rápida industrialização, a seguir à I Guerra Mundial, acabou por determinar o fim do anarquismo europeu mediante o desenvolvimento crescente das grandes unidades fabris. A revolta individual deixou de ter sentido dando lugar à revolta coletiva. «Em Portugal foi o fascismo que, quicá a despropósito, matou o anarquismo», pois o advento do corporativismo não representou a transformação radical da estrutura arcaica do capitalismo português. Muito pelo contrário, «alimentou o ideal do país agrário, pobre e artesanal em que as corporações eram o santo e a senha do ‘milagre’ de ‘concórdia’ entre o Capital e o Trabalho»³⁴. O movimento anarcossindicalista português acabou por ser um fenómeno único a nível europeu, no que respeita às suas raízes populares, apenas ultrapassado em força e dinamismo pelo espanhol, basco, catalão e galego até final e, um pouco mais, da guerra civil de Espanha.

³³ Cf. Joaquim Palminha Silva, «Quando a Revolução era Libertária (4) – Antes e depois da Primeira República», in *Diário de Lisboa*, de 14 de outubro de 1978, pp. 15 e 22.

³⁴ *Ibidem*, p. 22.

2. A crise social e a atitude do operariado no Algarve

A crise financeira e económica de 1923/26 provocou uma grave crise social no Algarve, sendo duramente atingidas as classes populares e operárias. O agravamento da falta de trabalho e a baixa de salários conduziram a situações de fome e de miséria profunda numa região, já de si depauperada e a braços com enormes carências. *A Batalha* e outros jornais operários da época relatavam profusamente as terríveis dificuldades que se viviam nos principais centros operários. Corticeiros, pescadores, operários das conservas, camponeses e outras camadas proletárias vão sofrer as consequências de uma das maiores crises dos anos 20 do século XX, uma espécie de ensaio geral da catastrófica crise social e económica dos anos 30.

Em meados de 1924, a par de outros jornais operários, o quinzenário *O Corticeiro*, órgão da Federação Corticeira Nacional, denunciava a falta de trabalho e o não aumento dos salários para as classes trabalhadoras e o desrespeito pelo horário de trabalho das 8 horas por parte do patronato. Inclusivamente, chega mesmo a condenar alguns operários de Silves pelo facto de estarem a trair o horário das 8 horas, quando nesta cidade «se está manifestando crise de trabalho, pelo que alguns camaradas se têm visto obrigados a partir para outras terras em busca de trabalho»³⁵. A crise de trabalho, a baixa de salários e a fome, a par das movimentações políticas das chamadas «forças vivas», vão ser os temas fortes dos próximos meses e anos, ocupando as principais atenções do movimento operário e sindical também no Algarve.

A Batalha é um dos jornais operários que mais destaca a situação que se vive no Algarve. No início do ano de 1925 a crise já era profunda e atingia praticamente todos os setores. Nos principais centros industriais e piscatórios os trabalhadores organizam-se e vão tentar responder à crise através da realização de reuniões sindicais, manifestações, comícios e greves. Os anarcossindicalistas, a Confederação Geral do Trabalho e os sindicatos e organismos afetos a esta central continuavam a dominar o panorama sindical na região.

No início de janeiro teve lugar, pela primeira vez em Lagos, um comício público contra a crise de trabalho e a baixa de salários, organizado pelo movimento sindical local,

³⁵ In *O Corticeiro*, Lisboa, 3.^a série, ano 5, n.º 66, de 28 de agosto de 1924, p. 3. Esta situação ter-se-ia verificado nas firmas José Bernardo, Jacinto Carolino, Francisco Pereira, Francisco Mateus, Mousinho & Guinott, Calvino Duarte & Veiguiha e A Social.

fazendo-se representar a C. G. T., a Federação das Juventudes Sindicalistas, a União Anarquista Portuguesa e as Federações das indústrias locais³⁶. Neste comício usaram da palavra diversos oradores, como Manuel Teodoro, delegado da Secção Federal de Propaganda da Construção Civil, João Gonçalves Pires, da União de Sindicatos Operários de Portimão, Luís Gonzaga, representante da C. G. T. e o operário José da Silva. No final foi aprovado um documento com as reclamações a apresentar ao Governo e à Câmara Municipal onde, entre outros aspetos, constava «protestar energicamente contra a tentativa de baixa de salários», «reclamar do governo a abertura de trabalhos públicos a fim de debelar a crise» e «protestar contra o facto do industrial Fialho ter posto em terra as suas embarcações lançando para a miséria tantos trabalhadores»³⁷. Foi ainda aprovado um protesto contra a condenação de alguns resistentes espanhóis e dos operários Sacco e Vanzetti³⁸.

Também os operários corticeiros de Silves reclamam contra a baixa de salários e o desemprego, realizando na mesma altura uma reunião. Ficou aqui decidido reclamar ao governo que este impusesse aos industriais a imediata reabertura das fábricas e oficinas³⁹. Como forma de promover a instrução dos operários de S. Bartolomeu de Messines e atenuar a crise de desemprego nesta localidade, os sindicatos dos Rurais, da Construção Civil e dos Corticeiros e o Núcleo da Juventude Sindicalista endereçaram ao presidente do Ministério, governador civil de Faro, Câmara Municipal de Silves e inspetor escolar de Silves, uma exposição, reclamando para que fosse concluído um edifício escolar, que há 7 anos se começou a construir⁴⁰.

O setor das conservas atravessava igualmente uma aguda crise. A localidade de Olhão com um total de 60 fábricas, empregando cerca de 2 000 operários de ambos os sexos, apenas tinha em laboração 5 fábricas e estas com trabalhos muito reduzidos possibilitando magros salários⁴¹. Acabou por ser constituída uma comissão e que foi pedir à associação

³⁶ Vide *A Batalha*, n.º 1874, de 3 de janeiro de 1925, p. 4.

³⁷ Cf. «Num importante comício em Lagos o povo afirma a vontade de lutar contra a fome», *ibidem*, n.º 1877, de 7 de janeiro de 1925, p. 4. É curioso verificar que, uns dias depois deste comício, *A Batalha* publica um outro artigo lamentando-se pelo «indiferentismo operário» reinante na cidade e particularmente no setor da construção civil. E faz um apelo para que os operários desta «indústria... compareçam no sindicato... para eleger criteriosamente os corpos gerentes» (*ibidem*, n.º 1888, de 20 de janeiro de 1925, p. 2).

³⁸ Sobre a condenação e execução na cadeira elétrica, nos E. U. A., dos operários Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, veja-se a obra de Howard Fast, *A Paixão de Sacco e Vanzetti*, Lisboa, Editorial Caminho, 1982.

³⁹ In *A Batalha*, n.º 1878, de 8 de janeiro de 1925, p. 4.

⁴⁰ *A Batalha*, n.º 1886, de 17 de janeiro de 1925, p. 2.

⁴¹ *A Batalha*, n.º 1892, de 24 de janeiro de 1925, p. 4.

industrial a imediata reabertura das fábricas para atenuar a crise de trabalho. A associação alegava grandes dificuldades dos proprietários para reabrir as fábricas, «pois que não têm capital e os bancos só lhes facilitam pequenas quantias a quinze dias de prazo»⁴². Como forma de protesto contra «a situação desesperada que o operariado atravessa», teve lugar em Olhão um imponente comício com a presença de mais de 4 000 pessoas. Neste comício organizado pela União dos Sindicatos de Olhão usaram da palavra Salvador Lamego, representante da C. G. T., Francisco Pereira Júnior, da U. S. O. de Faro, Carlos da Hermínia Xavier, delegado da Federação das Conservas e José de Almeida, da Federação Marítima. No final foi aprovada uma moção onde se exigia o cumprimento das reclamações da associação da construção civil, a solução das questões ligadas à pesca, a reabertura das fábricas de conservas e a abolição de todos os impostos que recaíam sobre todos os trabalhadores, especialmente os marítimos⁴³.

Pela mesma altura realizou-se em Portimão uma sessão de propaganda no sindicato dos fragateiros com a presença de dois delegados da Federação Marítima. A assistência, era composta na sua maioria, por fragateiros, chauffers marítimos e estivadores. Salvador Lamego, delegado da Federação Marítima, referiu na sua intervenção a importância e a missão do sindicalismo e que o desemprego atingia a nível nacional cerca de 60% das classes marítimas. Por sua vez, João Gonçalves Pires, dos estivadores, descreveu a organização marítima do Algarve e apelou para que os sindicatos de Portimão fizessem uma «maior propaganda a fim de organizar o pessoal marítimo da casa Fialho, e para o que pede o auxílio da Federação»⁴⁴. A casa Fialho era um dos principais centros operários do Algarve.

Nos dias seguintes têm lugar outras sessões de propaganda sindical preparatórias de comícios e ações de protesto contra a redução de salários e a falta de trabalho, nas localidades de Faro, Portimão, Silves e Messines⁴⁵. Os operários também protestaram contra as chamadas “forças vivas” que queriam organizar «uma revolução para implantar uma ditadura como se encontra em Espanha»⁴⁶. São feitos apelos para a reorganização do Núcleo das Juventudes Sindicalistas em Portimão proferidos pelo secretário-geral da Federação, Manuel Viegas Carrascalão. Em Silves, o Núcleo das JS contava com jovens

⁴² Idem.

⁴³ Cf. *A Batalha*, n.º 1893, de 25 de janeiro de 1925, p. 4.

⁴⁴ *A Batalha*, n.º 1894, de 27 de janeiro de 1925, p. 4.

⁴⁵ Cf. *A Batalha*, n.º 1904, de 8 de fevereiro de 1925, p. 4.

⁴⁶ Cf. *A Batalha*, n.º 1906, de 11 de fevereiro de 1925, p. 4.

operários aguerridos e participativos, como José dos Reis Sequeira, Domingos Passarinho e António Baptista.

No comício de Portimão que ocorreu no dia 8 de fevereiro usaram da palavra Raul Duarte, da U. S. O., Augusto das Dores, da Federação da Construção Civil, José da Silva, pela organização de Lagos, Francisco Veríssimo, da Federação Marítima, Alfredo Pinto, da C. G. T. e o professor portimonense Negrão Buízel. Raul Duarte teria sido o mais acutilante na sua intervenção, protestando contra as intenções da União dos Interesses Económicos e exortando o povo para que estivesse de atalaia contra a arremetida das “forças vivas”. Também criticou os governos da República por não terem cumprido aquilo que prometiam, e acusou os industriais de serem os responsáveis pela crise ao não quererem a laboração das suas fábricas, provocando o desemprego e a baixa de salários⁴⁷. No comício foram aprovadas duas moções, uma relativa às reclamações sobre a crise de trabalho⁴⁸ e a outra protestando contra a reação internacional⁴⁹.

Nos primeiros meses de 1925 as classes marítimas do Algarve, principalmente de Olhão, Faro e Tavira, travaram importantes lutas contra o patronato e por melhores condições de vida. Era grande o entusiasmo dos pescadores depois da Federação Marítima ter apostado na organização da classe através do envio de vários delegados seus a diversas localidades algarvias. Em Olhão, o respetivo sindicato passou de 30 para cerca de 1 000 associados⁵⁰ e os pescadores resistiam à ofensiva patronal que lhes queriam baixar os salários e matriculá-los à força, metendo-os na Capitania e ameaçando-os com a prisão, caso não se matriculassem. Alguns pescadores mais ativos chegaram mesmo a ser presos, o que motivou uma reunião entre os delegados da Federação Marítima e o Governo Civil

⁴⁷ V. «Em Portimão – no comício de protesto contra a crise de trabalho e U. I. E. aprovam-se duas moções», in *A Batalha*, nº 1910, de 15 de fevereiro de 1925, p. 2.

⁴⁸ Idem. Nesta moção foram apresentadas diversas reclamações: que a Câmara Municipal do concelho obrigasse os senhorios a repararem os seus edifícios, que fossem construídos um bairro social, um edifício da escola oficial e um lavadouro público; que se concluísse a construção da escola industrial, assim como o balneário e o sistema de abastecimento de água e de esgotos; que se procedesse à reparação de estradas; na indústria de conservas, que se procedesse à mobilização de uma ou mais fábricas sob a responsabilidade do conselho técnico da classe e fiscalizadas pelo governo, usando-se o mesmo critério para as classes piscatórias; que a indústria de calçado fosse centralizada em oficinas amplas e higiénicas; reparação da ponte entre Portimão e Ferragudo; que os operários não trabalhassem mais do que as 8 horas diárias; e protestar «contra qualquer ditadura, venha ela de onde vier, dando assim todo o apoio a qualquer movimento que a C. G. T. venha a encetar contra a arremetida das chamadas ‘forças vivas’».

⁴⁹ Idem. No protesto contra a reação internacional foi aprovada «a mais franca solidariedade moral e material» a todas as vítimas da «reação político-reacionária internacional» e decidiu-se enviar telegramas aos cônsules de Itália e Espanha, «protestando contra o encerramento das associações operárias e prisão de trabalhadores».

⁵⁰ «As classes marítimas do Algarve e a sua organização», in *O Marítimo*, Lisboa, ano II, n.º 8, de 27 de fevereiro de 1925, p. 3.

de Faro, não tendo os armadores atendido as reivindicações da classe marítima⁵¹. A forte luta dos marítimos de Olhão estendeu-se a outros centros do Algarve levando à constituição de sindicatos da classe em Tavira e em Vila Real de Stº António⁵².

Outros grupos operários do Algarve também se agitam e manifestam neste mesmo período contra as terríveis dificuldades que estavam a viver, como os fabricantes de calçado, os operários do mobiliário, os apanhadores de marisco e os metalúrgicos, levando, inclusive, à constituição de alguns sindicatos destas classes trabalhadoras⁵³. Na construção civil de Faro, mais precisamente na obra de António Júdice Fialho, também foram reduzidos os salários e assiste-se ao despedimento de três dezenas de operários⁵⁴. Enquanto no Sindicato Marítimo de Portimão e no Sindicato Rural de Silves têm lugar vigorosas sessões públicas de protesto⁵⁵, em Olhão a greve dos soldadores salda-se por um rotundo fracasso não conseguindo a classe impedir a redução dos salários. O desaire ainda foi maior, pois quando deram por terminada a greve e resolveram regressar ao trabalho encontraram as fábricas encerradas, ficando assim desempregados⁵⁶.

O 1º de maio é sempre um dia em que as organizações operárias não deixavam de comemorar como “uma data trágica e gloriosa do proletariado mundial”, no âmbito do Dia Internacional do Trabalhador. A data foi assinalada um pouco por todo o país, não ficando o Algarve à margem, ocorrendo neste ano de 1925, em diversas localidades, ações comemorativas de protesto e de luta operárias, tanto mais que a crise social atingia proporções muito grandes. Além das movimentações laborais contra a fome, a miséria, a redução dos salários e a falta de trabalho, os trabalhadores da região também protestaram contra as chamadas «forças vivas», contra as deportações operárias e pela paz, contra a guerra.

⁵¹ «As classes marítimas do Algarve organizam-se umas e lutam outras com justiça», in *O Marítimo*, n.º 9, de 13 de abril de 1925, p. 3. V. também «Os armadores de Olhão completamente em cheque», in *A Batalha*, n.º 1938, de 21 de março de 1925, p. 1, e «O conflito marítimo de Olhão», in *A Batalha*, n.º 1940, de 24 de março de 1925, p. 4.

⁵² *Ibidem*. Vide «Marítimos de Tavira», in *A Batalha*, n.º 1946, de 31 de março de 1925, p. 4.

⁵³ Sobre o assunto destacam-se diversos artigos que saíram no órgão anarcossindicalista, nomeadamente: «Manufactores de calçado de Portimão», in *A Batalha*, n.º 1947, de 1 de abril de 1925, p. 4; «Apanhadores de marisco de Faro» e «Os operários do mobiliário de Faro e os seus detratores», in *A Batalha*, n.º 1970, de 28 de abril de 1925, p. 4; «Em Vila Real de Santo António constituiu-se o Sindicato dos operários metalúrgicos», in *A Batalha*, n.º 1988, de 22 de maio de 1925, p. 4;

⁵⁴ In *A Batalha*, n.º 2040, de 26 de julho de 1925, p. 4.

⁵⁵ in *A Batalha*, n.º 2050, de 7 de agosto de 1925, p. 4.

⁵⁶ Cf. «Terminou a greve dos soldadores de Olhão», in *A Batalha*, n.º 2044, de 31 de julho de 1925, p. 4.

A Batalha foi um dos órgãos que mais se insurgiu contra a prática das deportações e que atingia muitos operários que se destacavam nas lutas. Era uma prática utilizada pelos governos da 1ª República e também pela ditadura de Sidónio Pais que, assim, julgavam ver-se livres de “perigosos agitadores e grevistas”. As deportações sem julgamento para as colónias, a pretexto de castigar os autores dos atentados bombistas da Legião Vermelha, atingiram um ponto alto nos finais do regime republicano, o que motivou a proclamação de uma greve geral pela organização operária e até, a oposição de alguns parlamentares do Partido Democrático, como João Camoesas⁵⁷. A greve geral de protesto, decretada pela Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, (antiga União dos Sindicatos), afecta à CGT, «exortando todos os trabalhadores a abandonar o trabalho durante 48 horas», destinava-se exclusivamente ao proletariado da capital⁵⁸. No entanto, rebentaram noutros pontos do país, como em Coimbra, Setúbal e no Algarve greves de solidariedade com Lisboa e também contra as deportações.

O Comunista foi outro jornal operário que desenvolveu uma intensa campanha contra as deportações sem julgamento prévio, ao abrigo das autorizações parlamentares, o que «é um princípio contra o qual nos revoltamos abertamente e contra ele erguemos o nosso mais veemente protesto». Para o órgão central comunista que criticava nas suas páginas as ações bombistas, a Legião Vermelha contava por parte do governo Vitorino Guimarães, «com a mais franca impunidade para os seus crimes», enquanto os operários eram deportados para a Guiné, «país de clima mortífero»⁵⁹.

As deportações para a Guiné de militantes operários, sem qualquer tipo de julgamento, ordenadas pelo governo republicano de Vitorino Guimarães e que motivaram o descontentamento popular e a revolta do proletariado, deram origem a alguns versos de protesto contra esta situação, da autoria do poeta anarquista Aristides Ribeiro e que saíram no folheto *Pregão de Revolta*:

⁵⁷ Cf. «O governo foi ontem rudemente atacado no Parlamento tendo o dr. João Camoesas verberado as deportações», in *A Batalha*, n.º 1997, de 3 de junho de 1925, p. 1. João Camoesas viria a ficar célebre, ainda este ano, por ter discursado no Parlamento durante nove horas seguidas (seguindo-se mais quatro horas de discurso de Agatão Lança), dando assim tempo ao governo de António Maria da Silva para fazer aprovar uma moção de confiança, apenas com 1 voto de diferença (v. «João Camoesas bate o ‘record’ do palavreado e António Maria o da falta de vergonha», in *A Batalha*, n.º 2033, de 18 de julho de 1925, p. 1).

⁵⁸ Cf. «Está proclamada a greve geral», in *A Batalha*, n.º 1997, de 3 de junho de 1925, p. 1.

⁵⁹ Vide «As deportações», in *O Comunista*, n.º 35, de 20 de junho de 1925, p. 1.

Embora os órgãos oficiais comunistas se afirmassem contra os atos bombistas, grande parte dos seus militantes da época encontravam-se imbuídos destas concepções devido à sua origem anarquista. Acabavam assim por ser conotados e apontados como os autores do terrorismo bombista anarquista visto, por exemplo, num curto período de 4 anos terem sido registados «28 atentados bolchevistas» (cf. «Deleterismo por Anarquismo», in *O Messinense*, Messines, Ano II, n.º 23, 2ª Quinzena de Maio de 1925, p. 1).

«Aqui na nossa terra
Há sórdidas prisões
Onde a polícia espanca
Os presos sociais,
Para lhes arrancar
Horríveis confissões,
Que, às vezes, nem sequer
São confissões reais!

Mas, vós bem o sabeis:
Se, à força de tortura,
Alguém vos exigir
A confissão impura,
Vós próprios confessais!

Ilustre Presidente!
Há tempos, um velhinho
Saía da prisão, cercado pela escolta,
E mesmo no virar da rua ou do caminho,
Partiu para o país donde jamais se volta.
Nos seus lábios sem cor, cerrados pela morte,
Bailava um grito ainda,
Um grito intenso e forte:
- O grito da revolta.

Como foi que morreu? – A imprensa dos burgueses,
No luto amaneirado,
Contou-nos uma lenda...
E dentro de dois meses
Ninguém já recordava
O crime disfarçado.
Mas da vala comum sai um pregão potente,
Fantástico, feroz, que diz a toda a gente:

- Morri assassinado!

(...)

Não fostes vós, senhor, mas isso pouco importa.

Compete-vos agora,

Abrir do tribunal a ferrugenta porta

Para a Nação julgar os presos cá de fora.

Para que assim honreis o posto que ocupais,

Ilustre Presidente,

Abri os tribunais, sem perda de uma hora!»⁶⁰

A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa também publicou em manifesto uma contundente “Carta Aberta ao Partido Republicano Português”, a propósito das deportações, e o Grupo de Ação Radical “Os Invencíveis” tornou pública uma proclamação igualmente contra as deportações, saudando todos os deportados e solidarizando-se com as manifestações de protesto. Do mesmo modo, também a Liga dos Direitos do Homem denunciou energicamente as prisões de diversos trabalhadores e a Comissão Pró-Regresso dos Deportados participou em comícios contra as deportações e prisões arbitrárias efetuadas pelos governantes republicanos⁶¹.

Como se referiu, em Portimão⁶² foi igualmente proclamada uma greve geral de protesto contra as deportações e perseguição aos operários, estendendo-se o movimento a outros pontos da região. Esta greve, marcada para o dia 22 de junho de 1925, foi declarada pela U. S. O. local e que marcou para o mesmo dia uma sessão que teve lugar no Sindicato das Classes Marítimas. Na sessão, presidida por José Mateus e secretariada

⁶⁰ Cf. Edgar Rodrigues, *A resistência anarco – sindicalista à ditadura. Portugal 1922 – 1939*, Lisboa, Editora Sementeira, 1981, pp. 13 e 14.

⁶¹ *Ibidem*, pp. 14-17. Durante o governo de Vitorino Guimarães seguiram para Cabo Verde os seguintes presos: José Lopes, Arsénio Filipe, Daniel Severino, Duarte Pedroso, Luís Ferreira da Silva, Alexandre dos Santos, Eugénio Augusto Ribeiro, todos da construção civil; José Soares e Manuel Francisco, do calçado; Mário Fontainhas, José de Almeida Figueiredo, Domingos Paiva, António Augusto dos Santos, Amadeu Carlos das Neves, dos metalúrgicos; Bernardino dos Santos, funcionário público; João Ferreira, estofador; Albertino Abrantes Castanheira e Manuel Cardoso, manipuladores do pão. Para a Guiné foram deportados Mário Gonçalves, Raul Honório, Álvaro Damas, Alfredo Pereira Vaz, José Castela, José Alves dos Santos, António Dias, Joaquim António Pereira, Pedro Guia de Oliveira, José R. de Almeida, Pedro de Jesus, Abel Venâncio da Silva, Fausto Teixeira, José Vargas Júnior e Aníbal dos Santos (*ibidem*, p. 15).

⁶² V. «Contra as odiosas deportações! O operariado das cidades de Coimbra e Portimão proclama a greve geral de protesto», in *A Batalha*, n.º 2012, de 23 de junho de 1925, p. 1, e «Em Coimbra e Portimão duas greves gerais de protesto», in *A Batalha*, n.º 2013, de 24 de junho de 1925, p. 1.

por José Lino e Manuel da Cruz, usaram da palavra alguns intervenientes, como Manuel Elói, Joaquim Valongo, Gonçalves Pires, António Francisco e José Buízel⁶³.

Com uma sala repleta e ficando muita gente fora por não poder entrar, os oradores condenaram a ação dos «'Bitorinos' que nos governam e tão vergonhosamente nos insultam deportando e matando camaradas nossos»⁶⁴. Foi aprovada uma moção protestando contra tudo o que de «bárbaro, injusto, ilegal e vergonhoso se tem cometido ultimamente contra a grande e honrada família dos trabalhadores», e reclamando do governo «o regresso imediato dos operários ilegalmente deportados...»⁶⁵. Foi também recordada a tragédia de Silves de junho de 1924 e no final da sessão todos os presentes acompanharam a comissão que foi fazer a entrega da moção ao delegado do governo, não sem antes serem dados vivas à solidariedade dos trabalhadores, à C. G. T. e à *A Batalha*⁶⁶.

Refira-se que Portimão constituía na altura um dos principais centros operários do Algarve, daí uma certa pujança que os movimentos grevistas atingiam nesta localidade. Ainda durante a monarquia, a propaganda republicana fazia-se sentir entre os setores operários conserveiros, chamando a atenção dos poderes locais para as precárias condições dos trabalhadores e criticando fortemente a exploração a que estes estavam sujeitos, assim como a violência que era praticada sobre as crianças trabalhadoras. O apelo republicano era dirigido à organização de associações de classe⁶⁷, visto o “Compromisso Marítimo”⁶⁸ existente na vila não ter capacidade para prover às necessidades dos seus associados. Os anarquistas também colaboravam com os republicanos na difusão da propaganda entre os meios operários. Em 1908 surgia assim, em Portimão, uma “Associação de Classes”, formada por soldados, corticeiros e outros operários de diversas classes⁶⁹.

Não obstante a incipiente organização e a fraca capacidade reivindicativa do movimento associativo operário, o primeiro surto grevista em Portimão acabou por

⁶³ *A Batalha*, n.º 2013, cit.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ Cf. «Centro eleitoral republicano», in *Notícias de Silves*, n.º 2, de 10 de julho de 1908, p. 2.

⁶⁸ O Compromisso Marítimo de Portimão foi criado no século XV concedendo privilégios aos mareantes e pescadores, renovados em 1729 e 1824. Estas regalias consistiam em assistência médica e em medicamentos, com a obrigação de ser conservado o edifício da Igreja do Compromisso, onde estava instalada a Associação desde 1880. Na vila existiam ainda as associações de auxílio mútuo do “Monte Pio Geral” e “Monte Pio Artístico”, que prestavam serviços médicos, de farmácia, ajuda pecuniária em caso de doença e subsídio de funeral aos seus associados (cf. Albino Lapa, *Portimão, 'cidade' duas vezes e o compromisso dos seus pescadores*, Lisboa, 1959).

⁶⁹ V. «Associação de Classe», in *Notícias de Silves*, n.º 8, de 10 de setembro de 1908, p. 2.

rebeitar em outubro de 1908, levado a cabo pelos soldadores das fábricas de Júdice Fialho, contra a adoção das máquinas de soldar, pois temiam que estas conduzissem à dispensa de operários do setor. Com a instalação desta nova tecnologia pelos industriais, os soldadores pressentiam que «a ‘vantagem suprema’ da máquina em questão é permitir aos industriais dispensar a parte mais remexida do pessoal»⁷⁰. Este movimento grevista saldou-se por um fracasso, apesar de amplamente participado, com trezentos grevistas, ter durado quarenta dias, com cenas de grande violência, como algumas prisões, rebentamento de uma bomba na Litografia Fialho, troca de tiros, operários barricados na fábrica e, até, o alastramento da greve a Lagos e Sines, onde Júdice Fialho tinha outras fábricas⁷¹.

O segundo movimento grevista registado em Portimão aconteceu entre as classes marítimas, logo a seguir à implantação da República, nos finais de 1910 e inícios de 1911, tendo durado mais de dois meses⁷². Esta greve, que contou com a solidariedade dos tripulantes das barcas que se recusaram a transportar as cargas de frutos secos e de conservas para os vapores, e a solidariedade de outros centros piscatórios do Algarve, como Olhão e Albufeira, paralisou a vida industrial e comercial na vila e conduziu ao agravamento de situações de fome. Esta situação motivou a intervenção de forças de cavalaria e até trouxe a Portimão o delegado do governo, Estêvão de Vasconcelos, e Brito Camacho, Ministro do Fomento. Os marítimos acabaram por conseguir algumas pequenas concessões dos industriais⁷³.

Como consequência da força e das reivindicações do movimento sindical operário portimonense, Manuel de Arriaga assinou em 1912 o alvará da “Associação de Classe dos Marítimos” e, em 1913, António Maria da Silva concedeu a aprovação dos Estatutos da “Associação de Classe dos Soldadores”. Em 1915 foi constituída a “Associação de Classe dos Estivadores” e aprovados os Estatutos dos Trabalhadores do Porto de Portimão⁷⁴.

⁷⁰ Vide Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Editorial Presença, Gabinete de Investigação Social, [s. d.], p. 40.

⁷¹ Cf. Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, IV Greves e agitação operária* (1.ª parte), Vol. I, Mem Martins, Europa-América, pp. 162, 169-170. Declararam-se em greve de apoio os trabalhadores das fábricas de Ferragudo e Estrumal, em Portimão. No 1.º de novembro o total de grevistas era superior a 700 (*ibidem*, p. 170); «Em Portimão», in *Notícias de Silves*, n.º 17, de 10 de dezembro de 1908.

⁷² Cf. «Greve de Portimão», in *O Silvense*, n.º 25, de 20 de dezembro de 1910, p. 3.

⁷³ Sobre esta greve vide *O Silvense*, n.º 25, 26, 27 e 30, de dezembro de 1910 e de janeiro de 1911, e *O Algarve*, n.º 144, de 23 de dezembro de 1910, p. 1.

⁷⁴ Cf. Exposição do P. C. P. «80 anos a fazer história, a construir futuro», em Portimão, março de 2001.

Outro momento grevístico de envergadura em Portimão ocorreu em 1918, quando a União Operária Nacional decretou uma greve a nível nacional, num contexto de carestia de vida e escassez de bens essenciais, de muita instabilidade e de grande agitação operária a seguir à guerra. Este surto grevista ocorrido neste centro operário revestiu-se de cenas de inaudita violência, onde ferroviários e marítimos ao coagirem os estabelecimentos comerciais a encerrarem as portas (algumas casas comerciais foram assaltadas), levou à intervenção da tropa, o que provocou 10 mortos e vários feridos⁷⁵. Esta greve levou à prisão de José Negrão Buízel e à perseguição de António Neves Anacleto, anarquistas, considerados dois dos principais organizadores e dinamizadores da greve em Portimão⁷⁶.

Em 1922 eclodiu uma nova greve em Portimão, envolvendo os calafates e praticamente todo o pessoal da litografia Fialho. Esta luta, que se ampliou por solidariedade, teve a ver com o facto de terem sido despedidas algumas operárias por se recusarem a trabalhar com as novas máquinas, receando ficar sem os dedos ou sem as mãos. Esta greve acabou por se saldar com mais uma derrota do movimento, conduzindo ao despedimento de 155 trabalhadores⁷⁷. O movimento operário portimonense encontrava-se deveras debilitado na fase final da República, encontrando-se muitos dos seus dirigentes e ativistas presos, ou desempregados.

Em junho de 1925 rebentou uma nova greve em Portimão, tal como noutros centros industriais da região, desta vez como forma de solidariedade com a greve decretada pela Associação Corticeira de Silves. Sentindo-se acossada pelo patronato e pelas autoridades governamentais, a organização operária portimonense acabou por adquirir a “Casa dos Trabalhadores”, propriedade de todos os organismos operários da localidade e agrupados numa União de Sindicatos⁷⁸.

Silves foi outro centro operário algarvio onde se verificou também uma greve geral contra as deportações, precisamente no dia 22 de junho, aniversário da tragédia ocorrida um ano antes. O operariado abandonou em massa o trabalho e reuniu-se na sala da Associação dos Corticeiros, onde assistiu a uma sessão presidida por Francisco Marcos e secretariada por Carlos Romano e Augusto Passarinho⁷⁹. Na sua alocução, este dirigente operário lembrou a data de 22 de junho de 1924 e teceu várias considerações sobre as

⁷⁵ Vide *A Capital*, de 20 e 22 de novembro de 1918, pp. 1 e 2 respetivamente, e *Diário de Notícias*, de 23 de novembro de 1918, p. 1.

⁷⁶ Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Portimão – Industriais e Conserveiros...*, cit., p. 104.

⁷⁷ *Ibidem* p. 105.

⁷⁸ Cf. «Casa dos Trabalhadores», in *O Jornal de Portimão*, n.º 16, de 15 de novembro de 1925, p. 1.

⁷⁹ Cf. «Greve geral em Silves, in *A Batalha*, n.º 2015, de 26 de junho de 1925, p. 4.

deportações. No final das intervenções foram aprovadas duas moções contra as deportações sem julgamento, saudando os trabalhadores em greve no Algarve e, particularmente, os grevistas de Portimão, e saudando igualmente «a Confederação Geral do Trabalho pela sua atitude perante as perseguições e, *A Batalha*, pela forma clara como relatou os acontecimentos e criticou os erros cometidos»⁸⁰.

Não deixa de ser curioso o facto do órgão central dos anarcossindicalistas ter publicado longos excertos de um manifesto do Partido Comunista contra as deportações e convidando o povo a assistir a uma sessão. Vejamos algumas dessas passagens:

«Essas deportações, sem julgamento, são a maior condenação do regime burguês. Uma sociedade que não encontra na legalidade a necessária força para a sua defesa, está irremediavelmente perdida.

Essas deportações, revoltantes sob todos os pontos de vista, atestam a impotência de um regime que tem de recorrer ao arbítrio mais estúpido e cobarde para se manter, elas representam mesmo um atestado de cobardia passado aos que compõem os tribunais, o que só pode servir de incentivo ao crime.

As injustiças e as violências cometidas têm sido tantas, pois vão desde os brutais espancamentos ao vil assassinato dos presos, que o povo duvida já com toda a razão, das rocambolescas narrativas que os jornais ao serviço da polícia lhe apresentam; ele sabe que nunca para os maiores criminosos se usou duma tão extraordinária medida.

É invocando a legalidade tão apregoada nos comícios e nos jornais republicanos doutro tempo, que nós protestamos contra o arbítrio do governo.

Por demais se sabe que estas perseguições representam os preliminares da feroz reacção que as forças vivas pretendem fazer desencadear sobre a classe operária. (...).

Os governantes falam em respeito às leis, que eles comecem por respeitá-las, fazendo regressar os deportados e julgando-os com

⁸⁰ *Ibidem*.

todas as garantias legais, que jamais foram negadas aos facínoras mais repugnantes.

Que ninguém falte às reuniões de protesto que se estão efectuando em todo o país! Que o grito de protesto seja claro e terminante:

Abaixo o arbítrio do governo!

Povo trabalhador! Protesta com a tua presença contra as deportações sem julgamento, contra os assassinatos cometidos pela polícia contra os presos sem defesa, na sede da Federação Comunal de Lisboa, Rua do Arco Marquês do Alegrete, 36, 2.º, hoje, quinta-feira, pelas 21 horas, à sessão de protesto que o P. C. P. vai realizar. À sessão, pois!»⁸¹

O movimento operário da região algarvia também protestou, no verão de 1925, contra a guerra e a favor dos ideais da paz, tal como vinha sucedendo em Lisboa e noutras partes do país. Os protestos anti-guerra inseriam-se na campanha, a nível mundial, promovida pela Associação Internacional dos Trabalhadores, de tendência anarquista e numa altura em que a guerra de Marrocos atingia grandes proporções. Surgiam relatos de massacres e de atrocidades cometidas no norte de África pelas tropas coloniais de França e de Espanha, onde se destacavam as ações da Legião Estrangeira deste último país⁸². Os comícios e as manifestações operárias contra a guerra ocorreram em mais um aniversário do início da primeira conflagração mundial, que eclodira onze anos antes. O armistício tinha sido assinado havia pouco mais de seis anos e a corrida aos armamentos entre as principais potências mundiais aumentava de intensidade. Nos protestos eram aprovadas moções «contra a ameaça do capitalismo imperialista do desencadeamento de novas guerras», e manifestando o firme propósito do movimento operário declarar a «greve geral revolucionária, a qualquer mobilização que, porventura, se tente levar a efeito»⁸³.

Temos notícias e relatos de protestos operários contra a guerra em diversas localidades do Algarve, nomeadamente em Faro, Loulé, Portimão, Silves e S. Bartolomeu de Messines. Na capital do Algarve a sessão anti-guerra realizou-se na sede da U. S. O.

⁸¹ Cf. «Um manifesto do Partido Comunista convidando o povo a assistir a uma sessão, in *A Batalha*, n.º 2020, de 2 de julho de 1925, p. 2.

⁸² Cf. «A Guerra de Marrocos», in *A Batalha*, n.º 2046, de 2 de agosto de 1925, p. 1.

⁸³ V. «O protesto do proletariado contra a guerra», in *A Batalha*, n.º 2049, de 6 de agosto de 1925, p. 4.

local, sendo um dos oradores o professor José Negrão Buízel⁸⁴. Na sua alocução, este anarquista portimonense alertou para os perigos de uma nova guerra e que esta só seria evitada com a organização do operariado, o qual se devia negar a pegar em armas.

⁸⁴ José Negrão Buízel nasceu em Portimão, a 27 de outubro de 1875 e faleceu em Lisboa, a 8 de maio de 1954. Filho de Jerónimo Baudílio Buízel que partindo da Catalunha, veio para o Algarve, onde instalou uma fábrica de cortiça e casou com a portimonense Ana de Almeida Negrão. José Negrão Buízel, um dos cinco irmãos desta família rica e liberal, tornou-se professor, pedagogo e político anarcossindicalista. Muito culto e falando várias línguas fundou em Portimão o “Colégio Lusitano”, cuja população escolar era muito heterogénea: filhos de funcionários públicos e comerciantes, pobres, operários, a quem não cobrava e ministrava cursos gratuitos de alfabetização. As classes mais abastadas receavam que os seus filhos fossem influenciados pelas ideias “subversivas” do Professor. Feroz anticlericalista, fundou em Portimão, no ano de 1902, o jornal *A Verdade*, onde escreveu sobre diversos temas, como o analfabetismo, higiene, educação cívica, ciências naturais, língua pátria, pedagogia e história. Amigo dos pobres e defensor dos mais desprotegidos e carenciados, contra os poderosos e oportunistas, a sua ação política incomodava as entidades patronais e valeu-lhe inúmeras prisões.

Nos finais da monarquia Negrão Buízel promoveu a propaganda republicana em Portimão, tendo discursado na inauguração do “Centro Republicano Ernesto Cabrita”, em 1908. Aderindo às ideias libertárias, destacou-se na defesa dos corticeiros de Silves e dos marítimos de Portimão e em 1912 fundou nesta vila o “Grupo Libertário A Verdade”, que veio a aderir à Federação Anarquista do Sul. Implicado no “Complot de Portimão” foi preso e julgado, juntamente com outros acusados, no Tribunal de Guerra de Lisboa, por conspirar em reuniões monárquicas contra a República. A sua prisão provocou graves tumultos em Portimão. Foi absolvido, tal como os outros réus, destacando-se como suas testemunhas dirigentes do movimento operário, como Bartolomeu Constantino e Sebastião Eugénio. O seu regresso a Portimão foi festejado efusivamente com uma manifestação operária. Acabou por ir parar à prisão diversas vezes ao destacar-se na defesa dos movimentos grevistas de 1912, 1918 e 1922-26. Era recebido sempre em festa pelos operários da vila onde fazia vibrantes discursos, o que lhe valia novas prisões, muitas vezes sem ter conseguido chegar a casa.

Com a instauração da Ditadura Militar, Negrão Buízel fez parte do “Comité Revolucionário de Portimão”, acabando por ser de novo preso em 1928, acusado de ter ideias avançadas e de ter feito propaganda do jornal clandestino *Boletim do Movimento Operário*. Pouco depois acabaria por ser libertado devido a uma petição lançada por alunos e pais do Colégio. Em março de 1934 foi novamente preso, acusado de pertencer à fração anarquista de Portimão e de ter participado na preparação da “Greve Geral Revolucionária” do 18 de janeiro. Julgado no Tribunal Militar Especial, foi condenado à pena de 4 anos de desterro, multa e perda de direitos políticos por 10 anos. Recorreu da sentença, sendo a pena atenuada para três anos, mantendo-se o resto. Ao sair da prisão em 5 de setembro de 1937 o Tribunal fixou-lhe residência no Monte Estoril, reativando a sua atividade pedagógica no “Colégio Bairro Escolar do Estoril”, onde o seu filho, Américo Buízel, era sócio-diretor.

Mais tarde, já velho e doente, foi internado no Hospital do Desterro onde fazia discursos em inglês, pois era vigiado pela PIDE. Acabou por morrer num asilo de Lisboa, em 8 de maio de 1954, tendo o seu funeral sido pago pelos alunos que o acompanharam à campa rasa que escolheu (cf. «Os Jesuítas no Algarve», in *A Vanguarda*, de 6 de Junho de 1900, p. 2; «A postos!», in *O Futuro*, n.º 704, de 1 de julho de 1906, p. 1; «Reunião do Centro Republicano de Portimão», in *O Mundo*, n.º 2722, de 5 de junho de 1908, p. 2; «Greve de Portimão», in *O Silvesense*, n.º 25, de 20 de dezembro de 1910, p. 3; «Grupo Libertário a Verdade», in *Alma Algarvia*, n.º 67, de 16 de junho de 1912, p. 3; «No tribunal Marcial – julgamento dos implicados no Complot de Portimão», in *Diário de Notícias*, de 18 de março de 1913, p. 1; ANTT/PIDE/DGS, José Negrão Buízel, Processo SPS 3621, Unidade NT 4246, de 30 de Março de 1928; ANTT/PIDE/DGS, José Negrão Buízel, Cad. 5206; ANTT/PIDE/DGS, *Silves e o Algarve*, «Relatório extraordinário do Posto de Vila Real de Stº António», Maio de 1939, fl. 111; José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve*, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1989, vol. II, p. 334; Edgar Rodrigues, *Breve História do Pensamento e das lutas sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, Cadernos Peninsulares, 1977, p. 405; Glória Marreiros, *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 97 e 98; Maria João Raminhos Duarte, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 203, pp. 90-96; idem, «Os Monárquicos no novo regime», in *Portimão e a Revolução Republicana*, Coordenação de José Tengarrinha, Alfragide, Texto Editores, 2010, pp. 62-67).

Defendeu que os sindicatos deviam fazer uma tenaz propaganda anti-militarista levando os operários a não ingressarem nos quartéis, considerados «escolas de imoralidade e de inação». No final foi aprovada uma moção contra a guerra e de solidariedade ao povo espanhol contra a guerra de Marrocos, além de ter sido decidido o envio de «um telegrama de protesto ao ministro de Espanha em Portugal contra esta mesma guerra»⁸⁵. Refira-se que o país vizinho se encontrava no início da ditadura riverista sob o consulado monárquico de Afonso XIII.

Em Loulé, o comício de protesto contra a guerra não conseguiu realizar-se até ao fim, sendo sabotado por um grupo de indivíduos filiados nos centros nacionalistas e monárquicos, de acordo com o relato de *A Batalha*. Quando se encontrava a discursar o sindicalista Manuel Teodoro irromperam pelo comício adentro as forças conservadoras, dando vivas ao exército e à armada e derrubando a pontapé a mesa ali colocada. Os populares que assistiam ao comício reagiram de imediato e envolveram-se violentamente contra os provocadores, levando a que os delegados operários dessem por terminado o comício com receio da intervenção das autoridades. Curiosamente, entre os causadores dos acontecimentos encontravam-se alguns indivíduos filiados em sindicatos operários⁸⁶.

Na cidade de Portimão a sessão contra a guerra ocorreu na sede do Sindicato das Classes Marítimas, enquanto em Silves se realizaram dois protestos – um na sede do Sindicato Rural e o outro na assembleia geral do Sindicato dos Corticeiros. Por sua vez, em S. Bartolomeu de Messines o comício contou com a presença das classes trabalhadoras da localidade, tendo sido aprovada uma moção contra a guerra e de apoio à CGT, e uma saudação à Associação Internacional dos Trabalhadores por ter tido a iniciativa do protesto mundial⁸⁷.

Ainda no verão e nos finais de 1925 a crise de trabalho e baixa de salários agravou-se no Algarve, levando alguns setores operários a radicalizar os seus protestos e a serem vítimas da repressão patronal e policial. Foi o que sucedeu em Olhão onde o fracasso da greve dos soldadores conduziu à prisão de alguns destes trabalhadores, ordenada pelo

⁸⁵ V. «Em Faro uma sessão de protesto na U. S. O.», in *A Batalha*, n.º 2047, de 4 de agosto de 1925, p. 2.

⁸⁶ Cf. «O protesto operário contra a guerra em Loulé», in *A Batalha*, n.º 2048, de 5 de agosto de 1925, p. 2. Esses indivíduos eram os seguintes: António Gama, ferroviário do Sul e Sueste; Joaquim Machinhas Asnero, aspirante de Finanças; Sebastião da Costa, marceneiro e comerciante; José Borralla, sapateiro; António Calcinha; Alberto Formosinho, funcionário público; Francisco Carochio; Leão Ascensão, estudante; Manuel Javardo, sapateiro; Francisco Mateus de Barros, explorador. Estas e outras pessoas teriam agido a mando de um advogado louletano, de nome José Pedro.

⁸⁷ V. *A Batalha*, n.º 2050, de 7 de agosto de 1925, p. 4, e n.º 2053, de 11 de agosto de 1925, p. 2.

ministro do Interior. Também foi ordenada a prisão do correspondente de *A Batalha*, em Quarteira e, deste local, seguiu preso para Loulé o militante operário Manuel Teodoro, da secção de propaganda da Construção Civil da região sul. Estes elementos eram acusados de planearem atentados com a utilização de explosivos⁸⁸. Mas onde a luta mais se agudizou foi entre a classe dos corticeiros que, respondendo às orientações da Federação Corticeira tomaram posição em vários centros industriais da região algarvia, recusando a baixa de salários proposta pela Associação Industrial – secção de cortiças. O movimento de resistência irá traduzir-se na declaração de greve, decretada à escala nacional.

Entretanto, a situação de crise no setor da pesca algarvia conheceu momentos ainda mais difíceis e agitados, levando à reclamação dos próprios industriais. Tal devia-se ao facto dos galeões e dos cercos espanhóis enxamearem as nossas águas, levando alguns jornais a exigirem a demissão do ministro da Marinha por não tomar as medidas necessárias contra a «pirataria espanhola». Não havia qualquer tipo de vigilância e as canhoieras portuguesas encontravam-se «atoladas no lodo da ria de Faro». Os espanhóis não só «proíbem os cercos portugueses de pescar», como «tiveram o supremo arrojo de fundearem numa praia de Pêra!». O ministro da Marinha era acusado de desprezar os interesses do povo português, de atitude anti-patriótica, e o governo da República de ter entregue «o Algarve à Espanha, sem o consentimento do povo algarvio»⁸⁹. Esta situação contribuía para o adensar da crise e para uma maior hostilização contra os republicanos.

Como se referiu, foi entre os trabalhadores corticeiros que a luta mais se radicalizou nos finais da 1ª República. No fim de Setembro de 1925 a Federação Corticeira Nacional fez entrega ao ministro do Comércio de uma exposição – reclamação sobre a crise na indústria, advogando diversas medidas para solucionar os problemas do setor: a constituição de uma Entente Aduaneira entre os países produtores de cortiça, no sentido de cada um deles industrializar toda a produção destinada ao consumo mundial; a

⁸⁸ V. *A Batalha*, n.º 2068, de 29 de agosto de 1925, p. 1, e n.º 2070, de 1 de setembro de 1925, p. 1. Os operários soldados presos em Olhão foram José Maria Canoa, acusado de receber dinheiro da CGT e estar envolvido num *complot* bombista, António dos Santos Cabrita, Virgílio Tavares e João Pereira.

⁸⁹ Veja-se Passos Ponte, «O problema da pesca – a Pirataria Espanhola continua infestando a nossa costa, graças ao criminoso desprezo do senhor Ministro da Marinha», in *O Eco do Sul*, Olhão, ano I, n.º 3, de 1 de outubro de 1925, p. 1. Ver ainda «Uma Vergonha Nacional» e «A velha questão da pesca - máscaras abaixo», in *O Eco do Sul*, n.º 1 e n.º 5, respetivamente de 17 de setembro, p. 1 e 15 de outubro de 1925, p. 1. O artigo de Passos Ponte, dirigido a Pereira da Silva, ministro da Marinha, terminava da seguinte forma: «Se V. Ex.ª não quer proceder como deve e pode, que é para isso que nós – o povo soberano – lhe pagamos, ou se lhe falta coragem para fazê-lo, só lhe resta um caminho que já devia ter tomado há muito tempo: dispa V. Ex.ª a sua farda de oficial da marinha, sr. Ministro e recolha-se a um convento de Espanha, visto que os não há em Portugal, pois V. Ex.ª está mantendo uma atitude anti-patriótica, nefasta para os nossos interesses e para a nossa dignidade de portugueses».

importação livre dos direitos alfandegários de todas as matérias e ferramentas destinadas à indústria corticeira; a isenção da contribuição industrial sobre as fábricas que manufaturassem exclusivamente quadros, rolhas e seus derivados por um período de dez anos; estabelecimento de carreiras de navegação entre o nosso país e os países orientais consumidores de cortiça; proibição de tirar a cortiça aos sobreiros com menos de dez anos; redução de 50% nas taxas dos caminhos-de-ferro no transporte de cortiça em bruto e seus derivados, das estações para as fábricas; a proibição de quaisquer engarrafamentos com rolhas que não sejam de cortiça; e o estabelecimento de tratados de comércio com os países consumidores de cortiça e seus derivados⁹⁰. A estas reivindicações eram acrescentadas outras mais específicas, dirigidas diretamente ao operariado corticeiro: que o governo obtivesse junto dos industriais a colocação dos desempregados; que fosse fornecida aos sindicatos operários matéria-prima, alojamentos, utensílios e os créditos indispensáveis para os operários trabalharem; e, caso isto não fosse possível, promover a colocação dos desempregados em qualquer colocação dependente do Estado⁹¹. Tratavam-se de exigências operárias arrojadas e fortes que os governantes republicanos, pela sua natureza, não iriam dar satisfação.

Os trabalhadores corticeiros ganharam uma maior mobilização decorrente da realização do 1.º Congresso Confederal da Confederação Geral dos Trabalhadores (4.º Congresso Nacional Operário), que ocorreu em Santarém entre 23 e 27 de setembro de 1925. Foi o congresso mais concorrido, nele participando 135 sindicatos, 11 federações de indústrias e 5 uniões de sindicatos⁹². A A. I. T. esteve representada pelo militante

⁹⁰ Cf. *A Batalha*, n.º 2097, de 1 de outubro de 1925, p. 2.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² Edgar Rodrigues, *Breve Historia do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1977, p. 229.

De acordo com o órgão central da CGT os organismos participantes no Congresso seriam apenas 116, assim distribuídos: Federações – do Livro e do Jornal, Calçado, Couros e Peles, Vinícola, Construção Civil, Ferroviária, Metalúrgica, Mobiliária, Corticeira, Empregados no Comércio e Indústria de Conservas; Uniões – Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, Vila Franca de Xira, Porto, Évora e Portimão; Sindicatos – Construção Civil de Lisboa, Porto, Guarda, Sintra, Matosinhos, Fafe, Faial, Almada, Valença do Minho, Cascais, Évora, Alcains e Ponte de Sor; Manufatores de Calçado de Lisboa, Portimão e Beja; Rurais de Cano, Cabeço de Vide, Vila Boim, Geromenha, Cabeção, Seda, Borba, Vendas Novas, São Mansos, Sousel, Évora, Graça do Divor, Safára, Fronteira, Benavila, Elvas, Montoito, Vila Glória, Extremoz, Terrugem e Alter do Chão; Metalúrgicos de Lisboa, Marinha Grande e Porto; Ferroviários do Sul e Sueste, Minho e Douro e Lourenço Marques; Marítimos – Descarregadores de Mar e Terra da Vala do Carregado, idem de Almada, Marítimos de Sines, Tráfego de Lisboa, Fluviais de Lisboa, Pessoal de Câmaras, Marítimos da Foz do Douro, Marinheiros e Moços de Lisboa, Fogueiros de Mar e Terra de Lisboa, Pessoal de Rebocadores e Gasolinas de Lisboa, Descarregadores de Mar e Terra do Porto, Carpinteiros Navais de Portimão, Fragateiros de Portimão, Estivadores de Portimão e Chauffeurs Marítimos de Lisboa; Indústria Vinícola – Tanoeiros de Lisboa e Tanoeiros da Gaia; Gráficos – Impressores, Compositores Tipográficos, Litógrafos e Anexos Encadernadores de Lisboa, Liga das Artes Gráficas de Santarém, idem do Porto;

italiano Armando Borghi, e a C. N. T. de Espanha por Adelino Gonzalez e Segundo Blanco⁹³. Entre outros assuntos discutidos, este congresso irá confirmar a adesão à anarquista Associação Internacional dos Trabalhadores.

Entretanto pela mesma altura, a sede central da organização operária portuguesa localizada na Calçada do Combro, em Lisboa, foi assaltada pela polícia. Além das buscas realizadas em vários gabinetes, as forças da ordem rasgaram documentação, quebraram mobiliário, arrombaram portas, destruíram material tipográfico, confiscaram diversos materiais e ainda, apoderaram-se de cerca de duzentos escudos e inutilizaram algumas notas. Esta ação policial repressiva motivou diversas notas de protesto de várias entidades públicas, e as visitas à sede de figuras conhecidas, como José Domingues dos Santos, ex-chefe do ministério da Esquerda Democrática, João Pedro dos Santos, ex-chefe da PSP e do industrial Damião, da firma Damião & C.^a, entre outros. A indignação contra o assalto foi enorme, levando a que milhares de populares acorressem a visitar a sede destruída⁹⁴.

Todos estes factos, o congresso confederal e o assalto da polícia, contribuíam para a exaltação dos ânimos operários. É neste contexto que a Federação Corticeira decretou uma greve nacional, visto as suas reivindicações não terem sido atendidas e, em particular, contra a baixa de salários que os industriais do setor pretendiam levar a efeito. Paralisaram os principais centros corticeiros do país, incluindo Silves e S. Bartolomeu de Messines no Algarve. Ao todo, entraram em greve cerca de 12 000 trabalhadores corticeiros, arrastando-se a mesma durante seis semanas e terminando com uma vitória parcial da classe: os corticeiros apenas teriam uma redução salarial de 5% sobre o que

Corticeiros de Silves, Barreiro, Aldegalega, Almada, Lisboa, Vendas Novas, Castelo Branco, Seixal, Odemira e Abrantes; Mobiliários de Lisboa, Porto e Cesteiros de Gonçalo; Têxteis – Manufatores de Tecidos de Lisboa, da Covilhã, Gouveia e Porto; Empregados no Comércio do Porto e Empregados Menores do Comércio e Indústria de Lisboa; Diversos – Confeiteiros do Porto, Mineiros de S. Domingos, Chapeleiros de Lisboa, Operários Municipais de Lisboa, Vidreiros do Porto, Misto de Évora, Alfaiates de Lisboa, idem da Póvoa do Varzim; Manipuladores do Pão do Porto, Braga, Figueira e Lisboa. Ao todo estavam representados 113 Sindicatos com 144 delegados, 11 Federações por 15 delegados e 5 Uniões de Sindicatos. A Federação das Juventudes Sindicalistas também se fez representar por 1 delegado. Por dificuldades financeiras 22 Sindicatos não conseguiram enviar delegados ao Congresso (v. «Inaugurou-se ontem com grande imponência em Santarém o I Congresso Confederal», in *A Batalha*, n.º 2091, de 24 de setembro de 1925, p. 1).

Como se comprova, o Algarve encontrava-se fracamente representado, apenas os Corticeiros de Silves e 3 Sindicatos de Portimão, todos ligados à atividade marítima – Carpinteiros Navais, Fragateiros e Estivadores, o que demonstra as dificuldades que o sindicalismo operário atravessava na região.

⁹³ Edgar Rodrigues, *op. cit.*, p. 229. O discurso de Borghi poderá ser consultado em *A Batalha*, n.º 2096, de 30 de setembro de 1925, pp. 1-2.

⁹⁴ Cf. *A Batalha*, n.º 2099, de 3 de outubro de 1925, pp. 1-2. Sebastião Magalhães Lima, um histórico republicano e grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, repudiou energicamente o assalto policial à sede da C. G. T., considerando-o uma «arbitrariedade monstruosa», uma «vergonhosa selvajaria» e um ato de «canibalismo» (*ibidem*, p. 1).

auferiam em 1924 e os industriais comprometiam-se a não exercer represálias sobre os operários⁹⁵. Esta greve contou com a solidariedade de outros setores operários, recebendo os grevistas de Silves e de Messines o apoio e auxílio dos marítimos de Portimão⁹⁶.

Nos primeiros meses de 1926 nota-se uma certa acalmia nos meios sindicais algarvios. Enquanto a Juventude Sindicalista de Faro comemorava o 1.º aniversário de constituição do núcleo local⁹⁷, os ferroviários desta cidade promoviam uma reunião para eleger os novos corpos gerentes e para esclarecimento da classe, nomeadamente a situação em que se encontravam as reclamações formuladas ao ministro do Comércio, tendo sido aprovado por aclamação um protesto contra as perseguições aos ferroviários de Lourenço Marques que se encontravam em greve⁹⁸. Por sua vez, em Monchique foi constituído o Sindicato da Construção Civil com o intuito de lutar pelo estabelecimento das 8 horas de trabalho diário. Esta nova organização sindical acabou por promover um comício de propaganda, convidando para o efeito o Professor José Negrão Buízel, um delegado do sindicato congénere de Olhão e alguns elementos de Portimão. Tratou-se de uma importante sessão operária nesta vila da serra algarvia em que «a oficina do camarada Entradas regurgitava de público»⁹⁹.

A situação social continuava a agravar-se nos meios operários do Algarve, conduzindo por exemplo, ao encerramento de quase todas as fábricas de conservas em Portimão atirando milhares de pessoas para o desemprego e, aquelas que não fecharam, reduziram os salários dos seus trabalhadores, onde se destacam a “Santa Catarina”, a “Mercantil” e a “Feu Hermanos”¹⁰⁰. O agravamento da crise industrial e a falta de trabalho conduziram os operários portimonenses ao desespero, tendo Júdice Fialho, o “Rei do Algarve”, aproveitado a grave situação para reduzir os salários dos seus trabalhadores¹⁰¹.

⁹⁵ Cf. *A Batalha*, n.º 2157, de 12 de dezembro de 1925, p. 4. Além de Silves e de S. Bartolomeu de Messines, paralisaram os centros corticeiros de Poço do Bispo, Vendas Novas, Belém, Alhos Vedros, Almada, Castelo Branco, Seixal, Sines, S. Tiago de Cacém, Setúbal, Aldegalega e Barreiro (*A Batalha*, n.º 2135, de 15 de novembro de 1925, p. 4).

⁹⁶ V. *A Batalha*, n.º 2136 e 2139, de 17 e 20 de novembro, p. 4.

⁹⁷ V. *A Batalha*, n.º 2176, de 6 de janeiro de 1926, p. 4.

⁹⁸ Cf. *A Batalha*, n.º 2195, de 28 de janeiro de 1926, p. 4. Sobre o mesmo assunto, ver ainda o artigo «Prossegue heroicamente a greve dos ferroviários de Lourenço Marques», in *A Batalha*, n.º 2227, de 7 de março de 1926, p. 4.

⁹⁹ Cf. *A Batalha*, n.º 2241, de 24 de março de 1926, p. 4. Sobre a constituição do Sindicato da Construção Civil de Monchique, vide *A Batalha*, n.º 2212, de 16 de fevereiro de 1926, p. 2.

¹⁰⁰ V. *A Batalha*, n.º 2227, de 7 de março de 1926, p. 4.

¹⁰¹ Cf. Edgar Rodrigues, *A Resistência anarco – sindicalista à ditadura...*, op. cit., p. 113.

A imprensa noticiava a crise com veemência: «Suicidou-se em Portimão, atirando-se ao mar, um marítimo chefe de família que estava há mais de um ano sem trabalho»¹⁰².

Já antes, no I Congresso dos Operários da Indústria de Conservas, realizado em Setúbal, a 7 de dezembro de 1924, o industrial Júdice Fialho tinha sido duramente atacado devido à sua política anti-operária. Tinha despedido 400 operários grevistas das suas fábricas, substituindo-os por dezenas de mulheres e crianças, passando a exigência dos operários a ser agora outra: «Se a máquina substituiu os soldados, estes devem ser os preferidos para trabalharem com elas»¹⁰³. Quando se discutiu o regulamento da Caixa de Solidariedade, com o propósito de se subsidiar os operários perseguidos pelo seu ativismo sindical, o sindicato de Portimão propôs que a quota federal de vinte centavos incluísse dez centavos para esta caixa de solidariedade, proposta que foi rejeitada¹⁰⁴. O congresso acabou por aprovar os Estatutos da Federação Portuguesa dos Operários da Indústria de Conservas, assim como a sua adesão à Confederação Geral do Trabalho e à Associação Internacional dos Trabalhadores, dominadas pelos anarcossindicalistas.

Procurando chamar a atenção para a calamitosa situação em que se encontravam os operários desta localidade, a União dos Sindicatos de Portimão¹⁰⁵ promoveu mais um comício que contou com a presença do Professor José Buízel que, na sua intervenção, apelou à constituição de comissões operárias por todo o Algarve que levariam as suas reclamações à reunião magna de Lisboa¹⁰⁶. Com efeito, perante a gravidade da situação, partiu para Lisboa uma comissão de trabalhadores, acompanhada pelo Presidente da Comissão Executiva da Câmara de Portimão, Jaime da Glória Dias Cordeiro, para reclamar medidas urgentes para atenuar a terrível crise que o Algarve vinha atravessando.

¹⁰² Cf. «Em plena crise! O Algarve à mercê da fome», *O Jornal de Portimão*, n.º 42, de 23 de maio de 1926, p. 1.

¹⁰³ «O 1.º Congresso dos operários da indústria de Conservas», in *A Batalha*, n.º 1855, de 10 de dezembro de 1924, p. 4.

¹⁰⁴ «O 1.º Congresso dos operários da indústria de Conservas», in *A Batalha*, n.º 1856, de 11 de dezembro de 1924, p. 1.

¹⁰⁵ A União dos Sindicatos de Portimão era constituída pelos Sindicatos dos Operários da Indústria de Conservas, da Indústria da Construção Civil, da Indústria do Calçado, dos Carpinteiros Navais, dos Chauffeurs Marítimos, dos Estivadores, dos Fragateiros, pelo Sindicato Único Metalúrgico e pela Associação de Classe dos Operários Corticeiros (cf. A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa, Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978, pp. 378-380); ver igualmente Valdemar Coutinho, «O Associativismo em Portimão», in *Portimão e a Revolução Republicana*, op. cit., p. 195).

¹⁰⁶ «A crise», in *O Jornal de Portimão*, n.º 42, de 23 de maio de 1926, p. 1. No comício de Portimão foi aprovada uma moção exigindo aos poderes constituídos o debelar da crise por que passava o Algarve e em particular Olhão, uma rigorosa fiscalização da costa da região e a nomeação de uma comissão com plenos poderes para defender os interesses coletivos (cf. «Em Portimão efetua-se um grande comício contra a crise algarvia», in *A Batalha*, n.º 2292, de 23 de maio de 1926, p. 2).

A comissão acabou por ficar retida em Lisboa, devido aos “acontecimentos revolucionários” do movimento militar de 28 de maio de 1926. Conseguiram apenas falar com o comandante Cabeçadas, que prometeu interessar-se pela situação¹⁰⁷.

«O irónico deste episódio é que mal sabia a comissão que estes ‘acontecimentos revolucionários’ seriam o princípio do fim das suas liberdades, e constituiriam o canto do cisne dos direitos adquiridos pela luta dos trabalhadores»¹⁰⁸. Curiosamente, a comissão nem se tinha dado conta da envergadura dos graves acontecimentos ocorridos, depositando inclusive, confiança nos novos governantes para a resolução das suas reivindicações. É o que atesta a nota oficiosa que fez publicar, «ficando combinado que viria a Lisboa uma comissão delegada daquelas, para com todos os ministros, procurar uma solução pronta e eficaz para o Algarve». E mais à frente remata: «São muitas boas impressões que as comissões levam, mas isso não basta»¹⁰⁹. Estas «boas impressões» inseriam-se perfeitamente no clima de expectativa e neutralidade perante os golpistas, advogado pela Confederação Geral do Trabalho, a principal organização operária.

Nas vésperas do 28 de maio também se realizou em Silves, na sede do Sindicato dos Corticeiros, um grande comício de protesto contra a crise algarvia. Usaram da palavra vários dirigentes, ligados à organização operária da região, tais como António Franco, da construção civil de Portimão, José Viegas, dos marítimos de Olhão, João Gonçalves Pires, em nome da comissão central do povo algarvio, Domingos Passarinho, dos corticeiros de Silves e José dos Reis Sequeira, das Juventudes Sindicalistas de Silves. Quem proferiu um vibrante discurso foi mais uma vez o anarquista José Negrão Buízel. Ao saudar os presentes, apontou «o forte baluarte dos operários da indústria corticeira de Silves», «seus antigos companheiros de luta», referindo que o povo tinha de ir à luta reclamar os seus direitos junto dos poderes instituídos e que «é preferível morrer na rua com um tiro, do que em casa com fome»¹¹⁰, recebendo fortes aplausos.

Uns dias antes, José Negrão Buízel tinha participado noutros grandes comícios operários, desta vez em Olhão, cuja assistência era constituída principalmente por marítimos, e em Faro. Na sua alocução perante 3 000 operários olhanenses, Negrão Buízel aludiu ao estado de miséria e de fome em que se encontrava o Algarve, expôs as causas

¹⁰⁷ «O Algarve e a crise», in *O Jornal de Portimão*, n.º 44, de 6 de junho de 1926, p. 1.

¹⁰⁸ Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Portimão – Industriais Conserveiros...*, cit., p. 108.

¹⁰⁹ V. «Nota oficiosa da Comissão dos delegados das classes algarvias», in *A Batalha*, n.º 2301, de 3 de junho de 1926, p. 2.

¹¹⁰ V. «Em Silves realizou-se um grande comício de protesto contra a crise algarvia», in *A Batalha*, n.º 2295, de 27 de maio de 1926, p. 4.

da falta de sardinha e pediu o defeso desta pesca no tempo da desova, atacou as ditaduras e as casas de penhores e lembrou a necessidade de uma Escola Industrial e Comercial em Olhão¹¹¹. Em Faro, perante uma assistência de 1 500 pessoas o libertário portimonense voltou a focar a crise do Algarve e as suas causas, a fome massiva que grassava em Olhão, a criação de um Bairro Social e a missão dos revolucionários sindicalistas que lutam por uma sociedade equilibrada¹¹². No final destes comícios eram aprovadas moções, com exigências praticamente semelhantes, e eram eleitas as comissões operárias que iriam constituir a comissão central que se deslocaria a Lisboa.

Por altura do golpe militar do 28 de maio a crise social atingia o auge na região e uma das localidades mais atingidas era Olhão. O enviado especial ao Algarve de *A Batalha* não deixa margem para dúvidas nas crónicas que publica:

«Há apenas cinco horas que pisamos o solo olhanense e já por nós passou uma brisa trágica que nos escaldou a sensibilidade. (...).

Foram cinco horas de contacto com a Miséria, foram cinco horas de comunicação com a Fome, foram cinco horas de intimidade com a Dor de que conservamos uma tétrica e inolvidável visão! (...).

A Fome mora em Olhão! A Miséria fixou residência em Olhão!
A Crise de Trabalho localizou-se em Olhão!

Em Lisboa há fome, abunda a miséria e transborda a crise de trabalho! Mas em nada se compara ao que existe por estas paragens, em nada se assemelha ao que há por todo o litoral algarvio! (...).

¹¹¹ «Em Olhão efectua-se um importante comício», in *A Batalha*, n.º 2289, de 20 de maio de 1926, p. 4.

¹¹² Cf. «Em Faro realizou-se um comício público que aprovou várias reclamações a apresentar aos poderes públicos», in *A Batalha*, n.º 2293, de 25 de maio de 1926, p. 1.

Estranhamente, o comício de Faro foi convocado para o Cine-Teatro pelas «comissões delegadas do povo trabalhador de Olhão, Silves, Portimão e Lagos e não pela União dos Sindicatos Operários local, o que revela existirem divergências de fundo no seio do sindicalismo revolucionário algarvio. A própria Comissão Administrativa da União de Sindicatos de Faro confirma tais divergências ao referir, numa nota oficiosa, que «um grupo de operários, entre eles alguns militantes da organização operária» iniciaram um movimento no Algarve para exigir a resolução da crise que afetava a região, «à margem da Organização Operária», embora com «características que vão de encontro ao preconizado e defendido em todas as manifestações da Organização Operária, a U. S. O. de Faro». Assim, lamenta-se e protesta esta que, dentro da sua autonomia sindical e dos princípios do Sindicalismo revolucionário, não participou no movimento e convocou uma sessão pública para a sede do seu organismo, a qual teria sido prejudicada pela realização do comício, convocado por «uma comissão de operários que abusivamente pretendem apresentar-se como representantes do operariado desta cidade, pelo que este organismo lavra o seu protesto» (cf. «Da União dos Sindicatos Operários de Faro a toda a organização operária», in *A Batalha*, n.º 2293, de 25 de maio de 1926, p. 1).

Podemos mesmo asseverar que em Olhão não se vive! Em Olhão vegeta-se! Em Olhão vive-se apenas aquela trágica existência das populações vitimadas por um cataclismo!

Em Olhão não há comércio, não há indústria, não há trabalho em que um desgraçado angarie os meios de subsistência para viver!

Há apenas Fome, com todas as suas sinistras derivantes: prostituição, indigência, dor»¹¹³.

As causas fundamentais da crise social olhanense e de todo o litoral algarvio residiam na «falta de peixe», que era «acossado pelas ‘parelhas’ espanholas», nada fazendo as autoridades para impedir tal situação. Pelo contrário, «protegem e auxiliam os espanhóis nesta obra de extermínio»¹¹⁴.

De acordo com o enviado especial, existiam no Algarve 42 vapores de pesca da sardinha e outro peixe miúdo que praticavam o chamado cerco americano. Cada vapor compreendia uma tripulação de 90 homens, incluindo os que trabalhavam na reparação de redes, nos armazéns. Se a média de cada família das classes marítimas andava pelos 6 elementos, o número de pessoas diretamente envolvidas na pesca dos cercos cifravam-se em 22 680¹¹⁵. Em Olhão, que possuía 14 vapores, também se praticava a chamada pesca das “sacadas” e das “caçadas”, pesca do alto e feita em parceria, o que empregava cerca de 3 mil marítimos, englobando assim no conjunto destes agregados familiares cerca de 18 mil pessoas. Todas estas artes pesqueiras eram severamente atingidas pelas “parelhas espanholas”, em número superior a 30, artes de arrasto a vapor formadas pela reunião de dois barcos¹¹⁶.

Não obstante as águas do Algarve serem patrulhadas pelos barcos “Tenente Roby”, “Quanza”, “Lidador” e “Raúl Cascais”, estes nada fiscalizavam, permanecendo «silenciosos, mergulhados mesmo na mais profunda letargia»¹¹⁷. Assim se compreende a gravidade da situação social por todo o litoral algarvio e, muito em particular, Olhão, atingindo a fome milhares de pessoas, pois além das classes marítimas afetadas, também

¹¹³ Cf. «A crise no Algarve – Olhão é hoje uma vila onde a fome, com todas as suas sinistras derivantes, reduziu a população à mais triste das existências», *A Batalha*, n.º 2292, de 23 de maio de 1926, p. 1.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Cf. «As ‘parelhas espanholas’, com os seus processos de extermínio de peixe, são o principal fator da falta de sardinha e da crise de trabalho», in *A Batalha*, n.º 2295, de 27 de maio de 1926, p. 1.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *Ibidem*.

as fábricas de conservas, que empregavam muitos trabalhadores, não recebiam a matéria-prima para laborar.

A comissão de trabalhadores do Algarve¹¹⁸, referida anteriormente e que se deslocou a Lisboa para reclamar dos poderes públicos «medidas contra a fome que vitima 60 000 pessoas», apresentava diversas exigências: empréstimo do Estado ou da Caixa Geral de Depósitos às Câmaras, para a construção de bairros sociais; a fiscalização rigorosa da costa do Algarve; armamento imediato dos galeões portugueses para ajudar à fiscalização da costa; a imposição do defeso na pesca da sardinha; cumprimento rigorosos dos decretos sobre salubridade pública, horário de trabalho e lei sobre menores; reconstrução das estradas do Algarve; criação de uma secção de penhores para pobres; dragagem das barras de todos os portos do Algarve; estabilidade dos cercos no mar; reabertura das fábricas de conservas; construção de prédios escolares e de beneficência; eliminação das contribuições dos últimos 12 meses para a classe dos condutores de carroças; auxílios monetários aos pescadores pobres que não possam pagar os seus empréstimos; reparação da ponte metálica em Portimão; desassoreamento do rio Arade até Silves; e a construção de uma escola industrial e comercial em Olhão¹¹⁹. Seriam medidas arrojadas que, se fossem cumpridas, por certo iriam debelar, ou atenuar grandemente a situação calamitosa em que viviam as classes trabalhadoras algarvias. Mas estas reclamações nem chegaram sequer, como vimos, a ser expostas ao último governo da República, pois este acabara de levar a estocada mortal dos principiantes da ditadura. E esta apenas se ficou pelas vãs promessas.

O movimento sindical operário algarvio, predominantemente de influência anarquista, tentava assim responder, o melhor que podia, às consequências sociais da crise de 1923/26. Embora tivesse, recentemente, realizado na região uma conferência intersindical que lhe incutiu um certo alento e organização, estavam bem à vista as suas grandes dificuldades no dealbar da República para a Ditadura. É o que atesta o militante

¹¹⁸ Esta comissão constituída por vários elementos de várias comissões do Algarve tinha a seguinte composição: João Panudio, António Soares e Armando Ferreira, de Vila Real de Santo António; Raúl Cajuda, Augusto César da Silva e José Viegas, de Olhão; António de Assunção Tenazinho, José Alexandre Ferreira e João Resende Ribeiro, de Faro; Domingos Passarinho, Pedro Baptista e Santos José de Almeida, de Silves; António Franco, João Gonçalves Pires e Francisco dos Santos Lopes, de Portimão; João Gregório, Joaquim Barros e Joaquim Veríssimo Arriegas, de Lagos (cf. «As comissões delegadas das classes laboriosas da vasta província algarvia vão hoje entregar aos poderes públicos uma representação reclamando medidas contra a fome que vitima 60 000 pessoas», in *A Batalha*, n.º 2296, de 28 de maio de 1926, p. 4).

¹¹⁹ *Ibidem*.

Manuel Nunes depois de ter feito uma visita ao Algarve. Diz que a organização operária do Algarve se encontra completamente desmantelada, excetuando Faro, tendo contribuído para tal a crise de trabalho, o desânimo de alguns militantes e o comodismo de outros¹²⁰. Se é certo que o sindicalismo operário vivia na região tempos difíceis, não deixa de haver algum exagero nas afirmações de Manuel Nunes, tendo em conta as greves, os protestos e os comícios que aquele vinha realizando na província e que temos vindo a referir. O militante libertário incentiva os militantes algarvios a fazer um levantamento da organização operária no Algarve, devendo a CGT prestar auxílio moral e material e ser constituída a delegação Confederal do Sul com uma sede na região¹²¹.

As sérias dificuldades que a organização sindical operária enfrentava no Algarve prendiam-se, em grande parte, como não podia deixar de ser, com os problemas bem reais que a CGT sentia a nível central, com as deportações de importantes quadros operários e a repressão anti-operária nos últimos tempos da República. Mas também tinham a ver com o facto da CGT se encontrar «dividida entre a ideia de ‘frente única’ e o anticolaboracionismo político», afundando-se «não apenas em divergências ideológicas mas também em questiúnculas pessoais»¹²², como se viu na convocação do comício para Faro. Por outro lado, a influência da CIS comunista também já era notória no movimento operário sindical do Algarve. Toda esta problemática acabaria por levar à substituição de Manuel Joaquim de Sousa por Santos Arranha no cargo de secretário-geral da central anarcossindicalista, como já tivemos ocasião de salientar.

Durante o ano de 1926 e já sob os governos da Ditadura Militar a crise prossegue impiedosa no Algarve e os organismos operários vão continuando a reclamar e a protestar¹²³. No entanto, deixam de organizar comícios e de recorrer à greve, embora com

¹²⁰ Cf. Manuel Nunes, «Dos militantes algarvios depende o ressurgimento da organização sindical do Algarve», in *A Batalha*, n.º 2286, de 16 de maio de 1926, p. 4.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Cf. Joana Dias Pereira, «A ofensiva operária», in Fernando Rosas e M.ª Fernanda Rollo (coord. de), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, (edição de bolso), 2010, p. 438.

¹²³ Vide «Os marítimos de Faro reclamam várias medidas tendentes a acabar com a crise das classes piscatória», in *A Batalha*, n.º 2355, de 5 de agosto de 1926, p. 4; «A população do Algarve está morrendo de fome por incúria dos governos», in *A Batalha*, n.º 2365, de 17 de agosto de 1926, p. 1 (desalento e crítica aos governos de Cabeçadas, Gomes da Costa e de Carmona); «A crise de trabalho no Algarve continua sem solução», in *A Batalha*, n.º 2369, de 21 de agosto de 1926, p. 4 (moção dos marítimos de Faro entregue ao Ministro da Marinha); «Os interesses da população da província não são os interesses dos homens da União dos Interesses Escandalosos», in *A Batalha*, n.º 2382, de 5 de setembro de 1926, p. 1 (sobre a pesca no Algarve e a crítica aos galeões de arrasto espanhóis); «Em Faro, a população, reunida em comício, resolveu reclamar imediatas providências dos poderes públicos», in *A Batalha*, n.º 2390, de 15 de setembro de 1926, p. 2 (contra a crise e a miséria e apoio aos marítimos de Faro na luta pelo defeso do peixe e abolição das tapadas. Neste comício, mais uma vez discursou José Negrão Buízel).

algumas poucas exceções, como formas mais radicais de protesto, talvez na expectativa de verem as suas reivindicações resolvidas mais facilmente pelos novos governantes. No início de setembro, uma nova comissão das classes trabalhadoras, mais alargada, partiu para Lisboa, agregando «a si delegados de especialidade semelhantes de todo o sul e centro do país», que em conjunto foram reclamar ao governo do general Carmona «a adoção de medidas que ponham cobro à fome que campeia no Algarve, particularmente no litoral»¹²⁴.

Esta segunda comissão, embora maior, apresentava reivindicações bem mais modestas, na esperança de que agora fossem solucionadas pelos governantes do novo regime, saído do 28 de maio: a proibição da pesca durante os meses da desova, de dezembro a março; um mínimo de dimensão das malhas e um máximo de dimensões das redes; a proibição da pesca da baleia; uma rigorosa fiscalização da costa e a aplicação de medidas severas, como seja a apreensão dos barcos e das redes¹²⁵.

A crise social no Algarve acabaria por atenuar-se um pouco nos finais do ano de 1926, quando a sardinha voltou a aparecer nas costas da região, havendo o receio dos galeões espanhóis voltarem a aparecer¹²⁶, pois nesta altura pescavam noutros mares. Estes barcos tinham desaparecido dos mares algarvios com a escassez de peixe. Esta pequena melhoria da situação social acabou por coincidir com os finais da grave crise de 1923/26 que se tinha abatido sobre o país, incluindo o Algarve.

3. Silves – centro proletário por excelência

A partir de meados do século XIX assiste-se ao ressurgimento de Silves por ação da indústria corticeira, o que vai levar à formação de uma nova classe profissional de base operária, os corticeiros¹²⁷ que, progressivamente e de forma acentuada, suplantará todos

¹²⁴ Cf. «Já chegou a Lisboa a grande comissão que vem tratar do magno problema», in *A Batalha*, n.º 2379, de 2 de setembro de 1926, p. 1.

¹²⁵ *Ibidem*. No mês anterior também tinha partido para Lisboa uma outra comissão, constituída por representantes das Associações Industriais e Comerciais do Algarve, onde foram fazer uma exposição ao governo sobre a crise no Algarve e as medidas para a debelar, nomeadamente a crise financeira, soluções para a crise da pesca e soluções para a crise operária (cf. «A crise do Algarve», in *Comércio de Portimão*, Ano I, n.º 8, de 29 de agosto de 1926, p. 1).

¹²⁶ In *A Batalha*, n.º 2464, de 12 de dezembro de 1926, p. 1.

¹²⁷ Os operários corticeiros abrangiam diversas categorias: tiradores e enfeixadores de cortiça, raspadores, caldeiros ou cozedores, quadradores, escolhedores, rolheiros manuais e mecânicos, pessoal

os outros grupos profissionais. Em 1890 a indústria corticeira silvense empregava 1 004 operários, estimando-se que 60% da sua população fosse proletária¹²⁸. Neste final do século, Silves afirmava-se, depois de Lisboa, como o centro transformador mais importante e o terceiro no que respeita à exportação de cortiça em bruto ou semi-laborada. Mas em 1920 já figurava como terceiro centro exportador de cortiça trabalhada e quinto na cortiça em bruto, com menos duas mil toneladas exportadas que Faro¹²⁹.

Apesar da sua decadência progressiva na primeira metade do século XX como centro corticeiro, Silves afirmava-se ainda, nos finais da I República, como a principal localidade proletária do Algarve. Nos anos vinte, José dos Reis Sequeira nas suas memórias, avança com o número à volta de um milhar de corticeiros associados na sua Associação de Classe, fundada no ano de 1886¹³⁰. A especificidade da indústria corticeira conduziu a que nesse centro operário existisse um número reduzido de grandes fábricas que procediam à exportação de cortiça, em torno das quais se reuniam as pequenas fábricas de tipo familiar, sem grande capacidade de laboração nem possibilidades de exportação, «tornando possível admitir que nos primeiros 50 anos deste século o número de operários em Silves tenha sido significativo»¹³¹.

Foi a partir da Associação dos Corticeiros que foi fundada a Caixa de Socorros 1.º de Março, em 1907¹³², a Cooperativa de Produção Social Silvense, em 1911¹³³ e a Cooperativa Operária “A Compensadora”, em 1921. A importância da Associação na

de tráfego e calibradores (cf. Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve. Uma História de Oposição à Ditadura*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 47).

¹²⁸ Cf. João Madeira, «Silves, os corticeiros e a sua Associação de Classe, ‘Pão, Luz e Liberdade’», in *IV Jornadas de Silves*, Actas, Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves, 1997, p. 184.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ Vide José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando...*, cit., pp. 29-30. As diversas fontes não são unânimes quanto à data de fundação da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves. Se José dos Reis Sequeira aponta o ano de 1886, já *O Proletário*, n.º 8, de 10 de agosto de 1929, p. 3, em «Pão, Luz e Liberdade. O 38.º aniversário dos corticeiros de Silves», refere o ano de 1891. Por sua vez, *O Corticeiro*, n.º 68, de 3 de setembro de 1910, p. 1, em «Associação Indústria Corticeira Silvense», indica 1892 e, ainda, *A Voz do Sul*, n.º 772, de 26 de agosto de 1933, p. 4, em «40.º aniversário», refere o ano de 1893.

¹³¹ Cf. João José Ferreira, «A cidade de Silves e a relação com o campo. Condicionais e perspectivas», in *I Jornadas de Silves*, Atas, Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves, 1993, p. 129. Em 1939 o Sindicato Nacional de Operários Corticeiros do Distrito de Faro indicava nos seus registos 1 000 sócios do sexo masculino e 326 do sexo feminino; em 1942 os operários corticeiros de ambos os sexos atingiam o número de 2 316; em 1954 os operários baixaram para 805 e em 1955 só trabalhavam 692 operários em 30 fábricas em laboração, embora o Inquérito Agrícola Florestal de 1950 mencione 3 000 operários e que só 1 000 teriam trabalho 3 dias por semana (*ibidem*, p. 130).

¹³² Cf. «Silves», in *O Corticeiro*, n.º 137, de 6 de janeiro de 1912, p. 1.

¹³³ Cf. «Silves», in *O Corticeiro*, n.º 160, de 21 de julho de 1912, p. 2. Segundo Sacuntala de Miranda, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, cit., p. 85, menciona o ano de 1912 como o ano da sua fundação.

vida dos seus associados era enorme, dispondo de uma escola própria, de uma biblioteca, de uma pequena banda filarmónica e até de uma carreta funerária. Vai dar voz aos operários corticeiros nas suas necessidades, anseios e reivindicações, constituindo igualmente um polo agregador e gerador de novos organismos sociais, culturais e económicos. É do seu seio que vão emergir alguns dos principais dirigentes nacionais da Federação Corticeira e influentes militantes operários, como Sebastião Eugénio e Bartolomeu Constantino¹³⁴ que, por diversas vezes regressarão a Silves em missão de organização e propaganda sindical¹³⁵. Foi também a partir da Associação Corticeira que se formaram outros grupos de carácter mais político ou ideológico, anarquistas, nomeadamente o Grupo “A Liberdade, Educação e Instrução”, o núcleo local da Juventude Sindicalista, fundado em 1920 e o Grupo “Mártires 22 de Junho”¹³⁶. A

¹³⁴ Bartolomeu Constantino nasceu em Olhão, em 1863 e faleceu em Lisboa, em 1916, na mais completa miséria com apenas 52 anos. Foi considerado um dos anarquistas portugueses mais proeminentes, no período conturbado da transição entre a Monarquia e a República. De origem humilde, tinha a profissão de sapateiro e foi um autodidata, sindicalista, ator de teatro e jornalista. Dotado de qualidades oratórias extraordinárias, empolgava os assistentes nos comícios onde discursava. Anarquista, encontrava-se próximo dos possibilistas, ou seja, acreditava na possibilidade de mudar a sociedade aos poucos, com o mínimo de violência e através da educação das massas operárias. Também se aliou aos republicanos que considerava aliados táticos e defendia o entendimento entre estes, os anarquistas e os possibilistas, o que lhe valeu críticas acérrimas por parte dos anarquistas mais radicais e dos marxistas.

Devido à ação de Bartolomeu Constantino foi fundada a União Socialista, em 1899, e a seguir a Federação Socialista Livre, em 1901. Esta Federação era constituída por diversos grupos autónomos de todo o país, entre os quais se encontrava o Núcleo Socialista “Sempre Avante”, de Olhão, e o Grupo “Despertar”, de Quelfes. Em 1903, Bartolomeu Constantino deixou Lisboa e foi para o Algarve, aparecendo ligado ao Grupo “Libertos”, de Faro. Foi acusado de ter sido o organizador dos distúrbios que envolveram a visita de João Franco a Faro, em fevereiro de 1904, sendo preso em junho seguinte. Apesar de ter sido defendido por Afonso Costa, foi condenado à deportação perpétua para Timor. Preso em outubro de 1904, em Lisboa, acabou por ser libertado em julho de 1905, devido a uma grande campanha nacional de solidariedade. Em 1906 estabeleceu-se em Setúbal e em 1908 passou a residir em Almada, onde participava de forma muito ativa nas lutas da Federação Corticeira.

Em 6 de outubro de 1910 Bartolomeu Constantino foi um dos que proclamou a República em Almada. Na qualidade de secretário da Federação Anarquista da Região Sul, promoveu o I Congresso Anarquista português, de 11 a 13 de novembro de 1911. Também passou a dirigir o jornal “Comuna”, órgão da União Anarquista Comunista. Foi preso novamente em 1912 e depois de solto deslocou a residência para Chaves, sendo eleito em 1915 para a Direção da “União Operária Transmontana” e para secretário-geral da União Anarquista Comunista. Acabou por regressar a Lisboa, onde morreu em 11 de janeiro de 1916. A emoção entre os operários foi enorme e o seu funeral contou com a participação de cerca de 20 mil pessoas (cf. Constantino (Bartolomeu), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédica, Vol. VII, p. 499; Antero Nobre, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, A Voz de Olhão, 1984, p. 154; Edgar Rodrigues, “Anarquia, uma visão da história do movimento libertário em Portugal”, in <http://agrorrede.org.br/edgar/AnarPort.html>; António Paula Brito, “Bartolomeu Constantino”, in http://www.olhao.web.pt/Personalidades/bartolomeu_constantino.htm; António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 103-106).

¹³⁵ João Madeira, «Silves, os corticeiros e a sua Associação de Classe, ‘Pão, Luz e Liberdade’», *op. cit.*, p. 186.

¹³⁶ Idem, «Os Corticeiros de Silves e o Movimento Social», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês*, *op. cit.*, p. 132; *O Despertar*, órgão da Mocidade Sindicalista Revolucionária, n.º 16, de 7 de junho de 1923.

Associação viu reforçada a sua atividade com a aquisição e ampliação do edifício da sua sede, inscrevendo no frontispício do novo 2º andar “Pão, Luz e Liberdade”. «Mais do que uma divisa, era uma bandeira, um programa de ação que caracterizou quarenta anos de atividade sindical»¹³⁷.

Com a implantação da República recrudescer a importância da Associação Corticeira. O movimento associativo operário e as atividades dos organismos sindicais silveses progrediram de forma considerável, tornando-se as greves «epidémicas»¹³⁸. O movimento operário de Silves encontrava-se muito ligado ao modelo de sindicalismo preconizado pelos anarquistas e mantinha uma relação muito estreita, particularmente os corticeiros, com o movimento operário conserveiro e marítimo de Portimão, organizando várias ações de solidariedade e greves conjuntas¹³⁹.

Além da associação dos corticeiros, foram criadas em Silves outras organizações sindicais, como a Associação de Classe da Construção Civil, o Sindicato dos Carroceiros, o Sindicato dos Empregados de Comércio e Indústria, a Associação de Classe dos Manufatores de Calçado e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais¹⁴⁰. Nos finais da República ocorreram diversas greves neste centro proletário, nomeadamente em 1918, 1920, 1924 e 1925. A greve geral de 1918, decretada pela União Operária Nacional contra a carestia teve fraca expressão nesta localidade. No entanto, ainda neste ano, os operários aproveitando uma reunião de industriais numa das fábricas, isolaram-nos e cercaram-nos exigindo aumentos salariais¹⁴¹. Neste ano, devido ao seu ativismo e organização da greve, muitos dirigentes operários foram despedidos, ou foram parar à prisão. O movimento operário silvese já revelava alguma decadência, dividido pelas lutas intestinas dos seus militantes e pelo declínio do ativismo sindical.

Em fevereiro de 1920 foram presos vários operários devido aos ecos da revolução bolchevique de 1917, que também se fez sentir em Silves. Foi o caso de Manuel Pessanha¹⁴², Virgílio Bernardo, José Rodrigues Palminha, José Angelino, Raul Cartacho

¹³⁷ V. João Madeira, «Silves, os corticeiros e a sua Associação de Classe...», cit., 188.

¹³⁸ Cf. «Greves», in *O Silvese*, n.º 22, de 8 de dezembro de 1910, p. 1.

¹³⁹ Cf. «Silves, 29 de agosto de 1913 – um ato benemérito», in *Alma Algarvia*, n.º 130, de 31 de agosto de 1913, p. 3. Quando eclodiam greves entre os corticeiros de Silves a sua Associação dirigia-se à secção do pessoal de fragatas e motoristas marítimos de Portimão, pedindo que não fosse transportada cortiça e outros produtos através do rio Arade.

¹⁴⁰ V. José dos Reis Sequeira, *op. cit.*, p. 35.

¹⁴¹ Cf. João Madeira, «Silves, os corticeiros e a sua Associação de Classe...», cit., p. 187.

¹⁴² Manuel Pessanha foi um dos operários revoltosos mais influentes do comité revolucionário de Silves que organizou o “18 de janeiro de 1934” nesta cidade, «hastear uma bandeira comunista na sede da

e António Barradas que foram presos por andarem «percorrendo as ruas da cidade de Silves dando vivas ao bolchevismo, à Rússia Nova e morras à República»¹⁴³. Neste período a revolução russa ainda continuava popular entre os anarquistas. Não será de excluir a influência que a Federação Maximalista Portuguesa exercia neste centro operário, pois antes de se extinguir, estaria prestes a constituir, precisamente em Silves, o seu terceiro centro comunista¹⁴⁴.

Entre os anos de 1923 a 1925 a indústria corticeira passava por um período muito difícil, fazendo sentir-se com acuidade o agravamento da contribuição industrial e de outros impostos. A situação ainda se complicava mais devido à valorização do escudo, o que atingia sobremaneira as indústrias de exportação, como a cortiça. Se os industriais faziam contas à saúde financeira das suas empresas, as associações operárias reivindicavam medidas para aumentar os salários e atenuar a crise do desemprego. Um novo surto grevista irá eclodir em Silves no ano de 1924, começando pelos trabalhadores rurais que exigiam as 8 horas de trabalho diárias. O Sindicato Rural afirmava-se como a associação sindical local mais forte logo a seguir aos corticeiros, dispondo cerca de 4 centenas de filiados¹⁴⁵.

No mesmo ano a Associação Corticeira vai reivindicar um aumento salarial de 50% para fazer frente às precárias condições em que a classe se encontrava. Quem se encontrava à frente das negociações era Domingos dos Santos Passarinho¹⁴⁶, Presidente

Associação dos Corticeiros» (cf. ANTT/PIDE-DGS, «Biografia Prisional de Manuel Pessanha», *Proc. R. G. P.* – 160, fl. 1).

Manuel Pessanha era anarquista e não comunista, pois ao arrombar a porta da Associação teria afinal hasteado a bandeira da Associação de Classe Corticeira e percorreu as fábricas de Silves incitando os operários à greve. Teve à sua guarda seis bombas que enterrou junto de um moinho. Depois da derrota do movimento fugiu para a serra, acabando por ser preso numa vila do Alentejo. A 4 de junho de 1934 foi condenado pelo TME a doze anos de degredo. Passou dois anos preso em Angra do Heroísmo e a 23 de outubro de 1936 seguiu para Cabo Verde. A 1 de fevereiro de 1946 chegou a Lisboa e acabou por se fixar novamente em Silves, retomando a sua profissão. Fora da atividade política aderiu ao PS depois do 25 de abril de 1974. Nascido em Silves em 27 de julho de 1906, faleceu nesta localidade em 18 de fevereiro de 1985 (cf. Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve...*, cit., p. 55).

¹⁴³ Cf. ADF, LCCGC, n.º 002/515, fl. 691, de 18 de março de 1920.

¹⁴⁴ António José Telo, *Decadência e queda da I República*, cit., p. 168.

¹⁴⁵ José dos Reis Sequeira, *op. cit.*, p. 39. Esta greve teve uma duração de 3 semanas e motivou a deslocação a Silves de José Joaquim Candieira, delegado da Federação Rural. Como a exigência de 8 horas de trabalho diárias apresentava-se muito “avançada” para a época, sendo acordado com o patronato, em alternativa, o aumento de salários.

¹⁴⁶ Domingos dos Santos Passarinho nasceu em Silves em 1891 e faleceu nesta cidade a 24 de maio de 1980. O “Mestre Passarinho”, como era conhecido pelas gentes silvenses, foi um destacado dirigente anarcossindicalista da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves durante o século XX, até 1934. Além de Presidente da AC durante vários anos, foi membro da Comissão Delegada dos Operários Corticeiros. Apenas com a instrução primária foi um autodidata, muito querido entre os corticeiros e respeitado pelo patronato. Organizou e conduziu muitas greves e reorganizou a cooperativa de consumo “A Compensadora”, levando à compra da sua sede, a angariação de fundos para as obras e a transferência em

da Associação. Os empresários locais da cortiça nem tão pouco se dispuseram a reunir para tomar conhecimento das exigências apresentadas, alegando que a secção de cortiças da Associação Industrial Portuguesa proibia aos industriais o entendimento direto com o organismo sindical da localidade¹⁴⁷. Ainda tiveram lugar algumas reuniões na Câmara Municipal para sanar as divergências, as quais se revelaram infrutíferas. Perante a ausência de acordo, a Federação Corticeira proclamou uma greve geral que teve a adesão da Associação Corticeira silvense e do operariado do setor local.

Esta greve estendeu-se por mais de um mês e gerou uma solidariedade muito vasta por parte dos trabalhadores do Algarve, desde Lagos a Vila Real de Santo António, o mesmo sucedendo na greve de 1925. Nesta onda de solidariedade destacaram-se os marítimos e outros operários portimonenses que acolheram em suas casas os filhos dos grevistas silvenses. Providenciaram ainda a cada operário em greve, através de angariação de fundos e de espetáculos de teatro, o custo de duas refeições diárias confeccionadas na Cooperativa “A Compensadora”¹⁴⁸.

Terminada a greve era preciso voltar a receber as crianças em casa. O meio de transporte utilizado na época era o comboio, ficando a estação de caminho-de-ferro cerca de dois quilómetros de distância da localidade. O percurso era feito a pé e foi o que aconteceu em dois dias seguidos, primeiro para receber as crianças do Barlavento, depois do Sotavento algarvio. No primeiro dia tudo correu bem, com os pais, familiares e muitos populares a percorrerem a cidade aos vivas e a cantar, deixando transparecer a sua alegria efusiva. No segundo dia a manifestação seria ainda maior, pois muitas mais crianças regressavam do Sotavento e a hora também era mais convidativa, chegando o comboio à estação pouco depois do meio-dia. Temendo alterações da ordem pública as autoridades vão impedir o cortejo. Mas nada melhor para relatar os acontecimentos do que o operário

segurança para a posse da associação corticeira ainda antes da greve revolucionária do 18 de janeiro de 1934. Foi diversas vezes parar à prisão, a última no rescaldo do 18 de janeiro, sendo condenado a 90 dias de prisão.

¹⁴⁷ Cf. AMS, Copiador nº 38 de Correspondência do Administrador do Concelho. fl. 267, Ofício ao Sr. Domingos Santos Passarinho, Presidente da Associação de Classe, de 4 de abril de 1924.

A associação local de empresários englobava diversas fábricas como Santana, Mestre & Comp^a Ld^a, Cantinhos & Trindade, Avern Sons & Barris, Lopes & Sampaio Ld^a, Sociedade Mercantil & Industrial Ld^a, Manuel Brás Machado & Filhos, José António Duarte & Comp^a Ld^a, Pintor, Calvinho & Comp^a Ld^a, Bernardo Jacinto & Comp^a, Francisco da Silva Pires, Empresa Industrial Silvense Ld^a, Oliveira & Mascarenhas Ld^a, Martins & Comp^a Ld^a, Adelino Rocha & Comp^a Ld^a, Domingos Mascarenhas & Comp^a Ld^a e Guerreiro & Filhos (cf. Paula Cristina dos Santos Sousa, *O Associativismo Operário em Silves durante a I República*, (Dissertação de Mestrado não publicada), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 76).

¹⁴⁸ Cf. «Continua a greve da classe corticeira», *O Povo de Silves*, n.º 2, de 13 de dezembro de 1924, p. 1.

corticeiro José dos Reis Sequeira, que também ia esperar as suas irmãs, regressadas de Faro e de Olhão, com 12 e 9 anos, respetivamente:

«O largo fronteiro à estação transbordava de gente. A receção não é possível descrever: risos, choros de alegria, chamamentos, gritaria descontrolada e vivas de entusiasmo, tudo num ruído amalgamado e ensurdecador.

Depois da partida do comboio começou a marcha a caminho da cidade.

A estrada depois de descrever uma curva corta um cerro pelo meio da encosta, em sentido longitudinal. Pela nossa direita o cerro sobe até ao cume. Pela esquerda, um muro de pouco mais de 50 cm de alto, defende a estrada da vertente, bastante declivosa, que desce até às hortas e ao rio.

O cortejo era maciço. Em Silves, eu nunca vi tanta gente junta. A primeira parte do percurso fez-se numa animação incontida e transbordante; mas quando a cabeça do cortejo dobrou a curva, começou-se a divisar o aparato bélico das forças da guarda republicana, distribuídas estrategicamente: infantaria à direita, na parte superior da encosta de armas aperradas, em linha de atiradores; ao fundo a cavalaria barrava a passagem na estrada. Restava-nos a vertente da esquerda, o desfiladeiro defendido pelo muro, mas possível de saltar por ser baixo.

A notícia correu célere até à cauda. Um aviso circulou: ‘mulheres e crianças para a frente!’ Isto, na ideia que os mercenários teriam um pouco de respeito pelos inocentes. Terrível ilusão!

A movimentação fez-se mesmo em marcha. E um silêncio temeroso e de expectativa tomou o lugar da alegria esfusiante de até então. A marcha continuou. Nisto, o comandante da força desceu à estrada e ordenou dispersão imediata. Alguém na frente objetou que não havia outro caminho e que se passaria calado. A marcha continuou, convencidos que calados, não prejudicariam ninguém. Mas o tenente sobe para junto da força e ordena fogo. A primeira

descarga foi cerrada e a fuzilaria continuou um pouco descontroladamente. Ao mesmo tempo avança a cavalaria em carga brutal sem respeito pelas mulheres e crianças.

Faltam-me recursos para poder descrever o pânico causado por esta inqualificável patifaria. Foi simplesmente horrível. Os que não foram atingidos pelas balas, pelas patas dos cavalos, ou pelas espadeiradas, rolavam pela vertente da esquerda depois de saltar o muro. A confusão era enorme; gritos de dor e aflição; crianças que choravam aleijadas e perdidas da família. Os que não caíram debaixo das patas dos cavalos, caíram desequilibrados na íngreme encosta e raras foram as pessoas que não se feriram duma ou doutra maneira.

Das balas houve um morto e diversos feridos de mais ou menos gravidade que foram hospitalizados.

No sindicato esperavam os bolos e o chocolate para as crianças, mas os pretorianos sob as ordens dos donos da cidade entenderam transformar um dia de festa em dia de luto.

Na cidade o alvoroço e o espanto dominaram toda a gente. Os que não clamavam contra a guarda crispando os punhos, mantinham-se mudos de horror.

Este dia de verão que amanheceu tão ridente e soalheiro foi desta maneira ensombrado e enlutado»¹⁴⁹.

Estes acontecimentos ocorreram no dia 22 de junho de 1924 depois de uma «greve dos 90 dias no regresso dos filhos dos operários corticeiros», causando «a morte ao camarada Francisco dos Santos e diversos feridos em especial o jovem José Vieira, ativista e correspondente de *A Batalha*, que foi atingido com 4 tiros na perna direita (...)»¹⁵⁰. Não se ficando por aqui, as forças policiais procederam a várias prisões, agressões e interrogatórios, acusando os operários de desobedecer à ordem pública. No dia seguinte, com receio de desacatos durante o enterro do malogrado operário foram

¹⁴⁹ V. José dos Reis Sequeira, *op. cit.*, pp. 62-64. Ver também «Os acontecimentos de Silves», *Voz do Sul*, n.º 323, de 29 de junho de 1924, p. 1.

¹⁵⁰ BN, AHS, esp. N61, Núcleo Outros Militantes, cx 59, mc. 1176, depoimento de Manuel Pessanha. Francisco dos Santos era natural de Alcantarilha, morador em Silves onde trabalhava como corticeiro e deixou 5 filhos menores (AMS, LCAC, Copiador n.º 38, fl. 431, ofício 605 do delegado do governo no concelho para o Juiz de Direito da Comarca de Silves).

tomadas algumas medidas, informando o Delegado do Governo do concelho, em ofício dirigido ao Governador Civil, «que o funeral do operário Francisco dos Santos foi realizado com toda a ordem [pois] à porta do cemitério estava uma força da G. N. R., a qual foi requisitada por ordem do Exm^o Juiz de Direito desta Comarca, para evitar a entrada a pessoas que acompanhavam o funeral a fim de ser feita a autópsia com todo o sossego»¹⁵¹. O delegado do governo publicou ainda um edital, no dia 23 de junho, que proibia «fogueiras, fogos de artifício, bombas ou quaisquer outros, ESTA NOITE, bem como na noite de VINTE E OITO PARA VINTE E NOVE do corrente mês, nos lugares públicos desta cidade de Silves»¹⁵². Na noite do próprio dia 22 tinha sido lançada uma bomba de um quintal de uma casa, na Rua das Pimenteiras¹⁵³.

Como se disse, diversos operários depois de presos foram alvo de interrogatórios e acusados de agressão e de não acatamento da ordem pública. Por outro lado, de acordo com a acusação, tinham impedido a livre circulação do comandante da força, dando vivas à revolução social e à união operária, marchando pelas principais ruas da cidade hasteando estandartes e, explicitamente, evidenciando e redobrando alento e energias daqueles que lutam pelos seus direitos, independentemente de quaisquer ordens ou ameaças. «A determinação do sargento foi iludida e pelas travessas laterais os manifestantes juntaram-se novamente na rua principal e por ela se dirigiram em conjunto para a Associação de Classe. Aí celebraram a sua fácil vitória sobre a autoridade e encorajaram-se a proceder de igual maneira na tarde não fazendo caso da proibição que lhes fora feita»¹⁵⁴.

A defesa dos operários presos, entre os quais se encontrava Augusto César da Silva, militante do Sindicato da Construção Civil de Olhão e que ficara com a incumbência de acompanhar as crianças no regresso a Silves, coube a João Campos Lima, advogado da CGT. Campos Lima acusou as autoridades pelo sucedido e conseguiu a absolvição dos operários, aproveitando «a oportunidade de fazer um discurso de exaltação dos ideais de emancipação humana, como ele tinha a mestria de o fazer»¹⁵⁵.

Após o crime cometido, um ambiente de revolta e de solidariedade espalhou-se por Silves e por todos os principais centros sindicais do Algarve, como escreve Correia Pires

¹⁵¹ Cf. AMS, LCAC, Lv. 66, Copiador n.º 38, fl. 202, 1924.

¹⁵² Cf. AMS, Copiador n.º 38, Correspondência Administrativa do Concelho, fl. 434, 1924.

¹⁵³ Cf. AMS, Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 436, Ofício ao Comandante da Secção da Guarda Nacional, de 24 de junho de 1924.

¹⁵⁴ V. *Voz do Sul*, n.º 323, de 29 de junho de 1924, p. 2.

¹⁵⁵ Cf. José dos Reis Sequeira, *op. cit.*, p. 65.

nas suas memórias. «Esta violência sacudiu de raiva toda a organização operária, e especialmente nos centros sindicais como Portimão, Lagos, Monchique, Faro, Olhão, Loulé, S. Brás de Alportel, Santa Bárbara de Nexe, Messines, houve sentida revolta e agitação!»¹⁵⁶

A própria Comissão Executiva da Câmara Municipal de Silves, presidida por Sebastião Ramalho Ortigão, aprovou uma moção por unanimidade onde criticava a ação repressiva da Guarda Republicana devido «ao estado de desorganização e indisciplina que lavra no país e que contribui para o desequilíbrio e mal-estar social»¹⁵⁷. Os tristes acontecimentos acabaram mesmo por ter um forte impacto na imprensa da época e chegar ao Parlamento nacional onde se exigia a punição dos culpados, referindo Sá Cardoso que nada podia fazer por não dispor de verba para proceder a um inquérito¹⁵⁸. Julião Quintinha¹⁵⁹, incomodado com o sucedido, teceu duras críticas à «trágica e tremenda

¹⁵⁶ Correia Pires, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Edições Deagá, 1975, p. 25.

¹⁵⁷ As propostas da moção aprovada foram as seguintes: «1º - Lançar na ata desta sessão um voto de sentimento por tão lamentável conflito, de que resultou a morte do honesto operário Francisco dos Santos Gonçalves.

2º - Pedir a Sua Ex^a o senhor Ministro do Interior, para que seja feito um rigoroso inquérito aos acontecimentos, a fim de ser devidamente apurada a veracidade dos factos.

3º - Protestar contra a exploração que com este lamentável caso se tem feito e que só tem servido para fomentar paixões e acirrar os ódios, fatores predominantes de desordem e desarmonia social» (cf. AMS, LCAC, Lv. 66, Copiador n.º 38, fl. 374, de 30 de junho de 1924).

¹⁵⁸ V. «O caso de Silves», *O Comunista*, n.º 22, de 12 de julho de 1924, p. 1.

¹⁵⁹ Julião Quintinha nasceu em Silves a 19 de dezembro de 1885 e faleceu em Lisboa a 23 de julho de 1968. Começou a trabalhar desde bastante jovem, como operário, em Silves, mais tarde aprendeu o ofício de alfaiate, abrindo um estabelecimento nesta cidade até à implantação da República. Demonstrando uma grande esperança no novo regime republicano, participou em comícios do Partido Republicano e foi colaborador e correspondente de vários jornais. Fundou e dirigiu, juntamente com Henrique Martins a *Alma Algarvia* e em 1912-1914 foi nomeado Administrador do concelho de Silves. No Congresso do Algarve, que se realizou em 1916, apresentou a tese intitulada “Assistência à Mendicidade” revelando preocupações sociais. Envolveu-se em polémica com Alfredo Pimenta, publicando os folhetos *A Solução Monárquica do Sr. Alfredo Pimenta* (1916) e *No Fim da Guerra - comentário político* (1917).

A partir de 1920, já em Lisboa, dedicou-se ao jornalismo profissional e colabora com diversos periódicos e outras publicações, como *O Século*, *Diário Popular*, *O Diabo*, *Diário Liberal*, *O Primeiro de Janeiro*, *Diário de Lisboa*, *A Batalha*, *Voz do Sul*, *Rebate*, *Seara Nova*, *Atualidades*, *Mala da Europa*, *Ilustração Portuguesa*, *República*, *Província de Angola* e *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Foi chefe de redação do *Diário da Tarde*, *Diário da Noite* e *Jornal da Europa*.

Em 1925, em representação do *Jornal da Europa*, ficaram célebres os seus relatos de viagem nas colónias portuguesas, Egito, Mediterrâneo, Índico e Mar Vermelho. Escreveu diversas obras de ficção e de reportagem, como *Vizinhos do Mar* (1921), *Terras de Fogo* (1923), *Cavalgada de Sonho* (1924), *África Misteriosa* (1928), *Ouro Africano* (1929), *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque* (1930), onde recebeu o prémio de Literatura Ultramarina, *Terras de Sol e da Febre* (1932), e uma coletânea de estudos literários intitulada *Imagens de Atualidade* (1933). Foi diversas vezes presidente do Sindicato dos Jornalistas e da Casa da Imprensa.

Julião Quintinha foi amigo de Ferreira de Castro e frequentava na década de cinquenta do século passado a “Pastelaria Veneza”, juntamente com este escritor e outros nomes, como Roberto Nobre e Luís da Câmara Reis. Este grupo viveu as influências do Neo-Realismo. Opositorista ao “Estado Novo”, apoiou as candidaturas de Cunha Leal e Humberto Delgado e integrou a Comissão Cívica Eleitoral. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em Portimão, no triângulo n.º 198, que ali existia em 1912, com o nome

ocorrência que há poucos dias se desenvolveu em Silves, em que o povo indefeso, no qual se contavam mulheres e crianças foi, sem piedade, atacado pela guarda [pelo que] reclama-se do Estado o cumprimento da obrigação de dar uma pensão à viúva e tomar conta dos filhos»¹⁶⁰.

O sentimento de emoção e revolta que se seguiu, levou ao aparecimento, ainda no ano de 1924, de dois grupos anarquistas¹⁶¹ – o Grupo Libertário “Mártires 22 de Junho”, em Silves e o Grupo Libertário “Os Unificadores”, em S. Bartolomeu de Messines. A ideologia anarquista encontrou assim terreno propício em centros operários como Silves e Messines, permanecendo como ideologia dominante nos meios operários até final dos anos 20.

Um novo movimento grevista eclodiu em Silves em maio de 1925, agora por parte das costureiras que reclamavam as 8 horas de trabalho diárias. Neste setor o trabalho estendia-se até às 14 horas diárias e a greve teve uma duração de 10 dias, saindo vitoriosa a reivindicação das operárias costureiras. Devido a esta luta foi constituída a Associação das Costureiras de Silves, ficando à frente da sua Direção Maria das Dores Passarinho, como Presidente, Maria Januário, Secretária e Adília Figueira, Tesoureira¹⁶².

Durante os anos seguintes, no período da Ditadura Militar e numa considerável parte do «Estado Novo», Silves continuará a persistir como um dos principais centros proletários e sindicalistas do Algarve, cujo expoente máximo será, sem dúvida, os acontecimentos em torno da «greve geral revolucionária» do 18 de janeiro de 1934. A influência anarcossindicalista na organização operária vai cedendo o lugar, de forma progressiva, à ideologia comunista. A própria PIDE reconhece em 1937 que em Silves se passam «casos de caráter subversivo» e que é «uma das vilas onde com maior intensidade se tem desenvolvido a ação comunista». A sua população formada quase exclusivamente

simbólico de Danton (cf. «Julião Quintinha», *Almanaque Republicano*, in <http://arepublicano.blogspot.com/2010/07/juliaoquintinha.html>; José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. O Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 604-605; António Pedro Vicente, «Arlindo Augusto Pires Vicente», *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, dir. Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, Bertrand Editora, 1996, pp. 1006-1008; A.H. Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Editorial Delta, 1986).

¹⁶⁰ Cf. *A Batalha*, n.º 32, de 7 de julho de 1924, p. 1. Dos 5 filhos, todos menores, 2 conseguiram dar entrada num asilo em Lisboa (cf. AMS, Copiador n.º 39, Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 202, Ofício ao Governador Civil, de 28 de fevereiro de 1925).

¹⁶¹ V. Edgar Rodrigues, *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura*, cit., pp. 325 e 326.

¹⁶² V. Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal...*, cit., p. 174 e Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve...*, cit., p. 64.

por operários corticeiros, «está totalmente inveterada de princípios e ideias comunistas»¹⁶³.

4. A Conferência Intersindical do Algarve

Nos dias 3 e 4 de maio de 1925 teve lugar em Faro, na sede da União de Sindicatos Operários, a Conferência Intersindical do Algarve com sindicatos filiados na Confederação Geral do Trabalho¹⁶⁴. Esta Conferência procurava dar resposta a uma situação de crise que também se fazia sentir na organização operária da região, reforçar a unidade sindical¹⁶⁵ e dotar os trabalhadores de uma maior capacidade para melhor enfrentar as dificuldades colocadas pelas entidades patronais e autoridades governamentais. Importa ter presente que nos finais de 1924 se verificou a cisão do movimento sindical a nível central, quando a Federação Marítima e mais alguns sindicatos, em consonância com as posições dos “Núcleos Sindicais Revolucionários”, de tendência comunista, abandonaram a CGT anarcossindicalista. A partir daqui, iriam acirrar-se as divergências entre estas duas tendências político-sindicais pelo controlo do movimento operário. Como certamente, o Algarve não iria ficar de fora deste confronto, daí a oportunidade da realização de uma conferência sindical na região.

De acordo com a Comissão Organizadora manifestaram a intenção de participar e inscreveram-se na Conferência 33 estruturas sindicais da região: Sindicato Único

¹⁶³ Cf. ANTT/PIDE-DGS, «Relatório» do Posto de Vila Real de Stº António, *Proc. 940-SR Silves e o Algarve*, Cx 9, NT 2337, fl. 39, de 12 de abril de 1937. Neste Relatório são enumerados os «cabecilhas» comunistas de Silves: Eduardo Nosso Senhor, Fernando Simão, Abílio Galisa, António Batista, Pedro Batista, Virgílio Escarôlho, Casimiro da Silva, Daniel Pincho, António Joaquim Jóia, Viriato dos Santos, Francisco de Almeida Lança, Fernando Batista, Manoel Guerra, João Alves, João Viola, Augusto Passarinho, José dos Reis, José Ricardo Infante, Sebastião de São Pedro e João Ranhoso (*ibidem*, fls. 39 e 40).

¹⁶⁴ A ordem de trabalhos da Conferência foi a seguinte: 1ª Sessão no dia 3 de maio, às 13 horas – abertura da conferência pela Comissão Organizadora; nomeação da comissão revisora de mandatos e apreciação do respetivo parecer; discussão do regulamento da conferência e nomeação da comissão de pareceres. 2ª Sessão, às 21 horas – discussão das teses “A Ação da Organização Operária no Algarve e a propaganda” e “A organização operária no sul. Meios de a desenvolver”. 3ª Sessão no dia 4 de maio, às 13 horas – discussão das teses “A ação moral contra a ignorância e o egoísmo dos operários no Algarve” e “A solidariedade e a organização operária”. 4ª Sessão, às 21 horas – apreciação do parecer sobre os estatutos das Câmaras e juntas sindicais e encerramento da conferência (*A Batalha*, nº 1974, de 3 de maio de 1925, p. 1). No decorrer dos trabalhos houve alguns ajustes nas teses apresentadas.

¹⁶⁵ João Gonçalves, um estivador de Portimão, ao escrever sobre a Conferência Intersindical do Algarve, coloca precisamente o acento tónico na questão da «unidade sindical» e na afirmação de uma diretriz «sem paixões ideológicas» (cf. *A Batalha*, n.º 1944, de 28 de março de 1925, p. 4).

Metalúrgico, Sindicato Único da Construção Civil, Associação Marítima, Associação dos Soldadores, Associação dos Empregados de Comércio e União de Sindicatos de Olhão, de Olhão; Sindicato dos Corticeiros e Associação da Construção Civil, de Messines; Associação dos Operários Corticeiros, Associação dos Empregados de Comércio, Sindicato Único da Construção Civil e Núcleo dos Manufatores de Calçado, de Silves; Associação dos Soldadores, Associação dos Operários Manufatores de Calçado e Sindicato Único da Construção Civil, de Lagos; Sindicato do Pessoal das Fábricas de Conservas, Sindicato Único Metalúrgico, Sindicato dos Fragateiros, Sindicato Único da Construção Civil, Sindicato dos Estivadores e Associação dos Operários dos Manufatores de Calçado, de Portimão; Sindicato Único Metalúrgico e Empregados no Comércio, de Vila Real de Stº António; Sindicato Único da Construção Civil, de Santa Bárbara de Nexe; Descarregadores de Mar e Terra, Associação dos Empregados no Comércio, Associação dos Operários Corticeiros, Sindicato Mobiliário, Sindicato Único da Construção Civil e Sindicato dos Manufatores de Calçado, de Faro; Sindicato Único da Construção Civil e Associação dos Operários Sapateiros, de Tavira; Associação dos Trabalhadores Rurais, de S. Brás de Alportel, e Trabalhadores Rurais, da Mexilhoeira Grande¹⁶⁶.

No entanto, a participação efetiva de organismos sindicais na Conferência Intersindical do Algarve foi bem menor. No total, participaram na conferência 41 delegados de 26 Sindicatos, de 3 Uniões de Sindicatos Operários do Algarve (37 delegados da região), de 4 Federações e da própria C. G. T. Muitos outros não participaram devido à grave situação financeira em que se encontravam, ou então, por motivos de debilidade organizativa. Os organismos sindicais e os respetivos delegados participantes foram os seguintes: de Faro – Corticeiros, Manuel Rodrigues Caçapo; Mobiliários, Camilo Carlos Tavares; Marítimos, Manuel Marvão; Empregados no Comércio, Justiniano Rodrigues, J. V. Facada e H. Vespasiano; Manufatores de Calçado, Francisco Xavier Pereira Júnior; Construção Civil, António Guerreiro, José Aleixo e S. Coelho; de Olhão – Construção Civil, Manuel Teodoro; Metalúrgicos, Alberto da Silva; Empregados no Comércio, Ramos Iria; Soldadores, José Maria Canoa; Marítimos, João dos Santos; de Portimão – Construção Civil, José dos Reis Lino; Fábricas de Conservas, João Varela; Manufatores de Calçado, Raul Duarte; Fragateiros, Alfredo Joaquim

¹⁶⁶ Cf. *A Batalha*, n.º 1943, de 27 de março de 1925, p. 4, n.º 1952, de 7 de abril de 1925, p. 4 e n.º 1967, de 24 de abril de 1925, p. 4.

Rosendo; Estivadores, João Gonçalves Pires; Metalúrgicos, João Bivano; de Silves – Aarão Rocha; Empregados no Comércio, Ricardo Luís Correia; Manufatores de Calçado, Faustino da Encarnação; de Messines – Construção Civil, Pedro Cortes dos Reis; de Vila Real de Stº António – Conservas, António Soares; Empregados no Comércio, M. da Cruz Vaz Marques; de Lagos – Soldadores, Edmundo de Oliveira; de Tavira – Manufatores de Calçado, João de Deus Carepa; Construção Civil, João do Espírito Santo Santos Bento.¹⁶⁷

As U. S. O. representadas foram as de Faro, através dos delegados M. Madeira, F. Xavier Ferreira Júnior e Joaquim Braz, Olhão, com A. César da Silva, A. Sousa Calé e V. Tavares, e Portimão, com Joaquim Duarte Valongo¹⁶⁸. Também estiveram presentes na Conferência as Federações, Mobiliária, com Manuel Nunes, Tanoaria, com Faustino Ferreira, Metalúrgica, com Quirino Moreira e do Livro e do Jornal, com António Monteiro. A C. G. T. fez-se representar ao mais alto nível, através de Manuel Joaquim de Sousa¹⁶⁹. Também se fizeram representar na Conferência os Núcleos das Juventudes Sindicalistas do Algarve.

Os centros operários mais representados na Conferência foram três – Faro e Portimão com 6 organismos cada e Olhão com 5. Silves, um dos centros mais fortes do Algarve, apenas enviou delegados de 3 sindicatos, o que não deixa de ser curioso e, até estranho. Também não se sabe se os corticeiros, com a associação mais poderosa da localidade e da região, estiveram representados. Em *A Batalha*, não é mencionada a estrutura a que pertence o delegado Aarão Rocha, tudo levando a crer que fosse dos Empregados no Comércio de Silves¹⁷⁰. Já os setores de atividade mais representados foram a construção civil, com 5 sindicatos, os empregados no comércio também com 5, considerando a associação de Silves, e a manufatura de calçado, com 4 sindicatos. Atividades com forte implantação na região, como as conservas com 2 sindicatos, os marítimos também com 2 e os corticeiros com apenas 1, tiveram uma fraca presença na Conferência¹⁷¹. Muitos outros organismos não enviaram delegados, como os rurais de S. Brás de Alportel e da

¹⁶⁷ «Conferência Inter-Sindical do Algarve. A sessão inaugural realizou-se no passado domingo, tendo decorrido no meio de grande entusiasmo», in *A Batalha*, n.º 1975, de 5 de maio de 1925, p. 1.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ É o que se depreende pela discussão das teses, quando «Aarão Rocha conta que em Silves os empregados no comércio estavam dentro da sede comum e saíram procurando outra» (cf. «Conferência Inter-Sindical do Algarve», in *A Batalha*, n.º 1977, de 7 de maio de 1925, p. 4).

As outras localidades representadas na Conferência foram Vila Real de Stº António e Tavira, com 2 sindicatos cada, e Messines e Lagos, com 1 sindicato cada.

¹⁷¹ Os outros setores presentes foram os metalúrgicos e soldadores, com 2 sindicatos cada, e os mobiliários, fragateiros e estivadores, com 1 sindicato cada.

Mexilhoeira Grande que até tinham confirmado a sua presença. Toda esta constatação revela as grandes debilidades organizativas e dificuldades de tesouraria que se abatiam sobre a organização operária do Algarve.

As teses anunciadas e a aprovar pela Conferência foram as seguintes: «A ação da organização operária no Algarve e a propaganda»; «A organização operária no sul. – Meios de a desenvolver»; «A ação moral contra a ignorância e o egoísmo dos operários no Algarve» e «A solidariedade e a organização operária»¹⁷². Houve algumas alterações durante as sessões. A organização é o tema mais debatido nas teses, mas também a propaganda sindical, a solidariedade, a ignorância e o egoísmo. Organização, propaganda e solidariedade como objetivos a melhorar e a desenvolver no movimento sindical da região, enquanto a ignorância e o egoísmo deviam ser combatidos como fenómenos perniciosos no seio dos operários. Curiosamente, não se verifica, pelo menos de uma forma palpável, a preocupação com a questão da unidade sindical operária, nem um firme combate às medidas desferidas contra os trabalhadores, tanto pelo governo republicano, como pelo patronato, num período de agravamento da crise social e económica. O que não quer dizer que estas preocupações não se encontrassem subjacentes, embora de forma implícita. No Algarve, uma pobre e distante província da capital, os acontecimentos político-sindicais também tinham lugar nos meios trabalhistas, embora não tão rapidamente, ou com a envergadura do que se passava em Lisboa, ou noutros pontos do país. De acordo com as teses apresentadas, o problema da organização emergia como o “calcanhar de Aquiles” do movimento operário do Algarve.

Vejam os que as teses nos dizem, nos seus aspetos centrais. A tese «A ação da organização operária no Algarve e a propaganda», apresentada pela Comissão organizadora da Conferência Intersindical do Algarve, começa por constatar que a maioria dos sindicatos da região não tem vida devido à existência de poucos militantes e que, grande parte destes desistem depois de alguns anos de trabalho. Por outro lado, outros organismos constituem-se apenas por motivos egoístas, pois os seus dirigentes abandonam-nos assim que conseguem o que queriam, ou mesmo se foram derrotados. Estes dirigentes tinham a obrigação de incentivar os seus camaradas, educando-os no sentido de perceberem que «o sindicato não se organiza simplesmente por uma questão

¹⁷² Cf. «Conferência Inter-Sindical do Algarve», in *A Batalha*, n.º 1974, de 3 de maio de 1925, p. 1.

de interesses imediatos», mas também «com o fim de desempenhar a sua missão numa sociedade sindicalista, em que terá a responsabilidade da produção e do consumo»¹⁷³.

Mais à frente esta tese sublinha que nas localidades pequenas a organização sindical é muito fraca ou não existe por falta de propaganda, levando mesmo ao desaparecimento de alguns organismos, como sucedeu no concelho de Faro com a Associação da Construção Civil, em Estoi, e com a Associação dos Trabalhadores Rurais, em Santa Bárbara de Nexe (Bordeira). Por outro lado, localidades como S. Brás de Alportel apenas dispunham de dois sindicatos, Santa Bárbara de Nexe com um, e muitas outras terras do Algarve, como Fuzeta, Lagoa e Loulé não possuíam organização operária. A solução apontada para melhorar a situação consistia em fazer chegar a propaganda a todas as localidades, por mais pequenas que fossem, juntando todos os elementos operários que se encontrassem dispersos e mostrassem «boa vontade pelo desenvolvimento da organização sindicalista», coordenando «a propaganda de forma a interessar esses camaradas pela ideia da emancipação humana»¹⁷⁴.

Um outro fenómeno que existia no Algarve e que devia ser discutido tinha a ver com o facto dos trabalhadores rurais não organizarem os seus sindicatos, pois a maioria era proprietária das terras onde trabalhavam, julgando-se assim «senhores desprezando e olhando até com desdém para a organização sindical». Impunha-se com a «máxima urgência» a divulgação da propaganda no seio desses trabalhadores, fazendo-os compreender a sua verdadeira situação. «A não ser assim, dar-se-á amanhã a transformação social, e teremos, talvez, que lutar com os trabalhadores do campo, para que eles entreguem à comunidade o que lhes sobeja do seu trabalho. E por culpa de quem? De nós trabalhadores das cidades, que não soubemos cuidar a valer deste problema»¹⁷⁵.

A conceção anarquista e, também comunista, de que os operários detêm uma consciência de classe bem mais elevada que os camponeses e trabalhadores rurais – muitos destes proprietários das suas terras – encontra-se bem vincada nas passagens atrás referenciadas. Uma das obrigações dos operários fabris e urbanos, considerados os elementos mais avançados da sociedade capitalista, seria a de educar as massas camponesas e coordenar as suas organizações, como os sindicatos. Com efeito, esta tese iria enquadrar-se perfeitamente na Declaração de Princípios do 6.º Congresso dos

¹⁷³ V. «A ação da organização operária no Algarve e a propaganda», in *A Batalha*, n.º 1970, de 28 de abril de 1925, p. 4.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

Trabalhadores Rurais que teve lugar em Santarém, em setembro de 1925. De acordo com a Declaração, os sindicatos de trabalhadores rurais, «diretamente ou por intermédio da sua Federação de Indústria (...), dirigirão os trabalhos agrícolas (...)», e esta Federação «continuará a ser um órgão essencialmente coordenador»¹⁷⁶, cabendo-lhe as mais diversas funções. Algumas destas funções seriam o estudo do problema agrário português, o trabalho de estatística geral necessário a uma informação constante das condições agrícolas na região, a recolha de informações sobre a produção agrícola noutras partes do mundo e manter relações com os organismos congéneres de outras regiões do mundo para efeitos de solidariedade no intercâmbio de produtos, sementes, etc.¹⁷⁷.

A Tese que temos vindo a analisar, conclui com algumas propostas com vista a «atenuar, em parte», as dificuldades na região no âmbito da organização e propaganda sindical:

«1.º - A imediata reorganização da delegação confederal.

2.º - Constituir comités de propaganda sindical em todas as localidades onde haja organização operária.

3.º - Das localidades onde não haja organização, e onde se encontrem camaradas com conhecimentos e disposição para fazer propaganda sindical, estes sejam aceites nos comités da localidade mais próxima, devendo os camaradas que se encontrem nesta situação: a) Filiar-se no sindicato de indústria da localidade mais próxima; b) No caso de não haver sindicato da sua indústria na região, deverá sindicarse em qualquer sindicato que lhe fique mais próximo.

4.º - Tanto esses camaradas como os comités, deverão fazer sentir e dar a conhecer todas as necessidades de propaganda e organização à delegação confederal.

5.º - A propaganda deverá ser feita por todas as formas e por toda a parte desde que se reconheça utilidade, em comícios, sessões,

¹⁷⁶ Cf. Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, cit., pp. 154-157.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 157.

conferências, palestras, excursões, passeios de confraternização, jornais, folhetos, etc.»¹⁷⁸.

A União dos Sindicatos de Portimão apresentou a Tese «A solidariedade e a organização operária». Começa este documento por afirmar que «a solidariedade deve ser o fulcro de toda a força da organização operária, ou seja, do sindicalismo». Esta confirmação encontra-se na Natureza, que tem demonstrado os maiores exemplos de solidariedade, tanto no reino animal (os bois e os cavalos unem-se na defesa e no ataque perante os lobos, os castores na edificação das suas habitações, as andorinhas para se transportarem a grandes distâncias), como no reino vegetal (certas plantas associam-se nas zonas desérticas para não morrerem de sede). Os próprios seres inanimados se unem para exercer a sua força (os fios de linho unidos ficam muito mais resistentes), o mesmo sucedendo com os burgueses e patrões que esquecem «os seus ódios ou intrigas e incompatibilidades irreduzíveis para mais facilmente defenderem privilégios, explorar ou esmagar trabalhadores»¹⁷⁹.

De acordo com a tese que vimos referindo, se tudo se une para ultrapassar determinados obstáculos, porque não acontece o mesmo com os trabalhadores? Estes são, inclusivamente, recriminados por não se mostrarem solidários entre si. «Só o operário (...) por vezes esquece-se de todas as tiranias e opressões que sobre ele pesam como chumbo», a desigualdade faz dele «um pária e um farrapo, ora simplesmente desprezado, ora odiado e comido». No entanto, virá o dia em que, entre a família trabalhadora, «a solidariedade consciente seja um facto, porque nesse dia estará feita a emancipação, não dele mas de todos os seres humanos»¹⁸⁰. A solidariedade entre os trabalhadores apresenta-se assim como o elemento essencial para o triunfo da organização operária, na luta contra o mundo de exploração capitalista.

Esta tese, depois de censurar o dinheiro «enquanto causa primordial da desgraça humana» e que fomenta a divisão e o egoísmo no seio dos operários, avança com algumas conclusões: a criação de uma Caixa de Solidariedade para subsidiar os associados dos sindicatos algarvios que, devido à sua luta pela causa, sejam perseguidos pelo patronato ou pelo Estado; os fundos das caixas sindicais, cujas quotas dos sócios poderão aumentar

¹⁷⁸ Cf. *A Batalha*, n.º 1970, cit., p. 4.

¹⁷⁹ Cf. *A Batalha*, n.º 1971, de 29 de abril de 1925, p. 3.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

até 20%, devem ser administrados pelas uniões de sindicatos locais ou no caso destas não existirem, pelas comissões sindicais ou pelas direções dos sindicatos; o subsídio nunca deverá ser inferior a um terço do salário de um perseguido, podendo atingir os três terços quando obtenha uma votação por maioria absoluta; os fundos das caixas sindicais deviam ser depositados na Caixa Geral de Depósitos; e todos os organismos como a administração das caixas sindicais eram obrigados à publicação, mensal, em *A Batalha*, dos balancetes, bem explícitos, do estado financeiro das suas caixas¹⁸¹. A relevância desta tese justificava-se, numa altura em que eram frequentes as perseguições aos operários que se destacavam nas lutas sindicais, sendo muitos deles deportados pelos governos republicanos para os territórios coloniais.

Na mesma página de *A Batalha* foi publicada outra tese intitulada «O egoísmo dos trabalhadores opõe-se ao robustecimento da organização operária», cujo relator foi Manuel Teodoro do Sindicato da Construção Civil de Olhão. De acordo com esta tese, uma das principais causas que tem contribuído para o enfraquecimento da organização operária no Algarve é a origem social dos trabalhadores, neste caso em concreto a origem camponesa. Esta proveniência social provoca o egoísmo nos trabalhadores que só se interessam pelo sindicato para reclamar aumento de salários. Esta atitude leva a que muitas lutas sindicais fossem derrotadas. «É o egoísmo, a ânsia de possuir o céu e a terra que guia a consciência desses indivíduos. E assim têm-se perdido bastantes movimentos porque a maioria das classes operárias do Algarve, em muitas localidades é composta de trabalhadores do campo que uma vez em luta se deixam ficar em casa, semeando as favas, cavando as figueiras, etc., etc.»¹⁸². Uma linguagem nada simpática para os trabalhadores de origem camponesa.

Saliente-se que nem todos os trabalhadores oriundos do campo agem da mesma maneira, nomeadamente no que se refere à atividade e lutas sindicais. Não possuindo quaisquer meios de produção, os assalariados rurais, ao contrário dos camponeses, muitos deles pequenos agricultores e detentores de pequenas parcelas de terra, têm protagonizado muitas lutas e diversos momentos épicos trabalhistas e sindicais. Sucedeu principalmente no sul do país, incluindo o período da I República. Um destes grandes momentos de luta

¹⁸¹ *Ibidem*.

¹⁸² *Ibidem*.

eclodiu no Alentejo, «a jóia da coroa deste movimento»¹⁸³, contra o Sidonismo, na greve geral de 18 de novembro de 1918 decretada pela União Operária Nacional¹⁸⁴.

Mais à frente, no decurso da tese, esses trabalhadores continuam a ser violentamente criticados. São apelidados de oportunistas e de não se interessarem pelo sofrimento alheio que grassa nas famílias operárias, de se mostrarem indiferentes perante as vitórias ou derrotas sindicais e de não se quererem comprometer perante os patrões, ou encarregados, recusando fazer parte de comissões. São ainda acusados de bajulação por «obsequiarem os açambarcadores de trabalho com presentes de favas, ervilhas» em troca de trabalho¹⁸⁵. Esta situação terá contribuído para o patronato baixar os salários de todos os trabalhadores, uma vez que aqueles, de forma egoísta, fá-los esquecer a situação dos seus camaradas que vivem na vila ou cidade, em troca de trabalho, mesmo com os salários diminuídos. Na parte final, o egoísmo é assim considerado o principal adversário ao fortalecimento dos sindicatos operários. «Assim constata-se, que o maior inimigo que se opõe ao robustecimento da organização operária algarvia é o egoísmo dos próprios trabalhadores»¹⁸⁶.

O documento conclui com a apresentação de algumas soluções para debelar o «egoísmo dos trabalhadores», nomeadamente: a instalação de todos os organismos de classe de cada localidade num único prédio, de forma a criar um clima de maior intimidade entre todos os operários, a modificação dos haveres da sede permitindo uma maior confraternização, e a criação de uma biblioteca na sede disponível a todos os operários e ao público em geral¹⁸⁷.

¹⁸³ Cf. Maria Alice Samara, *Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais. Verdes e Vermelhos*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 149.

¹⁸⁴ No distrito de Évora a greve entre os trabalhadores rurais atingiu grandes proporções, com destaque nas localidades de São Manços, Torre de Coelheiros, Montemor, Sousel e São Tiago do Escoural. No distrito de Beja e particularmente na aldeia de Vale de Santiago, concelho de Odemira, a greve assumiu um carácter insurrecional. A população assaltou um celeiro de um grande proprietário e até se pensou em expropriar e coletivizar as terras, expulsando os latifundiários. A repressão sidonista não tardaria, envolvendo forças da GNR e do exército, obrigando os grevistas a refugiarem-se no Cerro Alto. Muitos destes trabalhadores foram presos e deportados para Luanda (*ibidem*, pp. 149 e 150). Sobre estes acontecimentos vide ainda Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, 1972, Bento Gonçalves, *Palavras Necessárias: a Vida Proletária em Portugal de 1872 a 1927*, Edição de Virgínia Moura, 1973, e Maria Rosalina Labaredas e Francisco Canais Rocha, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo*, Lisboa, Edição Um de Outubro, 1982.

¹⁸⁵ *A Batalha*, nº 1971, de 29 de abril de 1925, p. 3.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

Pedro Cortes dos Reis, do Sindicato da Construção Civil e Joaquim Pedro Machado, do Sindicato dos Corticeiros, ambos de Messines¹⁸⁸, apresentaram à Conferência a Tese «A organização sindical no Sul – Fins e Meios»¹⁸⁹. Começam os relatores por afirmar que o que valoriza as organizações centrais, Uniões, Federações e CGT, é o desenvolvimento máximo dos sindicatos locais através da propaganda do sindicalismo revolucionário. Esta propaganda aliada ao esforço de todos os militantes, ao ardor das massas e à ação coordenada de todos levará à conquista de muitas regalias para os trabalhadores. No entanto, isto só será possível através do «equilíbrio moral e financeiro» da CGT e dos seus organismos, como os sindicatos. Torna-se assim necessário que as Federações sindicais criem as suas delegações no Sul, em especial os corticeiros e os marítimos, as estruturas operárias mais importantes do Algarve.

A tese preconiza ainda a unificação dos trabalhadores operários aos trabalhadores manuais da região, a fim daqueles receberem os ensinamentos destes, e a constituição de uma caixa de fundos a utilizar na propaganda. Estes fundos deviam ser constituídos por uma cota de \$90 obrigatória e semanal para todos os sindicatos e por outras contribuições voluntárias. A aplicação destes fundos seria em conferências e sessões de propaganda de trabalhadores a realizar em várias localidades do Algarve, devendo o serviço de cobrança em cada localidade ficar a cargo das comissões administrativas dos sindicatos. Por último, para um bom funcionamento dos organismos propõe-se a divisão do sul em áreas sindicais, a nomeação de delegados pelas comissões administrativas para efeitos de cobrança dos fundos e a discussão do assunto no Conselho Confederal da CGT¹⁹⁰.

No início da 2ª sessão da Conferência foi aprovada pelos delegados uma moção que protestava, energicamente, contra a deportação de operários sem julgamento e reclamando do governo que esse julgamento fosse realizado «para que não sofram as agruras do cárcere as inocentes vítimas da perseguição acintosa de políticos sem escrúpulos, sendo restituídos à liberdade a que têm jus»¹⁹¹. Esta moção, apresentada por Vaz Marques, dos Empregados no Comércio de Vila Real de Stº António, foi aprovada com «vivas à solidariedade operária». Também Raul Duarte apresentou uma saudação aos presos por questões sociais e um protesto contra as deportações. Outros delegados

¹⁸⁸ Nos artigos anteriores de *A Batalha* não é mencionado, em princípio por lapso, a participação na Conferência de quaisquer delegados do Sindicato dos Corticeiros de Messines.

¹⁸⁹ Cf. *A Batalha*, nº 1972, de 30 de abril de 1925, p. 4.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ *A Batalha*, nº 1976, de 6 de maio de 1925, p. 4.

saudaram a Conferência, fazendo votos para que desta saíssem «trabalhos práticos», «o robustecimento da organização operária algarvia», que ela «vá avivar o entusiasmo entre todos os trabalhadores» e que não bastava tomar decisões, mas que «é necessário retemperarem-se dum espírito de persistência para, nas respetivas localidades, porem em prática o que aqui se resolver»¹⁹². Procurava-se assim transmitir vivacidade, entusiasmo e força à organização operária sindical da região do Algarve.

Voltando um pouco atrás, na discussão da Tese «A ação da organização operária do Algarve e a propaganda», João Gonçalves Pires discordou da referência que culpa os militantes pela perda de alguns movimentos e Pedro Cortes dos Reis referiu que os operários de Messines, apesar de serem poucos, têm procurado conquistar e manter grande parte das regalias conquistadas. Por outro lado, devia ser feita uma consulta à Federação Rural no sentido de melhor se organizarem os trabalhadores rurais. Xavier Pereira frisou que alguns sindicatos apenas se constituíam para reclamar aumento de salários, logo desaparecendo assim que conseguiam atingir os objetivos.

Uma discussão acalorada surgiu em torno do estabelecimento da sede da Delegação confederal da CGT no Algarve. Raul Duarte entendia que a Delegação se devia subdividir, ficando com 3 elementos em Faro, 3 elementos em Portimão e a sede em Faro. Manuel Teodoro não concordou com a proposta, pois esta acarretava para a CGT mais dificuldades financeiras em atender 2 comités e que a sede devia localizar-se onde houvesse mais militantes. Pedro Cortes dos Reis e José Maria Canoa advogavam a localização da sede em Faro, enquanto João Gonçalves Pires e Quirino Moreira contrapõem, devido à falta de elementos na capital. Foi aprovada a proposta de Manuel Joaquim de Sousa, delegado da CGT, secundado por Vaz Marques, que preconiza o estabelecimento da sede da Delegação confederal em Olhão, local com mais militantes operários, e a ser submetida à ratificação do Conselho Confederal da central sindical anarquista. Manuel Joaquim de Sousa também foi o autor de uma outra proposta – a constituição de comités de propaganda nas localidades onde não existam Uniões de Sindicatos, mas existindo os elementos necessários para esse fim. Foi aprovada uma outra emenda a defender a organização de sindicatos mistos nos locais onde não fosse possível

¹⁹² *Ibidem*. Estas saudações foram da autoria de Quirino Moreira, da Federação Metalúrgica, António Monteiro, da Federação do Livro e do Jornal, Virgílio Tavares, da U. S. O. de Olhão, Manuel Nunes, da Federação Mobiliária e Manuel Caçapo, dos Corticeiros de Faro.

a constituição de sindicatos de determinadas profissões ou indústrias, por falta de militantes¹⁹³.

Ainda durante a 2.^a sessão da Conferência teve lugar a discussão da tese «A organização Sindical no Sul (fins e meios)», apresentada pelo relator Pedro Cortes dos Reis, da construção civil de Messines. Vários delegados, com destaque para Raul Duarte, José Maria Canoa, Vaz Marques, Manuel Joaquim de Sousa e Manuel Teodoro polemizam, de forma acalorada, em torno do aumento da cota sindical. O aumento desta afigurava-se muito difícil devido à grande crise de trabalho que se vivia e muitos sindicatos, por terem poucos associados, veriam a sua situação financeira agravar-se ainda mais se fossem obrigados a cumprir o aumento da cotização. A tese acabaria por ser aprovada com a retirada dos pontos onde se previa o aumento da cota sindical¹⁹⁴.

A mesa para a 3.^a sessão da Conferência foi constituída por Pedro Cortes dos Reis, que presidiu, e pelos secretários Raul Duarte, dos Manufatores de Calçado de Portimão e Virgílio Tavares, da U. S. O. de Olhão. Manuel Teodoro foi o relator da tese «O egoísmo dos trabalhadores opõe-se ao robustecimento da Organização Operária». Um dos momentos altos de discussão desta tese centrou-se em torno da ideia do delegado Fagundes de Almeida, de que «à margem do Sindicalismo Revolucionário se desenvolva uma larga propaganda moral e se estude a forma de publicar um semanário ou quinzenário órgão da organização algarvia»¹⁹⁵. Uma ideia corroborada por Manuel Joaquim de Sousa. Foi assim aprovada a emenda de que a CGT devia prestar auxílio aos organismos mais fracos financeiramente, a fim de puderem editar a sua imprensa.

O delegado Joaquim Duarte Valongo, da U. S. O. de Portimão apresentou a tese «A Solidariedade e a Organização Operária» que mereceu uma acesa discussão e forte polémica entre vários conferencistas. Nem todos concordavam que fosse prestado auxílio aos perseguidos pela sua atividade operária e sindical, visto as caixas sindicais não disporem de capacidade financeira para conceder subsídios a todos. Manuel Nunes, que desaprovava a tese, considera mesmo que a principal conclusão para se ser idealista deve ser o de ter uma consciência formada e espírito de sacrifício. Como forma de ultrapassar o impasse a que se chegou, Xavier Pereira apresentou a seguinte moção e que foi aprovada pelos delegados: «Atendendo a que a tese em discussão é sobremaneira melindrosa, sob

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Cf. *A Batalha*, n.º 1977, de 7 de maio de 1925, p. 4.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

o ponto de vista moral e que, além disso, estabelece um princípio que não deverá ser regional, mas nacional, e atendendo a que está para reunir este ano o Congresso Confederal, a Conferência resolve que o assunto desta tese seja presente nesse Congresso para ser conveniente e definitivamente resolvido»¹⁹⁶. Os delegados algarvios remetiam assim o assunto para o órgão máximo da Confederação Geral do Trabalho.

A 4.^a e última sessão da Conferência Intersindical do Algarve, que abriu pelas 22 horas do dia 4 de maio, foi presidida por José Gonçalves Pires, dos Estivadores de Portimão, e secretariada por Manuel Teodoro, da Construção Civil de Olhão e João de Deus Carepa, dos Manufatores de Calçado de Tavira.

Logo a iniciar a sessão, foi aprovado por unanimidade um parecer, sobre Câmaras e Juntas Sindicais com as seguintes conclusões:

«1.º Que as Uniões de Sindicatos locais da região algarvia, procurem desde já adotar a estrutura das Câmaras e Juntas Sindicais.

2.º Que as mesmas Uniões se relacionem com a secção confederal de Uniões para que esta lhes forneça os exemplares de estatutos daqueles organismos, destinados aos delegados e sindicatos, para a sua estrutura ser estudada e adotada nas diferentes localidades, no mais curto espaço de tempo»¹⁹⁷.

Um outro assunto que mereceu a intervenção de alguns conferencistas teve a ver com a debilidade organizativa do Sindicato da Indústria de Conservas de Lagos, devendo as classes operárias deste organismo ser mais apoiadas pela U. S. O. de Portimão. Mas o que foi alvo de uma acesa discussão entre os delegados operários foi a apresentação de uma moção sobre as manifestações religiosas. Esta moção propunha que as organizações sindicais da região impedissem a saída à rua de manifestações de cariz religioso, através do recurso a contra-manifestações, caso fosse necessário. Os argumentos utilizados tinham a ver com o facto da religião católica fazer recrudescer a reação conservadora, inclusivamente no Algarve, afirmando-se assim como «o maior inimigo da Organização Operária»¹⁹⁸.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ *A Batalha*, n.º 1978, de 8 de maio de 1925, p. 4.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

Alguns delegados acabaram por discordar da utilização de «contra-manifestações», visto violarem o livre pensamento e que no Algarve não existia o fanatismo religioso, tal como se verificava no norte do país. Manuel Joaquim de Sousa argumentou que a melhor forma de combater a reação religiosa seria através da criação de «escolas racionais para se oporem ao ensino ultramontano». A moção acabaria por ser aprovada, mas com uma alteração: as manifestações antirreligiosas seriam promovidas e postas em prática à margem dos sindicatos¹⁹⁹.

Já a moção referente às deportações foi aprovada por aclamação. Esta moção, que foi enviada telegraficamente ao governo de Vitorino Guimarães, protestava contra as deportações por serem uma arbitrariedade, reclamava o regresso de todos os deportados, enviava-lhes uma saudação, assim com a todas as vítimas da reação, e apoiava todos os esforços da Confederação Geral do Trabalho com vista à sua libertação²⁰⁰. Esta organização sindical virá a promover diversas manifestações e greves de protesto contra as deportações operárias e sindicais.

Já na reta final da sessão sucederam-se as diversas saudações da parte dos delegados dos diferentes organismos sindicais. Entre essas saudações há a destacar a de Manuel Teodoro, que saudou «as vítimas da burguesia internacional lembrando aos militantes as responsabilidades agora contraídas». Por sua vez, Vaz Marques reeditou as saudações aos organismos representados na Conferência e aos presos por questões sociais. José da Silva dirigiu a sua atenção para a organização operária «na pessoa do delegado da C. G. T., esperando que os delegados não esmoreçam nos trabalhos a realizar». Aliás, foram várias as saudações à confederação anarquista, também da parte de Miguel Sebastião, da Juventude Sindicalista de Faro, de Ramos Iria (que lamentou as dificuldades dos Empregados no Comércio de Silves), de Edmundo de Oliveira (que manifestou descontentamento com a falta de representação dos organismos de Lagos), do delegado da Juventude Sindicalista de Silves, de César da Silva, de Manuel Madeira e de Justiniano Rodrigues (que justificou a falta de representação do seu organismo na Conferência – Empregados no Comércio de Faro)²⁰¹.

Também houve várias saudações à Conferência, como da parte do representante de *A Batalha*, de Quirino Moreira, da Federação Metalúrgica, e de António Monteiro, da

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Ibidem*.

Federação do Livro e do Jornal. Manuel Joaquim de Sousa finalizará as saudações à C. G. T. e a todos os conferencistas, «analisa as resoluções tomadas dizendo que só a experiência dirá se há ou não vantagens sobre algumas das resoluções» aprovadas. O mais importante será o de pôr em prática essas resoluções o mais rapidamente possível. O experiente dirigente sindicalista e que já fora Secretário-Geral da C. G. T., termina a sua alocução com a proposta de criação da Delegação Confederal no Algarve. A sessão acabou por encerrar pelas 2.30h da manhã com os conferencistas a entoarem o hino de *A Batalha* e com vivas à A. I. T., Emancipação Humana, C. G. T e à *A Batalha*²⁰².

5. Da revolta de fevereiro de 1927 às bombas de Moncarapacho

A revolta republicana de 3 – 7 de fevereiro que eclodiu no Porto e em Lisboa contra a Ditadura Militar também teve os seus desenvolvimentos no Algarve. No dia 4 de fevereiro, o movimento republicano militar e civil fez-se sentir em Faro através de bombardeamentos sobre a cidade pela canhoeira «Bengo», sob o comando do 1.º tenente Sebastião José da Costa²⁰³. Para além de alguns marinheiros, participaram na revolta elementos do Regimento de Infantaria 4 de Tavira, da GNR de Faro, Tavira e Vila Real de Santo António, e elementos civis, onde se incluíam alguns operários.

Segundo a imprensa da época foram realizados pela «Bengo» 58 disparos contra o Regimento de Infantaria n.º 15, a estação do caminho-de-ferro e a estação de telegrafia sem fios, verificando-se elevados estragos, três feridos e um morto²⁰⁴. As forças fiéis ao Governo, em particular os militares do Regimento de Infantaria 15, ofereceram grande resistência. Destacou-se na repressão da revolta o tenente do exército Manuel Caetano de Sousa, que já tinha colaborado no 28 de maio de 1926. Nos dias seguintes ocorreram várias prisões dos revoltosos, incluindo Sebastião José da Costa, que estava escondido na casa da Torre, freguesia de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António. Ao todo, devido à revolta no Algarve, foram detidas 174 pessoas, entre elas 61 praças e cabos da GNR, 47 militares do Regimento de Caçadores n.º 4, 13 marinheiros e 51 civis com

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ Sobre a revolta em Faro vide Libertário Viegas, «Algarve 1908-1927», in *Anais do Município de Faro*, Vol. XVIII, pp. 164-166, Câmara Municipal de Faro, Faro, 1988.

²⁰⁴ Cf. Artur Barracosa Mendonça, “Ainda a revolta de fevereiro de 1927: os acontecimentos no Algarve”, in *Almanaque Republicano*, <http://arepublicano.blogspot.com/2007/02/ainda-revolta-de-fevereiro-de-1927-os.html>.

diversas profissões, desde funcionários públicos, comerciantes, proprietários, ferroviários, barbeiros, sapateiros, marítimos. Entre os civis, predominavam os elementos afetos aos setores operários e afins, com destaque para os ferroviários²⁰⁵.

A revolta de Faro foi a única que ocorreu em coordenação com a greve dos ferroviários, pois começou logo a seguir à chegada do comboio que partira do Barreiro, no dia 4 de fevereiro, trazendo a declaração de greve. Aguardava o comboio o grupo de revolucionários que iria dirigir a revolta, formando-se de seguida um comboio especial para transportar as unidades militares insurgentes de Tavira e Vila Real de Santo António²⁰⁶. O fracasso da greve ferroviária “Sul-Sueste”²⁰⁷ permitiu ao governo da Ditadura dominar, sem grandes problemas, o eixo ferroviário do país, canalizando as tropas fiéis para os locais mais necessários. Depois da revolta ter sido dominada realizou-se em Faro uma manifestação de apoio ao Batalhão de Caçadores n.º 4 pela ação que demonstrou contra os revoltosos²⁰⁸.

Não obstante o regime militar ter sufocado a revolta de fevereiro de 1927 a agitação social continuou a persistir no Algarve, nos dias e anos seguintes, incluindo nos meios operários. Em Portimão a contestação operária chegou a perturbar a ordem pública, o que motivou a requisição de um batalhão da GNR de Silves para restaurar a ordem²⁰⁹.

²⁰⁵ *Ibidem*. Os elementos civis do Algarve, participantes na revolta e detidos, oriundos das classes trabalhadoras, eram os seguintes: Emídio Lapinha, Manuel Fonseca, José Tavares Gonçalves, Joaquim António Coelho, Rosário Francisco Lourenço, José Bernardo Pinto Júnior, Francisco Rosa, José Francisco Patarata e José Gonçalves Café, ferroviários; Francisco Mascarenhas Rocha, José Joaquim Cândido, Ângelo dos Santos e Francisco Possidónio, marítimos; Joaquim Braz, João dos Mártires Barradas, Sebastião Ferreira, Luis dos Santos Sacramento Pereira, Alexandrino Ramos Cachola e António Gomes Páscoa, sapateiros; José Vital, carpinteiro; José da Piedade, trabalhador; João Modesto, João Gabriel Alegre e António das Dores Almeida, pedreiros; Eduardo da Cruz Carepa, marceneiro; Armando Luis Veiga e Francisco António Alves Faria, barbeiros; Francisco Tibúrcio e Raúl Cruz, empregados no comércio; João Braz Costa, empregado de mesa. Quase todos eram provenientes de Faro e de Tavira.

²⁰⁶ Cf. «O que se passou no Algarve», in *O Século*, n.º 16139, de 11 de fevereiro, de 1927, p. 7.

²⁰⁷ Após o fracasso da greve foram presos vários ferroviários do Sindicato do Sul e Sueste, os quais permaneceram por longo tempo na prisão civil de Monsanto e na Penitenciária, em Lisboa. Alguns acabaram por ser deportados para as colónias portuguesas. Em abril de 1927 deslocou-se a Lisboa uma comissão da Federação Ferroviária e do Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste, onde fizeram a entrega de uma exposição ao Presidente da República e aos ministros da Guerra, do Interior e do Comércio, sobre a situação dos operários presos (cf. *A Batalha*, n.º 2521, de 15 de abril de 1927, p. 4).

²⁰⁸ V. «Faro», *O Século*, n.º 16137, de 7 de fevereiro de 1927, p. 3.

Sobre o fracasso da revolta e a repressão contra os revoltosos ver ainda Filomena Bandeira, «A oposição externa à ditadura: a Revolta de fevereiro de 1927 em Lisboa», in *O Estado Novo das origens ao fim da autarquia 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987, Vol. II, pp. 38-39; *O Algarve*, n.º 983, de 6 de fevereiro de 1927, e *Comércio de Portimão*, n.º 391, de 11 de fevereiro de 1934, p. 1.

²⁰⁹ Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 438 (1926-1930), ofício ao Ministro do Interior, de 6 de junho de 1927, e ofício n.º 166 ao Comandante da GNR de Faro, de 25 de junho de 1927.

Após o fracasso da revolta “reviralhista” de fevereiro de 1927 que acabou por provocar, igualmente, sérios revezes na organização operária, esta irá, no entanto, continuar ativa no Algarve, onde se destacam as Juventudes Sindicalistas, com núcleos formados em Silves, Messines e Faro²¹⁰. A organização sindicalista de jovens trabalhadores tinha como uma das suas principais tarefas «educar e preparar a mocidade trabalhadora, técnica e sociologicamente, moral e revolucionariamente, para o conseguimento da sua emancipação da tutela patronal, do Estado e de toda a casta parasitária que vive do produto do esforço da massa trabalhadora»²¹¹. Era a organização juvenil operária de tendência anarcossindicalista e em que um dos membros mais proeminentes no Algarve foi José dos Reis Sequeira que fazia parte do núcleo das JS de Silves e que escreveu um livro de memórias aqui já citado²¹².

Uma das tarefas das Juventudes Sindicalistas era a de editar folhetos e manifestos de propaganda revolucionária e foi o que fez o núcleo de Silves. Como não havia uma tipografia de confiança na cidade o manifesto foi mandado imprimir em Évora, através do jovem militante Tomaz Francisco da Silva que incumbiu dessa tarefa um seu camarada de apelido Calhabotas²¹³. O manifesto foi feito e distribuído sem problemas. O problema é que António Calhabotas, juntamente com o seu colega Américo Vilar, morreram ambos numa explosão em Moncarapacho, a 17 de fevereiro de 1928, quando se encontravam no fabrico de bombas. Posteriormente, foi encontrada pela polícia, no bolso do Calhabotas,

²¹⁰ José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (memória de um operário corticeiro) 1914/1938*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p. 93.

²¹¹ V. Edgar Rodrigues, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, cit., p. 195. O primeiro Congresso Nacional das Juventudes Sindicalistas realizou-se clandestinamente em Lisboa, em janeiro de 1921, onde se discutiram as teses e os meios de atuação e que irão servir como os estatutos dos Núcleos da Juventude. Em abril de 1926 as JS promovem o seu 2.º Congresso no Barreiro e também na clandestinidade. Aqui participam 20 delegados dos núcleos centrais de Lisboa e Porto, Gaia, Barreiro, Évora, Setúbal, Faro, Portimão, Aljustrel, Vendas Novas, Graça do Divor e 5 membros do Comité Federal e das comissões organizadoras do Congresso. Na declaração e princípios aprovada ficaram definidos os pontos de vista das JS em relação à política: anarquista a sua ideologia, sindicalista e revolucionário o seu método de ação, antimilitarista e antiautoritária a sua propaganda, revolucionária a sua ação, uma atitude de hostilidade em relação aos partidos políticos e de cooperação eventual com outras organizações sindicalistas, anarquistas e revolucionárias, dependendo da concordância com os seus pontos de vista (*ibidem*, pp. 195-196 e 229-231).

²¹² Segundo José dos Reis Sequeira ter-se-ia constituído o núcleo da JS de Portimão após o 2.º congresso desta organização. A ideia seria a formação, a partir dos núcleos de Silves e de Portimão, de uma delegação federal no Algarve, à qual se agregaria elementos do núcleo de Messines. Estes três núcleos muito chegados e tendo como centro Silves, «poderiam realizar uma meritória obra de expansão orgânica da região algarvia». Todavia, o projeto nunca seguiu em frente, pois «circunstâncias adversas impediram o prosseguimento desta iniciativa. As consequências do 7 de fevereiro de 1927 tiveram bastante influência no arrefecimento da iniciativa» (cf. obra do autor, *Relembrando e Comentando...*, cit., pp. 94-95).

²¹³ *Ibidem*, p. 106. Tomaz Francisco da Silva militante do núcleo das Juventudes Sindicalistas de Silves possuía vários conhecimentos nos meios operários de Évora, visto ser oriundo desta cidade e ali ter pertencido ao núcleo local das JS.

a carta do Tomaz Silva para a encomenda dos tais manifestos e, a partir daqui as autoridades desencadearam uma onda de repressão que acabou por atingir os organismos operários de Silves e um pouco de todo o Algarve²¹⁴.

Sobre o assunto diz-nos o operário corticeiro José dos Reis Sequeira:

«Foi numa quarta-feira de cinzas, ou segunda-feira de Páscoa, já não me recordo bem. É costume, em Silves, na tarde destes dias, passear-se pelo campo, e, muito especialmente a gente nova não deixa de honrar esta tradição.

Os jovens mais responsáveis do núcleo, tinham, pois, saído a passear. Quando do regresso, já Sol posto, alguém nos saiu à frente a avisar-nos do que estava a acontecer. O camarada de Évora, o ferrador, tinha sido preso. Passaram-lhe uma busca a casa e levaram-no para Faro, capital do distrito, onde foi interrogado e ficou detido. À minha casa e à de outro camarada jovem, foram passadas buscas. Na minha revolveram colchões e bisbilhotaram todos os recantos dela e levantaram pedras do quintal. Levaram livros, jornais e revistas que eu colecionava; mas não era isso que eles procuravam. Na casa do meu colega fizeram, certamente, a mesma coisa. Também deixaram ordem para nos apresentarmos às autoridades da terra.

O sindicato dos corticeiros foi assaltado, assim como outros organismos instalados no mesmo edifício. Foram removidos arquivos diversos, bibliotecas e outros lugares; esquadrinhou-se por toda a parte sem encontrar o que pretendiam. Mas para não regressarem sem presa apoderaram-se de alguns livros das bibliotecas, sendo a da Juventude Sindicalista a mais castigada.

Nesta devassa não foi poupada a cooperativa de consumo local, onde foram revolidos sacos de feijão, tulhas, depósitos diversos, onde estaria escondido algum material de bombas, pois era

²¹⁴ Sobre as bombas de Moncarapacho vide Idalécio Soares, *Vítimas da Ditadura no Algarve – três casos, três histórias subtraídas ao esquecimento*, Olhão, Editora Sul, Sol e Sal, 2017, pp. 27-55.

precisamente isso que a polícia procurava, afanosamente, nas nossas casas e nas coletividades já referidas.

Como as buscas foram infrutíferas, regressaram os nossos homens à base que era Faro»²¹⁵.

O caso das bombas de Moncarapacho, também conhecido como o *complot* do Algarve, foi despoletado por setores republicanos ligados ao “revirinho”, embora como vimos, alguns elementos operários também tenham participado nos acontecimentos. Estavam diretamente por trás do plano das bombas os proprietários e políticos republicanos de Moncarapacho, João Mascarenhas de Mendonça e Custódio Pereira Neto, o advogado Manuel Paula Ventura, o proprietário de uma oficina de fundição de Olhão, Manuel António Rita, e o pirotécnico de S. Brás de Alportel, Joaquim Cruz Costa²¹⁶. Américo Vilar e António Calhabotas foram fabricar as bombas num casebre que se encontrava na propriedade de Custódio Pereira Neto, no lugar do Romeirão, próximo da aldeia de Moncarapacho²¹⁷. Pelos vistos, as vítimas desconheciam o perigo que tinham entre mãos, pois em conversa anterior, «alegavam que as manufacturas de bombas nada tinham de extraordinário nem perigoso pois até as tinham estado a fazer na oficina do Rita. Para isso traziam um cesto com dinamite»²¹⁸.

Os cadáveres acabaram por ser transportados, clandestinamente, para o sítio da Portela das Carriças, a cinco quilómetros de S. Brás de Alportel, os quais acabaram logo por ser descobertos no dia seguinte. A partir daqui entra em ação a investigação policial a cargo de uma brigada mista de agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) e das duas polícias políticas que existiam na altura, a Polícia de Informações e a Polícia Internacional²¹⁹.

Muito rapidamente os agentes policiais descobrem o casebre onde se fabricavam as bombas e se deu a explosão. Uma vaga de prisões teve lugar por todo o Algarve e noutros pontos do país, como no Barreiro, onde residiam as duas vítimas da explosão ou tinham pontos de apoio. O tal bilhete do Tomaz Silva encontrado no bolso do Calhabotas acabou

²¹⁵ Cf. José dos Reis Sequeira, *op. cit.*, pp. 106-107.

²¹⁶ Cf. Idalécio Soares, *op. cit.*, pp. 27-28.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 28. Segundo *O Século*, de 25 de fevereiro de 1928, Vilar e Calhabotas «iniciaram o fabrico de bombas num pardieiro coberto de colmo, sem luz e sem outra mobília além de uma pequena mesa e duas cadeiras» e, no momento da explosão que os vitimou, havia «um cesto grande e pesado, (...) cheio de cartuchos de pólvora e dinamite», além de «30 bombas carregadas, estando 13 por carregar».

²¹⁸ V. IAN/TT/PIDE/DGS, Proc.º n.º 3565-3582.

²¹⁹ Idalécio Soares, *op. cit.*, pp. 32 e 35.

por estender a repressão policial aos meios operários de Silves, Barreiro, Évora e outros locais.

No Algarve foram presas cerca de duas dezenas de pessoas, incluindo personalidades de relevo da vida política e social da região, como os advogados Manuel Pedro Guerreiro e Neves Anacleto, apontados como os responsáveis do movimento revolucionário²²⁰. Além das prisões, a polícia mandou fechar e selar a fábrica de pólvora de S. Brás de Alportel, onde os bombistas adquiriam os explosivos, o Club Monumental de Faro, o Centro Democrático, de Olhão, onde se reuniam os conspiradores, e a oficina de Manuel António Rita, em Olhão, que fornecia os invólucros e a metralha para as bombas²²¹.

Conforme se disse, relacionado com as bombas de Moncarapacho, tiveram lugar várias operações de busca, prisões e outras ações policiais repressivas contra os meios operários e sindicalistas também fora do Algarve. As autoridades da Ditadura procuravam uma conexão anarcossindicalista ao movimento republicano. As incipientes organizações comunistas que atuavam no movimento laboral repudiavam, em grande parte, qualquer ligação ao movimento republicano que apelidavam de “reviralhista”.

Além de Silves, foi na margem sul onde a repressão se tornou mais violenta. Locais de grandes concentrações operárias e com fortes tradições sindicais e revolucionárias desde a República, o Barreiro, Santa Apolónia e o Arsenal da Marinha foram ocupados por forças policiais e militares. *O Século* apelidava mesmo o Barreiro de «viveiro de indesejáveis»²²².

Procuravam-se bombistas e outros revolucionários, documentos, bombas²²³ e outro material de guerra. A vila do Barreiro foi cercada e à noite as ruas foram patrulhadas por forças de Cavalaria, sendo presos alguns indivíduos «conhecidos como agitadores,

²²⁰ *Ibidem*, p. 36. Raul Cruz e Manuel Henriques Cruz que estiveram em Moncarapacho na noite depois da explosão foram imediatamente presos. Outros envolvidos diretamente, conseguem fugir para Espanha, como Manuel António Rita, José Zeferino Costa, José Ventura Cuba, Augusto César da Silva e Manuel Paula Ventura, sendo posteriormente capturados. João Mascarenhas de Mendonça e Custódio Pereira Neto escondem-se durante alguns dias na casa de um familiar deste último nas imediações de Santa Catarina da Fonte do Bispo, acabando por ser capturados e enviados para Lisboa.

²²¹ Cf. *Diário de Notícias*, de 27 de fevereiro de 1928, p. 3.

²²² *O Século*, de 29 de fevereiro de 1928, p. 4.

²²³ A bomba sempre funcionou como um instrumento violento ao serviço das organizações anarquistas de vários matizes e até de outros grupos revolucionários, desde finais da Monarquia, ao longo da I República e até aos anos 30 do século XX que, deste modo, almejavam melhores condições de vida e uma nova sociedade para os trabalhadores através da luta contra o “Estado opressor e violento dos privilegiados”. As forças militares e policiais temiam as consequências devastadoras dos atentados bombistas perpetrados pelos organismos operários e afins, daí a sua enérgica ação repressiva na procura de bombas escondidas e potenciais bombistas (sobre as bombas ao serviço dos revolucionários *vide* José Maria Nunes, *A Bomba Explosiva. Depoimentos de diversos revolucionários (28 de janeiro de 1908 a 5 de outubro de 1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008).

figurando entre eles alguns ferroviários». Entre os presos encontrava-se o proprietário da casa alugada ao Calhabotas, onde foram apreendidos «ingredientes e material para o fabrico de bombas iguais às que se estavam fazendo no Algarve»²²⁴. Depois «os cestos de bombas fabricados pelo Américo Vilar» eram transportados até ao Algarve «no caminho-de-ferro pelo Calhabotas»²²⁵.

No Barreiro, além das várias prisões efetuadas, as autoridades encerraram o Sindicato dos Ferroviários e cercaram as Oficinas Gerais das linhas de caminho-de-ferro do Sul e Sueste, utilizando uma brigada da Polícia de Informações e oitenta militares da GNR, que impediram a saída de 600 operários. Apesar de todo o aparato, as buscas revelaram-se infrutíferas²²⁶. Vários jornais publicaram notícias sobre diversos locais do país onde foram descobertos esconderijos de bombas e outro material bélico, ou casas onde eram fabricadas, como no Barreiro, Lavradio, Chaves, Mangualde, Porto, Setúbal, Faro e Olhão²²⁷.

A polícia desenvolveu uma aturada investigação à volta das bombas de Moncarapacho procurando saber quais as ligações com a resistência republicana, a nível nacional, e com o movimento anarcossindicalista. Segundo os dados da investigação, o chamado *complot* do Algarve era dirigido por duas proeminentes figuras do republicanismo de esquerda na região, os advogados Manuel Pedro Guerreiro²²⁸ e António Neves Anacleto²²⁹, já referido anteriormente.

²²⁴ *Diário de Notícias*, de 29 de fevereiro de 1927, p. 3.

²²⁵ *O Século*, de 29 de fevereiro de 1927, p. 4.

²²⁶ Cf. *Diário de Notícias*, de 1 de março de 1928, p. 3.

²²⁷ *Ibidem*, de 2 de março de 1928, p. 3.

²²⁸ Manuel Pedro Guerreiro, natural de S. Brás de Alportel, foi Governador Civil de Faro nos finais da República. Foi apoiante de José Domingues dos Santos (que chefiou um curto governo republicano mais à esquerda, de novembro de 1924 a fevereiro de 1925), e do seu partido da Esquerda Democrática. Em 1925 concorreu por este partido numa lista pelo Algarve. Também foi acusado de ter participado nos acontecimentos de fevereiro de 1927, no Algarve.

²²⁹ António Neves Anacleto nasceu na Amorosa, Freguesia de S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves, em 8 de fevereiro de 1897 e faleceu na freguesia do Lumiar, Lisboa, em 25 de fevereiro de 1990. Desde cedo perfilhou ideias libertárias e em 1916 foi administrador de *A Ideia*, em Faro. Foi empregado no comércio, entre outras ocupações e em 1918 foi preso durante a greve que ocorreu neste ano. Fez o Liceu em Faro e em 1927 terminou o curso superior na Faculdade de Direito de Lisboa. Em novembro de 1926 passou a ser diretor e administrador do semanário republicano *Alma Algarvia*, que se publicava em Loulé e depois em Faro, semanário com a indicação de que “este jornal não é apoiante da ditadura”. Em 1927 foi preso por ter participado na revolta de fevereiro e em 21 de fevereiro de 1928 foi de novo preso e enviado para Lisboa, acusado de ser um dos cabecilhas do movimento revolucionário no Algarve. Evadiu-se da prisão de Monsanto em abril, mas em agosto foi de novo preso e deportado para Lourenço Marques, onde chegou a 5 de outubro de 1928. Nesta cidade fundou em 1931 o jornal *República* e em 1935 o diário *O Jornal*, depois de ter sido deportado para Cabo Verde, de ter fugido e ter passado pela África do Sul, Congo Belga, Londres, Bruxelas, Paris e Espanha, onde contactou com diversos oposicionistas para o derrube do regime em Portugal.

Teria sido Manuel Pedro Guerreiro quem incumbiu Raul Cruz, um seu correligionário de confiança, de ir buscar por duas vezes à estação de Faro os dois fabricantes de bombas e os teria conduzido a Olhão e Moncarapacho, estando a par de todos os pormenores de atuação dos demais intervenientes, como Custódio Pereira Neto, João Mascarenhas de Mendonça, Manuel Paula Ventura, Manuel António Rita, Zeferino da Costa, José Ventura Cuba e dos dois bombistas, Américo Vilar e António Calhabotas²³⁰. Manuel Pedro Guerreiro acabou por ser alvo do castigo mais severo, sendo o único a ser deportado para S. Tomé, enquanto os outros foram libertados nos meses seguintes.

António Neves Anacleto que, embora ainda jovem, tinha um passado revolucionário de monta, foi suspeito de ser um dos chefes do movimento no Algarve. Fundador do quinzenário anarquista *A Ideia* em 1916, preso em 1918 por ligação aos grevistas, diretor do semanário republicando *Alma Algarvia* em 1926-27, participante na revolta de fevereiro de 1927, para a polícia não havia dúvidas que a conspiração do Algarve, em fevereiro de 1928, teria a chancela de Neves Anacleto. Acabou por ser preso e acusado de ser o agente de ligação entre Pires de Carvalho, que representava o movimento a nível nacional, e a organização revolucionária do Algarve. Embora confirmasse o encontro com Pires de Carvalho, Neves Anacleto sempre negou o envolvimento e muito menos a chefia do movimento revolucionário no Algarve²³¹.

Só depois do 25 de abril é que Neves Anacleto deu a conhecer, no seu livro de memórias, que tinha sido encarregue de estabelecer a ligação com o comité revolucionário que estava a preparar uma nova revolução e que só não tinha avançado porque tinha descoberto um “traidor”, com o nome de Afonso Monteiro, infiltrado ao serviço da polícia que o denunciara como um dos chefes da conspiração. Deixa-nos Neves Anacleto uma passagem rocambolesca desde caso e que o teria levado à prisão:

Neves Anacleto durante vários anos exerceu advocacia em Lourenço Marques e em maio de 1944 fugiu para a Suazilândia, com receio de ser novamente preso. Julgado à revelia por ofensas a Salazar, foi condenado a uma multa de 30 mil escudos. Regressou a Lisboa em 1945 onde foi preso pela PIDE e levado para Caxias durante alguns dias. Depois regressou a Faro onde participou na formação do MUD no Algarve e em 1948 foi de novo para Lourenço Marques, aqui permanecendo até 1974. Foi um inimigo implacável de Salazar a que chamava “monstro de Santa Comba”. Depois da revolução de abril veio para Portugal onde foi crítico do processo de descolonização, teve uma curta ligação ao PSD e foi autor das obras *A Inventona do 28 de setembro (Quem a Fez?)* e *O Traidor Otelô*, em 1976, e de um livro de memórias, *A Longa Luta. Preso, Algemado e Deportado*, em 1975 (v. António Ventura, *Memórias da Resistência...*, cit., pp. 69-72 e Idalécio Soares, *Vítimas da Ditadura no Algarve...*, cit., p. 48).

²³⁰ Cf. Idalécio Soares, *op. cit.*, p. 49.

²³¹ V. IAN/TT, PIDE/DGS, Proc.º 3565-3582. Para Neves Anacleto não havia na altura possibilidade de sair vencedor qualquer movimento revolucionário no Algarve.

«Em Portimão ouvi relatos da explosão das bombas e ia sabendo das inúmeras pessoas que já se encontravam presas.

A certa altura foi-me dito que havia também ordem de prisão contra mim, o que não me inquietava, visto nada ter com o caso das bombas, nem ser do meu conhecimento a existência dos homens que foram de Lisboa fazer bombas em Moncarapacho.

Mas os boatos da minha prisão amontoavam-se cada vez mais, e eu resolvi, por isso, aparecer em Faro, dois dias depois de ter chegado a Portimão.

Cheguei à capital do Algarve ao anoitecer e, na Rua Ivens, vi um camião carregado de polícias que recebiam ordens do comissário da polícia, tenente Alves de Sousa.

Dirigi-me então a este para que me dissesse se era verdade que havia ordem de prisão contra mim. ‘Infelizmente é verdade’, respondeu o tenente Alves de Sousa; ‘mas, se ainda não jantou, vá primeiro jantar e apresente-se depois na polícia’.

Depois do jantar fui para a baixa e encontrei o tenente Alves de Sousa que me acompanhou à polícia. No caminho, o tenente Alves de Sousa disse-me: ‘sabe quem exige a sua prisão?’ ‘Não...?’, respondi.

‘É o bandido do seu correligionário Afonso Monteiro’.

‘Meu não, sim seu’, respondi.

‘Esse malandro veio a correr de Vila Real de Santo António, logo que soube do caso das bombas, e a primeira pessoa que ele quis que fosse presa, assim que chegou, foi o meu amigo. Nós, de princípio, resistimos às suas exigências, visto que todos os presos confessaram tudo mesmo sem necessidade de pressão. Todas as prisões que fizemos foram causadas por confissões espontâneas e nenhum dos interrogados se referiu a si. Mas o Afonso Monteiro chegou e passou a interrogar todos para descobrir a vossa participação no caso. Eu assisti a todos os interrogatórios por ele feitos para evitar qualquer coação. Toda a sua insistência para

conseguir a vossa cumplicidade foi baldada’, declarou-me o tenente Alves de Sousa.

‘Concluídos todos os interrogatórios, o Afonso Monteiro, munido dos poderes que me mostrou, exigiu a sua prisão, declarando-me que em Lisboa havia conhecimento de que o meu amigo era o chefe do movimento revolucionário do Algarve. Lamento muito ter de ser eu quem assina o mandado de captura contra si’.

Chegados ao comissariado da polícia, o então tenente Alves de Sousa mandou-me sentar e conversamos ainda cerca de meia hora. Só então mandou chamar o chefe da esquadra, a quem me entregou, e retirou-se. Registada a minha identificação, o chefe da esquadra telefonou ao comissário, que alguns minutos depois apareceu para ele próprio me conduzir ao quartel militar, onde fiquei prisioneiro»²³².

Passados alguns dias Neves Anacleto foi enviado para Lisboa, juntamente com outros presos, onde ficou recluso no Forte de Monsanto, evadindo-se dois meses depois, sendo preso novamente e deportado para Lourenço Marques.

Falta clarificar a conexão anarcossindicalista com os acontecimentos do Algarve. Se António Calhabotas se relacionava bem e possuía conhecimentos influentes nos meios sindicalistas, principalmente em Évora e no Barreiro, Américo Vilar seria também um ativo militante da causa. É o que se poderá concluir quando, no Barreiro, com o intuito de encontrar documentação e material para bombas, a polícia assaltou uma casa onde antes ele se teria refugiado. Além de vários livros, impressos e jornais, «foi encontrada uma vasta coleção de exemplares da Batalha e outras publicações de doutrinas avançadas», objeto «dum rigoroso auto-de-fé na chaminé da casa e no meio da rua»²³³.

O corpo de Américo Vilar foi identificado por uma estrela que era um emblema esperantista que tinha consigo e que coincidia com uma foto de cadastro existente na polícia. *O Século* na notícia publicada refere que a vítima tinha sido membro da Legião

²³² A. Neves Anacleto, *A Longa Luta...*, cit., pp. 136-137.

²³³ Cf. *O Século*, de 25 de fevereiro de 1928, p. 4.

Vermelha, responsável por vários atentados nos últimos anos da República²³⁴. Manuel Paula Ventura, um dos elementos republicanos implicados, nas declarações que faz em sua defesa, sublinhou que no primeiro encontro que teve com um dos bombistas, este lhe foi apresentado como um agente de ligação com a Confederação Geral do Trabalho²³⁵. Tudo leva a crer que, tanto António Calhabotas como Américo Vilar não agiam por conta própria.

Mas a colaboração dos libertários com a resistência do “revirinho” à Ditadura no Algarve, nos acontecimentos em torno das bombas de Moncarapacho, giram à volta do papel desempenhado nos mesmos pelo sindicalista Augusto César da Silva que, assim que soube que as vítimas da explosão tinham sido descobertas, fugiu para Espanha.

Augusto César da Silva, residente em Olhão, foi um dos fundadores da Sociedade Recreativa Olhanense, em 1918, cujos estatutos refletiam a conceção anarquista por si defendidos. Bastante ativo na vida da coletividade, alguns anos depois afastou-se pelo facto de alguns sócios terem colocado em causa a sua honorabilidade²³⁶. Mais tarde, nos finais da República, este operário caidor surge como membro do Sindicato da Construção Civil, vindo a ocupar os cargos de secretário da União dos Sindicatos Operários (USO) de Olhão e da Secção Federal da Construção Civil.

Em 1924 César da Silva foi preso duas vezes devido ao seu ativismo sindical, uma das quais por ter sido responsabilizado pela polícia pelos acontecimentos que ocorreram em Silves com a chegada das crianças, filhas de famílias operárias, que provocaram uma vítima mortal e vários feridos devido à repressão policial. O sindicalista, que foi defendido pelo advogado Campos Lima²³⁷ e considerado inocente, fora incumbido de

²³⁴ *Ibidem*, 27 de fevereiro de 1928, p. 4.

²³⁵ Cf. Idalécio Soares, *op. cit.*, p. 55.

²³⁶ Cf. João Villares, *Quem é quem em Olhão*, Olhão, Livraria Clinar, 2004, p. 21.

²³⁷ João Evangelista de Campos Lima (1877?-1956) nasceu no Porto, estudou direito em Coimbra e destacou-se na denominada “Questão Académica de 1907” ou “Greve Académica de 1907” e colaborou, desde muito cedo em jornais e revistas literárias e libertárias, como *Ave Azul*, Viseu, 1900; *Bohémos*, Porto, 1900; *Mocidade*, Lisboa, 1901; *Nova Crença*, Coimbra, 1901; *Revista Livre*, Coimbra, 1902 (revista libertária sob a sua direção); *Arte e Vida*, Coimbra, 1904-1906; *A Vida*, Porto, 1905 (semanário libertário dirigido por Manuel Joaquim de Sousa). Notável orador Campos Lima participou em diversas conferências sobre questões sociais, como “A Questão Social”, em 1906 e passou a militar na corrente libertária integrando o Núcleo de Educação Anarquista de Coimbra, em 1906. Lançou o projeto “Escola Livre” que teve uma certa difusão através da “Escola Moderna” ligada ao espanhol Francisco Ferrer. Aderiu à Maçonaria em 1906 iniciando-se na “Loja Fernandes Tomás”, tendo adotado o nome de Kropotkine. Em 1907 devido à greve académica foi expulso da Faculdade de Direito, mudando-se para Lisboa depois de formado onde passou a exercer advocacia. Participou na Comissão da Lei do Inquilinato, na Comissão organizadora do Congresso Cooperativista e na Comissão do Congresso do Livre Pensamento, em 1913. Também fez parte da Caixa de Previdência dos Profissionais de Imprensa, até 1934, ano da sua dissolução. Foi defensor ativo das questões sociais e dos trabalhadores vítimas da repressão política. João Evangelista

acompanhar as crianças a casa no final da greve geral dos corticeiros silvenses, as quais tinham sido acolhidas por várias famílias operárias da região num gesto de solidariedade²³⁸. Em maio de 1925 César da Silva foi um dos delegados participantes na Conferência Intersindical do Algarve que se realizou em Faro²³⁹.

Desta forma, poderá concluir-se que, atendendo ao peso sindical e à ação de Augusto César da Silva no Algarve, assim como a sua fuga para Espanha juntamente com outros conspiradores, tal como as funções e atividades de Américo Vilar e António Calhabotas, havia uma notória colaboração entre os republicanos “reviralhistas” e a organização anarcossindicalista na região e até a nível nacional²⁴⁰.

de Campos Lima foi pai do também advogado Manuel de Aguiar Campos de Lima (1916-1996), que nos anos 50 se radicou em Portimão e que foi igualmente um feroz opositor ao Estado Novo, aderente ao MUD e dirigente da Oposição Democrática (vide Edgar Rodrigues, *Breve História do Pensamento e da Lutas Sociais em Portugal*, cit., p. 124, e «Campos Lima: Nota breve», *Almanaque Republicano*, in <http://arepublicano.blogspot.com/2007/03/campos-lima-notas-breves-i-joo.html>).

²³⁸ Cf. José dos Reis Sequeira, *op. cit.*, p. 65.

²³⁹ *A Batalha*, n.º 1975, de 5 de maio de 1925, p. 1.

²⁴⁰ Augusto César da Silva tinha-se oposto à destruição das bombas restantes encontradas no casebre juntamente com as duas vítimas da explosão, dizendo que trataria do assunto em Lisboa.

Capítulo V – A Grande Crise Económica e Social, o “Estado Novo” e a Revolta Operária no Algarve

«A Igreja passaria um mau pedaço com estes sacerdotes de um templo de opereta, pelo que o ex-seminarista Dr. Oliveira Botas, mal se apanhou no poleiro, dando largas ao seu ódio teológico, minuciosamente exercido com toda a tenacidade e a velhacaria de antigo seminarista e de antigo sacerdote que vendera ao Demo a roupeta negra em troca do poder absoluto, doravante seu único cuidado, libido exclusiva e norte inflexível, encarregou a primeira legislatura saída dum “parlamento” castrado e monocolor de aprovar uma lei que dissolveu as sociedades secretas”, quando, na verdade, só uma então existia. Uma Censura neo-inquisitorial, severíssima, e confiada a militares de nula instrução mas muito paranóia, mais a dissolução de todos os partidos e sindicatos independentes, varridos para debaixo do tapete da sociedade como associações de malfeitores, decretadas em vistosos e empanurrantes diplomas a Paz Perpétua entre Capital & Trabalho graças à invenção mirífica e papista do corporativismo, reinstalada a Santa Madre Igreja como grande tutora pedagógica e mental do país, o Portugalório estado-novista, tendo casado Erro e a Fraude – Pessoa *dixit* -, praticando a Violência estatal e usando a Fala melíflua nos discursos, podia então eternizar-se, pois era a estátua imóvel do Comendador que viera castigar o malandrim devasso do Dom João e arrastá-lo para as profundezas do inferno – ou para as lonjuras de uma Sibéria tropical, o campo do Tarrafal. Era este o Portugalinho dos Carrascos Retóricos. (...).

Com a Ditadura, fomos reduzidos a um rebanho sob o controlo de uma pseudo-elite, sem real aptidão dirigente, aristocracia de labregos formada e doutrinação pela Igreja e pelos Integralistas Lusitanos – em suma, pelo *Ancien Régime* redivivo! -, rédua de Big Brotherzinhos de ínfima categoria, de roupetas fanáticos, militares semi-analfabetos e bufos eficientes apostados em controlar, censurar, punir, prender e torturar. Tal como nos ominosos tempos dos Familiares do Santo Ofício, muitos desses apaniguados da Ditadura não eram pagos, constituindo antes uma espécie de confraria de voluntários formada por gente da “Situação” – (...) isto é, de Amigos-do-Regime, espalhados pelas classes e grémios dirigentes da Nação, e aos quais, com um liberalismo surpreendente, nem se pedia que se filiassem na União Nacional!»

João Medina, *Os Náufragos do Mar da Palha*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 21-22.

1. Reivindicações e movimentações operárias no início dos anos 30

1.1. A conjuntura dos anos 30

A nível internacional, depois de uma época de extraordinário desenvolvimento do capitalismo nos últimos anos da década de 20 do século XX, vai eclodir uma profunda crise económica, cujo ponto culminante é o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, de outubro de 1929 – a famigerada “5.ª feira negra” – em que cerca de 16 milhões de ações foram postas à venda e em que a maioria não encontrou compradores, apesar de grandes quebras de cotação.

A atmosfera de prosperidade, o grande clima de confiança e de otimismo na opinião pública, em particular a americana, dos anos 20, comportavam em si diversos pontos vulneráveis, no dizer do escritor francês André Maurois em *Chantiers Américains*: «a prosperidade não era construída sobre alicerces reais, mas sobre frágeis esperanças».

Estas frágeis esperanças sintetizavam em si os diversos elos fracos do desenvolvimento capitalista: distribuição da riqueza muito desequilibrada com o recurso generalizado ao crédito, onde só entre 1925 e 1929 enquanto os lucros das empresas americanas cresceram 60%, os salários subiram apenas 18%; o desenvolvimento das várias atividades económicas operava-se de modo muito desigual, pois se os setores automóvel e da construção civil conheciam um crescimento poderoso, já as atividades têxtil, carbonífera e da agricultura atravessavam sérias dificuldades; a prosperidade não era geral, em que determinados países capitalistas tiveram um desenvolvimento muito acentuado, como os E. U. A., Alemanha e França, contrastando com o Reino Unido, a braços com sérios problemas de envelhecimento das suas indústrias de mercados consideráveis; por outro lado, a especulação bolsista, especialmente a americana, onde os investidores recorriam largamente ao crédito bancário para a compra de ações, voltando a vendê-las com lucros elevados. O valor destas ações subia de forma espetacular muito mais que os próprios lucros das empresas, dando à cotação um valor fictício.

Associado a este aspeto, verificou-se ainda a acumulação de *stocks* e a diminuição dos lucros das empresas e a falência do Consórcio Hatry, em setembro de 1929, com um passivo de 15 milhões de libras¹, o que provocou a venda maciça de ações americanas

¹ A falência do Consórcio Hatry deveu-se à diminuição das liquidez britânicas que foram atraídas para a praça de Paris, fruto de um prémio de câmbio nesta praça concedido pelo governo de Poincaré, em 1928, para fazer frente à desvalorização monetária (v. Pierre Thibault, *O Período das Ditaduras 1918-1947*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1981).

detidas por especuladores ingleses. Estas vendas não teriam revestido um caráter nefasto se o mercado americano não estivesse a abarrotar de créditos a curto prazo, cuja multiplicação o governo e os bancos encorajavam, registando-se assim «uma alta na bolsa sem qualquer relação com a atividade económica do país, passando o índice dos valores de 106 para 338 entre 1926 e setembro de 1929 (base 100: 1935-1939), [pelo que] as ações cotadas na bolsa de nova Iorque veem os seus preços correntes desabar subitamente a 24 de outubro»².

Tinha começado a Grande Depressão com as inevitáveis e terríveis consequências: falências em série, quebras drásticas na produção, desemprego, pobreza e proletarização social. A crise tornara-se mundial atingindo todo o mundo capitalista, incluindo a própria União Soviética, socialista, que também teria sido atingida pelo problema do desemprego, segundo noticiavam alguns órgãos de imprensa no nosso país³. Assim, são muitos milhões de homens e mulheres que em todo o mundo ficaram sem trabalho⁴ e que irão contribuir poderosamente para o eclodir de violentos “terramotos” sociais e políticos.

A nível político, enquanto na Itália o fascismo se consolidava em toda a década de 30 através da violência do seu “squadristo” e das «agressões perpetradas pelos bandos dos *arditi* italianos armados de *manganello*»⁵, no país vizinho foi proclamada a 2.^a República Espanhola em 1931 e que irá soçobrar no inferno da guerra civil, despedaçada pelas botas cardadas do nacionalista Francisco Franco⁶.

O ano de 1933 foi sem dúvida crucial na década de 30, ano em que Adolf Hitler ascende ao poder na Alemanha, nomeado por Hindenburg para o cargo de Chanceler. Depois de uma rigorosa preparação e metódica campanha, o Nazismo (na versão operária de Nacional-Socialismo) alcandorava-se no poder e a partir daqui o regime de terror vai alastrar e intensificar-se sobre comunistas, socialistas, judeus, liberais, sindicalistas e

² *Ibidem*, pp. 132-133.

³ Veja-se “O Gravíssimo Problema Mundial do Desemprego”, in *Indústria Portuguesa-Revista da Associação Industrial Portuguesa*, n.º 30, agosto de 1930, onde na pág. 20 refere um conjunto de países a sofrer as “chagas” do desemprego: Estados Unidos – 3 500 000; Alemanha – 2 300 000; Inglaterra – 1 580 000; Japão – 800 000; e Rússia – 1 490 000. Sobre Portugal não há estatísticas.

⁴ Em 1933, nos E. U. A. 13,4% da sua população ativa (13 360 000) não possuía trabalho, a Alemanha com 5,6% (5 600 000) e a Grã-Bretanha 2 820 000.

⁵ Cf. João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo/A história dum conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, pp. 88-89.

⁶ A 2.^a República Espanhola foi proclamada em 14 de abril de 1931, assumindo a presidência Alcalá Zamora e que se irá tornar no 1.º Presidente da República. Francisco Franco acabará com a República legitimada eleitoralmente, saindo vitorioso numa violenta guerra civil que ocorreu entre 1936 e 1939, com o apoio de Mussolini, Hitler e Salazar.

sobre qualquer tipo de oposição, em que os campos de concentração começam a funcionar a caminho da “Solução Final”.

Já antes se verificara o incêndio do Reichstag, obra dos nazis e atribuída aos comunistas, que teria sido concretizada «por um desequilibrado, o holandês Marinus van der Lubbe, pirómano manipulado por Goering, Goebbels, Himmler e Rudolf Hess, este último chefe do serviço secreto de Berlim (a futura Gestapo). O incêndio do Reichstag (...) serviu, como se sabe, para incriminar os comunistas, em particular o búlgaro George Dimitrov»⁷.

No ano de 1934 tiveram lugar diversos acontecimentos a nível externo, onde se destaca “a noite dos facas longas” consumada por Hitler e a acumulação por este do cargo de Chanceler com a de Presidente da República após a morte de Hindenburg. Neste ano também se verificou o assassinio de Dolfuss pelos nazis austríacos abrindo a anexação da Áustria ao Reich Hitleriano, e a realização do Congresso internacional fascista na cidade suíça de Montreux, onde estiveram representados grupos fascistas de 14 países, incluindo Portugal⁸.

Ainda no ano de 1934 eclodiu uma greve geral em França convocada pela CGT e apoiada por socialistas e comunistas, e nas Astúrias, sob a direção da UGT espanhola rebentou uma insurreição operária contra o governo conservador republicano, em que milhares de operários armados resistiram ao cerco do exército, comandado por Franco. O novo governo espanhol, presidido por Lerroux, proclamou o estado de guerra como resposta à UGT.

Quanto ao ano de 1935, um facto que irá ter um poderoso impacto nos anos imediatos, nomeadamente a nível europeu, foi a realização em Moscovo do VII Congresso da Internacional Comunista, em que, entre os 76 partidos comunistas existentes, participaram 65 partidos⁹, onde foi aprovada a política de Frente Popular

⁷ João Medina, *Salazar e os Fascistas...*, cit., p. 123.

⁸ Portugal esteve representado nesse congresso fascista pelo delegado António Eça de Queiróz, do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e Ação Escolar Vanguarda (AEV), o que não deixa de ser estranho, pois o movimento fascista nacional (Nacional-Sindicalismo) já fora oficialmente extinto. Além de Portugal, participaram no congresso representantes de França, Áustria, Bélgica, Noruega, Grécia, Dinamarca, Irlanda, Lituânia, Holanda, Suécia, Suíça, Espanha e Roménia - este último país com dois grupos: Guarda de Ferro e Liga Corporativa (cf. João Medina, «O Congresso Fascista de Montreux (1934)», in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 187-193).

⁹ Ap. *Dossier Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, p. 54.

A Internacional Comunista, também conhecida por Komintern, foi fundada no ano de 1919 por Lenine, em Moscovo. Era como que um partido comunista mundial, formado por secções dos diversos partidos comunistas do mundo, cujo objetivo seria o de organizar e desencadear as revoluções proletárias nesses países. Em 1943 o Komintern foi dissolvido por Stalin, atendendo às mudanças registadas na situação

contra o fascismo, destacando-se o dirigente e Secretário da Internacional Comunista, Georgi Dimitrov¹⁰.

Nos finais dos anos 20, acentuaram-se as divergências e as lutas internas no interior do Partido Comunista da União Soviética, prolongando-se por toda a década de 30 entre Stalin e os seus opositores. Acusados de fazerem “o jogo do imperialismo internacional”, primeiro Trotski, depois Zinoviev, Kamenev, Rykov, Bukarine e Tomski, entre outros, serão expulsos do Politburo do PCUS e executados¹¹. Stalin consolidava o seu poder “construindo o socialismo num só país”, dirigindo a União Soviética com pulso de ferro, no caminho da coletivização e industrialização aceleradas.

Todos estes acontecimentos que se desenrolaram no âmbito internacional na década de 30 acabaram por influenciar, alimentar ou condicionar, de uma maneira ou de outra, o movimento popular e trabalhista no nosso país, com destaque para as organizações operárias, imbuídas de concepções anarquistas, comunistas ou socialistas. As consequências económicas e sociais da grande crise de 1929 abateram-se implacavelmente sobre o povo e os trabalhadores, agravando as suas dificuldades e

internacional (v. Vladimir Ulich Ulianov, *Lenine e a II Internacional*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971 e A. Sobolev et al., *A Internacional Comunista*, 3 Vols., Lisboa, Edições Avante!, 1976).

¹⁰ O búlgaro Georgi Dimitrov (1882-1949) desde muito cedo que desenvolve atividade revolucionária. Em 1903 foi eleito Secretário da organização dos “socialistas ortodoxos” de Sófia e em 1909 ascende a secretário dos sindicatos búlgaros, que manterá até 1923. Em 1913 é eleito deputado ao Parlamento da Bulgária e em 1920 participa no III Congresso da Internacional Comunista. Dirige a insurreição búlgara de 1923 que falha, passando à clandestinidade e emigração, onde inicia a sua atividade de revolucionário profissional. Já como Secretário da IC, é preso em Berlim em 1933, acusado pelos nazis de ter incendiado o Parlamento alemão (Reichstag). No processo de Leipzig, faz uma defesa brilhante da sua pessoa, da revolução e do comunismo, passando a acusar o nazismo de ser o responsável pelo referido incêndio. Com este ato os nazis tinham como objetivo a perseguição aos comunistas e outros democratas (Petko Malichev, *O Processo de Leipzig*, Lisboa, Edições Avante!, 1989, pp. 63 e ss.).

Em 1935 Dimitrov foi eleito Secretário-Geral da Internacional Comunista, onde apresenta o célebre “Relatório” ao VII Congresso, em Moscovo, definindo as questões da estratégia e da tática contra o fascismo através da criação das Frentes Populares. Após a libertação da Bulgária pelo Exército Vermelho e da eclosão da revolução búlgara, Dimitrov ocupou o cargo de Presidente da República Popular da Bulgária em 1946, cargo que manterá até 1949, ano da sua morte.

¹¹ Em 1927-28, Trotski e Zinoviev são expulsos do PCUS, sendo o primeiro deportado para o Cazaquistão, para em 1929 ser expulso da URSS, acabando por ser morto no México, em 1940. Em novembro de 1929 será a vez de Bukarine ser expulso do Politburo.

O período mais trágico irá decorrer entre 1936 e 1938, chamado o das “grandes depurações” ou “purgas”. O momento culminante foi o dos “grandes processos de Moscovo”: «no ‘processo dos 16’ (1936), serão executados Zinoviev, Kamenev, Tomski ...; no ‘dos 17’ (em 1937), serão executados Radek, Muralov, Piatakov...; no ‘dos 21’ (1938), será a vez de Bukarine, Rykov, Krestinski, etc. O processo contra o marechal Tujatchevski, também executado, iniciará as depurações no Exército Vermelho, com um balanço final de 3 marechais, 13 generais e 62 outros oficiais executados» (*Apud* José Luís Millán Chivite, «A URSS (1921-1939)», in *Grande História Universal. O Mundo de entre Guerras*, Vol. XXVI, (coord. de Fernando Rosas), pp. 5 037 e 5 038.

condições de vida nos finais da Ditadura Militar e nos primeiros anos da Ditadura Salazarista.

Nos inícios dos anos 30 o regime militar consolidava-se depois das sucessivas derrotas do movimento do “revirvalho” e da fraca oposição do movimento operário que, ainda por cima, se digladiava internamente, em particular entre os anarcossindicalistas e comunistas. «Muito enfraquecido por um processo prolongado de refluxo iniciado no início dos anos 20, o movimento sindical não conseguira já reagir de forma significativa à perda do ‘pão político’ em 1923, às deportações sem julgamento dos dois anos seguintes ou do golpe militar do 28 de maio. É certo que se batera denodadamente nas trincheiras republicanas de 1927 a 1931, mas sempre como infantaria da política reviralhista»¹².

Com a derrota do “reviralhismo” em setembro de 1933 o novo regime vai passar a atacar o movimento operário organizado, parcialmente clandestino desde fevereiro de 1927, quando, no rescaldo da revolta, tinham sido ilegalizados o PCP e a CGT, com os seus jornais proibidos e as suas sedes encerradas. O emergente “Estado Novo”, já institucionalizado, irá tratar de publicar legislação sobre os “Sindicatos Nacionais” o que, na prática, significava liquidar a liberdade de associação e de expressão sindical, ou seja, o sindicalismo livre. Anarcossindicalistas, comunistas e socialistas vão procurar articular-se, embora com muita dificuldade e muitas dissidências e que irá culminar na convocação da “greve geral revolucionária” do 18 de janeiro de 1934.

Salazar, antes de orientar as suas baterias repressivas sobre o movimento operário, tratou de aniquilar um outro movimento que começava a ganhar força e a afrontá-lo, denominado nacional-sindicalismo e que girava à volta de Rolão Preto¹³. O ditador de Santa Comba não tolerava outro “chefe” para além da sua própria pessoa, tal como não tolerava qualquer outro movimento a não ser a sua União Nacional, recentemente criada. Tornava-se necessário, quanto antes, disciplinar e integrar no “Estado Novo” o nacional-

¹² Cf. Fernando Rosas, *Lisboa Revolucionária 1908-1975*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007, p. 97.

¹³ Rolão Preto (1893-1977), fundador do Integralismo Lusitano durante a I República acabou por colaborar com Gomes da Costa, sendo o redator do documento distribuído em Braga no 28 de maio. Em 1930 foi um dos dirigentes da Liga 28 de Maio e em 1933 lançou publicamente o Movimento Nacional-Sindicalista, de inspiração hitleriana, também conhecido como “camisas zuis” e faz comícios por todo o país. Em 16 de junho de 1933, numa sessão no S. Carlos fez um discurso anti-salazarista, o que lhe valeu a perseguição por parte do emergente “Estado Novo”. Em julho foi suspenso o *Revolução*, órgão nacional-sindicalista, e em julho do ano seguinte Rolão Preto foi detido, exilado para Espanha e o nacional-sindicalismo proibido, através de uma nota de Salazar. Em fevereiro de 1935, ao colaborar com o “revirvalho” numa tentativa de revolta contra o regime, foi novamente detido em Portugal e exilado de novo para Espanha. Mais tarde, no regresso a Portugal, apoiou o Movimento de Unidade Democrática em 1945, Humberto Delgado em 1958, opositor a Marcelo Caetano em 1969 e, após o 25 de abril, assumiu a presidência do Diretório e do Congresso do Partido Popular Monárquico, em maio de 1974.

sindicalismo, considerado «a direita populista, ‘revolucionária’, pequeno-burguesa e radical, assumidamente fascista, soprada, nesses anos de 1933 e 1934, pelos recentes triunfos do nacional-socialismo hitleriano e, sempre, pelo paradigma que era o fascismo italiano»¹⁴.

Em setembro de 1933 o governo proibiu o *Revolução* e toda a propaganda nacional-sindicalista que procuravam afirmar-se no seio das classes trabalhadoras¹⁵ e, no verão de 1934, Rolão Preto foi expulso para o exílio em Espanha e o movimento nacional-sindicalista foi dissolvido e os seus membros integrados na União Nacional e na Ação Escolar Vanguarda¹⁶. Rolão Preto e alguns nacional-sindicalistas ainda vão resistir algum tempo na clandestinidade, acabando por aliar-se com os odiados “reviralhistas” de alguns anos antes numa desesperada intentona contra o regime salazarista, em setembro de 1935. «Mas a batalha estava definitivamente perdida: o populismo radical do fascismo enquanto movimento subordinava-se à fronda oligárquica do fascismo enquanto regime»¹⁷.

1.2. Agitação e movimentações operárias no auge da grande crise

As consequências da Grande Depressão de 1929 abateram-se impiedosamente sobre o mundo do trabalho um pouco por todo o país. Além de se assistir a um efetivo agravamento das condições económicas e sociais das classes trabalhadoras, estas e as suas organizações representativas também tinham de fazer frente ao endurecimento do regime político-militar e do emergente “Estado Novo” salazarista.

¹⁴ Fernando Rosas, *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, Lisboa, Edições Tinta-da China, 2012, p. 134. Sobre Rolão Preto e o nacional-sindicalismo vide João Medina, *Salazar e os Fascistas...*, cit. e António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Estampa, 1994.

¹⁵ Vide «Proclamação aos Trabalhadores» e A Doutrina do Nacional-Sindicalismo», in *Revolução*, Lisboa, n.º 185, de 15 de outubro de 1932, p.1, e «Aos Trabalhadores – Doutrina-Realização-Ação», in *Revolução dos Trabalhadores*, Lisboa, separata ao n.º 279, de 4 de fevereiro de 1933, p. 1.

¹⁶ V. a nota de Salazar onde o ditador considera que o movimento de Rolão Preto se tinha transformado num «elemento perturbador e de desagregação das forças nacionalistas do Estado Novo», devendo os seus elementos integrar-se na União Nacional e na Ação Escolar Vanguarda (cf. ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC-2B, Pt.33, 2.ª sd., fls.362-365, Nota Oficiosa de Salazar “Aos Nacionais Sindicalistas”, de 25 de julho de 1934).

Apesar de apoiante da ditadura as sessões e comícios onde participava Rolão Preto passaram a ser vigiadas pela polícia logo no ano de 1933, onde eram elaborados relatórios, os quais eram enviados ao Comando da PSP e ao conhecimento do ministro do Interior (v. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 465, Pt. 5/36, n.º 86, ofício confidencial enviado ao Comando da PSP sobre uma sessão de homenagem a Sidónio Pais, Lisboa, em 15 de novembro de 1933).

¹⁷ Fernando Rosas, *Salazar e o Poder...*, cit., p. 142.

Além dos reflexos económico-financeiros se apresentarem devastadores para o país, os reflexos sociais não ficaram atrás. Os salários baixaram drasticamente e o número de desempregados cresceu assustadoramente. Segundo um inquérito promovido pelo governo em agosto de 1931, os distritos mais afetados pelo desemprego foram os de Beja (5 827), Porto (5 934), Lisboa (5 771), Évora (4 317), Faro (2 521), Setúbal (2 519) e Portalegre (2 506). No que respeita a profissões, os dados são os seguintes: 14 635 camponeses (38%), 5 168 operários da construção civil (13,5%), 3 041 empregados comerciais (7,9%) e 78 empregados bancários desempregados (0,2%). As indústrias mais afetadas foram a construção civil, a metalurgia, as gráficas, a do papel e a de conservas de peixe¹⁸. E estas estatísticas seriam calculadas por baixo.

A classe operária foi um dos grupos sociais mais atingidos pela crise. O patronato, a braços com diversos problemas, como obtenção de crédito, escoamento da produção, venda de produtos a preços compensadores, entre outros, baixavam os salários, despediam os seus trabalhadores, muitas vezes para admitirem outros por valores mais baixos, cortavam direitos e impunham mais horas de trabalho. Os desempregados e subempregados foram assim atirados para a miséria, a fome, as doenças, a mendicidade, o roubo, a prostituição, os biscates e a migração.

O descontentamento e até a revolta ainda mais alastravam no seio dos trabalhadores quando estes tomavam conhecimento que os armazéns se encontravam cheios de géneros alimentares. Escreviam artigos de protesto nos seus periódicos, enviavam representações ao governo (como em 25 de outubro de 1930), apelavam à unidade sindical, à solidariedade operária e à criação de instituições sindicais de previdência, e empreenderam diversas lutas contra o desemprego em Lisboa, Porto, Setúbal, Marinha Grande e Algarve, entre outras localidades. No dia 1 de maio de 1931 foi decretada uma greve geral e, por influência dos sindicatos dominados pelos comunistas tiveram lugar as jornadas de 25 de fevereiro de 1931 e de 29 de fevereiro de 1932¹⁹.

Os sindicatos operários constituíam importantes frentes de luta reivindicativa e centros de luta de classes contra o patronato e o governo, daí a acirrada disputa pelo seu domínio, particularmente entre os libertários (anarcossindicalistas) e comunistas, mas também envolvendo os socialistas. Para além da frente sindical através da ainda poderosa

¹⁸ Cf. António Luis Pinto da Costa, «A ‘Grande Depressão’ em Portugal», in *História*, Lisboa, Ano XVII, Nova Série, n.º 6, de março de 1995, p. 33.

¹⁹ *Ibidem*, p. 35.

CGT, nos inícios dos anos 30, os anarquistas também militavam noutros organismos, como a Aliança Libertária que englobava diversos grupos anarquistas. Aquando do movimento do 28 de maio de 1926 os libertários encontravam-se organizados em torno da União Anarquista Portuguesa (UAP), criada na Conferência de Alenquer em março de 1923, apresentando muitas semelhanças, na sua estruturação orgânica, com a Unione Anarchica Italiana, que surgiu um pouco antes na Itália sob a influência de Errico Malatesta²⁰.

Com a repressão de fevereiro de 1927, a seguir à intentona revolucionária, em que muitos anarquistas tinham pegado em armas ao lado dos republicanos revoltosos, a UAP foi praticamente desarticulada com a captura dos seus dirigentes José Pires de Matos, Francisco Quintal e Arnaldo Simões Januário, os quais foram deportados para as antigas colónias portuguesas. A organização só se recompõe a partir de meados de 1929 quando se verifica um certo abrandamento da repressão, o que permite o reaparecimento da imprensa e uma maior facilidade nos contactos e na propaganda. Os principais centros anarquistas situam-se em Lisboa, Porto, Barreiro, Setúbal, Évora e Silves²¹.

No ano de 1931 a Aliança Libertária Portuguesa alterou a sua designação para Federação Anarquista da Região Portuguesa, em parte devido à pressão dos militantes exilados em Espanha e por uma recomendação do plenário da Federação Anarquista Ibérica (FAI) que se reuniu no mês de julho em Madrid. Nos finais de 1933 outra onda repressiva atingiu a organização acrata, em que destacados militantes foram presos, como Francisco Quintal, Miquelino dos Santos, Luís Laranjeira, Correia de Sousa, Manuel Joaquim de Sousa e Emídio Santana²². A propaganda legal libertária e outras chegavam ao fim e, a partir de agora as atividades conspirativas e insurrecionais iriam concentrar-se nos quadros da organização sindical e que culminariam na “greve geral revolucionária” do 18 de janeiro de 1934.

No Algarve a crise, a insatisfação e as lutas também foram uma constante nos meios operários e sindicais. Nos últimos anos da década de 20 e início dos anos 30 a organização sindical operária na região encontrava-se a braços com uma certa paralisia, o que motivou

²⁰ Cf. João Freire, «O anarquismo nos implacáveis anos 30», in *Diário de Notícias*, Lisboa, de 15 de março de 1984, p. 7. Em 1926 a UAP encontrava-se estruturada em 3 federações regionais: Norte (com sede no Porto e que incluía Coimbra), Centro (com sede em Lisboa e que incluía Setúbal), e Sul (integrava o Alentejo e o Algarve).

²¹ *Ibidem*. Francisco Quintal foi deportado para Angola e só regressou ao país no início de 1929. Por sua vez, Simões Januário foi parar a Timor e outros locais inóspitos, só regressando em 1933.

²² *Ibidem*.

tomadas de posição de dirigentes sindicais, como seja do operário corticeiro de Silves, José dos Reis Sequeira, que escreveu um artigo em *A Batalha*. Neste artigo chama a atenção para o estado «desolador» e o «indiferentismo» que se vivia no seio do movimento sindical no Algarve, predispondo-se a trabalhar para o seu levantamento e reorganização. Vejamos algumas passagens desse artigo:

«Foi Olhão com os seus organismos, que pareciam bem alicerçados, onde não faltava a U.S.O.; Faro com a sua U.S.O.; Portimão com uma dezena de organismos de classe e que também teve União; Messines também com U.S.O., pelo menos esteve em organização como em Silves. E por outras localidades mais organismos que desapareceram.

E não será tempo de acordarmos da nossa letargia e coordenarmos esforços para procedermos ao levantamento desse baluarte que jaz na indolência? É, sim!

É preciso ter a noção das realidades. Urge levantar a classe trabalhadora algarvia de maneira a não se deixar escravizar mais, tão ignobilmente.

Chamo para isso a atenção de todos os camaradas dispersos por essa província, especialmente aos poucos sindicatos que ainda existem, devendo procurar-se um entendimento sobre tão magno problema. Estou certo que este meu brado encontrará eco nos poucos camaradas que ainda hoje restam no Algarve. A sua fé no futuro do proletariado os fará unir esforços, os fará lutar!

Basta de indolência. Saiamos de vez do marasmo que nos entorpece e entreguemo-nos, desinteressadamente, ao cumprimento do dever que a nós próprios nos impomos: dar todo o nosso esforço em prol da emancipação integral dos trabalhadores!

Pró levantamento do proletariado algarvio! Mãos à obra!²³»

²³ Cf. *A Batalha*, II Série, n.º 10, de 15 de novembro de 1930, p. 10.

A fazer fé no que diz José dos Reis Sequeira os sindicatos operários no Algarve, ainda dominados pelos anarcossindicalistas, ou tinham desaparecido, ou atravessavam sérias dificuldades. Isto sucedia até nos principais centros urbanos da região, onde se concentrava uma grande parte da força de trabalho, como Olhão, Faro, Portimão e Messines e, em que, uma das exceções seria Silves. A grande força sindical nesta cidade continuava a assentar nos corticeiros que, dois meses antes, tinham reunido numa assembleia do seu sindicato para nomear delegados à conferência dos sindicatos corticeiros em Lisboa e para apreciar a situação dos mineiros de Aljustrel que se encontravam em luta pela reintegração de trabalhadores nas minas²⁴. Por sua vez, parece que a reorganização do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Messines já tinha começado um mês antes de ter saído o artigo de José dos Reis Sequeira, onde foi nomeada uma nova direção constituída por José Correia Pires, (secretário-geral), Manuel Estrela, Alberto Montes, António João, António das Neves e Francisco Correia²⁵.

Na mesma altura José Correia Pires assina um outro artigo em *A Batalha* onde critica todos aqueles que defendem o subsídio de desemprego, que mais não significa do que uma «esmola vinda de pessoas nossas inimigas», que tem como objetivo o «desvirtuamento moral da nossa organização, tendente a diluir toda a seita parasitária». Para o secretário-geral do sindicato da construção civil de Messines o que era preciso era exigir trabalho, em vez de subsídios e onde havia tantas carências, como a construção de bairros operários, escolas, cemitérios, poços públicos, lavadouros, reparação de estradas e calçamento de ruas²⁶.

As lutas intersindicais que se travavam em Lisboa entre anarcossindicalistas, socialistas e comunistas acabavam também por se refletir no Algarve. Com a formação da Comissão Intersindical em 1930 com o apoio dos Arsenalistas, Alfaiates, Conferentes Marítimos, Estivadores e Carregadores do Porto de Lisboa a luta vai radicalizar-se sob a ação dos comunistas que disputam o campo sindical. Muito ativos e ganhando cada vez mais influência entre os trabalhadores, jovens e intelectuais, vão apresentar ao Governo reivindicações avançadas. Passava a haver duas Comissões para tratar do horário de

²⁴ *A Batalha*, II Série, n.º 3, de 27 de setembro de 1930, p. 4.

²⁵ *A Batalha*, II Série, n.º 5, de 11 de outubro de 1930, p. 7. Correia Pires seria um dos presos a inaugurar o Campo do Tarrafal em 1936.

²⁶ José Correia Pires, «Queremos trabalho em vez de subsídio», in *A Batalha*, n.º 10, de 15 de novembro de 1930, p. 7. Salazar acabou por ir em frente com a medida e em dois meses, de 16 de maio a 19 de julho de 1932, o desconto de 2% ao salário dos trabalhadores rendeu a quantia de três mil, cento e sete contos (cf. João Silvestre, «Os desempregados e o Sr. Ministro das Finanças», o *Baluarto*, Faro, n.º 5, de 4 de setembro de 1932, p. 1).

trabalho, uma oficial em que participam socialistas e anarcossindicalistas, e a comunista “Comissão Intersindical de Lisboa pró-defesa do horário de trabalho”²⁷.

A formação da Comissão Intersindical pelos dirigentes comunistas com a finalidade de disputar a influência da CGT e, em parte, dos socialistas no movimento operário, inseria-se dentro da política da Internacional Comunista a que Stalin chamou de “3.ª fase”, da luta de “classe contra classe” consagrada no VI Congresso da I. C. em 1928. Esta política que assentava no agravamento da crise capitalista e na preparação das revoluções proletárias a nível mundial, definia-se «contra todas as frações da burguesia incluindo a social-democracia sendo os partidos socialistas batizados de social-fascistas»²⁸. Com a reorganização do PCP em 1929 operada por Bento Gonçalves a grande tarefa dos comunistas eram os sindicatos, na sua maioria aderentes à CGT. Poucos eram as associações de classe e sindicatos ligados à FAO e aos socialistas que, nos finais de 1930 também procuraram organizar a sua própria central operária, a União Geral dos Trabalhadores.

Por altura das comemorações do 1 de maio de 1930 em Lisboa, no Cine-Esperança, José de Sousa fez aprovar uma moção que solicitava ao Governo a concessão de um subsídio aos trabalhadores desempregados, no valor de 75% do salário que ganhavam quando se encontravam a trabalhar. Mais tarde, a 4 de julho, José de Sousa que pertencia ao Secretariado do PCP e dirigia o aparelho sindical do partido volta a fazer aprovar uma moção na Federação dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais que propunha de novo um subsídio de 75% para os trabalhadores sem trabalho a conceder pelo Estado ou pelo patronato²⁹.

Para as Federações Operárias Socialistas tratava-se de uma reivindicação inaceitável, pois colocava os trabalhadores desempregados numa situação humilhante de receberem “uma esmola”. Para os socialistas o que os trabalhadores deviam exigir era trabalho e salário compatível com as necessidades do seu lar e dentro do cumprimento da legislação

²⁷ Esta Comissão formada em março de 1930 em setembro passa a chamar-se apenas “Comissão Intersindical” e passou a ter como porta-voz *O Proletário*. No mesmo ano de 1930 surgiu a *Vanguarda Operária* como porta-voz da “Comissão Inter-Federal” da CGT e das Câmaras Sindicais do Trabalho.

No início de 1930 o governo, com a questão da regulamentação do horário de trabalho convidou os sindicatos a participarem nas Comissões Paritárias, compostas por operários e patrões e criadas dentro de um espírito de colaboração de classes.

²⁸ Cf. Maria Goretti Matias (introdução e notas), «A atividade sindical do PCP no Porto, Beja e Faro em 1931 (textos de O Trabalho Sindical)», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 2, 1984, p. 36.

²⁹ Cf. Arnaldo Madureira, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 127 e 128.

vigente e da colaboração com o Governo. Os anarquistas também rejeitavam o subsídio e defendiam que o direito ao trabalho e melhores condições para o seu exercício só seriam possíveis através de lutas encarniçadas entre os trabalhadores e o patronato e que só lutas deste tipo iriam também derrotar a Ditadura e transformar a máquina do Estado³⁰.

No início dos anos 30 a crise de trabalho era muito grande no Algarve, surgindo o distrito de Faro nas estatísticas oficiais como um dos distritos onde o desemprego era mais elevado. Em 31 de dezembro de 1930 este distrito apresentava 4 916 pessoas sem trabalho, apenas suplantado pelos distritos de Beja com 7 055, Setúbal com 7 014 e Santarém com 4 737 desempregados. A nível nacional as estatísticas apresentavam 49 521 indivíduos sem trabalho em que os setores mais atingidos pertenciam aos trabalhadores rurais, indústrias das construções, indústrias têxteis, pequenas indústrias e indústrias especiais³¹. Curiosamente, oito meses depois, em agosto de 1931, as estatísticas oficiais apontavam para apenas 38 225 desempregados (uma baixa de 11 296), aparecendo o Algarve com apenas 2 521 pessoas sem ocupação, portanto uma redução de 2 395 desempregados (quase 50%). Outros distritos onde os números ainda aparecem elevados são o Porto com 5 934, Beja com 5 827, Lisboa com 5 771, Évora com 4 317, Setúbal com 2 519 e Portalegre com 2 506 indivíduos sem trabalho³².

É muito provável que a recolha de dados para a elaboração de estatísticas sobre os níveis de desemprego no país não fossem as mais credíveis e ficassem muito aquém da realidade, num período em que a Ditadura ainda não se encontrava totalmente consolidada. Os dados até podiam ser deliberadamente deturpados para agradar a Salazar que ocupava a pasta das Finanças, mostrando que o governo se encontrava no bom caminho com a redução dos níveis de desemprego. Também é curioso notar que embora os dados apresentem uma redução geral do desemprego, há distritos em que o desemprego até aumentou, como Porto, Lisboa e Évora.

Não deixa de ser sintomático algumas passagens do Ofício que o Diretor de Estatística envia ao ministro das Finanças quando afirma que os inquéritos sobre o desemprego são feitos com todo o rigor e de forma meticulosa nas freguesias, mas que se deve contar «com a relutância, e até receio, se bem que infundado, que se notam entre

³⁰ *Ibidem*, p. 128.

³¹ Cf. ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC – 11, Pt.3, 3.ª sd., fl. 89, Ofício do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, de 31 de dezembro de 1930.

³² Cf. ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC – 11, Pt. 3, 3.ª sd., fl. 41, Ofício da Direção Geral de Estatística ao Ministro das Finanças, de 13 de novembro de 1931.

nós, de responder a questionários oficiais ou fornecer informações ao Estado»³³. Ou seja, há um reconhecimento que nem todos os indivíduos sem trabalho terão preenchido ou participado nos inquéritos.

Estes inquéritos, ou boletins de desemprego a cargo dos regedores das freguesias, cumpriam as determinações do ministro das Finanças que, além das estatísticas sobre a evolução de desemprego no país, procuravam saber quais as faixas etárias mais atingidas, a composição familiar e as atividades económicas onde mais se fazia sentir tal flagelo. Inclusivamente, nas localidades onde existissem «associações de classe, legalmente constituídas», deviam os regedores procurar o seu auxílio para o preenchimento dos boletins³⁴. Como se constata, Salazar não manifestava quaisquer pruridos, nesta altura, em recorrer aos dados fornecidos pela organização sindical ainda livre que dois anos mais tarde seria por si ilegalizada e substituída pelos chamados “sindicatos nacionais”.

O futuro ditador de Santa Comba, ainda antes da criação do “Estado Novo”, dedicou particular atenção à crise social e, em particular, ao desemprego, pois sabia que a agitação e as movimentações operárias se radicalizavam perante tal flagelo. O perigo para o regime diminuía de intensidade quando as classes operárias possuíam trabalho, mesmo que mal pago. Assim, como forma de diminuir os números de desemprego Salazar procedeu à criação de “agências de colocação de desempregados” distribuídas geograficamente pelo país, em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora³⁵.

Ainda como forma de combater o desemprego nestes anos de crise o ministro das Finanças da Ditadura, além de intensificar os trabalhos e obras públicas, criou uma “caixa de auxílio aos desempregados”, sob fiscalização do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, custeada por patrões e trabalhadores e gerida por uma comissão de cinco membros, sendo três nomeados pelas associações de agricultura, indústria e comércio, e dois pelas associações de empregados e operários do comércio e indústria, os quais elegeriam um presidente. «Todos os que empreguem normalmente três ou mais empregados e operários em indústria ou comércio concorrerão, em cada mês, para a caixa de auxílio aos desempregados, com a importância de 1% dos salários ou

³³ *Ibidem*, fl. 38.

³⁴ ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC – 11, Pt. 3, 2.ª sd., fls. 35-36, Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, Projeto de Decreto-Lei de Salazar sobre o desemprego, de agosto de 1931.

³⁵ ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC – 11, Pt. 8, fls. 92-97, «Projeto de decreto com força de lei sobre a criação de Agências de Colocação de Desempregados nas Circunscrições de Previdência Social de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora», 1931.

vencimentos pagos e, correspondentemente cada um dos empregados ou operários com 2% do que no mesmo mês receber como remuneração do seu trabalho³⁶». A propriedade e a agricultura teriam ainda de concorrer para a referida caixa de auxílio com 2% de contribuição predial³⁷.

O que gerou mais revolta no movimento operário foi o facto dos 2% descontados nos magros salários dos trabalhadores servirem para pagar, em parte, as obras públicas abertas pelo governo e autarquias. Daí o repúdio ao subsídio de desemprego, particularmente da parte dos acratas, que se posicionavam violentamente contra o mesmo.

Com vista a debelar a grave crise de falta de trabalho no Algarve as Câmaras Municipais, de modo recorrente, oficiavam o governo nesse sentido, para a construção e reparação de estradas, de calçamento de cais, construções de quartéis para a polícia, construção de lavadouros e edifícios escolares, desassoreamento de ribeiras, construção de esgotos, abertura de obras nos portos e outros trabalhos³⁸.

Em 1930 e nos anos seguintes Portugal vivia uma situação bem delicada, pois atravessava uma temerosa crise económica, a qual varria igualmente outros países a nível mundial. A Ditadura Militar tentava minimizar a crise, através do lançamento de diversas obras e debelando as várias revoltas que tentavam restaurar o “bloco político-social do 5 de outubro”. Algumas dessas insurreições obtiveram uma forte adesão no Algarve, como a que teve lugar em fevereiro de 1927. Os algarvios viviam momentos muito difíceis em que as chagas do desemprego e da pobreza campeavam. A agitação social e o descontentamento faziam-se sentir nos centros operários da região.

Nesta altura a crise que grassava no seio das classes trabalhadoras era tão grande que levou o próprio governo da ditadura a aprovar leis proibindo a instalação nas fábricas de conservas de novas máquinas destinadas ao fabrico de lata vazia para conservas a fim de impedir o desemprego em massa. Mas nem sempre estas diretivas eram cumpridas, o que levou a associação dos soldadores de Olhão a protestar através de um ofício ao governo Civil de Faro com uma exposição dirigida ao ministro do Comércio e Comunicações. Por sua vez o governador civil oficiou o Ministério do Interior a dar conta do seu

³⁶ ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC – 11, Pt. 13, 2.^a sd., fl. 151, Projeto de decreto sobre «Auxílio aos desempregados», 1932.

³⁷ *Ibidem*. Estas seriam medidas a funcionar até finais de 1933, podendo o governo prorrogá-las se a crise e o desemprego persistissem, o que veio a acontecer de forma permanente mesmo no período pós-crise.

³⁸ ANTT, Arquivo Salazar, AOS/CO/PC – 11, Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, fls. 84-85, «Síntese dos alvitreiros suscitados perante S. Ex.^a o Ministro das Finanças, pelas Câmaras Municipais, para debelar a crise de trabalho nos meios regionais», 5 de novembro de 1931.

descontentamento perante tal situação. A firma Ramirez, Perez, Cumbreira & C.^a, de Olhão, ao procurar a instalação dessas máquinas iria lançar «para a fome mais umas centenas de trabalhadores» e que o despacho do ministro do Comércio e Comunicações a autorizar essas máquinas era «absolutamente contrário às instruções do Governo³⁹». O próprio governador civil do Algarve mostrava as contradições no seio do governo da ditadura.

Esta situação originou outros protestos de solidariedade aos trabalhadores de Olhão por parte de outros organismos sindicais do Algarve, como seja da Associação dos trabalhadores da indústria de conservas de Portimão que reuniu em assembleia geral extraordinária e decidiu enviar um telegrama ao Ministro do Interior a reclamar a manutenção do decreto 19 554 de 14 de fevereiro de 1931, revogando assim o despacho de 26 de maio de 1932⁴⁰.

A questão do desemprego era tão sensível que levava o governo a proibir até 31 de dezembro de 1933 que as empresas industriais ou comerciais, que exercessem a sua atividade no continente, admitissem empregados que não fossem portugueses⁴¹.

Nos primeiros anos dos anos 30 a crise social e económica, o desemprego, a fome, a miséria, a repressão patronal e do regime que se viviam no seio das classes trabalhadoras algarvias, assim como a organização e a resposta a essa mesma crise por parte dos organismos sindicais da região foram profusamente noticiados pela imprensa da época. Alguma dessa imprensa era afeta ao operariado veiculando posições sindicalistas através dos seus correspondentes, maioritariamente de cariz libertária, ou comunista, com destaque para a *Vanguarda Operária*, *O Eco Metalúrgico*, *O Proletário*, *O Reduto*, *A Voz do Mineiro*, *O Trabalhador da Alimentação*, *O Cortador*, *O Manipulador do Pão*, *O Fragateiro*, *A Alimentação* e *O Corticeiro*. Em vários artigos as disputas eram acirradas em torno da defesa da CGT anarcossindicalista ou da CIS comunista.

O Proletário no dealbar da grande depressão insere um empolgante artigo por altura do 38.º aniversário da Associação dos Corticeiros de Silves, uma das mais fortes associações operárias da região algarvia e que ostentava no edifício da sua sede a trilogia “Pão, Luz e Liberdade”:

³⁹ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç 464, Pt.32/2, Governo Civil de Faro, ofício n.º 162, de 27 de agosto de 1932.

⁴⁰ Idem, telegrama n.º 660 ao Ministro do Interior, s/data.

⁴¹ ANTT, Ministério do Interior, Livro 14, Secretaria Geral, Registo de Correspondência recebida, Presidência do Ministério, n.º 8/19, de maio de 1930, p. 120.

«Eis a trilogia que se ostenta na parte superior da fachada principal do forte e persistente baluarte da classe dos corticeiros de Silves, que se ergue majestosamente, como escudo de aço, nas lutas titânicas em prol da emancipação humana, e que em 18 de agosto passa o aniversário da sua fundação, o qual saúdo efusivamente e a cuja classe vão os meus mais ardentes votos de camaradagem, incitando-os a que prossigam com a mesma tenacidade e ardor como até aqui na luta sacrossanta em defesa das reivindicações proletarianas, continuando a assestar as suas baterias contra todas as ignomínias e prepotências praticadas pelos exploradores do homem pelo homem. (...).

Neste momento em que a numerosa classe dos corticeiros de Silves atravessa uma enorme crise de trabalho e em que nos seus lares vai talvez em breve faltar o pão, é necessário que todos os corticeiros dispersos ingressem na sua associação de classe para que a mesma possa, sentindo atrás de si uma força aguerrida e disposta para a luta, fazer valer os seus direitos a que tem jus e que todos os exploradores têm sonegado.

Avante, pois, camaradas! Prossigam na luta sacrossanta do trabalho contra o capital.

Enfileirai em volta do vosso baluarte que animado dessa maneira marque com decisão, o seu lugar no vasto campo de luta contra o seu fidalgo inimigo: o capital.

Só então raiará o sol aurisfulgente da Liberdade que salvará a sociedade dos males que a infetam, derrubando para sempre as fronteiras que dividem os povos e num abraço fraternal através do universo, teremos: Pão; Luz e Liberdade»⁴².

⁴² Cf. Tomás F. da Silva, «Pão, Luz e Liberdade – o 38.º aniversário da Associação dos Corticeiros de Silves, *O Proletário*, de 10 de agosto de 1929, p. 3.

Antes de se tornar porta-voz da CIS *O Proletário* editou-se legalmente no Porto, funcionando na prática como órgão partidário do PCP e publicou alguns artigos vindos de Silves e Portimão. O anarquista José dos Reis Sequeira considera que foi à volta deste jornal, em Silves, que o PCP lançou a sua organização por intermédio de Fernando Francisco da Silva (conhecido por Fernando Boi) que, ao tornar-se correspondente, recebia 200 exemplares que distribuía por gente conhecida (cf. José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando...*, cit, p. 76).

A Associação dos Corticeiros de Silves estará na primeira linha de combate aquando da jornada operária do 18 de janeiro de 1934. A crise que se vai agravar no setor corticeiro prende-se, em parte, com o facto dos produtores e industriais da cortiça preferirem vendê-la em prancha para o estrangeiro, do que laborá-la no país. Das 280 000 mil toneladas anuais de cortiça que se produziam em todo o mundo em 1930, os sobreiros portugueses forneciam aproximadamente 150 000 toneladas, isto é, cerca de 60%. Desta produção, apenas era manufacturada no país 20 a 25% e de toda a produção, bruta e manufacturada, só 10% era colocada directamente nos mercados por firmas nacionais, ao passo que a esmagadora percentagem de 90% era negociada por entidades estrangeiras, tornando-se Portugal subsidiário dos Estados Unidos da América, um dos principais destinos das nossas cortiças⁴³.

A indústria de transformação da cortiça no país era exercida, em parte, por firmas estrangeiras detentoras de fortes capitais e maquinaria moderna, firmas que trabalhavam os 20 a 25% da produção não exportada, e que, constituindo filiais ou dependências de organismos externos, especialmente norte-americanos, dominavam o mercado mundial resistindo mais facilmente à crise. A restante parte dessa indústria, entregue a firmas portuguesas, era muito fraca, descapitalizadas e sem maquinaria moderna, ficando assim mais permeável à crise. Os produtores e industriais preferiam assim vender a cortiça em prancha para o estrangeiro, o que lhes permitia obter mais lucros, embora à custa de milhares de desempregados no setor que empregava 15 000 trabalhadores em todo o país.

A situação sofreu um maior agravamento quando os E. U. A. decidiram aumentar em 100% os direitos sobre a importação de rolhas do estrangeiro, fechando assim esse mercado à indústria rolheira nacional que vê os seus armazéns cheios de mercadorias sem as poder escoar. Os industriais ao verem diminuir os seus lucros encerraram fábricas ou reduziram a produção, diminuíram salários e aumentaram as horas de trabalho. Segundo notícia inserida em *O Reduto*, só em Silves, com 34 fábricas que empregavam 830 operários, encerraram 20 e foram despedidos 650 e os restantes 180 corticeiros só trabalhavam 2 ou 3 dias por semana, tal era a dimensão da crise em 1930⁴⁴. Além do

⁴³ V. «Aspetos e consequências da crise na indústria corticeira», *O Proletário*, de 2 de agosto de 1930, p. 2. Vide também António Mantas, «A Questão Corticeira», in *Renovação*, Grândola, de 15 de janeiro de 1932, pp. 1 e 4.

⁴⁴ *Ibidem*. V. também «A decadência da indústria corticeira e a situação angustiosa dos operários dessa indústria», *O Proletário*, de 16 e 30 de agosto de 1930, p. 2.

A questão do desemprego e da fome em Silves eram tão dramáticas que levaram o Governador Civil de Faro a rogar ao Ministro do Interior a concessão de donativos e a abertura de obras de fomento para empregar os operários, pois cerca de 500 não tinham trabalho há 5 meses, assim como donativos destinados

desemprego, a baixa de salários perpetrada pelo patronato levou à organização de sessões por parte do sindicato dos corticeiros que a recusaram e defenderam a constituição de núcleos de defesa sindical em todos os locais de trabalho a fim de melhor organizar a resistência⁴⁵.

O receio do recrudescimento da agitação social no movimento operário faz com que o governador Civil de Faro oficie o ministro do Interior alertando-o que, devido à crise que se vive nos meios operários, a situação poderá ser aproveitada «pelos inimigos da Ditadura», pedindo com urgência algumas verbas para serem distribuídas pelos concelhos do Algarve⁴⁶. Num outro ofício aos presidentes de Câmara avisa que o governo não tomaria providências especiais para acudir à crise de trabalho, pelo que era necessário resolver «com calma e em completo sigilo, para evitar a desagradável repercussão que fatalmente teria nas populações operárias»⁴⁷.

Sobre a crise corticeira no concelho de Silves *O Reduto* dá conta de algumas divergências que se fazem sentir numa sessão extraordinária do sindicato dos corticeiros de Silves, que ocorreu em outubro de 1931, para apreciar uma exposição sobre a crise de trabalho elaborada pela Comissão Intersindical. Alguns corticeiros entendiam que se devia apoiar a exposição, outros como o influente Domingos Passarinho mostram-se contrários argumentando que as novas tendências só serviam para desviar o Sindicato da C. G. T. para a C. I. S. Depois de alguma discussão as reclamações apresentadas pela C. I. S. acabaram por merecer a concordância dos presentes⁴⁸. Isto revela como a influência comunista já se fazia sentir no poderoso sindicato anarcossindicalista.

Com efeito, estas discussões são reveladoras da crise do sindicalismo e do anarquismo e da emergência do PCP no seio do movimento operário português, incluindo no Algarve. É o próprio Correia Pires que o confirma no seu depoimento:

«Quando ingressei na organização já esta estava numa fase de decadência, pois com a Revolução Russa e o triunfo do bolchevismo a organização operária do mundo sofreu um eclipse e a portuguesa

à sopa por parte da Direção de Assistência (cf. Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Sr 007, *Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 19, de 12 de novembro de 1930).

⁴⁵ Cf. «Os corticeiros contra a baixa de salários», *O Reduto*, de dezembro de 1931, p. 3.

⁴⁶ ADF, Governo Civil, *Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 45, de 2 de março de 1931.

⁴⁷ *Ibidem*, Ofício aos Presidentes das Câmaras do Distrito, n.º 57, de 28 de março de 1931.

⁴⁸ Cf. «Silves – uma sessão no Sindicato dos Corticeiros», *O Reduto*, de outubro de 1931, p. 3.

não fugiu à regra. (...). Entrei, portanto, aí por 1922 ou 23 e em 1926 vem a Ditadura (...). A única coisa que talvez possa dizer é que tive, com José da Silva e A. Pedro Lebre, estes dois especialmente, acesas discussões com os que se deixaram arrastar um pouco pela influência política dos bolchevistas e é talvez nessa luta que me distingo, fazendo-me intérprete das necessidades confederais»⁴⁹.

Cada vez mais, as discussões acentuavam-se dentro e fora da associação de classe silvense, eram dois modelos, dois sistemas de valores, dois imaginários que se digladiavam dentro do mesmo espaço, esforçando-se de forma tenaz e denodada cada qual para conquistar novas posições, captar aderentes e alargar a sua base de apoio. «Trata-se de uma disputa que se mantém ateadada pelos anos trinta dentro»⁵⁰.

Por esta altura os comunistas já tinham organizado uma Comissão Sindical (COMSIND) no Algarve, à semelhança do que acontecia noutras regiões. É o que nos dá conta o órgão *Trabalho Sindical* que, em Faro, procuram dominar os sindicatos anarquistas e criar novos onde não existam através da formação de frações a fim de aderirem à CIS. Em 1931 existiam em Faro frações comunistas criadas nos sindicatos de Trabalhadores de Terra e Mar, Corticeiros, Empregados do Comércio e Construção Civil. A diretiva da COMSIND era a formação de Grupos de Defesa Sindical (GDS) na indústria corticeira, na construção civil, no sindicato dos trabalhadores marítimos, nos Empregados, na indústria de vestuário (compreendendo alfaiates, costureiras, sapateiros e chapeleiros), na fábrica de moagem e na fábrica de cerveja, e a formação de novos sindicatos, canalizando tudo para a CIS. Os GDS também teriam como objetivo uma melhor defesa das reivindicações operárias frente ao patronato e ao governo⁵¹. Em Silves também existia um bom “Grupo de Defesa Sindical” de influência comunista⁵².

Por esta mesma altura, o Sindicato da Construção Civil de Monchique, devotado à causa comunista, reivindicava para os carpinteiros e serradores a jornada de oito horas de

⁴⁹ V. «Depoimento de José Correia Pires», in Edgar Rodrigues, *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, Lisboa, Editora Sementeira, 1982, pp. 325-326.

⁵⁰ *Apud* João Madeira, «A Alvorada do Século ao Estado Novo. Notas sobre ‘Silves, a cidade democrática’», *O Mirante*, Silves, n.º 12, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, dezembro de 1997, p. 5.

⁵¹ Cf. «Resolução da COMSIND sobre a atividade sindical do partido, em Faro», in *Trabalho Sindical*, n.º 10, de dezembro de 1931.

⁵² ANTT, PIDE/DGS, Proc. 225/SPS, UI 4280, Bernard Freund, «Ata da Reunião do Secretariado da FJCP», de 21 de dezembro de 1931, fls. 253-255.

trabalho, em vez do regime de empreitada que se praticava. Esta exigência levou a que a Comissão Administrativa do concelho avisasse a direção do Sindicato de que seria responsabilizada pela agitação ou conflito que ocorresse. Sem receita, o Sindicato organizou uma manifestação onde foram dadas vivas à Revolução Social e à Intersindical. Alguns meses mais tarde, já com os ânimos arrefecidos, o administrador do concelho aceitou as exigências sindicais⁵³.

Depois que *O Proletário* se deixou de publicar, *O Reduto*, como jornal da Federação dos Trabalhadores de Transportes e Comunicações acabou por desempenhar um papel maior de agregador da corrente sindical comunista, inserindo artigos de correspondentes do Algarve. O Governador Civil de Faro acabou mesmo por chamar a atenção da influência deste jornal, ao referir em ofício para o Ministro do Interior que tinham sido apreendidos «muitos manifestos comunistas que vieram dentro de exemplares do jornal operário *O Reduto*». No mesmo ofício acrescentava que «só a propaganda comunista se tem intensificado, nos meios operários» e que nos centros industriais de Lagos, Portimão, Silves, Olhão e Vila Real, onde se acumulam operários das fábricas, «em grande parte, estando sempre com falta de trabalho, [se] cria um ambiente próprio para essas propagandas, precisamente quando a crise de trabalho mais se acentua»⁵⁴. Numa Circular aos administradores dos concelhos, o Governador Civil informa que «em todos os concelhos, estão sendo organizados núcleos comunistas», em «estreita ligação com elementos comunistas espanhóis»⁵⁵, sendo de prever que Silves não ficaria de fora.

Portimão, um grande centro proletário do Algarve também foi duramente atingido pela crise de falta de trabalho apresentando nesta altura 1 545 desempregados, onde os setores mais afetados eram os marítimos, as conservas, os operários agrícolas e a construção civil⁵⁶. Alguns meses depois o desemprego já chegava à cifra de 1 800 e reclamava-se o subsídio de desemprego por parte do governo⁵⁷. A repressão patronal

⁵³ Cf. Arnaldo Madureira, *Os Anos Esquecidos. A Refundação do Partido Comunista Português 1929-1939*, Lisboa, Edições Clube do Autor, 2019, p. 81. A direção do Sindicato da Construção Civil de Monchique era formada por José Albino Duarte, Viriato Fernandes, António Albano Lopes, José Nunes, Manuel David de Sousa e António Joaquim Gervásio.

⁵⁴ ADF/Governo Civil de Faro, SR007, Correspondência Confidencial do Governador Civil, Livro 255A, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 78, de 11 de maio de 1931.

⁵⁵ ADF/Governo Civil de Faro, Correspondência Confidencial do Governador Civil, Livro 255 A, Circular n.º 23, de 18 de agosto de 1931.

⁵⁶ In *O Reduto*, de outubro de 1931, p. 3. Os desempregados apresentavam-se assim distribuídos: marítimos – 505; indústria de conservas – 360; operários agrícolas – 200; construção civil – 195; corticeiros – 55; metalúrgicos – 37; comércio – 20; fogueiros – 16; fabricantes de calçado – 12 e diversas profissões – 145.

⁵⁷ V. «A crise em Portimão», in *O Reduto*, de março de 1932, p. 4.

também era a norma e as operárias e os operários eram constantemente vexados na sua dignidade. As mulheres eram as que mais sofriam, pois por um pequeno descuido de cinco minutos eram-lhes descontada meia hora ou até uma hora de trabalho. Ao fim do mês deviam receber entre 65 a 90 escudos, mas só auferiam 50 a 55 escudos, pois em cada hora de trabalho o patrão tirava-lhes 10 centavos. Isto acontecia na fábrica Gaspar & C.^a em Portimão, mas não era a única⁵⁸. Era comum os operários das fábricas trabalharem 10 a 12 horas por dia e as mulheres 12 a 14 horas consecutivas e sem que lhes fosse dada a hora que a lei estipulava para a refeição.

Em abril de 1932 a direção da Associação de Classe dos Trabalhadores da Indústria de Conservas de Portimão enviou um telegrama ao ministro do Comércio a reclamar trabalho ou subsídio de desemprego a expensas do patronato e do Estado, tal era a dimensão da crise⁵⁹. Algumas operárias que trabalhavam na firma Feu e Hermanos, em Portimão, acabaram por ser despedidas por pertencerem à direção do sindicato⁶⁰. As mulheres eram quase sempre as principais vítimas da repressão patronal e dos mestres das fábricas.

Em Vila Real de Santo António o proprietário da fábrica Ramirez e C.^a, Sebastião Ramirez, o futuro ministro de Salazar, da Indústria e Comércio, é criticado por afirmar que na vila não havia fome apesar da crise, devido à cozinha económica ali estabelecida. De facto, esta cozinha apenas fornecia uma sopa por dia ao preço de 30 centavos, o que levava inclusivamente a que muita gente atirada para a miséria não tivesse acesso a esta “esmola” dada pelo patronato por não dispor desse valor⁶¹. E não era uma sopa por dia que matava a fome a quem quer que fosse.

Com a grande crise dos anos 30 os organismos sindicais de classe no Algarve, como por todo o país, procuram reorganizar-se e mobilizar os seus associados face às diversas necessidades e reivindicações prementes que têm pela frente. Devido à política repressiva anti-operária dos últimos governos da I República, dos governos da Ditadura e dos conflitos internos entre anarcossindicalistas e comunistas, verificava-se um certo enfraquecimento e letargia das estruturas sindicais. Agora as associações e sindicatos procuram adaptar-se aos novos tempos, muito difíceis, enveredando muitos pela sua reorganização. São constantes os apelos nesse sentido.

⁵⁸ *Ibidem*, de agosto de 1931, p. 3.

⁵⁹ Cf. «A crise em Portimão, *O Reduto*, suplemento ao n.º 18, de abril de 1932, p. 2.

⁶⁰ V. *O Trabalhador da Alimentação*, Lisboa, n.º 1, de 1 de julho de 1932, p. 1.

⁶¹ Cf. *O Cortador*, Ano III, n.º 4, Lisboa, de 1 de maio de 1932, p. 4.

Assim, para tratar da crise, do horário de trabalho e da organização do movimento operário regional, que se pretendia mais amplo e combativo, a Associação de Classe dos Empregados no Comércio de Faro vai propor para 18 de dezembro de 1932 a realização de uma Conferência dos Sindicatos operários da região algarvia que já há muitos anos não tinha lugar. Seria criada uma União Regional de Sindicatos constituída por todos os sindicatos do Algarve, que elegeria uma Comissão Central Executiva composta por representantes dos Sindicatos, a qual se reuniria com representação direta, de três em três meses, e elegeria um Secretariado que trataria os assuntos da U. R. S. A. no interregno das reuniões da C. C. E. A sede seria em Portimão por ser uma localidade mais industrial, em vez de Faro «dado o pouco espírito de organização existente nesta cidade»⁶². A Conferência acabou por não se realizar com a alegação de que «as condições de luta se modificaram para pior ainda»⁶³. O ano de 1933 irá ser decisivo para o sindicalismo livre.

Para fazer frente ao poder patronal que se encontrava organizado no Consórcio Português de Conservas de Sardinha o movimento sindical do setor começa então a reestruturar-se neste ano de 1933 conduzindo à formação de Sindicatos Únicos Operários da Indústria de Conservas em Olhão, Vila Real de Santo António e Lagos, acabando por dar mais força às Uniões Sindicais Locais. Surgem apelos no sentido de se criarem sindicatos regionais⁶⁴. O movimento sindical agrícola já se encontrava organizado na Federação dos Sindicatos Agrícolas do Algarve e procurava a criação de uma Cooperativa Agro-Pecuária para que os lavradores e trabalhadores agrícolas pudessem resistir melhor à crise⁶⁵.

Já com Oliveira Salazar como Presidente do Conselho desde 5 de julho de 1932 o movimento operário prepara-se para o pior. Estava em marcha a transição da Ditadura Militar para o “Estado Novo” salazarista, cuja institucionalização iria consolidar-se com a aprovação da nova Constituição corporativa de 1933⁶⁶. Arrumada a oposição republicano-reviralhista e nacional-sindicalista de Rolão Preto, Salazar iria agora “ajustar contas” com a oposição operária e sindical que, embora debilitada, se estava a

⁶² Cf. *O Trabalhador da Alimentação*, n.º 6, de dezembro de 1932, pp. 1 e 4.

⁶³ *Ibidem*, n.º 7, de janeiro de 1933, p. 3.

⁶⁴ *A Alimentação*, Lisboa, Ano II, n.º 10, de janeiro de 1933, p. 4.

⁶⁵ Cf. o *Diário do Algarve*, Faro, n.º 5, de 5 de outubro de 1932, p. 1.

⁶⁶ A Ditadura Militar deu lugar ao “Estado Novo”, a 11 de abril de 1933, com a divulgação da Ata da Assembleia Geral de apuramento do Plebiscito Nacional (fraudulento) sobre a nova Constituição. Nesta data, Oliveira Salazar, em função da nova Constituição, foi exonerado de Presidente do Ministério e nomeado Presidente do Conselho, através dos Decretos-Leis n.ºs 22 471 e 22 472, de 11 de abril de 1933 (cf. José Martinho Gaspar, *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, Editora Prefácio, 2001, p. 87).

reorganizar. Já em 1930, enquanto ministro das Finanças Salazar fora bem claro no discurso que pronunciou na Sala do Risco, no 4.º aniversário do 28 de maio, quando se referiu à “desordem social” provocada pelos operários no período da I República. O mesmo sucedeu no discurso que fez em 23 de novembro de 1932, já como Presidente do Conselho, na tomada de posse dos órgãos dirigentes da União Nacional, em que enquadrava parte dos operários em organismos revolucionários dominados pela ideologia bolchevista e que tinham como finalidade a luta de classes e a revolução social⁶⁷. Para Salazar, o comunismo era “a grande heresia do Século XX” a combater, daí ter colocado as organizações acratas sob a influência do bolchevismo.

Com a crise e a repressão patronal a recrudescer, aliadas a medidas cada vez mais anti-operárias por parte de Salazar, o ano de 1933 vai assistir a uma crescente radicalização no seio do movimento operário algarvio, tal como a nível nacional. No mês de abril em Olhão, operários amotinados tentam agredir um industrial das conservas, que fazia parte da Comissão de Assistência, e assaltar uma fábrica, tendo sido dispersos pela GNR que teve de fazer uso das espadas, embora sem ferir ninguém. São tomadas medidas pelas autoridades visto esperarem novas tentativas de assalto⁶⁸. Com receio de alteração da ordem pública são reforçados diversos postos da GNR em Olhão, Vila Real de Santo António e Portimão com praças de cavalaria e de infantaria, incluindo novos Comandantes⁶⁹. A agitação no seio do movimento operário algarvio era deveras significativa, motivando a intervenção do Ministro do Interior junto do Governador Civil de Faro com vista a impedir nos dias seguintes a alteração da ordem pública por elementos subversivos em Olhão, Portimão e Faro, entre outras localidades da região⁷⁰.

⁶⁷ Para Salazar, a partir de 1932 o comunismo (bolchevista) influenciava e dominava toda a luta de classes mesmo que fosse desenvolvida pelos anarquistas. No entanto, em 1925, ainda admitia o sindicalismo revolucionário como um movimento com uma certa autonomia, embora parente do bolchevismo, o que demonstra a crescente força dos comunistas. Diz Salazar em 1925: «Aparece o bolchevismo como participando em três sistemas fundamentais: a sua filosofia social é inspirada pelos princípios anarquistas; a sua organização económica baseia-se no socialismo marxista; a sua parte política, que traduz apenas o método de consolidar e efetivar a revolução, participa da doutrina da violência e é próxima do sindicalismo revolucionário (...)» (cf. Mendo Castro Henriques e Gonçalo de Sampaio e Melo, organização, «O Bolchevismo e a Congregação», Conferência proferida no Centro Católico do Funchal em 6 de abril de 1925, in *Salazar Pensamento e Doutrina Política Textos antológicos*, Lisboa, 2.ª edição, Verbo, 2007, pp. 108 e 109).

⁶⁸ ANTT, Livro 673, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 458, Pt 1/120, Ofício Confidencial n.º 21 do Comando Geral da GNR ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, de 4 de abril de 1933.

⁶⁹ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 462, Pt/4/56, Ofício Confidencial n.º 20 do Comando Geral da GNR em Lisboa para o Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, de 3 de abril de 1933.

⁷⁰ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 462, Pt. 16/8, Ofício n.º 53 do Ministro do Interior para o Governador Civil de Faro, de 7 de abril de 1933.

2. A visita de Óscar Carmona ao Algarve

No dia 15 de fevereiro de 1932 tem lugar a visita ao Algarve, durante quatro dias, do Presidente da República, Óscar Carmona. A Ditadura Militar já ia no sexto ano consecutivo e Carmona ocupava, desde 9 de julho de 1926, o cargo de Presidente. Acumulara temporariamente a chefia do governo, para em 15 de abril de 1928, por meio de eleições, em que foi o único candidato, se tornar no chefe de Estado eleito. O general Domingos da Costa de Oliveira presidia ao Ministério, ocupando a pasta das Finanças Oliveira Salazar. A visita do chefe de Estado ocorria, assim, num momento sensível em termos políticos, económicos e sociais, existindo uma grande expectativa pela forma como Carmona seria recebido no Algarve. É preciso ter em conta algumas insurreições do “revirinho” desencadeadas contra a Ditadura e que tiveram forte adesão no Algarve, como a que ocorreu nos primeiros dias de fevereiro de 1927.

Carmona chegava ao Algarve apenas três meses depois de uma outra visita por parte de Oliveira Salazar em que durante três dias se inteirou em Vila Real de Santo António, Olhão e Portimão da problemática conserveira e que motivou o seu estudo “Notas sobre a Indústria e o Comércio de Conservas de Peixe”, algumas semanas depois. O Ministro das Finanças fez um diagnóstico da indústria onde analisou os diversos aspetos da deficiente organização industrial e comercial, da vida dos operários e assistência social do setor conserveiro. No início da década de 30 o setor encontrava-se num impasse e dividido face às soluções a preconizar. Enquanto a cartelização era reclamada por alguns, outros pretendiam a intervenção reguladora do Estado. Na época, a exportação de conservas ocupava o segundo lugar, a seguir aos vinhos. O interesse do ministro das Finanças prendia-se com a importância do setor nas exportações nacionais e no deficit comercial português⁷¹. Certamente que com a sua visita Salazar procurava igualmente acalmar as tensões sociais que se viviam na província do Algarve.

Nesta época os algarvios viviam dias muito difíceis, o que era impossível esconder, mesmo da parte de gradas figuras afetas à “situação”. Atesta-o o presidente da comissão distrital da União Nacional, Dr. Ramalho Ortigão, perante Carmona na Câmara Municipal

⁷¹ Cf. Aurélio Nuno Cabrita, «Salazar visitou o Algarve pela primeira vez há 81 anos», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/11/salazar-visitou-algarve-81-anos/>, de 21 de novembro de 2012.

Em Vila Real de Santo António Salazar visitou as fábricas de conservas de sardinha e de atum, como a Ramirez & C.^a, a Parodi, a Aliança e uma de produção de vasilhame, a Sanches & Barroso, em Olhão a Ramirez, a Júdice Fialho e a José Reis Silva e Tomé, e em Portimão as fábricas Caetano Feu e Fialho.

de Faro: «O Algarve está doente, o seu comércio empobrecido, a sua indústria arruinada, e a sua agricultura vegetando»⁷². Alguns apaniguados do novo regime defendiam que a visita presidencial ao sul do país devia marcar uma nova era de paz, de concórdia, de trabalho e, consequentemente de prosperidade. Era assim que pensava o jornalista Rodrigo Pinto, defensor acérrimo da Ditadura:

«Aqueles que ao lado da Ditadura têm estado sempre ou com ela simpatizam, se unam cada vez mais (...). Os outros que têm combatido a situação que o movimento do 28 de Maio criou, convençam-se de que o passado, com os seus erros e os seus crimes, nunca mais voltará e, portugueses acima de tudo venham para o nosso lado, engrossar as hostes do bom combate. (...).

É já hoje grandiosa a obra de ressurgimento nacional levada a cabo pela Ditadura Militar (...). Atesta-o por exemplo a reconstrução (que assim se pode chamar) das nossas estradas, esforço colossal que o Algarve, talvez mais que qualquer outra região do país, tem sentido»⁷³.

Um dos objetivos da visita presidencial tinha sido a inauguração da ponte do Roxo (entre Aljustrel e Ferreira do Alentejo), que iria permitir, finalmente, a viagem por estrada entre o Algarve e o resto do país. Carmona aproveitou para visitar o Algarve para lhe “sentir o pulso”, procurando acalmar as tensões sociais e, ao mesmo tempo para ouvir as aspirações dos 16 concelhos algarvios. Curiosamente, não visitou todos os concelhos, como Silves, o principal centro operário da região, embora o comboio presidencial por lá tivesse passado. O que reflete alguns receios de confrontação com os setores trabalhistas numa cidade onde estes apresentavam uma forte organização em estruturas ligadas aos anarcossindicalistas e também aos comunistas.

⁷² Cf. *Diário de Notícias*, de 16 de fevereiro de 1932, p. 1. V. Aurélio Nuno Cabrita, «Visita de Óscar Carmona ao Algarve em fevereiro de 1932: jantar de gala em Faro e visita a Olhão (V)», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/06/visita-de-oscar-carmona-ao-algarve-em-fevereiro-de-2012-jantar-de-gala-em-faro-e-visita-a-olhao-v/>, de 24 de junho de 2012.

⁷³ Cf. *O Algarve*, 16 de fevereiro de 1932. V. Aurélio Nuno Cabrita, «Há 80 anos: Presidente da República Óscar Carmona visitou o Algarve em 15 de fevereiro de 1932», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/02/ha-80-anos-presidente-da-republica-oscar-carmona-visitou-o-algarve-em-15-de-fevereiro-de-1932/>, de 15 de fevereiro de 2012.

As reivindicações dos concelhos algarvios eram as mais diversificadas. Iam desde a reparação e abertura de estradas, em particular nas localidades do interior, passando pela montagem de estações telefone-postal e cabines telefónicas, obras nos portos, construção de redes de abastecimento de água ao domicílio e de redes de esgotos, desassoreamento de ribeiras, rios e portos, construção de escolas, ligações às estações de caminhos-de-ferro, montagem de luz eléctrica em algumas freguesias e vilas e até a nomeação de professores para as escolas primárias e pedidos para o pagamento mais fácil de empréstimos por parte de alguns municípios⁷⁴.

Segundo a imprensa da época, na sua visita pelos vários concelhos do Algarve, Óscar Carmona e a comitiva presidencial tiveram grandes receções e manifestações de júbilo por parte das populações, com bandas de música, as ruas e janelas dos prédios engalanadas, fogo de artifício, inúmeras cerimónias e banquetes, bailes e onde não faltaram as várias autoridades militares, civis e administrativas a nível distrital e dos concelhos. Nestas cerimónias tinham lugar discursos inflamados, não só da parte do Presidente, como de outras personalidades a elogiar a Ditadura e a sua obra e a denegrir a I República e todos aqueles que procuravam a sua restauração. Também não faltou a escolta por parte das forças militares e policiais. A Ditadura não deixou nada ao acaso, procurando com esta visita o seu reforço junto das populações e obstaculizar quaisquer iniciativas oposicionistas por parte do movimento operário no Algarve.

No périplo pelos vários municípios do Algarve que o Presidente da República fez, no ano de 1932, importa assinalar as presenças e os contactos com alguns elementos ligados ao operariado para dar a entender que as reivindicações e o movimento sindical na região estavam controlados, ou que apoiavam a Ditadura. É bem provável que os operários que estiveram presentes nas diversas receções ao Presidente da República fossem adeptos do novo regime, que tivessem pouca consciência política ou até, que comparecessem contra a sua vontade.

A primeira cerimónia oficial com discursos decorreu na Câmara Municipal de Faro, a primeira a ser visitada, com a presença do Presidente da Câmara, Mário Lyster Franco. Depois da sua alocução de abertura foram apresentados ao chefe de Estado o marceneiro Francisco Assis, o corticeiro Manuel Francisco Lourenço e os marítimos Francisco José Dentinho e Pedro Castelão, os quais foram agraciados com a Ordem do Mérito Industrial

⁷⁴ Cf. Aurélio Nuno Cabrita, «Há 80 anos...», cit.

e Agrícola. Este tipo de condecoração, que visava homenagear «aqueles que davam tão bom exemplo de uma vida de trabalho honesto», nas palavras do presidente, seria uma constante durante a visita presidencial. Depois da apresentação dos homenageados que foi coroada com uma «salva de palmas estrondosa», seguiu-se o discurso de Carmona⁷⁵.

No dia seguinte o Presidente da República e a respetiva comitiva deslocaram-se a Olhão a bordo da canhoeira “Limpopo” onde foram recebidos no cais desta vila. Aqui o objetivo era a visita às obras do porto, prosseguindo a viagem de automóvel até Tavira. Estranhamente, em Olhão não houve visita à Câmara Municipal, nem cerimónias ou discursos empolgados e a comitiva pouco tempo se demorou. Tal como não houve qualquer homenagem aos operários ou pescadores da localidade. É preciso ter presente que Olhão era na altura um dos maiores centros piscatórios e de operárias e operários conserveiros do Algarve e onde as associações de classe e sindicatos dispunham de uma considerável força organizada. O operariado olhanense já tinha dado provas que não gostava da Ditadura Militar.

Em Tavira, durante a sessão que se realizou na Câmara Municipal, o general Carmona «condecorou então pelo seu mérito profissional, honradez, seriedade e longo período de trabalho» o pedreiro José Maria Bento, de 70 anos, e o marítimo Francisco Laranjo, de 75 anos⁷⁶. Como se comprova, os homenageados foram dois trabalhadores já de idade avançada, o que revela as dificuldades do regime.

Nos paços do concelho da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António onde teve lugar uma outra cerimónia presidida pelo chefe de Estado, este condecorou com a Ordem de Mérito Industrial Cesário Rodrigues Calafate, de 70 anos, trabalhador nas fábricas de conservas na vila, e Manuel Cordeiro Júnior, de 85 anos, oleiro, de Alcoutim⁷⁷.

À noite, onde decorreu um banquete de gala no salão nobre da Capitania do Porto, com cerca de 150 pessoas, e em que participaram as principais figuras da vila, do Algarve

⁷⁵ Idem, «Visita de Óscar Carmona ao Algarve em fevereiro de 1932: Faro», in <https://sulinformacao.pt/2012/05/visita-de-oscar-carmona-ao-algarve-em-fevereiro-de-1932-em-faro/>, de 6 de maio de 2012.

A comitiva presidencial que tinha desembarcado na estação de Ermidas-Sado para a inauguração da ponte do Roxo, voltou a embarcar no comboio na gare de Almancil-Nexe depois de atravessar a serra do Caldeirão de carro.

⁷⁶ Idem, «Visita do Presidente da República Óscar Carmona ao Algarve em 1932: em Tavira (VI)», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/07/visita-do-presidente-da-republica-oscar-carmona-ao-algarve-em-1932-em-tavira-vi/>, de 1 de julho de 2012.

⁷⁷ Idem, «Carmona chega a Vila Real de Santo António, na sua visita ao Algarve em 1932 (VII)», in site <https://www.sulinformacao.pt/2012/09/carmona-chega-a-vila-real-de-santo-antonio-na-sua-visita-ao-algarve-em-1932-vii/>, de 3 de setembro de 2012.

(bispo, governador civil, etc.) e da cidade de Ayamonte (alcaide, comandante da Guarda Civil, de Carabineros, etc.), sucederam-se os discursos de Matias Gomes Sanches, presidente da Câmara, de Oliveira Baptista, presidente da comissão local da União Nacional, de Joaquim Cruz, «como representante do operariado», do eng. Sebastião Ramirez, em representação dos industriais de Vila Real de Santo António, e de Carmona, a encerrar⁷⁸. Joaquim Cruz, certamente não estaria a representar qualquer estrutura sindical local, a CGT anarquista ou a CIS de influência comunista. Terá sido um elemento afeto e cooptado pelo regime ditatorial e que se irá enquadrar perfeitamente nos novos “sindicatos-nacionais” a criar por Salazar muito brevemente.

Com efeito, Joaquim Cruz na sua alocução «agradeceu as condecorações, dizendo que nunca nenhum Governo assim distinguiu os operários. Pedia ao Governo que ajudasse as classes trabalhadoras, legislando no sentido de as proteger na invalidez e na velhice, terminando o seu discurso por saudar o sr. Presidente da República e os ministros por entre vivas e palmas». Carmona na sua intervenção, que no final foi premiada com «muitas palmas e vivas», além de ter feito várias considerações de ordem política e negado quaisquer violências contra os adversários da Ditadura, «teceu elogios ao discurso do representante dos operários e declarou que o Governo auxiliará os trabalhadores, dando aos operários de Vila Real a colaboração por eles pedida»⁷⁹. Carmona, como representante máximo do regime procurava o apoio das classes trabalhadoras algarvias.

No terceiro dia da visita o cortejo presidencial deslocou-se de automóvel em direção a Portimão, com paragens em S. Brás de Alportel, Loulé e Lagoa., onde não se verificaram quaisquer condecorações de operários. Contudo, em S. Brás o Presidente da República visitou o Sanatório Ferroviário⁸⁰ destinado a ferroviários tuberculosos e que na altura apenas dispunha de camas para vinte doentes, estando o resto da construção por

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ Cf. *Diário de Notícias*, de 17 de fevereiro de 1932, p. 2. V. Aurélio Nuno Cabrita, «Carmona chega a Vila Real de Santo António...», cit.

⁸⁰ O Sanatório Ferroviário de São Brás de Alportel que também era conhecido como Sanatório Vasconcelos Porto, foi inaugurado no ano de 1918 e era uma das três instituições de saúde construídas no país destinadas aos ferroviários doentes com tuberculose. As outras duas situavam-se na Covilhã e Paredes de Coura. Foi instalado no vale de Alportel para proporcionar aos seus pacientes um ambiente de repouso e com ar menos poluído, onde havia uma alimentação cuidada e exposição ao ar livre. Depois de vários problemas que atravessou durante o “Estado Novo” o Sanatório foi extinto oficialmente em 1991. Atualmente, já com novas instalações, funciona no local o Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul.

concluir⁸¹. A Ditadura não deixou nada ao acaso e o importante era impressionar as populações, incluindo com atos de paternalismo e de solidariedade aos operários doentes. A imprensa apologética encarregava-se de gerir bem a situação.

Em Loulé e Lagoa, por onde passou e se demorou a comitiva e onde houve sessões solenes não foi qualquer trabalhador condecorado. Já em Portimão, um outro grande centro operário da região e onde grassava uma crise avassaladora entre as classes trabalhadoras, à semelhança do que acontecia por todo o Algarve, tal irá acontecer. Antes ocorreu uma cerimónia na Câmara Municipal. Depois da intervenção de Francisco José Duarte, presidente da Comissão Administrativa Municipal, em que se referiu à «grave crise que o concelho atravessa e da falta de trabalho» Carmona, a certa altura, disse que «o povo algarvio reconhece os serviços prestados pela situação política atual, que muitos consideram tirânica» e que «era fácil mostrar a falsidade dessa classificação». Terminou dizendo que «Portimão é um verdadeiro baluarte do trabalho e o governo não esquecerá mais esta triunfal jornada, finalizando com um viva a Portimão, que foi entusiasticamente correspondido»⁸².

A seguir no jardim, «onde permaneciam milhares de pessoas, e tal como em outras terras algarvias», o chefe de Estado condecorou com a Ordem de Mérito Agrícola e Industrial os operários Gabriel dos Santos, 80 anos, corticeiro de Silves, José Carmo Nunes, 75 anos, carpinteiro de Portimão e Joaquim da Silva Neves, 63 anos, segeiro, de Lagoa, aos quais «abraçou no meio de aplauso da multidão»⁸³. Mais um ato enternecedor de Carmona como forma de conquistar o afeto e o coração das classes trabalhadoras que no meio da sua miséria e infortúnio aplaudiam o representante superior da Ditadura. Tudo fora preparado ao mínimo pormenor.

À noite decorreu no Pavilhão Atlântico da Praia da Rocha «o banquete com grande assistência, entre a qual se viam os operários condecorados». No seu discurso o presidente da Câmara de Portimão lamentou «que a crise que afetava o concelho não tivesse permitido uma receção mais imponente. Disse esperar que o governo empregasse meios para debelar a crise, acudindo com medidas adequadas à situação das classes

⁸¹ Aurélio Nuno Cabrita, «Carmona visita São Brás de Alportel, Loulé, Guia, Lagoa e Estômbar em 1932 (VIII)», in <https://www.sulinformacao.pt/2013/02/carmona-visita-sao-bras-de-alportel-loule-guia-lagoa-e-estombar-em-1932-viii/>, de 17 de fevereiro de 2013.

⁸² Cf. *O Século*, de 18 e fevereiro de 1932, p. 2. V. Aurélio Nuno Cabrita, «Presidente Óscar Carmona ouve falar de ‘crise’ na Portimão de 1932 (IX)», site <https://www.sulinformacao.pt/2013/04/presidente-oscar-carmona-ouve-falar-de-crise-na-portimao-de-1932-ix/>, de 28 de abril de 2013.

⁸³ Aurélio Nuno Cabrita, «Presidente Óscar Carmona ouve falar de ‘crise’ na Portimão...», cit.

trabalhadoras locais». Por sua vez, o presidente da Associação Industrial e Comercial de Portimão, João Francisco Leote, referiu que «Portimão é terra de gente ordeira e trabalhadora, onde existe uma indústria de conservas que apesar da grande crise, pode contribuir para o equilíbrio da nossa balança económica».

Já o ministro do Comércio na sua alocução referiu que o Algarve esteve esquecido durante muito tempo e até desligado do país, sem estradas e sem navegação devido ao assoreamento dos portos, mas que agora «a Ditadura deu-lhe uma estrada e a ponte do Roxo, e vai fazer mais as ligações de barlavento com sotavento, e desenvolver o turismo em Odemira, Aljezur, Vila Real e Mértola». E mais à frente acrescentou que «o lema da Ditadura é unicamente fazer o povo feliz», terminando com um brinde «ao povo trabalhador do Algarve e ergueu vivas à Pátria e à República». A encerrar os discursos Carmona «disse que a situação vai ocupar-se das necessidades dos operários que devem ter mais sol e felicidade»⁸⁴.

Pelas intervenções o Presidente da República foi confrontado pela primeira vez em Portimão com o problema da crise social e económica que tinha desabado sobre o Algarve e, em particular, sobre as classes trabalhadoras. E, pelos vistos, a receção popular ao presidente até nem teria sido elevada, não obstante a imprensa laudatória referir o contrário. Por outro lado, o turismo de praia no Algarve ainda vinha longe e nem tão pouco a Praia da Rocha foi mencionada como um destino natural dessa atividade económica. Os representantes da Ditadura, para além da condecoração de alguns operários, já avançados na idade, viam-se na necessidade de falar no povo e nas classes trabalhadoras, que eram ordeiras e que o regime teria em consideração as suas necessidades para assim terem direito ao «sol e à felicidade». A Ditadura Militar, quase a passar o testemunho a Salazar e ao seu “Estado Novo”, procurava assim legitimar-se com festas e banquetes, promessas, algum investimento público e condecorações a operários, em suma para “fazer o povo feliz”. O cuidado ao pormenor e as rigorosas medidas de segurança também foram uma característica da visita presidencial com receio de algum incidente por parte da organização operária ou de outros setores oposicionistas, o que mancharia uma visita que se pretendia segura e histórica. Portimão também era conhecido por possuir aguerridos sindicatos trabalhistas.

⁸⁴ *Ibidem*.

Lagos foi o quarto e último dia da visita presidencial em que a principal aspiração local era a construção de um porto. Na sessão de abertura que teve lugar na Câmara Municipal o presidente da Câmara, Francisco Moreira Pacheco, apresentou a Carmona os operários Vítor da Costa e Silva e José da Costa que iam ser condecorados. «Em nome dos operários de Lagos» discursou o tipógrafo Francisco da Conceição Paula. Na sua intervenção aludiu à crise que atingia as classes operárias, assim como a «algum descontentamento pela ordem social». Vejamos algumas passagens do seu discurso:

«Os trabalhadores de Lagos, num momento em que tantos dos seus camaradas só pensam em revoltar-se contra uma ordem social que tão pouco os tem acarinhado, e que não consegue garantir-lhes o trabalho de que carecem, vêm apelar para o espírito justiceiro de V. Exas. para lhes pedirem se dignem interessar-se pela construção do porto de Lagos, velha aspiração de todo o povo desta terra (...) obras que numa dezena de anos, trariam a maior prosperidade a todo o barlavento algarvio»⁸⁵.

Até o trabalhador que falava «em nome dos operários de Lagos» não se coibiu perante Carmona de falar na grave crise social que grassava na localidade, admitindo situações de revolta e descontentamento no seio do operariado devido à falta de trabalho e que a Ditadura ainda nada teria feito para debelar essa crise. Daí a necessidade da construção de um porto de abrigo, orçada na época em cerca de 18 000 contos e que era uma velha aspiração da cidade e das gentes do Barlavento desde os tempos da I República. Lagos também possuía várias fábricas de conservas de peixe e alguma organização sindical na altura.

A seguir o chefe de Estado condecorou os dois operários apresentados, José da Costa, natural de Aljezur, 66 anos, agricultor de profissão (podador), com a Ordem de Mérito Industrial, e Vítor da Costa e Silva, 80 anos de idade, serralheiro, presidente da comissão concelhia da União Nacional, velho republicano e que tinha servido o Município de Lagos cerca de 36 anos, ocupando os cargos de vereador e presidente da Câmara, com a Ordem

⁸⁵ Cf. *O Século*, de 19 de fevereiro de 1932, p. 2. V. Aurélio Nuno Cabrita, «Porto em Lagos foi tema da visita do Presidente Carmona em 1932 (X)», in <https://sulinformacao.pt/2013/06/porto-em-lagos-foi-tema-da-visita-do-presidente-carmona-em-1932-x/>, de 23 de junho de 2013.

de Cristo⁸⁶. Esta condecoração mostra as dificuldades que o regime se deparava para ter presentes efetivos representantes dos operários.

Depois da comitiva presidencial ter visitado Sagres e o Cabo de S. Vicente embarcou na estação de Lagos, pelas 14h15, em direção a Lisboa, chegando ao Barreiro pelas 19h20. Curiosamente, Óscar Carmona nunca visitou Silves como se referiu, apesar de constar nos programas provisórios. Durante a viagem de regresso apenas desceu à plataforma das estações de Messines-Alte e de Odemira, a pedido dos respetivos presidentes de Câmara⁸⁷, onde foi ovacionado pelas populações arregimentadas pelo regime.

A exclusão inusitada de Silves do périplo presidencial revela as incertezas por parte das autoridades em relação ao comportamento de uma população em grande parte operária e bem conhecida como oposicionista à Ditadura. Silves, o principal centro operário do Algarve onde existiam inúmeras fábricas de cortiça possuía uma forte organização sindical dominada pelos anarcossindicalistas e comunistas nos inícios dos anos 30 do século passado. O regime prevenia assim qualquer incidente que colocasse em causa uma viagem que se pretendia exitosa. As condecorações de velhos e simples operários, «encanecidos nas duras labutas da vida, todos exemplares e honrados cidadãos (...) terá contribuído também para o sucesso da visita, e de uma nova ordem social, que se queria humilde, obediente e exemplar»⁸⁸, segundo a imprensa da época.

Com a visita presidencial à província mais a sul do país fora consumada a apologia do regime ditatorial e propagandeada aos quatro ventos a nível nacional através de jornalistas venais e apologéticos. Não obstante, nas palavras do próprio Ramalho Ortigão, dirigente distrital da União Nacional, em que «o Algarve estava doente, o seu comércio empobrecido, a sua indústria arruinada e a sua agricultura vegetando» com o povo algarvio sem trabalho, com fome e a viver na miséria.

Os meios operários algarvios nada ganharam com a visita à região do máximo dirigente da Ditadura. A crise de trabalho, a miséria, a fome, assim como a agitação social e uma tendência para a radicalização das lutas vão ser uma constante durante os anos de 1932 e 1933, como temos vindo a analisar. Oliveira Salazar já como presidente do

⁸⁶ Cf. Aurélio Nuno Cabrita, «Porto de Lagos foi tema da visita...», cit.

⁸⁷ Idem, «Chega ao fim a visita do presidente da República Óscar Carmona ao Algarve em 1932 (XI)», in <https://www.sulinformacao.pt/2013/08/chega-ao-fim-a-visita-do-presidente-da-republica-oscar-carmona-ao-algarve-em-1932-xi/>, de 25 de agosto de 2013.

⁸⁸ Cf. *Correio do Sul*, de 19 de fevereiro de 1932, p. 3. V. Aurélio Nuno Cabrita, «Chega ao fim a visita do presidente da República...», cit.

Conselho e escudado no novo texto constitucional do “Estado Novo” irá promulgar novas leis em setembro de 1933 com vista a proibir o sindicalismo livre. Este irá responder a esta proibição através de ações radicais e revolucionárias.

3. O ETN e a preparação da “Greve Geral Revolucionária”

No dia 23 de setembro de 1933 foram publicados os decretos corporativos visando o aniquilamento do sindicalismo operário livre, o que faz com que este procure a unidade entre as suas diferentes tendências para assim melhor organizar a resistência à ofensiva governamental. Os decretos visados eram, particularmente, os referentes ao Estatuto do Trabalho Nacional⁸⁹ e ao dos “Sindicatos Nacionais”, que proibiam a greve e a luta de classes e que os trabalhadores da indústria e comércio tinham de se organizar nestes sindicatos salazaristas, estabelecendo o prazo de 31 de dezembro para as associações e sindicatos livres se adaptarem à nova situação. Como se disse noutra parte deste trabalho, a nível nacional apenas 38 associações resolverem realizar assembleias de associados, em que 23 aceitaram a nova ordem corporativa, 15 recusaram e houve um empate na assembleia dos Ajudantes de Farmácia.

Curiosamente, ainda antes de meados do ano de 1933 e não vislumbrando o “terramoto anti-sindical” que aí vinha, os organismos sindicais solicitavam ao regime que aligeirasse as medidas repressivas em vigor, como seja a reabertura destas estruturas e delegações encerradas, como aconteceu com o Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, com sede no Barreiro e que pediu a reaberturas das suas delegações em Lisboa, Évora, Beja e Faro, «uma medida que cairá bem entre os ferroviários destas linhas e pela qual ficaremos muito gratos a V. Ex.^a»⁹⁰.

A esmagadora maioria das associações e sindicatos operários e que não chegaram a fazer assembleias, afetos aos anarcossindicalistas, comunistas, socialistas e até sindicatos

⁸⁹ O Estatuto do Trabalho Nacional inspirava-se na *Carta del Lavoro* de Mussolini, que procurava fascizar as associações de classe, retirando-lhes o caráter de defensoras dos interesses das classes que representavam, ao mesmo tempo que procurava torná-las meros acessórios burocráticos do Estado, de forma a proporcionar um controlo policial dos trabalhadores sindicalizados. O ETN é proposto por Marcelo Caetano e são criados os “Sindicatos Nacionais”, os grêmios e as corporações (cf. Joaquim Palminha Silva, *Dicionário do Movimento Socialista Português*, Lisboa, Fundação José Fontana, s. d., p. 188).

⁹⁰ Cf. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 463, Pt. 17/12, Ofício n.º 29 do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, do Barreiro, dirigido ao Ministro do Interior, de 6 de maio de 1933, doc. 2.

autónomos, rejeitaram o sindicalismo corporativo e vão constituir um “Comité de Unidade” ou “Comité de Frente Única”⁹¹, embora tivessem visões diferentes sobre o caminho a prosseguir para melhor responder às imposições de Salazar. A unidade na ação não vai ser nada fácil, pois enquanto os libertários da CGT pugnavam por uma greve geral revolucionária contra o “Estado Novo”, Bento Gonçalves e a linha oficial do Partido Comunista defendiam grandes manifestações populares contra o ETN, o que parecia ser a posição mais correta. Por sua vez, uma parte significativa do PCP e da CIS, afeta a José de Sousa, passou a fazer coro com a CGT apelando para «uma greve geral revolucionária sem que existissem condições para que tal movimento se verificasse (...)»⁹². Quanto à FAO socialista, apesar do reformismo do PSP e da posição colaborante que vinha mantendo com o regime⁹³, acabou por enveredar pela luta unitária contra a legislação corporativa anti-sindical, através das associações que ainda controlava.

Com efeito, um pouco antes da publicação dos decretos corporativos as várias organizações operárias acabaram por se entender e constituíram um comité coordenador intitulado «Comité de Unidade de Frente Única Antifascista», dele fazendo parte José de Sousa pela CIS, Mário Castelhana pela CGT, José Machado pela FAO e Silvino Ferreira pelos Sindicatos Autónomos⁹⁴. No dia da publicação dos decretos, em 23 de setembro de 1933, sai a público um manifesto elaborado pela CIS e assinado conjuntamente pelas quatro estruturas (CIS, CGT, FAO de Lisboa e COSA - Comité das Organizações Sindicais Autónomas), dirigido aos «operários anarquistas, socialistas, comunistas, sindicalistas e sem partido». Depois de caracterizar o «Governo da ditadura militar-fascista» o manifesto apela aos operários para descerem à rua e lutarem pela «greve geral e pela insurreição, para se baterem «como leões» em defesa da liberdade, para se armarem e levantar «barricadas nas ruas e nas praças públicas»⁹⁵.

⁹¹ Cf. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», in *Os Comunistas*, Porto, A Opinião, p. 135.

⁹² Veja-se o texto «Objetivos Políticos e Militares do 18 de janeiro de 1934», editado pelo grupo «O Comunista», em 1970, sob o título «Armas contra a Burguesia», in *Greve Geral 18 de janeiro 1934*, Lisboa, GAPS, 1974, p. 15.

⁹³ Não obstante a participação da FAO, afeta aos socialistas, na “Frente Única” contra o ETN, os principais dirigentes políticos do Partido Socialista Português, com destaque para Ramada Curto, continuavam a ser tolerados pelo regime considerando a conduta de colaboração que vinham mantendo com o mesmo. Após o 18 de janeiro de 1934 Ramada Curto manteve as funções de Diretor do *República Social*, um «semanário socialista» e onde escreve artigos a conformar-se com a nova legislação corporativa (*República Social*, Porto, 3.ª série, ano XIII, n.º 625, de 31 de março de 1934, p.1).

⁹⁴ *Apud* Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*, cit., pp. 178-179, onde refere o «Auto de declarações de Mário Castelhana de 25-01-34, proc. 1 011-SPS». V. ainda da mesma autora «Sobre a leitura das fontes policiais», in *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXXII, n.º 143-144, 1997, pp. 927-928.

⁹⁵ Veja-se a reprodução dos manifestos em António Ventura, «A oposição ao Estado Novo», in João Medina (dir.de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII: O «Estado

No dia 1 de dezembro a CIS faz sair uma Circular ainda mais radical onde estão presentes os ideais e as concepções anarquistas para a preparação da “greve geral revolucionária” tão do agrado da CGT. Nesta Circular a CIS congratula-se pela formação da «frente única» e indica as medidas a tomar para o êxito da greve: «armamento do povo», «transformar a greve num levantamento geral armado», promover «levantamentos no seio do exército» e entre os «operários e camponeses», ocupação das Câmaras Municipais e de todas as sedes do Governo», «prender as autoridades e todos os grandes proprietários», avançar com a «insurreição» e dava como exemplo «a experiência das manifestações e levantamentos no Algarve nos 3 últimos anos»⁹⁶. José de Sousa e os dirigentes da CIS “cediam” em toda a linha às posições da CGT.

O secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves, mostrava-se assim impotente para orientar os trabalhadores para a via oficial comunista, no que designava por «grandes manifestações de massas contra o ETN», como reconheceu mais tarde:

«No Partido o ambiente geral era de fuga para as ações isoladas. (...). No Comité Regional de Lisboa facilmente se criou a tendência geral para a ação direta. Em quase todos os outros sítios a situação era idêntica. Neste Comité, por exemplo, nós interviemos por mais de uma vez no sentido de desfazer estas tendências e para criar no seu lugar o espírito de organização da luta de massas. Entretanto vimos que esta outra orientação não poderia ser compreendida. Após certa reunião a que assistimos e onde o problema debatido foi aquele precisamente, ouvimos um camarada despedir-se de outro, dizendo: ‘agora vou para o comité de brigadas’. Outro camarada, responsável de Coimbra, com quem debatemos problema idêntico, considerou-nos ‘fora da linha política do partido’, disse-nos por fim: ‘agora vou à procura dum caixote de material’.

Novo» - II Opressão e Resistência, Alfragide, Clube Internacional do Livro, p. 159, em [PCP], *60 anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria 1921/1981*, Lisboa, Edições Avante!, 1982, p. 47, e v. «Avante contra a Fascização dos Sindicatos! Viva a Frente Única Revolucionária da Classe Operária», in L. H. Afonso Manta, (introdução, seleção e notas), *O 18 de janeiro de 1934 – Do movimento de resistência proletária à ofensiva fascista*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975, pp. 145-151.

⁹⁶ L. H. Afonso Manta, *op. cit.*, pp. 171-182.

Tal era a situação que já se respirava um pouco aí por volta de outubro de 1933»⁹⁷.

O que é um facto é que Bento Gonçalves e a maioria da direção comunista se encontravam “refêns” da política de “classe contra classe” adotada pela I. C. no seu VI Congresso, em Moscovo, no ano de 1928 e que preconizava a “frente única operária”. Esta tese já provinha dos seus III e IV Congressos que tiveram lugar em 1921 e 1922⁹⁸, respetivamente, mas em 1928 resvalou para uma orientação ainda mais radical de esquerda. Abramovitch Solomon Lozovsky⁹⁹, secretário-geral da Internacional Sindical Vermelha, também conhecida como Profintern, defensor da política de “classe contra classe” no âmbito da tática de frente única operária acabou por imprimir uma orientação “esquerdista” na ISV e que só foi corrigida no VII Congresso do Komintern, em 1935. Essa orientação esquerdista foi reafirmada no IV Congresso da ISV também realizado em 1928 e em Moscovo. Neste Congresso participaram cinco dirigentes operários e sindicais

⁹⁷ Cf. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», in *Os Comunistas*, cit., p. 137.

A ação direta, de barricada, de conotação do PCP com «grupos bombistas» foi, inclusivamente, confirmada pela PIDE, quando um seu agente ao redigir um relatório para o seu diretor, em 1956, menciona a constituição de dois grupos, detidos após o 18 de janeiro de 1934, um de «BOMBISTAS» e outro de «FRAÇÃO ANARQUISTA», os quais foram julgados pelo Tribunal Especial de Lisboa. Os comunistas eram assim identificados por pertencerem ao grupo de bombistas (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo S. R. 7435, fl. 2. «Relatório», 1956).

⁹⁸ Segundo as concepções de Lenine a frente única operária, aprovada pela IC, consistia em «incorporar na luta contra o capital uma massa operária cada vez maior, sem negar-se a propor reiteradamente travar em comum esta luta aos próprios chefes das Internacionais II e II ½» (cf. A. Sobolev *et al*, *A Internacional Comunista*, 1.º Vol, Lisboa, Edições Avante!, 1976, p. 191).

Na luta contra o capital, que considerava o inimigo comum dos trabalhadores, Lenine defendia ações comuns e negociações com os dirigentes reformistas e social-democratas, tendo em vista a construção da frente única operária. A União Internacional dos Partidos Socialistas (UIPS) também conhecida como II Internacional ½, ou Internacional de Viena, foi fundada nesta cidade em fevereiro de 1921 em rutura com a II Internacional, acusada de se encontrar em falência e abrangia partidos e grupos da Áustria, Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos, em luta contra a III Internacional e a tática de frente única operária. Acabou por se fundir mais tarde com a II Internacional no Congresso de Hamburgo, em maio de 1923 (cf. Vadimir Ilitch Ulianov, *Lenine e a III Internacional*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971, p. 107).

A tática de “classe contra classe” visava a oposição à coligação com os sociais-democratas e outros partidos considerados burgueses e intensificar a luta contra o reformismo. Os comunistas esperavam que assim se reforçaria a consciência de classe do proletariado, acentuaria a sua independência face aos dirigentes considerados burgueses e elevaria a sua combatividade. Era uma luta ideológica e política contra os desvios e oportunistas de direita e as ilusões reformistas. Esta tática revelou-se sectária, partindo do pressuposto que as organizações e partidos reformistas alinhavam totalmente ao lado da “classe burguesa” e não fazia a distinção entre os dirigentes sociais-democratas e socialistas e as suas bases. Isto impossibilitou a ação conjunta entre comunistas e socialistas em muitos aspetos e não contribuía para a colaboração com as camadas trabalhadoras não proletárias, o que dificultava a unidade da classe operária frente aos perigos cada vez mis crescentes do fascismo e da guerra. Esta situação contribuía para uma separação entre os partidos comunistas e as largas camadas trabalhadoras e impedia um maior crescimento da influência comunista no seio do movimento sindical.

⁹⁹ Sobre Abramovitch Losovsky veja-se a sua obra *Os Sindicatos e a Revolução*, s. l., Assírio e Alvim, 1975.

portugueses: Alexandre Vieira, do Sindicato dos Compositores Tipográficos de Lisboa (participa como mero observador visto o seu sindicato se manter equidistante em relação à CGT e aos Partidários da ISV); Bernardo Gonçalves Bandurra, que representava o Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército; Abílio Artur Alves de Lima, operário do Arsenal da Marinha e dirigente do Comité Executivo dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha; Gambeta das Neves, do Sindicato do Pessoal da CP, e Augusto Machado, uma figura muito respeitada nos meios sindicais portugueses, colaborador em vários jornais operários e um destacado dirigente dos Partidários da ISV¹⁰⁰.

José de Sousa, os dirigentes da CIS e a grande maioria dos militantes do PCP, com as suas atitudes e ações, apenas se encontravam a cumprir as diretivas do Komintern e do Profintern, pensando que podia estar a chegar o momento de uma revolução proletária em Portugal. Por outro lado, recorde-se que o secretário-geral da CIS provinha da militância no seio das Juventudes Sindicalistas, afetas aos libertários, o que o marcara profundamente na sua juventude e cujas ideias persistia em continuar. Embora os ventos já soprassem a caminho das decisões do VII Congresso da III Internacional e cujo expoente máximo foi a defesa e constituição das Frentes Populares nas lutas contra o fascismo e o nazismo. As posições de Bento Gonçalves já apontavam para este caminho e procuravam acompanhar uma certa mudança tática que se operou a partir da XII Reunião Plenária da IC, em 1932.

Assim, foi preparada por todas as partes, com destaque para os anarquistas e comunistas, a «greve geral revolucionária» de carácter «insurrecional», marcada para o dia 18 de janeiro de 1934, com o recurso ao fabrico de bombas e a preparação de atentados contra as forças e as estruturas de poder salazaristas. No fundo, acabaram por triunfar as conceções anarcossindicalistas e do secretário-geral da CGT, Mário Castelhana, onde, ilusoriamente, procuravam pôr em prática as ideias de transformação e revolução social libertária no país, através da «sabotage» e da «greve geral insurrecional expropriadora», com base nos ensinamentos do sindicalismo revolucionário de Neno Vasco, Dúfour e Pierre Besnard e expressos na obra do secretário-geral cegetista sobre os organismos de transportes na revolução social¹⁰¹.

¹⁰⁰ Cf. António Ventura, «Em 1928 – Sindicalistas portugueses no país dos Sovietes», in *História*, Lisboa, n.º 33, julho de 1981, pp. 73-81.

¹⁰¹ V. Mário Castelhana, *Os Organismos de Transportes na Revolução Social. (Ação a Realizar pelos Organismos de Transportes em Período Revolucionário Libertário)*, Lisboa, Edições do Pensamento Acrata, 1932.

A perspectiva de uma greve geral revolucionária contra o poder governamental e as instituições repressivas vigentes atuava como uma poderosa força mítica para a organização anarquista. Georges Sorel compara a greve geral «à batalha napoleónica que esmaga definitivamente o adversário». Os sindicatos revolucionários pensam a ação socialista exatamente da mesma forma que os escritores militares na guerra, encerrando todo o socialismo na greve geral. Toda a greve, deverá ser uma imitação, um ensaio, «uma preparação da grande subversão final»¹⁰². Ao adotar a ideia de greve geral, tão cara a Pelloutier e que foi o inspirador da ação direta, Sorel faz dela a peça principal da sua conceção revolucionária. Pelloutier encarava a greve geral como um acontecimento decisivo que permitia a realização efetiva da revolução, representando a última etapa. Para Sorel a greve geral torna-se mais do que uma ideia, um grande mito proletário que pertence ao domínio da afetividade e do instinto das massas populares. Não bastam as ideias e as palavras para provocar um movimento revolucionário. Para se moverem e lançarem na ação as massas precisam do «mito da greve geral», a «grande noite» e que é certamente «o mais mobilizador de todos»¹⁰³.

Para os comunistas, embora considerassem a greve geral importante, ela não era suficiente para transformar a sociedade. Um partido operário, de matriz comunista, deverá dirigir essa transformação social, utilizando a violência, fazendo a revolução. Ao assumir características insurrecionais, tanto a CIS como grande parte dos militantes comunistas por si influenciados achavam que a hora da “revolução socialista” estava a chegar. Só que, na conjuntura em que se encontrava, não havia o mínimo de condições subjetivas e objetivas para se fazer qualquer revolução vitoriosa em Portugal, de cariz libertário ou comunista.

Contrariamente ao que sucedia em Portugal e em diversos países da Europa onde se assiste à ascensão dos movimentos nacionalistas e de extrema-direita, em Cuba e, particularmente na Espanha, eclodiram neste período movimentos revolucionários o que acabaram por contagiar e entusiasmar aqueles que preparavam o movimento grevista no país. No decorrer dos meses de agosto e setembro de 1933 uma grande agitação revolucionária sacudiu Cuba, com revoltas militares e uma onda de greves operárias e de outros setores da população. O ditador Machado foi derrubado e o sargento Fulgêncio

¹⁰² Cf. Georges Sorel, *Reflexões sobre a Violência*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1992, pp. 137-141.

¹⁰³ Cf. Jean Préposiet, *História do Anarquismo*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 487-488.

Batista tomou conta do poder à frente de uma «Junta Revolucionária» apoiado por militares de baixa patente e pelos setores radicalizados da população¹⁰⁴.

Mas foi no país vizinho onde a radicalização do movimento popular assumiu contornos nitidamente insurrecionais de extrema violência culminando, no dia 8 de dezembro, num levantamento anarquista promovido pela CNT e pela FAI, constituindo um «Comité Nacional Revolucionário» e tendo à sua frente Buenaventura Durruti, Isaac Puente, Cipriano Mera e Joaquin Ascaso, assim como representantes da Federação Ibérica das Juventudes Libertárias (FIJL). Esta sublevação teve como causa imediata a vitória da “Confederación Española de las Derechas Autonomas” de José Maria Gil Robles (CEDA) que derrotou os republicanos e socialistas nas eleições de 19 de novembro. O movimento começou em Saragoça e alastrou a Aragão e Rioja, onde foi proclamado o «comunismo libertário». O movimento grevista foi geral em Barcelona, Huesca, Valência, Granada, Córdoba, Sevilha, Badajoz, Gijon e Cádiz. Os anarquistas dinamitaram pontes e centros oficiais e nas localidades por si controladas foi decretada a abolição da propriedade privada, a dissolução do exército e da polícia e a defesa da revolução foi confiada a milícias armadas. Seguiu-se uma repressão violentíssima provocando mais de 100 vítimas mortais e cerca de 6 000 presos, os sindicatos confederais foram encerrados e a sua imprensa proibida¹⁰⁵.

Voltando ao «Comité de Unidade de Frente Única», o mesmo apenas funcionava como «comissão de coordenação», segundo Emídio Santana refere nas suas memórias. Como a desconfiança entre si continuava a ser grande cada organização sindical constituiu os seus próprios comités, incluindo a FAO e os Sindicatos Autónomos. A FAO ligava os Sindicatos dos Fragateiros de Lisboa, a Associação dos Caixeiros e umas pequenas associações de classe do Norte e casas do povo, enquanto o comité dos Autónomos associava o Sindicato dos Jornalistas, Pessoas da Imprensa Nacional, Arsenalistas do Exército, Telefones e Ferroviários da CP. Já a CGT constituiu «comités regionais que foram a organização medular da greve geral» no Porto, Coimbra, Covilhã,

¹⁰⁴ Cf. O artigo «Cuba», in *O Século*, de 12 de setembro de 1933, p. 2, referindo que eclodiu em Cuba uma revolução de «caráter manifestamente comunista, que entrega o governo do país a sargentos e soldados e faz do poder um trapo». Ver também ANTT, Arquivo de *O Século*, Cortes de Censura, Cx. 61, Mç. 84, de 12 de setembro de setembro de 1933, com a notícia «Os agitadores de Havana tentaram assaltar o Ministério do Interior e incendiar a nova Sede do País» (foi cortado o que se encontra sublinhado).

¹⁰⁵ Vide B. Diaz Nosty, *A Comuna das Astúrias. 15 Dias de Poder Proletário*, Lisboa, Edição Liber, 1976, pp. 65-76, *maxime* pp. 73-76; Abel Paz, *O Povo em Armas. Buenaventura Durruti e o Anarquismo Espanhol*, Lisboa, Assírio e Alvim, s. d., pp. 181-186; e Pierre Broué, *A Revolução Espanhola 1931- 1939*, São Paulo, Editora Perspetiva, 1992, p. 47.

Leiria, Setúbal, Barreiro, Cova da Piedade, Silves e Portimão. Por sua vez a CIS, que também constituiu os seus comités, «era o calcanhar de Aquiles, sempre reticente ou divergente, teorizando uma ação de massas, doutrina oficial do partido comunista»¹⁰⁶.

O Algarve também assiste à preparação, em força, do movimento revolucionário do dia 18 de janeiro. Ainda antes da publicação da legislação corporativa a situação encontrava-se muito tensa e radicalizada nos meios operários por toda a região e, muito em particular, em Silves, onde foram despedidos 320 corticeiros¹⁰⁷. A ideia da greve geral revolucionária para derrubar o regime ditatorial já há muito que vinha a ser conjeturada pela CGT e em Silves e Messines vários dirigentes anarcossindicalistas, como Manuel Pessanha, Domingos Passarinho, José dos Reis Sequeira¹⁰⁸, José Correia Pires¹⁰⁹, António Pedro Lebre e Virgílio Pires Barroso¹¹⁰ já se afadigavam na procura de explosivos e armas para a preparação do movimento¹¹¹.

¹⁰⁶ Veja-se Emídio Santana, *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, cit., pp. 212-213.

¹⁰⁷ CF. ANTT, Arquivo «Cortes da Censura a *O Século*», Caixa 61, prova tipográfica da entrevista ao industrial Manuel Guerreiro, em 31 de janeiro de 1934, para a edição de *O Século*, de 4 de fevereiro de 1934.

¹⁰⁸ José dos Reis Sequeira nasceu em Silves, a 28 de junho de 1907 e faleceu em Marinhais da Serra, Samora Correia, a 1 de outubro de 1999. Exerceu a profissão de operário corticeiro em Faro e Silves, aderindo desde cedo aos ideais do anarcossindicalismo. Com 14 anos de idade aderiu às Juventudes Sindicalistas e em 1929 foi 1.º secretário do Sindicato dos Operários Corticeiros de Silves. Foi preso no Barreiro em agosto de 1931 e em 1935 em Faro, pela sua participação na revolta do 18 de janeiro, o que lhe custou 34 meses de prisão no Forte de Peniche e em Angra do Heroísmo para onde fora deportado, só regressando em agosto de 1938. A seguir ao 25 de abril integrou o Centro de Estudos Libertários e colaborou na imprensa anarquista de Almada. Escreveu um livro de memórias publicado pela Regra do Jogo, em 1978, com o título *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro) 1914-1938* (v. António Ventura, *Memórias da Resistência...*, cit., pp. 211-214).

¹⁰⁹ José Correia Pires nasceu em S. Bartolomeu de Messines, a 3 de abril de 1907 e faleceu em Almada, a 28 de novembro de 1976. Foi operário carpinteiro, aderindo às ideias do anarquismo, onde teve um papel ativo na preparação do 18 de janeiro. Com a derrota do movimento fugiu para Espanha, estando na origem da formação da Federação Anarquista dos Portugueses Exilados (FAPE), ligada à FARP. Depois do regresso ao nosso país acabou por ser preso em novembro de 1936 e em junho de 1937 foi parar ao Tarrafal, regressando só em 1945. A seguir foi viver para Almada dedicando-se à atividade associativa, como na Incrível Almadense e na Cooperativa Piedense. Com o 25 de abril passou a integrar o Grupo de Cultura e Ação Libertária de Almada, colaborou no jornal *Voz Anarquista* e deixou-nos o livro *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal* (cf. «Correia Pires», in *A Ideia*, n.º 7, verão de 1977, p. 36, e António Ventura, *Memórias da Resistência...*, cit., pp. 94-95).

¹¹⁰ Virgílio Pires Barroso nasceu em Silves, a 10 de janeiro de 1902. Foi um dos principais e últimos dirigentes anarcossindicalistas da Associação dos Corticeiros de Silves e dirigente da revolta do 18 de janeiro nesta cidade. Mantinha contactos com o Barreiro e esteve a seu cargo a preparação da revolta no concelho. Como era procurado pela polícia fugiu com José Correia Pires, mas acabou por voltar e participar nos acontecimentos. Depois do malogro do movimento insurrecional voltou a fugir com Manuel Simão Júnior, acabando ambos por serem capturados no dia 2 de março de 1934. Foi julgado e condenado pelo Tribunal Militar Especial a 12 anos de degredo e a 23 de setembro de 1934 seguiu para a prisão de Angra do Heroísmo, tendo regressado em 9 de julho de 1943 e transferido para a prisão de Peniche. A 22 de março de 1948 foi-lhe concedida a liberdade condicional e acabou por ir viver para a casa do seu irmão José Pires Barroso, no Barreiro. Com a saúde muito debilitada, nunca mais voltou a trabalhar e nem a ter atividade política até à sua morte (V. Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve...*, cit., p. 104).

¹¹¹ V. José Correia Pires, *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*, cit., pp. 68-70.

Mário Castelhana, secretário-geral da CGT (usava o pseudónimo de “Mário Santos”¹¹²) e Manuel António Boto¹¹³, este natural de Silves e a viver desde longa data na Margem Sul do Tejo, faziam as ligações do Barreiro ao comité anarquista de Silves e acabaram por se deslocar ao Algarve para a criação de comités revolucionários¹¹⁴. Mário Castelhana ia buscar as bombas ao arsenal de Manuel Augusto da Costa na Cova da Piedade e posteriormente em Fernão Ferro e, a seguir, fazia-as chegar, cerca de 30 bombas, a Virgílio Pires Barrosos através de Joaquim Montes¹¹⁵. Manuel Pessanha também acabou por trazer diversas armas para Silves. Também a pequena localidade de

¹¹² Cf. ANTT, PIDE/DGS, Proc. 1106/SPS, Manuel António Boto, fl. 17, «Auto de declarações de José Gonçalves Elias Júnior», de 7 de abril de 1934.

¹¹³ Manuel António Boto nasceu em Silves a 27 de abril de 1907 e em 1918 foi viver para Alhos Vedros onde o seu pai era encarregado numa fábrica de cortiça. Com a profissão de ferroviário passou a ser aderente das ideias anarcossindicalistas, tendo desempenhado um papel proeminente na preparação do 18 de janeiro, em particular no Barreiro e nas ligações ao sul do país. Depois do fracasso do movimento foi preso pela PVDE e julgado pelo TME em 12 de maio de 1934, tendo sido absolvido. A 7 de junho de 1936 fugiu para Espanha clandestinamente onde se alistou no V Regimento e combateu pela República Espanhola durante a guerra civil de Espanha, além de ter colaborado com o Serviço de Informação Militar republicano. Foi membro da FAI e da CNT e secretário do Núcleo Cultural Português em Madrid, acabando por se passar para o Partido Comunista, segundo diz César de Oliveira. Ao dinamitar uma ponte perto de Teruel, por trás das linhas inimigas, perto da serra de Albarracín, esta sua ação foi celebrizada por Hemingway na obra *Por Quem os Sinos Dobram*. (Diz César de Oliveira que Manuel Boto contou essa ação militar «ao Hemingway, no bar do Hotel Floridita em Madrid, e passados uns anos abriu a boca de espanto quando leu o livro do Hemingway e disse: ‘Mas esta história fui eu que lha contei!’ É o que ele relata nas suas memórias)). Com o fim da guerra os falangistas extraditaram-no para Portugal onde foi preso a 1 de outubro de 1940 e acabou por ir parar ao Campo do Tarrafal, de onde regressou em 16 de novembro de 1945. Posteriormente emigrou para o Brasil onde escreveu as suas memórias em 1966. Depois do 25 de abril regressou a Portugal (v. António César de Oliveira, «Os Anarquistas na Península Ibérica», *Atas das IV Jornadas de Silves*, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, em 17, 18 e 19 de outubro de 1977, p. 157).

Sobre António Boto veja-se ainda António Moreira, «Dossier Manuel António Boto – Um Português na Guerra Civil de Espanha», in *Boletim de Estudos Operários*, Lisboa, n.º 7, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, maio de 1985, pp. 11-12.

¹¹⁴ Cf. ANTT, PIDE/DGS, Proc. 1106/SPS, Cx. 4306, «Autos de declarações» de José Gonçalves Elias Júnior, António Alves Afonso e Manuel Miguel Romão, fls. 13-21, de 4, 5 e 7 de abril de 1934, respetivamente. Estes três elementos são acusados pela polícia de terem tido reuniões e sido aliciados por Mário Castelhana (delegado da CGT) e Manuel Boto (delegado do sindicato ferroviário) para a formação de um «comité local revolucionário anarquista», em Tunes, e um outro na Funcheira, para a preparação do movimento revolucionário. José Gonçalves Elias Júnior é referido mesmo como chefe do comité de Tunes, que recebeu da parte dos dois delegados «ordens e instruções e um plano de atos de sabotagem na via férrea para impedir a circulação dos comboios» e que pediu ao «fator Romão do comité da Funcheira», para lhe ir transmitindo as notícias e ordens para Tunes no dia da eclosão do movimento; por sua vez, António Alves Afonso é apresentado como um velho anarquista, membro do comité de Tunes (anteriormente expulso dos C. F. por ter participado no movimento revolucionário de 1928), e como «agente de ligação entre este comité e os de Silves e de Portimão», tendo conferenciado com Virgílio Pires Barroso e José Negrão Buisel, «chefes daqueles comités»; já Manuel Miguel Romão surge no relatório como chefe do comité revolucionário anarquista da Funcheira e que, encontrando-se a desempenhar as funções de chefe da estação desta localidade e que se terá responsabilizado perante o Castelhana e o Boto, no dia da eclosão do movimento, a «não dar partida aos comboios, impedindo assim a circulação dos mesmos» e que se encontrava em ligação com o comité de Tunes (Proc. 1106/SPS, cit., Relatório do comandante da Polícia de Faro à PVDE, Lisboa, fls. 5, 6 e 7, em 17 de março de 1934).

¹¹⁵ V. ANTT, PIDE/DGS, Proc. 1011/SPS, «Auto de declarações de Mário Castelhana», de 31 de janeiro de 1934.

S. Bartolomeu de Messines tinha vários sindicalistas e outros revolucionários organizados, onde se destacavam José Correia Pires, José da Silva, Joaquim Inácio, Serafim Serrinhas, António Matias, Serafim Pacheco, Pedro Reis, Alberto Montes e Ramiro da Silva. Messines, considerada um ponto-chave na linha “Sul e Sueste” e mantendo uma boa relação com os ferroviários e as suas organizações foi crucial para a preparação do movimento dispondo de vários núcleos de resistência organizados e armados¹¹⁶.

Uns dias antes da eclosão do movimento Messines foi palco de um acontecimento que, por pouco, podia ter posto em causa os preparativos finais e mesmo ter abortado a ação no concelho de Silves. No dia 7 de janeiro de 1934 verificou-se um assalto a uma casa do Cerro Grande, onde iria ter lugar um casamento. À procura do roubo, que envolveu vários populares, foi encontrado num valado uns alcatruzes de nora envoltos em aparas e cheios de explosivos que, por pouco, teriam rebentado. Entregue o material à GNR local, não tardou que Messines fosse ocupada pelas forças militares e policiais, onde se generalizou o pânico geral e foram efetuadas numerosas prisões. Correia Pires que teve a sua casa assaltada e os irmãos presos, fugiu a tempo com Virgílio Barroso, enquanto António Pedro Lebre e os seus dois filhos foram presos¹¹⁷. Ao apreenderem as bombas encontradas e entregues à GNR teriam sido presos «chefes comunistas que deram entrada na cadeia». Na mesma altura, em Olhão, também foram apreendidas pela polícia invólucros de bombas e presos indivíduos que as faziam¹¹⁸.

Apesar do controlo cada vez mais apertado sobre os operários e sindicalistas por parte das autoridades, os preparativos para o movimento revolucionário grevista continuaram envolvendo diversos corticeiros sindicalistas, como Domingos Passarinho, Manuel Pessanha, Francisco Nicolau, Casimiro da Silva, Daniel Pincho, António das Neves Batista, Francisco Álvares Marques, António do Rosário, Carlos Ribeiro Maria, José do

¹¹⁶ Cf. BN, Arquivo Histórico e Social, N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, fls. 15 e 16.

¹¹⁷ BN, Arquivo Histórico Social, N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, fl. 16.

¹¹⁸ Cf. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 468, Pt 513, Ofício n.º 2 do Comando Geral da GNR ao Ministro do Interior, fl. 4, de 9 de janeiro de 1934.

Enquanto em Messines as bombas apreendidas foram 6, em Olhão foram apreendidos numa oficina 600 quilos de material para o fabrico de bombas (cf. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete MI, Maço 460, N.º Pt ½, NT 332, Direção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, «Comissão de Censura de Lisboa-Zona Sul», *Boletim n.º 94*, Cortes registados na semana de 8 a 14 de janeiro de 1934, p.1). Numa outra notícia de *O Século* a notícia é mais precisa, referindo que na oficina «foram apreendidas 210 ‘buchas’ para bombas e algumas ‘laranjinhas’», com um peso superior a 600 quilos e presos o proprietário da oficina e mais dois operários (cf. ANTT, Arquivo de *O Século*, «Cortes de Censura», Cx. 61, Mç. 84, de 7 de janeiro de 1934).

Carmo, Pedro Batista, Francisco Marques Guerreiro e José Passarinho¹¹⁹. Numa dessas ações ficou planeado o isolamento de Silves através do corte dos fios telefónicos e a ocupação da sede da Associação de Classe dos Corticeiros, que se encontrava encerrada, e o assalto ao quartel da GNR da localidade¹²⁰.

Perante a eminência de dissolução dos sindicatos livres por parte do governo de Salazar¹²¹ e nas vésperas de uma ação revolucionária, a Assembleia Geral da Associação de Classe dos Corticeiros procura antecipar-se e no dia 30 de dezembro de 1933 decide dissolver a Associação transferindo todo o seu património, que incluía o edifício, biblioteca e mobiliário, para a Cooperativa “A Compensadora”, por si criada em 1921¹²², e enviar os seus fundos para a Federação Corticeira, com sede em Almada. A decisão de dissolver a Associação foi feita com bastante amargura e consternação pelos seus associados, como reconhece a própria imprensa oficial, onde foi «aquela resolução tomada no meio da maior comoção em face dos sacrifícios que aquele organismo tem custado à classe»¹²³, excerto que foi cortado pela censura.

Várias associações de classe e sindicatos que não aceitaram a legislação corporativa acabaram por fazer o mesmo por todo o país, procurando, desta forma, salvaguardar os

¹¹⁹ ANTT, PIDE/DGS, Processo Coletivo, Proc. 1055-E/SPS, Manuel Pessanha e outros.

¹²⁰ Cf. Fernando Fitas, «Em Silves também houve 18 de janeiro», in *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de fevereiro de 1977.

¹²¹ Antes da dissolução das associações e sindicatos livres Salazar mandou encerrar diversos órgãos desses sindicatos como forma de endurecimento da censura e de dificultar a ação sindicalista. Em novembro e dezembro de 1933, foram suspensos importantes jornais tais como *O Ferroviário*, *Alimentação*, *O Trabalhador da Alimentação* e *O Reduto*, de influência comunista (cf. ANTT, Ministro do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 460, Pt. 7/17, Ofício n.º 1699 do Chefe do Gabinete do M. I. dirigido ao Diretor Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, de 24 de novembro de 1933, e *Ibidem*, Pt. 7/22, Ofício n.º 1870, do Chefe de Gabinete do M. I. dirigido ao Diretor Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, de 26 de dezembro de 1933).

¹²² Cf. «O Sindicato dos Corticeiros», in *Voz do Sul*, n.º 791, de 6 de janeiro de 1934, p. 1. A Comissão Liquidatária foi constituída por Domingos Passarinho, Daniel Pincho, Joaquim Rodrigues e Francisco Álvaro Marques (v. João José Ferreira, «A cidade de Silves e a relação com o campo. Condicionalismos e perspetivas», in *I Jornadas de Silves*, Atas, Ed. AEDPHCS, 1993, p. 130). V. igualmente João Madeira, «A greve geral de 1934 no Algarve», in Maria da Graça Marques (coord. de), *O Algarve da Antiguidade aos nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 527.

Em fins de novembro de 1910, já depois da proclamação da República, numa reunião sindical da Associação surgem algumas intervenções que defendem a necessidade de serem criadas cooperativas de solidariedade, mas também de produção, como forma de enfrentar a situação e crise que continuava a grassar entre os corticeiros. Em 1911 foi criada a Cooperativa de Produção Social Silvense e em 1921 a Cooperativa Operária A Compensadora (cf. João Madeira, «Os Corticeiros de Silves e o Movimento Social», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês...*, cit., p. 131).

Sobre o movimento associativo no seio do operariado silvense veja-se Paula Cristina dos Santos Sousa, *O Associativismo Operário em Silves durante a I República*, Lisboa, [trabalho não publicado, Mestrado em História Contemporânea], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

¹²³ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete MI, Maço 460, N.º Pt ½, NT 332, Direção Geral de Serviços de Censura à Imprensa, Comissão e Censura de Lisboa – Zona Sul, Boletim n.º 93, Cortes registados na semana de 1 a 7 de janeiro de 1934, [*Diário Liberal*], p.1.

seus bens. Esta situação acaba por levar a uma reação por parte do governo, através de uma circular confidencial enviada pelo ministro do Interior a todos os governadores civis:

«Tem chegado ao meu conhecimento que várias associações operárias, não querendo adaptar os seus estatutos à nova legislação do Estado Corporativo, procuram no entanto, manter as suas atuais organizações, servindo-se para isso, com habilidade, do recurso da transformação em sociedade de recreio, cujos alvarás são passados pelos Governadores Civis. (...).

Nestes termos tenho a honra de chamar a atenção de V. Ex.^a para que de futuro haja a maior cautela na concessão de alvarás para sociedades recreativas, desportivas ou quaisquer outras que sirvam para iludir a lei. Estes alvarás só deverão ser passados quando não haja quaisquer dúvidas sobre a intenção dos requerentes, o que em caso algum deverá consentir-se que tais organizações possam aparecer ligadas, nos seus títulos, a qualquer profissão: o campo da fantasia é demasiado vasto para dentro dele se poderem arranjar títulos adequados às coletividades em vista.

Parece-me, pois conveniente, assentar em três pontos fundamentais nesta matéria, como diretrizes a seguir:

1.º) Averiguar rigorosamente quais as intenções dos fundadores das agremiações em vista;

2.º) Não consentir que os títulos dessas agremiações possam estabelecer confusão com organizações profissionais nem permitir que as mesmas agremiações sejam exclusivas de quaisquer classes;

Em caso de dúvidas, consultar o Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social»¹²⁴.

¹²⁴ ANTT, M. I., Gabinete do Ministro, Mç. 462, Pt. 8/2, Circular Confidencial 1645 – urgentíssimo do Gabinete do Ministro a todos os Governadores Civis, Lisboa, de 13 de novembro de 1933. Esta circular foi motivada a propósito de ter chegado ao conhecimento do governo de que um núcleo dos empregados bancários de Lisboa não ter querido ingressar no Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, em organização, e que já tinha obtido o alvará de aprovação de um Grémio de Empregados Bancários, «o qual não pretende ser mais do que a máscara legal, como associação recreativa, numa organização de classe absolutamente ilegal» (*ibidem*).

Era uma norma que não deixava margem para dúvidas. Daí o facto da associação corticeira de Silves ter transferido todos os seus bens para a Cooperativa “A Compensadora”, o que revela uma tática inteligente por parte dos dirigentes sindicalistas, embora tomada com grande comoção e tristeza. Mas o momento requeria decisões fortes e arriscadas perante a imposição totalitária do “Estado Novo”. Todavia, após a derrota do movimento revolucionário de 18 de janeiro e a repressão que se seguiu, o processo de institucionalização do “Estado Novo”, a feição dos novos ventos que sopravam na Europa no período entre-guerras, e a situação de crise que continuava a afetar de modo endémico o setor corticeiro, acabaram por abrir clivagens nesta comunidade, principalmente entre os seus elementos militantes que caminhavam na direção de uma desagregação irreversível¹²⁵.

Será o Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Faro que se imporá a seguir, mas no quadro da colaboração de classes, do corporativismo. O PCP acabará por ocupar o lugar dos anarcossindicalistas tendo sido eleita uma direção em 1945, presidida por José Vitoriano e que em 1948 se desfez com a prisão pela PIDE deste dirigente e de outros militantes comunistas. «Mas a bandeira da velha associação corticeira – ‘Pão, Luz e Liberdade’ pertencerá ao passado, um passado respeitável, digno, esforçado, que importa sistematizar e aprofundar, numa perspetiva necessariamente crítica e distanciada, também para devolver à comunidade de Silves, parcela que é da sua memória, do seu património, da sua identidade»¹²⁶.

Em novembro e dezembro de 1933 Mário Castelhana deslocara-se ao Algarve e participara em diversas reuniões, incluindo na Praia da Rocha e em Castro Marim. Foram constituídos Comités Revolucionários em Silves, Lagos, Portimão, Messines, Tunes,

¹²⁵ Nas décadas de 40 e seguintes deixou de haver movimento anarquista organizado no Algarve, incluindo Silves. Verificaram-se vários desentendimentos e clivagens no seio do movimento libertário, incluindo na tática e estratégia a adotar na conjuntura do país, conforme nos diz João Freire (v. João Freire, «Os anarquistas portugueses na conjuntura do pós-guerra», in *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, pp. 20-23).

¹²⁶ Cf. João Madeira, «Silves, os Corticeiros e a sua Associação e Classe – ‘Pão, Luz e Liberdade’», in *IV Jornadas de Silves – Atas*, Ed. AEDPHCCS, Silves, de 17, 18 e 19 e outubro de 1997, p. 190.

Sobre o dirigente comunista José Vitoriano veja-se Maria João Raminhos Duarte, *José Rodrigues Vitoriano - O “Operário Construído”*, Edição da Junta de Freguesia de Silves, 2006, 38 pp. Antes de ser preso em 1948 pela brigada da PIDE, do Inspetor Gouveia, José Vitoriano foi em 1945 eleito Presidente do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros, integrou o Comité Provincial do Algarve do PCP, tornou-se membro do Comité Nacional Corticeiro, que coordenava as lutas dos corticeiros no país, e da Comissão Nacional Sindical que coordenava o trabalho sindical a nível nacional. No Algarve, controlava também na clandestinidade uma Comissão de líderes sindicais das cortiças e das conservas e uma Comissão sindical de operários, de carácter provincial. Em 1946 foi delegado ao IV Congresso do PCP (II Ilegal) que se realizou clandestinamente na Lousã.

Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Em Portimão, a constituição do comité partira de uma reunião que teve lugar na oficina do sapateiro José Mendes do Carmo, com a presença do anarquista José Negrão Buízel e de outros libertários, como José Mateus da Graça e Luís António¹²⁷. Já antes o sindicalista José dos Reis Sequeira tinha percorrido o país, incluindo o Algarve, juntamente com Adriano Pimenta, como delegados da Federação Corticeira para visitar vários sindicatos para a preparação da greve, começando pelo sul, depois o norte e o centro. Participaram assim em reuniões sindicais em Silves, Portimão, Faro, Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Évora e Vendas Novas¹²⁸.

Os comunistas também se afadigavam na preparação do movimento no Algarve. Com a reorganização de 1929 constituiu-se um Comité Regional do PCP e a FJCP passou a estar organizada em Portimão, Silves, Faro, Tavira e Vila Real de Santo António¹²⁹, conseguindo, paulatinamente, agregar em seu torno as velhas “Juventudes Sindicalistas e as “Juventudes Socialistas”¹³⁰. Em Silves, além da influência veiculada pelos jornais *O Proletário* e *O Reduto*, quem também contribuiu para a difusão das ideias comunistas no seio do movimento operário foi a implantação do Socorro Vermelho Internacional e a influente Associação dos Empregados no Comércio em Silves, que divulgava as suas ideias pelo núcleo local das Juventudes Comunistas e editava, desde 1925, o jornal *O Povo de Silves* que tinha vários colaboradores¹³¹.

Nos inícios dos anos 30, quando os contactos entre as organizações regionais e locais com a direção partidária se faziam por carta, deslocam-se ao Algarve delegados do PCP e da FJCP para tratarem dos assuntos organizativos. Um dos dirigentes que fez essa deslocação foi Francisco Paula de Oliveira¹³², do secretariado da FJCP e do CC do PCP

¹²⁷ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 1693/SPS, NT 4320, José Mateus da Graça, Auto de Declarações, fls. 109 e 124. Nesta reunião clandestina de Portimão Luís António é apresentado pela PIDE como fazendo parte da «organização revolucionária de Portimão (fração anarquista)».

¹²⁸ José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando...*, cit., pp. 218-224.

¹²⁹ Em agosto de 1931 o Secretariado do PCP recebeu uma carta do CR do Algarve a dar conta da organização do partido e da FJCP no Algarve (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 225/SPS, *Bernard Freund*, fls. 156-165, Ata da Reunião de 4 de agosto de 1931, Atas do Secretariado do PCP, de 7 de agosto e 19 de outubro de 1931 e do Secretariado da FJCP de 15 de janeiro e 13 de dezembro de 1931, e de 10 de janeiro de 1932).

¹³⁰ Cf. Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal 1820-1975*, 2.º Vol., cit., p.

¹³¹ V. Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve...*, op. cit., pp. 112-113. No início dos anos 30 a Associação tinha como presidente José Gonçalves Vítor, como secretário Mateus da Silva Gregório e como tesoureiro Estanislau do Carmo Ramos. Todos foram presos com a derrota da greve de 18 de janeiro, até porque todos faziam parte da FJCP local (*ibidem*).

¹³² Francisco Paula de Oliveira nasceu em 1908 e faleceu em 1993 no México. Usou o pseudónimo de Pável e pertenceu aos secretariados da FJCP e do PCP, dirigindo o partido com Bento Gonçalves e José de Sousa após a reorganização de 1929. Foi detido pela polícia em 1932 e evadiu-se do Sanatório da Ajuda.

desde 1932 e que teria estado, pelo menos, em Portimão¹³³ e Vila Real de Santo António¹³⁴. Quem também passou pelo Algarve em 1933 foi Pedro Baptista da Rocha, um outro dirigente da FJCP e que, depois de visitar Portimão e Faro, foi obrigado a interromper a sua digressão pela região visto a polícia ter prendido toda a Comissão Central das Juventudes quando se encontrava reunida na capital em 16 de julho, sendo ele o único a escapar¹³⁵. A repressão que se seguiu acabou por debilitar, em parte, a organização comunista no Algarve que rapidamente se recompõe. A preparação do 18 de janeiro pelos comunistas intensificou-se nos finais de 1933 com o apelo da CIS, no dia 1 de dezembro e com base na constituição da «frente única», à «insurreição» e a um «levantamento geral armado» dos operários e camponeses contra o ETN e o fascismo, conforme dissemos atrás.

No Algarve os comunistas também constituíram os seus comités revolucionários em Silves, Vila Real de Santo António, Tavira, Portimão, Tunes e Castro Marim¹³⁶, tal como os anarcossindicalistas tinham os seus próprios comités. Uns anos mais tarde, um agente da PVDE indica no seu “relatório” a existência do «movimento revolucionário de 1934» e a composição dos diversos comités, mencionando grande parte dos seus elementos como comunistas, embora indique outros como anarcossindicalistas. Muito provavelmente estes últimos seriam elementos de ligação com os seus comités, seriam elementos dos comités anarquistas, ou simplesmente a polícia desconhecia as suas ideologias políticas e sindicais de forma rigorosa. Outros surgem como comunistas

Com a prisão de Bernard Freund foi o seu continuador e entre 1937 e 1938 procurou implementar no partido a política da Frente Popular adotada por Dimitrov no VII Congresso da IC, em 1935. Durante alguns anos viveu na União Soviética e com a prisão de todo o Secretariado do PCP regressou a Portugal para tomar conta do partido. Preso em 1938 na sua casa queimou os arquivos do PCP antes da chegada da polícia. A 23 de maio de 1938 conseguiu evadir-se do Aljube com a ajuda de um guarda que militara nas Juventudes Comunistas, mas que trabalhava para a PVDE, segundo se veio a dizer mais tarde. Evadido em Paris foi ignorado pelos seus camaradas e acabou por ser acusado de “infiltrado” e de ter denunciado à polícia a tipografia do *Avante!* Acabou por ser julgado e expulso pela IC. Posteriormente fugiu para o México com o nome falso de António Rodrigues, onde foi escritor, professor e jornalista. Visitou Portugal em 1976 e em 1988 (sobre Francisco Paula de Oliveira veja-se a obra de Edmundo Pedro, *Pavel um homem não se Apaga*, Lisboa, Edições Parsival, 2014).

¹³³ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, SC/SPS 2590 UI 4350, Secção Internacional, fl. 11, «Auto de Perguntas» a José d’Oliveira Calvário Júnior, de 19 de dezembro de 1936.

¹³⁴ Cf. AHM, TME, PC 93/38, João da Veiga e outros, PVDE, Secção política e Social, Cadastro Político 5243, 1.º Vol., fls. 195-197.

¹³⁵ Cf. Pedro Rocha, *Escrito com Paixão*, cit., pp. 66-67. V. também João Madeira, «O Partido Comunista no Algarve (dos anos vinte ao final da II Guerra Mundial)», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos Dias*, cit., p. 499.

¹³⁶ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Silves e Algarve*, P. 940-SR, Cx 9, NT 2337, agente Rui Varela d’Oliveira Soares, «Relatório Extraordinário do Posto de Vila Real de Santo António», de 10 de maio de 1939, fls. 106-114.

quando se sabe que eram dirigentes anarquistas bem conhecidos. Também há a possibilidade do agente da polícia política ter mencionado os elementos de forma indiferenciada, preocupando-se apenas com a sua origem por localidade, independentemente de pertencerem aos comités comunistas ou anarquistas. A acusação geral para quase todos era a de terem participado em reuniões de caráter revolucionário.

O comité revolucionário de Silves era o mais numeroso, com 28 elementos, começando por indicar António das Neves Batista, Pedro Batista (este contínuo do sindicato corticeiro) e Virgílio Pires Barroso como anarquistas. Este era apelidado mesmo de “perigoso anarquista” e “chefe do Comité Revolucionário de Silves”, administrador do Jornal *Terra e Liberdade* e fazendo a ligação com os anarquistas e comunistas de Portimão e Messines. Além de convocar e participar em reuniões de caráter revolucionário, teria ido ao Caramujo buscar bombas explosivas e outro material para ser empregue no movimento, ficando na posse de algumas bombas e distribuindo outras em Portimão e Messines e era quem estava na posse de todos os detalhes do movimento. Teria derrubado postes e cortados fios telegráficos e telefónicos¹³⁷. Como já se disse, Pires Barroso foi um dos principais dirigentes anarcossindicalistas da revolta do 18 de janeiro em Silves.

Continua o “relatório” a indicar outros elementos do comité, agora quase todos militantes ou simpatizantes comunistas, como Virgílio Bernardo, “O Escarolho”, Manuel António Boto (delegado do sindicato ferroviário), Joaquim dos Santos Caetano (ajudou a preparar e a carregar explosivos), José do Carmo (recebeu panfletos revolucionários para distribuir e guardou um alicate para cortar os fios telefónicos e telegráficos), José da Cruz (recebeu explosivos para atacar as forças públicas) e António Estrela. Conforme se disse, Manuel António Boto embora anarquista, talvez já fosse simpatizante das ideias comunistas, pois ao fugir do país e ao combater na guerra civil espanhola ao lado das forças republicanas aderiu ao Partido Comunista. No citado “relatório” António Estrela é descrito como agente de ligação entre Silves e Portimão e com ligação aos anarquistas, teria escondido bombas explosivas, encarregou António Teodoro de ir a Monchique buscar dinamite e mandou fazer tubos de ferro para a preparação de explosivos, além de ter dado refúgio a Manuel Pessanha, um «anarquista perigoso»¹³⁸. Tudo leva a crer que António Estrela fosse o principal dirigente do comité local comunista.

¹³⁷ *Ibidem*, fls. 106-107.

¹³⁸ *Ibidem*, fl. 107.

Continua o “relatório” com Francisco Marques Guerreiro, “O Chico Parrinha” (distribuiu proclamações revolucionárias), Flamiano Jorge (fez tubos de ferro para serem carregados com dinamite), Carlos Ribeiro Maria (recebeu um alicate para cortar os fios telegráficos e soube dos planos para atacar o quartel local da GNR), e Francisco Álvares Marques. Este considerado anarquista, era o tesoureiro do sindicato corticeiro e teria enviado 1.500\$00 à Federação Corticeira em Almada para fins revolucionários, além de ter subsidiado as despesas de transporte e alimentação para Manuel Pessanha ir a Lisboa buscar material explosivo¹³⁹.

Seguem-se Manuel Martins Júnior, “O Chucha” (incentivou os operários a fazer greve e quis comprar dinamite e tubos de ferro), Domingos dos Santos Passarinho (soube do corte dos fios telefónicos e telegráficos e do ataque ao quartel da GNR) e José Passarinho. Há aqui um engano da parte do agente da PVDE, pois estes dois últimos professavam ideias anarcossindicalistas e não comunistas. Domingos Passarinho foi um dos principais dirigentes anarquistas do sindicato corticeiro e do movimento revolucionário. Depois é indicado Manuel Pessanha, como “anarquista perigoso”, que provocava reuniões revolucionárias, «incitava a massa operária à revolta e à violência», foi a Lisboa buscar material explosivo, planeou o ataque à bomba ao quartel da GNR e derrubou e cortou fios telefónicos e telegráficos. Já Daniel Pincho apresentado como simpatizante comunista seria anarquista (desempenhava as funções de vogal da direção do sindicato corticeiro e aprovou o envio de dinheiro para a Federação Corticeira e o subsídio a Manuel Pessanha para se deslocar a Lisboa)¹⁴⁰.

Todos os outros elementos considerados comunistas que se seguem no “relatório” mantêm as mesmas acusações genéricas de pertencerem ao comité revolucionário, de participação em reuniões clandestinas de carácter revolucionário, de possuírem panfletos subversivos, ou preparação de tubos de ferro e de explosivos destinados a atacar as forças públicas durante o movimento. São eles Abílio Correia dos Reis, “O Galiza”, José Gonçalves Rita, Abatino da Luz Rocha, Joaquim Rodrigues, António do Rosário, “O Triste Vida”, Casimiro da Silva (secretário da direção do sindicato e que autorizou o subsídio a Manuel Pessanha), Manuel Simão, António Teodoro, João da Conceição Valério e José Gonçalves Victor. Enquanto João da Conceição Valério tomou parte no

¹³⁹ *Ibidem*, fls. 107-108.

¹⁴⁰ *Ibidem*, fl. 108.

grupo de grevistas que assaltou o sindicato e hasteado duas bandeiras a mando de Manuel Pessanha, José Gonçalves Victor teria sido o «orientador e secretário do ‘Comité Revolucionário de Silves’», «recebia instruções e ordens do ‘Comité Revolucionário de Portimão’» e encarregou «um camarada de comprar dinamite para fabrico de explosivos...»¹⁴¹.

Quanto ao “Comité Revolucionário de Portimão” seria constituído por José Negrão Buízel, José de Oliveira Calvário Júnior, António do Carmo Carrasco, “O António Catarino”, Francisco António da Luz, António José dos Santos, “O Galaraz”, Abílio da Silva, José Mateus da Graça, Manuel Abala Matos e José Varela, estes três últimos indicados como anarquistas. Para os comités de Tunes e Funcheira são indicados José Gonçalves Elias Júnior e António Alves Afonso. Para o comité de Tavira temos José Ramos dos Santos, “O Chicharro”, José António da Silva, “O Barba” e Manuel José Viegas. O comité de Castro Marim teria António Berlinga, Colaço, João Domingues e Laureano. Finalmente, o Comité Revolucionário de Vila Real de Santo António era composto por Gavino Rodrigues, João Rodrigues, “O João da Quinta” e José dos Santos Viegas, “O Tavira”. João Rodrigues é indicado como delegado da CGT, o que não deixa de ser estranho sendo este elemento indicado como comunista¹⁴².

Silves funcionava como um dos principais centros de sublevação operária, tanto para uns, como para outros, o que era reconhecido pelas autoridades conforme ofício do Governador Civil de Faro ao Ministro do Interior. Ao fazer o pedido para a instalação de um posto da GNR em S. Bartolomeu de Messines, refere o ofício que «o concelho de Silves é, neste distrito, aquele em que mais intensamente se desenvolveu a propaganda subversiva»¹⁴³. É provável que o Governador Civil estivesse a visar, mais em particular, a propaganda afeta aos comunistas. Pelo menos é o que indicia a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado quando faz a biografia de Flamiano Jorge, torneiro-mecânico, como um dos «principais propagandistas e dirigentes da organização comunista de Silves» na altura do seu julgamento pelo TME, a 14 de maio de 1934, acusado de ter feito «propaganda de ideias subversivas, por meio de reuniões de uma célula comunista»¹⁴⁴.

¹⁴¹ *Ibidem*, fls. 110-111.

¹⁴² *Ibidem*, fls. 111-112.

¹⁴³ Cf. ADF/Governo Civil, «Correspondência com autoridades superiores», *Livro Copiador de Correspondência do Governo Civil*, Livro n.º 140, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 523, de 18 de janeiro de 1934.

¹⁴⁴ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. S. R. 7435, «Biografia de Flamiano Jorge», 1934, fl. 1., e João Manuel Vasconcelos e José Conrado Dias, «A Resistência Operária ao ‘Estado Novo’ no Algarve em

Apesar de cada organização possuir os seus próprios «comités revolucionários» acabaram por chegar a um certo entendimento no âmbito da «frente única». Segundo sublinha Correia Pires nas suas memórias, na Praia da Rocha ocorreram dois encontros num só dia, onde ele esteve presente com diversos representantes de Olhão, Portimão, Lagos, Monchique, Silves, Messines e Tunes, onde era notória a desconfiança entre anarquistas e comunistas, concluindo que estes estavam sempre em desacordo com o modo de preparação e atuação do movimento¹⁴⁵. Isto só prova que a débil coabitação no que seria o comité de coordenação regional, mesmo na fase preparatória da ação grevista não era nada fácil.

Como havia dificuldades de contactos em algumas localidades com os dirigentes nacionais do PCP, os comunistas algarvios estabeleciam ligações e cooperavam com os militantes anarquistas na região, não obstante a desconfiança mútua, acabando por seguir as instruções das estruturas dirigentes da CGT¹⁴⁶.

A marcação do dia da greve geral foi sendo sucessivamente adiada. A direção maioritária do PCP procurava retardar o movimento alegando que era preciso intensificar os esforços de unidade do movimento operário pela base. No entanto foi a unidade por cima que acabou por prevalecer, o que conduziu a uma certa atitude conciliatória por parte da CIS face à CGT, para não estragar a unidade conseguida com a formação da “Frente Única”. Todavia, a maior parte das assembleias gerais das associações e sindicatos não se realizaram, deixando mesmo passar o prazo de 31 de dezembro de 1933 que estipulava a sua extinção e a transformação em sindicatos nacionais¹⁴⁷, como impunha a legislação corporativa.

1934 – Análise de um Processo», *10.º Congresso do Algarve*, Alvor, Racal Clube, Portimão-Alvor, Racal Clube, 16 e 17 de abril de 1999, pp. 77-82.

Três anos depois do 18 de janeiro e no rescaldo da repressão do “Estado Novo” a influência comunista voltava a ser grande em Silves de acordo com um Relatório de um agente da PVDE: «Silves é uma das vilas do Algarve onde com maior intensidade se tem desenvolvido a atuação comunista, exercendo-se ali a sua propaganda duma maneira bem definida. A sua população quase exclusivamente formada por operários corticeiros, na sua maneira incultos e analfabetos, está totalmente inveterada de princípios e ideias comunistas que alguns, os cabecilhas, lhes têm feito incutir no espírito» (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. S. R. 7435, «Relatório do agente António Duarte Silva, do Posto da P. V. D. E. de Vila Real de Santo António, fl. 12, 1937).

¹⁴⁵ Cf. Correia Pires, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, cit., pp. 58-62.

¹⁴⁶ Na altura da preparação do movimento revolucionário o Secretariado Confederal da CGT era formado por Mário Castelhana, José Francisco e Manuel Henriques Rijo. Já o Conselho Confederal era constituído, entre outros, por Mário Castelhana (Presidente), Acácio Tomas de Aquino (da Federação da Construção Civil), Manuel Henriques Rijo (do Sindicato dos Manipuladores do Pão de Lisboa), José Francisco (do Sindicato Único dos Fogueiros de Mar e Terra), Adalberto da Conceição Dias (do Sindicato da Construção Civil de Lisboa) e Adriano Pimenta (da Federação Corticeira).

¹⁴⁷ Cf. Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal...*, cit., p. 39.

Os adiamentos para a marcação da data final da greve encontram-se expressos no Manifesto editado pela CIS após o 18 de janeiro e dirigido «ao proletariado»:

«Em dois de janeiro é fixado o movimento para o dia dez. Em oito, a pedido da C. G. T., é fixado de um modo definitivo para doze, pois a dez a C. G. T. reclama novo adiamento e verifica-se então este fenómeno interessante: apenas a C. I. S. tinha prevenido a sua organização para o dia fixado e apenas ela foi forçada a realizar um esforço enorme para prevenir todos os seus comités da ordem de adiamento! (...). A própria C. G. T. escolheu o dia dezoito para a greve. (...). Em dezasseis, à noite, não só a C. G. T. não tinha ainda feito seguir a ordem de greve para os seus comités, como reclamava novo adiamento a pretexto da prisão de um dos seus membros! E os chefes da F. A. O. e das organizações sindicais autónomas que tinham precisamente acentuado que ‘não seria possível outro adiamento’, faziam à última da hora depender da decisão da C. G. T., o cumprimento das resoluções que eles próprios tinham proposto! Pelas sete e meia da manhã, de dezassete, reunia o Comité de Frente Única e ainda a C. G. T. não tinha decidido a greve para dezoito! Só às onze da manhã a C. G. T. decidia, sob a pressão dos próprios acontecimentos, dar a ordem de greve aos seus Comités!»¹⁴⁸

A prisão a que alude o Manifesto é a de Mário Castelhana¹⁴⁹, o dirigente máximo da CGT e que significou um golpe profundo na estrutura dirigente da organização e na preparação do movimento. A prisão de Mário Castelhana constituía um motivo forte para a justificação do pedido de adiamento, visto ser muito difícil reatar todas as ligações que estavam a seu cargo em dois dias. Já antes, com a prisão de Acácio Tomás de Aquino que, juntamente com José Francisco, possuíam ambos funções preparatórias e

¹⁴⁸ Veja-se «Ao proletariado – Manifesto editado pela C. I. S. (Comissão Inter-Sindical), após o movimento de 18 de janeiro», in L. H. Afonso Manta (introdução, notas e seleção), *O 18 de janeiro de 1934...*, cit, p. 95.

¹⁴⁹ Sobre Mário Castelhana veja-se: AHS/BN, Espólio de Mário dos Santos Castelhana, Cx.57, Ms. 1700; AHS/BN, Espólio de Manuel Henriques Rijo, «Mário Castelhana – Esboço biográfico», Cx. 41, doc. 6 e «Mário Castelhana» - Figura Legendária do Tarrafal», in *A Batalha*, VI série, ano I, n.º 4, de 16 de novembro de 1974, pp. 3 e 6.

organizativas, levava a que Castelhana retirasse, como medida de precaução, todas as fichas de ligação, em código, que tinha estabelecido com os Comités de Ação de norte a sul do país¹⁵⁰. Mas havia outras justificações para o adiamento, segundo Manuel Henriques Rijo, que tomou o lugar de Castelhana: o facto de no dia 11 de janeiro ter rebentado uma bomba no Barreiro o que levou à prisão de vários elementos, os ferroviários do Sul e Sueste e o Porto ainda não se encontrarem preparados para a greve, e o governo ter sido prevenido pela distribuição antecipada de manifestos comunistas na Sociedade “A Voz do Operário” e em Almada¹⁵¹.

O que é um facto é que desde finais de dezembro de 1933 que a polícia vinha prendendo vários organizadores do movimento, tanto anarquistas como comunistas. Em Coimbra foram presos vários elementos do comité comunista da cidade e em Casto Marim foi neutralizada uma Célula do PCP que preparava ações para a madrugada de 18 de janeiro. Esta descoberta policial teve como ponto de partida a prisão de José dos Santos Colaço, onde foram descobertos vários documentos na sua casa. Como se tratava de um doente pulmonar grave, o responsável do posto da PVDE de Vila Real de Santo António prometeu-lhe que o hospitalizava e que iria melhorar a sua saúde se colaborasse com as autoridades. Perante tais promessas e como se encontrava muito abalado, Colaço acabou por denunciar o cunhado, António Monteiro Nunes, que era o responsável pela agitação programada. Com a prisão deste e a repressão policial que se seguiu, «terminaram os preparativos para a sublevação em Castro Marim»¹⁵².

¹⁵⁰ Cf. José Francisco, *Páginas do historial cegetista*, Lisboa, Editora Sementeira, 1983, p. 56. O próprio José Francisco confirma que tinha guardadas na Rua do Alecrim, onde era empregado, todas as “cifras” combinadas com os organismos na digressão realizada por Mário Castelhana a vários pontos do país (cf. José Francisco, *Episódios da minha vida familiar e de militante confederal*, Lisboa, Editora Sementeira, 1982, p. 60).

José Francisco teve “melhor sorte” do que os outros dois companheiros que também pertenciam ao Secretariado Confederal da CGT. Enquanto estes dois últimos dirigentes foram parar ao Tarrafal, José Francisco permaneceu quase três anos na Fortaleza-prisão de Peniche (foi condenado a dois anos pelo TME), considerada a «prisão dos menos perigosos ou como tal considerados». A sua libertação deveu-se aos bons ofícios de um primo da sua futura mulher que intercedeu por ele junto do Diretor do *Diário da Manhã*, que por sua vez contactou o ministro do Interior, conforme refere o próprio líder anarquista (cf. José Francisco, *Recordações de um proletário*, Lisboa, Editora Sementeira, 1985, pp. 21-22).

¹⁵¹ Cf. Emídio Santana *et al.*, *O 18 de janeiro de 1934 e Alguns Antecedentes*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp. 123, 124 e 126.

Na reunião do “Comité de Frente Única” foi Álvaro Gonçalves, da CIS, quem se recusou a aceitar novo adiamento, tendo dito Henriques Rijo: «A C. G. T. reconhece que fazer eclodir o movimento no dia fixado não corresponderá aos seus objetivos mas cumprirá o seu dever honrando os seus compromissos, mas quer salientar bem o facto para depois se verificar quem é que tem razão». Álvaro Gonçalves fora dirigente da Associação de Classe dos Trabalhadores em Carnes Verdes de Lisboa desde 1920, tendo feito a sua passagem para a CIS em 1931 e onde passou a ocupar funções diretivas nesta organização sindical, além de membro do PCP. Depois do 18 de janeiro foi parar às prisões nos Açores e no Tarrafal.

¹⁵² V. Arnaldo Madureira, *Os Anos Esquecidos...*, *op. cit.*, p. 164.

No dia 11 de janeiro foram capturados diversos dirigentes anarquistas, incluindo Acácio Tomás de Aquino e um indivíduo ligado a Sarmento Beires, que tinha a incumbência de entregar armas e material explosivo. Vinte e quatro horas após a prisão de Mário Castelhana a PVDE prendeu José Francisco, que também fazia parte do secretariado da CGT, colocando assim a greve geral à beira do colapso, o que levou esta organização a interrogar-se se as prisões se deviam a denúncias ou a delações. Na noite de 17 de janeiro o comité comunista de Setúbal também foi preso e, algumas horas antes, no Regimento de Caçadores 7, também fora capturado o jovem comunista Edmundo Pedro, que ali se tinha dirigido à procura do sargento Alfredo envolvido no plano insurrecional¹⁵³. A prisão de importantes elementos ligados à preparação e eclosão da revolta, com destaque para os dirigentes anarcossindicalistas da CGT, acabou por comprometer a organização conspirativa. «Aquela organização tinha ficado praticamente decapitada. Essas detenções tinham implicado a apreensão de um considerável número de bombas e de outras armas – situação que veio a ter reflexos no reduzido impacto que os acontecimentos tiveram em Lisboa e na margem sul do Tejo»¹⁵⁴.

Os comunistas fazem diversas acusações aos libertários de que as suas hesitações teriam igualmente a ver com as negociações com os dirigentes republicanos do “revirinho” para que também participassem no movimento. O próprio Bento Gonçalves confirma que o Partido Comunista foi contactado em 1933 por elementos ligados a Sarmento de Beires sobre a possibilidade de um entendimento e que o partido propôs um programa mínimo para esse entendimento ao denominado “comité dos políticos”, mas que não teria dado em nada¹⁵⁵.

De facto, houve contactos entre os dirigentes da CGT e os setores militares republicanos que estavam ligados ao tenente-coronel Ribeiro de Carvalho, os quais teriam começado em julho de 1933. Manuel Henriques Rijo terá reunido com o ex-aspirante do Exército Raul Ciríaco da Cunha, do grupo de Ribeiro de Carvalho, que pretendia organizar um movimento revolucionário onde participariam Sarmento de Beires, Carlos Vilhena e Agatão Lança. Ciríaco da Cunha terá pedido a colaboração da CGT para o referido movimento, afirmando Rijo que a organização acrata também se encontrava a

¹⁵³ *Ibidem*, pp. 164-165.

¹⁵⁴ Cf. Edmundo Pedro, *Memórias. Um Combate pela Liberdade*, I Vol., 2.ª edição, Lisboa, Editora Âncora, 2009, p. 175.

¹⁵⁵ *Apud* Bento Gonçalves, «Duas Palavras», in *Os Comunistas*, cit., pp. 147-148.

preparar um movimento contra os «decretos dos sindicatos nacionais», pelo que a CGT «não tomava qualquer compromisso com políticos». Em vez de «colaboração» ou «compromisso», passaria a existir apenas «simultaneidade», coincidindo a «greve geral revolucionária» da CGT com o movimento a levar a cabo pelos setores republicanos¹⁵⁶.

No dia 17 de janeiro, pelas dezassete horas, o anarquista Manuel Pessanha recebeu em Silves um telegrama cifrado da parte da CGT confirmando a eclosão do movimento revolucionário para o dia seguinte¹⁵⁷. Ainda nesta mesma noite teve lugar no sítio da Levada (em frente à Fábrica do Inglês) a última reunião preparatória dos anarquistas com a presença de Virgílio Pires Barroso, onde se decidiu formar um comando para cortar os fios telefónicos¹⁵⁸. O mesmo sucedeu noutros comités reunindo-se os seus elementos na véspera à noite para precisar os últimos preparativos.

Nos comités comunistas sucedeu o mesmo. No comité de Silves, na noite de 17 para 18 de janeiro, os ativistas ligados ao Partido Comunista reuniram-se debaixo de umas alfarrobeiras, próximo da estação ferroviária da localidade. (Anteriormente tiveram várias reuniões clandestinas na localidade de Pinheiro e Garrado). António Estrela, que se encontrava à frente da organização grevista, acabou por se deslocar a Portimão para obter notícias quanto aos desenvolvimentos da ação revolucionária e, em particular, se os ferroviários iriam aderir à greve. Tudo leva a crer que os comunistas tinham recebido a confirmação do dia da greve no dia 16 de janeiro através das ligações que mantinham com Portimão. No regresso a Silves, na madrugada do dia 18, António Estrela transmitiu a informação aos seus camaradas da adesão dos ferroviários ao movimento e que, se por qualquer motivo o comboio chegasse a Silves já não voltaria para cima¹⁵⁹.

Não são unânimes as posições sobre a participação de anarquistas e comunistas na preparação do movimento em Silves. Segundo uns, as duas correntes teriam participado em conjunto num comité local de greve, segundo outros, não teria havido misturas organizativas. Num depoimento recolhido por Fernando Fitas em 1977, Francisco Nicolau refere que «os anarcossindicalistas estavam organizados por um lado e o PCP por outro, mas apesar da divisão ambas as partes colaboravam» e que «em Silves havia

¹⁵⁶ Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar*, cit., pp. 166-168.

¹⁵⁷ V. «Carta de Angra de Heroísmo de Manuel Pessanha», in AA.VV. (depoimento coletivo), *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, cit., p. 128.

¹⁵⁸ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo Coletivo, *Proc. 1055-E/SPS*, Manuel Pessanha e outros, Sentença do TME, de 12 de maio de 1934.

¹⁵⁹ Cf. Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela no 42.º aniversário do 18 de janeiro de 1934», (texto policopiado), Silves, 18 de janeiro de 1976, e Maria João Raminho Duarte, *Silves e o Algarve...*, cit., pp. 121-122.

um comité que tinha ligação com Lisboa e os dois grupos ligados com ele'»¹⁶⁰. Emídio Santana, no depoimento coletivo publicado em 1978 confirma tal facto e até vai mais longe ao fornecer a composição do comité de Silves, citando os anarquistas Manuel Pessanha e Domingos Passarinho e o comunista Abatino da Luz Rocha, dando a entender que o comité era composto por estas duas tendências¹⁶¹. Virgílio Pires Barroso não é referido como fazendo parte deste comité, no entanto este anarquista em carta datada de 1935, refere que era «membro do comité de greve, nomeado pelos militantes corticeiros de Silves»¹⁶². Já o anarquista Manuel Pessanha aponta para a separação total entre as duas organizações, o que é confirmado pelo comunista António Estrela¹⁶³.

Não obstante a linha oficial do PCP afeta a Bento Gonçalves preconizasse as greves e manifestações de massas pacíficas contra a ditadura, os comunistas no Algarve, tal como no resto do país e de uma maneira geral, prepararam-se para a “greve geral revolucionária” imbuídos das conceções anarcossindicalistas, adquirindo, fabricando e armazenando instrumentos bélicos para serem usados contra as autoridades salazaristas, tais como pistolas, bombas, dinamite e tubos de ferro armadilhados com este material, além de outras armas e materiais¹⁶⁴. A greve geral seria sempre um objetivo a alcançar em Silves e no resto da região, tal como defendiam os anarquistas, embora complementar à eclosão de ações violentas. Uns e outros planificaram de forma separada e em conjunto não só a mobilização para a greve, mas também o corte de linhas e o derrube de postos telefónicos e telegráficos, o assalto e a reabertura da associação corticeira, o assalto ao quartel da GNR, o descarrilamento do comboio e o lançamento de bombas e dinamite contra as forças da ordem. Por pouco Silves não se transformou numa segunda Marinha Grande.

Para o movimento operário na região e, em particular para os seus dirigentes, apresentava-se como uma transcendental importância que o mesmo fosse coroado de êxito, tanto mais que a crise social se agravava, com relatos frequentes, mesmo visados

¹⁶⁰ Fernando Fitas, «Em Silves também houve 18 de janeiro», in *Notícias do Sul*, Évora, de 3 de fevereiro de 1977, p. 8. A mesma versão é confirmada por Alfredo Canana, em 1980, no artigo «O 18 de janeiro em Silves», in *Diário de Lisboa*, de 5 de janeiro de 1980, p. 9.

¹⁶¹ V. Emídio Santana *et al.*, *O 18 de janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, cit., p. 71.

¹⁶² Cf. carta de Virgílio Pires Barroso a José António Machado, escrita em Angra do Heroísmo, s. d., de 1935, in Emídio Santana *et al.*, *op. cit.*, p. 128.

¹⁶³ Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*, cit, p. 432. António Estrela tinha feito essas afirmações numa sessão pública organizada pela Junta de Freguesia da Cova da Piedade, em 17 de janeiro de 1998.

¹⁶⁴ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Processo Coletivo, Proc. 1055/F, NT 4305*, António Teodoro e outros, «Cópia da acusação e condenação», TME, fls. 18-23, de 14 de maio de 1934.

pela censura, sobre a crescente crise do trabalho e da miséria, a falta de peixe e o encerramento das fábricas. Nas vésperas da eclosão do movimento *O Século* tentou inserir a notícia, cortada pela censura, que em Olhão cessou o trabalho em 34 fábricas de conservas e que estão fundeados 10 cercos de pesca, o que levou a que 4 000 homens ficassem sem trabalho e cerca de 16 000 pessoas sem sustento, e que era grande a miséria em zonas piscatórias como Olhão, Portimão, Vila Real de Santo António e Lagos. Mais à frente acrescentava a notícia que «não há revoltas violentas, mas que ninguém se podia alhear da medonha desolação que hoje se descobre em toda a beira-mar algarvia»¹⁶⁵. Os censores salazaristas não podiam tolerar notícias que contribuíssem para acicatar os ânimos do operariado contra a ditadura.

O aumento da crise levou a que se tenham reunido em Olhão mais de 3 000 operários e outros trabalhadores das indústrias da pesca e conservas, com a devida autorização do administrador do concelho. Esta reunião, que se destinava a receber o enviado do jornal *O Século*, a fim de relatarem a situação grave em que se encontravam e obter a proteção deste órgão de imprensa, teve lugar na sede do antigo «Sindicato Operário de Olhão», visto que o sindicato não se podia reunir por ter sido dissolvido no dia 31 de dezembro¹⁶⁶. Nesta notícia foram cortadas as referências à dissolução do antigo sindicato conserveiro, precisamente uma das causas do movimento de 18 de janeiro, prestes a ocorrer. Tal como foi cortada a notícia informando sobre um levantamento dos trabalhadores rurais na povoação de Covas do Douro, «que pretendiam, sob ameaça da greve, um aumento de salário» e que o próprio regedor da freguesia era «um dos dirigentes do movimento», tendo seguido para o local cinco praças da GNR¹⁶⁷. A situação “aquecia” cada vez mais e a censura não podia permitir notícias que falassem em miséria, greve, revolta ou levantamento das classes trabalhadoras.

¹⁶⁵ ANTT, Arquivo Cortes de Censura a *O Século*, Cx. 61, «No Algarve – Aspetos da Crise», de 13 de janeiro de 1934.

¹⁶⁶ ANTT, Arquivo Cortes de Censura a *O Século*, Cx. 61, «A reunião em Olhão para se expor ao enviado de *O Século* as tristes condições locais», de 15 de janeiro de 1934.

¹⁶⁷ Cf. ANTT, Arquivo Cortes de Censura a *O Século*, Cx. 61, «Um levantamento de rurais que um regedor dirige», de 17 de janeiro de 1934.

4. O 18 de Janeiro de 1934 no Algarve

4.1. As ações em Silves e em Portimão

A chamada “greve geral revolucionária” projetada para o dia 18 de janeiro de 1934 foi reduzida a nível nacional. Mesmo no que concerne a confrontações violentas, sabotagens, ocupações e atentados contra as forças da ditadura, ficaram bastante aquém do que fora planeado pelo movimento operário e sindical. Tal como dissera Bento Gonçalves, Secretário-Geral do PCP, não havia qualquer tipo de condições para desencadear em Portugal uma insurreição operária coroada de êxito contra o emergente “Estado Novo” salazarista. A exceção foi a Marinha Grande onde estalou uma revolta armada, embora só durante escassas horas, onde teria sido instituído um “soviète” pelos dirigentes e ativistas operários com o apoio e o aplauso das populações locais¹⁶⁸.

O movimento revolucionário envolveu ações de vários tipos, nomeadamente, sabotagem das vias férreas, cortes de linhas telefónicas e telegráficas, alguns atentados e assaltos, lançamento de bombas em alguns locais públicos e ações grevistas em algumas localidades. O plano dos revoltosos era que as sabotagens, atentados e greves ocorressem simultaneamente, ou que se completassem, o que esteve longe de acontecer nos vários locais. Os poucos atentados existentes não atingiram os centros nevralgicos do poder corporativo e a greve esteve muito longe de ser geral, falhando clamorosamente em Lisboa e no Porto, dois dos principais centros urbanos e industriais do país.

De forma mais pormenorizada, ocorreram descarrilamentos de comboios em Braga e Póvoa de Santa Iria, o que levou à interrupção das comunicações nas linhas do Norte e Leste; em Coimbra uma bomba fez explodir os transformadores de corrente da central elétrica, o que conduziu à paralisia dos transportes públicos e mergulhou a cidade na escuridão; verifica-se a sabotagem da via férrea próximo de Algoz; uma bomba explode na linha férrea, próximo da estação de Martingança; no Barreiro é lançada uma outra bomba, provocando alguns feridos ligeiros; duas outras bombas são lançadas contra um comboio, em Benfica; houve cortes de linhas telefónicas e telegráficas em Leiria, Marinha Grande, Cacém, Almada, Vila Boim, Monchique e Silves; têm lugar confrontos e troca

¹⁶⁸ Sobre a revolta armada na Marinha Grande veja-se Alberto, [José Gregório], *O 18 de janeiro 1934 – Relatório do Camarada José Gregório*, s. l., 1955; Idem, *Sobre a Associação e o Movimento do Operariado Vidreiro*, s. l., 1955, e [Bandeira Vermelha], *Os Acontecimentos do 18 de janeiro de 1934 (Relatório do camarada José Gregório. Elementos para a história do Partido e do movimento operário em Portugal 2*, Lisboa, [Edições Bandeira Vermelha], s. l.

de tiros entre operários armados com bombas que pretendiam assaltar uma fábrica de pólvora, e as forças policiais, em Chelas e Xabregas, com lançamento de uma bomba; verificam-se greves parciais ou totais e manifestações operárias no Barreiro, Seixal, Almada, Montijo, Alfeite, Cacilhas, Sines, Setúbal, Silves, São Bartolomeu de Messines e Portimão; na Marinha Grande, a greve revolucionária assumiu características insurrecionais, onde os operários revoltosos armados com pistolas, caçadeiras, revólveres e bombas, cortam as comunicações com Leiria, bloqueiam as vias de acesso, ocupam a Estação dos Correios e Telégrafos, reabrem o Sindicato Vidreiro, atacam à bomba o posto da GNR, desarmando e prendendo os seus guardas e ocupam a vila durante algum tempo¹⁶⁹.

Em pouco tempo o “Estado Novo” conseguiu dominar a revolta operária e restabelecer a ordem um pouco por todo o país. Perto da meia-noite do dia 17 de janeiro, o ministro do Interior dava ordens à PSP e à GNR que patrulhassem a cidade de Lisboa, com incidência no Terreiro do Paço, no Rossio, no Largo do Carmo, nas estações da Companhia Carris de Ferro de Lisboa e nos bairros populares da cidade. Pela uma da madrugada do dia 18 receberam ordem de encerramento os cafés, restaurantes, clubes e outros locais de diversão, enquanto o Governo se refugiava em Caçadores 5, exceto os ministros do Interior e da Marinha que se mantiveram no governo civil e nos ministérios respetivos. Esta movimentação e ocupação militar da capital, antecipando os acontecimentos para o dia 18 de janeiro vai levar a que, muitos anos mais tarde, Emídio Santana diga que tinha sido o lançamento de uma bomba, sem qualquer objetivo, pelo

¹⁶⁹ Cf. Fátima Patriarca, *O 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande*, s. l., Edição Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro, 1997, pp. 9-17; Idem, *Sindicatos contra Salazar...*, cit., pp. 233-235; Idem, «O '18 de janeiro': uma proposta de releitura», in *Análise Social*, 4.^a e 5.^a Série, Vol. XVII, n.º 123-124, Lisboa, 1993, p. 1139; Maria Filomena Mónica, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», in *Análise Social*, Lisboa, 3.^o e 4.^a Série, Vol. XVII, n.º 67-68, 1981, p. 555; e Arnaldo Madureira, *Os Anos Esquecidos...*, cit., p. 170. Sobre os acontecimentos, em particular, na Marinha Grande, vide Fátima Patriarca, *O 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande*, cit., pp. 9-22; Idem, *Sindicatos contra Salazar...*, cit., pp. 317-333; João Vasconcelos, *O 18 de janeiro de 1934 – História e Mitificação*, cit., pp. 157-164; Hermínio de Freitas Nunes, *Augusto Costa um Vidreiro no Tarrafal. Memórias do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande*, Marinha Grande, Edição do autor, 1998, pp. 63-98, e do mesmo autor, *Alvorada de Esperança - Notas Biográficas. Apontamentos para a História do 18 de janeiro de 1934*, Marinha Grande, Edição do autor, 1999, pp. 49-56. V. ainda Pedro Pereira Mendes, «Toda a história revolucionária nos prova que não é numa etapa que se obtêm os triunfos», (depoimento recolhido por Guarda Ribeiro), in *Linha Geral*, Leiria, ano 1.^o, n.º 24, de 8 de fevereiro de 1975, pp. 1 e 4; Luís Humberto Marques, «Pedro Mendes evoca o '18 de janeiro de 1934'. De pastor, padeiro e alfaiate a revolucionário na Marinha Grande», in *Diário de Lisboa*, Lisboa, 18 de janeiro de 1982, p. 2; Pedro Amarante Mendes, «Relatório» (Os dias da tomada da Marinha Grande), in *Avante!*, n.º 1364, de 20 de janeiro de 2000, pp. 16 e 17; e Baptista Bastos, «As Dezoito Horas da Comuna da Marinha Grande», in *O Ponto*, Suplemento, Lisboa, ano II, n.º 63, de 14 de janeiro de 1982, p. A. Veja-se ainda o *Diário de Notícias*, de 19-01-1934, pp. 1 e 2; *O Século*, de 19-01-1934, pp. 1, 5 e 6; *Novidades*, de 19-01-1934, p. 1, e *Diário de Lisboa*, de 18-01-1934, pp. 1, 4, 5 e 8 e de 19-01-1934, p. 5.

comunista José Ribeiro, durante a madrugada, na estrada de Chelas, que tinha avisado as autoridades, que assim ocuparam os pontos estratégicos¹⁷⁰.

Fosse ou não a ocorrência de alguns atos inadvertidos e precipitados, ou a denúncia ou delação, não é de menosprezar a investigação e a ação repressiva da polícia política e de outras forças policiais do “Estado Novo” que erigiram a organização operária subversiva como um alvo a abater. Isto conduziu à prisão de vários elementos e à apreensão de inúmeros documentos com os nomes e o plano das operações, o que é confirmado por Fernando Gouveia, Inspetor da PIDE¹⁷¹.

Além da ação revolucionária na vila vidreira, ocorreram outros acontecimentos em diversos locais do país no dia 18 de janeiro de 1934, conforme se disse. Todavia, é de crer que, «caso os operários, cujos principais dirigentes eram comunistas, não tivessem ocupado a Vila [da Marinha Grande], mesmo por um brevíssimo período de tempo, o «'18 de janeiro de 1934'» não teria sido, porventura, aquilo que foi, circulando e perdendo-se por entre as veracidades da História e as brumas do Mito»¹⁷².

No Algarve, foi em Silves que a “greve geral revolucionária” atingiu uma maior notoriedade. O desencadear do movimento começou às primeiras horas da madrugada, com o corte das comunicações através do derrube dos postes telefónicos e telegráficos e onde participaram os anarquistas Virgílio Pires Barroso, Pedro Baptista e Virgílio Bernardo, “O Escarolho”. Depois da ação os revoltosos deram conta que os postes de um dos lados da cidade ficaram por derrubar, tarefa que foi executada, depois do sol nascer, por Manuel Pessanha, Francisco Nicolau e por um terceiro elemento que subiu a uma alfarrobeira e rompeu os fios com um cinto¹⁷³. Por volta das 5 horas da manhã as autoridades ainda não se tinham dado conta da interrupção das comunicações, de acordo

¹⁷⁰ Cf. Emídio Santana, *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, cit., p. 214.

¹⁷¹ Veja-se Fernando Gouveia, *Memórias de um Inspetor da P. I. D. E. 1. A organização clandestina do P. C. P.*, Lisboa, Edições Roger Delraux, 1979, p. 107. Escreve Fernando Gouveia a propósito dos acontecimentos da Marinha Grande: «É curioso que os principais responsáveis foram precisamente aqueles cujos nomes constavam nos documentos apreendidos por nós, no ano anterior, aos dois ‘funcionários’ do Partido, Pedro Baptista da Rocha e Ollero das Neves, que referimos terem passado, no período da sua ‘delegacia’ à província, pela Marinha Grande e constituído ali o ‘Comité da Região do Oeste’, com os principais responsáveis da organização clandestina do partido ali residentes, António Guerra, José Gregório e Manuel Domingues».

¹⁷² V. João Vasconcelos, *O 18 de janeiro de 1934...*, cit, p. 157.

¹⁷³ Cf. Fernando Fitas, «Em Silves também houve 18 de janeiro», art. cit., e Alfredo Canana, «O 18 de janeiro em Silves», art. cit.

com um telegrama de trânsito emitido de Faro para o Ministro do Interior, em Lisboa, de que reinava o «sossego absoluto em toda a província»¹⁷⁴.

Francisco Nicolau revela-nos como se passaram as coisas em Silves, depois do corte das comunicações e o isolamento da cidade:

«Tínhamos bombas e algumas pistolas. Como tínhamos dificuldade de comunicações o sinal de arranque para a revolução era a chegada do comboio à estação de Silves, se esse não chegasse às 7 horas era sinal que a revolução estava na rua em Lisboa e poderíamos executar os nossos planos e tomar a cidade. (...).

Assaltamos o edifício da antiga Associação dos Operários Corticeiros, que tinha sido encerrada pelo fascismo e convidamos o povo a ocupá-la, em seguida preparavamo-nos para ocupar o Quartel da GNR, onde os guardas se tinham barricado, foi quando chegou a notícia que o comboio tinha chegado à estação. Havia chegado com bastante atraso. Por isso não chegamos a concretizar a ocupação, seria fácil, tínhamos bombas suficientes para os assustar e levá-los a entregar-se. (...).

Mas, entretanto, o comboio tinha chegado. Ficou tudo desanimado, menos a GNR, que assim que soube do fracasso passou logo ao ataque, a bater e a prender as pessoas. Eu e o Manuel Pessanha fomos os únicos que conseguimos escapar. Fugimos para a serra, andamos por lá uns dias e depois fugimos para a Espanha»¹⁷⁵.

Na jornada de luta do 18 de janeiro em Silves todos os operários teriam aderido à greve menos Fernando Francisco da Silva, mais conhecido por Fernando Boi e conotado como ex-comunista. Assim que souberam deste fura-greves na fábrica do Pinheirinho,

¹⁷⁴ ANTT, MI, Gab. MI, Maço 468, telegrama de trânsito n.º 4, de Faro para Lisboa, de 18 de janeiro de 1934 (transmitido às 5.50).

¹⁷⁵ CF. Francisco Nicolau (depoimento recolhido por Fernando Fitas), in *Notícias do Sul*, cit, pp. 3 e 8. Depois de refugiado alguns tempos em Espanha Francisco Nicolau regressou a Portugal e andou de terra em terra, sem permanecer muito tempo no mesmo local. Onde permaneceu mais tempo foi em Ponte de Sor, onde constituiu família, morando posteriormente em Sacavém, Lisboa, Barreiro, Grândola e por último na Cova da Piedade. Foi julgado e condenado à revelia, tendo a felicidade de escapar às garras do salazarismo. Quanto a Manuel Pessanha, depois de regressar de Espanha foi capturado numa vila do Alentejo, acabando por ir parar ao Tarrafal.

conta-nos ainda Francisco Nicolau, que foram à sua procura, havendo troca de tiros entre ele e Manuel Pessanha. Acabou por ser apanhado, tendo levado «uma valente sova»¹⁷⁶.

Ainda antes da chegada do comboio à cidade, grupos de anarquistas, em que participaram Manuel Pessanha, Francisco Nicolau, Carlos Martins Sovela, Fernando Joaquim Simão e José Mimoso, percorreram as fábricas de Silves e instigaram os operários a aderir à greve, enquanto outros procediam à distribuição de «proclamações revolucionárias»¹⁷⁷. Com a paralisação das fábricas, o que não foi difícil visto os operários nunca terem aceite o encerramento do sindicato e manifestarem uma grande oposição ao salazarismo, o grupo de anarquistas liderados por Manuel Pessanha e Virgílio Barroso arrombaram a porta e reabriram a sede da Associação Corticeira, a qual foi ocupada pelos operários e muito povo que festejaram a sua reabertura. À janela da Associação Manuel Pessanha agitou uma «bandeira vermelha»¹⁷⁸ manifestando uma alegria efusiva pela reabertura da sede que tinha sido encerrada compulsivamente pelas autoridades. Neste dia 18 de janeiro os silvenses vieram às janelas e varandas das suas casas para sentirem o impulso e a luta do movimento operário local que, corajosamente, defendia o sindicalismo livre e enfrentava a ditadura do “Estado Novo” salazarista¹⁷⁹.

Os comunistas, mais cautelosos, também participaram na “greve revolucionária” de Silves. Montaram um grupo de vigilância junto à estação da C. P., constituíram piquetes de exortação à greve nas fábricas e fizeram a distribuição de material pelos principais responsáveis. Segundo António Estrela o objetivo seria a paralisação total do trabalho e não atacar para se defenderem, mas contra-atacar se possível¹⁸⁰. No fundo, os comunistas

¹⁷⁶ Cf. Alfredo Canana, «O 18 de janeiro em Silves», in *Diário de Lisboa*, art. cit. V. também José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando...*, cit., p. 248. Fernando Boi que para José dos Reis Sequeira tinha sido o «precursor da influência comunista na cidade de Silves», apelidado de «traidor entre mil operários», tentou usar a pistola, só que a mesma encravou. Manuel Pessanha ainda disparou um tiro com o seu revólver, sem o atingir. Acabou por ser apanhado e ainda pensaram em matá-lo. A tarefa que levou impossibilitou-o de trabalhar durante 15 dias (ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 1055-D/SPS, TME, de 14 de abril de 1934).

¹⁷⁷ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 1055-E/SPS, acusações na sentença do TME, de 12 de maio de 1934.

¹⁷⁸ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 1055-D/SPS, sentença do TME, de 14 de abril de 1934; Idem, Proc. RGP 160, «Biografia Prisional de Manuel Pessanha», fl. 1, e *Presos Políticos no Regime Fascista 1932-1935*, Lisboa, Vol. I, 1981, pp. 141, 147 e 148. A polícia, na biografia prisional de Virgílio Pires Barroso fala numa «bandeira vermelha» e na biografia prisional de Manuel Pessanha alude a uma «bandeira comunista». O mais certo é que se tratasse da bandeira vermelha, da Associação Corticeira.

¹⁷⁹ V. João Vasconcelos, «O '18 de janeiro de 1934' no Algarve: Anarquizada ou Ações de Massas?», *11.º Congresso do Algarve*, Albufeira, Racal Clube, 11 e 12 de maio de 2001, pp. 59-66; idem, «Fascismo, crise e revolta operária no Algarve nos anos 30. Interpretações, polémicas e controvérsias», *12.º Congresso do Algarve*, Tavira, 28, 29 e 30 de outubro de 2004, pp. 191-200.

¹⁸⁰ Veja-se Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela no 43.º aniversário do 18 de janeiro de 1934» (texto policopiado), Portimão, 1977.

assentavam a sua ação em torno da linha oficial do Partido, que preconizava “greves e manifestações de massas” e da conceção anarquista, através do recurso a armas, atentados bombistas e outros meios violentos, caso fossem necessários (também tinham acumulado um arsenal considerável). Alguns comunistas acabaram mesmo por participar em algumas ações revolucionárias em conjunto com os libertários, havendo referências em relação a Carlos Martins Sovela, José Mimoso, João da Conceição Valério¹⁸¹ e Virgílio Bernardo¹⁸².

Com a chegada do comboio à cidade gorou-se o ataque à bomba ao Quartel da GNR, cujo plano tinha sido delineado por Manuel Pessanha. A partir daqui foi a desorientação total nas hostes dos revoltosos, escondendo-se uns nos arredores da cidade, fugindo outros para a serra, e procuram esconder as armas, munições e outro material de guerra., nos canos de esgoto, poços, ou enterrando essas armas. A GNR e outras forças policiais vindas de Faro perseguem os foragidos e fazem inúmeras prisões, com os presos a serem enviados posteriormente para o Governo Civil de Faro. Francisco Marques Guerreiro, conhecido como “O Chico Parrinha” foi obrigado pela GNR a ir às retretes do ratinho, junto à parede da fábrica de Abílio Brás Machado, onde estavam escondidas algumas bombas, tendo saído dos esgotos «todo sujo de excrementos entre o gáudio dos guardas»¹⁸³.

Não obstante a repressão policial e as prisões efetuadas a greve era geral em toda a cidade, o que levou o Administrador do Concelho, Salvador Gomes Vilarinho, a publicar um “Edital” para a manutenção da ordem pública, onde intimava os comerciantes a reabrir, «imediatamente», as lojas fechadas, notifica os proprietários das fábricas para que laborem normalmente no dia 19, fornecendo às autoridades a identificação dos grevistas dos dias 18 e 19, impõe o recolher obrigatório a toda a população a partir das 21 horas, e ordena aos operários para regressarem ao trabalho no dia seguinte, sob pena de serem «punidos severamente» caso faltassem¹⁸⁴. Devido à fraca resistência encontrada, o

¹⁸¹ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 940-SR, Cx 9, NT 2337, «Silves e o Algarve», fl. 111. João da Conceição Valério é mencionado como tendo tomado parte no grupo de grevistas que assaltou o Sindicato Corticeiro de Silves e de ter «hasteado duas bandeiras por mandado de Manuel Pessanha». Será que uma das bandeiras era da associação corticeira e a outra comunista, na posse de Valério? Fica a dúvida.

¹⁸² ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 940-SR, cit., fl. 107. Virgílio Bernardo, “O Escarolho” é apontado como comunista pela PVDE, ajudou Virgílio Barroso, juntamente com Pedro Batista, a derrubar postes e a cortar fios telefónicos e telegráficos.

¹⁸³ V. Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve, op. cit*, p. 125.

¹⁸⁴ AMS, Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, «Edital», fl. 330, de 18 de janeiro de 1934.

Governador Civil de Faro, João de Sousa Soares, comunica ao ministro do Interior que a greve não iria durar muito tempo face às medidas adotadas¹⁸⁵ e que havia sossego completo em todo o distrito, devendo os operários retomar o trabalho na manhã seguinte¹⁸⁶.

Na manhã do dia 19 de janeiro comparece ao trabalho a maioria dos operários, faltando cerca de 200 (um ¼), o que corresponderá aos revoltosos presos e aos que andavam a monte. Mas na parte da tarde, a seguir ao almoço, os trabalhadores corticeiros resolvem, em massa não comparecer ao trabalho, arrastando consigo os trabalhadores dos armazéns¹⁸⁷, o que alarma as autoridades. O Administrador do concelho voltou a publicar um novo “Edital” admoestando os grevistas para comparecerem ao trabalho até às oito horas do dia seguinte, pois se não o fizessem seriam imediatamente despedidos e ficariam impedidos de trabalhar nas fábricas do concelho¹⁸⁸. O proletariado silvense não acatou as ordens das autoridades mantendo-se em greve e faltando massivamente ao trabalho, o que conduziu ao despedimento compulsivo e todos os operários grevistas do dia 18 e dos dias seguintes, incluindo os envolvidos nos acontecimentos mais temerários, perfazendo um total de 878 operários¹⁸⁹ e obrigando ao encerramento das fábricas do concelho. Com medida tão drástica pretendia também o Administrador que fosse denunciado o paradeiro dos dirigentes sindicalistas ainda não presos, onde se incluíam Manuel Pessanha, Virgílio Pires Barroso e Francisco Nicolau.

¹⁸⁵ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 468, Ofício do Governo Civil de Faro, n.º 523, de 18 de janeiro de 1934. Neste ofício o governador civil refere que o concelho de Silves era no Distrito o concelho onde mais se desenvolveu a propaganda subversiva, que tem sido fortemente combatida, mas que «necessita de uma atenção permanente das autoridades e de convenientes meios de defesa». Mais informa ainda que tinham sido efetuadas buscas em São Bartolomeu de Messines onde foram apreendidas algumas bombas e feitas algumas prisões, e que apenas no concelho de Silves se tinha feito sentir alguns acontecimentos, onde foram cortadas as comunicações telefónicas, e que os operários corticeiros se mantinham em greve, mas que a mesma «não se deverá manter».

¹⁸⁶ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 468, Telegrama s/n do Governador Civil de Faro, 20 horas, de 18 de janeiro de 1934. É curioso verificar que o Governador Civil informa o governo sobre o corte de comunicações e a greve, mas omite as manifestações de rua e a ocupação da associação corticeira, como se temesse ser responsabilizado pelos acontecimentos (cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*, cit., p. 445). No dia 18 temos também 2 Telegramas enviados da GNR de Faro para Lisboa, o n.º 92, pelas 10.25h, informando que todos os operários estavam em greve e havendo alguns fios cortados, e o n.º 103, pelas 16.45h, referindo que 253 operários continuavam em greve.

¹⁸⁷ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 468, telegrama n.º 105 do governador civil de Faro ao ministro do Interior, de 19 de janeiro de 1934.

¹⁸⁸ AMS, Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, «Edital», fl. 332, de 19 de janeiro de 1934.

¹⁸⁹ Veja-se Maria de Fátima Patriarca, «O '18 de janeiro': uma proposta de releitura», in *Análise Social*, 4.ª e 5.ª Série, Vol. XXVIII. n.º 123-124, Lisboa, 1993, p. 1146.

No fundo, o Administrador do Concelho estava a aplicar as determinações que constavam na nota oficiosa emanada pelo Conselho de Ministros, reunido na tarde de 19 de janeiro, onde anunciava medidas draconianas para os dirigentes do movimento e para os simples grevistas. De acordo com a nota oficiosa, as entidades patronais de Silves, Almada e Marinha Grande foram informadas «que não lhes era permitido admitir ao trabalho os operários que a ele faltaram nos dias fixados para a greve revolucionária». As pesadas penas vinham a seguir, tanto para os dirigentes da greve, como «também os que a ela aderiram, [que] terão de ser sujeitos aos tribunais militares especiais criados pelo Decreto n.º 23 203, de 6 de novembro de 1933, decreto que havia equiparado greve a rebelião». Para os principais responsáveis pela preparação e direção do «movimento revolucionário» e outros implicados nos «atos criminosos» tinham como destino o «campo de concentração» já mandado organizar no Sul de Angola, na foz do Cunene. Para aqui seguiriam «dentro de poucos dias», aguardando ali julgamento os que não possam ser julgados até ao dia fixado para a partida», enquanto os menores de 18 anos seriam internados em «colónias correcionais»¹⁹⁰.

Não obstante as medidas repressivas e o rigoroso policiamento da cidade, os trabalhadores grevistas não se davam por vencidos. Para conduzirem as investigações o governador civil nomeou os Tenentes Caçadores José Dentinho e António Gonçalves e dois sargentos¹⁹¹. Refira-se que a GNR se encontrava em força na cidade desde o dia 18, recebendo reforços de cavalaria de várias localidades, como de Monchique e de Faro. O próprio comandante da 5.ª Companhia do Batalhão n.º 3 da GNR, com sede em Faro, tinha seguido diretamente para Silves perante a gravidade dos acontecimentos¹⁹².

¹⁹⁰ V. Nota Oficiosa do Conselho de Ministros de 19 de janeiro de 1934, in *Diário de Notícias*, de 20 de janeiro de 1934, p. 1.

¹⁹¹ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 468, cópia do telegrama do Governador Civil ao Ministro do Interior, de 22 de janeiro de 1934.

¹⁹² Idem, Telegrama n.º 16 do comandante da 5.ª Companhia do Batalhão n.º 3, Faro, dirigido ao comandante-geral da GNR, em Lisboa, de 18 de janeiro de 1934. V. também ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Livro 673, Maço 468, Pt 5/13, Ofício Confidencial n.º 12, do Comando Geral da GNR de Lisboa ao ministro do Interior, de 19 de janeiro de 1934, onde transcreve o telegrama do comandante da GNR de Faro, referindo que este seguiu para Silves e que ordenou um «rigoroso policiamento da cidade e dispersão de grupos com cargas de cavalaria e infantaria».

É curioso verificar que o semanário *Voz do Sul*, que se publica em Silves, insere a notícia «Ordem Pública – Uma tentativa de greve geral malograda», datada de 20 de janeiro, na p. 1, onde relata os vários acontecimentos um pouco por todo o país e sobre os atos na localidade apenas refere laconicamente que «em Silves houve incitamentos à greve».

Entretanto, uma bomba fora lançada para um quintal, sem consequências e a guarda acabou por prender alguns «elementos agitadores» que andavam fugidos¹⁹³.

Se os proprietários das fábricas cumprissem as diretivas do governo tinham de despedir quase um milhar de operários e que era praticamente toda a massa laboriosa das fábricas de cortiça que continuou a manter-se em greve de forma esmagadora. «Os industriais corticeiros de Silves, ou porque não têm mão-de-obra excedentária a que possam recorrer, ou porque não estão dispostos a fazê-lo, acabam, de facto, por encerrar as suas fábricas a partir de 22 de janeiro, com os prejuízos daí decorrentes»¹⁹⁴. Devido ao movimento grevista paralisaram totalmente, entre outras, as firmas Cantinhos & Trindade, Ld.^a; Manuel Braz Machado & Filhos; Pintos, Calvinho & C.^a; Avern, Sons & Barris; Bernardo Garrochinho & C.^a, Ld.^a; Duarte, Granadeiro & C.^a, Ld.^a; Manuel Guerreiro; J. A. Duarte & C.^a, Ld.^a e Aldemiro da Encarnação Mira¹⁹⁵.

A paralisação do trabalho e o encerramento das fábricas motivou a que um conjunto de industriais corticeiros representando 23 firmas e que empregavam 878 operários, dirigisse uma exposição ao ministro do Interior, onde era reconhecida a missão do Governo em resolver os assuntos sociais do país levando ao encerramento de todas as fábricas devido à ação grevista dos operários. Consideravam ainda os industriais que a paralisação do trabalho estava a conduzir a prejuízos graves para a indústria e solicitavam, com urgência, «autorização para que possam ser readmitidos ao trabalho os referidos operários, evitando assim as desastrosas consequências que nós industriais, e connosco toda a economia local, teríamos que suportar, como vítimas indiretas de lamentáveis acontecimentos, que repudiamos»¹⁹⁶. Os industriais não deixavam margem para dúvidas de que recriminavam a ação dos operários, repudiando os acontecimentos e que

¹⁹³ Idem, Ofício Confidencial n.º 15, do Comando geral da GNR, Lisboa, ao Ministro do Interior, transcrevendo o telegrama do comandante da GNR de Faro, fl. 1, de 22 de janeiro de 1934.

Segundo Manuel Pessanha foram presos em Silves mais de uma centena de trabalhadores (cf. Alfredo Canana, «O 18 de janeiro em Silves», in *Diário de Lisboa*, art. cit., p. 9).

¹⁹⁴ Cf. Fátima Patriarca, *Op. Cit.*, p. 1146.

¹⁹⁵ ANTT, Arquivo de Cortes de Censura a *O Século*, Caixa 61, notícia com o título (cortado) «Continuam paralisados e estão inativos cerca de 1 000 operários», de 20 de janeiro de 1934. O nome das firmas também aparece cortado. Nesta notícia e conforme dissemos anteriormente, é referido que as autoridades administrativas do concelho comunicaram aos industriais que, «por ordem superior, não lhes era permitido admitir ao trabalho os operários que não compareceram ao serviço no dia da greve revolucionária».

¹⁹⁶ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 466, Pt 6/1, Ofício n.º 542 do governador civil de Faro ao ministro do Interior contendo a exposição em papel timbrado da Associação Industrial e Comercial de Silves, de 26 de janeiro de 1934. Veja-se também ANTT, Arquivo Cortes de Censura a *O Século*, Caixa 61, «Correspondência do enviado especial de Silves», de 31 de janeiro de 1934 [entrevista a Manuel Guerreiro, Presidente da Associação Industrial de Silves].

reconheciam as medidas repressivas do “Estado Novo”, queixando-se, no entanto, dos elevados prejuízos sofridos caso as fábricas não reabrissem com a readmissão dos trabalhadores despedidos.

O governo só irá ceder no início do mês de março, depois das contínuas pressões patronais. A 1 de fevereiro o “industrial nacionalista” Aldemiro Mira envia um telegrama ao ministro do Interior a tentar sensibilizar o governo para que revogasse a proibição das readmissões, visto os empresários não conseguirem satisfazer os seus compromissos devido à grave situação em que se encontrava a indústria corticeira no concelho de Silves¹⁹⁷. Muitos anos mais tarde Manuel Pessanha dirá que os trabalhadores resistiram e não retomaram o trabalho durante 21 dias e que só depois da prisão de Virgílio Pires Barroso é que o governo ordenou aos industriais para reabrirem as fábricas¹⁹⁸.

Apesar de Silves, considerado o centro do movimento operário no Algarve¹⁹⁹, ter aderido à greve geral de forma pacífica, sem o recurso a ações violentas, exceto o derrube de postes telefónicos e telegráficos, o assalto à sede da Associação Corticeira e à incursão pelas fábricas de elementos agitadores para incentivar o operariado à greve, muitos outros atos de cariz violento por pouco não eclodiram, com o recurso a bombas e a outros meios de guerra ofensivos, onde se incluía o assalto ao quartel da GNR, à semelhança do que aconteceu na Marinha Grande. Ações violentas que também estavam previstas para ter lugar noutros locais da região algarvia. As conceções anarquistas, que ainda muito

¹⁹⁷ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 466, Telegrama n.º 647 ao ministro do Interior do “industrial nacionalista” Aldemiro Mira, de 1 de fevereiro de 1934.

¹⁹⁸ Cf. Alfredo Canana, «O 18 de janeiro em Silves», in *Diário de Lisboa*, cit., p. 9. Nesta entrevista, Manuel Pessanha fez duras acusações a Pires Barroso, ao afirmar que este dirigente anarquista, ao ser preso pela polícia (que também apreendeu oito bombas e sete cartuchos de dinamite), denunciou vários comunistas, incluindo António Estrela como «possuidor de bombas», o que lhe valeu 12 anos de prisão. Escreve Canana: «Manuel Pessanha tinha pedido a António Estrela para lhe guardar, por pouco tempo, umas bombas na casa do cunhado e inadvertidamente ou para assegurar que as bombas estavam em lugar seguro comunicou o caso ao Barroso e este não teve relutância em denunciar à Polícia onde estas se encontravam e o nome do camarada comunista, que as guardara. Isso valeu a António Estrela 12 anos de prisão. Mas, mesmo sentindo-se traído o então jovem revolucionário de Silves não quis criar àquele que o traiu problemas ainda maiores no seu cativeiro». Isto ter-se-ia passado um pouco antes de 18 de fevereiro, que é quando *O Século* noticia a prisão de Pires Barroso e que no mesmo dia se terá dado a prisão de António Estrela que recebera um aviso para comparecer no quartel da GNR (cf. Alfredo Canana, art. cit.). Parece que Pires Barroso terá sido preso uns dias antes, nos finais de janeiro, ou início de fevereiro, conforme menciona a *Voz do Sul* com a notícia «Ordem pública», de 3 de fevereiro de 1934.

¹⁹⁹ O setor corticeiro, depois dos pescadores e dos conserveiros, era um dos mais importantes setores operários no Algarve e até considerado o mais combativo. Daí a importância do movimento operário em Silves e onde mais se faziam notar as disputas mais acirradas entre os anarquistas e os comunistas. Alguns anos mais tarde, nos inícios dos anos 50, a força operária corticeira transfere-se para Faro, com 1 200 operários, enquanto Silves passa a segunda posição com 900 operários, depois do encerramento da fábrica Aldemiro & Mira, surgindo S. Brás de Alportel em terceiro lugar com 419 operários (cf. Carlos Costa, *Relatório sobre o Algarve (agosto de 1952)*, Lisboa, Editorial Avante!, 2000, pp. 128-129).

influenciavam os dirigentes e ativistas do emergente Partido Comunista, continuavam a predominar no movimento operário do Algarve nos inícios dos anos 30 do século XX.

Passados 42 anos, nas comemorações do 18 de janeiro em Silves, realizadas pelo PCP, António Estrela na sua alocução recordou a jornada de luta na cidade que se caracterizou pela «paralisação do trabalho com greve de braços caídos», após ter levantado algumas questões «sobre a viabilidade e correção do movimento insurrecional», salientando a importância que desempenharam as lutas das massas trabalhadoras para o derrube do fascismo, «apesar de todos os erros cometidos»²⁰⁰. O dirigente comunista silvense, na altura dos acontecimentos, sabia bem do que falava, pois fora condenado a uma pena pesada por ter sido «possuidor de bombas».

Uma outra localidade do Algarve que participou ativamente na “greve geral revolucionária de 18 de janeiro e 1934” foi a cidade de Portimão, embora não com as dimensões de Silves. O movimento assumiu contornos um pouco mais pacíficos com o recurso à greve e a manifestações de massas, tal como defendia a linha oficial do PCP.

Efetivamente, nesta cidade ocorreu no dia 18 de janeiro uma grande manifestação que juntou operárias conserveiras, pescadores e operários agrícolas, contra a fascização dos sindicatos operários, «encabeçada por Sindicalistas e pelo Comité Local do Partido Comunista»²⁰¹. Esta manifestação foi violentamente reprimida pela GNR a cavalo. Margarida Tengarrinha²⁰² conta-nos ao que assistiu, ainda em criança:

«Por outro lado, em Portimão, havia uma vida política intensa, que levou a uma luta fortíssima contra o encerramento dos sindicatos livres e a criação dos ‘sindicatos nacionais’ fascistas. Eu era miúda, aquilo que vou relatar passou-se em 1934, porque foi a altura do

²⁰⁰ V. «Comício unitário em Silves», in *Avante!*, série VII, ano 45, n.º 99, de 22 de janeiro de 1976, p. 13.

²⁰¹ Cf. o «PCP em Portimão. O 28 de maio de 1926 – Início da Noite Fascista», in *Exposição dos 80 Anos do PCP em Portimão*, março de 2001. Veja-se também João Vasconcelos, «O Dia que abalou Salazar», in *Barlavento*, Portimão, de 29 de janeiro de 2004, p. 26.

²⁰² Margarida Tengarrinha nasceu em Portimão, em 1928 e faleceu em 2023. Integrou o MUD Juvenil em 1948 quando estudava na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), sendo expulsa desta escola em 1952 devido à sua atividade política. Foi proibida de frequentar todas as Faculdades do país e impedida de lecionar na Escola Preparatória Paula Vicente. Ainda no ano de 1952 tornou-se militante do PCP e em 1955 passou à clandestinidade, juntamente com o seu companheiro José Dias Coelho, que foi assassinado pela PIDE em 19 de dezembro de 1961. Foi depois para Moscovo e entre 1962 e 1968 trabalhou com Álvaro Cunhal e foi redatora da Rádio Portugal Livre, em Budapeste. Pertenceu ao Comité Central do PCP e depois do 25 de abril foi eleita como deputada pelo Algarve na III e IV Legislaturas. Em 2016 recebeu o “Prémio Maria Veleda”, da Direção Regional de Cultura do Algarve. É autora dos livros *Da Memória do Povo* (1999), *Quadros da Memória* (2004) e *Memórias de uma falsificadora* (2018).

encerramento e da fascização dos sindicatos. Mesmo em frente da minha casa, no tal largo do Coreto, houve uma manifestação enorme, que foi a primeira a que assisti, e que me marcou muito. Nunca mais me esqueci daquele largo que estava cheio de gente: mulheres, pescadores... Eram operárias conserveiras que estavam a lutar contra o encerramento do Sindicato das Conserveiras, pescadores que estavam em luta contra o encerramento da Mútua dos Pescadores e operários agrícolas do Morgado do Fialho e dos vários latifúndios (porque havia latifúndios ali no concelho), que lutavam contra o encerramento do Sindicato dos Operários Agrícolas. Havia de facto uma percentagem muito elevada de Operários Agrícolas naquele concelho. Esta batalha foi reprimida ferozmente pela GNR, e, o assistir a essa repressão, foi muito marcante para mim. O capitão Quintino, à frente da GNR entrou pelo canto do largo, mesmo entre a minha casa e a Caixa Geral de Depósitos, vindo do Quartel da GNR, e avançou sobre aquela gente a cavalo, a bater nas pessoas. Os cavalos, foi essa a sensação que me deu, esmagavam as pessoas, o que me horrorizou. Aquela gente fugia à frente, era uma massa enorme. Esta manifestação ficou para sempre gravada em mim»²⁰³.

Tudo leva a crer, pelo relato da manifestação, que a greve também tenha tido uma forte adesão na cidade por parte do movimento operário, nomeadamente entre as operárias conserveiras, os pescadores e os operários agrícolas. Terá sido o PCP a organizar esta manifestação conforme refere José de Oliveira Calvário Júnior, um dos principais elementos comunistas do “Comité Revolucionário de Portimão”²⁰⁴.

²⁰³ Miguel Medina (entrevistas), Esboços. *Antifascistas Relatam as suas Experiências nas Prisões do Fascismo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p. 141. Numa outra entrevista que nos concedeu, Margarida Tengarrinha recorda que tinha 5 ou 6 anos de idade quando aconteceu a manifestação em Portimão, a qual foi muito participada por muita gente vestida de negro – homens, mulheres, operárias conserveiras, marítimos e trabalhadores agrícolas dos Morgados de Ares, da Torre e do Fialho, e corrige que o comandante da GNR que investiu a cavalo contra os trabalhadores era um tenente e não um capitão.

²⁰⁴ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2590/SPS, NT 4350, «José d’Oliveira Calvário Júnior e outros», Auto de Perguntas da PVDE, fls. 11 e 12, Posto da PVDE de Vila Real de Santo António, em 19 de dezembro de 1936. Depois de ter cumprido, no Forte de Peniche, uma pena de 15 meses de prisão correcional, decretada pelo TME, por ter participado nos acontecimentos do 18 de janeiro em Portimão, onde residia em 1934, embora natural e Silves, José d’Oliveira Calvário Júnior, foi preso uma segunda vez pela PVDE, em Olhão, onde residia em 1936. No interrogatório a que foi sujeito pela polícia confirmou que era adepto das ideias marxistas, que teve encontros no Algarve com um indivíduo de nome Bastos, que

Para tentar acalmar os ânimos e a agitação no seio dos trabalhadores, não obstante algumas prisões efetuadas pelas autoridades, uma semana depois, segundo sublinha *O Século*, a Associação Industrial e Comercial de Portimão promoveu uma reunião, a que assistiram muitos comerciantes, industriais e outras pessoas. A justificação para esta reunião foi «devido a continuar sem solução a crise do trabalho», o que motivou um discurso de António Teixeira Gomes, Presidente da Associação, onde patenteou a situação em que se encontravam as classes operárias de Portimão, referindo que «a população do concelho é de 18 000 habitantes, dos quais 5 000 estão sem trabalho»²⁰⁵.

Na referida reunião decidiu-se constituir uma comissão para expor ao governo a necessidade de obras no concelho, como a construção de edifícios escolares para uma população escolar de 1 600 alunos, «pois as que existem, além de exíguas com salas que nenhuma condições higiénicas reúnem, apenas comportam 450, pelo que se encontram sem instrução 1 150 crianças». Segundo a notícia havia outros pedidos, como a construção do porto em que, com o início das obras, «acabará o confrangedor espetáculo de se verem, todos os dias, grupos de operários e marítimos, às centenas, na mais desoladora inatividade e com fome»²⁰⁶. Tal era a gravidade social que se vivia entre as classes laboriosas de Portimão, o que potenciou a greve e a manifestação ocorridas uma semana antes.

A não ser as ações em Silves, as manifestações e greves nesta cidade e em Portimão, e o rebentamento de uma bomba na linha férrea em Algoz, não se conhece qualquer outro movimento de vulto por parte do movimento operário no Algarve no dia 18 de janeiro de 1934. Conhecem-se as prisões que vão sendo efetuadas e a apreensão de bombas e outro material de guerra por parte das autoridades. Nos dias a seguir ao movimento revolucionário a imprensa vai dando conta dessas prisões e apreensão de bombas.

usava o pseudónimo de “Raúl Santos”, e também com Pável, que era dirigente nacional do PCP, assim como tinha participado na manifestação em Portimão «com caráter adverso à atual situação».

²⁰⁵ ANTT, Arquivo Cortes de Censura a *O Século*, Cx. 61, «Situação social em Portimão», de 27 de janeiro de 1934.

²⁰⁶ *Ibidem*. A Comissão de Censura acabou por cortar as passagens da notícia que se encontram entre aspas, impedindo qualquer pretexto que justificasse a manifestação operária no dia 18 de janeiro.

Dois dias depois a comissão que tinha ido a Lisboa regressou a Portimão «contristada e desiludida», ou seja, sem conseguir quaisquer resultados, de acordo com nova notícia de *O Século*, o que levou a Associação Industrial e Comercial de Portimão a reunir-se com os delegados do município e representantes das autoridades, para apreciar a crise do trabalho, e telegrafado ao Ministro das Obras Públicas, «a insistir pela ativação dos trabalhos projetados e pela concessão dos respetivos subsídios» (cf. ANTT, Arquivo de Cortes de Censura a *O Século*, Cx. 61, «Em Portimão a crise acentua-se e é pedido o auxílio do Estado», de 1 de fevereiro de 1934).

Um dos maiores achados deu-se com a prisão de Manuel Simão, o qual indicou o esconderijo com 19 bombas de rastilho, num dos coletores da cidade de Silves²⁰⁷, e até dois menores que andavam a apanhar ameijoas encontraram três bombas de dinamite no rio, pela baixa-mar, em Portimão, as quais foram entregues à GNR²⁰⁸. Em Vila Real de Santo António a PSP também encontrou um caixote com bombas e fez diversas prisões²⁰⁹.

O *Correio do Sul* desenvolve esta última notícia ao referir a prisão de vários elementos pertencentes aos comités revolucionários de Tavira, Vila Real de Santo António e Castro Marim, onde foi apreendido diverso material em «que constava 34 bombas de choque, vindas de Lisboa, em 2 malas, e encontradas em Castro Marim e Vila Real». Mais à frente a notícia indica a composição dos comités. O comité de Tavira era constituído por José Ramos dos Santos, de 32 anos, marceneiro, Manuel José Viegas, de 22 anos, e José Barba, de 20 anos, os dois empregados comerciais. O comité de Vila Real de Santo António era formado por João Rodrigues, o “João da Quinta”, delegado da CGT, de 22 anos e litógrafo-desenhador, José Viegas, de 21 anos e Gavino Rodrigues, ambos trabalhadores e que tinham trazido o material apreendido. Já o comité de Castro Martim possuía na sua composição Manuel Laureano, que se encontrava fugido na altura, José Berlinga, João Domingos e um outro de apelido Colaço²¹⁰.

Nos diferentes locais do Algarve foram apreendidas 114 bombas explosivas (laranjinhas) carregadas, 226 invólucros de ferro fundido descarregados, 300 cartuchos de dinamite, 3 pistolas, 4 revólveres, 86 munições para pistola, grande quantidade de material de propaganda, como jornais, selos, panfletos, etc.²¹¹

Perante o fracasso do movimento grevista e revolucionário no Algarve as autoridades procedem à apreensão de bombas e outro material de guerra em diversas localidades e fazem inúmeras prisões, tanto de elementos conotados com o anarcossindicalismo e a CGT, como afetos ao PCP e à CIS. O que é um facto é que tanto uns como outros estavam determinados a utilizar esse material bélico contra infraestruturas e agentes do regime

²⁰⁷ Cf. ANTT, Arquivo Cortes de Censura a *O Século*, Cx. 61, «Apreensão de bombas em Silves», de 24 de janeiro de 1934.

²⁰⁸ Idem, Cx. 61, «Achado de três bombas de dinamite em Portimão», de 16 de fevereiro de 1934.

²⁰⁹ Idem Cx. 61, «Bombas em Vila Real de Santo António», de 1 de fevereiro de 1934.

²¹⁰ Veja-se «Os manejos extremistas no Algarve», in *Correio do Sul*, Faro, de 4 de fevereiro de 1934, p. 2. Sobre João Rodrigues, de Vila Real de Santo António, que aparece com a alcunha de “José da Quita”, o mais provável é que a mesma seja “João da Quinta”, conforme *Processo SPS-1055-C*, nos fls. 150, 167, 224 e 228, existente no Arquivo da PIDE/DGS, ANTT.

²¹¹ «A ação do “Komintern”. No Algarve foi descoberta uma larga rede da organização comunista em Portugal», in *Correio do Sul*, de 27 de fevereiro de 1938, p. 1.

salazarista que ousara extinguir os sindicatos livres. A tentação bombista/anarquista continuava a subsistir ainda com muita força, também no Algarve, entre as hostes comunistas.

5. As consequências do 18 de Janeiro

5. 1. A repressão salazarista

As consequências da “greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934”, que fracassou, vão ser desastrosas para o movimento operário. Muitas centenas de militantes e ativistas compreendendo, principalmente, anarquistas e comunistas, mas também socialistas, republicanos e outros democratas vão sentir, sem contemplações, os “safanões dados a tempo”²¹² por Salazar, uma expressão eufemística utilizada pelo ditador em relação às torturas policiais e caricaturada nos postais editados pela Confederação Geral do Trabalho, nos inícios dos anos 30. As perseguições, prisões, deportações, tortura e até a morte, vão ser uma constante do regime salazarista.

Muitos dos ativistas e participantes no movimento e até, simples operários acusados de terem participado em reuniões políticas relacionadas com os acontecimentos, são atirados para os temíveis presídios do “Estado Novo”, com destaque para os Fortes de Peniche, Caxias e S. João Baptista, este em Angra do Heroísmo, da Trafaria, Aljube, e para os sinistros campos de concentração, situados bem longe da Metrópole, como a Fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique, Forte Roçadas e Vila Nova de Seles em Angola, Oecussi em Timor, e Tarrafal em Cabo Verde²¹³. Sem perda de tempo, logo no dia 19 de janeiro de 1934 foi publicada uma nota oficiosa pelo Conselho de Ministros, conforme já referimos, em que a greve é considerada um «ato revolucionário» e os grevistas e seus dirigentes ficam sujeitos a «sanções pesadas» e terão que enfrentar os «tribunais especiais». Até foi mandado organizar um campo de concentração no sul de Angola, na Foz do Cunene, para onde seguiriam os principais dirigentes da revolta e onde teriam de aguardar o julgamento todos aqueles que não pudessem ser julgados até ao dia

²¹² V. João Vasconcelos, «A ‘Greve Geral Revolucionária’ de 1934 em Silves e Portimão e os ‘safanões dados a tempo’ por Salazar», *13.º Congresso do Algarve*, Lagos, Racal Clube, de 15-17 de novembro de 2007, pp. 145-154.

²¹³ Sobre os cárceres do “Estado Novo” veja-se Alberto Pedroso, «Os presídios do regime salazarista», in João Medina (dir. de) *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos...*, Vol. XIII, *op. cit.*, pp. 39-56.

fixado para a partida, «pelo processo sumaríssimo prescrito no artigo 24.º do (...) decreto n.º 23 203»²¹⁴.

A citada nota oficiosa de Salazar também não esqueceu o funcionalismo público ao «promover a demissão dos funcionários públicos, civis e militares, que professem ideais cuja propaganda é prevista e punida pelo decreto n.º 23 203, não podendo ser nomeados, de futuro, para cargos públicos os indivíduos que não deem garantias de defender os princípios fundamentais da organização social consignados na Constituição da República»²¹⁵. O ditador de Santa Comba pensara em tudo, não deixando nada ao acaso. A Constituição corporativa de 1933 era o instrumento jurídico fundamental que legitimava o poder e a atuação do “Estado Novo”, incluindo por meio de métodos repressivos, embora até desse entender o oposto. Os ajustes de contas iam ser feitos com o movimento operário que ousara desafiar a ditadura, agora legitimada constitucionalmente e sob a capa de uma «ditadura paternalista e cristã», onde é apregoada a «ordem» e o «bem-estar» do povo português, tal como nos diz José Dias Coelho. Este escultor comunista, assassinado pela PIDE em 1961, a propósito da caracterização da ditadura salazarista e da repressão sobre os revoltosos do 18 de janeiro escreve o seguinte:

«Chamado primeiro para ministro das Finanças em 1928 e depois para Presidente do Conselho de Ministros em 1932, Salazar estruturou definitivamente o sistema, nos moldes fascistas italianos. (...).

²¹⁴ O Decreto-lei n.º 23 203, do Ministério da Justiça, foi publicado no *Diário do Governo* no dia 6 de novembro de 1933, em substituição do Decreto-lei 21 942, de 5 de dezembro de 1932, o qual regulava a forma de punição dos delitos políticos e das infrações disciplinares de caráter político. O art.º 24.º determinava que «os agentes dos crimes previstos nos artigos 1.º e 2.º serão julgados sumariamente, sem precedência de processo preparatório, quando forem presos no decurso de um movimento revolucionário», em que se colocavam os presos imediatamente à disposição do tribunal, produzindo o promotor a acusação nas primeiras 48 horas e em que os acusados dispunham apenas dos três dias seguintes para apresentar a sua defesa.

O art.º 1.º do Decreto-lei n.º 23 203 considerava crimes de rebelião, «o atentado contra o Governo constituído», «a conjuração, aliciamento, proposição escrita ou verbal, a aquisição, detenção, alienação ou distribuição de armas, o incitamento verbal ou escrito», e o art.º 2.º considerava crime «a propaganda, incitamento ou qualquer meio de provocação à disciplina social e à subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade», «o conselho, incitamento ou qualquer meio de provocação ao não cumprimento dos deveres inerentes à função pública, à desarmonia entre elementos da força armada, à desobediência às leis e decretos ou às autoridades» e «o encerramento de fábricas ou oficinas e a suspensão ou cessação de trabalho de qualquer indústria, sem causa legítima».

²¹⁵ In *O Século*, de 20 de janeiro de 1934, p. 1.

Sob a capa de uma ditadura ‘paternalista e cristã’ hipocritamente adapta os violentos processos repressivos do fascismo italiano e do nazismo alemão à situação portuguesa, mantendo-lhes a eficiência, só alterando um pouco a forma, de maneira a torná-los mais discretos perante a opinião pública nacional e internacional.

Assim, jesuiticamente, ergueu um invólucro repressivo que abrange todo o País e penetra em todas as atividades.

(...). Os sindicatos livres dos operários foram suprimidos em 1933. Deixou de haver direito à greve e as lutas económicas são reprimidas brutalmente. Fecharam as cooperativas camponesas. Não há liberdade de imprensa, de reunião, de organização, de expressão de pensamento, embora estas liberdades venham consignadas na Constituição de 1933. Os discordantes da ditadura são perseguidos, demitidos dos empregos e muitas vezes presos e torturados. (...).

Para firmar a ‘paz e harmonia de interesses’ entre o capital e o trabalho, o Governo, em 1934, fechou os sindicatos livres e criou em substituição os ‘Sindicatos Nacionais’ debaixo do seu controlo. O Governo dos monopólios e do grande patronato arvorou-se em ‘medianeiro imparcial’ entre o patronato e o operariado.

Que fez este ‘medianeiro imparcial’ quando, para ‘amparar’ os operários, fascizou os sindicatos? À reação operária contra esta medida respondeu com uma feroz repressão, desde cargas da G. N. R. a cavalo sobre a multidão desarmada até à cadeia para centenas de trabalhadores. Só para um centro industrial vidreiro, a Marinha Grande, atirou com uma divisão militar inteira.

É sobre a classe trabalhadora que recai o maior ódio do fascismo. Irreconciliável com a ditadura, as suas lutas por melhores salários, por sindicatos livres, pela independência nacional, pela paz e pela democracia, têm sido reprimidas da maneira mais brutal»²¹⁶.

²¹⁶ Cf. José Dias Coelho, *A Resistência em Portugal*, Porto, Editorial Inova, 1974, pp. 13-14. Ainda sobre as características “dissimuladas” e “jesuíticas” da Constituição corporativa de 1933, refere Dias Coelho: «A ‘Constituição’ fascista proíbe qualquer uso da violência física pelas autoridades, mas os presos políticos são espancados (...). (...) não permite a pena de morte, mas a polícia política assassinou já nas ruas e em suas casas (...), com espancamentos na sede da polícia, no Campo de Concentração do Tarrafal e noutras prisões políticas, muitos comunistas e outros democratas. (...) não permite a prisão perpétua, mas

A primeira vítima mortal decorrente dos acontecimentos do 18 de janeiro foi o operário sindical Manuel Vieira Tomé, eleito Presidente do Sindicato dos Ferrovieiros em 1930 e 1931, e que participou na ação de sabotagem da via férrea na Póvoa de Santa Iria. Preso na sua casa em Lisboa, em abril de 1934, foi barbaramente torturado até à morte na sede da PVDE, durante os 12 dias em que permaneceu incomunicável, sendo o seu cadáver levado para a prisão do Aljube onde lhe foi diagnosticado “suicídio por enforcamento”²¹⁷. Eram os “safanões dados a tempo” por Salazar.

O campo de concentração do Tarrafal vai funcionar como um verdadeiro “campo dos horrores” e será considerado o expoente máximo da «longa noite de pedra»²¹⁸ da ditadura

a verdade é que há em Portugal dezenas de presos políticos que ninguém sabe quando sairão em liberdade (*Ibidem*, p. 69).

Ainda sobre as “virtualidades” sociais do corporativismo salazarista veja-se a *Cartilha do Corporativismo*, Lisboa, Edição da U. N. (em colaboração com o S. P. N., no VII aniversário da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional), 1940, 120 págs. e *Formação Social e Organização Corporativa. Fundamentos da Política Social e Corporativa*, Porto, Edição da Junta da Ação Social, s. d., 192 págs. O escritor espanhol Miguel de Unamuno apelida o regime de Salazar como «uma espécie de fascismo de cátedra», uma «ditadura académico-castrense ou, se quiserem, bélico-escolástica» (cf. João Medina, *Salazar em França*, Lisboa, Edições Ática, 1977, pp. 24-25).

Um dos grandes amigos de Salazar foi o padre Carneiro de Mesquita que ia celebrar missa todos os domingos à capela da residência oficial de S. Bento (onde residia Salazar), um pequeno oratório que se abria no primeiro andar como se fosse um armário. Salazar ajudava à missa em latim e preparava a água e o vinho, mas não se confessava nem comungava. Carneiro de Mesquita era um dos amigos mais ricos de Salazar e as suas amizades vinham dos tempos em que frequentavam aulas de Direito na Universidade de Coimbra. Nesta altura foi Carneiro de Mesquita que financiou o jornal *Imparcial*, um panfleto político de Salazar e Cerejeira e mais tarde foi ele que pagou o internamento hospitalar do futuro ditador que durou três meses, quando este partiu uma perna ao escorregar no Ministério das Finanças, em 1928. Também foi ao seu amigo padre que Salazar pediu emprestados 150 contos (cerca de 54 mil euros aos preços atuais) para comprar um terreno e uma casa em Santa Comba Dão, em 1954. O objetivo era que a propriedade ficasse para a sua governanta, quando ele morresse, passando a propriedade após a morte desta para a Misericórdia de Santa Comba, o que nunca se veio a concretizar (cf. Pedro Jorge Castro, «Os melhores amigos de Salazar», in *Sábado*, [Lisboa], n.º 427, de 5 de julho de 2012, p. 40).

²¹⁷ O corpo de Manuel Vieira Tomé apresentava contusões graves, a cabeça deformada, os braços e os dedos das mãos encontravam-se partidos em vários locais e os pulsos queimados devido à ligação da eletricidade às algemas. Para tentar esconder o crime a PVDE atou ao pescoço do sindicalista uma gravata, a encenar suicídio. O relatório da autópsia mencionava que os vincos encontrados no pescoço eram perpendiculares à coluna vertebral, quando nos enforcamentos os vincos aparecem oblíquos, o que provava que não tinha sido um enforcamento.

Manuel Vieira Tomé tornou-se militante do PCP desde finais dos anos 20 e em 1929 passou a integrar a Direção do Sindicato dos Ferrovieiros, sendo depois eleito seu Presidente. Em 1929 participou na constituição da Federação dos Trabalhadores dos Transportes, que editava *O Reduto* com uma tiragem de 30 000 exemplares nos finais de 1933 (sob a direção de José de Sousa, secretário-geral da CIS e que dirigia a Federação dos Transportes). Manuel Tomé também foi eleito para a Comissão Operária de Reforma da Lei de Desastres de Trabalho e em 1933 passou à clandestinidade (cf. S. V. I., «Cópia do protesto enviado pela Secção Portuguesa do S. V. I. aos ministros do interior e finanças e ao presidente da República», Lisboa, Socorro Vermelho Internacional, [1934]; «Manuel Vieira Tomé, antigo militante ferroviário, foi barbaramente assassinado pelos verdugos desta ditadura homicida!», in *A Batalha*, série III, ilegal, ano XV, n.º 2, maio de 1934, p. 1; «Manuel Vieira Tomé foi assassinado há 4 anos», in *Avante!*, II série, ilegal, n.º 81, abril de 1938, p. 1, e «Manuel Vieira Tomé», in *O Militante*, Lisboa, série IV, ano 59, n.º 188, janeiro de 1991, pp. 21-22).

²¹⁸ Expressão cunhada pelo poeta galego Celso Emílio Ferreiro ao caracterizar a longa ditadura salazarista e que foi aplicada ao ex-deportado Manuel Henriques Rijo, dirigente anarcossindicalista, pelo

salazarista. Em vez do campo na Foz do Cunene, em Angola, a escolha recaiu sobre uma pequena e insalubre localidade, na Ilha de Santiago, Arquipélago de Cabo Verde. No dia 26 de abril de 1936, pelo Decreto-lei n.º 26 539, é criada a Colónia Penal do Tarrafal, que ficou conhecida como o “Campo da Morte Lenta”, e que foi inaugurada no dia 29 de outubro do mesmo ano com a primeira leva de 152 presos²¹⁹, muitos deles participantes no 18 de janeiro.

Logo a seguir ao fracasso do movimento as autoridades prenderam grande parte dos revoltosos, conseguindo muitos fugir e até evadir-se para Espanha. Segundo Fátima Patriarca, na totalidade foram presos 696 indivíduos, (76 antes da eclosão da ação, 599 entre 18 de janeiro e 31 de dezembro de 1934 e 21 nos anos posteriores), ligados à “greve geral revolucionária” e destes 417 são enviados ao Tribunal Militar Especial de Lisboa, sendo condenados 260 grevistas. Entre as principais localidades onde houve um maior número de detidos temos Lisboa (227), Marinha Grande (122), Coimbra/Anadia (83), Barreiro (41), Almada (37), Silves (35), Setúbal (22), Leiria (18) e Sines (14). Nas diversas localidades do Algarve, como Portimão, Castro Marim, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António e Faro as prisões ascendem a 41, antes e depois de 18 de janeiro²²⁰. Já a PVDE avança com uma relação de 435 elementos enviados ao T. M. E., «incriminação por terem tomado parte ativa no último movimento de 18/1/34». É provável que esta diferença tenha a ver com os 20 detidos de Portimão, não referidos por Fátima Patriarca, cujos processos organizados pela PSP de Faro foram remetidos pela PVDE ao T. M. E. em duas datas diferentes: 14 de março de 1934, contendo os detidos José Negrão Buízel, José Mateus da Graça, Joaquim Pedro, Abundância José, Manuel d’Arez, Artur da Silva, “O Nicho”, Gregório da Purificação ou Gregório Rita, António Rodrigues, Luís António, Manuel Dias Pereira, José Mendes do Carmo e Manuel Marques, afetos à organização anarquista, e em 17 de março com os presos José d’Oliveira Calvário Júnior, António do Carmo Carrasco ou António Catarino, António José dos Santos, “O Galaraz”, Francisco

tempo de cativo que passou no Campo do Tarrafal (AHS/BN, Espólio de Manuel Henriques Rijo, Cx 41, doc. 5).

²¹⁹ A primeira leva de 152 “tarrafalistas” que inauguraram o campo de concentração tinha origens diversas: cerca de 35 marinheiros provenientes da revolta da Armada de 8 de setembro de 1936, cerca de 60 presos que se encontravam nas prisões de Lisboa, Porto e Coimbra, entre outras, cerca de outros 40 presos vindos do presídio de Angra do Heroísmo, na Terceira, e à volta de uns outros 20 elementos heterogêneos, entre os quais se encontravam alguns portugueses que estavam radicados na Galiza e que foram repatriados pelos nacionalistas de Franco (cf. Gilberto de Oliveira, *Memória Viva do Tarrafal*, Lisboa, Edições Avante!, 1987, p. 70).

²²⁰ Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*, cit., p. 458.

António da Luz, Abílio da Silva, Francisco Diogo, “O Chico Miúdo”, Francisco da Glória Perrolas e José Dantas²²¹, conotados com os comunistas.

Das 260 condenações pelo TME, 107 foram alvo de penas de prisão correcional até dois anos em que as mais elevadas são acompanhadas de multas pecuniárias e perda de direitos políticos por cinco anos, 89 a penas que variam entre três e oito anos, a que se junta o degredo ou desterro, com ou sem prisão e pesadas multas, e 64 são condenados a pesadíssimas penas de degredo ou desterro, quase sempre com prisão, entre dez e vinte anos e multas de vinte contos. Estão neste último caso os principais dirigentes políticos e os militantes e operacionais que prepararam e participaram no 18 de janeiro, como Mário Castelhana, principal dirigente da CGT e que assumiu a responsabilidade pelo movimento a nível nacional, Arnaldo Simões Januário, principal dirigente da CGT em Coimbra, José Alexandre, José Ventura Paixão e Bernardo Casaleiro Pratas, os anarquistas que dinamitaram a central elétrica nesta cidade, Ernesto José Ribeiro, o comunista que participou nas ações em Xabregas, António Guerra, um dos principais dirigentes comunistas na Marinha Grande, Francisco Pereira da Silva, um dos revoltosos marinhenses que participou no ataque ao posto da GNR, Joaquim Montes, Pedro Matos Filipe e Manuel Augusto da Costa, os anarquistas de Almada que fabricaram ou transportaram bombas, João Montes, o comunista que lançou uma bomba no Barreiro, os anarquistas Acácio Tomás de Aquino e Custódio da Costa, membros do comité de ação da CGT e que terão fabricado e distribuído bombas, e os algarvios João Rodrigues, anarquista de Vila Real de Santo António, o comunista António Estrela e o anarquista Virgílio Pires Barroso, ambos de Silves²²².

Os presos do Algarve, participantes ou acusados de participar no movimento revolucionário eram entregues, numa primeira fase, à PSP e à GNR dos respetivos concelhos até serem enviados para os calabouços do Governo Civil de Faro, às ordens da Polícia Política, onde eram sujeitos a interrogatórios. Seguiam depois para a sede da PVDE, em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso onde eram novamente interrogados e sujeitos a várias torturas, como os espancamentos e a “estátua”. Depois transitavam para as prisões do Aljube e da Trafaria durante a instrução do processo, seguidamente para

²²¹ V. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo n.º 27/A-934, fls. 7, 63, 64, «Relação de presos enviados ao T. M. E. em 1934».

²²² Vide Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*, cit, pp. 459-461. Veja-se também João Vasconcelos, *O 18 de janeiro de 1934...*, cit, pp. 179-180.

Caxias a aguardar julgamento e depois para Peniche, Angra do Heroísmo e Tarrafal, onde cumpriam as penas.

Era comum os presos recorrerem das penas aplicadas pelo TME que, por vezes, as reduzia a alguns presos não considerados “perigosos”, ou cujos motivos da condenação não justificavam a aplicação de penas tão pesadas. Simples trabalhadores, que nem seriam dirigentes e responsáveis de primeiro plano, foram alvo de sentenças pesadíssimas, sem critério, ao sabor da vontade e disposição dos juizes militares do regime. Acontecia o mesmo com a revisão das penas mediante a apresentação de recurso por parte dos presos.

Vejamos a situação concreta dos presos residentes e quase todos naturais de Portimão ligados à “fação ou organização anarquista” desta cidade, segundo a PVDE. Assim, foram acusados pelo TME, em 18 de agosto de 1934, os revolucionários Joaquim Pedro, de 23 anos de idade, solteiro, servente de pedreiro, residente no Cabeço de Mocho, Abundâncio José, de 27 anos, casado, trabalhador da indústria de conservas, residente na Aldeia do Maravilhas, José Varela, de 23 anos, com a profissão de calafate e Manuel Joaquim Gonçalves, também conhecido como “Manuel Valmatos”, natural de Silves. A acusação prende-se com o facto de em dezembro de 1933, ou janeiro de 1934 (antes do dia 17), terem sido portadores de 24 bombas explosivas que o “Valmatos” foi buscar a Lisboa e entregou a José Varela que as meteu dentro de um cântaro de vidro e com o Joaquim Pedro e o Abundâncio José foram escondê-las no lugar do Cabeço do Mocho, em Portimão²²³.

Na mesma data foram ainda acusados pelo TME os revolucionários libertários, ou conotados com o anarcossindicalismo, Manuel D’Arez, de 24 anos, casado, trabalhador, residente na Aldeia do Maravilhas; José Mateus da Graça, de 32 anos, casado, chauffeur marítimo, residente na Rua do Capote; José Negrão Buízel, de 58 anos, casado, professor particular de instrução, residente na Rua Diogo Tomé, (já tinha sido preso em 27/03/1928 por ser considerado “elemento avançado”); Artur da Silva, “O Nicho”, de 32 anos, casado, trabalhador de conservas (na fábrica João Júdice Fialho), residente na Aldeia da Boavista; Gregório da Purificação, ou “Gregório da Rita”, de 40 anos, solteiro, trabalhador de conservas (fábrica João Júdice Fialho), residente na Aldeia da Boavista; António Rodrigues, de 33 anos, casado, trabalhador de conservas na fábrica João Júdice Fialho, residente na Aldeia da Boavista; Luís António, de 25 anos, casado, com a profissão de

²²³ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1055-A/SPS, NT 4304, fl. 21, «Artur da Silva “O Nicho” e José Mateus da Graça, Cópia de Sentença, de 23 de agosto de 1934.

trabalhador também na fábrica Severo Ramos, Ld.^a, residente na Rua de S. José; Manuel Dias Pereira, de 43 anos, casado, natural de Aveiro, chauffeur marítimo; José Mendes do Carmo, de 36 anos, casado, sapateiro, residente na Quinta Teixeira Gomes; Manuel Marques, de 43 anos, natural de Monchique, casado, trabalhador de conservas na fábrica Severo Ramos, Ld.^a, residente na Aldeia da Boavista; Manuel Agostinho Gorgulho, solteiro, com a profissão de trabalhador e José Abundâncio, de 33 anos, casado, trabalhador na Hidráulica Agrícola da Ribeira do Arade e residente na Ribeira do Arade, em Portimão. Foram estes homens acusados de, em dezembro de 1933, «assistirem a uma reunião clandestina, preparatória da Greve Geral Revolucionária» que teve lugar na oficina do sapateiro José Mendes do Carmo, na Travessa dos Caldeireiros, em Portimão²²⁴.

Como se comprova, grande parte dos elementos são jovens e operários, excetuando o professor e velho anarquista Negrão Buízel, uma figura incontornável e bem conhecida por se ter sempre colocado ao lado do movimento operário do Algarve. É de salientar o facto de alguns destes operários residirem na Aldeia da Boavista, em Portimão, considerado um “centro revolucionário e oposicionista operário” ao longo do “Estado Novo”, onde se localizava a fábrica de conservas “Boavista”²²⁵.

O TME condenou Manuel Joaquim Gonçalves, o “Valamatos” e José Varela a uma pena de 12 anos de prisão a cumprir no lugar do degredo e ainda na multa de vinte mil escudos a cada um dos arguidos. Quanto a Joaquim Pedro e a Abundâncio José as penas atingiram 10 anos de degredo e multa de vinte mil escudos cada um²²⁶. O tribunal utilizou mão dura a quem manuseou e escondeu as bombas explosivas e a diferença da condenação, mais pesada para os dois primeiros arguidos, terá a ver com o facto de terem

²²⁴ *Ibidem*, fls. 21 e 22. (Vide também ANTT, Arquivo PIDE/GGS, Processo n.º 27 A/934, «Incriminação por terem tomado parte ativa no último movimento revolucionário de 18/01/934», fls. 63, 64 e 139-144).

²²⁵ Numa entrevista que nos concedeu, José Marques, filho do revoltoso anarquista Manuel Marques e também morador na Aldeia da Boavista, aderente às ideias do PCP, disse que também foi perseguido pela PIDE e que acabou por passar uns tempos na prisão de Caxias, alguns anos mais tarde. Quando o pai se encontrava a cumprir a pena na Fortaleza de Peniche, José Marques e a mãe – segundo nos disse - acabaram mesmo por ir viver para Peniche, durante cerca de um ano, para assim se encontrarem mais perto do familiar e poderem visitá-lo com alguma regularidade.

Noutras entrevistas que fizemos a António José Moleiro e a Joaquim Campos, moradores, respetivamente, na Aldeia da Boavista e na Coca-Maravilhas, em Portimão, os mesmos confirmaram os pseudónimos de Artur da Silva, como “O Nicho” e de António José dos Santos, como “O Galaraz”, os quais tinham residido na mesma Aldeia da Boavista e que este último chegou a ser Presidente do Clube Futebol Boavista (em Portimão), uns anos mais tarde a seguir aos acontecimentos do movimento revolucionário.

²²⁶ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1055-A/SPS, cit., fl. 22.

sido julgados à revelia, pois encontravam-se a monte e a polícia ainda os não tinha conseguido capturar.

José Negrão Buízel e José Mateus da Graça foram condenados a 4 anos de desterro, cem escudos de multa e na perda de direitos políticos por 10 anos, cada um, enquanto Manuel D’Arez, Artur da Silva, Gregório da Purificação, António Rodrigues, Luís António, Manuel Dias Pereira, Manuel Marques e Manuel Gorgulho foram condenados a uma pena de 3 anos de desterro, cem escudos de multa e perda de direitos políticos durante 10 anos. Manuel Gorgulho ainda não tinha sido capturado. No acórdão vinham as atenuantes para as penas não serem mais pesadas – “o bom comportamento anterior e a prisão sofrida”, o que não deixa de ser estranho em relação ao anarquista José Negrão Buízel, que sempre se mostrara rebelde, ao lado dos operários e um oposicionista veemente à ditadura. Já José Mendes do Carmo e José Abundância, que atuaram «sem intenção criminosa, mas com culpa», foram alvo de uma pena de 5 meses de prisão correcional e a 150 dias de multa à razão de um escudo por dia. Tendo em conta o tempo de prisão sofrido a pena encontrava-se expiada, pelo que estes dois arguidos foram soltos²²⁷. Aqui saltam à vista mais algumas incoerências do tribunal militar. Por exemplo, a generalidade dos revoltosos que assistiu à reunião preparatória do 18 de janeiro apanhou uma pena bem mais pesada que o sapateiro José Mendes do Carmo que cedeu a oficina para a referida reunião. José Abundância que também assistiu à reunião teve a mesma condenação que José Mendes do Carmo.

Mas as incongruências não se ficam por aqui. No recurso ao acórdão que os presos apresentaram o TME, em 31 de agosto de 1934, manteve a pena aplicada, sem alterações, a Joaquim Pedro, que acabou por ir parar ao Tarrafal e determinou uma grande redução da sentença a Abundância José, que passou para 22 meses de prisão correcional e igual tempo de multa à razão de cinco escudos diários. A José Negrão Buízel e José Mateus da Graça a sentença é reduzida para 3 anos de desterro, mantendo-se os cem escudos de multa e a perda de direitos políticos por 10 anos. Quanto aos réus Gregório da Purificação, Artur da Silva, António Rodrigues, Manuel D’Arez, Manuel Marques e Manuel Dias Pereira as penas foram reduzidas para 540 dias de prisão correcional e igual tempo de

²²⁷ *Ibidem*, fls. 22 e 23.

multa de dois escudos diários cada um²²⁸. Não se percebe uma diferenciação tão grande na aplicação e redução das penas, quando a acusação era similar para os arguidos.

Conforme se disse, os revoltosos José Varela, Manuel Joaquim Gonçalves ou “Manuel Valmatos” e Manuel Agostinho Gorgulho foram julgados à revelia por se encontrarem foragidos. Enquanto este último foi amnistiado em 13 de julho de 1940, José Varela foi capturado pela PVDE no início de 1946, julgado e entregue às Cadeias Cíveis Centrais de Lisboa em 15 de fevereiro de 1946, enquanto “Manuel Valmatos” mantinha ainda a ordem de captura pelo Diretor da PVDE em março de 1952. Refira-se que “Valmatos” fora acusado de ter ido buscar as 24 bombas a Lisboa e fora condenado a uma pena de 12 anos de prisão com degredo e a uma multa de vinte mil escudos, a mesma sentença aplicada a José Varela²²⁹.

Os militantes ou afetos ao PCP em Portimão e implicados no 18 de janeiro também foram presentes aos juízes do TME e sentenciados a diversas penas²³⁰ (embora menos severas do que as penas aplicadas aos anarquistas): Francisco da Glória Perrolas, de 28 anos, carpinteiro naval, foi condenado a 12 meses de prisão correccional; José Dantas, de 37 anos, padeiro, condenado a 8 meses de prisão correccional (foi solto no próprio dia da condenação, em 27/10/34, por já ter cumprido o tempo da pena); Francisco Diogo, “O Chico Miúdo”, de 28 anos, conserveiro, condenado a 10 meses de prisão correccional; António do Carmo Carrasco, também conhecido por “António Catarino”, de 39 anos, estivador, condenado a 12 meses de prisão correccional; António José dos Santos, “O Galaraz”, de 27 anos, conserveiro, condenado a 12 meses de prisão correccional; Francisco António da Luz, de 25 anos, serralheiro, condenado a 12 meses de prisão correccional; Abílio da Silva, de 29 anos, padeiro, condenado a 12 meses de prisão correccional, e José d’Oliveira Calvário Júnior²³¹, de 35 anos, empregado de escritório,

²²⁸ *Ibidem*, Cópia de Recurso, fls. 24-26. Na data da apreciação do recurso, em 31 de agosto de 1934, considerando a prisão já sofrida, faltava a Abundância José cumprir 490 dias de prisão correccional, a Gregório da Purificação, Artur da Silva, António Rodrigues e Manuel D’Arez faltavam 370 dias, a Manuel Marques faltava 372 dias e a Manuel Dias Pereira faltava cumprir 357 dias de prisão correccional.

²²⁹ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1055-A/SPS, NT 4304, Ofício do TME para o Diretor da PVDE, fl. 28, de 10 de março de 1938; Ofício do Diretor da PVDE ao Corregedor do Crime no 1.º Juízo Criminal de Lisboa, fl. 54, de 18 de fevereiro de 1952 e Ordem de Serviço n.º 225/940 da PVDE de Lisboa, fl. 55, de 6 de março de 1952.

²³⁰ Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*, cit., pp. 498, 500, 501, 505, 509 e 512.

²³¹ José de Oliveira Calvário Júnior foi transferido para a prisão do Aljube enquanto esperava pelo julgamento pelo TME, tal como outros presos. Nesta prisão colaborou no *Boletim Inter-Prisional* comunista que era feito clandestinamente, escrevendo vários artigos tais como “Derrocada” e “Nove de abril”, em abril de 1934. (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1189, N.º 4308, «José António Calvário Júnior», Auto de perguntas da PVDE, fls. 22-25, de 17 de julho de 1934).

condenado a 15 meses de prisão correcional. A todos foi aplicada a condenação suplementar de perda de direitos políticos por 5 anos. Estes últimos cinco elementos faziam parte do comunista “Comité Revolucionário de Portimão”.

Um dos presídios do “Estado Novo” onde os implicados no movimento do 18 de janeiro foram cumprir as penas foi a Cadeia do Forte de Peniche²³². Os presos amontoavam-se nas casernas insalubres, sem condições de higiene e que anteriormente tinham servido de cavalariças. As enxergas onde se deitavam estavam sebatas e a alimentação era má, tal como a assistência médica, mas podiam movimentar-se dentro da Fortaleza o que permitia o convívio entre os presos, a leitura e o estudo de diversas matérias, como línguas, história e matemática. Aproveitavam igualmente o tempo para a atividade política, embora clandestinamente. As movimentações dos presos acabavam por ser limitadas pelas atitudes violentas e provocatórias dos carcereiros, o que gerava descontentamento e resistência à imposição de uma disciplina de tipo militar. A seguir vinham os castigos.

Eram muito duros e comuns «os castigos do segredo localizado no Baluarte Redondo, onde existiam pequenas celas, húmidas e sem luz, sem qualquer objeto, exceto a enxerga – que era entregue à noite – e um balde onde os presos eram obrigados a fazer as suas

²³² A Fortaleza de Peniche começou a ser construída em 1557, no reinado de D. João III, atendendo à importância económica do lugar de Peniche e às investidas dos piratas. Em 1589 os ingleses sob o comando de Francis Drake e aliados de D. António Prior do Crato ocuparam a Fortaleza que ainda não estava totalmente concluída e ali se mantiveram, esperando D. António em vão pela ajuda dos “amigos de Peniche”. A conclusão das obras só ocorreu em meados do século XVII, em pleno período da Restauração, passando o Governador e a guarnição militar a ficar instalados na Fortaleza. A arquitetura seiscentista da Fortaleza ou Forte de Peniche ficou bem visível na muralha envolvente e nos seus baluartes – Alto de Vela, Cavaleiro, Moinhos, Santo António, Ilhéu e Redondo.

O terramoto de 1755 provocou danos avultados na Fortaleza, o que obrigou a diversas obras de manutenção e ampliação. Durante a 1.ª invasão francesa foi a Fortaleza ocupada pelos invasores que, após terem sido expulsos, cederam o lugar às tropas britânicas. Durante as guerras liberais o Forte de Peniche serviu de prisão a mais de uma centena de liberais, em 1824. Em 1837 uma violenta explosão no paiol destruiu parcialmente o Palácio do Governador que não mais foi reconstruído e no século XIX o Forte perdeu as suas funções militares. Entre 1901 e 1904 ali foram acolhidos refugiados boers que tinham fugido para Moçambique devido à guerra anglo-boer na África do Sul, e durante a I Guerra Mundial serviu de prisão a alguns alemães e austríacos. Em 1937 foi a Fortaleza cedida para sanatório de tuberculosos e entre 1934 e 1974 serviu de prisão a cerca de 2 500 presos políticos portugueses. Ficaram célebres várias fugas da Fortaleza de oposicionistas ao “Estado Novo”, como a de Francisco Horta Catarino, José Santos Rocha e José Filipe Piçarra (militares), em 1936, a de Augusto Valdez, Artílio Baptista e Veríssimo Sim Sim, em 1938, a de Francisco Miguel e Jaime Serra, em 1950, a de Dias Lourenço, em 1954, e a fuga coletiva de 1960, envolvendo vários dirigentes do PCP e outros altos responsáveis políticos como Álvaro Cunhal, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Francisco Miguel, Pedro Soares, Guilherme da Costa Carvalho, Rogério de Carvalho, José Carlos e Francisco Martins Rodrigues. No dia 27 de abril de 2019 foi inaugurada na Fortaleza de Peniche o Museu da Resistência e da Liberdade (cf. *Forte de Peniche Memória, Resistência e Luta*, 3.ª edição, s. l., Edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2017, pp. 83-86 e 117-157, e José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política – O Prisioneiro (1949-1960)*, 1.ª edição, Vol. 3, Edições Temas e Debates, 2005, pp. 702-732).

necessidades fisiológicas e que só era despejado de 24 em 24 horas». Os castigos no “segredo” podiam durar dias, semanas e até um mês, «muitas vezes a regime de pão e água»²³³. Outro local utilizado para os castigos eram as “casamatas”, «pequenos compartimentos baixos, húmidos e lamacentos que existiam num túnel» e onde por cima se encontravam elementos da GNR a vigiar parte da Fortaleza²³⁴.

Em 1952 as condições na Cadeia do Forte pioraram significativamente, pois nas refeições dadas aos presos aparecia carne podre, o que os levou a recusarem o rancho. Acusados de fazerem greve da fome foram castigados com 10 dias sem visitas. Familiares dos presos e outros populares protestaram e promoveram uma concentração à entrada do Forte, o que conduziu à prisão de Virgínia de Moura, Palmira de Sousa e Olinda Rodrigues, enquanto outras pessoas detidas foram para o posto local da GNR²³⁵.

Vários presos tiveram um destino ainda bem mais cruel e terrível, acabando por ir parar ao degredo da Fortaleza de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo²³⁶, e depois, alguns deles ao Campo de Concentração do Tarrafal. Os presos do Algarve chegaram a Angra no dia 13 de setembro de 1934 a bordo do navio “Carvalho Araújo” e acabaram por conviver com Bento Gonçalves, Mário Castelhana e outros dirigentes do movimento. Em junho de 1935, por ter sido capturado mais tarde, juntou-se-lhes Carlos Sovera, um outro preso do Algarve²³⁷.

Além do jovem Carlos Martins Sovera, com apenas 16 anos de idade, de Silves, passaram pela Fortaleza de S. João Baptista muitos outros revolucionários do Algarve, a maioria dirigentes e afetos à CGT e ao PCP/CIS: Manuel Pessanha, Virgílio Pires

²³³ V. Forte de Peniche *Memória, Resistência e Luta*, cit., p. 90.

²³⁴ *Ibidem*, pp. 90-91.

²³⁵ *Ibidem*, p. 93.

²³⁶ A Fortaleza de S. João Baptista é uma construção militar localizada no lado ocidental da baía de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, Açores, com uma posição dominante sobre o istmo da península do Monte Brasil. A sua construção data de finais do ano de 1592, durante o período filipino. Em novembro de 1933 começou a funcionar como prisão política quando recebeu a primeira leva de presos que ali chegou a bordo do navio “Quanza”. Muitos dos revoltosos do 18 de janeiro foram engrossar o número de detidos em setembro de 1934. A “poterna” e o “calejão” eram os dois lugares malditos para os presos. Durante a II Guerra Mundial muitos militares são enviados para os Açores, o que leva à transferência dos presos para outro fortim mais pequeno, o Castelo de S. Sebastião, nas proximidades da cidade de Angra, que se designava como o “Castelinho”, o qual começou a construir-se em 1555. Em meados do século XX, a Comissão da Avaliação das Novas Infraestruturas das Forças Armadas (CANIFA) procedeu à demolição dos edifícios do terraplino oeste da fortaleza, assim como de outros edifícios situados a leste da igreja da Fortaleza. Todo o conjunto da Fortaleza se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 32 973, de 18 de agosto de 1943, e inscrito no Centro Histórico de Angra do Heroísmo, classificado pela UNESCO como Património Mundial desde 1983 (v. Hermínio de Freitas Nunes, *Augusto Costa, um vidreiro no Tarrafal...*, cit., p. 129).

²³⁷ Cf. *Presos Políticos no regime fascista 1932-1935*, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, p. 153.

Barroso, António Estrela, António Teodoro, Abatino da Luz Rocha, Joaquim dos Santos Caetano, Abílio Gonçalves, “O Garradas”, João Montes e Manuel Simão Júnior, silvenses, Joaquim Pedro, de Portimão, António Afonso Pereira, de Vila do Bispo, Fernando Bandeira do Carmo, João Rodrigues, o “João da Quinta”, e Gavino Rodrigues, de Vila Real de Santo António, José Ramos dos Santos e José dos Santos Viegas, o “Tavira”, de Tavira. Destes só não foram parar ao Tarrafal António Estrela, Fernando Bandeira do Carmo, João Montes, Joaquim dos Santos Caetano, Manuel Simão Júnior e Virgílio Pires Barroso ²³⁸. João Montes e Abílio Gonçalves, “O Garradas”, embora oriundos de Silves, foram acusados de terem organizado e participado nos atentados à bomba no Barreiro, no dia do movimento insurrecional²³⁹. Se é um facto que, na generalidade, os principais responsáveis do movimento revolucionário foram alvo das condenações mais severas, nem sempre estes critérios foram seguidos pelos juízes militares. Muitos elementos com uma intervenção reduzida sofreram penas pesadíssimas, enquanto alguns dos principais dirigentes políticos e sindicais tiveram condenações menos pesadas, o que demonstra que os promotores e juízes salazaristas acusaram, julgaram e condenaram a seu bel-prazer.

Os presos foram assim atirados para os presídios salazaristas, vivendo em condições miseráveis e sofrendo horríveis torturas às mãos dos seus algozes. Tais factos foram denunciados pela imprensa clandestina, principalmente libertária e comunista. Sobre o Forte da Trafaria, onde foi torturado Mário Castelhana, *A Batalha* afirmava que «os presos sociais da Casa de Reclusão [são] sujeitos a um regime desumano, iníquo e intolerável», onde eram «barbaramente espancados e feridos por protestarem contra o

²³⁸ *Ibidem*, pp. 76, 83, 90, 94, 102, 108, 110, 112, 118, 121, 123, 129, 141, 142, 147 e 153. Veja-se também Maria João Raminhos Duarte, *Presos Políticos Algarvios em Angra do Heroísmo e no Tarrafal*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portimão, 2009, p. 26.

²³⁹ V. Maria João Raminhos Duarte, *Presos Políticos Algarvios...*, cit., p. 26.

João Montes também conhecido como João Caldeireiro nasceu em Silves a 29 de maio de 1897. Anarcossindicalista e com a profissão de corticeiro foi um dos organizadores do 18 de janeiro no Barreiro e o autor de um atentado bombista, ferindo seis operários. Condenado pelo TME em 12 anos de degredo com prisão e multa de 20 contos, passou pelos Fortes de Angra do Heroísmo e de Peniche. Faleceu no Hospital do Desterro em 27 de outubro de 1953, tendo residência em Silves.

Abílio Gonçalves também nasceu em Silves em 18 de maio de 1884 e igualmente corticeiro e anarcossindicalista, morador no Barreiro. Trabalhava na fábrica Cantinho & Marques, Ld.^a, tinha dotes de orador, apesar de analfabeto e destacou-se na Associação de Classe dos Corticeiros. Nesta localidade foi um dos organizadores do 18 de janeiro e um dos autores de um atentado bombista. Foi condenado pelo TME a dez anos de degredo com prisão, multa de 20 contos e perda de direitos políticos por dez anos. Depois de Angra do Heroísmo acabou por ir parar ao Tarrafal, daqui regressando muito doente em 1946. Quando regressou foi ter com o seu ex-patrão, Francisco Sequeira Cantinho e ofereceu-lhe uma mala de viagem feita por ele na colónia penal do Tarrafal. Pediu-lhe desculpa pela bomba atirada uns anos antes, dizendo que a mesma não se dirigia a ele (*ibidem*, p. 71).

regime da fome»²⁴⁰. A Fortaleza de S. João Baptista, nos Açores, era apelidada de «Bastilha de Angra» e «baluarte da tirania católica» de Salazar, onde a violência sobre os prisioneiros assumia severas proporções e onde se amontoavam «na pior das promiscuidades», sendo atirados para o horror do «calejão» e da «poterna», consideradas «antecâmaras da morte» na «Ilha dos Safanões»²⁴¹.

Sobre o «calejão» o órgão anarcossindicalista escreve que era «uma casa comprida abobadada, de piso de pedra e irregular, ao longo do qual corre uma tarimba. Para se evitar a penetração húmida que (...) do solo se colhe, da tortuosidade do piso, recorre-se a percorrê-la, mas tem a desvantagem de acercar-se da parede e da abóbada de onde a água corre abundante, de encharcar o fato de quem se encoste. No fundo uma pequena janela, do outro lado um postigo». Sobre a «poterna» as condições são bem piores: «cavada na rocha, é um túnel de 22 degraus onde não há luz; de cima, os limos acumulam-se, a vida humana sucumbe. É ali que camaradas nossos têm estado 2 dias; é a morte premeditada, é o homicídio em massa que uns covardes fardados pacientemente executam com todos os requintes canibalescos»²⁴². Era frequente o espancamento individual e coletivo dos detidos e, ao mínimo pretexto eram enviados para o «calejão» e para a «poterna». Manuel Pessanha foi violentamente agredido «por se ter sorrido para um camarada»²⁴³.

Eclodiram alguns protestos entre os presos, como reclamações por correspondência, greves de fome e levantamentos de rancho, devido à péssima comida que recebiam e à repressão praticada pelos guardas que, com frequência, recorriam às coronhadas fazendo vários feridos. Uma vez encontravam-se 40 homens detidos no «calejão» e pelo simples facto de terem pedido água levou a que uma sentinela da GNR disparasse uma bala lá para dentro, a qual foi de encontro à abóbada de granito e em que os fragmentos atingiram os algarvios Virgílio Pires Barroso, Manuel Simão Júnior e outros presos. Só o simples facto dos presos saudarem qualquer camarada, quando passavam em frente de outra

²⁴⁰ In *A Batalha*, série III, ano XV, n.º 2, maio de 1934, p. 2.

²⁴¹ In *A Batalha*, série IV, ano XVI, n.º 1, março de 1935, pp. 1, 3 e 6.

²⁴² *Ibidem*, p. 3. O «calejão» era o local onde se encontravam os cavalos e muitos até acabavam por morrer devido ao frio e às águas. Depois muitos presos iam a seguir para a «poterna», onde passavam dias e dias às escuras e com uma alimentação horrível. Devido a estes castigos vários presos contraíam doenças e acabavam por morrer (cf. «Cerca de 500 presos políticos estiveram detidos em Angra do Heroísmo», in site <https://www.noticiasaminuto.com/pais/1090450/cerca-de-500-presos-politicos-estiveram-detidos-em-angra-do-heroismo>).

²⁴³ V. «Os presos políticos e sociais de Angra do heroísmo», in *Todos devem conhecer os brilhantes resultados das experiências do Dr. Goltz*, s. l., s. e., s. d., pp. 3-10.

caserna, ou de coçar o local da picada de um mosquito, que era proibido, era motivo para sofrerem coronhadas da parte dos guardas e até, serem enviados para a «poterna»²⁴⁴.

Verificaram-se algumas melhorias entre os presos, como a nível da alimentação e alguns passeios ao Monte Brasil que era um local de recreio e de onde viam a cidade e a imensidão do Oceano Atlântico. Com a chegada ao Forte do comandante Manuel Martins dos Reis foi tudo retirado aos presos e a repressão e violência aumentaram por parte dos guardas e carcereiros. O isolamento dos presos passou a ser absoluto e a vigorar uma censura rigorosa, havendo assaltos às suas malas e camaratas, além de terem de suportar chuvas torrenciais mesmo doentes com tuberculose, sífilis e outras doenças.

Como se disse, diversos órgãos de imprensa clandestinos denunciaram as terríveis condições de vida porque estavam a passar os presos políticos do 18 de janeiro em Angra do Heroísmo e noutros presídios do “Estado Novo”, e eram frequentes as intensas campanhas pela sua amnistia. Além de *A Batalha*, outros órgãos libertários tiveram uma ação proeminente neste âmbito, como a *Rebelião*²⁴⁵, jornal da Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados (FAPE), aderente à Federação Anarquista Ibérica (FAI), a *Ação Anarquista*, Boletim da Federação Anarquista Regional Portuguesa (FARP), o Boletim também designado *Ação Anarquista*, do Comité de Relações Anarquistas, ambos aderentes à FAI/FARP, o Boletim da Confederação Geral do Trabalho, *C. G. T.* e o órgão *O Jovem Anarquista*, porta-voz das Juventudes Libertárias da Região Portuguesa (JLRP), principalmente durante os anos de 1934, 1935 e 1936²⁴⁶.

²⁴⁴ Cf. Luís Portela e Edgart Rodrigues, *Na Inquisição do Salazar*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1957, p. 172 (carta datada de Angra do Heroísmo, de 30 de abril de 1935, de Ludoviko, pseudónimo de Luís Portela, para Verlin, pseudónimo de Edgar Rodrigues). Luís Portela passou quase 20 anos nas masmorras de Salazar, de onde foi mandado embora para morrer em casa, vítima dos maus tratos sofridos na prisão.

²⁴⁵ Veja-se «Pelos caídos – Uma campanha por uma ampla amnistia», in *Rebelião*, n.º 2, agosto de 1935, p. 1; «Na Fortaleza de Peniche – Espancamentos. Greve da fome. Mais deportados para a Bastilha da morte», *ibidem*, p. 4 e «Portugal – campo do sadismo e do crime», *ibidem*, n.º 6, dezembro de 1935 e janeiro-fevereiro de 1936, p. 1.

²⁴⁶ Cf. os seguintes artigos (em particular): «Nas prisões», in *Ação Anarquista*, s. l., policopiado, ano I, n.º 1, janeiro de 1935, p. 7 e «Atenção!... A Tragédia da Fortaleza de S. João Baptista», *ibidem*, Suplemento, pp. 1 e 2. (Este último artigo é uma exposição pública dos presos da Fortaleza de Angra do Heroísmo, que termina da seguinte forma: «Naquela fortaleza encontram-se 50 camaradas libertários, cujas penas atingem um total de 395 anos, cerca de 4 séculos, com um total de 601 400 escudos»). Ver ainda: «Retalhos da ‘Beleza’ Salazarista», in *Ação Anarquista*, Lisboa, 2.ª série, n.º 2, Boletim do Comité de Relações Anarquistas, policopiado, junho de 1936, p. 7; «Na Trafaria» e «No Aljube», in *C. G. T.*, Lisboa, Boletim da CGT, policopiado, n.º 4, agosto de 1934, p. 5; «O ‘Paraíso’ Salazarista», *ibidem*, n.º 5, setembro de 1934, p. 2; «A tortura dos presos sociais», *ibidem*, p. 13; «A Ditadura e o Proletariado. Mais 70 trabalhadores para Angra», *ibidem*, n.º 7, novembro/dezembro de 1934, pp. 4 e 5 (trabalhadores condenados pelo TME por terem participado no 18 de Janeiro); «Há uma Bastilha nos Açores», *ibidem*, pp. 7-12; «A repressão fascista», in *O Jovem Anarquista*, s. l., ano I, n.º 1, policopiado, novembro de 1934, p. 8; e «Longos anos de tortura» e «Queremos a libertação dos presos», *ibidem*, n.º 3, janeiro de 1935, pp. 3 e 7.

Além do *Avante!*, também outro tipo de imprensa clandestina afeta aos comunistas denunciava com vigor os maus tratos e a situação degradante dos presos de Angra. O *Proletário*, órgão da CIS, e *O Jovem*, órgão da Juventude Comunista, fizeram sair diversos artigos nesse sentido²⁴⁷. O mesmo sucedeu com a publicação de inúmeros folhetos e opúsculos, apelando à solidariedade e à libertação dos presos. Um desses apelos mais vigorosos foi aquele que foi lançado por cerca de 200 deportados (grande parte deles ligados ao 18 de janeiro e muitos oriundos do Algarve), que se encontravam à espera de serem transferidos para o Tarrafal. O referido apelo lançado à opinião pública nacional e internacional foi feito através da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional, da Federação de Solidariedade e do Secretariado Jurídico da Confederação Geral do Trabalho. Ao descrever a Fortaleza de S. João Baptista o documento sublinha que esta, vista do exterior, «reveste terror e iniquidade», fazendo recordar «os antigos castelos medievais, símbolos de prazer e tortura», que no seu interior existem «verdadeiros focos de infeção» que exalam «um odor pestilencial» e que os sanitários não têm em conta a saúde dos presos, aglomerando-se estes aos 35 e 40 numa «promiscuidade revoltante»²⁴⁸.

Os revolucionários algarvios e muitos outros do 18 de janeiro que não foram parar ao Tarrafal permaneceram por vários anos na Fortaleza de S. João Baptista que também albergava mulheres, incluindo uma vinda do Algarve²⁴⁹. Sentiam-se como votados ao

²⁴⁷ Ver, em particular, os seguintes artigos: «Liquidam lentamente os nossos presos! O que vai pela fortaleza de Peniche. Nem as suas próprias leis respeitam. Na fortaleza de S. João Baptista», in *O Proletário*, ano II, n.º 16, agosto de 1935, p. 2; «Os crimes da polícia do Estado Novo», *ibidem*, n.º 18, outubro de 1935, p. 6; «Amnistia! Para todos os presos e perseguidos pelo fascismo. Imediata libertação daqueles que já cumpriram a pena» e «As vidas de José de Sousa, Bento Gonçalves, Fogaça e Seleiro, continuam em perigo», *ibidem*, ano III, n.º 21, fevereiro de 1936, pp. 3-4; «Trabalhadores: Defendamos os deportados de Angra!», *ibidem*, p. 6 (este artigo refere que o jovem comunista da Marinha Grande, Manuel Baridó, por ter escrito à mãe que a comida na prisão era insuficiente, «foi metido na ‘Poterna’ durante 51 horas, quando até aqui os próprios carrascos da Fortaleza consideravam que nenhum preso podia permanecer naquele buraco mais de 48 horas»); e «Mira da Silva», *ibidem*, n.º 28, dezembro de 1936, p. 3. Segundo esta notícia, Mira da Silva era um médico que trabalhava para a PVDE e que passou a usar um dos processos de tortura por si inventado, daí a alcunha de «pancadas científicas». As suas «pancadas científicas» – segundo refere *O Proletário* – «deixa a perder de valor alguns dos que usavam o Santo Ofício», e que consistia em proporcionar aos presos «pancadas violentas sobre as partes do corpo, (...) tais como: o coração, os rins, o fígado, os testículos, etc., de que resultam sofrimentos pavorosos e acidentes terríveis que têm causado a morte prematura a vários camaradas (...)».

O Jovem, órgão comunista, insere notícias, denúncias e apelos de amnistia a favor dos presos, nomeadamente o artigo «Amnistia!», in *O Jovem*, s. l., III série, n.º 15, de fevereiro de 1936, p. 1, onde afirma que «Angra, Tarrafal, terras onde existem túmulos de gente viva, antros onde os selvagens fascistas saciam o seu ódio às massas populares, torturando os seus filhos nas poternas e caleções», e interroga-se sobre o paradeiro de José de Sousa, Bento Gonçalves e outros presos deportados pelos «carrascos salazaristas», apelando à amnistia para os mesmos.

²⁴⁸ V. «Os presos políticos e sociais de Angra do Heroísmo», in *Todos devem conhecer os brilhantes resultados das experiências do Dr. Goltz*, cit., pp. 2-15.

²⁴⁹ A 30 de julho de 1936 foi presa Maria do Rosário Pires Tiago, de Tavira, acabando por ir parar à prisão de Angra do Heroísmo. Aqui foi acusada de ter «ligações clandestinas com alguns reclusos do mesmo

esquecimento, em isolamento total e com os nervos em franja, além da repressão frequente de que eram vítimas. Uma das suas fontes de distração e informação consistia em apanharem, às escondidas, os pedaços de papel de jornal que os soldados atiravam da muralha e que ficavam nos arbustos, depois de os utilizarem como papel higiénico. A seguir procediam à sua cuidadosa limpeza passando a funcionar como um veículo de informação²⁵⁰. Os presos também comunicavam uns com os outros através das paredes, utilizando uma cifra por si inventada e que foi usada nas várias prisões do “Estado Novo”. Uma das chaves consistia em escrever todo o alfabeto numa quadrícula de cinco por cinco, em que o A era o 1+1, o B o 1+2, etc., depois o F era o 2+1, o G o 2+2 e assim por diante²⁵¹.

Com a guerra e a ida dos militares para os Açores os presos foram transferidos para a prisão do “Castelinho”, aqui permanecendo até 1943 e onde a situação prisional continuava um autêntico inferno. Os presos políticos algarvios, depois de muitos apelos dos familiares e de outras instâncias, regressaram ao Continente com a saúde arruinada, onde se contavam Manuel Simão Júnior e António Estrela. Depois de passar mais um ano na cadeia do Aljube e ao fim de doze anos de prisão Manuel Simão Júnior foi restituído à liberdade condicional, acabando por falecer em Silves, no dia 19 de maio de 1946. No cortejo fúnebre estiveram presentes cerca de 2 000 pessoas e no cemitério um operário discursou «apontando o exemplo de firmeza e dedicação do companheiro morto»²⁵². Já António Estrela, que sofria do coração, foi transferido no dia 9 de junho de 1943 para a Fortaleza de Peniche e a 22 de setembro de 1945 foi entregue nas Cadeias Civas Centrais de Lisboa, passando pelas prisões do Limoeiro e de Monsanto e retornando a Peniche, de onde saiu em liberdade a 18 de novembro de 1946, ao fim de quase 13 anos de prisão²⁵³.

Alguns dos presos regressados de Angra do Heroísmo evadiram-se do Forte de Peniche em 20 de setembro de 1946, participando nessa fuga os silvenses Joaquim dos Santos Caetano e Abatino da Luz Rocha²⁵⁴. Enquanto o primeiro foi capturado, o segundo

Depósito», o que negou. Acabou por ser solta em 4 de janeiro de 1937 (cf. *Presos Políticos no Regime Fascista 1936-1939*, Vol. II, p. 446).

²⁵⁰ Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Presos Políticos Algarvios...*, cit., p. 29.

²⁵¹ V. Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, Lisboa, Edições Avante!, 1984, p. 35.

²⁵² Cf. «Mais crimes do salazarismo», in *Avante!*, , Série VI, n.º 93, 2.ª Quinzena de 1946, p. 4.

²⁵³ V. Maria João Raminhos Duarte, *Presos Políticos Algarvios...*, cit., p. 57.

²⁵⁴ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, SC SPS 1055/F, NT 4305, Inf. do Ministério da Justiça, da Direção dos Serviços Prisionais ao Diretor da PIDE, fl. 72, de 2 de outubro de 1947.

conseguiu evadir-se, não obstante o mandato de captura emitido pela PIDE²⁵⁵, e fixou residência em Marrocos com o falso nome de “Cabrita”. Por sua vez, outros presos afetos ao movimento no Algarve e transferidos dos Açores, foram soltos de Peniche em 1946, enquanto Virgílio Pires Barroso saiu em liberdade condicional em 1948, onde foi viver para o Barreiro em casa do seu irmão e com a saúde muito debilitada. Mal podia andar e encontrava-se impossibilitado de trabalhar por ter sofrido uma paralisia quase total²⁵⁶. A PIDE procurou manter debaixo de vigilância os homens do 18 de janeiro, entretanto restituídos à liberdade e muitos gravemente doentes. Foi o que aconteceu com João Montes, libertado em 1946. Quando a polícia política procurou saber, em 1954, como se “portava, João Montes já tinha falecido no Hospital do Desterro em 27 de outubro de 1953²⁵⁷. Tal era a eficácia mortal dos “safanões dados a tempo” por Salazar.

No Tarrafal a situação prisional foi ainda muito pior para quem lá foi parar. Da prisão de S. João Baptista foram transferidos para o campo do Tarrafal, em Cabo Verde, em outubro de 1936, diversos revoltosos do Algarve, integrados numa leva de cerca de 150 presos, grande parte pertencentes ao movimento do 18 de janeiro e à revolta da Organização Revolucionária da Armada, dominada pelos comunistas, a qual promoveu um levantamento de marinheiros nos vasos de guerra “Afonso de Albuquerque”, “Dão” e “Bartolomeu Dias” no dia 8 de setembro de 1936²⁵⁸. Os algarvios que inauguraram a Colónia Penal de Achada Grande foram Manuel Pessanha, António Teodoro, Abatino da Luz Rocha, Carlos Martins Soveia, Abílio Gonçalves, o “Garradas”, António Afonso Pereira, Gavino Rodrigues, João Rodrigues, “O João da Quinta”, José Ramos dos Santos, José dos Santos Viegas, “O Tavira” e Joaquim Pedro. O mesmo navio que os trouxera

²⁵⁵ *Ibidem*, Inf. do Diretor da PIDE ao chefe do Posto de Vigilância da PIDE de Faro, fl. 73, de 4 de outubro de 1947.

²⁵⁶ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 1055-A/SPS UI 4304, carta do Diretor da PIDE ao Diretor da Cadeia de Peniche, fl. 42, de 17 de janeiro de 1950.

²⁵⁷ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. SC 27 A/34, NT 4215, Ofício Conf. 96 do Diretor da PIDE ao Posto de Vigilância da PIDE de Portimão, fl. 322, de 4 de março de 1954.

²⁵⁸ A revolta dos marinheiros dirigida pela ORA eclodiu devido à influência da República Espanhola que lutava contra o levantamento nacionalista de Franco. Além disso, a ORA procurava evitar o seu desmantelamento, pois a sua direção fora capturada em 1935 e sofrera novas prisões. As forças afetas ao “Estado Novo” sufocaram a revolta, daqui resultando uma dezena de mortos, vários feridos, duas centenas de marinheiros punidos e 182 condenações. Foi assim desarticulada uma das mais importantes organizações do PCP nas Forças Armadas, seguindo para o Tarrafal 34 marinheiros onde morreram 5 deles (alguns marinheiros que foram para o Tarrafal eram do Algarve, como António Marreiros, de Silves, Joaquim Marreiros, de Lagos e Tomás Baptista Marreiros, de Vila do Bispo). Muitos outros marinheiros foram parar à Fortaleza de Angra do Heroísmo (veja-se António Ventura, «A Oposição ao Estado Novo», *op. cit.*, p. 167; Armando Pereira da Silva, «Revolta dos Marinheiros uma ORA Histórica do PCP», in *O Militante*, Lisboa, série IV, ano 64, n.º 224, setembro/outubro de 1996, pp. 28-30, e *Presos Políticos no Regime Fascista 1936-1939*, Vol. II, pp. 59-61).

para Cabo Verde, o “Luanda”, tinha deixado em Angra do Heroísmo o silvense anarquista José dos Reis Sequeira, que tinha sido preso em Faro, a 4 de outubro de 1935, pela sua ligação aos anarquistas. Condenado a 20 meses de prisão José dos Reis Sequeira cumpriu 34 meses, passando ainda pelas prisões de Peniche e de Caxias antes de Angra do Heroísmo²⁵⁹.

No dia 29 de outubro de 1936 o “Luanda”, que se destinava ao transporte de gado, chegou à baía da vila do Tarrafal e dos seus porões desembarcaram os revolucionários do Algarve no meio de uma leva de 152 presos. Acompanhava-os o comandante Manuel Martins dos Reis, ex-diretor do presídio de S. João Batpista e onde ficou conhecido pelas crueldades praticadas contra os deportados²⁶⁰. «Alguns prisioneiros tinham chegado a um tal estado de fraqueza que só puderam abandonar o barco apoiados nos seus camaradas»²⁶¹, segundo nos relata Edmundo Pedro nas suas memórias, que também era um dos detidos juntamente com o seu pai. Com as malas na mão os presos marcharam filados dois a dois por entre duas filas de soldados de guardas da GNR, fortemente armados, percorrendo cerca de 2,5 quilómetros a pé até chegarem ao Campo. Aqui tudo lhes foi retirado, ficando reduzidos ao «traje prisional» de um chapéu de palha de aba alta, um fato de caqui de cor amarela e umas botas grossas. Mais tarde os presos ficaram apenas com o chapéu e «andavam quase nus, esfarrapados e miseráveis» e só não andavam descalços porque «fabricavam as suas próprias sandálias na oficina de

²⁵⁹ Veja-se José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando...*, cit., pp. 288-309, *maxime* pp. 290-292. Por alturas do 18 de janeiro José dos Reis Sequeira residia e trabalhava em Faro, tendo passado à clandestinidade uns dias antes por recear ser preso, visto numa sessão de corticeiros, promovida pelo Governador Civil para que estes aderissem aos Sindicatos Nacionais, fez uma intervenção propondo a dissolução do sindicato livre da classe, «por já não servir os objetivos para que fora criado», além de tecer críticas os novos sindicatos salazaristas. Nas suas memórias José dos Reis Sequeira sublinha que no 18 de janeiro os militantes sindicais não sofreram perseguições visto os operários não se terem movimentado, e que os dirigentes do anterior sindicato livre dos corticeiros acabaram por aderir aos novos sindicatos corporativos. A sua prisão, em outubro de 1935, devera-se a um descuido seu, segundo diz. Clandestinamente, recebia de Madrid literatura revolucionária da parte de refugiados libertários portugueses agrupados na FARP e que publicava o jornal oposicionista *Rebelião*. A referida literatura era enviada para Portugal através do militante anarquista portuense Reboredo que se encontrava refugiado em Madrid com a família. A correspondência devia ser endereçada em nome da sua filha, mas por descuido José dos Reis Sequeira colocou o nome Reboredo, o que foi uma pista importante para a polícia, a qual acabou por o prender em Faro, seguindo daqui para a sede da PVDE na Rua António Maria Cardoso. Condenado pelo TME a pena de prisão de 20 meses, cumpriu 34 nas prisões de Caxias, Peniche e Angra do Heroísmo (*ibidem*, pp. 251-270).

O último algarvio deportado para a Fortaleza de Angra do Heroísmo terá sido Sebastião da Encarnação Júnior, de Alcoutim, que ali dera entrada em 23 de outubro de 1937. Acabou por ser indultado regressando a casa em 1939, mas em fevereiro de 1942 voltou a ser preso e enviado para o Tarrafal (cf. *Presos Políticos no Regime Fascista 1940-1945*, Vol. III, p. 159).

²⁶⁰ V. Hermínio de Freitas Nunes, *op. cit.*, p. 134.

²⁶¹ Cf. Edmundo Pedro, *Memórias...*, cit., p. 359.

carpintaria»²⁶². Sobre o Campo do Tarrafal para onde foram atirados os revoltosos do 18 de janeiro e muitos outros, libertários, comunistas, republicanos, elementos sem partido, Pedro Soares, dirigente comunista e que foi inaugurar o campo, juntamente com Mário Castelhana, Bento Gonçalves, Manuel Pessanha, José de Sousa, Alfredo Caldeira, Arnaldo Simões Januário, Edmundo Pedro, Carlos Sovera, António Teodoro, Joaquim Pedro, Armando Callet e tantos outros, faz a sua real e fria descrição:

«O campo de concentração do Tarrafal é um retângulo de arame farpado, exteriormente contornado por uma vala de quatro metros de largura e três de profundidade. Tem duzentos metros de comprimento por cento e cinquenta de largo e está encravado numa planície que o mar limita pelo poente e uma cadeia de montes por norte, sul e nascente. Dista três quilómetros da vila do Tarrafal, na ilha de Santiago.

A falta de vegetação, os montes escarpados, o mar e o isolamento a que os presos estão submetidos, dão à vida, aí, uma monotonia que torna mais insuportável o cativeiro. Como únicos vestígios do mundo há o ar carrancudo dos guardas e das sentinelas negras que vigiam, as cartas das famílias que demoram meses a chegar, e dias a ser distribuídas, os castigos e os enxovalhos, os trabalhos forçados, as doenças e a morte de alguns companheiros.

Lá longe, nas encostas dos montes, há casas de pretos que os guardas separaram pela violência dos seus companheiros de opressão.

Como os presos, eles levam também os seus mortos ao cemitério. E é o som da música dos seus instrumentos primitivos que põe na vida de todos nós a nota gritante do infortúnio que pesa também sobre eles.

O fosso que circunda a Colónia Penal tem a configuração de rampa.

²⁶² Veja-se José Manuel S. Tavares, *O Campo de Concentração do Tarrafal (1936-1954)*, Edições Colibri, pp. 78-82 e 135.

Com a terra tirada daí formaram um talude que se eleva a três metros de altura acima do nível do campo. A cada canto desse talude, sobre o qual há uma plataforma por onde passeiam as sentinelas negras, foi construído um reduto, onde pode ser instalada uma metralhadora. Dum lado e outro do portão de entrada erguem-se dois poderosos fortins. Eles defenderão o campo dum assalto exterior ou de uma possível tentativa de fuga. Uma ponte de madeira atravessa o vale nesta direção. É a única passagem que conduz à vida.

Lá dentro há apenas quatro barracões sem higiene, algumas barracas de madeira, nas quais estão instaladas as oficinas e o balneário, uma cozinha, sem condições de asseio, e algumas árvores.

Eis tudo o que forma este pequeno mundo»²⁶³.

Durante cerca de três anos os presos vão ficar alojados em barracas de lona que, devido à ação da chuva e do sol rapidamente apodrecem, contribuindo para arruinar ainda mais a sua saúde. Os ventos que constantemente sopravam partiam os ferros frágeis, a poeira cobria as barracas e os corpos, faltava a água ou quando havia estava inquinada, muitos tetos voavam, os presos eram obrigados a suportar as chuvas violentas, a imprópria e parca alimentação, as inexistentes instalações sanitárias, as doenças surgiam, como a biliosa, as infeções intestinais, a tuberculose e o paludismo e não havia médico, enfermeiro e medicamentos. A acrescentar a tudo isto temos as torturas e tratamentos desumanos e cruéis, daí a designação de “Campo da Morte Lenta”. Os prisioneiros ficavam prostrados e começavam a morrer para satisfação sádica do diretor do Campo, Manuel dos Reis, o “Manuel dos Arames”, que dizia que «quem viesse para o Tarrafal vinha para morrer», e do “médico”- carcereiro Esmeraldo Pais Pratas, a quem os presos deram a alcunha de “Tralheira” e que afirmava que «não estava ali para curar, mas para assinar certidões de óbito»²⁶⁴. Este “médico” sinistro praticava autênticos crimes com a sua incúria e desumanidade e o seu contentamento aumentava na razão inversa do sofrimento dos presos. «Era um canalha... não era médico»²⁶⁵.

²⁶³ Veja-se Pedro Soares, *Tarrafal Campo da Morte Lenta*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, pp. 19-20.

²⁶⁴ Cf. Cândido de Oliveira, *Tarrafal O Pântano da Morte*, Lisboa, Editorial República, 1974, pp. 80-86. Esta obra transcreve parte do relatório elaborado por um dos presos “fundadores” (assim chamados por terem sido os primeiros presos a inaugurar o Campo, em 1936).

²⁶⁵ Hermínio de Freitas Nunes, *Augusto Costa...*, cit., p. 140.

Não obstante a “Colónia Penal do Tarrafal” se encontrar sob a alçada do Ministério da Justiça, na prática a sua jurisdição real encontrava-se na dependência direta da PVDE/PIDE, assim como todo o sistema prisional destinado a presos políticos e, em última instância, do governo do “Estado Novo”, a começar pelo próprio Salazar. O ditador conhecia com todo o pormenor a realidade prisional do país e até intervinha pessoalmente a nível das normas regulamentares destinadas aos presos. Conforme sublinha Joaquim Gomes, que também passou pelos cárceres do “Estado Novo”, para esconder a máquina repressiva «Salazar e os seus apaniguados, hipócrita e jesuiticamente, faziam circular a ideia de que o chefe do Governo, por ser profundamente católico (...), nunca podia estar de acordo com as torturas e maus tratos a presos políticos e a outros cidadãos». Desta forma, se afirmava de norte a sul do país «que ele, Salazar, era um homem bom, e que os maus e capazes de todas as violências e crimes eram os indivíduos que o rodeavam», o que fez com que muitos portugueses acreditassem, durante muito tempo, na «propaganda mentirosa dos salazaristas»²⁶⁶. O Tarrafal foi pensado e construído com o objetivo de liquidar os opositores que o regime considerasse necessário.

Segundo Cândido de Oliveira, quando chove em abundância a Achada transforma-se no ponto de confluência de várias ribeiras. Primeiro é um mar com uma corrente impetuosa e que corre em direção ao oceano, dando lugar, posteriormente a um lago de águas quietas. «Três dias depois um pântano vastíssimo, com uma série de lagoas, aqui e além, nos pontos mais baixos, e na orla da costa, onde as pequenas dunas represam a água, há um recrudescimento do paludismo». Na época das chuvas e onde o sol é mais ardente, «a água aquietada apodrece rapidamente. O pântano entra em fermentação. O mosquito reproduz-se com uma facilidade e velocidade espantosa. Dentro em pouco, os habitantes da região, europeus ou africanos, são assaltados pelas crises de ‘bater-o-queixo’, a tremer de frio e de pavor, dominado pelas febres palustres – e pelo medo da biliosa trágica!». Nos meses de julho a novembro a baía do Tarrafal «é o País do anofélis; a terra do paludismo intenso, o campo da eleição da biliosa; o banquete de gala oferecido à Morte!»²⁶⁷.

Na época das chuvas as febres “biliosas hemoglobinúricas” alastravam fatalmente entre os prisioneiros e em 27 dias morreram vários. No que ficou conhecido como o

²⁶⁶ Veja-se Joaquim Gomes, *Estórias e Emoções de uma Vida de Luta*, Lisboa, Edições Avante!, 2001, pp. 97-98.

²⁶⁷ Cf. Cândido de Oliveira, *op. cit.*, Lisboa, Editorial República, 1974, p. 121.

«período agudo», só 8 dos presos continuaram de pé, segundo relata Correia Pires. Os que escapavam ao paludismo (febre do mosquito), era muito raro que sobrevivessem à biliosa. O primeiro preso a contrair esta doença foi o algarvio Abílio Gonçalves, “O Garradas”, um dos revoltosos do 18 de janeiro. Os raros tratamentos, quando existiam, limitavam-se às aspirinas, aos clisteres e à criogenina e se os presos não reagissem ao escalda-pés viria a morte a seguir. Durante o “período agudo de 1937” faleceram os primeiros seis presos e «havia muitos mortos-vivos que voltavam à vida com escalda-pés», enquanto «o médico, o assassino “Tralheira” [continuava] sempre ausente, ausente»²⁶⁸. Devido à biliosa que atacou muitos presos, o diretor do Campo tinha mandado parar as obras da abertura de uma vala, por falta de braços para trabalhar. Nesta altura o Campo do Tarrafal mais parecia um Hospital²⁶⁹.

Durante o período crítico das biliosas, o equinócio de outubro de 1937, Carlos Sovela, um dos prisioneiros mais jovens, conseguiu sobreviver às febres hemoglobinúricas e nos finais de 1938 acabou por vencer uma segunda biliosa. Em 1939, Abílio Gonçalves, “O Garradas”, o prisioneiro mais idoso do Campo, também sobreviveu a uma segunda biliosa e a uma terceira, em 1941, enquanto outros acabaram por morrer²⁷⁰. Em junho de 1937 chegou ao Tarrafal José Correia Pires²⁷¹ que acompanhou o sofrimento

²⁶⁸ V. Joaquim Ribeiro, *No Tarrafal prisioneiro*, Editorial A Opinião, Porto, 1976, p. 65.

²⁶⁹ C. José Manuel S. Tavares, *op. cit.*, 175.

²⁷⁰ Cândido de Oliveira, *op. cit.*, pp. 90-92.

²⁷¹ José Correia Pires participou ativamente na preparação da greve revolucionária do 18 de janeiro, juntamente com Virgílio Pires Barroso, na localidade algarvia de Messines. Chegou a encontrar-se com Mário Castelhana e outros militantes anarquistas na zona do Barlavento/Algarve. Com a descoberta de vários explosivos que se encontravam escondidos fugiu com Virgílio Pires Barroso para a serra, onde permaneceu escondido em S. Marcos da Serra, na casa de José Ventura Vargas, um opositor republicano ao “Estado Novo”. Encontrava-se aqui quando eclodiu o movimento revolucionário. Se Pires Barroso foi capturado, Correia Pires andou clandestinamente pela Funcheira, Mina do Lousal, S. Domingos, Cercal e Ermidas, no Alentejo, onde foi auxiliado por anarquistas conhecidos e ferroviários do “Sul e Sueste”. Posteriormente fugiu para Espanha e em Sevilha contactou com Adriano Pimenta, da Federação Anarquista dos Portugueses Exilados (FAPE), ligada à Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP). Foi preso por um pequeno período em Alcalá de Guadaira, seguindo depois para Madrid onde restabeleceu os contactos com o anarquista Reboredo e ambos ficaram a dirigir o secretariado da FAPE que editava o boletim *Rebelião*. Contactou Jaime Cortesão do “Grupo dos Budas” para que lhe arranjasse documentos para ir para França, mas como não conseguiu passar a fronteira regressou a Portugal, depois de trabalhar por uns tempos em San Sebastian, pois a situação tornara-se demasiado perigosa em Espanha.

Foi viver para Lisboa, clandestinamente, com a mulher e filhos, onde reatou os contactos, utilizando o pseudónimo de “Júlio Rocha”. De posse do arquivo da organização contacta com elementos do “Revirvalho” e foi numa destas reuniões que acabou por ser preso, a 5 de novembro de 1936, sendo acusado de estar ligado a Maria Guilhermina de Moura, que por sua vez estaria ligada ao ex-tenente Piçarra, a Manuel António Correia, a José Santos Rocha e a Francisco Horta Catarino. Correia Pires passou pelas prisões da 1.ª Esquadra e do Aljube, onde permaneceu incomunicável durante 86 dias e em 5 de junho de 1937 embarcou no “Lourenço Marques” para o Tarrafal, juntamente com mais 40 presos, aqui chegando a 12 de junho. Correia Pires relatou todas as suas peripécias no seu livro *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal* (cf. Correia Pires, *op. cit.*, pp. 67-184; BN, Arquivo Histórico Social, N 61, Núcleo outros militantes, José

e viu sucumbir mortalmente pela biliosa o seu amigo e dirigente Mário Castelhana²⁷², secretário-geral da CGT. Como tinha a profissão de carpinteiro Correia Pires, conhecido no Campo como o «carpinteiro sonhador», tinha a responsabilidade da carpintaria do Campo e acabou por fazer a maioria dos caixões para os presos que morriam recorrendo às mesas do refeitório²⁷³. Também Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP, foi vitimado pela febre biliosa hemoglobinúrica no dia 11 de setembro de 1942²⁷⁴. A ameaça e o pânico da morte pairavam diariamente sobre os presos que eram acometidos por crises de loucura e histerismo ao ouvirem o som frenético das marteladas desferidas por Correia Pires no fabrico dos caixões, como que a dizer. «Amanhã será para ti! Amanhã será para ti!»²⁷⁵. Esta era uma das formas bárbaras de destruir simples trabalhadores que tiveram a ousadia de desafiar o poder do ditador Salazar.

Não obstante as características descritas por Cândido de Oliveira, foi precisamente no pântano colossal da Achada Grande que Salazar mandou criar a Colónia Penal. Segundo o relatório do Decreto n.º 26 539, de 23 de abril de 1936, «depois de um reconhecimento cuidadosamente feito por técnicos a diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde se chegou à conclusão de que o lugar do Tarrafal, da Ilha de Santiago, reunia as condições necessárias, sob o ponto de vista higiénico e dos recursos naturais de comunicações indispensáveis ao seu bom funcionamento». Com efeito, este pântano infernal era o local ideal para a instalação de um campo de concentração para presos políticos opositores ao “Estado Novo”. Era um local escondido no topo de uma ilha onde os deportados, isolados do resto do mundo, não conseguiam fazer ouvir o seu clamor, o gemido da dor ou o grito da sua revolta. Com efeito, o Campo do Tarrafal funcionava

Correia Pires, *Possível resposta*, fl. 15; ANTT, Arquivo PIDE/DGS, SC PC 422/37, José Correia Pires, fl. 1, de 1 de abril de 1937; ANTT, Arquivo PIDE/DGS, SC SPS 240, José Correia Pires e *Presos políticos no Regime Fascista 1936-1939*, Vol. II, cit., «Biografia Prisional de José Correia Pires», p. 154).

²⁷² O anarcossindicalista Manuel Henriques Rijo também acompanhou de perto os últimos momentos e a agonia de Mário Castelhana. No Arquivo Histórico e Social da Biblioteca Nacional existe um mapa de temperaturas deste malogrado dirigente confederal, de setembro e outubro de 1940. Escreveu Manuel Henriques Rijo sobre o líder da CGT: «Às 13 horas de 10 de outubro arrefeceu quase completamente. Está muito agitado, havendo momentos que teve 168 pulsações por minuto. Dia 12 às 1,45 horas expirou, calmo e sereno, sem ter feito uma única contração» (cf. João Freire, «Mário Castelhana Um Líder Sindical», in *Expresso*, Revista, n.º 1459, de 14 de outubro de 2000, p. 96).

²⁷³ Cf. Manuel Francisco Rodrigues, *Tarrafal, Aldeia da Morte, o diário da B5*, Brasília Editora, Porto, 1975, p. 314.

²⁷⁴ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo n.º 1664/SPS, fl. 36, Ofício Confidencial n.º 74/942 enviado pelo Diretor da Colónia Penal de Cabo Verde, capitão Olegário José Antunes ao Diretor da PVDE, em Lisboa, dando conta do falecimento de Bento Gonçalves a 11 de setembro de 1942, «vitimado por febre biliosa hemoglobinúrica».

²⁷⁵ Cf. Manuel Firmo, *Nas trevas da longa noite. Da Guerra Civil de Espanha ao Campo do Tarrafal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978, p. 159.

como «o meio ambiente para a morte natural de opositores políticos», em que o «assassínio e a tortura» eram «legalizados»²⁷⁶.

Na Achada não havia água potável e os presos bebiam a água que era captada ao mar, por infiltração, salobra e pronunciadamente salgada, e proveniente de um poço que se situava distante do Campo. Como esta água se encontrava inquinada e o comandante do Campo proibiu que fosse fervida, o que levava ao aumento das doenças, o preso algarvio Abatino da Luz Rocha construiu, com ferramentas improvisadas, uns filtros de pedra vulcânica e porosa para limpar um pouco a água que consumiam²⁷⁷. Três meses depois de ter chegado a camioneta que transportava a água para o Campo avariou-se, pelo que os presos foram obrigados a transportá-la em latas de 20 litros, aos ombros ou à mão, durante um percurso de 600 metros²⁷⁸. Já a água destinada ao diretor, aos guardas, aos oficiais da Companhia Indígena que guardava o campo e a outros europeus, vinha do monte próximo da povoação de Ribeira de Prata, situado a cerca de 10 quilómetros de distância do Campo. Todos os dias ali se deslocava uma pequena caravana de burros para colher água²⁷⁹.

Os horrores do Tarrafal para os prisioneiros só ficariam completos com o recurso às técnicas da “Frigideira” e da “Brigada Brava”, onde os esbirros salazaristas puseram em prática torturas sádicas e bárbaras que ombreavam com as torturas dos campos nazis. Sobre a “Frigideira”, mandada construir pelo diretor “Manuel dos Arames”²⁸⁰, deixa-nos a descrição nas suas memórias Correia Pires, que a foi inaugurar:

«Feita a uns 300 metros do Campo e a uns 100 da Companhia, ficou, no entanto, no meio de um matagal de não fácil acesso e uma vereda estreitíssima a ligava ao Acampamento. Imaginemos um

²⁷⁶ Cf. Gilberto de Oliveira, *op. cit.*, p. 95.

²⁷⁷ Joaquim Ribeiro, *op. cit.*, pp. 26-31.

²⁷⁸ Cf. *Dossier Tarrafal*, Lisboa, Editorial Avante!, 2006, p. 84.

²⁷⁹ Cândido de Oliveira, *op. cit.*, p. 125.

²⁸⁰ O primeiro diretor do Campo foi o capitão Manuel Martins dos Reis, o qual recebeu a alcunha de “Manuel dos Arames” por parte dos presos devido à sua paranoia de cercar o Campo com arame farpado. Os seus requintes de malvadez e sadismo eram tais que, uma vez, por um motivo fútil qualquer, para castigar o preso Carlos Galan, mandou construir fora do campo uma espécie de gaiola, num pequeno círculo limitado por prumos ao alto, rodeada à volta e por cima de arame farpado, sem cobertura de proteção e a que chamou «uma gaiola para secar lulas». Os seus atos de paranoia para ver agonizar os presos só não foram para a frente devido à oposição do capitão Numa Pompílio, comandante da Companhia indígena de Angola. Manuel dos Reis também roubava os presos e era conhecido pelo nome de “capitão Malagueta” entre os cabo-verdianos da vila do Tarrafal (cf. Acácio Tomás de Aquino, *O Segredo das Prisões Atlânticas*, s. l., Edições A Regra do Jogo, 1978, pp. 65-66).

bloco em forma de retângulo, visto de lado, seis metros de largo e três de alto, com uma porta em ferro das dos navios de 60 x 1,70 de altura e, com duas ordens de buracos de ½ polegada e uma fresta em cada divisória por cima da porta de uns 50 a 60 centímetros de comprimento, por uns 25 de alto e de forma afunilada, dando por dentro metade da largura de fora. A estreia foi nos primeiros dias de Agosto, embora seja a época das chuvas, não a impedia de ser muito quente, calor que se chegou a calcular de 50 a 60 graus e de tal modo, que a nossa transpiração, como se compreenderá, saía-nos do corpo como a gordura do toucinho nas brasas, transformava-se em vapor, para depois liquefeito cair sobre nós em gotas, como de um recipiente roto com água dentro! Esta tortura era agravada com a falta de alimentos e, dia sim dia não, só nos davam pão e água!

Este suplício era insuportável. Deitados no cimento, cheio de areia, o ar que ali entrava não era suficiente para tanta gente e tínhamos de ser rendidos, para de boca aberta junto dos buracos da porta se respirar. Entretanto houve presos que caíram com febres e, foi preciso que os oficiais da companhia procedessem para que da ‘Frigideira’ fossem retirados alguns sucumbidos no chão, em braços, como sucedeu ao autor destas linhas e o Taborda, que ali teríamos ficado se não nos têm levado a tempo de nos reanimar!”²⁸¹.

Na “Frigideira” os presos eram ali encerrados descalços, só havia um caldeirão para as fezes e não existia enxergas ou mantas. Se durante o dia o ambiente era abrasador e asfixiante, mais parecendo um “forno crematório”, durante a noite tornava-se gélido²⁸².

No dia 2 de agosto de 1937 ocorreu uma tentativa de fuga coletiva do Campo. Tratava-se de uma tarefa demasiado arriscada e muito dificultada visto os presos se encontrarem divididos em grupos diferentes, comunistas, libertários e republicanos e sem partido. O plano de fuga levado a cabo por cerca de 50 homens, com o aliciamento de alguns soldados, incluía o assalto à companhia, a prisão do comandante e oficiais, o corte

²⁸¹ Cf. Correia Pires, *op. cit.*, pp. 211-212.

²⁸² Vide Manuel Alpedrinha, «Sobreviventes do Tarrafal continuam a luta», in *Alavanca*, ano I, n.º 4, julho de 1977, pp. 26-27.

de comunicações, a distribuição e armas pelos presos e a tomada de um barco que conduziria os revoltosos a Dakar. Posteriormente, uma parte seguiria em direção à Espanha para se juntar às fileiras do exército republicano, enquanto outros seriam introduzidos clandestinamente em Portugal, para retomarem a luta no interior. As armas de que dispunham eram as estacas de ferro, com cerca de meio metro de comprimento, que prendiam as tendas ao solo. A fuga acabou por se gorar devido a alguma imprudência dos prisioneiros e pelo facto do pessoal da cozinha se ter esquecido de pôr o grão de molho para o almoço do campo no dia seguinte. Como a cozinha ficava rente ao arame farpado e à vala, local por onde saíam os foragidos, estes foram aqui descobertos por dois guardas que acompanhavam os cozinheiros que iam pôr o grão de molho, isto por volta das dez horas da noite. Foi dado o alarme, soaram rajadas de metralhadora em direção à cozinha e o alvoroço foi total com os presos a fugirem para as suas casernas²⁸³.

Apesar de terem sido brutalmente espancados nenhum preso denunciou qualquer companheiro ou prestou quaisquer declarações sobre o plano de fuga. O castigo foi a “Frigideira” que tinha acabado de ser construída e para lá foram atirados 18 presos durante vinte dias, onde se incluíam os algarvios José Correia Pires e António Marreiros²⁸⁴. Ao longo dos anos muitos outros algarvios foram submetidos ao suplício da “Frigideira” e até mais de uma vez, incluindo os participantes no movimento do 18 de janeiro. Correia Pires foi de novo lá parar outras vezes (no total foram 70 dias), uma delas em 1939 por ter desobedecido às ordens do capataz, pois não largou a enxada no momento

²⁸³ Veja-se Correia Pires, *op. cit.*, pp. 204-207 e Edmundo Pedro, *Memórias...*, cit., pp. 403-406, e Adelino Cunha, *Júlio de Melo Fogaça: O líder de origem burguesa que desafiou Álvaro Cunhal e foi apagado da história do PCP*, Porto Salvo, Edições Desassossego, 2018, pp. 111-113. Enquanto Correia Pires refere dois guardas que acompanharam dois cozinheiros que foram à cozinha pôr o grão de molho, Edmundo Pedro e Adelino Cunha avançam apenas com um guarda que acompanhava um cozinheiro. A fuga foi apelidada pelos presos como a “grande cavalgada” devido ao barulho dos pés a bater na terra durante a debandada para as tendas após ter sido dado o alerta pelas sentinelas.

Segundo Edmundo Pedro recorda houve uma outra tentativa de fuga do Campo do Tarrafal e que envolvia apenas alguns presos: ele próprio, Gabriel Pedro (seu pai), Augusto Macedo, Tomás Rato e Nascimento Gomes. Conforme nos diz Edmundo Pedro esta fuga «foi decidida à revelia da organização prisional do PCP, porque a estrutura reservava o direito de escolher quem devia fugir». A ideia era a de tomar conta de um barco de cabotagem que passava pela ilha e fugirem nele. Depois de terem conseguido iludir a vigilância dos guardas saíram do Campo e dirigiram-se à praia onde acabaram por se apoderar de dois pequenos barcos de cabo-verdianos. Só que, entretanto, foram vistos e denunciados pelos «rachados» (arrepentidos), acabando por ser capturados, depois do barco em que seguiam se ter esmagado contra as rochas (cf. Fernando Madaíl, (entrevista a Edmundo Pedro), «A fuga mais recambolésca do Tarrafal ‘só falhou por uma coisa estúpida’», in *Diário de Notícias*, de 29 de outubro de 2006).

²⁸⁴ Os 18 elementos que inauguraram a “Frigideira”, devido à tentativa de fuga, foram: José de Sousa Coelho, José Soares, José Jacinto de Almeida, José Neves Amado, Joaquim Dias, João Faria Borda, José Correia Pires, Gabriel Pedro, Edmundo Pedro, Filipe José da Costa, Luís da Cunha Taborda, Carlos Ferreira, Mário Castelhana, António Guerra, António Marreiros, Carlos Galam, Júlio Fogaça e Álvaro Duque da Fonseca (cf. Correia Pires, *op. cit.*, p. 209).

do descanso. Valeu-lhe o companheiro Fernando Alcobia que vendo o seu estado, prostrado e sem fala, bateu na porta de ferro até ser atendido pelos guardas que o conduziram para o Campo, pensando que ia morrer²⁸⁵. Sobreviveu e permaneceu no Tarrafal até 1945, regressando ao Continente em outubro deste ano. Em novembro foi julgado pelo TME, mas como tinha cumprido 99 meses de prisão preventiva foi amnistiado e restituído à liberdade²⁸⁶.

Uma outra invenção tenebrosa, no ano de 1939, existente no Campo do Tarrafal e destinada aos presos mais odiados foi a tristemente célebre “Brigada Brava”, «uma diabólica criação do terceiro diretor de Campo, o capitão João da Silva, ex-tirocinante dos campos de concentração nazis (...)»²⁸⁷. De facto, João da Silva fizera uma viagem de estudo pelos campos de concentração de Itália e da Alemanha, onde adquiriu experiência e dando «ao mundo nota que Portugal enfileirava incondicionalmente ao lado desses países fascistas e que também tinha o seu ‘Campo de Concentração’»²⁸⁸. Os presos eram obrigados a cavar o dia todo em solos rochosos e cheios de pedras, debaixo de uma temperatura de 40 graus, sem poder levantar a cabeça, em dois turnos de quatro horas cada. Estavam proibidos de beber água ou de urinar mais que uma vez em cada turno e também não podiam enxugar o suor²⁸⁹. Uma das primeiras tarefas da “Brigada Brava” foi a de abrir regos de escoamento das águas em volta do Campo.

O trabalho da “Brigada Brava” era muito duro e atroz e era feito ao som do “anda” do carrasco Henrique de Sá e Seixas, que chefiava e de outros guardas. Certo dia, depois de proferir um chorrilho de ameaças e insultos, Seixas voltou-se para o marinheiro Faria Borda e disse-lhe: «E a ti, Borda, tiro-te o coração pelas costas!». Chegou a bater nos presos em plena formatura, e um dia um dos presos, Faustino de Campos, ao ser agredido atirou-se a ele e tê-lo-ia estrangulado, se alguns presos, prevendo o que poderia suceder, não gritassem²⁹⁰. Muitos dos presos seguiam diretamente da “Frigideira” para o trabalho da “Brigada Brava” onde penosamente se arrastavam, enfraquecidos pelo castigo, com uma picareta ou enxada nas mãos, acabando alguns por cair inanimados no chão. Acabavam por regressar ao Campo numa padiola ou nos braços dos companheiros, e no

²⁸⁵ Cf. Manuel Francisco Rodrigues, *op. cit.*, p. 236.

²⁸⁶ Cf. *Presos Políticos no Regime Fascista 1936-1939*, Vol II, cit., p. 154.

²⁸⁷ Vide Alberto Pedroso, «Os presídios do regime salazarista», *op. cit.*, p. 54.

²⁸⁸ Cf. Edgar Rodríguez, *O Retrato da Ditadura Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, s. d., p. 57.

²⁸⁹ Alberto Pedroso, *op. cit.*, pp. 54-56.

²⁹⁰ Cf. «A Confederação Geral do Trabalho (C. G. T.) depõe sobre os crimes cometidos no Tarrafal», in Edgar Rodríguez, *O Retrato da Ditadura Portuguesa*, cit., p. 57.

dia seguinte nem se conseguiam levantar, tão doentes e extenuados se encontravam. Correia Pires e António Marreiros (este marinheiro e também do Algarve), foram os únicos algarvios que integraram a “Brigada Brava”.

Além da “Brigada Brava”, a mais terrível, foram criadas outras brigadas no Campo – brigada da pedreira, brigada da água, brigada da estrada, brigada das oficinas, brigada das limpezas e brigada dos dejetos. Estas brigadas de trabalho funcionavam como autênticos trabalhos forçados que os presos tinham de suportar, debaixo de todo o tipo de provocações, insultos, vexames, espancamentos e castigos. Tudo isto foi suportado pelos homens da revolta do 18 de janeiro de 1934, entre outros, muitos deles originários do Algarve.

O clima, as doenças, o trabalho, os vexames, os castigos, as torturas, a alimentação deficiente e muitas vezes imprópria para consumo, faziam com que aqueles homens, na casa dos 30 anos, segundo Cândido de Oliveira, mais parecessem «fantasmas», que se arrastavam como «autómatos articulados» e de «rostos esqueléticos», neles palpitando «na miséria do vestuário e na miséria física, a enormidade das provas sofridas naquele maldito Campo da Morte. Pareciam figuras de cinema. Trágicas. Dramáticas. Do drama pungente da vida humana desfeita pelo desterro, triturada pela mais negra miséria»²⁹¹.

Em suma, para o salazarismo o Campo do Tarrafal destinou-se a preencher duas funções precisas: por um lado, aterrorizar a população civil, por outro, isolar e neutralizar os principais opositores do regime²⁹². Quando começou a funcionar, em outubro de 1936,

²⁹¹ Veja-se Cândido de Oliveira, *op. cit.*, pp. 6-67. Quando Cândido de Oliveira chegou ao Tarrafal no verão de 1942, integrado num grupo de 14 presos sob a acusação de espionagem a favor dos Aliados, ficou deveras impressionado com o aspeto dos deportados que se encontravam no Campo. Deixou-nos o livro *Tarrafal O Pântano da Morte* que foi publicado depois do 25 de abril, a título póstumo.

Cândido Fernandes Plácido de Oliveira (1896-1958), natural de Fronteira, no Alentejo, entrou para a Casa Pia depois de ter ficado órfão, em 1905. Foi jogar para o Sport Lisboa e Benfica a partir de 1914, mas em 1920 saiu do Benfica para fundar o Casa Pia Atlético Clube. Afirmou-se como um grande jogador e o primeiro capitão da Seleção Nacional no jogo de Madrid, em 1921. Posteriormente foi selecionador nacional, tirou o Curso Comercial e chegou a inspetor dos CTT durante a II Guerra Mundial. Trabalhou para a Inglaterra como agente secreto e a sua missão era a de organizar a resistência no caso da invasão das tropas nazis – era o agente H. 204 e H 700, da rede clandestina Pax, do Special Operations Executive (SOE). No dia 1 de março de 1942 foi preso, torturado e espancado, encerrado em Caxias e deportado para o Tarrafal em 20 de junho deste ano, saindo do Campo da Morte em 1944. Foi jornalista em vários periódicos e um dos fundadores do jornal *A Bola* em 1945. Em 1946 foi acusado de ter ligações à “Revolta da Mealhada”, que foi chefiada pelo capitão Queiroga. Treinou vários clubes e chegou a orientar o Flamengo, no Brasil, na época 1950-51 e escreveu diversos livros sobre desporto, em particular ligado ao futebol. Faleceu de pneumonia em Estocolmo, na Suécia, no dia 23 de junho de 1958, quando se encontrava nesta cidade como enviado-especial de *A Bola* a cobrir o Campeonato do Mundo. Como reconhecimento da sua importância no futebol português, foi atribuído o seu nome à Super-Taça (Cândido de Oliveira) criada pela Federação Portuguesa de Futebol.

²⁹² Cf. Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*, 1.ª edição, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2007, p. 431. Assim, segundo o historiador Georges Mosse, nos campos nos regimes autoritários como era o caso

recebeu camponeses da revolta dos laticínios na Madeira, operários participantes no 18 de janeiro, marinheiros da revolta de setembro de 1936, republicanos, anarcossindicalistas e comunistas, incluindo os principais dirigentes da CGT e do PCP.

Não obstante as condições extremas e adversas, terríveis, que se viviam no Campo, os deportados ensinavam e aprendiam nas aulas de História, Geografia, Matemática, Literatura, Esperanto, Português, por si ministradas. Para escrever utilizavam bocados de papel de cimento que conseguiam trazer para o Campo de forma clandestina quando regressavam dos trabalhos das brigadas. Bento Gonçalves escreveu mesmo dois importantes opúsculos sobre o movimento operário português intitulados *Palavras Necessárias – A vida proletária em Portugal de 1872 a 1927* e *Duas Palavras*, este último contemplando algumas causas e consequências da “greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934”. Uma outra ocupação dos presos era o de preparar “comunicados” e distribuí-los aos seus camaradas, uma tarefa muito arriscada e feita nas barbas dos guardas e carcereiros. Os homens da brigada que tinha por missão o transporte de água para o acampamento sinalizavam, durante o percurso, os locais onde se tinham prendido, arrastados pelo vento, os pedaços de jornal utilizados pelos guardas nas suas latrinas. No regresso e durante os momentos de descanso os presos, num ápice, recolhiam os bocados de jornal e metiam-nos nas algibeiras. No acampamento estes bocados de jornal eram limpos cuidadosamente, servindo assim como fonte de informação e comunicação, a que

de Portugal a lógica obedece ao princípio de que «'quem não está comigo está contra mim'», enquanto nos campos existentes nos regimes totalitários a lógica resume-se a que «'quem não está conforme ao sentido da história e da natureza deve ser reeducado e mesmo eliminado'» (*ibidem*).

Segundo a tipologia definida por Annah Arendt os campos – de internamento, concentração ou extermínio – têm cinco tipos de funções. Em primeiro lugar, isolar preventivamente do corpo social todos os indivíduos prejudiciais ou suspeitos; em segundo lugar, punir e corrigir, com medidas de educação; em terceiro, aterrorizar a população civil e intimidar a sociedade para a controlar; em quarto, aproveitar os internados para mão-de-obra e em quinto lugar, refundar a sociedade por meio do saneamento racial ou social, eliminando de forma lenta ou rapidamente todas as pessoas consideradas prejudiciais do ponto de vista racial ou social.

Outros autores recorrendo à tipologia dos campos de Annah Arendt, utilizaram três concepções fundamentais da vida depois da morte – o «Hades», o «Purgatório» e o «Inferno». Os campos dos regimes não totalitários representariam o «Hades», com a finalidade de pôr de parte os indivíduos indesejáveis (refugiados, desempregados, associais, colonizados). Já os campos soviéticos e asiáticos, assim como os de concentração nazis, entre 1933 e 1940, constituiriam o «Purgatório», onde o isolamento se combinava com o trabalho forçado e veleidades de reeducação. Ora o «Purgatório» conduz diretamente ao «Inferno» e, nestes campos, tudo era sistematicamente organizado para o rebaixamento moral e físico do ser humano, tal como para a eliminação pura e simples. O Campo do Tarrafal, embora não tivesse qualquer comparação com Auschwitz, onde ocorreu o extermínio industrial e planificado de seres humanos, inclui-se nos campos qualificados de «Hades», embora com aspetos de «Purgatório». No Tarrafal, os internados foram mantidos para além do cumprimento das suas penas, ou mesmo sem terem sido julgados, lá trabalharam duramente e vários morreram, «preenchendo um objetivo totalmente punitivo, sem qualquer veleidade de lucro económico» (*ibidem*, p. 430).

os presos deram a designação de “Rádio Merda”²⁹³. A mesma técnica era usada pelos presos na prisão-Fortaleza de Angra do Heroísmo.

Outras técnicas de comunicação eram utilizadas entre os deportados do Campo e os seus familiares, empregando-se os meios mais engenhosos. As encomendas deixaram de ser enviadas, pois a PVDE ficava com elas. Na casa de Maria Carreto, esposa de Acácio Tomás de Aquino, foi organizado um serviço de correspondência com os presos, com o recurso a livros neutros, históricos ou religiosos. As capas eram descoladas e o cartão do interior era substituído pelas comunicações dos libertários, ficando tudo espalmado de forma a que, depois de colada a sobrecapa, não fosse notada a violação. Era um trabalho muito paciente e metucioso e que prosseguiu durante anos sem ser descoberto, pelo menos entre os anarquistas²⁹⁴. No meio de todos os sacrifícios e do isolamento os presos «procuraram não só manter o debate político, a formação doutrinária, analisar e sistematizar a sua própria experiência histórica recente, como acompanhar a situação política e participar na vida partidária»²⁹⁵. Os comunistas acabaram por criar a Organização Comunista Prisional do Tarrafal/OCPT e os anarquistas a Organização Libertária Prisional/OLP, onde as divergências e polémicas continuaram a persistir.

Durante a gestão do novo diretor do Campo, o capitão João da Silva, diversos presos não aguentando as torturas, com fracas ideias políticas ou ideológicas, acabaram por fraquejar, renegaram as suas ideias e traíram os seus camaradas. Ficaram conhecidos como os “rachados” e alojaram-se numa caserna separada, designada por “Porta-Aviões”, o qual foi inaugurado em 29 de abril de 1939 com 32 elementos. Os “rachados” que assumiam o compromisso de não hostilizar e de aderir ao “Estado Novo”, obtinham algumas regalias, como o de fazer os trabalhos mais leves, não serem castigados e poderem passear até à praia sem serem acompanhados de guarda²⁹⁶.

Parece que um dos revoltosos do 18 de janeiro e algarvio, precisamente, terá feito parte do grupo dos “rachados” – o silvense Abílio Gonçalves, “O Garradas”. É o que nos

²⁹³ Cf. Miguel Wagner Russell, *Recordações dos Anos Difíceis*, Lisboa, Edições Avante!, 1976, p. 40.

²⁹⁴ José Francisco, *Últimas páginas*, Lisboa, Editora Sementeira, 1987, p. 53.

²⁹⁵ Cf. João Manuel Martins Madeira, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo à vitória” 1949-1965*, Lisboa, (trabalho no âmbito da Dissertação de Doutoramento), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 121.

²⁹⁶ V. Acácio Tomás de Aquino, *O Segredo das Prisões Atlânticas*, cit., pp. 117-118. “Porta-Aviões” foi o nome que os presos passaram a dar à caserna onde foram instalados os “rachados”, por se terem convencido que, daí, levantariam voo para a liberdade. Pensavam assim que seriam libertados mais cedo do que os outros, o que na prática, muito poucos conseguiram, pois a PVDE pouco ou nada ligou às recomendações feitas pelo diretor João da Silva aquando da amnistia de 1940.

diz um dos tarrafalistas e militante das Juventudes Comunistas nos anos 30, Gilberto de Oliveira, na sua obra *Memória Viva do Tarrafal* quando descreve a lista²⁹⁷ de quase todos os “rachados”, ou traidores. Mas um outro tarrafalista, Correia Pires, no seu livro *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, por nós citado, nada refere de negativo sobre Abílio Gonçalves Garrado²⁹⁸. Pelo contrário, tece fortes elogios a este velho anarquista que, não obstante ser analfabeto, pertencia a uma classe de velhas tradições revolucionárias e sempre se mostrou fiel ao anarcossindicalismo²⁹⁹. Também é um facto que as divergências e a defesa das suas ideologias prosseguiram entre comunistas e libertários, embora todos sujeitos ao inferno do Tarrafal.

Depois de permanecerem vários anos no Tarrafal vão regressando ao país os deportados da revolta do 18 de janeiro, onde se incluem os revoltosos do Algarve. Muitos nem chegaram a ser julgados, outros excederam largamente os anos a que tinham sido condenados. Acácio Tomás de Aquino chegou mesmo a fazer um inventário da situação prisional de todos os presos, chegando à conclusão que dos 226 que em 1944 se encontravam no Campo, 127 presos estavam ilegais, distribuindo-se 72 sem julgamento e 55 a ultrapassar o tempo das penas cumpridas, perfazendo um excesso de 200 anos, no total³⁰⁰. Antes de serem soltos alguns dos presos acabaram por ser transferidos para o Aljube, Peniche, Caxias e outras prisões.

Por altura da Amnistia dos Centenários regressaram do Tarrafal, em julho de 1940, Carlos Martins Sovera e António Afonso Pereira. Por sua vez, Manuel António Boto, natural de Silves e que fora entregue pelos falangistas à polícia de Salazar, acabou por ir parar ao “campo da morte lenta” em junho de 1941. Recorde-se que Manuel Boto fugira para Espanha e alistara-se nas forças republicanas durante a guerra civil espanhola. Nos

²⁹⁷ Cf. Gilberto de Oliveira, *op. cit.*, pp. 160-161. A lista de “rachados” contempla Filipe Piçarra (ex-tenente do exército que denunciou a organização de republicanos do Campo); Albino Coelho; Isidro Felisberto Canelas; Jaime Francisco; Custódio Ferreira; Joaquim Machado; Manuel Pereira dos Santos; Joaquim Pais; José Borges Seleiro; José Maria de Almeida Júnior; José Maria Alpoim; António Francisco; Alípio Lopes Pereira; Vieira Marques; Armando de Azevedo (que foi caceteiro da chamada “Formiga Branca”, polícia política dos anos 20); Sebastião Rosinha; José Vargas; Abílio Garradas; Carlos Guedes Leal; António Dias Mendes; Fred e Willy (alemães que no passeio à praia tentaram fugir de barco, mas este começou a meter água); José Trovisco Malarranha; António Augusto Pires (que pertencera à PVDE mas foi para o Tarrafal por conspirar contra o diretor da polícia política) e Agostinho Lourenço.

²⁹⁸ Abílio Gonçalves aparece em vários documentos da PVDE com a alcunha de “O Garradas”, referindo Gilberto Oliveira na sua obra o nome de Abílio Garradas, enquanto Correia Pires menciona o nome de Abílio Gonçalves Garrado, o que pode ser a mesma pessoa, ou duas pessoas com o nome de Abílio Gonçalves. Acácio Tomás de Aquino em *O Segredo das Prisões Atlânticas*, na pág. 285, quando indica os presos que foram inaugurar o Campo do Tarrafal em 29 de outubro de 1936 avança com os nomes de Abílio Gonçalves e Abílio Garrado, indiciando a existência de duas pessoas, ou então alguma confusão.

²⁹⁹ V. Correia Pires, *op. cit.*, pp. 273-274.

³⁰⁰ In *Público*, de 25 de janeiro de 2004, p. 5.

inícios de 1945 José Correia Pires foi restituído à liberdade. A amnistia de outubro de 1945 vai abranger um total de 110 presos onde se incluem Manuel Pessanha, António Teodoro, Abatino da Luz Rocha, Abílio Gonçalves, “O Garradas”, Joaquim Pedro, Gavino Rodrigues e Manuel António Boto. Em novembro de 1949 foi concedida a liberdade condicional na Colónia Penal a José Ramos dos Santos e a José dos Santos Viegas, “O Tavira”, o que não era nenhuma liberdade. Enquanto este regressa à Metrópole em 31 de dezembro de 1949, possivelmente por motivos de doença, aquele só conseguiu a liberdade definitiva em 1952. Finalmente, João Rodrigues, “O João da Quinta”, foi o algarvio do 18 de janeiro que mais tempo de prisão sofreu, sendo transferido do Tarrafal para a Fortaleza de Peniche em agosto de 1950, saindo em liberdade condicional um ano depois e só em 1958 é que obteve a liberdade definitiva³⁰¹. Embora terrivelmente abalados na saúde, os 13 algarvios participantes, ou acusados de terem organizado e participado no movimento revolucionário do 18 de janeiro no Algarve (apenas Abílio Gonçalves, “O Garradas” e Manuel Boto não residiam na região), conseguiram regressar vivos às suas residências.

Tiveram lugar muitas denúncias sobre a situação em que se encontravam os presos, as torturas a que eram sujeitos e os crimes perpetrados, tal como fortes campanhas de solidariedade a seu favor, exigindo a sua libertação e o encerramento do Campo. Destacaram-se nestas campanhas o Socorro Vermelho Internacional/SVI, a Federação de Solidariedade da CGT e diversa imprensa clandestina, com destaque para *A Batalha* e o *Avante!*³⁰² Em 1952 encontravam-se ainda no Tarrafal 12 presos.

Ao longo de quase duas décadas estiveram deportados no Campo do Tarrafal 354 homens, ali morrendo 32, muitos ligados à greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934,

³⁰¹ Sobre as prisões e a restituição à liberdade dos 13 tarrafalistas algarvios participantes no 18 de janeiro de 1934, veja-se José Manuel S. Tavares, *op. cit.*, p. 255; *Presos Políticos no Regime Fascista 1932-1935*, Vol. I, cit., pp. 121-123; *Presos Políticos no Regime Fascista 1936-1939*, Vol. II, cit., pp. 102 e 131; Maria João Raminhos Duarte, *Presos Políticos Algarvios...*, cit, pp. 44-47 e Decreto-Lei n.º 35041, de 18 de outubro de 1945.

³⁰² Vejamos, em particular, os seguintes artigos publicados no *Avante!*: «Salvemos os presos antifascistas!», in *Avante!*, série II, n.º 26, 1.ª quinzena de janeiro de 1937; «No Tarrafal os antifascistas presos passam fome e as piores humilhações», in *Avante!*, série II, n.º 34, 2.ª semana de maio de 1937; «Salvemos os condenados à morte do Tarrafal», in *Avante!*, série VI, n.º 7, de fevereiro de 1942; «Morreu Bento Gonçalves», in *Avante!*, série VI, n.º 20, 1.ª quinzena de novembro de 1942; «Salvemos os presos do Tarrafal. Mais um antifascista assassinado no Campo da Morte», in *Avante!*, série VI, n.º 48, 1.ª quinzena de fevereiro de 1944; «Sucesso da campanha de agitação – A Nação reclama a extinção do Campo de Concentração do Tarrafal», in *Avante!*, série VI, n.º 111, dezembro de 1947; «Tarrafal Lutar e Sempre Lutar pela sua Extinção», in *Avante!*, série VI, n.º 113, 2.ª quinzena de janeiro de 1948; «Salazar ordena mais deportações para o Tarrafal», in *Avante!*, série VI, n.º 141, 1.ª quinzena de outubro de 1949; «Algumas dezenas de antifascistas encontram-se já há 13 anos no Tarrafal!», in *Avante!*, série VI, n.º 142, 1.ª quinzena de 1949 e «Nem mais um preso político para fora do Continente», in *Avante!*, série VI, janeiro de 1954.

como Pedro Matos Filipe (o primeiro a falecer com diarreia no sangue, em 20 de setembro de 1937), Arnaldo Simões Januário (com biliosa, em 24 de março de 1938), Alfredo Caldeira (com biliosa, em 1 de dezembro de 1938), Mário Castelhana (com infecção intestinal, em 12 de outubro de 1940), Ernesto José Ribeiro (com perniciosa, em 9 de dezembro de 1941), Bento Gonçalves (com biliosa, em 11 de setembro de 1942), Joaquim Montes (com biliosa, em 14 de dezembro de 1943) e António Guerra (com tuberculose, em 1949). Muitos outros acabaram por falecer prematuramente devido às torturas e doenças contraídas³⁰³. O Campo do Tarrafal, contendo ainda 12 deportados em 1952, fechou no dia 26 de janeiro de 1954 quando apenas lá se encontrava um único preso político, o dirigente comunista Francisco Miguel³⁰⁴. A pressão internacional era grande e o ditador de Santa Comba acabou por ceder. Com o eclodir das guerras coloniais o Tarrafal voltou a abrir para os presos políticos das ex-colónias africanas, sendo encerrado definitivamente em 1974.

O Campo do Tarrafal acabou por ser evocado como «la isla de la Sal, y Tarrafal en ella vierte sombra», por Pablo Neruda no seu poema «La Lámpara Marina», dedicado a Álvaro Cunhal, então preso, em 1953:

«...Pero,
portugués de la calle,
entre nosotros,
nadie nos escucha,
sabes dónde está Álvaro Cunhal?
Reconoces la ausencia

³⁰³ Cf. «Tarrafal, Nome Sinistro», in *Voz Anarquista*, Almada, ano II, n.º 18, novembro de 1976, p. 5.

Os restos mortais dos que pereceram no Tarrafal chegaram a Portugal no dia 15 de fevereiro de 1978 e foram a sepultar no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, depois de terem permanecido em câmara ardente durante dois dias. As urnas foram depositadas num ossário-monumento, construído com fundos provenientes de uma subscrição pública. Compareceram no cortejo fúnebre milhares de trabalhadores e populares e diversas personalidades (cf. José Francisco, «A homenagem prestada aos caídos no Campo de Concentração e Morte Lenta do Tarrafal não foi uma manifestação formalista», in *Voz Anarquista*, Almada, ano IV, n.º 29, março de 1978, p. 1; «Mais de 200 mil, em Lisboa, disseram: ‘Fascismo Nunca Mais!’ ‘Tarrafal Nunca Mais!’», in *Alavanca*, Lisboa, ano I, n.º 12, março de 1978, pp. 12-13, e *Portugal Socialista*, Lisboa, ano XI, n.º 130, março de 1978, pp. 43-44 - onde constam os nomes dos “tarrafalistas” que morreram no Campo).

³⁰⁴ Francisco Miguel foi o último preso político português a sair do Tarrafal, em 26 de janeiro de 1954, depois de aqui ter permanecido, pela segunda vez, durante três anos e sozinho nos últimos seis meses (cf. Fernando Correia (organização de texto), *Francisco Miguel Das Prisões à Liberdade*, Lisboa, Edições Avante!, 1986, pp. 75-86, e Francisco Miguel, «Uma Vida na Revolução», *Os Comunistas*, Porto, A Opinião, 1977, p. 125).

del valiente Militão?
Muchacha portuguesa,
pasas como bailando
por las calles
rosadas de Lisboa,
pero,
sabes dónde cayó Bento Gonçalves,
el portugués más puro,
el honor de tu mar e de tu arena?

Sabes que existe una isla,
la isla de la Sal,
y Tarrafal en ella
vierte sombra?
Sí, lo sabes, muchacha,
muchacho, sí, lo sabes.
En silencio la palabra
anda com lentitud pero recorre
no sólo el Portugal, sino la tierra...»³⁰⁵

5.2. O fim do sindicalismo livre e o rumo do movimento operário

A «Greve Geral Revolucionária de 18 de janeiro de 1934», não obstante ter sido organizada e levada a cabo pelas organizações operárias afetas aos anarquistas, comunistas, socialistas e sindicalistas autónomos, vai servir de justificação a Salazar para reforçar o seu combate e a repressão contra o PCP que detinha uma influência cada vez mais crescente no movimento operário. Contra o Partido Comunista e a III Internacional de Moscovo, sem esquecer, naturalmente, a repressão contra as outras forças

³⁰⁵ Cf. Pablo Neruda, *La Lámpara Marina*, «Sabes que existe una isla, la isla de la Sal, y Tarrafal en ella vierte sombra?», in *Avante!*, n.º 1717, de 26 de outubro de 2006. O *Avante!* deste dia contém um conjunto de artigos a evocar o 70.º aniversário da sua entrada em funcionamento. Na Revista *Expresso* sai igualmente um conjunto de artigos sobre o Campo de Concentração do Tarrafal nos dias 29 de abril e 2 de maio de 2009 e nos dias 15 e 18 de agosto de 2010.

oposicionistas. Poucos dias a seguir à derrota do movimento trabalhista, amplamente noticiada pela imprensa conotada com o regime, o Ditador, que presidiu à sessão inaugural da Ação Escolar Vanguarda, no dia 28 de janeiro, sob o signo do «combate contra o comunismo», afirmou publicamente que o “Estado Novo” ia redobrar a sua «cruzada» implacável contra a «heresia da nossa idade»³⁰⁶. Uma «cruzada» para a qual muito contribuiu António Ferro, o mestre da propaganda da Ditadura que se encontrava à frente do SPN e que também foi um dos oradores da sessão: «A Revolução é o Estado Novo! É o Estado Corporativo, o orçamento equilibrado, as estradas sem buracos, as obras públicas, a Constituição... A revolução não é Lenine! A revolução é Salazar!»³⁰⁷ A institucionalização dos Sindicatos Nacionais fazia parte desta «cruzada».

No dia do movimento grevista e dias seguintes a propaganda anticomunista já subira de intensidade, veiculada pela imprensa oficial e oficiosa afeta ao regime. Era preciso aproveitar a derrota das organizações operárias que Salazar vinha preparando desde que assumira a chefia do Governo em 1932 e os seus apaniguados e subservientes apologeticos não se fizeram rogados. Depois de vencido o “revirinho” ligado aos setores republicanos e democráticos, onde se incluíam alguns setores militares, chegara o momento de ajustar contas com o movimento operário que tivera a ousadia de proclamar uma greve revolucionária no país e, acima de tudo, de ter tomado o poder pela força das armas na vila vidreira da Marinha Grande, cujos principais protagonistas e dirigentes pertenciam ao Partido Comunista Português³⁰⁸.

Os acontecimentos acabaram por ser deturpados propositadamente onde eram realçados os atentados bombistas e as ações de cunho terrorista, ignorando-se ou menosprezando o movimento grevista, onde existiu, e a tomada da vila vidreira pelo proletariado armado. Os protagonistas eram apelidados de facínoras, temíveis terroristas, gente sem escrúpulos ao serviço de Moscovo e cujo objetivo era o de subverter a paz e a ordem existentes. E o facto de diversas ações terem sido perpetradas tanto por anarquistas, como por comunistas, com o recurso a bombas e outro material de guerra, incluindo o que foi apreendido pelas autoridades, assentava que nem uma luva ao regime e aos seus

³⁰⁶ In *O Século*, de 28 de janeiro de 1934, p. 6.

³⁰⁷ Cf. Filipe Luís, «António Ferro – O Homem, os Mitos e a Verdade», in *Visão*, [Lisboa], n.º 1423, de 11 de junho de 2020, p. 41.

³⁰⁸ É o próprio Mário Castelhana, dirigente máximo da CGT, que numa carta escrita em 1935 quando se encontrava na prisão de Angra do Heroísmo, confirma que «a maior influência na Marinha Grande era bolchevista», não deixando margem para dúvidas que a insurreição marinhense tinha sido dirigida pelo PCP (veja-se a carta de Mário Castelhana a José António Machado, in Emídio Santana *et al*, *O 18 de janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, cit., pp. 116-120).

defensores. Recorde-se que, não obstante a linha oficial do PCP ter preconizado as greves e manifestações de massas, grande parte dos seus militantes e a própria CIS atuaram sob as concepções anarquizantes da CGT. Assim, o principal alvo a abater era o PCP, o que não impediu que os anarquistas fossem poupados à feroz repressão que veio a seguir e que já demos conta.

É verdade que os anarquistas não se deram por derrotados, mesmo durante a feroz repressão a que também foram sujeitos. Desfalcados dos principais quadros que também foram enclausurados nos presídios salazaristas, vão tentar reconstituir, na clandestinidade, a organização confederal, de que falaremos mais à frente. Sem dúvida que uma das maiores ações de vulto e onde se fizeram notar e bem por Salazar, foi em 1937, quando Emídio Santana fez explodir uma poderosa bomba que, por pouco, não atingiu o Ditador em cheio³⁰⁹.

Os jornalistas, os repórteres, os comentadores e os diretores de jornais tais como *O Século*³¹⁰, de Pereira da Rosa³¹¹, o *Diário de Notícias*³¹², o *Diário de Lisboa*³¹³, o *Diário*

³⁰⁹ Veja-se a obra de Emídio Santana, *História de um Atentado. O Atentado a Salazar*, Mem Martins, Publicações Fórum, 1976.

³¹⁰ Este órgão de informação incide a sua atenção sobre o descarrilamento do comboio na Póvoa de Santa Iria com imagens de locomotiva e vagões retorcidos, o qual foi provocado por «um movimento de carácter extremista e a sua promoção estava a cargo da III Internacional, entendida com a Confederação Geral do Trabalho». Num outro artigo de 1.^a pág. é justificada a ação repressiva do governo ao dar «caça aos díscolos» e ao estrangular sem hesitações o «tumor revolucionário», que «nem o país é bolchevista», nem o operariado é constituído por «bandos sanguinários» e que se o «*comité de dissolução nacional*» tomasse conta do poder o povo ficava à mercê da «tirania vermelha» que declarou «guerra de morte à civilização». Sobre a Marinha Grande os revoltosos teriam escolhido este local como o «seu campo de operações» e preparavam «com requintes de crueldade (...) uma chacina em que não poupavam, sequer, mulheres nem crianças». Tudo valia para desacreditar publicamente os revoltosos que teriam atuado às ordens do PCP (in *O Século*, de 19 e 20 de janeiro de 1934, p. 1).

³¹¹ João Pereira da Rosa (1885-1962) depois de trabalhar desde os 13 anos no jornal *O Século* passou a ser o seu diretor a partir de 1926 e posteriormente o seu proprietário. Foi um acérrimo defensor de Salazar e do “Estado Novo”. Em 1927 fundou a Colónia Balnear Infantil de *O Século* o que lhe valeu a Grã-Cruz da Ordem da Benemerência. Assumiu diversos cargos políticos e sociais ao longa da sua vida: vereador na Câmara Municipal de Lisboa na Comissão Administrativa de 1918, diretor-secretário da Associação Comercial de Lisboa, fundador da União dos Interesses Económicos, em 1924, presidente do Grémio da Imprensa Diária (1936-1941), 1.^o presidente da direção da Caixa de Reforma dos Jornalistas, presidente da Assembleia-Geral do Ateneu Comercial de Lisboa, diretor do Automóvel Clube de Portugal e Procurador à Câmara Corporativa na sua 1.^a Legislatura.

³¹² Para este órgão a paternidade dos acontecimentos da «greve geral revolucionária» também é atribuída aos comunistas em que os atentados bombistas e as manifestações de terrorismo foram praticados por «elementos extremistas» sob a direção da «Internacional de Moscovo». Sobre as ações na vila vidreira são identificados os seus autores - «os comunistas, que eram em número aproximado de 300» (in *Diário de Notícias*, de 19 de janeiro de 1934, pp. 1, 3 e 6).

³¹³ Para o vespertino *Diário de Lisboa*, um pouco menos parcial, mas na mesma linha de pensamento, limitou-se no dia 18 a transcrever as declarações do diretor da Polícia de Segurança e Defesa Social, capitão Lourenço, de que «devia estalar esta madrugada uma greve revolucionária, promovida pela III Internacional, de acordo com a Confederação Geral do Trabalho», e que em diversos pontos da capital foram distribuídos manifestos assinados pela C. G. T., C. I. S., F. A. O. e C. O. S. A., «convidando o operariado a secundar a greve geral» (in *Diário de Lisboa*, de 18 de janeiro de 1934, pp. 1, 4 e 5).

*da Manhã*³¹⁴, o *Novidades*³¹⁵ e *A Verdade*³¹⁶, de Costa Brochado³¹⁷, vão atuar como instrumentos propagandísticos ao serviço do salazarismo no combate ao perigo comunista, aproveitando os acontecimentos do 18 de janeiro. O poder dos comunistas acabou mesmo por ser sobrestimado contribuindo para tal, particularmente, a ação na Marinha Grande, enquanto os anarquistas foram subestimados e até ignorados, pois até a CGT teria agido sob as ordens de Moscovo, conforme notícias veiculadas pelos vários órgãos de informação devidamente controlados e, até, o próprio embaixador britânico em Lisboa dá uma preciosa ajuda a Salazar nesse sentido³¹⁸.

³¹⁴ Por sua vez o oficioso salazarista *Diário da Manhã* depois de agradecer às forças da ordem por terem feito «jugular mais uma tentativa criminosa dos partidários de Moscovo», sublinha que o país se encontrou à beira de viver «todo o horror das atrocidades duma tentativa comunista que, poria a terra portuguesa a ferro e fogo». E prossegue que foi uma «arremetida criminosa dos sem pátria», seria a «imolação de tanta vítima inocente», o «comunismo, os mentores da desordem, sofreram ontem um golpe rude e forte», «ao crime dos díscolos, opôs-se a confiança do país». Num outro artigo são dedicadas cinco páginas aos acontecimentos que ocorreram em vários pontos do país. Embora a responsabilização dos atos «criminosos» também sejam assacados aos anarquistas e aos republicanos “reviralhistas”, predomina a caracterização do movimento como comunista, a «soldo de Moscovo» (in *Diário da Manhã*, de 18 e 19 de janeiro de 1934).

³¹⁵ Também o *Novidades* se insurge contra a «intentona extremista» do 18 de janeiro, afirmando que o movimento assumiu um «caráter declaradamente comunista». Um outro artigo visa os «jovens comunistas» que constituíam «a vanguarda dos assaltantes» o que, para o articulista constituía «uma realidade triste» o facto de tantos jovens se terem deixado influenciar pelo comunismo. As culpas são assacadas à escola frequentada por esses jovens, que «incentiva à indisciplina e à rebelião», levando assim estes a se tornar «presa fácil de todas as seduções e messianismos comunistas» (in *Novidades*, de 19, 20 e 21 de janeiro de 1934, pp. 1, 3 e 6).

³¹⁶ O semanário *A Verdade* também se insurge violentamente contra o movimento insurrecional. O seu diretor, Costa Brochado, um veemente defensor e colaborador de Salazar, é perentório ao afirmar que «os verdadeiros réus de semelhante crime» devem ser condenados «às galés da História», rematando: «Dum lado a Ordem; do outro a Desordem. Dum lado a Pátria e a República; do outro o Comunismo sanguinário e internacionalista». Embora noutro excerto do artigo mencione que os responsáveis do movimento agiram «com o carimbo do partido comunista e da chancela dos anarquistas», conclui que a literatura subversiva distribuída nas vésperas continha «uma exibição grosseira dos princípios da tática ensinados por Lenine e outros luminares da III Internacional».

Para Costa Brochado, que também erigia os republicanos do “revirvalho” como um alvo a abater, era preciso atacar a origem do mal, as «Escolas & Faculdades-Funcionalismo Público-Imprensa Mercantilista», onde se encontrava «o veneno todo», pelo que era necessário quebrar o frasco que continha todo esse veneno. O indefetível de Salazar não tolerava que nas aulas fossem encontrados manifestos comunistas «iguais aos que aparecem nas pastas de alguns mestres», e que as associações de estudantes comunistas fossem protegidas e louvadas «por mestres que têm medo dos rapazes ou da hidra que há-de vir» (In *A Verdade*, ano I, n.º 9, «Em nome da Nação: levantem-se os réus!», de 27 de janeiro de 1934, pp. 1 e 4, e n.º 10, «Em nome da Nação: quebre-se o frasco dos venenos!», de 3 de fevereiro de 1934, p. 1).

³¹⁷ Costa Brochado, acérrimo defensor do “Estado Novo”, pertenceu à Comissão Executiva da União Nacional. Foi político, jornalista e escritor. Em 1933 fundou o semanário *A Verdade*, saindo o n.º 1 no dia 1 de dezembro, um órgão «em defesa do Governo de Salazar contra o revirvalho assanhado desse tempo», como ele próprio refere nas suas memórias (cf. Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, Lisboa, edição do Autor, 1987, p. 115).

³¹⁸ O embaixador britânico Claud Russell, em telegramas enviados de Lisboa para Londres atribui as «manifestações revolucionárias» ocorridas em Portugal à «Terceira Internacional e à Confederação Geral do Trabalho», tendo-se verificado trocas de tiros com a polícia com o recurso a pistolas e a explosão de bombas manuseadas pelos comunistas. Não são mencionados elementos anarcossindicalistas (cf. AHS – ICS, *Public Record Office*, FO 371/18586, telegramas n.º 5 e n.º 8, respetivamente de 19 e 20 de janeiro de 1934).

A sobrestimação do poder do PCP e do comunismo pode ser considerado mais um Mito do “Estado Novo”³¹⁹, pois em 1934 não havia quaisquer condições em Portugal para a eclosão de uma “revolução comunista” que pusesse em causa o regime de Salazar. Não eram cerca de 400 militantes comunistas³²⁰ que representavam uma ameaça séria ao regime ditatorial, reforçado com diversos instrumentos jurídicos e políticos a partir de 1932/33, como a União Nacional, a Constituição Corporativa, a polícia política, a censura, o Secretariado de Propaganda Nacional, a Legião Portuguesa e o Estatuto do Trabalho Nacional, entre outros.

A histeria, a cruzada anticomunista não deixou de constituir uma matriz para a afirmação do “Estado Novo”. Mas o Ditador de Santa Comba precavia-se, pois era real a força crescente do PCP no movimento operário e em diversas áreas da sociedade portuguesa, tanto mais que este partido assentava ideológica e politicamente num suporte poderoso, a União Soviética.

Uma das consequências do 18 de janeiro foi assim o reforço da histeria anticomunista por parte do “Estado Novo” e a sobrestimação do papel do PCP no movimento operário e na sociedade, na altura, em detrimento e até “esquecimento” da importância de outras organizações operárias, nomeadamente dos anarcossindicalistas e socialistas. Uma situação que contribuiu para o Mito da revolta operária da Marinha Grande. Convinha ao regime os esquecimentos propositados, as deturpações e falsificações dos

³¹⁹ Sobre os mitos ideológicos fundadores do «Estado Novo» veja-se Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXXV, n.º 157, de março de 2001, pp. 1 031-1 054. Para este historiador, as grandes bases do discurso ideológico e propagandístico do «Estado Novo», as chamadas «‘verdades indiscutíveis’ proclamadas no ano X da revolução nacional, criou «um aparelho de inculcação ideológica autoritária» no quotidiano das pessoas visando a formação de um «‘homem novo’ do salazarismo». O objetivo era o de constituir «uma ideia mítica de ‘essencialidade portuguesa’, transtemporal e transclassista» reassumida pelo «Estado Novo», depois de encerrado «o ‘século negro’ do liberalismo».

Segundo Fernando Rosas os mitos ideológicos do “Estado Novo” são: 1.º - «o mito *palingenético*», ou seja, «o mito do recomeço», da ‘Renascença Portuguesa’, da ‘regeneração’ realizada pelo «Estado Novo»; 2.º - «o mito *central da essência ontológica do regime*», ou seja, «o mito *do novo nacionalismo*», onde o «Estado Novo» surgia como a institucionalização do destino nacional de acordo com o *slogan* ‘Tudo pela Nação, nada contra a Nação’; 3.º - «o mito *imperial* assente no duplo aspeto de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar; 4.º - «o mito *da ruralidade*» onde Portugal continuava com a sua ruralidade inevitável, específica e tradicional; 5.º - «o mito *da pobreza honrada*», ou «o mito *da ‘aurea mediocritas’*», onde cada um, pobre mas honrado, se conformava com o seu destino; 6.º - «o mito *da ordem corporativa*», como expressão da ordem natural das coisas, assente na ideia de uma hierarquização social espontânea e harmoniosa estabelecida intemporalmente num quadro de uma sociedade orgânica; 7.º - «o mito *da essência católica da identidade nacional*», onde a religião católica surgia como elemento constitutivo do ser português (*ibidem*, pp. 1 031-1 037).

³²⁰ Quem confirma este número é o militante comunista Joaquim Pires Jorge, responsável do trabalho de organização do PCP, número que também tinha sido avançado por Bento Gonçalves quando apresentou em Moscovo o «Relatório» ao VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935 (v. Joaquim Pires Jorge, *Com uma Imensa Alegria...*, cit., p. 37).

acontecimentos³²¹ que tiveram lugar no 18 de janeiro, protagonizados pelo movimento operário.

Após a derrota do movimento revolucionário às mãos das autoridades salazaristas regressaram e até recrudesceram as acusações, as polémicas, as rivalidades entre as várias organizações operárias, principalmente, as afetas e dirigidas pelos comunistas e libertários. Velhos ódios foram desenterrados e as recriminações foram violentas, cada qual acusando a outra pelo fracasso da “greve geral revolucionária”. Entretanto as prisões e as condenações dos revoltosos pelo TME prosseguiram a um ritmo elevado.

Os primeiros a reagir foram os comunistas através de um documento clandestino do Secretariado do PCP³²², que deverá ter saído na 1.ª quinzena de fevereiro de 1934 - «Das ilusões anarquistas e reviralhistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe contra classe (As primeiras lições da jornada de 18 de janeiro)»³²³. Sobre a análise deste documento diz-nos António Ventura que se podem distinguir duas etapas fundamentais sobre os acontecimentos que ocorreram nesse dia, em que a primeira surge logo a seguir ao malogro da greve geral revolucionária e da insurreição da Marinha Grande e que também vai ser expressa noutros artigos do *Avante!* (em particular o artigo «Auto-crítica dos nossos erros e progressos», no n.º 1, II série, de junho de 1934, que deverá ser da autoria de Bento Gonçalves)³²⁴. «Considerava-se então o movimento como positivo, na sua globalidade, embora se reconhecessem perdas importantes e a nefasta influência do reviralhismo». A seguir à prisão do Secretariado do PCP, constituído por Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio de Melo Fogaça, em novembro de 1935, começa outra etapa na crítica ao 18 de janeiro que conduz ao reconhecimento do caráter nefasto

³²¹ Sobre as falsificações, deturpações, omissões, manipulações e “esquecimentos” dos factos e acontecimentos históricos veja-se a obra de Marc Ferro, *Falsificações da História*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994.

³²² Este documento clandestino foi identificado como um Boletim pelo órgão anarcossindicalista *A Batalha*, série III, ano XV, n.º 1, de abril de 1934, p. 2.

³²³ Veja-se todo o documento em António Ventura, «As primeiras lições da jornada de 18 de janeiro», (notas e introdução), «Das ilusões anarquistas e reviralhistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe contra classe (As primeiras lições da jornada de 18 de janeiro)», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 2, janeiro/abril de 1984, pp. 50-55).

³²⁴ Temos outros artigos de índole comunista na crítica ao 18 de janeiro que seguem a mesma linha, como o manifesto intitulado «Ao proletariado», que foi publicado em *O Proletário* (órgão da CIS), n.º 1, de março de 1934, p. 3; «Alguns ensinamentos do último movimento», no mesmo n.º 1 de *O Proletário*, p. 4; a «entrevista» a *O Proletário*, n.º 2, também de março de 1934, p. 4, de um dirigente operário do sindicato vidreiro; os artigos que saíram no *Avante!*, II série, n.º 1, de junho de 1934, «O Partido Comunista e o confusionalismo do grupo ‘A Luta de Classes’», na p. 1, «Auto-crítica dos nossos erros e progressos», na p. 4, e «Terrorismo e Comunismo», nas pp. 5 e 6; o artigo «Por um 1.º de maio de massas! A caminho do Rompimento da Legalidade Fascista!», in *Avante!*, II série, n.º 5, de março de 1935, p. 1 e um outro artigo com o título «Auto-crítica do nosso trabalho dirigente», no n.º 8, de junho de 1935, pp. 1 e 3.

do movimento que levou à destruição da quase totalidade da organização partidária e sindical. «Esta rejeição do 18 de janeiro, ou melhor, o seu despojamento de vestes heroicas, insustentáveis face às catastróficas consequências, é assumida com toda a magnitude nas páginas de Duas Palavras»³²⁵.

Com efeito, o documento do Secretariado comunista insere-se na primeira etapa das críticas ao movimento. Utilizando uma linguagem triunfalista começa por dizer que o proletariado se enriqueceu com a jornada do 18 de janeiro ao vibrar «a primeira machadada mortífera» no “Estado Novo” rejeitando as suas imposições. Ao preparar o movimento «mais de 30 000 trabalhadores» recusaram aderir, nas assembleias sindicais, aos «Sindicatos Nacionais» e ao «Estatuto de Trabalho Nacional», tendo acabado por seguir «as palavras de ordem do Partido Comunista»³²⁶. Uma afirmação curiosa quando se sabe que a reivindicação de «manifestações e ações de massas» defendida pelo partido aconteceu em muito poucas localidades a nível nacional.

Mais à frente o Secretariado do PCP apelida os sindicalistas da CGT, dos sindicatos autónomos e os republicanos de «traidores» e «terroristas» per terem chamado à jornada de 18 de janeiro «Greve Geral Revolucionária» e «Revolução Social» e de terem alertado o Governo antecipadamente com o rebentamento de bombas e de tiros de pistolas, assim como o de terem cometido atentados terroristas e bombistas. De uma penada o PCP ficava assim ilibado destas ações, assacando-as aos outros, quando se sabe que muitos dos seus militantes estavam imbuídos destas ideias e estiveram envolvidos em vários atentados e sabotagens como no Barreiro, Chelas, Póvoa de Santa Iria e outros locais. Apesar das contrariedades elencadas no documento, o movimento «teve uma importância enorme» e, muito em particular, nos locais que teriam seguido as instruções do partido como em Almada, Cacilhas, Porto Brandão, Alfeite, Cova da Piedade, Silves e em alguns pontos do Alentejo³²⁷.

Mas foi a Marinha Grande – continua o documento – que patenteou «um caso completamente positivo da ação proletária», visto servir de «ensinamentos» ao proletariado e permitir o seu «ascenso político» através da luta de «classe contra classe». O proletariado vidreiro por meio da sua experiência e sob a direção do Partido Comunista, «educou-se e educou largamente todos os trabalhadores do país». Silves, a margem sul

³²⁵ Cf. António Ventura, «As primeiras lições da jornada de 18 de janeiro», (notas e introdução), in *Estudos sobre o Comunismo*, cit., p. 49.

³²⁶ «Das ilusões anarquistas e reviralhistas...», in *Estudos sobre o Comunismo*, cit., p. 50.

³²⁷ *Ibidem*, p. 51.

do Tejo e a Marinha Grande representavam a grande jornada do Partido. Desta forma o 18 de janeiro constituiu «uma jornada integralmente positiva para o proletariado e para a direção do seu partido de vanguarda». No final o documento apela à formação de «comités de fábrica», «comités de camponeses» e de «sindicatos ilegais», chamando a atenção dos trabalhadores que o movimento «não foi esmagado pelo governo», o que foi esmagado foram as suas «próprias ilusões sobre o revolucionarismo dos chefes da C. G. T., sindicais reviralhistas e reformistas», e que «à preparação da nova ofensiva do governo e do capitalismo contra vós deve corresponder o novo reagrupamento das vossas forças, para lutar independente, de base, sob o lema: CLASSE CONTRA CLASSE»³²⁸.

Este importante artigo político, muito provavelmente, teria sido escrito pelo próprio Bento Gonçalves. O Secretariado, ou seja, o PCP considerava que a situação que se vivia no país era de pré-revolucionária e de ascenso de massas e a prová-lo aí estava o heroico movimento do 18 de janeiro, o que de facto não se verificava. Para os principais dirigentes do PCP a insurreição da Marinha Grande talvez fosse equiparada, senão à “Comuna de Paris”, ou ao “Soviete de Petrogrado”, possivelmente à revolução russa de 1905 (insurreição de Moscovo)³²⁹, um exemplo a seguir pelos operários do país, o que terá contribuído para o mito do “Soviete da Marinha Grande”. Só que a situação política no país e um pouco por toda a Europa, em 1934, era o oposto de pré-revolucionária, vivia-se uma situação de contrarrevolução e de ascenso dos movimentos de direita e extrema-direita, conduzindo ao esmagamento de várias insurreições operárias, como em Espanha, Áustria e outros países. Salazar também tinha derrotado, com alguma facilidade, o movimento revolucionário do 18 de janeiro. No fundo, Bento Gonçalves e os dirigentes do PCP estavam a aplicar a tática de «classe contra classe» que fora definida no VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928 e que só viria a ser alterada no VII Congresso, em 1935.

³²⁸ *Ibidem*, pp. 51-55.

³²⁹ Se Bento Gonçalves e outros dirigentes do PCP equipararam, alguma vez, a revolta da Marinha Grande à insurreição de Moscovo de dezembro de 1905, as condições eram completamente diferentes em Portugal de 1934 relativamente às condições da Rússia em 1905. Para o triunfo da insurreição proletária é necessário existir uma sintonia entre as condições objetivas e as condições subjetivas. Enquanto na Marinha Grande o Partido e as organizações sindicais avançaram para medidas demasiado avançadas, permitindo a participação apenas da vanguarda operária enquanto as massas retardavam para a ação, na insurreição de Moscovo passou de greve geral para a insurreição de forma espontânea e irresistível, ou seja, «as organizações *tinham-se atrasado* em relação ao crescimento e à envergadura do movimento» (cf. Lenine, *Os Ensinamentos da Insurreição de Moscovo*, Porto, Edições Estrela Vermelha, 1974, pp. 3-4).

Mesmo com os principais quadros e dirigentes a ferros a CGT não deixou de responder ao documento do Secretariado do PCP e fazer a sua própria análise do movimento, pois sabia que os principais alvos dos ataques comunistas tinham sido os libertários e a organização confederal. A resposta acrata surge no mês de abril com o título «A C. G. T., os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de janeiro»³³⁰, publicada no jornal *A Batalha* que continuava a apresentar-se como «Porta-voz da Organização Operária Portuguesa e órgão da Confederação Geral do Trabalho». As acusações dão lugar a contra-acusações e as polémicas e contendas sobem de tom entre as duas organizações operárias.

Os anarquistas insurgem-se contra o «descaramento» das afirmações «bolchevistas» de que os trabalhadores tinham seguido as instruções do PCP de aderirem às «greves e manifestações de massas», nomeadamente na Margem Sul do Tejo, Silves e noutros locais do Alentejo, como se o movimento fosse obra sua. Estas localidades teriam agido, mas sob a influência anarcossindicalista e «a Marinha Grande agiu bem e toda a sua ação está dentro da Circular Confidencial que a C. G. T. enviou aos vários pontos do país». Na vila vidreira teriam existido «dois órgãos, que se entenderam para a eclosão do movimento», reconhecendo a CGT «que a influência bolchevista fosse ali maior do que a cegetista», mas que teria sido esta organização a fornecer os «elementos materiais» para o desencadear do movimento operário armado na vila vidreira³³¹. Com efeito, terá sido o Comité de Ação da CGT que enviou para a vila 11 bombas de choque e de rastilho, indo o alfaiate Duarte buscá-las a Lisboa³³².

Prosseguindo, os anarquistas lamentam o facto do movimento não ter correspondido ao que se pretendia, apontando como razão principal a «culpa exclusiva dos ‘chefes

³³⁰ Artigo publicado no órgão *A Batalha*, III série, n.º 1, de abril de 1934. Na III série apenas foram publicados 3 números, em 1934, em formato A4 e com apenas 4 páginas, o que revela as enormes dificuldades dos libertários devido à repressão sofrida, com prisões e a apreensão de tipografias. Na IV série foram publicados 11 números, entre 1935 e 1937, na V série saíram 21 números, entre 1946 e 1949 e a VI série sai a partir de 1974. Na II série foram publicados 134 números, em 1930, enquanto na I série, diário, foram publicados 2 556 números, entre 1919 e 1927. O 1.º número saiu no dia 23 de fevereiro de 1919, assumindo-se *A Batalha* como porta-voz da União Operária Nacional em 1914 e da Confederação Geral do Trabalho a partir da 1919. O grupo de delegados da U. O. N que assumiu tal responsabilidade, em 1914, era constituído por Hilário Marques, Raúl Neves Dias, Pinto Quartim, José António de Almeida, Eduardo Freitas, Perfeito de Carvalho, Francisco Cristo e Joaquim Cardoso, passando Alexandre Vieira a ser o seu redator-principal (cf. Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 141-142, e João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 390).

³³¹ V. «A C. G. T., os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de janeiro, *op. cit.*, p. 2.

³³² Veja-se Emídio Santana *et al*, *op. cit.*, p. 92.

bolchevistas' que têm a mania de anunciar os movimentos com tal antecedência que as autoridades tomam logo posições». As acusações eram devolvidas aos comunistas, certamente tendo na mira o rebentamento de uma bomba no Barreiro, ou os tiros na zona de Xabregas, na véspera do dia 18 de janeiro, ações perpetradas por militantes comunistas. O que os comunistas fizeram foi «uma revolução de papéis», nada comparado com o movimento revolucionário orientado pela corrente anarcossindicalista da C. N. T., que eclodiu em Espanha sob a direção desta central sindical.³³³ A CGT não falava em ações terroristas, acusava os comunistas pelo desaire, mas também admitia a sua quota parte de responsabilidade e que a organização confederal não tivera capacidade para dirigir o movimento.

Por fim, o documento acrata acusa os comunistas de «ridículos», pois nada se viu do movimento grevista onde estes tinham influência, e assume para a CGT as greves ocorridas em Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Barreiro, Sines e Silves, exatamente os mesmos locais que o PCP reivindicava como seus. E concluía com a mesma linguagem triunfalista, que «a C. G. T. continuará organizando o proletariado para novas lutas contra a 'legislação fascista' (...) retificadas as causas que deram lugar a uma ação de massas menos intensa em 18 de janeiro». A organização acrata admitia assim erros na preparação da “greve geral revolucionária”.

Desta forma, o desaire do 18 de janeiro acabou por acentuar as divergências entre as duas principais organizações operárias e, com maior intensidade, com as tomadas de posição na etapa seguinte de análise e crítica ao movimento, onde se destaca a posição do PCP em torno de Bento Gonçalves. Esta reviravolta opera-se com a participação do secretário-geral e outros dirigentes do PCP no VII Congresso do Komintern que teve lugar em Moscovo, entre 25 de julho e 21 de agosto de 1935³³⁴. Tratou-se da maior viragem operada pela I. C. no movimento comunista internacional, onde se destaca o búlgaro Georgi Dimitrov, o qual se transformou num herói do movimento antifascista a nível mundial. Como Secretário da I. C. apresentou o célebre Relatório «A Ofensiva do Fascismo e as Tarefas da Internacional Comunista na Luta pela Unidade da Classe

³³³ «A C. G. T., os chefes bolchevistas...», *op. cit.*, p. 2.

³³⁴ Participaram no VII Congresso da I. C. 513 delegados representando 65 partidos comunistas e outras organizações próximas do Komintern. Desde o VI Congresso, realizado em 1928, os membros comunistas em todo o mundo chegaram a atingir os 3 140 000, aumentando nos países capitalistas de 445 300 para 785 000 membros (v. A. Sobolev et al, *op. cit.*, 3.º Vol., pp. 40-41).

Operária Contra o Fascismo»³³⁵. Um dos aspetos centrais do Relatório não se centrava na revolução, mas sim no fascismo, como «ditadura terrorista do grande capital». Foram analisadas as limitações da III Internacional contra as ditaduras fascistas, em particular o fascismo italiano e o nazismo alemão, lançando a ideia do «cavalo de Troia», pelo que era imperioso trabalhar no interior das organizações legais fascistas, conhecer o seu «calcanhar de Aquiles» para minar a sua base social. A orientação ia de encontro à consigna de Lenine, de que «os revolucionários devem atuar nos sindicatos reacionários»³³⁶.

Prosseguia o Relatório de Dimitrov que era necessário a constituição de «uma vasta Frente Popular Antifascista sobre a base da frente única operária», envolvendo a unidade dos comunistas tanto pela base como a nível de cúpulas com os socialistas, sociais-democratas e a colaboração com as organizações e os «partidos burgueses antifascistas»³³⁷. Tinha lugar uma mudança profunda de orientação da I. C., rompendo com a tática de «classe contra classe» do seu VI Congresso, em 1928, e que já vinha sendo

³³⁵ Veja-se Dimitrov, *A Luta Contra o Fascismo – Relatório e Discursos ao VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, 1977, pp. 25-113, e ainda Ilia Kiuliovski, *Jorge Dimitrov sobre a Frente Única*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, pp. 13-41, e Jorge Dimitrov, «Sobre a Frente Popular Democrática e Patriótica. (Relatório ao VII Congresso da Internacional Comunista)», in *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1555, de maio de 1975, pp. 16-26.

³³⁶ Cf. V. I. Lenine, *Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo*, 2.ª edição, Porto, Edições Latitude, s. d., pp. 45-57.

³³⁷ Cf. Dimitrov, *A Luta Contra o Fascismo...*, cit., p. 55.

O PCP através do seu órgão central insere um conjunto de artigos a favor e dando conta da constituição de uma Frente Popular em Portugal, não perdendo tempo para colocar em prática as decisões da I. C. O *Avante!* n.º 11 da II série, nas páginas 1, 5 e 6 dá conta do relato de Dimitrov - «As Tarefas do VII Congresso da Internacional Comunista» e os artigos «Como vencer o fascismo» e as «Tarefas dos Comunistas», referindo a passagem «da frente única proletária à frente popular antifascista». No *Avante!* n.º 16, de fevereiro de 1936, já com Bento na prisão, surge na 1.ª pág. o título: «O Povo VENCERÁ A REAÇÃO – acaba de se constituir em Portugal a FRENTE POPULAR ANTIFASCISTA. A Frente Popular vencerá a fome, a miséria e a repressão DERRUBANDO O ‘ESTADO NOVO’!». Já o *Avante!* n.º 35, de maio de 1937, aparece com o título «A Frente Popular em Marcha», noticiando a constituição em França do «Comité da Organização da Frente Popular dos Portugueses emigrados naquele país» em que Bernardino Machado era o Presidente de Honra, Afonso Costa o Presidente Efetivo, Amaral, delegado do PCP o Secretário, e José Domingos dos Santos e os comandantes Álvaro Pope e Agatão lança os Vogais. Até ao fim da Guerra Civil de Espanha tanto o *Avante!* como o *Proletário* inserem diversos artigos e notícias sobre a Frente Popular em Portugal que, praticamente, nunca passou do papel.

Uns anos mais tarde, em «Duas Palavras», Bento Gonçalves reconhece que «as tendências putchistas e terroristas nunca foram desalojadas dos comités da F. P.», que não passava de uma «frente de chefes, sem base popular», que o seu entusiasmo antifascista era «meramente proclamativo», ao sabor dos acontecimentos externos e que quando a revolução espanhola foi esmagada «a nossa F. P. eclipsara-se pura e simplesmente sem deixar o mínimo acréscimo orgânico às correntes do pensamento antifascista nacional» (v. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», *Os Comunistas...*, cit., p. 153). Sobre o programa da Frente Popular veja-se L. H. Afonso Manta, *A Frente Popular Antifascista em Portugal. O primeiro esboço da unidade antifascista. Documentos da história do movimento operário português (1935-1937)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1976, pp. 43-76.

preparada a partir da reunião do XII Pleno do CEIC, em agosto/setembro de 1932 e, em particular, do XIII Pleno do CEIC que teve lugar em dezembro de 1933³³⁸.

A delegação portuguesa que se deslocou ao Congresso da I. C. era composta por Bento Gonçalves (“Albino Pedro”), que chefiava, Manuel Roque Júnior (“Rafael Castro”), que representava a CIS e Francisco de Paula Oliveira (“Fernando Queirós”), também conhecido por “Pável” e que já se encontrava em Moscovo. Por sua vez, a delegação da FJCP ao Congresso da ICJ era constituída por Gilberto de Oliveira, Álvaro Cunhal e Domingos dos Santos³³⁹.

O Relatório que “Albino” apresentou ao Congresso não foi o mesmo que tinha sido aprovado pela direção do PCP, foi sim um Relatório substituído no próprio Congresso por conselho dos responsáveis da IC e que já traduzia a nova linha que ia ser aprovada³⁴⁰. Sobre o 18 de janeiro sobressai a ênfase de que o movimento «foi caracterizado por greves e manifestações de massas e pela greve geral seguida de uma tentativa de insurreição parcial na Marinha Grande» em que participaram «mais de 60 000 trabalhadores»³⁴¹.

Nota-se um esforço para fazer sobressair a linha oficial do partido, tal como o secretário-geral defendera e sobre a vila vidreira apenas é mencionada «uma tentativa de insurreição parcial», sem mencionar que se tratou de uma ação positiva ou heroica por parte do proletariado. Sobressai igualmente uma crítica dura ao sectarismo existente em muitos militantes dos sindicatos vermelhos ilegais que «não realizam uma atividade de massas séria», sendo necessário orientar o partido para o trabalho «no seio das organizações de massas dos trabalhadores, dos sindicatos, das cooperativas, das sociedades desportivas, das mutualidades, etc., mesmo naquelas que estão colocadas sob

³³⁸ No XIII Pleno do CEIC surgiu a definição de fascismo e que Dimitrov irá confirmar no VII Congresso da I. C. - «O fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro» (veja-se o artigo de João Arsénio Nunes, «Da Política ‘Classe Contra Classe’ às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista Entre o VI e o VII Congressos (1928-1935)», in *O Fascismo em Portugal*. (Atas do Colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa, março de 1980), Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1982, pp. 31-76).

³³⁹ Veja-se José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política - «Daniel, o Jovem Revolucionário 1913-1941*, 1.^a edição, Vol. 1, Lisboa, Edições Temas & Debates, 1999, pp. 112-115.

³⁴⁰ Bento Gonçalves acabou por ler na tribuna do VII Congresso da I. C. um Relatório improvisado. Foi Álvaro Cunhal que confirmou esta alteração em Peniche, no ano de 1959 (cf. Francisco Martins Rodrigues, *Anti-Dimitrov 1935-1985. Meio século de derrotas da revolução*, Lisboa, Edição do autor, 1985, pp. 228 e 234).

³⁴¹ Cf. Bento Gonçalves, «Relatório ao VII Congresso da Internacional Comunista», in Bento Gonçalves, Álvaro Cunhal e Sérgio Vilarigues, *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, pp. 13-25. Veja-se ainda o nosso trabalho *Comentário e Análise Crítica ao Relatório apresentado por Bento Gonçalves em Moscovo, agosto de 1935*, Portimão (trabalho não publicado e realizado no âmbito do Seminário de História de Portugal, Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

o controlo direto dos fascistas». As críticas de Bento Gonçalves também procuravam atingir, embora sem mencionar nomes, José de Sousa e outros elementos da CIS que persistiam em dinamizar e até criar novos sindicatos ilegais clandestinos e que alinharam lado a lado com a CGT anarquista.

É um facto que uns dias depois do 18 de janeiro de 1934 reuniram-se na Rua de Infantaria 12 José de Sousa e outros militantes e dirigentes comunistas como José Borges Seleiro, Retílio Nunes Bastos, José de Oliveira Vidal e Álvaro Gonçalves, o “Álvaro das Carnes Verdes”, para apressar a reorganização do partido e «fundar sindicatos clandestinos, com a missão de combaterem os Sindicatos Nacionais criados pelo Governo». Decidiram que «esses sindicatos usariam os métodos e as táticas da Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscovo, e criar uma nova Comissão Intersindical, cujos membros seriam os sindicatos ilegais revolucionários que a ela aderissem». A nova organização clandestina seria dirigida por José de Sousa, Álvaro Gonçalves (que foi preso uns dias depois) e José de Oliveira Vidal (acabaria por ser irradiado do partido sob a acusação de desvio de fundos). Cabia a este último redigir o folheto «'Como se organizam e funcionam os sindicatos ilegais'»³⁴². Até à prisão do Secretariado do PCP, em novembro de 1935, a CIS sob a direção de José de Sousa continuou a fazer a apologia do “Movimento Sindical Revolucionário”³⁴³, mostrando que havia sérias resistências na frente sindical em aceitar a inflexão tática definida no VII Congresso da I. C. Como o próprio Bento Gonçalves refere alguns anos mais tarde, a sua

³⁴² Cf. Arnaldo Madureira, *Salazar Tempos Difíceis. O controlo das oposições e a instauração do Estado Novo*, 1.ª edição. Lisboa, Editora Clube do Autor, 2015, p. 61.

José Borges Seleiro ficou com a incumbência de formar o sindicato clandestino do pessoal da Companhia dos Caminhos de Ferro de Lisboa e acabou por constituir os Sindicatos Unitários da Indústria dos Transportes Elétricos, da Indústria de Panificação, da Indústria Automóvel, da Indústria Gráfica, da Indústria Ferroviária, dos Empregados do Comércio e do Pessoal do Arsenal da Marinha, entre outros, além de lançar o jornal *O Elétrico* (idem, *Os Anos Esquecidos...*, cit., p. 179. Nesta obra o autor avança que teria sido José de Sousa quem ficou com a feitura do folheto «Como se organizam e funcionam os sindicatos ilegais»).

³⁴³ Enquanto em dezembro de 1934 *O Proletário* (órgão da CIS), n.º 9, p. 2, com o artigo «A podridão fascista» se insurge contra os «sindicatos nacionais» e apela à criação de «sindicatos revolucionários», em julho de 1935, no n.º 15, p. 3, no artigo «A nossa missão no seio dos sindicatos fascistas», diz-se que «nós devemos servir-nos dos sindicatos nacionais, como organismos legais que são, para aí *fazermos aprovar*, nas reuniões e assembleias, as *reivindicações dos trabalhadores* (...)». Esta era uma das conclusões do Congresso da I. C., o que reflete já algumas alterações na própria CIS. No entanto, em novembro de 1935, em *O Proletário* n.º 19, na p. 7, na coluna dedicada à «Imprensa Sindical», felicita-se o aparecimento de três novos órgãos sindicais: *O Marítimo*, do Sindicato Marítimo Unitário, *A Chama*, órgão do Sindicato Unitário dos Trabalhadores da C. U. F. e o *Trabalhador de Alimentação*, do Secretariado Nacional da Indústria de Alimentação, que terão grande importância para o «Movimento Sindical Revolucionário Português». O artigo congratula-se ainda com a regularidade com que se publicam outros órgãos ilegais, como *O Farol*, do Sindicato Unitário da Indústria Ferroviária e o *Eco do Arsenal*, do Sindicato Unitário do Pessoal do Arsenal da Marinha.

prisão (e de todo o Secretariado) ocorreu no momento «mais indesejável», não dando tempo para a aplicação do novo programa em consonância com o VII Congresso da I. C., em que um dos pontos centrais preconizava que «o centro do trabalho sindical devia deslocar-se para dentro dos Sindicatos Nacionais»³⁴⁴.

É precisamente a partir da sua prisão em Angra do Heroísmo e no Tarrafal que Bento Gonçalves reformula as suas posições e explicita-as de forma clara em relação ao movimento operário do 18 de janeiro, principalmente sobre os acontecimentos da Marinha Grande. É a chamada segunda etapa na análise e crítica ao movimento, certamente à luz das decisões do VII Congresso do Komintern. Esta nova análise encontra-se expressa no seu escrito «Duas Palavras» todo redigido ou pelo menos em grande parte no Campo da Achada Grande, Cabo Verde, em 1941³⁴⁵. Desaparecem as “vestes heroicas e triunfalistas” expressas nas primeiras tomadas de posição nos órgãos comunistas.

É preciso ter presente que alguns meses depois da eclosão e derrota do movimento do 18 de janeiro e ainda antes do VII Congresso da I. C., em finais de 1934, a sua Secção Latina tinha redigido dois «Projetos de carta»³⁴⁶ dirigidos aos dirigentes comunistas de Portugal, onde são feitas severas críticas à forma como o partido encarou e participou no referido movimento, em que se deixou influenciar pelas concepções anarquistas e «putchistas» e que os dirigentes sindicalistas da CIS se deixaram arrastar pela palavra de ordem da CGT de «greve geral revolucionária» à revelia da direção do partido que defendia as «greves e manifestações de massas». Aqui o visado não seria só José de Sousa, mas todo o Secretariado, incluindo o secretário-geral, que é duramente criticado³⁴⁷ e, muito em concreto quanto à ação do partido na vila vidreira, que não teria sido nenhum exemplo da aplicação do leninismo, como transmitiu o órgão central do PCP. O partido tinha avançado para uma tentativa insurrecional, mas faltavam as principais condições que caracterizam uma situação revolucionária.

³⁴⁴In «Duas Palavras», *op. cit.*, p. 142.

³⁴⁵Cf. Cf. Alberto Vilaça (introdução, recolha e bibliografia), *Bento Gonçalves Inéditos e testemunhos*, Lisboa, Edições Avante!, 2003, p. 31.

³⁴⁶Veja-se «Project de lettre au P. C. du Portugal», de 15 de setembro e 6 de novembro de 1934, não assinados, in Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais (AHS – ICS), Fundo dos Arquivos de Moscovo, Núcleo I. C., doc.111, maço 31, caixa 2 e doc. 68, maço 7, caixa 1.

³⁴⁷Muito provavelmente Bento Gonçalves e outros dirigentes do partido tiveram conhecimento dos «projetos de carta», que mais não fosse, pelo menos através de “Pável” que desempenhava as funções de representante permanente junto da Secção Latina da Internacional Comunista (cf. José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, 2.^a edição, Lisboa, Edições Tinta da China, 2011, p. 127).

Eram críticas muito graves assacadas à direção do PCP, logo a Bento Gonçalves, ele que fizera um combate tenaz às ideias e práticas anarquistas. Mas “caíra no erro” de considerar a Marinha Grande como um exemplo heroico e revolucionário da tática leninista, uma jornada positiva do proletariado contra o salazarismo. No fundo, o secretário-geral ainda se encontrava “refém” da tática de «classe contra classe» que ainda não tinha sido alterada pela I. C.³⁴⁸.

Refira-se que na sua contestação às acusações por parte do TME Bento Gonçalves foi bem explícito ao sublinhar que o Partido Comunista preparou o 18 de janeiro debaixo da palavra de ordem «'impedir a fascização dos Sindicatos da classe operária portuguesa'» e não de «*greve revolucionária* nem de *revolução contra a ditadura*». Curiosamente não utiliza a palavra de ordem de «greves e manifestações de massas» contra o ETN. E no final termina aludindo aos ventos que começaram a soprar a partir da nova linha do Komintern: «Nós saudamos os primeiros passos que os anarcossindicalistas e os republicanos empreenderam ombro a ombro com o nosso partido, na formação da frente única proletária e duma frente popular contra a Ditadura, pela libertação nacional e social do povo português»³⁴⁹.

Curiosamente, José de Sousa na contestação que faz ao TME, segue a mesma linha de pensamento de Bento Gonçalves em relação ao movimento grevista não deixando transparecer quaisquer divergências com este, desvincula-se das ações de índole «terrorista» preconizadas pela CGT e até pela CIS, e aponta a Frente Popular como a solução para acabar com a ditadura salazarista. Assim, proclama que «o movimento de 18 de janeiro era um movimento de protesto, caracterizado por greves e manifestações de

³⁴⁸ Uns meses depois do 18 de janeiro, em 24 de junho de 1934, Bento Gonçalves escreve uma carta a Augusto Valdez (comunista, desempenhou um importante papel na implantação de tipografias clandestinas do PCP nos anos 30 e foi deportado para o Tarrafal entre 1939 e 1946), chamando-o à atenção que num artigo estava a corrigir «completamente a linha da I. C.» e que não via «a importância da luta pelas reivindicações parciais (...) como processo (o único processo) de ganhar a maioria dos explorados das cidades e dos campos ao terreno de combate pelo governo operário e camponês». E mais à frente dá um exemplo. «No 18 de janeiro, ao mesmo tempo que na Marinha Grande o proletariado procurou chegar até ao fim, em Matosinhos, a oposição ao fascismo fez-se dentro dum Sindicato Nacional, dentro das formas legalistas, à base da reclamação dum melhor socorro no desemprego ou da reabertura parcial das fábricas» (v. Alberto Vilaça, introdução, recolha e bibliografia, *Bento Gonçalves Inéditos e Testemunhos*, cit., pp. 74-75). O secretário-geral do PCP já admitia a luta dentro dos sindicatos nacionais do “Estado Novo”, mas ainda continuava “preso” à política do “Governo Operário e Camponês”. Esta palavra de ordem só foi retirada assim que se realizou o VII Congresso da I. C., como ele próprio confirma mais tarde: «A palavra de ordem ‘Governo Operário e Camponês’ foi retirada da nossa agitação política para ceder o lugar às proclamações da Frente Popular logo que se efetuou o VII Congresso (cf. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», *Bento Gonçalves. Os Comunistas*, cit., p. 153).

³⁴⁹ Cf. Bento Gonçalves, «Contestação de Bento Gonçalves à Secretaria do Tribunal Militar Especial», in *Bento Gonçalves. Os Comunistas*, cit., pp. 59 e 65.

massas, e não um movimento insurrecional», e que a sua classificação como «greve geral revolucionária» foi por ele combatida, pela Comissão Intersindical e pelo Partido Comunista. E conclui que a «Frente Popular» acabará por «esmagar os exploradores, restabelecendo as liberdades populares»³⁵⁰.

Voltando a «Duas Palavras» escreve Bento Gonçalves passados cerca de sete anos sobre o movimento:

«No domínio dos factos, o 18 de janeiro foi aquilo que todos sabemos. Um ‘movimento de pura surpresa’ que teve na própria véspera a explosão dumas ‘bombas de descuido’, em Setúbal, a explosão da Central Elétrica, em Coimbra, a aglomeração das brigadas de choque em Xabregas, etc., etc., factos que qualificamos de pura anarquizada.

De facto, neste domínio, o 18 de janeiro foi pura e simplesmente ridículo. Foi a expressão da própria impotência da organização operária proletária na luta pela continuidade da sua própria existência independente.

Mais tarde, no campo da crítica aos resultados do movimento estabeleceu-se uma certa querela entre os partidários da proclamação do movimento e os partidários da surpresa. Hoje, a questão pode ser posta a claro sobre outra base: tudo esteve em a própria organização operária ter ilegalizado por suas próprias mãos o movimento em questão e isto desde os primeiros dias. (...).

A nossa palavra de ordem havia sido: ‘greves e manifestações de massas’ contra o E. T. N. Esta palavra de ordem era inteiramente materializável. Marinha Grande, Silves, Barreiro, etc., poderiam com relativa facilidade ter ido para a greve. Rememorando, por outro lado, as assembleias possíveis não é arrojado afirmar-se que mais de 50 000 trabalhadores poderiam ter feito ouvir a sua voz por esta maneira.

³⁵⁰ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo n.º 2290/935, SPS, «Acusação a Júlio de Melo Fogaça, Bento António Gonçalves e José de Sousa Coelho», Contestação de José de Sousa à Secretaria do Tribunal Militar Especial, fls. 2-8, Angra do Heroísmo, em 3 de agosto de 1936.

Também não teria criado as consequências que a registaram para a classe operária portuguesa com a eclosão daquela quantidade de ações de provocação inconsciente que caracterizaram essencialmente o 18 de janeiro.

Face a uma espécie de caos, nós procuramos reduzir ao mínimo os estragos (...)»³⁵¹.

Nesta nova análise crítica ao movimento Bento Gonçalves procede a uma revisão de alto a baixo, a qual contempla, simultaneamente, uma autocrítica demolidora em relação ao que tinha afirmado numa primeira fase. Mantém as recriminações aos métodos anarquistas e que o Partido os tinha secundado (as ações bombistas e isoladas), classificando o movimento, no geral, como «anarqueirada» e «ridículo», embora não tenha a “coragem” de atribuir tais características ao caso específico da insurreição da Marinha Grande. Nem mesmo é referido como positivo a participação do proletariado no movimento grevista seguindo a palavra de ordem do Partido de «greves e manifestações de massas» em locais como na Margem Sul, Silves, Marinha Grande e outros locais referidos anteriormente.

Se antes a revolta na vila vidreira servia de «ensinamento» ao proletariado e patenteou «um caso positivo de ação proletária» sob a direção do Partido, agora, de uma penada, tudo é reduzido a uma «anarqueirada». De «globalmente positivo» o movimento passou a muito negativo, por ter provocado «uma espécie de caos» em que «a organização independente da classe operária portuguesa foi totalmente destruída», «os quadros do movimento sindical foram destroçados em mais de 90%» e registou-se «a perda de mais de 80% de todo o trabalho de formação anterior de quadros».

São críticas muito duras e talvez demasiado impiedosas para com o movimento do 18 de janeiro e, muito concretamente, para o levantamento armado dos operários marinhenses dirigidos pelo PCP, mas que se enquadram perfeitamente nas análises e tomadas de posição da Internacional Comunista. Cerca de 20 anos mais tarde até a própria Legião Portuguesa, reconhecendo que a revolta da Marinha Grande representou o desafio mais sério que o regime teve de enfrentar, vem em “auxílio” de Bento Gonçalves e de “Duas Palavras» ao sublinhar que «a grande maioria dos operários não segue a palavra

³⁵¹ Apud Bento Gonçalves, «Duas Palavras», *Bento Gonçalves. Os Comunistas*, cit., pp. 138-139.

de ordem de greve geral lançada pelos insurretos», e que «o 18 de janeiro representa afinal um ato de desespero e segundo o leninismo um erro elementar de técnica revolucionária: o P[artido] lançado sozinho na luta sem o apoio de massas. Bento Gonçalves classifica-o de ‘anarqueirada’»³⁵².

Bento Gonçalves era um homem da Internacional e terá atuado, numa e noutra fase, genericamente, de acordo com as decisões dos Congressos da I. C. de 1928 e 1935. Agora, a nova conjuntura a viver uma outra guerra mundial, pressionava o movimento comunista internacional a erigir como objetivo máximo a defesa da União Soviética. Todos estes aspetos, aliados à reorganização comunista de 1940-41, terão contribuído para a afirmação da nova «tática pacifista» do partido na luta contra o salazarismo e que, segundo Manuel Sertório, «havia de expurgar cada vez mais da tática do PCP (...) a insurreição proletária»³⁵³. O que é um facto, é que o PCP praticamente silenciou a revolta armada da Marinha Grande até ao 25 de abril de 1974³⁵⁴.

Ainda no presídio de Angra do Heroísmo e a seguir no Campo do Tarrafal acirraram-se as divergências, como vimos, entre os anarcossindicalistas e os comunistas e até entre estes, quanto às análises e interpretações sobre os acontecimentos do 18 de janeiro de 1934 e qual o rumo a prosseguir pelo movimento operário e sindical. As divergências tinham lugar igualmente na clandestinidade, fora da prisão, principalmente entre as duas principais correntes, ou o que restava delas, em tempos de grande repressão. Os comunistas, debatendo-se com várias querelas e contradições internas, procuravam orientar o rumo para atuar dentro dos chamados “Sindicatos Nacionais” do “Estado Novo”, adaptando-se à nova conjuntura de acordo com as decisões da I. C. Os anarquistas sempre foram avessos ao “entrismo” nos sindicatos salazaristas, acabando por deixar o movimento operário exclusivamente à mercê dos seus principais rivais.

Enquanto não se opera a «reorganização»³⁵⁵ do PCP nos inícios dos anos 40 permanece ainda uma certa indefinição. A Comissão Intersindical, já com a prisão do

³⁵² Cf. «Alguns Elementos para a História do P. C. P.», in *Boletim de Informação (Atividades Comunistas)*, Lisboa, Suplemento n.º 11, fascículo I, Direção dos Serviços Culturais da Junta Central da Legião Portuguesa, 1956, pp. XVII-XVIII.

³⁵³ Cf. Manuel Sertório, «Em torno do 18 de janeiro», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 2, agosto de 1984, p. 19.

³⁵⁴ Os *Avante!* da VI série (de 1944 a 1974) assinalam a efeméride do 18 de janeiro em muito poucos números, apenas no n.º 47, de janeiro de 1944, n.º 70, de janeiro de 1945, n.º 425, de janeiro de 1971 e n.º 461, de janeiro de 1974.

³⁵⁵ Após a prisão do Secretariado do PCP, em 1935, sucedem-se diversos Secretariados devido a várias prisões sofridas e até a elementos infiltrados na direção. Em 1939 o Secretariado era composto apenas por Vasco de Carvalho e por Francisco Sacavém, que não dispunham da confiança da OCPT e o Comité

Secretariado do PCP, lança um apelo em *O Proletário* nos inícios de 1936 «Pela reconstituição dos Sindicatos Livres da Classe Operária à base da Unidade Sindical do Proletariado Português»³⁵⁶. Propunha a fusão das centrais sindicais em Portugal numa nova C. G. T., ou até a integração na organização anarcossindicalista como forma de mobilizar a classe operária e as restantes massas trabalhadoras na «luta contra o fascismo de Salazar», dando como exemplo a fusão das duas centrais sindicais espanholas, comunista e socialista, a colaboração da C. N. T. anarquista e a formação da Frente Popular em Espanha. O próprio *Avante!* lança apelos no mesmo sentido (julho de 1936) o que, não se tendo concretizado, leva o PCP a acusar a C. G. T. de estar contra a unificação da classe operária (agosto de 1937)³⁵⁷.

De facto, o Comité Confederal da CGT responde à CIS e aos Sindicatos Autónomos (estes últimos também aceitavam a fusão das três organizações) referindo que só aceitava a fusão desde que entrassem nos seus sindicatos os agremiados que não fossem duplicações desses sindicatos e desde que a orientação da CGT continuasse a ser a mesma até à realização de um Congresso Confederal. Além disso, o Comité repudiava a intromissão do jornal *Avante!* no assunto, «visto ser um organismo político e não sindical» e que desejava saber se estava a tratar estas questões com a CIS e os Sindicatos Autónomos, ou se estava a tratar, por intermédio destes, com o Partido Comunista. E

Executivo da I. C. acabou por retirar a confiança a «Pável» (acusado de ter denunciado à polícia a tipografia do *Avante!*) e dissolver o Partido ainda no ano de 1939 face à infiltração de agentes provocadores na própria direcção partidária. Em 1940 inicia-se a reorganização do PCP com José Gregório, Militão Bessa Ribeiro e Álvaro Cunhal. Outro grupo foi formado em torno de Vasco de Carvalho, Velez Grilo (expulso em 1935) e Cansado Gonçalves (afastado em 1935 e em 1939), que se reclamava como direcção legítima. Passaram a existir dois *Avante!* clandestinos entre 1941 e 1945, publicados pelas duas correntes. Entre 1941 e 1943 o Secretariado da «reorganização» passou a contar com Júlio Fogaça (preso em 01/08/42) e Manuel Guedes (substituído por José Gregório). Militão Ribeiro que tinha sido preso em novembro de 1942 acabou por falecer em janeiro de 1950 por greve da fome devido a maus tratos policiais. No III Congresso (I ilegal) são dirigentes do PCP, entre outros, José Gregório, Álvaro Cunhal e Manuel Guedes.

A I. C. tentou uma terceira reorganização do PCP após o afastamento de «Pável», encarregando Vittorio Codovilla («Luís»), que era responsável da I. C. pelo PCP, de formar uma Comissão de Controle para estudar a situação, acabando por vir a Portugal delegados, os chamados «internacionais», para se reunir com o grupo de Vasco de Carvalho. Todavia, o grupo da «reorganização» acabou por levar a melhor. Júlio Fogaça, que fazia parte deste grupo, procurou contactar a I. C. através de uma carta em 1941, utilizando o contacto com o escritor e jornalista José Rodrigues Miguéis, militante do PCP e que se encontrava emigrado nos E. U. A desde 1935. Este seria o elemento de ligação entre o PCP e o Partido Comunista Americano, devendo este partido fazer chegar a carta ao Comité Executivo do Komintern (veja-se Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal 1820-1975*, 2.º Vol., cit., pp. 59-62; José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política. «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, cit., pp. 22-122 e 148-160; António Ventura, (introdução e notas), «Documentos sobre uma Tentativa de Contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I. C. em 1941», in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, de novembro de 1983, pp-23-29, e Cândida Ventura, *O «Socialismo» que eu Vivi. Testemunhos de uma ex-dirigente do PCP*, 1.ª edição, Lisboa, Edições «O Jornal», 1984, p. 43).

³⁵⁶ In *O Proletário*, série ilegal, ano III, n.º 21, de fevereiro de 1936, pp. 1 e 6.

³⁵⁷ In *Avante!* n.º 19, de julho de 1936 e *Avante!* n.º 46, de agosto de 1937, respetivamente.

rematava: «Se é com este último, declaramos desde já que consideramos impossível dar uma solução satisfatória ao problema da unificação sindical»³⁵⁸. Ao apresentar tais condições e justificações a CGT inviabilizava desta forma a fusão sindical.

No Tarrafal, José de Sousa contestou abertamente a nova linha partidária que defendia o trabalho no seio dos sindicatos corporativos criados pelo “Estado Novo”, acabando por levar outros comunistas atrás. O ex-secretário-geral da CIS mantinha-se adepto das posições defendidas pelo VI Congresso da I. C. e do IV Congresso da I. S. V. e, particularmente, da Resolução aprovada na Conferência de Estrasburgo desta organização sindical mundial, também conhecida como Profintern, em 1929, que defendia para os países onde imperava «o fascismo e o terror branco», uma organização sindical revolucionária tendo por base a criação de «sindicatos revolucionários ilegais» por oposição à «organização sindical fascista»³⁵⁹. Conforme referimos, a CIS mesmo com José de Sousa preso continuou adepta destas posições numa primeira fase.

Bento Gonçalves não deixa transparecer em «Duas Palavras» as profundas divergências que mantinha com José de Sousa. Devido às suas posições irreconciliáveis com a linha oficial do partido, este acabou por ser expulso da OCPT e constitui o Grupo dos Comunistas Afastados/GCA, também no Tarrafal. A rutura definitiva ocorreu quando o ex-secretário-geral da CIS discordou do pacto de não agressão germano-soviético³⁶⁰ e opôs-se à «Política Nova»³⁶¹ de Bento Gonçalves. Face à rutura verificada no Tarrafal

³⁵⁸ Cf. Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos Tempos de Ação Sindical Livre e do Anarquismo Militante*, cit., pp. 131-132.

³⁵⁹ V. *A Tática de Greve na Época Atual. (Resolução da Conferência de Estrasburgo da Internacional Sindical Vermelha – 1929)*, s. l., Edições O Grito do Povo, s. d., pp. 24-25.

³⁶⁰ Francisco Ferreira confirma esta discordância de José de Sousa e que levou à sua expulsão da OCPT numa reunião de membros do partido, onde este defendeu um pacto da União Soviética com países democráticos, como a França e não com a Alemanha, dominada pelo partido fascista de Hitler (cf. Francisco Ferreira, *26 Anos na União Soviética. Notas de Exílio do Chico da C. U. F.*, Lisboa, Edições Afrodite, 1975, p. 50).

³⁶¹ A chamada «política nova» de Bento Gonçalves e da OCPT surgiu a partir do pacto germano-soviético, em agosto de 1939, até à invasão da União Soviética pela Alemanha, em junho de 1941. Nesta fase da “coexistência” vigorou igualmente a «política de neutralidade» que o Comité Central do PCP definiu em outubro de 1939. A «política nova» consistia no apoio que o Partido (ligado a Bento Gonçalves) oferecia ao governo de Salazar, ou a qualquer outro governo, para a defesa da soberania de Portugal contra qualquer agressão externa, dando provas do seu patriotismo. Houve outras mudanças de orientação e ziguezagues na vida do PCP no período imediatamente anterior e durante a II Guerra Mundial, de acordo com as diferentes táticas e esquemas de alianças entre as diversas facções do partido. De fins de 1935 a setembro de 1939 foi a fase «muito especialmente lusitana» da Frente Popular e entre junho de 1941 a meados de 1942 temos numa outra fase as diferentes posições do partido do grupo de Velez Grilo e do Partido do grupo da «reorganização». Enquanto o primeiro grupo apoia o Komintern que defende o novo bloco aliado, o segundo vai manter a política de «neutralidade» até julho de 1942 (cf. Fernando Rosas, «O PCP e a II Guerra Mundial», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 0, de julho de 1983, pp. 3-22).

entre o GCA e a OCPT, e reconhecendo a influência e o estatuto especial de José de Sousa, o Secretariado do Partido escreveu-lhe uma carta, em 1943, contendo um ultimato para se autocriticar perante a Direção, ameaçando-o de «varrer definitivamente» o seu nome «do coração da classe operária». A autocritica baseava-se em «erros políticos» cometidos, como as posições que tinha tomado «em relação às decisões do VII Congresso da IC respeitantes ao trabalho nos Sindicatos Nacionais» e «em relação ao pacto germano-soviético». José de Sousa tinha ainda de se autocriticar pela «sua indisciplina em relação à organização comunista prisional», pela sua atividade «cissionista» e «desagregadora» no Tarrafal e, pela «atitude em relação à situação partidária no país»³⁶². A expulsão de José de Sousa do PCP viria a ser ratificada no III Congresso (I Ilegal) do Partido em novembro de 1943.

O III Congresso do PCP confirma e reforça «a viragem no sentido do trabalho nos sindicatos nacionais», segundo o Informe Político que Álvaro Cunhal apresentou ao Congresso. Esta viragem – prossegue - «encontrou em nós a resistência de todo um passado de atividade sectária e a conceção quase geral, de que era indigno dum comunista entrar nos sindicatos fascistas». Critica José de Sousa com os seus argumentos «esquerdistas» por continuar a defender a «antiga linha» preconizada pela CIS³⁶³.

Três anos depois, no IV Congresso (II Ilegal) do PCP em 1946, José Gregório no Informe do Comité Central do partido sobre o trabalho sindical, volta a reafirmar a justeza da nova linha sindical defendida por Dimitrov em 1935 e lembra a luta «acertada» que Bento Gonçalves empreendeu no Tarrafal, a partir de 1937, «contra todos aqueles que continuavam defendendo os sindicatos ilegais e que preconizavam e defendiam o afastamento dos comunistas e das massas dos SN»³⁶⁴.

Estava reencontrado, definitivamente, o novo rumo do PCP no movimento operário. Devido à influência e agitação que os comunistas vinham fazendo no movimento operário

³⁶² Cf. «Carta do Secretariado do PCP a José de Sousa, 1943», in José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política. «Duarte, o Dirigente Clandestino (1941-1949)», 1.ª edição, Vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 321-322.*

³⁶³ Cf. «Duarte» [Álvaro Cunhal], «A Frente Única e o Trabalho nos Sindicatos Nacionais», in *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência*. Informe Político do Secretariado do Comité Central ao I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português, 1943, in *O PCP e a Luta Sindical: 1935-1973, (documentos para a história do Partido Comunista Português)*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, pp. 21-26; veja-se igualmente Centro de Documentação 25 de abril, Coimbra, Bento Gonçalves, José Gregório e Álvaro Cunhal, *Dossier PCP*, s. l., 1957, pp. 5-9.

³⁶⁴ Cf. Centro de Documentação 25 de abril, Coimbra, «Alberto» [José Gregório], «Sobre o Trabalho Sindical. (Informe do Comité Central do Partido Comunista Português ao 2.º Congresso Ilegal)», in Bento Gonçalves, José Gregório e Álvaro Cunhal, *Dossier PCP*, s. l., 1957, p. 42.

devido ao seu «entrismo» nos SN rebenta no país uma vaga de greves nos anos de 1942, 1943 e 1944, o que fez tremer o regime salazarista. Nestes dois anos as lutas operárias foram de grande envergadura «com uma intervenção direta do partido na direção das greves», como confirma o próprio Álvaro Cunhal. «O Partido compreendeu que havia que jogar forte no desenvolvimento do movimento operário e nessas greves para criar uma base revolucionária, uma base de massas, para assegurar, como assegurou daí em diante, uma intervenção muito mais operativa na luta antifascista». No III Congresso do partido foi, inclusivamente, anunciado a criação do CNUA, «Conselho Nacional de Unidade Antifascista»³⁶⁵. Sob o impulso do PCP foi criado em dezembro de 1943 o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), uma organização clandestina unitária, englobando diversa forças e personalidades de oposição ao “Estado Novo”, como comunistas, socialistas, católicos, republicanos, liberais e monárquicos.

Como atrás referimos, os anarcossindicalistas apesar da feroz repressão a que também foram sujeitos após o fracasso da «greve geral revolucionária do 18 de janeiro» não se deram por derrotados no movimento operário e vão tentar reconstituir a CGT cujos principais dirigentes foram parar à prisão. A competição dos libertários com os seus mais diretos concorrentes, os comunistas, apresentava-se desigual, pois a influência daqueles no movimento operário e sindical dependia, em larga medida, das associações de classe e de sindicatos livres que foram ilegalizados. Os libertários também rejeitavam a política sindical do «entrismo», advogando ser impossível trabalhar dentro dos «sindicatos nacionais», considerados «agências da polícia e órgãos do capitalismo», pugnando por

³⁶⁵ Cf. «Intervenção de Álvaro Cunhal numa reunião de quadros em 2 de março de 1991», in *Álvaro Cunhal Duas Intervenções numa reunião de quadros*, Lisboa, Editorial Avante!, 1996, pp. 24-25.

Em outubro/novembro de 1942 rebentaram greves nas oficinas dos estaleiros navais da CUF, nas oficinas da Companhia Nacional de Navegação de Lisboa e da Parry & Son de Almada, entre o pessoal das oficinas da Carris, entre os trabalhadores da Anglo Portuguese Telephone, entre os trabalhadores de cortiça de Alcântara e nos setores portuários de Lisboa. Há escaramuças com as forças da ordem e são feitas centenas de prisões. Em julho/agosto de 1943 as greves redobram de intensidade entre os operários de Almada, Barreiro, Alcântara, nos têxteis de Guimarães, entre os operários da CUF no Barreiro, nos estaleiros navais de Almada e Lisboa, nas Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade e entre os corticeiros. As autoridades mandam evacuar fábricas e muitas são colocadas sob tutela militar pelo governo, além de serem feitas muitas prisões. Em maio de 1944 as greves são ainda maiores, onde é bem nítida a organização e direção do PCP «reorganizado». A correlação de forças, com muitos despedimentos, prisões e ameaças de deportação, torna-se desfavorável aos trabalhadores e o PCP aconselha a recuar e a aproveitar o máximo de reivindicações possível (cf. «O PCP na luta contra o fascismo e a guerra», in *O Militante*, Lisboa, série IV, ano 53, n.º 119, de abril de 1985, pp. 9-12; «Greves», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Vol. VIII, Suplemento F/O, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 136-138; Fernando Rosas, *Portugal entre a paz e a guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, pp. 376-387; José Carlos Valente, «Salazar, os sindicatos e as greves (1942)», in *História*, Nova Série, Ano XVII, Lisboa, n.º 8, de maio de 1995, pp. 29-39 e João Madeira, *Carlos Aboim Inglês. Um intelectual comunista entre ação e pensamento*, Lisboa, Edição Assembleia da República, 2020. P. 23).

uma «organização sindical revolucionária clandestina»³⁶⁶. É um facto que os libertários, que se moviam em torno da CGT e da FARP, nunca se recompuseram do desaire sofrido. As suas ideias e propostas praticamente desapareceram das oficinas, fábricas, ruas e escolas e eles próprios reconhecem esse enfraquecimento nos finais de 1934. Se antes combatiam um inimigo poderoso, a partir dessa altura passaram a combater três inimigos: «o capitalismo, a ditadura militar e os chefes bolchevistas»³⁶⁷.

Como as tipografias fossem descobertas pela polícia os libertários vão tentar montar uma nova tipografia e essa responsabilidade coube a Emídio Santana que montou essa tipografia, clandestina, que produziu a IV série do jornal *A Batalha*, entre 1935 e 1937. Neste ano ocorre nova apreensão³⁶⁸, voltando *A Batalha* a ver a luz do dia em 1944 apenas com um número especial e com a V série em 1946, que perdurou até 1949. Na impossibilidade da publicação do seu órgão central, com regularidade, devido às constantes apreensões do material tipográfico, os anarcossindicalistas faziam sair, em sua substituição, boletins datilografados, de fraca qualidade técnica. A FARP publicou boletins com as mesmas características, incluindo o seu órgão central *Ação Anarquista*, e *O Jovem*, porta-voz das Juventudes Libertárias da Região Portuguesa.

A imprensa operária e sindical era fundamental e aqui os comunistas conseguiram levar a melhor, apesar das suas dissensões internas, fazendo sair, com regularidade, o *Avante!*, ou outros órgãos em sua substituição, como a *Frente Vermelha* (outubro/novembro de 1932), *Notícias Vermelhas* (1939) e o jornal *Em Frente* (1940/41)³⁶⁹. Devido à sua tática e às suas características os comunistas recompunham rapidamente as suas tipografias e imprensa e conseguiram resistir melhor às duras condições da clandestinidade³⁷⁰, o que foi crucial para o domínio do movimento operário

³⁶⁶ V. «Os sindicatos nacionais são agências da polícia e órgãos do capitalismo», in *C. G. T.*, Lisboa, n.º 5, de setembro de 1934, pp. 5-7 e Circular da Confederação Geral do Trabalho «À organização sindical revolucionária clandestina, aos comités de fábrica, oficina, bairro, localidade e região», in *C. G. T.*, n.º 6, de outubro de 1934. A CGT vai manter estas posições até ao seu desaparecimento, por volta de 1950.

³⁶⁷ Cf. Arnaldo Madureira, *Salazar Tempos Difíceis...*, cit., pp. 60-61.

³⁶⁸ Quando a nova tipografia foi assaltada pela polícia, em outubro de 1937, Emídio Santana irá dizer que «assim caiu a mais curiosa, típica e ativa tipografia clandestina, que a própria polícia definiu como a mais curiosa das que tinham apreendido» (cf. Emídio Santana, *Memórias...*, cit., p. 261).

³⁶⁹ José Pacheco Pereira, «As primeiras séries do *Avante!* clandestino», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 0, julho de 1983, pp. 23-26).

³⁷⁰ Idem, *A Sombra Estudo sobre a clandestinidade comunista*, 1.ª edição, Lisboa, Publicações Gradiva, 1993, pp. 52-82 (obra importante para perceber a resistência comunista na clandestinidade durante a Ditadura Militar e a Ditadura do “Estado Novo. Segundo Pacheco Pereira a Internacional Comunista ao construir um modelo à imagem do partido bolchevique «gerou uma verdadeira cultura de clandestinidade» nos partidos comunistas).

pelo PCP até ao 25 de abril de 1974, contrariamente a outras correntes operárias que desapareceram³⁷¹.

Os atentados de 1937³⁷² conduzem à prisão de Emídio Santana e de outros libertários, o que enfraquece ainda mais as suas organizações, incluindo a CGT. Com a vitória franquista na guerra civil espanhola, em 1939, foram presos e deportados muitas dezenas de militantes libertários o que acentuou ainda mais a debilidade da organização confederal. Com as greves e movimentações operárias de início dos anos 40 o movimento anarquista tenta reorganizar-se, pois praticamente desaparecera em 1939. Formou-se o Comité Regional das Juventudes Libertárias em Portugal, o qual tinha como objetivo a reorganização de todo o movimento anarquista assente em três premissas: a reconstrução da CGT, a reorganização das Juventudes Libertárias e a reorganização da Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP). Foi criada uma organização intermédia com o nome de «Ressurgir» e que visava o reaparecimento da CGT, o que acontece em 1945³⁷³.

Neste ano de 1945 o novo Comité Confederal foi contactado por setores republicanos que queriam levar a cabo um movimento armado contra as forças de Salazar e caso a luta se tornasse «demorada e renhida, apelariam para a C. G. T, para que declarasse a greve geral revolucionária». O Comité Confederal discutiu a situação e considerou que se a Ditadura fosse derrubada, a CGT iria prosseguir «na sua propaganda contra o Estado e a

³⁷¹ V. *Ação Anarquista*, Boletim da F. A. I./F.A.R.P., ano I, n.º 1, de janeiro de 1935; *Ação Anarquista*, Boletim de Relações Anarquistas, Lisboa, 2.ª série, n.º 1 e 2, de abril e de junho de 1936 respetivamente; *C. G. T.*, Boletim da CGT, Lisboa, do n.º 3 (junho) ao n.º 7 (dezembro) de 1934; *C. G. T.*, órgão regional integrado na Confederação Geral do Trabalho, anos de 1946 e 1947, e *O Jovem Anarquista*, Porta-voz das Juventudes Libertárias da Região Portuguesa, ano I, n.º 1, 2 e 3, de novembro e dezembro de 1934 e de janeiro de 1935.

³⁷² No ano de 1937 ocorreram vários atentados bombistas e que foram atribuídos aos anarquistas. Além do atentado a Salazar no dia 4 de julho, na noite de 20 e na manhã de 21 de janeiro tinham rebentado diversas bombas na Casa de Espanha, no Ministério da Educação, no Rádio Clube Português, na fábrica de pólvora de Barcarena, nos depósitos da Vacuum Oil, na Avenida da Índia e nos Ministérios do Interior e da Guerra. No atentado a Salazar, além dos anarquistas, também terá participado um setor do republicanismo radical com ligações à maçonaria, de espírito carbonário, os “AAA” (Ação Anticlerical e Antifascista), além da participação de elementos comunistas que também já tinham participado nos atentados de janeiro. Terá sido o comunista Fernando da Costa Tavares, o “Tavares das Carnes Verdes”, presidente da Direção do Sindicato dos Trabalhadores das Carnes Verdes e com grande atividade na CIS, a transmitir o aval do PCP a Emídio Santana para as ações (cf. Irene Flunser Pimentel, *Biografia de um Inspetor da PIDE. Fernando Gouveia e o Partido Comunista Português*, 1.ª edição, Lisboa, Edições A Esfera dos Livros, 2008, pp. 92-93 e Fernando Gouveia, *Memórias de um Inspetor da P. I. D. E...*, cit., p. 84).

³⁷³ Com a reorganização da CGT em 1945 o Conselho Confederal sentiu necessidade de vir a público para reafirmar os princípios do sindicalismo-revolucionário e das ideias anarcossindicalistas e para rejeitar o «entrismo» nos «sindicatos nacionais» salazaristas defendido pelo PCP (v. Conselho Confederal da CGT, «A Confederação Geral do Trabalho define uma vez mais a sua posição ideológica e revolucionária», in *A Batalha*, série V, ano XVII, n.º 1, de janeiro de 1946, p. 2 e «A C. G. T. é uma realidade no atual momento sindical português (...), o pensamento e ação anarcossindicalista que ela representa é direto em Portugal de todo o movimento sindical libertário que avassala e acorrenta o mundo do após-guerra», in *A Batalha*, n.º 4, de janeiro de 1947, p. 2).

Propriedade, sem se submeter ao novo Governo que se institua». E que se o movimento se transformasse em Revolução Social «devemos proceder imediatamente à organização de Comitês de Fábricas, Oficinas, Bairros, etc., Conselhos de Operários, Soldados e Camponeses, que tratarão de tomar a posse da terra, fábricas, minas, etc. (...)»³⁷⁴. O mesmo pensamento libertário, fiel às doutrinas do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo e quando a organização confederal, de tão debilitada que se encontrava, já não dispunha de qualquer influência organizada no seio do movimento operário. A tática anarquista nada mudara em 1945, contrariamente ao que sucedeu com o PCP. Como não possuía as estruturas e o apoio de períodos anteriores, a organização anarcossindicalista acabou por desaparecer definitivamente em 1950³⁷⁵.

Com o fim do sindicalismo livre e a institucionalização dos «Sindicatos Nacionais» corporativos o “Estado Novo” vai avançar com a “negociação” de convenções coletivas e outros acordos visando harmonizar os diferentes interesses e resolver os conflitos entre o trabalho e o capital. O contrato coletivo de trabalho envolvia os sindicatos e os grêmios e desde que firmado, tinha aplicação geral, obrigando todos os trabalhadores e patrões do ramo que o organismo representava, quer estivessem ou não inscritos no respetivo sindicato ou grémio. Por sua vez, o acordo coletivo de trabalho era estabelecido entre sindicatos de uma ou mais empresas e os trabalhadores representados pelos sindicatos outorgantes, sindicalizados ou não. Embora a legislação corporativa estipulasse que a negociação devia ser estabelecida por livre iniciativa entre as partes, cabendo ao Estado homologar os textos finais das convenções, a prática foi muito diferente, arrogando-se o Estado de poderes excepcionais, pelo que podia fixar de modo autoritário e unilateral os salários e outras condições de trabalho, passando a evoluir a partir de 1938 para os «despachos» e «portarias de salários mínimos». Durante o ano de 1934 foram estabelecidos 5 contratos e 1 acordo, em 1935 apenas 2 acordos e em 1936 foram firmados 12 contratos e 4 acordos. O regime punia severamente qualquer tipo de greve e a greve política e revolucionária era considerada «delito político» e equiparada a «rebelião».

³⁷⁴ Cf. BN/AHS, Esp. N 61, Cx 60, Ms 2 908, «Núcleo C. G. T e Outros Organismos Sindicais», Atas do Comité Confederal de 25 de maio e 1 de setembro de 1945, respetivamente

³⁷⁵ Cf. Mário Rui Pinto, «O movimento anarquista durante o salazarismo», in *História*, Lisboa, n.º 21, julho de 1980, pp- 26-31. Sobre o movimento anarquista a seguir aos anos 30 veja-se João Freire, «Os Anarquistas Portugueses na Conjuntura do Após-Guerra», in António Costa Pinto *et al* (org.), *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 9-26.

Também estavam proibidos o boicote, o *label*, a sabotagem e a ocupação dos locais de trabalho³⁷⁶.

A seguir ao movimento do 18 de janeiro e a repressão que se seguiu da parte do regime, os socialistas esfumaram-se completamente do seio do movimento operário e sindical. A *República Social*³⁷⁷ e *O Protesto*, os dois principais órgãos socialistas, continuaram a publicar-se legalmente, embora fossem visados pela Comissão de Censura. Enquanto os libertários e os comunistas passaram a ser alvo de uma feroz repressão por parte de Salazar, Ramada Curto e outros dirigentes socialistas, como Alfredo Franco e José Augusto Machado, participavam em atividades de cariz cooperativista, ainda em meados de 1934³⁷⁸. Como se viu, noutra parte deste trabalho, Ramada Curto chegou a elogiar as virtualidades da legislação sindical corporativa. Não obstante a F. A. O. socialista ter participado na «Frente Única» contra o ETN, a seguir ao desaire do movimento os socialistas foram acusados, pelas outras organizações operárias, de colaborar com o “Estado Novo”.

No Algarve, nos anos a seguir ao 18 de janeiro, a crise social e económica não dava mostras de abrandar. Mesmo sem o apoio e a existência dos sindicatos livres, em que muitos sindicalistas se encontravam presos, ou fortemente condicionados no seu ativismo, os trabalhadores dos diversos setores de atividade na região, em que a miséria, o desemprego e os salários baixos continuavam a persistir, dão provas do seu descontentamento e revolta, o que leva as autoridades a inquietar-se e tomar algumas providências. Em ofício ao Diretor Geral de Administração Política e Civil, em setembro de 1935, o Governador Civil de Faro, a propósito da saída do tenente Francisco José Dentinho de Administrador do Concelho de Portimão, lamenta o sucedido, referindo que «o meio é relativamente turbulento», tanto «em Portimão como em todo o Algarve (...) lavrando a miséria, quadro negro que se agravará com a aproximação do inverno», sendo

³⁷⁶ Sobre os contratos coletivos de trabalho no “Estado Novo” veja-se Fátima Patriarca, «A regulamentação do trabalho nos primeiros anos do regime corporativo», in *Análise Social*, Lisboa, IV série, Vol. XXIX, n.º 128, 1994, pp. 801-839 e «Contratação coletiva de trabalho», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir. de), *Dicionário de História do Estado Novo*, [Lisboa], Vol. I, [1996], pp. 208-211.

³⁷⁷ O jornal *República Social*, 3.ª série, ano XIII, n.º 603, ainda se intitulava como «Órgão Oficial do Partido Socialista Português» em 7 de outubro de 1933. O n.º 604, de 14 de outubro, surge apenas como «Semanário Socialista».

³⁷⁸ No dia 17 de maio de 1934 reuniu-se a assembleia geral da Cooperativa «A Fraternidade Operária», sob a presidência de António Pereira, Diretor do semanário socialista *O Protesto*, para apreciar e votar o Relatório da Comissão Organizadora e eleição dos novos Corpos Gerentes. Quem fez a leitura do Relatório foi Alfredo Franco. José Augusto Machado foi eleito Vice-Presidente da Assembleia Geral e Ramada Curto eleito Presidente do Conselho Fiscal da referida Cooperativa (v. *O Protesto*, ano XII, n.º 568, de 20 de maio de 1934, p. 4).

necessário um «pulso forte e firme». Desta forma, como «os homens cá por baixo não se entendem, ou melhor, não se adaptam ao princípio da subordinação» o governador civil sugere para Administrador de Portimão o tenente Quintino³⁷⁹, que comandava a GNR nesta cidade, o mesmo que tinha lançado os seus homens a cavalo e que dispersaram à espadeirada a multidão de trabalhadores que se manifestavam no 18 de janeiro. A situação era tão grave que só em Silves o desemprego atingia 500 operários corticeiros e a atmosfera social encontrava-se bastante tensa, podendo daqui resultar «sérios acontecimentos que ponham em causa a ordem pública»³⁸⁰.

O Governador Civil noutro ofício ao governo critica, inclusivamente, o Consórcio de Conservas de Peixe pela sua «indiferença» e até pela «sistemática ignorância» ao não ter disponibilizado o subsídio aos 1 200 trabalhadores das conservas de Olhão e Portimão por não terem completado 600 horas de trabalho, substituindo-se o Governo Civil ao Consórcio na atribuição desses subsídios, visto as fábricas se encontrarem encerradas, tal como acontecia com os apoios aos operários de Lagos e Vila Real de Santo António³⁸¹. Perante a miséria e a discriminação que o patronato exercia sobre os trabalhadores as próprias autoridades regionais mostravam-se insatisfeitas e até críticas perante a situação que podia ficar fora de controlo. As preocupações do Governador Civil voltavam a fixar-se em Silves, «onde já houve uma revolução e existiram e certamente existem ainda várias células comunistas, a propaganda extremista intensifica-se (...). Nesta cidade, um importante centro corticeiro, centenas de famílias encontravam-se «na mais alucinante miséria», com todas as suas fábricas encerradas, exceto duas, ficando sem trabalho «cerca de 1 000 operários rolheiros»³⁸². Para debelar a miséria e impedir uma nova revolta operária o Governador pedia ao governo que realizasse várias obras no concelho. E a atenção recaía, mais uma vez, sobre os comunistas que eram os únicos que passaram a atuar no movimento operário de forma organizada e em exclusividade.

Tantos os relatórios do Governador Civil, da Polícia de Segurança Pública e até da Legião Portuguesa transmitem diversas informações sobre a intensa propaganda anti-salazarista na região, afeta ao PCP. Em outubro de 1937 a PSP relatava que tinham sido

³⁷⁹ ADF, Livro 255A, Correspondência Confidencial do Governador Civil, Ofício n.º 98, ao Diretor Geral da Administração Política e Civil, Lisboa, de 24 de setembro de 1935.

³⁸⁰ Idem, Ofício n.º 5, ao Ministério do Comércio e Indústria, Lisboa, de abril de 1936.

³⁸¹ Idem, Ofício n.º 3, ao Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Lisboa, de 24 de março de 1936.

³⁸² Idem, Ofício n.º 16, ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa, de 3 de junho de 1936.

recebidos no distrito de Faro e «expedidos de Lisboa vários jornais e panfletos subversivos» e que em alguns concelhos do distrito fazia-se «uma propaganda intensiva contra o Estado Novo»³⁸³. Em julho de 1938 um informador da Legião observara «recentemente uma certa recrudescência da atividade comunista» através de panfletos³⁸⁴. O jornal *Correio do Sul* escrevia que o PCP, desde dezembro de 1937, andava distribuindo pelo Algarve «jornais e panfletos de doutrina subversiva, distribuição esta que se ia intensificando, de mês a mês», e que a sua atividade estava crescendo de forma alarmante, pois em «algumas estradas e caminhos apareciam de madrugada, cobertos de números do *Avante!*». E concluía que em 1938 «o cancro vermelho» voltava a «supurar o nosso lindo Algarve»³⁸⁵.

A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado acabaria por prender vários elementos do chamado «movimento revolucionário de 1938», de alguns «comités revolucionários comunistas» e de outros locais do Algarve, sob a acusação de distribuição de material de agitação e propaganda comunista e de assistirem a reuniões clandestinas do PCP. A prisão de João da Veiga, uma figura de grande relevo do PCP no Algarve, tinha sido decisiva para a detenção de muitos elementos deste partido na região. No comité de Silves foram presos Manuel Miguel Perez (tinha na sua posse uma carta do delegado João da Veiga e um exemplar do hino comunista “A Internacional”), Estanislau do Carmo Ramos (tinha ligações com elementos revolucionários de Messines e Algoz), José Damião Rodrigues (fugido em parte incerta) e João Sequeira dos Santos (fazia ligação com Portimão). No comité de Portimão foram detidos Policarpo António, Miguel de Jesus Farramacho, Adelino José (tinha ligação com o comité de Silves) e Raposo (fugido em parte incerta). Em Algoz foi preso José Mendes Coelho (com ligações aos comités comunistas do Barreiro, Messines e Silves), encontrando-se fugido Filipe de Sousa Valente. Em Albufeira foram presos João Pereira dos Santos (com ligações ao delegado João da Veiga), José Paulo dos Santos, o “José Frederico” (com ligações a João da Veiga e a Algoz) e o próprio João da Veiga, delegado do Partido e considerado um «comunista perigoso»³⁸⁶. A este militante comunista foram-lhe «apreendidas uma mala com diversos

³⁸³ Cf. ANTT/AGMI, Maço 488, «Relatório de caráter político-social do Continente (PSP). Distrito de Faro, de 5 de outubro de 1937.

³⁸⁴ ANTT/AGMI, Maço 488, «Informação da Legião Portuguesa», julho de 1938.

³⁸⁵ V. «A ação do ‘Komintern’». No Algarve foi descoberta uma larga rede da organização comunista em Portugal», in *Correio do Sul*, de 27 de fevereiro de 1938, p. 1.

³⁸⁶ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 940-SR, Cx 9, NT 2337, «Silves e o Algarve», fls. 113 e 114, Relatório Extraordinário da PVDE do Posto de Vila Real de Santo António, 10 de maio de 1939.

livros, jornais e panfletos de doutrina subversiva e com basta correspondência, instruções, endereços, não só desta província como doutros pontos do país, bem como a cifra e a credencial que o acreditava como delegado do PCP, junto dos seus camaradas, etc., etc.»³⁸⁷

A prisão de João da Veiga desarticulou quase toda a organização do PCP no Algarve, incluindo no seio do movimento operário. As prisões pela PVDE alargaram-se a toda a região, não só de comunistas, mas abrangendo outros setores oposicionistas. Todavia, Silves continuava a ser o “calcanhar de Aquiles”, uma fonte de preocupação para as autoridades face à dramática situação em que se encontravam os operários corticeiros. Em outubro de 1938, com o despedimento de mais 300 operários, o Governador Civil do Algarve alertava o ministro do Interior «que a cidade de Silves é um meio absolutamente hostil ao Estado Novo» e, em face disto, resolvera «não fazer a sessão de propaganda eleitoral» para as eleições da nova Assembleia Nacional, para que na cidade de Silves «não resultasse um fiasco como a de Portimão»³⁸⁸.

Em outubro de 1939, a PVDE num outro relatório, refere-se de novo à crise corticeira em Silves, onde foram lançados para o desemprego mais 600 operários devido ao encerramento de 18 das 27 fábricas existentes. Esta situação de crise, caso não fosse atenuada, provocava grandes problemas ao Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Faro, criado recentemente. Silves era um «meio de difícil penetração para as doutrinas corporativas, em consequência da grande propaganda extremista» que em tempos anteriores ali tinha ocorrido e provocado greves e motins. Desta forma, o sindicato corticeiro encontrava-se numa posição de fraqueza perante os seus associados, «se prontamente não se tomarem providências, pois os fermentos dessas antigas doutrinas ainda por lá existem em relativa abundância»³⁸⁹.

Apesar de todas as perseguições e repressão por parte da Ditadura, as autoridades do regime continuavam a temer a revolta social por parte dos trabalhadores, mesmo após a

³⁸⁷ «A ação do ‘Komintern’...», artigo citado, in *Correio do Sul*, de 27 de fevereiro de 1938, p. 1. A credencial que João da Veiga utilizava consistia num pano branco onde constavam uma foice e um martelo com a frase: “Partido Comunista Português – SPFAIG – O portador é membro do Partido Comunista Português e encarregado pelo Comité Central de estabelecer contacto com a organização do Algarve e de ajudar os camaradas dessa região na sua atividade” (cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 122/38 NT 4505, fl. 29).

³⁸⁸ Cf. ANTT/AGMI, Maço 494, «Relatório do Governador Civil de Faro ao ministro do Interior, de 28 de outubro de 1938.

³⁸⁹ ANTT/AGMI, Maço 507, «Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado», de 7 de outubro de 1939.

extinção dos seus sindicatos de classe e a criação dos novos sindicatos corporativos. Mas o PCP continuava a fazer o seu trabalho de classe, dentro e fora dos «sindicatos nacionais».

No *Relatório sobre o Algarve* o dirigente comunista Carlos Costa traça uma panorâmica sobre a evolução dos setores operários e do novo sindicalismo corporativo no Algarve, na década de 40 do século passado, e a forma como o PCP devia atuar nesses setores operários. Depois de Lisboa, Porto, Margem Sul e Baixo Alentejo, o Algarve surgia como a região mais importante para o Partido. Em 1940 concentravam-se no Algarve mais de 50 000 assalariados, fortemente concentrados em 5 profissões: 35 955 camponeses assalariados, 5 067 pescadores, 4 594 conserveiros, 3 008 trabalhadores da construção civil e 1 828 corticeiros. Os camponeses assalariados eram o setor maioritário da região. Por volta de 1950 o Partido devia dirigir os seus esforços, por ordem de importância, para os pescadores, conserveiros, corticeiros, camponeses e para a tropa. As localidades que mais interessavam para o trabalho do Partido eram Portimão, Olhão, Vila Real de Santo António, Faro, Lagos, Tavira e Silves³⁹⁰. Curiosamente, Silves apesar de ser considerada uma localidade importante para o PCP, perdera a centralidade como centro proletário, passando a ficar à sua frente localidades como Portimão, Olhão, Vila Real e mesmo Faro. Refira-se que este centro ainda concentrava cerca de 1 200 corticeiros, enquanto Silves dispunha apenas de um milhar de operários devido ao encerramento da fábrica Aldemiro & Mira³⁹¹.

Nesses centros os setores assalariados e proletários distribuíam-se da seguinte forma: no concelho de Portimão temos 4 500 pescadores (e os estivadores), 3 790 conserveiros, 1 533 camponeses e também a construção civil e os metalúrgicos; em Olhão existiam 3 491 conserveiros, 3 500 pescadores, 1 597 camponeses assalariados e também a construção civil e os metalúrgicos; no concelho de Vila Real labutavam 3 500 pescadores (e os estivadores), 1 763 conserveiros, 922 camponeses assalariados e mais a construção civil; em Faro existiam 1 200 corticeiros, 1 250 pescadores (e os estivadores), 800 soldados (e os marinheiros), 2 386 camponeses assalariados e mais a construção civil e metalúrgicos; em Lagos temos 1 500 pescadores, 787 conserveiros, 750 soldados, 1 695 camponeses assalariados e mais os sapateiros; em Tavira existiam 3 000 pescadores, 3

³⁹⁰ Carlos Costa, *Relatório sobre o Algarve*, cit., pp. 33, 205 e 206.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 128.

179 camponeses assalariados, 250 soldados (mais 800 milicianos durante 6 meses do ano), e em Silves trabalhavam 900 corticeiros e 5 212 camponeses assalariados³⁹².

Assim, para o PCP, os setores operários e outros assalariados que se revelavam fundamentais no Algarve, por volta de 1950, eram os pescadores, os conserveiros, os corticeiros e os camponeses. O partido não desprezava o trabalho dos seus militantes dentro dos organismos legais trabalhistas do “Estado Novo”, pelo contrário, incentivava a participação no seu seio e, até, a conquista das direções dos «sindicatos nacionais» salazaristas. Como os trabalhadores não aderissem voluntariamente a estes sindicatos corporativos, apesar de toda a pressão e demagogia do regime, o Governo acabou por decretar a inscrição obrigatória de todos os trabalhadores nos «sindicatos nacionais», o que nem todos faziam.

No caso concreto dos pescadores o “Estado Novo” criou as Casas dos Pescadores (em vez de sindicatos), e «não há no nosso país organização de massas em que o processo de constituição da [sua] Direção seja mais fascista (...). Nelas nem sequer há um simulacro de eleição». Mesmo assim o *Relatório sobre o Algarve* diz que é dever dos comunistas «fazer o necessário para que os pescadores cheguem a tal conclusão, pois que as Casas dos Pescadores são atualmente a sua organização legal e obrigatória (...) de massas» e que «elas podem, pois, ser potentes organizações de defesa da classe». Como uma das funções da Junta Central das Casas dos Pescadores é a de promover a construção de casas para pescadores, devia o Partido mobilizar a classe exigindo a concretização desta reivindicação, exigir também o abaixamento das rendas das casas e lutar por outros apoios no âmbito da assistência, cultura, desporto e recreio, outras das funções das Casas dos Pescadores e que nada fizeram nesse sentido. Outra exigência devia ser a abertura de mais Casas do Povo no Algarve, para além das 5 existentes com 11 939 associados³⁹³. Desta forma “entrista” o PCP reforçou a sua influência de massas na classe piscatória algarvia e do país, o que os libertários e nem tão pouco os socialistas estavam para aí virados.

Quanto aos conserveiros de peixe, um outro setor crucial para o PCP no Algarve, sublinha Carlos Costa que na região havia um sindicato, com sede em Olhão, e as suas tês secções (delegações) em Portimão, Vila Real de Santo António e Lagos, com o número total de 10 500 sócios. A sindicalização era obrigatória, embora nem todos

³⁹² *Ibidem*, pp. 206-207

³⁹³ *Ibidem*, pp. 87-91.

estivessem sindicalizados. Em todo o país havia 4 sindicatos e 5 secções com 24 119 sócios, dos quais 19 686 eram mulheres. Uma das tarefas do Partido no setor era desenvolver uma larga ação sindical nas empresas a fim de «escorraçar nas (...) eleições as direções de traidores e substituí-las por homens honestos e firmes» e multiplicar as «Comissões Sindicais», transformando os sindicatos «em organizações massivas da classe, para a defesa exclusiva da classe e dirigidas por verdadeiros representantes da classe (...)». Os problemas no setor das conservas no Algarve eram diversos, em particular o problema dos despedimentos e do desemprego, os salários baixos, os horários de trabalho abusivos por parte do patronato, o trabalho de empreitada e a falta de higiene nas fábricas, onde o Partido devia centrar a sua atividade³⁹⁴.

Sobre o setor operário corticeiro no Algarve tinha sido criado um sindicato de âmbito distrital com sede em Silves e com uma secção em Faro (Sindicato Nacional dos Corticeiros do Distrito de Faro), totalizando cerca de 1500 sócios (no país havia 6 sindicatos e 7 secções com 11 972 sócios). Nem todos os corticeiros se encontravam sindicalizados e o desemprego era grande no setor. Para o PCP, as direções sindicais «se não estão em mãos de homens completamente firmes e abnegados, estão-no, pelo menos, em mãos de homens honrados», o que revela a influência do partido nessas direções. No seu “Relatório” o dirigente comunista chamava ainda a atenção para vários problemas que a classe corticeira se debatia no Algarve e que o Partido devia conduzir essas reivindicações, como as lutas contra o desemprego (houve uma concentração de várias centenas de corticeiros em Silves, contra o encerramento da fábrica Aldemiro & Mira), as lutas por melhores horários e melhores salários, contra a falta de higiene nas fábricas, o pagamento de férias, pela integração nos quadros permanentes, etc.³⁹⁵

Refira-se que quando o “Estado Novo” anunciou, em novembro de 1944, que ia haver eleições em todos os sindicatos nacionais como forma de aplacar as greves e manifestações operárias, em janeiro de 1945 saiu vencedora uma lista para a direção do sindicato corticeiro em Silves que tinha como Presidente José Vitoriano, um importante dirigente local e regional do Partido Comunista Português e que passou a integrar o Comité Provincial do Algarve, sendo o responsável do Partido pela política sindical na região. Em finais de 1946, sob a sua direção, o sindicato conseguiu uma importante vitória contra o regime, obrigando à publicação de um Despacho de salários mínimos, depois de

³⁹⁴ *Ibidem*, pp. 99-121.

³⁹⁵ *Ibidem*, pp. 131-145.

uma concentração em Silves de 500 trabalhadores corticeiros e de uma reunião de todas as direções corticeiras no Seixal³⁹⁶. Em 30 de junho de 1948 José Vitoriano acabou por ser preso pela brigada da PIDE do Inspetor Gouveia e a direção do sindicato foi desfeita³⁹⁷. Foi eleita uma nova direção com novos elementos que, se não eram militantes do PCP mantinham a sua confiança, como dá a entender Carlos Costa.

Finalmente, os camponeses assalariados algarvios representavam um outro setor de grande importância para o PCP. Como não dispusessem de qualquer organização sindical (não havia sindicato nacional) a alternativa encontrada pelo regime salazarista assentou na criação das Casas do Povo, que detinham várias competências. No ano de 1950 existiam no Algarve 19 Casas do Povo e duas delegações destas, com um total de 13 171 sócios efetivos. Obrigatoriamente, tinham de ser sócios efetivos os assalariados agrícolas, rendeiros, parceiros e os pequenos proprietários que vivessem na freguesia a que pertencia a Casa do Povo. (Os Grémios obrigavam todos os produtores agrícolas a serem seus sócios, detendo os grandes agrários a sua direção exclusiva). Para o PCP «as Casas do Povo são (ou melhor, podem ser) verdadeiras organizações de massas». Havia «deficiências» no trabalho partidário que era necessário ultrapassar, para «fazer delas autênticas organizações de defesa da classe»³⁹⁸. Veja-se como o PCP encarava o trabalho do Partido no seio das Casas do Povo criadas pelo “Estado Novo”, o mesmo «entrismo» que defendia para os «Sindicatos Nacionais» e para as Casas dos Pescadores.

A luta do PCP para transformar as Casas do Povo em organizações de «massas» e de «defesa da classe» teria de passar por dois objetivos inseparáveis: primeiro, levar os camponeses a se interessarem pelas Casas do Povo e exigir que elas cumprissem o que consignavam os seus Estatutos, como a criação de dispensários, creches, postos de socorros, que contratem médicos, enfermeiras e parteiras, a atribuição de diversos

³⁹⁶ Ver o artigo de José Vitoriano, «Apontamentos sobre a luta sindical durante o fascismo, in *Vértice*, n.º 68, de setembro/outubro de 1995, pp. 5-10.

³⁹⁷ Cf. Maria João Raminhos Duarte, *José Rodrigues Vitoriano...*, cit., pp. 11-14.

José Vitoriano era um dirigente sindical reconhecido pela classe corticeira e até pela população silvense. A sua prisão pela PIDE devera-se ao arquivo apreendido pela polícia política na casa de João da Veiga e das investigações subsequentes por parte do Inspetor Fernando Gouveia. Em “Informes” desse arquivo o nome de José Vitoriano era referido em cifra por “Jo”, correspondendo ao pseudónimo de “Joel”, um dos que integrava o Comité Provincial do Algarve do PCP. Outro “Informe” ligava-o à Biblioteca Popular. Foi barbaramente espancado e sujeito à “estátua” na sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso. Sob a acusação de «participação no movimento operário clandestino» foi condenado em “Tribunal Plenário” a 2 anos e meio de prisão maior celular e na suspensão dos direitos políticos por 15 anos. Passou pelas cadeias do Aljube, Caxias, Peniche e Setúbal, acabando por ser libertado em 14 de maio de 1951, com a medida de segurança de 4 anos de liberdade vigiada na residência na localidade onde trabalhava na altura da prisão (*ibidem*, pp. 15-17).

³⁹⁸ Cf. Carlos Costa, *op. cit.*, pp.194-195.

subsídios (casamento, morte, velhice, invalidez), que criem cooperativas, cantinas e escolas, bibliotecas, promovam a construção de estradas e caminhos, etc., fazendo concentrações e assembleias e estabelecer as formas de luta; em segundo lugar, deviam os camponeses eleger direções para as Casas do Povo, compostas de camponeses fiéis à classe, abnegados e combativos. Com esta forma de atividade legal pretendia o PCP ganhar influência e a confiança dos assalariados agrícolas e das populações ligadas ao campo, a par de outras reivindicações para a classe, como as lutas contra os baixos salários, a distribuição de terras, ou a reforma agrária (73% dos camponeses algarvios não possuíam terra), a diminuição das rendas a pagar pelos rendeiros e parceiros aos grandes e médios proprietários e a luta contra a ação nefasta dos Grémios que privilegiavam os grandes proprietários³⁹⁹.

O que pretendemos demonstrar com esta análise ao longo deste ponto foram a forma e a tática utilizadas por várias organizações operárias no Algarve e no resto do país no que concerne ao rumo do movimento operário e sindical a seguir ao fracasso da «greve geral revolucionária do 18 de janeiro de 1934». Se as estruturas operárias ligadas aos socialistas desapareceram totalmente e de forma imediata a seguir à derrota do movimento, os libertários ainda vão recompor-se e resistir quase durante duas décadas, embora sem expressão significativa no movimento operário. Os comunistas, embora com lutas internas numa primeira fase, vão resistir e adaptar-se aos novos tempos e, a partir da sua reorganização dos anos 40, passaram a dominar, em exclusividade, o movimento operário e sindical, tanto no Algarve como no resto do país.

Em suma, se com a maior derrota do movimento operário do Século XX, Salazar passou a erigir o comunismo como o inimigo principal a abater, terminara o período do sindicalismo livre, tal como terminava o período das conceções anarquistas e “reviralhistas” que influenciavam o PCP desde a sua fundação e, este partido, passou a substituir o anarcossindicalismo no movimento operário até ao 25 de abril de 1974.

³⁹⁹ *Ibidem*, pp. 170-197.

Conclusão

Nos últimos anos da I República a violência praticada por uma parte do movimento operário e as conspirações militares tornaram-se as mais sérias ameaças ao regime. As Juventudes Sindicalistas, que em 1921 haviam criado os Comités de Defesa Social, organizações clandestinas que copiavam o modelo da Carbonária, especializavam-se em trabalhos de apoio armado às lutas sociais, como as greves e motins de subsistência. Durante estas lutas eram lançadas bombas contra os elétricos, impedindo a sua circulação e atacavam a polícia, para proteger os grevistas e manifestantes. Este tipo de ação acabou por resvalar para os atentados pessoais, como tiros e bombas contra as autoridades e os patrões, que reprimiam o movimento operário.

A partir de uma cisão pró-bolchevique das Juventudes Sindicalistas formou-se um grupo terrorista ainda mais radical, a Legião Vermelha, que terá consumado seis assassínios e dez sob a forma tentada. Entre 1920 e 1925, quando foi desarticulada a Legião Vermelha, explodiram em Lisboa 325 bombas, embora a maior parte fossem petardos sem estilhaços¹. Em 1925, a República encontrava-se de tal forma desarticulada que, enquanto eram absolvidos os conspiradores militares da tentativa de golpe de 18 de abril de 1925, muitos sindicalistas que tinham defendido a República de armas na mão, contra os golpistas, tiveram como destino a deportação. Os militares absolvidos acabaram por participar no movimento do 28 de maio que derrubou o regime republicano.

Por volta de 1924/25 tinha passado a pujança que a Confederação Geral do Trabalho manifestara aquando da sua constituição, em 1919. Não obstante ter destronado o Partido Socialista Português como força hegemónica no movimento operário, a organização confederal anarcossindicalista enfrentava sérias dificuldades e fortes ameaças, como seja a crise social, a repressão governamental, a conflitualidade interna e a concorrência de uma nova força emergente, o PCP/Partidários da I. S. V, que levou à criação dos “Núcleos Sindicais Revolucionários” e à grande cisão no movimento sindical.

Se o emergente PCP se debatia, após a realização do seu I Congresso em 1923, em questiúnculas internas que o enfraquecia e impedia de crescer, em torno da direção de Carlos Rates e dos partidários de José de Sousa, o aspeto do velho PSP não era nada famoso. No XI Congresso que realizou no Porto, em 1924, o PSP era «um pequeno grupo de intelectuais e empregados urbanos com escassa influência no proletariado (tabacos,

¹ Cf. Diego Palacios Cerezales, *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, 1.ª Edição, Lisboa, edições Tinta da China, 2011, p. 257.

têxteis e pouco mais) sem tática definida e sem perspectivas»². Saiu vencedora a corrente conciliadora e centrista que se aglomerava em torno do órgão *O Protesto*, de Ramada Curto e Amâncio de Alpoim, que pugnava pelo intervencionismo e que acenava com o renascer do sonho de 1919 fazendo uma nova aliança com o Partido Democrático, conseguindo lugares na administração local e até no governo. Segundo António Telo, os socialistas queriam aproveitar o facto da CGT ter entrado em decadência para reocupar as suas antigas posições no movimento sindical. No Congresso, a corrente intervencionista fez aprovar a filiação do PSP na Internacional Socialista (II Internacional), sendo abandonada de vez a filiação na III Internacional, e silenciou as vozes mais radicais que confluíam em torno da *República Social*, mas é um partido ainda muito fraco que se apresenta na fase final da República³.

Com a queda do governo “canhoto” de José Domingues dos Santos nos inícios de 1925 e que teve o apoio das organizações operárias, a ilusão começa a desaparecer quando estas pensavam que iam ter uma «República de esquerda». Para os operários, empregados e pequenos funcionários que alimentaram a expectativa do fim do desemprego e da inflação e do barateamento dos géneros, o fim do governo “canhoto” representou o golpe final no seu entusiasmo e todos sentiram que a República estava condenada «e a verdade é que muitos não a veriam desaparecer com grande pena. O seu raciocínio era simples: se não podemos ter a república social e radical porque lutamos, então é indiferente o que tenhamos»⁴. Depois do movimento golpista de 18 de abril de 1925, a confusão e o desnorte passaram a ser gerais⁵ e ainda maiores nas hostes do PSP, com Ramada Curto a afirmar, nas vésperas do 28 de maio, que era chegada a hora do exército governar.

² Cf. António José Telo, *Decadência e Queda da I República*, 1.º Vol., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 342. Um pouco antes do XI Congresso o PSP possuía 28 sedes e um jornal em Lisboa, *O Protesto*, 7 sedes e um jornal no Porto, a *República Social*, sedes em Vila Nova de Gaia, Braga, Ermesinde, Póvoa, Coimbra, Tomar, Covilhã, Azambuja, Paço de Arcos, Oeiras, Almada, Faro, Guimarães, Elvas, Santarém, Aljustrel, Barreiro, Seixal, Sintra e Lourenço Marques, além de uma série de associações operárias e cooperativas. Mas o indiferentismo e a deserção eram grandes nas suas fileiras, permanecendo grande parte das suas sedes encerradas.

³ *Ibidem*, pp. 342-343.

⁴ *Ibidem*, p. 366.

⁵ A situação tornara-se insustentável nos inícios de maio de 1926, mesmo a nível parlamentar, por exemplo com a questão dos tabacos e a maratona oratória do deputado João Camoesas, do Partido Democrático, que discursou durante 9 horas seguidas para ganhar tempo até que chegasse, no rápido do Porto, um deputado cujo voto decidia a sorte do governo. Seguiu-se um tumulto indescritível com carteiras partidas, impropérios e a expulsão do presidente da câmara e uma grande assuada dos operários dos tabacos e dos agentes da Polícia de Informação. Já no dia 1 de maio uma multidão com cerca de 4 000 pessoas tinha invadido os Passos Perdidos e só não entrou na sala das sessões porque os trabalhos foram interrompidos a tempo. A GNR correu com a multidão à espadeirada e conspirava-se por todo o lado. Foi a partir daqui que surgiu a ideia do tenente João Pereira de Carvalho convidar o general Gomes da Costa para liderar o golpe do 28 de maio (v. João José Brandão Ferreira, «O marechal Gomes da Costa, uma personalidade singular», in *Revista Militar*, Lisboa, II Século – 72.º Volume – n.º 4, n.º 2619, de abril de 2020, pp. 385-386).

Gomes da Costa vai fazer uma espécie de marcha militar triunfal, no 28 de maio de 1926, de Braga até Lisboa e não foi incomodado, nem tão pouco por parte das organizações operárias que não se mexeram para defender a República, como temos vindo a assinalar. O seu desalento e impotência era uma realidade e só o débil PCP, que realizava o seu II Congresso, mal refeito da traição de Carlos Rates, procura, embora tardiamente, mobilizar a classe operária contra o «golpe fascista», mas não encontra qualquer apoio na organização sindical libertária. Esta, além de desiludida e seriamente enfraquecida, manifestava uma posição sectária e anticomunista, tal como sucedia com as Juventudes Sindicalistas com uma posição ainda mais radical⁶ contra o PCP. A CGT só reagiria muitos dias depois, sem qualquer efeito, quando os golpistas castrenses já se tinham entrincheirado na capital e arredores. *O Milagre Segundo Salomé*, de José Rodrigues Miguéis, ilustra bem o pensamento da principal organização operária no momento – não se iria meter em rixas no seio da família burguesa e não iria defender a República que assaltou e metralhou a Casa Sindical e que mandou espingardear grevistas. Até o poeta Fernando Pessoa passou a defender e a justificar a Ditadura Militar no país⁷.

Face às debilidades e incapacidade do movimento operário de se opor e resistir à chamada «Revolução Nacional»⁸, associado aos sentimentos de indisciplina, compadrios

⁶ Em março de 1926, na Tese de princípios ao seu II Congresso Nacional, as Juventudes Sindicalistas atacam violentamente o Partido Comunista Português e a III Internacional de «Moscóvia» que dirige a secção da Internacional Sindical Vermelha que funciona como um «chamariz aos sindicatos revolucionários». E mais à frente sublinha: «Os anarquistas, os sindicalistas revolucionários, têm sido admiráveis no combate a estes partidos intrusos, que têm feito uma obra de destruição, de dispersão de forças, não conseguindo, apesar das perseguições do governo russo e apesar das traições nos outros países, aniquilar, manchar e diminuir o ideal anarquista. E nas ruínas do movimento revolucionário, os anarquistas lutam, repelem esses partidos comunistas que pretendem subor[dinar] tudo ao seu poder. (...) Em face do PCP devemos afirmar a nossa aberta hostilidade, negando-lhe a qualidade de revolucionário porque é um partido de dissolução, de predomínio, e de governo. Combatê-lo-emos, como combateremos os partidos burgueses, como desmascaramos todos os traficantes da ideia revolucionária. Nada de entendimentos com semelhante partido que pretende absorver-nos e asfixiar-nos» (cf. «Os Anarquistas Portugueses face à Revolução Russa e aos Partidos Comunistas», («Tese de princípios a apresentar no II Congresso Nacional das Juventudes Sindicalistas pela sua Comissão Organizadora», Lisboa, março de 1926», in *A Ideia*, Revista de Cultura Libertária, Évora, II Série, ano XLIII, Vol. XX, n.º 81/82/83, outono de 2017, p. 142).

⁷ Cf. Fernando Pessoa, «O Interregno. Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal», in Joel Serrão (introdução e organização), *Da República (1910-1935)*, Lisboa, Edições Ática, 1978, pp. 295-328.

⁸ A direita radical gostava de apelidar o golpe do 28 de maio como «Revolução Nacional». Na conspiração havia militares vinculados à direita radical, republicanos conservadores e monárquicos. O movimento contou com o apoio dos outubristas que pretendiam afastar do governo o Partido Democrático de António Maria da Silva. Triunfou a componente militarista que usava um discurso suprapartidário de «regeneração nacional» onde se reconheciam os generais republicanos (que controlavam a hierarquia do exército) e os jovens tenentes da direita radical, que estavam à frente dos regimentos mais poderosos. Estes tenentes radicais alcançaram um certo protagonismo durante a Ditadura Militar e muitos deles serviram de apoio a Salazar no braço-de-ferro que mantinha com os generais, com uma posição menos conservadora, como, por exemplo, o general Óscar Carmona, que foi Presidente da República entre 1926 e 1951.

Um desses oficiais radicais foi David Rodrigues Neto, natural do Algoz, que se notabilizou na fuga do campo de prisioneiros no Grão-Ducado de Mecklemburgo, na Alemanha, onde fora internado após ter sido preso no rescaldo da batalha da La Lys, em 9 de abril de 1918. Já como capitão aderiu ao 28 de maio,

e debilidade dos governos republicanos, o que engendrava um clima de insegurança, de revolta, de greves, atentados e desordem⁹, conforme dirá mais tarde Salazar, e abriram as portas à ditadura dos militares conservadores para a restauração da ordem. A Ditadura Militar portuguesa somava-se às experiências autoritárias que estavam a grassar pela Europa, caso dos exemplos da Espanha de Primo de Rivera e da Itália de Benito Mussolini. Para Álvaro Cunhal foram os grandes capitalistas, a grande burguesia e os latifundiários que no 28 de maio correram com o governo da pequena e média burguesia e tomaram conta do poder. Não existiam ainda no país grandes grupos industriais e o capital financeiro ainda não tinha preponderância na economia nacional. Na indústria, no comércio e na agricultura predominavam as pequenas e médias empresas e se existiam monopólios no país, não existiam grupos monopolistas. A formação e a acumulação de capitais e o predomínio cada vez mais crescente do capital financeiro na economia «significou o agravamento deliberado da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, a política dos baixos salários, a intensificação do trabalho» e a «repressão violenta do movimento operário (...)»¹⁰.

Os governos da Ditadura fecharam o Parlamento, as garantias foram suspensas, as greves proibidas, a imprensa passou a ser censurada e as prisões e deportações dos opositores recrudesceram. Tal como sucedeu com o regime ditatorial de Primo de Rivera, em Espanha¹¹, a Ditadura ainda tentou cooptar os apoios do movimento operário, mas

tendo ocupado o Quartel-General de Coimbra e prendido diversos oficiais e sargentos. À frente do Batalhão de Caçadores 5 teve ação direta na repressão do movimento de 7 de fevereiro em Lisboa, participou no golpe dos “Fifis”, em 12 de agosto de 1927 (sendo preso em S. Julião da Barra) e foi um dos mais ativos apoiantes de Salazar como ministro das Finanças e nos primeiros anos do “Estado Novo”. Já um pouco desiludido com a situação política e militar publica em 1933 a obra *Doa a Quem Doer* e a partir de 1943 abandona a vida militar e radica-se definitivamente em Portimão. A partir dos anos 50 afasta-se do regime e torna-se num opositor acérrimo de Salazar, participando na Comissão Nacional do Almirante Quintão Meireles e na Comissão Nacional do General Humberto Delgado à Presidência da República sendo, inclusivamente, preso pela PIDE em 1952. Escreveu as suas memórias com o título *A Mentira da Verdade* e fez diversos legados em Portimão, como a doação de terrenos onde hoje se encontram as instalações desportivas do Portimonense Sporting Clube, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Portimão (antes Hospital Distrital de Portimão), e a Escola Secundária Poeta António Aleixo (venda do terreno por um valor simbólico). Faleceu em 4 de janeiro de 1971 (cf. David Neto, *Doa a Quem Doer*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1933; Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, cit., pp. 128-128; Eugénio Moutinho, *Henrique Galvão ou a dissidência de um Cadete do 28 de maio (1927-1952)*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 31-45; Glória Marreiros, *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 346 - 347; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XVIII, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ld.^a, s. d., pp. 636-637 e *Comércio de Portimão*, de 14 de janeiro de 1971, p. 4).

⁹ Cf. Oliveira Salazar, *Como se levanta um Estado*, Lisboa, Edições Golden Books, 1977, pp. 45-46.

¹⁰ V. Álvaro Cunhal, *Radicalismo Pequeno Burguês de fachada Socialista*, 3.^a Edição, Edições Avante!, 1974, pp. 19 e 20.

¹¹ A ditadura do general Primo de Rivera foi melhor sucedida ao contar com a colaboração da poderosa UGT, a central sindical socialista dirigida por Largo Caballero, em troca de lugares políticos e outros favores, leis laborais e perseguição aos anarquistas. Em Portugal o novo regime militar procurou aliciar

este embora enfraquecido, não aquiesceu. A repressão que se seguiu contra as organizações operárias durante o período do “revirinho” ainda mais debilitou o movimento.

O fim do sindicalismo livre decretado por Salazar e que se consumou com a derrota da «greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934», a principal e derradeira ação protagonizada pela «frente única» do movimento operário contra o decreto «colete de forças» do Estatuto do Trabalho Nacional, acabará por impor a redução dos salários reais e o agravamento das condições de trabalho que as organizações patronais há tanto tempo reclamavam na sua luta contra o sindicalismo operário¹². Daí, estas terem recebido com bastante agrado a solução autoritária para o país. Os «sindicatos nacionais» teriam de reger-se pelos princípios do nacionalismo através da subordinação aos “superiores interesses na Nação” e rejeitando a luta de classes e o internacionalismo. Foi assim extinta a liberdade sindical no nosso país, à semelhança do que sucedera na Itália fascista com a Lei Rocco, em abril de 1926 e a *Carta del Lavoro*, em fevereiro de 1927, e o que virá a suceder na Alemanha nazi, em maio de 1933, quando os sindicatos livres foram suprimidos e em seu lugar foi imposta a Frente do Trabalho. A este propósito refere José Barreto:

«Em Portugal, tal como na Itália, a liquidação do sindicalismo livre não foi obra de um decreto ou de um ato súbito do poder, pois a legislação corporativa salazarista de 1933 veio culminar numa longa série de hostilidades, iniciada sete anos antes com a vitória do movimento do 28 de maio que iniciou a Ditadura Militar (1926-1933). Num panorama já de relativo declínio, desmobilização e divisão sindical por comparação com os agitados anos do pós-guerra, os setores mais organizados, combativos e politizados do sindicalismo português foram sob a Ditadura Militar alvo de progressiva neutralização, especialmente a partir do esmagamento

como seus apoiantes os dirigentes sindicalistas e as suas organizações, o que não conseguiram, apesar de algumas posições iniciais de expectativa e neutralidade da parte da CGT, que reagiu demasiado tarde, e de alguns dirigentes do PSP, como Ramada Curto, que defendia a intervenção do exército antes do golpe e que, em 1933, «mais preocupado com o futuro da sua facção sindical, diga-se, do que com a eventual supressão dos sindicatos anarquistas e comunistas», tentou «pactuar com o governo de Salazar na definição da organização corporativa, por sinal sem êxito» (cf. José Barreto, «Os sindicatos nacionais do Estado Novo», in https://www.academia.edu/6810723/Os_sindicatos_nacionais_do_Estado_Novo?email_work_card=interaction-paper).

¹² V. Diego Palacios Cerezales, *op. cit.*, p. 262.

da revolta social-reviralhista de 3-9 de fevereiro de 1927. A Ditadura cedo revelou em relação aos sindicatos, sobretudo os de tendência anarquista e comunista, uma atitude persecutória mais extremada do que a repressão verificada em certos períodos da República liberal, não obstante as prontas declarações iniciais de simpatia dos chefes do 28 de maio pela ‘representação das classes’ ou pelo ‘operariado organizado’ e apesar das aproximações feitas aos sindicatos existentes, oferecendo-lhes participação institucional de caráter consultivo e direitos eleitorais especiais, quer na eleição do poder legislativo, quer na do poder local»¹³.

Perante a iminência da extinção dos sindicatos livres as organizações operárias, apesar das profundas divergências que mantinham entre si, uniram-se e constituíram uma «frente única antifascista» envolvendo a anarcossindicalista Confederação Geral do Trabalho, a comunista Comissão Intersindical, a socialista Federação das Associações Operárias e as Organizações Sindicais Autónomas. Foi assim preparada e teve lugar «a greve geral revolucionária do 18 de janeiro de 1934» contra a fascização dos sindicatos, cuja expressão foi fraca a nível nacional, excetuando greves e manifestações operárias em algumas localidades, alguns atentados bombistas e cortes de comunicações e em que a ação mais espetacular se desenrolou na vila vidreira da Marinha Grande – os operários e sindicalistas, cujos dirigentes são esmagadoramente afetos ao PCP, tomaram o poder pela força das armas, prenderam as autoridades locais e ocuparam a vila por algumas horas com o apoio da população.

Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP e a linha oficial do partido defendiam as greves e manifestações de massas contra o ETN, no entanto foram impotentes para impedir que a generalidade dos militantes comunistas atuasse debaixo da ideologia, conceções e práticas anarquistas, tal como o fizeram a CGT e a própria CIS de José de Sousa. Vários comunistas acabaram por cometer atentados bombistas, seguindo o modelo anarquista. Bento Gonçalves e o PCP, embora recriminando este tipo de ações de puro terrorismo, acabaram por classificar o movimento, numa primeira fase, como positivo e cujo expoente máximo da tática leninista, do exemplo a seguir pelo proletariado, terá sido a insurreição da Marinha Grande, protagonizada pelo partido e que irá funcionar como

¹³ *Apud* José Barreto, «Os sindicatos nacionais do Estado Novo», cit.

uma poderosa experiência mítica para o proletariado, para o movimento operário a nível nacional¹⁴. E os anarquistas e republicanos “reviralhistas” teriam sido os responsáveis pela derrota do movimento. Desta forma, Bento Gonçalves e o partido continuavam a pensar e a atuar sob a orientação da tática de «classe contra classe» preconizada pelo 6.º Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928 e que só vem a ser alterada no seu VII Congresso, em 1935.

Alguns anos mais tarde, a partir da prisão de Angra do Heroísmo e do Tarrafal, Bento Gonçalves opera uma reviravolta na análise aos acontecimentos do movimento do 18 de janeiro, “despindo-o” das suas vestes heroicas e caracterizando-o, na generalidade, como uma «anarqueirada», embora não se “atrelando” a especificar a revolta marinhense como tal. Simplesmente, ignora-a. A nova linha adotada pelo VII Congresso do Komintern de constituição das Frentes Populares assim o exigia, depois das duras críticas que aquela organização internacional comunista desferira contra o PCP e os seus dirigentes sobre a atuação do partido no 18 de janeiro. A nova posição “revisionista” de Bento e da maioria dos dirigentes e ex-dirigentes comunistas não foi acompanhada por José de Sousa, ex-secretário-geral da CIS, o qual foi expulso do partido. Mais uma vez Bento Gonçalves, que morreu no Tarrafal, revelava-se um “homem da Internacional Comunista” e, paradoxo dos paradoxos, acabou por ser objeto de controvérsias, foi incompreendido e até injustiçado pela história, ele que até pugnara por greves e manifestações de massas, de forma pacífica, contra o “Estado Novo”, visto não haver qualquer tipo de condições para se fazer uma revolução vitoriosa, de caráter socialista, no nosso país.

¹⁴ Vide o nosso estudo *O 18 de janeiro de 1934 – História e Mitificação*, Albufeira, Editora Arandis, 2015. Salvaguardando as devidas proporções, a revolta da Marinha Grande, em 1934, virá a funcionar e a atingir uma dimensão mítica para o movimento operário português, tal como a Comuna de Paris, em 1871, significou e atingiu uma amplitude mítica para a conquista do poder operário, à escala universal. Sobre este aspeto veja-se João Medina, «A Comuna foi a primeira experiência mítica de governo operário», (entrevista de António Simões do Paço e Luís Farinha), in *História*, Lisboa, III Série, n.º 40, novembro/dezembro de 2001, pp. 18-23.

A força mítica da revolta operária da Marinha Grande foi tão grande que em várias localidades do país e até no estrangeiro e, muito em particular, na vila vidreira, tiveram lugar diversas encenações e representações teatrais, como por exemplo a representação teatral da peça «O 18 de janeiro de 1934» pelo grupo de Teatro Operário do Formigueiro, no âmbito das comemorações do referido acontecimento que o jornal *O Grito do Povo* promoveu no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, janeiro de 1975 (in *Spartacus*, Lisboa, Revista dos Trabalhadores Portugueses, n.º 4, janeiro/fevereiro de 1975, p. 18); «A soprar se vai ao longe!...», de Norberto Barroca (texto e encenação), Grupo de Teatro do Sport Operário Marinhense», 1992/93 e «O 18 de janeiro de 1934 – A reconstituição do movimento revolucionário dos vidreiros, nas Comemorações dos 250 Anos da Indústria do Vidro na Marinha Grande», de Norberto Barroca (texto e direção), organizado pela Câmara Municipal da Marinha Grande e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, em 26 de setembro de 1998 (Espólios Particulares de Licínio de Sousa e de Hermínio de Freitas Nunes).

Para António Ventura o 18 de janeiro de 1934 foi considerado um «marco histórico» e uma «viragem» na evolução do movimento operário português, consagrando a supremacia comunista¹⁵. Constituiu um ponto de rutura ao terminar com o sindicalismo livre de feição operária que vinha desde finais do século XIX e que caracterizava o sindicalismo português. Para a CGTP/IN o 18 de janeiro constituiu o «canto do cisne» do movimento sindical que se afirmava como autónomo e autossuficiente, e por outro lado, representou o primeiro passo na caminhada da resistência à mais longa ditadura fascista¹⁶.

Com o malogro do movimento grevista do 18 de janeiro Salazar não perdeu tempo, era o momento que ele esperava. Apelidou o movimento como comunista, ignorando as outras correntes de forma propositada e até injusta, principalmente para os anarquistas mas, também, para os socialistas e erigiu o comunismo com «a grande heresia do Século XX» e o principal alvo a combater. Os comunistas foram acusados de terroristas e sanguinários, ao serviço de Moscovo e a revolta marinhense foi propositadamente manipulada e silenciada, pois o país e, principalmente, o mundo operário não podia saber que foram os comunistas a dirigir a ação na vila vidreira.

Com efeito, até as autoridades civis e militares regionais de Leiria não se coibiram de mencionar o movimento na Marinha Grande como comunista nas circulares confidenciais¹⁷. Por este facto, foi a única localidade do país onde ocorreu um grande número de militares com armas de guerra¹⁸ para jugular o operariado revoltoso, para além da polícia política e de forças da PSP e da GNR e até um avião sobrevoou o pinhal de Leiria procurando localizar os fugitivos. Mas a revolta operária na Marinha Grande, sob a direção do PCP, acabou por não ter no país a repercussão correspondente à sua importância, devido à censura e manipulação da imprensa e à repressão cada vez mais violenta do regime salazarista¹⁹. Repressão que irá atingir, implacavelmente, os

¹⁵ Cf. António Ventura, «No 50.º aniversário do 18 de janeiro de 1934. O PCP e a CIS face ao 18 de janeiro», in *Diário de Notícias*, Lisboa, de 2 de fevereiro de 1984, p. 7.

Vide também Hermínio de Freitas Nunes, «As raízes sociais do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande», *A Batalha*, VI Série, n.º 300, janeiro/março de 2024, pp. 12-15.

¹⁶ V. CGTP/IN, *O Movimento Operário em Portugal*, Departamento de Formação Sindical – CGTP/IN, p. 33.

¹⁷ Cf. ADL (Arquivo Distrital de Leiria), Governo Civil de Leiria, Correspondência Expedida do Governo Civil, Cx. 6, Piso -1, Dep. III, 18-B-2, Livro de Correspondência Expedida, Circulares 184 e 189 do Governo Civil de Leiria ao Diretor Geral da Segurança Pública, em Lisboa, e ao Comandante da Guarda Nacional Republicana, em Lisboa, respetivamente, de 26 de janeiro de 1934.

¹⁸ Idem, Circular 182 do Governo Civil de Leiria ao Comandante da 3.ª Região Militar, em Tomar, de 26 de janeiro de 1934. Nesta circular de agradecimento são mencionadas as forças do Exército que atuaram na repressão aos revoltosos da Marinha Grande, envolvendo tropas de Infantaria n.º 7, Artilharia Ligeira n.º 4, Caçadores 2 e Cavalaria da Escola Prática.

¹⁹ V. Alexandre Babo, *Recordações de um Caminheiro*, Lisboa, Editorial Escritor, 1993, p. 78.

organizadores e participantes no movimento e, especialmente, os militantes e dirigentes libertários e comunistas. Os diversos presídios do “Estado Novo” e o Campo de Concentração do Tarrafal foram a realidade viva, cruel e horrorosa dessa repressão. Dirigentes operários e sindicalistas e outros simples trabalhadores pagaram bem caro através do cárcere, torturas e até da morte, para alguns, a ousadia de se terem levantado em defesa das suas organizações de classe, os sindicatos livres, opondo-se aos «sindicatos nacionais» de Salazar.

Para o Ditador, tudo não passava de uns «safanões dados a tempo». A sua insensibilidade, frieza e cinismo perante as violências que os seus opositores sofriam não tinham limites. Mostrava-se um adepto da não violência e de um paternalismo inexcedível para com aqueles que mandara prender e torturar. Na entrevista que concedeu à jornalista francesa Cristine Garnier, no verão de 1951, Salazar declarou que a violência «não se adapta à doçura da nossa raça e dos nossos costumes», que «a administração penal se encontra na vanguarda do progresso» e que nas penitenciárias se encontram «celas individuais, lavatórios com água corrente, grandes janelas que dão para jardins». E mais à frente sublinha que os presos «aprendem um ofício nas oficinas que rodeiam os edifícios centrais» e que «em todas as prisões portuguesas o fim que se procura é sempre o mesmo: trazer os homens para a vida honesta, sem os amesquinhar, criando-lhes pelo contrário uma existência relativamente agradável»²⁰. O Ditador procurava transmitir uma visão idílica do regime e do sistema prisional do “Estado Novo”²¹. As maiores provas dessa visão idílica podemos encontrá-las nas vivências terríveis de homens como Mário Castelhamo, Bento Gonçalves, Manuel Pessanha, António Estrela, Edmundo Pedro, Correia Pires, José Negrão Buízel, Manuel Marques, José Vitoriano e tantos outros que se ergueram em prol da liberdade e dos sindicatos livres.

O movimento operário algarvio, embora com menos intensidade, à dimensão da província, também passou por várias experiências e vicissitudes, crises, divisões, conflitos, greves, enfrentou as perseguições patronais e as ofensivas e a repressão por parte das autoridades dos diversos governos da I República, da Ditadura Militar e do “Estado Novo”. Numa primeira fase, as associações de classe e os sindicatos na região foram dominados, quase exclusivamente, pela ideologia do sindicalismo-revolucionário

²⁰ Cf. Cristine Garnier, *Férias com Salazar*, Edição fac-similada da 1.^a Edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1952, pp. 192-195.

²¹ Sobre a antítese da visão idílica das penitenciárias do “Estado Novo” que Salazar pretendia transmitir, veja-se a obra romaneada de Manuel Tiago [Álvaro Cunhal], *A Estrela de Seis Pontas*, 2.^a Edição, Lisboa, Edições Avante!, 1994. Álvaro Cunhal passou vários anos nas prisões salazaristas.

e do anarcossindicalismo, grande parte filiados na Confederação Geral do Trabalho. A partir de finais da I República e mais precisamente, com a constituição da Comissão Intersindical, em 1930, o PCP começa a ter cada vez mais influência nesses sindicatos. Mas este domínio só se tornará efetivo após a derrota do movimento revolucionário do 18 de janeiro e com a formação dos «sindicatos nacionais» que demoraram a constituir-se no Algarve. Nesta região também houve a “Greve Geral Revolucionária”.

A partir dos anos 40 do século passado com o “entrismo” nos «sindicatos nacionais» defendido pelo PCP, este partido passará a ter o domínio exclusivo do movimento operário e sindical no Algarve (como a nível nacional). Se a CIS se tinha autodissolvido a partir de meados dos anos 30 por exigência da Internacional Comunista, que não aprovava a existência de organismos sindicais clandestinos, a CGT ainda tentou reerguer-se com a reorganização de 1945 depois dos “implacáveis anos 30” e da nova onda repressiva que se abateu sobre os anarquistas e que atingiu igualmente muitos elementos ligados ao PCP²². A organização partidária e sindical comunista quase foi totalmente

²² Como se disse, no ano de 1937 foram cometidos vários atentados terroristas, incluindo o atentado a Salazar, em 4 de julho, e cuja principal responsabilidade recaiu sobre os anarquistas. A PVDE, que numa primeira fase conduziu as investigações efetuou numerosas prisões não só de vários anarquistas, mas também de muitas pessoas ligadas ao PCP ou acusadas de ligações a este partido e sem terem nada a ver com os atentados. A este propósito é interessante ver um excerto do romance *Os Cães de Salazar*, de Francisco Moita Flores, em que a PVDE às ordens do capitão Catela faz várias prisões de elementos conotados com o PCP (grupo do Alto do Pina) e acusa-os de serem os responsáveis pelo atentado a Salazar. Esta linha de investigação será desmontada pelo juiz Alves Monteiro, ilibando esses presos do atentado, o que envergonhou e aterrorizou o capitão Catela pelo seu fracasso nas investigações, temendo ser despedido e punido pelo Diretor-Geral da PVDE, Agostinho Lourenço. Vejamos alguns excertos do romance quando Catela foi chamado à presença de Agostinho Lourenço:

«- É uma derrota vergonhosa, Senhor Diretor-Geral. A minha derrota! Com que cara vamos ficar quando se souber a verdade e libertarmos o grupo do Alto do Pina? Vai ser um enxovalho.

Agostinho Lourenço deu dois passos na direção do subordinado e quase o censurou com severidade.

- Não olhes para os teus pés! Olha para o horizonte, para o infinito, e deixa a tua vergonha no balde do lixo. Quando se fizer a História deste tempo, ninguém vai querer saber quem cometeu o atentado contra Sua Excelência, nem dos pequeninos triunfos desse juiz palerma. Saber-se-á que, graças a este caso, degolamos várias organizações terroristas que atentam contra o Estado Novo. Destruímos os Comitês Local e Regional de Lisboa do Partido soviético, destruímos várias células anarquistas, acabamos com a tipografia do jornal comunista, prendemos dezenas de reviralhistas, bandos de palermas saudosos do Afonso Costa e companhia. A qual enxovalho te referes? Ao que vão dizer os jornais? Tu és tonto, Catela. Os jornais escrevem aquilo que a gente deixar, e quiser, que eles publiquem. Se não olhares a árvore e conseguires vislumbrar a floresta, faz o balanço final e só retiras uma conclusão: acabamos de prestar um enorme serviço ao Estado Novo e a Salazar.

Perante o silêncio atônito do outro, a voz vomitou o entusiasmo que o dominava:

- Chamas a isto derrota? Temos as prisões a abarrotar. Recolhemos uma boa colheita de tudo quanto temos semeado. Olha para o horizonte, Capitão Catela. O Chanceler Adolf Hitler está a erguer o Terceiro Reich para durar mil anos. Eu digo-te com orgulho: o Estado Novo vai durar milénios. Até ao final dos tempos, graças à nossa Polícia de Vigilância e Defesa do Estado.

Calou-se. Acendeu novo cigarro e Catela, mais conformado, titubeou:

- O que devo fazer aos presos do Alto do Pina?

- Ficam presos! – Respondeu com indiferença.

- Presos?! Mas eles...

- São comunistas.

desarticulada na região em 1938 devido à prisão de João da Veiga, um importante elemento do PCP. A reorganização confederal não resultou e no Algarve ainda menos se sentiu, visto a influência anarquista ter desaparecido há muito do seio do movimento sindical regional. O PCP não só passou a ter influência nos «sindicatos nacionais» dos corticeiros, dos operários conserveiros e outros, como também noutros organismos corporativos do “Estado Novo”, como as Casas dos Pescadores e as Casas do Povo, embora estas muito mais tardiamente.

Algumas notas finais sobre alguns vultos operários mais proeminentes algarvios, ou com ligações muito fortes ao movimento operário e sindical do Algarve no período que temos vindo a estudar. Destacam-se, assim, os anarcossindicalistas José dos Reis Sequeira, José Correia Pires, Manuel Pessanha, Domingos Passarinho e Virgílio Pires Barroso, e os comunistas José Gonçalves Vitor, António Estrela e José Vitoriano, de Silves. Também temos o libertário José Negrão Buízel e o comunista António Calvário Júnior, de Portimão. Merecem igualmente referência os sindicalistas Augusto César da Silva, de Lagos, e Manuel António Boto, natural de Silves, embora residindo no Barreiro, e o libertário/republicano António Neves Anacleto, de São Bartolomeu de Messines. Todos estes homens passaram pelas masmorras salazaristas.

O silvense José dos Reis Sequeira, operário corticeiro anarquista e que nos deixou a obra *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro) 1914-1938*, exerceu uma forte influência sobre a Associação de Classe Corticeira de Silves e nas Juventudes Sindicalistas da localidade, de que foi dirigente das duas organizações. Participou em 1926 no II Congresso das Juventudes Sindicalistas e em 1932 percorreu o

- Não sei. Prendemo-los por causa do atentado contra Sua Excelência.

- Aqui dentro sou eu que decido quem é ou não é comunista. Ficam detidos e não há mais nada para discutir.

Deu por finda a conversa, indicando-lhe a porta e rematando com um convite.

- Diz ao Maia Mendes e ao Pessoa Amorim que hoje são os três convidados para almoçar. É tempo de celebração e não de apresentares a demissão. Percebeste?

- Muito obrigado, Senhor Diretor-Geral. Não sei como agradecer a sua lição. É uma honra trabalhar sob as suas ordens.

Bateu os tacões em jeito de saudação militar e saiu, impante de satisfação. E naquele momento jurou que, se vivesse mil anos, era ali que desejaria sempre servir, naquele lugar onde se acendia diariamente a chama que fazia brilhar o Estado Novo.

Agostinho Lourenço sabia do que falava. A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado abria e consolidava o poder que levaria Portugal e o Império para além do final dos tempos. Até à Eternidade!» (cf. Francisco Moita Flores, *Os Cães de Salazar*, Alfragide, Casa das Letras, 2020, pp. 292-294).

Embora romaneada, era desta forma que a polícia política salazarista atuava. Mesmo assim, sob as mais duras condições de clandestinidade e repressão, o PCP foi a única organização que conseguiu resistir e passou a dominar o movimento operário e sindical no Algarve e no resto do país até ao 25 de abril de 1974.

país²³ como delegado da Federação Corticeira, depois de ter ido trabalhar alguns anos na Galiza e na Margem Sul. Ajudou a organizar a greve revolucionário de 18 de janeiro, a partir de Faro, contestou a formação do novo Sindicato corporativo dos Corticeiros do Distrito de Faro e em 1935 foi preso e levado para Angra do Heroísmo, acusado de ligação à anarquista FARP. Após o 25 de abril integrou o Centro de Estudos Libertários e colaborou na imprensa anarquista de Almada.

José Correia Pires, natural de S. Bartolomeu de Messines, carpinteiro e também aderente às ideias anarquistas, desempenhou uma forte atividade na preparação do 18 de janeiro no concelho de Silves. Depois do malogro do movimento conseguiu escapar às garras da polícia e fugiu para Espanha onde teve uma ação crucial na formação da Federação Anarquista dos Portugueses Exilados, ligada à FARP. Depois de regressar ao país foi preso e em 1937 acabou por ir parar ao Tarrafal. Depois do 25 de abril, já a residir em Almada, desenvolveu uma intensa atividade associativa, integrou o Grupo de Cultura e Ação Libertária de Almada e colaborou na imprensa anarquista. Deixou-nos o livro *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*.

Um outro operário e que pertencia ao poderoso sindicato corticeiro de Silves foi o anarcossindicalista Manuel Pessanha, um dos principais líderes do movimento revolucionário em Silves. A sua influência e ação eram notórias entre os operários e na localidade e que já vinham desde longa data. Já em 1917 fora preso, juntamente com outros ativistas, por andar pela cidade a dar vivas ao bolchevismo e à Rússia²⁴. No 18 de janeiro destacou-se por ter arrombado a porta da Associação de Classe dos Corticeiros, onde terá hasteado uma bandeira vermelha, e por ter liderado a visita às fábricas a incentivar os operários à greve. Acabou por ir parar à Fortaleza de Angra do Heroísmo e ao Tarrafal²⁵.

Domingos dos Santos Passarinho, operário autodidata e apenas com a instrução primária, foi uma outra personalidade com uma grande ação na direção da Associação Corticeira de Silves até 1934, sendo seu presidente durante vários anos. Muito estimado entre os corticeiros e respeitado pelos patrões – era conhecido como “Mestre Passarinho” - pertencia à Comissão de Delegados dos Operários Corticeiros e dirigiu muitas greves. Teve um papel fundamental na reorganização da Cooperativa “A Compensadora” e a

²³ José dos Reis Sequeira e Adriano Pimenta, como delegados da Federação Corticeira visitaram diversos centros corticeiros do Alentejo e Algarve com vista à preparação do próximo Congresso da Federação (cf. José dos Reis Sequeira, *op. cit.*, pp. 218-224).

²⁴ V. ADF, LCCGC, n.º 002/515, fl. 691, de 18 de março de 1920.

²⁵ Cf. ANTT/PIDE-DGS, Processo R. G. P. – 160, fl.1, «Biografia de Manuel Pessanha».

transferência dos bens da associação corticeira para a Cooperativa antes da greve do 18 de janeiro. Também esteve na prisão alguns meses.

Um dos principais dirigentes da Associação Corticeira e da revolta do 18 de janeiro, em Silves, foi o libertário Virgílio Pires Barroso. Foi mesmo incumbido de preparar o movimento no concelho, procedeu ao corte das comunicações com o exterior e mantinha ligações com o Barreiro. Após o fracasso do movimento colocou-se em fuga, mas acabou por ser preso, julgado e condenado pelo TME, passando mais de 10 anos nas prisões de Angra do Heroísmo e Peniche.

José Gonçalves Vitor, também natural de Silves, colaborou no jornal da oposição *A Rajada* e era Presidente da Associação dos Empregados no Comércio na cidade, onde predominava a influência comunista, irradiando esta para outros setores locais. Mantinha contactos com António Estrela do comité comunista de Silves e na véspera da greve revolucionária reuniu-se no campo com outros comunistas. Como não abrisse a porta da Associação foi preso no próprio dia 18 de janeiro. Preso pela PVDE foi condenado a alguns meses de prisão e depois de solto foi proibido de voltar a Silves pelo Administrador do Concelho. Fundou o grupo esperantista “Verda Stelo” que funcionava no “Clube Desportivo Nacional”²⁶.

António Estrela, também nascido em Silves, desde cedo se integrou no movimento corticeiro local, dominado pelo anarcossindicalismo. Acabou por aderir ao PCP e no 18 de janeiro estava à frente da organização comunista local, mantendo contactos com Portimão e o comité regional do movimento. Depois da derrota da greve foi preso e acusado de ideias subversivas comunistas e de ter mandado fazer tubos de ferro carregados com dinamite. Condenado a mais de 10 anos de prisão passou por várias prisões, incluindo Angra do Heroísmo. Conheceu várias vezes o isolamento na “Poterna” e no “Caleção”. Em 1969 fez parte da Comissão Democrática Eleitoral em Silves e após o 25 de abril chegou, inclusivamente, a criticar o PCP por ter deliberadamente esquecido a greve do 18 de janeiro em Silves, em detrimento da Marinha Grande.

José Rodrigues Vitoriano nasceu no sítio de Torre e Cercas, perto de Silves e na altura da greve do 18 de janeiro, com a idade de 16 anos, acabou por aderir à greve que era incentivada pelos piquetes de grevistas. Entrou para o PCP em 1941 passando a desempenhar funções nas estruturas clandestinas do partido a nível local e do Barlavento/Algarve. Em 1945 foi eleito Presidente do Sindicato dos Corticeiros do

²⁶ Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve...*, cit., pp. 396-398.

Distrito de Faro, um dos mais importantes sindicatos corporativos do Algarve. Afastando-se da organização local do PCP passou apenas a integrar o Comité Provincial do Algarve, detendo a responsabilidade da política sindical do partido. Em 1946 participou no IV Congresso do PCP, na clandestinidade. Devido à apreensão dos arquivos na casa do comunista João da Veiga pela brigada da PIDE do inspetor Gouveia, José Vitoriano foi preso em 1948 e condenado pelo Tribunal Plenário a 2 anos e meio de prisão celular e perda de direitos políticos por 15 anos, sob a acusação de ter participado no movimento operário clandestino, acabando de passar pelas cadeias do Aljube, Caxias, Peniche e Setúbal²⁷. Ascendeu ao Comité Central do PCP, foi preso mais algumas vezes totalizando 17 anos de prisão, passou por vários países de Leste e após o 25 de abril foi deputado à Assembleia da República de 1976 a 1989 e seu vice-presidente até 1987.

O anarquista José Negrão Buízel, natural de Portimão e com a profissão de professor foi um dos maiores amigos e defensores dos operários em Portimão, Silves e de outros centros do Algarve, embora não pertencesse à classe do operariado. Pertencendo a uma família rica aderiu cedo aos ideais libertários e foi detentor de uma vasta cultura. Fundou o “Colégio Lusitano” em Portimão onde ministrava aulas gratuitas aos filhos dos trabalhadores. Feroz anticlericalista e defensor da República colaborou na imprensa anarquista e fundou o “Grupo Libertário A Verdade” na sua terra natal²⁸. Participou em diversas conferências e comícios em defesa do movimento operário da região e, muito em particular, dos corticeiros de Silves e dos marítimos de Portimão. Foi diversas vezes preso, a última em 1934, acusado de pertencer ao comité revolucionário de Portimão²⁹. Quando saiu da prisão, em 1937, foi desterrado pelo regime salazarista para o Monte Estoril.

O comunista José António d’Oliveira Calvário Júnior, natural de Silves mas a residir em Portimão, empregado de escritório, foi um dos principais elementos do outro comité revolucionário da cidade, afeto ao PCP/CIS e que teve um papel preponderante na organização da manifestação do proletariado em Portimão, no dia 18 de janeiro. Manteve contactos com o dirigente comunista Francisco Paula de Oliveira (“Pável”) nas suas deslocações ao Algarve. Apanhou 15 meses de prisão correcional e no Aljube foi um

²⁷ Cf. *Presos Políticos no regime fascista 1946/1948*, cit., Vol. IV, «Biografia Prisional de José Rodrigues Vitoriano», pp. 367-370.

²⁸ V. «Grupo Libertário A Verdade», in *Alma Algarvia*, n.º 67, de 16 de junho de 1912, p. 3.

²⁹ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/CGS, P. 940-SR, Silves e o Algarve, «Relatório extraordinário do posto de Vila Real de Santo António», fl. 111, de maio de 1939.

ativo colaborador do *Boletim Interprisional* comunista, escrevendo diversos artigos e divulgando o boletim entre os detidos, na clandestinidade.

Augusto César da Silva, natural de Lagos, mas a residir em Olhão foi uma figura de relevo no seio do movimento operário e sindicalista do Algarve nos anos 20 do século passado. Aderente às ideias libertárias e caiador de profissão fez parte do Sindicato da Construção Civil da localidade, ocupando os cargos de secretário da União dos Sindicatos Operários (USO) de Olhão e da Secção Federal da Construção Civil, afetas à CGT. Também foi um dos fundadores da Sociedade Recreativa Progresso Olhanense. Em 1924 fora o responsável por acompanhar as crianças no regresso, de comboio, que tinham sido acolhidas por famílias em Olhão e noutras localidades do Algarve, devido à greve dos corticeiros de Silves, e em 1925 foi um ativo participante na Conferência Intersindical do Algarve. Augusto César da Silva terá sido o elo de ligação entre a organização anarcossindicalista e os bombistas de Moncarapacho, apontando-se para uma conexão com os republicanos. Após a descoberta dos corpos da explosão que vitimou os sinistrados, acabou por fugir para Espanha³⁰.

Manuel António Boto era natural de Silves mas, desde cedo, foi viver para a Margem Sul onde o seu pai era gerente numa fábrica de cortiças. Como ferroviário aderiu ao anarcossindicalismo e foi um dos mais ativos organizadores da greve revolucionária do 18 de janeiro, fazendo parte do Comité de Ação Revolucionária do Barreiro, na condição de militante da CGT, «comité que incluía anarquistas e comunistas»³¹. Deslocou-se várias vezes ao Algarve onde mantinha ligações com o comité anarquista de Silves. Após a derrota do movimento foi preso, mas acabou por ser absolvido. Foi readmitido nas Oficinas do Sul e Sueste e com receio de ser preso pela PVDE, fugiu clandestinamente para Espanha em 1936 para combater ao lado das forças republicanas. Alistou-se voluntariamente no V Regimento, onde integrou o 27.º batalhão e participou em várias batalhas. Desempenhou funções elevadas, como no Serviço de Informações Militares da República (SIM) e a partir daqui afasta-se do anarquismo e adere às ideias comunistas. Serviu como fonte de inspiração no romance *Por quem os sinos dobram*, de Hemingway, que com ele se encontrou em Madrid³². Depois da derrota das forças republicanas foi

³⁰ Cf. Idalécio Soares, *op. cit.*, p. 53.

³¹ Cf. Vanessa Almeida, «Quando a fuga foi a guerra – histórias de ferroviários», *História, Património e Infraestruturas do Caminho-de-Ferro: Visões do Passado e Perspetivas do Futuro*, in [https://www.academia.edu/32810491/Quando a fuga foi a guerra hist%C3%B3rias de ferrov%C3%A1rios](https://www.academia.edu/32810491/Quando_a_fuga_foi_a_guerra_hist%C3%B3rias_de_ferrov%C3%A1rios), 2015, p. 7.

³² Manuel António Boto, nas suas memórias, descreve que foi mandado para Teruel, em dezembro de 1937, para lá das forças nacionalistas, para dinamitar uma ponte evitando assim os transportes de reforço

preso e repatriado para Portugal, onde acabou por ir parar ao Tarrafal em 1940, daqui regressando em 1945. Acabou por emigrar para o Brasil e em 1966 escreveu as suas memórias. O algarvio Manuel António Boto foi uma espécie de figura lendária que passou pelos acontecimentos revolucionários do 18 de janeiro e pela guerra civil espanhola ao lado da República.

António Neves Anacleto nasceu na pequena localidade da Amorosa, freguesia de S. Bartolomeu de Messines, no concelho de Silves. Convivendo desde jovem com o mundo do trabalho passou a perfilar ideias anarquistas ao ser cofundador do jornal *A Ideia* no ano de 1916, em Faro³³. Durante a guerra participou em várias manifestações e greves convocadas pela UON, acabando por ser preso em Portimão³⁴. Formou-se em direito no ano de 1927 e passou a exercer a profissão de advogado. Aderente às ideias comunistas numa primeira fase, entrou em acesas polémicas³⁵, foi um forte opositor ao golpe do 28 de maio e envolveu-se ao lado dos republicanos e reviralhistas nas conspirações para derrubar a ditadura. Em Faro assumiu a direção do semanário *Alma Algarvia*. Acusado de estar ligado ao caso das “Bombas de Moncarapacho” foi preso e levado para Monsanto, de onde se evadiu, acabando por ser capturado e deportado para Moçambique em 1928. Aqui fundou o jornal *República*, envolveu-se com a Maçonaria e outros oposicionistas à ditadura, acabando novamente preso e deportado para Cabo Verde, de onde fugiu do navio que o levava. Refugiando-se no Congo Belga, passou pela África do Sul, Londres, Bruxelas, Paris e cidades de Espanha, onde contactou com diversos oposicionistas ao regime salazarista. Amnistiado, mais tarde passou por Portugal, fixou-se em Faro e no 25 de abril residia em Moçambique. Sempre envolto em polémicas e um feroz adversário de Salazar foi um dos apoiantes da candidatura do General Humberto Delgado. Após o 25

para Teruel, através do caminho de ferro. «Concretizada a missão com êxito, retorna a Madrid, onde instado por Hemingway relata os acontecimentos dos quais tivera parte ativa. A fazer fé nas declarações do ex-ferroviário, será ele a fonte de inspiração para a criação do personagem Robert Jordan que, todavia, no romance *Por quem os sinos dobram* escrito em 1940 aparece como sendo de nacionalidade americana» (v. Vanessa Almeida, «Quando a fuga foi a guerra – histórias de ferroviários», *História, Património e Infraestruturas do Caminho-de-Ferro...*, cit., p. 12).

³³ V. «O que pretendemos», in *A Ideia*, Faro, n.º 1, de 5 de março de 1916, p. 1.

³⁴ Cf. José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal...*, cit., p. 145.

³⁵ Neves Anacleto terá sido um dos participantes no I Congresso do PCP, em 1923, e entrou em diversas polémicas, como sucedeu com o anarquista portimonense José Negrão Buízel (cf. António Ventura, *Memórias da Resistência. Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, cit., p. 69, José Pacheco Pereira, «Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República», in *Análise Social*, números 67-68-69, Vol. XVII, 1981, p. 709 e ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo SPS 3621 NT 4246, José Negrão Buízel, fl. 8, de 27 de março de 1928). Negrão Buízel definiu Neves Anacleto como «primeiro um anarquista puritano, depois sindicalista, depois bolchevista e finalmente republicano».

de abril ainda foi deputado do PPD e deixou-nos as obras *A Longa Luta preso algemado e deportado*, *A Inventona do 28 de Setembro (Quem a Fez?)* e *O Traidor Otelo*.

Certamente, muitas outras figuras algarvias que se destacaram, ou que tiveram fortes ligações ao movimento operário no Algarve no período que vimos estudando mereciam referências mais aprofundadas. No entanto, tal não é possível por falta de elementos e por limitações do nosso trabalho. De qualquer modo, as referências aos seus nomes, atividades, lutas e outros acontecimentos em que participaram, ou que estiveram envolvidos, encontram-se presentes ao longo do estudo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A – FONTES PRIMÁRIAS

1. MANUSCRITAS

1. 1. Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IAN/TT)

1. 1. 1. Arquivo *PIDE/DGS*:

Processo 2076:

Biografia Prisional de Bento Gonçalves.

Processo 1664/SPS:

Biografia Prisional de José de Sousa; telegrama da Colónia Penal de Cabo Verde sobre a morte de Bento Gonçalves.

Processo SPS 3621, NT 4246:

José Negrão Buízel.

Processo 940-SR, NT 2337:

Silves e o Algarve; Relatórios extraordinários.

Processo R. G. P. – 160:

Biografia Prisional de Manuel Pessanha.

Processo 3565-3582:

Bombas de Moncarapacho.

Processo 225/SPS, UI 4280:

Bernard Freund; Atas da Reunião do Secretariado da FJCP.

Processo 3565-3582:

Neves Anacleto e o movimento de 1927.

Processo 1106/SPS:

Autos de declarações de Gonçalves Elias Júnior, António Alves Afonso e Manuel Miguel São Romão; Manuel António Boto; Relatório do comandante da Polícia de Faro à PVDE.

Processo 1011/SPS:

Auto de declarações de Mário Castelhana.

Processo Coletivo 1055-E/SPS:

Manuel Pessanha e outros.

Processo 1055-A/SPS, NT 4304:

Artur da Silva “O Nicho” e José Mateus da Graça; Ofícios do TME e da PVDE.

Processo n.º 27 A/934:

Incriminação por terem tomado parte ativa no movimento revolucionário de 18/01/934.

Processo 1189, N.º 4308:

José António Calvário Júnior, Auto de perguntas.

Processo 1055-D/SPS:

Movimento revolucionário de Silves.

Processo 1055-E/SPS:

Acusações e sentenças diversas do TME.

Processo Coletivo, Processo 1055/F, NT 4305:

António Teodoro e outros.

Processo 1693/SPS, NT 4320:

José Mateus da Graça e Luís António, Auto de Declarações.

Processo 225/SPS:

Bernard Freund, Atas das reuniões dos Secretariados do PCP e da FJCP.

Processo 2590/SPS, NT 4350:

José d'Oliveira Calvário Júnior e outros, Auto de perguntas.

Processo n.º 2290/935/SPS:

Acusação a Júlio de Melo Fogaça, Bento António Gonçalves e José de Sousa Coelho;
Contestação de José de Sousa à Secretaria do Tribunal Militar Especial.

Processo S. R. 7435:

Biografia de Flamiano Jorge; Relatório sobre os grupos de bombistas e da “fração anarquista” em Silves; Relatório da PVDE.

Processo n.º 27/A-934:

Relação de presos enviados ao TME em 1934.

Processo SC PC 422/37:

José Correia Pires.

Processo SC SPS 240:

José Correia Pires.

Processo SC SPS 1055/F, NT 4305:

Informação do Ministério da Justiça, Direção dos Serviços Prisionais ao Diretor da PIDE;
Informação do Diretor da PVDE à PVDE de Faro.

Proc. 1055-A/SPS UI 4304:

Carta do Diretor da PIDE ao Diretor da Cadeia de Peniche.

Processo SC 27 A/34, NT 4215:

Ofício do Diretor da PIDE ao Posto de Vigilância da PIDE de Portimão.

1. 1. 2. Arquivo Cortes de Censura a “O Século”

Caixa 61:

Maço 84, [sobre a agitação em Havana], 12 de setembro de 1933.

Maço 84, crise no Algarve, 7 de janeiro de 1934.

No Algarve – aspetos da crise, 13 de janeiro de 1934.

Reunião em Olhão para se expor ao enviado de *O Século* as tristes condições locais, 15 de janeiro de 1934.

Um levantamento de rurais que um regedor dirige, 17 de janeiro de 1934.

Continuam paralisados e estão inativos cerca de 1 000 operários, 20 de janeiro de 1934.

Situação social em Portimão, 27 de janeiro de 1934.

Apreensão de bombas em Silves, 24 de janeiro de 1934.

Correspondência do enviado especial de Silves, [entrevista a Manuel Guerreiro, Presidente da Associação Industrial de Silves], 31 de janeiro de 1934.

Em Portimão a crise acentua-se e é pedido o auxílio do Estado, 1 de fevereiro de 1934.

Prova tipográfica da entrevista ao industrial Manuel Guerreiro para a edição de *O Século*, 4 de fevereiro de 1934.

Achado de três bombas de dinamite em Portimão, 16 de fevereiro de 1934.

1. 1. 3. Arquivo do Ministério do Interior

Secretaria Geral e Gabinete do Ministro:

Livro 14, Secretaria Geral, Registo de Correspondência recebida, Presidência do Ministério, n.º 8/19, maio de 1930.

Maço 464, Pt.32/2, Governo Civil de Faro, ofício, 27 de agosto de 1932.

Maço 462, Pt/4/56, Ofício Confidencial do Comando Geral da GNR em Lisboa para o Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, 3 de abril de 1933.

Maço 462, Pt. 16/8, Ofício do Ministro do Interior para o Governador Civil de Faro, abril de 1933.

Telegrama ao Ministro do Interior, s/data.

Livro 673, Maço 458, Pt 1/120, Ofício Confidencial do Comando Geral da GNR ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, 4 de abril de 1933.

Maço 463, Pt. 17/12, Ofício do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, do Barreiro, dirigido ao Ministro do Interior, 6 de maio de 1933.

Maço. 462, Pt. 8/2, Circular Confidencial do Gabinete do Ministro a todos os Governadores Civis, Lisboa, 13 de novembro de 1933.

Maço 465, Pt. 5/36, ofício confidencial enviado ao Comando da PSP sobre uma sessão de homenagem a Sidónio Pais, Lisboa, 15 de novembro de 1933.

Maço 460, Pt. 7/17, Ofício n.º 1699 do Chefe do Gabinete do M. I. dirigido ao Diretor Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, 24 de novembro de 1933.

Maço 460, Pt. 7/22, Ofício n.º 1870, do Chefe de Gabinete do M. I. dirigido ao Diretor Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, 26 de dezembro de 1933.

Maço 468, Pt. 513, Ofício do Comando Geral da GNR ao Ministro do Interior, janeiro de 1934.

Maço 460, N.º Pt ½, NT 332, Direção Geral de Serviços de Censura à Imprensa, Comissão e Censura de Lisboa – Zona Sul, *Boletim n.º 93*, Cortes registados na semana de 1 a 7 de janeiro de 1934.

Maço 460, N.º Pt ½, NT 332, Direção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, Comissão de Censura de Lisboa-Zona Sul, *Boletim n.º 94*, Cortes registados na semana de 8 a 14 de janeiro de 1934.

Maço 468, telegrama de trânsito n.º 4, de Faro para Lisboa, 18 de janeiro de 1934.

Maço 468, Ofício do Governo Civil de Faro, n.º 523, 18 de janeiro de 1934.

Maço 468, Telegrama do Governador Civil de Faro, 20 horas, 18 de janeiro de 1934.

Telegrama n.º 16 do comandante da 5.ª Companhia do Batalhão n.º 3, Faro, dirigido ao comandante-geral da GNR, em Lisboa, 18 de janeiro de 1934.

Maço 468, telegrama n.º 105 do governador civil de Faro ao ministro do Interior, 19 de janeiro de 1934.

Livro 673, Maço 468, Pt 5/13, Ofício Confidencial n.º 12, do Comando geral da GNR de Lisboa ao ministro do Interior, 19 de janeiro de 1934.

Maço 468, Ofício Confidencial n.º 15, do Comando Geral da GNR, Lisboa, ao Ministro do Interior, 22 de janeiro de 1934.

Maço 468, cópia do telegrama do Governador Civil ao Ministro do Interior, 22 de janeiro de 1934.

Maço 466, Ofício n.º 542 do governador civil de Faro ao ministro do Interior contendo a exposição em papel timbrado da Associação Industrial e Comercial de Silves, 26 de janeiro de 1934.

Maço 466, Telegrama ao ministro do Interior do “industrial nacionalista” Aldemiro Mira, 1 de fevereiro de 1934.

Arquivo Geral do Ministério do Interior/AGMI

Maço 488, «Relatório de caráter político-social do Continente (PSP), Distrito de Faro, 5 de outubro de 1937.

Maço 488, «Informação da Legião Portuguesa», julho de 1938.

Maço 494, «Relatório do Governador Civil de Faro ao ministro do Interior, 28 de outubro de 1938.

Maço 507, «Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado», 7 de outubro de 1939.

1. 1. 4. Arquivo Oliveira Salazar/AOS

CO/PC – 11, Pasta 3, Ofício do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, 1930.

CO/PC – 11, Ofício da Direção Geral de Estatística ao Ministro das Finanças, 1931.

CO/PC – 11, Pasta 8, Projeto de decreto com força de lei sobre a criação de Agências de Colocação de Desempregados nas Circunscrições de Previdência Social de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, 1931.

CO/PC – 11, Pasta 3, Projeto de Decreto-Lei de Salazar sobre o desemprego, 1931.

CO/PC – 11, Síntese dos alvitreiros suscitados perante o Ministro das Finanças pelas Câmaras Municipais, para debelar a crise de trabalho nos meios regionais, 1931.

CO/PC - Pasta 23, sobre a indústria de conservas, 1931.

CO/NE – 2, Pasta 5, Exportação de conservas de peixe para a Alemanha; dificuldades na cobrança devido ao contingentamento alemão na aquisição de cambiais, 1932.

CO/PC – 11, Pasta 13, Projeto de decreto sobre «Auxílio aos desempregados», 1932.

CO/PC – 2B, Pasta 33, Nota Oficiosa de Salazar “Aos Nacionais Sindicalistas”, 1934.

1. 1. 5. Arquivo Partido Socialista Português

Maço nº 68, Amâncio Alpoim e Ramada Curto, «Relatório dos Deputados Socialistas», s. d.

Maço nº 68, «Relatório do Secretariado Nacional– Secção Sul: 1924-1928», 3 de julho de 1926.

Maço n. 68, «Relatório do Secretariado Nacional – Secção Sul: 1924-1928, Maço nº 69.

1. 2. Biblioteca Nacional – Arquivo Histórico Social (B N – A H S)

Espólio N61, Núcleo Outros Militantes, Cx. 59, mç. 1176, depoimento de Manuel Pessanha (sobre os acontecimentos de Silves de junho de 1924).

N 61, Núcleo Outros Militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*.

Espólio de Mário dos Santos Castelhana, Cx.57, Ms. 1700.

Espólio de Manuel Henriques Rijo, «Mário Castelhana – Esboço biográfico», Cx. 41.

Espólio de Manuel Henriques Rijo, Cx. 41, (outros docs.).

Espólio N 61, Cx. 60, Ms 2 908, «Núcleo C. G. T e Outros Organismos Sindicais», Atas do Comité Confederal de 25 de maio e 1 de setembro de 1945.

1. 3. Instituto de Ciências Sociais – Arquivo Histórico Social (ICS-AHS)

Public Record Office, FO 371/18586, telegramas n.º 5 e n.º 8, respetivamente de 19 e 20 de janeiro de 1934.

«Project de lettre au P. C. du Portugal», de 15 de setembro e 6 de novembro de 1934, não assinados.

Fundo dos Arquivos de Moscovo, Núcleo I. C., caixa 1, maço 7 e caixa 2, maço 31.

1. 4. Arquivo Histórico Militar (AHM)

TME, PC 93/38, João da Veiga e outros, PVDE, Secção política e Social, Cadastro Político 5243, 1.º Vol.

1. 5. Centro de Documentação 25 de abril – Coimbra

Bento Gonçalves, José Gregório e Álvaro Cunhal, *Dossier PCP*, s. l., 1957.

1. 6. Fundação Mário Soares

Espólio Afonso Costa, Liga de Defesa da República, «Atas da reunião de Beyris», Pasta 7219.032, de 22 e 23 de novembro de 1931, pp. 1-13.

1. 7. Tribunal Criminal de Lisboa

3.º Juízo Criminal, Processo 14499, 8.º Vol., *Biografia de Funcionários*, apenso a fl. 543.

1. 8. Arquivo Distrital de Faro/ADF

Governo Civil de Faro

Livro Copiador de Correspondência do Governo Civil, n.º 002/515, fl. 691 (revolucionários de Silves a vitoriar pelas ruas a Rússia, o bolchevismo e gritando morras à República), de 18 de março de 1920.

Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 438 (1926-1930)*, ofício ao Ministro do Interior, de 6 de junho de 1927, e ofício n.º 166 ao Comandante da GNR de Faro, de 25 de junho de 1927.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, SR007, *Livro 255 A*, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 19, de 12 de novembro de 1930.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 45, de 2 de março de 1931.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício aos Presidentes das Câmaras do Distrito, n.º 57, de 28 de março de 1931.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, SR007, *Livro 255A*, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 78, de 11 de maio de 1931.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Circular n.º 23, de 18 de agosto de 1931.

Livro Copiador de Correspondência do Governo Civil, *Livro n.º 140*, Correspondência com autoridades superiores, Ofício ao Ministro do Interior, n.º 523, de 18 de janeiro de 1934.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício n.º 98, ao Diretor Geral da Administração Política e Civil, Lisboa, de 24 de setembro de 1935.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício n.º 3, ao Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Lisboa, de 24 de março de 1936.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício n.º 5, ao Ministério do Comércio e Indústria, Lisboa, de abril de 1936.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício n.º 16, ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa, de 3 de junho de 1936.

1. 9. Arquivo Distrital de Leiria/ADL

Governo Civil de Leiria

Correspondência Expedida do Governo Civil, Cx. 6, Piso -1, Dep. III, 18-B-2, *Livro de Correspondência Expedida*, Circulares 184 e 189 do Governo Civil de Leiria ao Diretor Geral da Segurança Pública, em Lisboa, e ao Comandante da Guarda Nacional Republicana, em Lisboa, respetivamente, de 26 de janeiro de 1934.

Correspondência Expedida do Governo Civil, Cx. 6, Piso -1, Dep. III, 18-B-2, *Livro de Correspondência Expedida*, Circular 182 do Governo Civil de Leiria ao Comandante da 3.^a Região Militar, em Tomar, de 26 de janeiro de 1934.

1. 10. Arquivo Municipal de Silves/AMS

Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 267, Ofício ao Sr. Domingos Santos Passarinho, Presidente da Associação de Classe, de 4 de abril de 1924.

Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 436, Ofício ao Comandante da Secção da Guarda Nacional, de 24 de junho de 1924.

Copiador n.º 38, Correspondência Administrativa do Concelho, fl. 434, 1924.

LCAC, *Livro 66*, Copiador n.º 38, fl. 374, de 30 de junho de 1924.

LCAC, Copiador n.º 38, fl. 431, ofício 605 do delegado do governo no concelho para o Juiz de Direito da Comarca de Silves, junho de 1924.

LCAC, *Livro 66*, Copiador n.º 38, fl. 202, 1924.

Copiador n.º 38, Correspondência Administrativa do Concelho, fl. 434, 1924.

Copiador n.º 39, Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 202, Ofício ao Governador Civil, de 28 de fevereiro de 1925.

Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, «Edital», fl. 330, de 18 de janeiro de 1934.

Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, «Edital», fl. 332, de 19 de janeiro de 1934.

Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Silves, Cx. de Minutas de Atas de 1932-34, Minuta de Ata n.º 4, sessão ordinária de 21 de fevereiro de 1934.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício n.º 3, ao Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Lisboa, de 24 de março de 1936.

Correspondência Confidencial do Governador Civil, *Livro 255 A*, Ofício n.º 16, ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa, de 3 de junho de 1936.

1. 11. Museu Municipal de Portimão/MMP

Arquivo Histórico, «5ª Circunscrição Industrial», Processo nº 189: Fábrica de Ferragudo (Júdice Fialho), Alvará 11 289.

2. FONTES PRIVADAS

Espólios particulares

a) Espólio de António Ventura

Documentos sobre as associações portuguesas.

b) Espólio de Cristina Talhadas Santos

Foto de José Santos Arranha, Secretário-Geral da CGT em 1926.

Foto do Oficial António dos Santos Lima (franquista), irmão de José Santos Arranha, Ceuta, 1941.

c) Espólio de Hermínio de Freitas Nunes

Norberto Barroca, texto da peça «O 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande – Movimento Revolucionário dos Vidreiros».

d) Espólio de Licínio de Sousa

Norberto Barroca, texto e encenação da peça «A soprar se vai ao longe!...», Grupo de Teatro do Sport Operário Marinhense», 1992/93.

Norberto Barroca, folheto informativo da peça «O 18 de janeiro de 1934 – A reconstituição do movimento revolucionário dos vidreiros nas Comemorações dos 250 Anos da Indústria do Vidro na Marinha Grande», de Norberto Barroca, organizado pela Câmara Municipal da Marinha Grande e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, em 26 de setembro de 1998.

e) Espólio de Idalécio Soares

Exemplar do diário *A Batalha*, n.º 1978, p. 4, de 8 de maio de 1925, onde relata a sessão de encerramento da Conferência Intersindical do Algarve.

3. FONTES ORAIS

Entrevistas

António Moleiro da Silva

Joaquim Campos

José Marques

Margarida Tengarrinha

4. FONTES IMPRESSAS

4.1. Publicações oficiais

Diário do Governo, I Série

N.º 261, de 16 de dezembro de 1922, «Documentos relativos ao acordo comercial entre os Governos Português e Checoslovaco».

N.º 95, de 9 de maio de 1923, «Acordo Comercial provisório entre Portugal e a Alemanha».

N.º 217, de 23 de setembro de 1933, do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, na dependência da Presidência do Conselho: Decreto-lei n.º 23 048 – promulga o Estatuto de Trabalho Nacional; Decreto-lei n.º 23 049 – estabelece as bases a que devem obedecer os grémios, organismos corporativos das entidades patronais; Decreto-lei n.º 23 050 – reorganiza os sindicatos nacionais; Decreto-lei n.º 23 051 – autoriza em todas as freguesias rurais a criação das Casas do Povo; Decreto-lei n.º 23 052 – autoriza o Governo a promover a construção de casas económicas e o Decreto-lei n.º 23 053 – cria o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Decreto-lei n.º 23 203, de 6 de novembro de 1933, do Ministério da Justiça - regula a forma de punição dos delitos políticos e das infrações disciplinares de carácter político.

Decreto-Lei n.º 35 041, de 18 de outubro de 1945 - Concede amnistia e indulto a determinados crimes contra a segurança exterior e interior do Estado.

Publicações da «Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista»

Presos Políticos no Regime Fascista 1932-1935, Lisboa, 1981.

Presos Políticos no Regime Fascista 1936-1939, Lisboa, 1982.

Presos Políticos no Regime Fascista 1940-1945, Lisboa, 1984.

Presos Políticos no regime fascista 1946-1948, Lisboa, 1985.

4.2. Publicações periódicas

a) Jornais

Alavanca, Lisboa, órgão da Intersindical, 1977, 1978.

Algarve (O), Faro, 1910, 1918, 1927, 1932.

Algarve e Alentejo, Faro, 1904.

Alimentação (A), Lisboa, 1933.

Alma Algarvia, Silves, 1911, 1912, 1913.

Arsenalista (O), 1926.

Avante!, órgão central do Partido Comunista Português, II Série, ilegal, 1934-1938.

Avante!, VI Série, 1942, 1944, 1946, 1947, 1948, 1949, 1954.

Avante!, Lisboa, VII Série, 2000, 2006.

Baluarte, Faro, 1932.

Barlavento, Portimão, 2004.

Batalha (A), Lisboa, I Série, 1922, 1925, 1926, 1927.

Batalha (A), Lisboa, II Série, 1930.

Batalha (A), Lisboa, III Série, ilegal, 1934

Batalha (A), Lisboa, IV Série, 1935-1936.

Batalha (A), Número Especial, 1944.

Batalha (A), VI Série, 1974, 2024.

Capital (A), Lisboa, 1918.

Comércio de Portimão, Portimão, 1926, 1934, 1971.

Comunista (O), Propriedade do Centro Comunista de Lisboa, Lisboa, 1923, 1924, 1925, 1926.

Conserveiro (O), 1935.

Correio do Sul, Faro, 1932, 1934, 1938.

Correio Olhanense, Olhão, 1933.

Cortador (O), Lisboa, 1932.

Corticeiro (O), Lisboa, 1910, 1912.

Corticeiro (O), Lisboa, 3.^a série, 1924.

Despertar (O), órgão da Mocidade Sindicalista Revolucionária, 1923.

Diário da Manhã, Lisboa, 1931, 1934.

Diário de Lisboa, Lisboa, 1934, 1978, 1980, 1982.

Diário de Notícias, Lisboa, 1913, 1918, 1927, 1928, 1931, 1932, 1934, 1980, 1982, 1984, 2006.

Diário do Algarve, Faro, 1932, 1933.

Diário Popular, Lisboa, 1976, 1977, 1980.

Eco do Sul (O), Olhão, 1925.

Eco Metalúrgico (O), Lisboa, 1930.

Folha do Domingo, Faro, 1955.

Futuro (O), Olhão, 1906.

Ideia (A), Faro, 1916.

Internacional (A), Lisboa, 1925, 1926.

Jornal de Portimão (O), 1925, 1926.

Jovem (O), órgão da Juventude Comunista, III Série, 1936.

Linha Geral, Leiria, 1975.

Manipulador do Pão (O), Lisboa, 1932.

Marítimo (O), Lisboa, 1925, 1926.

Messinense (O), Messines, 1925.

Mundo (O), Lisboa, 1908.

Notícias de Silves, Silves, 1908.

Notícias do Sul, Évora, 1977.

Novidades, Lisboa, 1934.

Ponto (O), Suplemento, Lisboa, 1982.

Portimonense (O), Portimão, 1921.

Portugal Socialista, Lisboa, 1976, 1978, 1979, 1983.

Povo de Silves (O), Silves, 1924.

Proletário (O), Porto, 1929, 1930.

Proletário (O), Lisboa, 1930.

Proletário (O), Série ilegal, Órgão Central da Comissão Intersindical, 1934, 1935.

Protesto (O), Semanário Socialista, Lisboa, 1926, 1934.

Público, Lisboa, 2004.

Rebelião, Jornal da Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados (FAPE), Aderente à Federação Anarquista Ibérica (FAI), 2.^a Época, 1935, 1936.

Reduto (O), Órgão Oficial da Federação Nacional dos Trabalhadores de Transportes e Comunicações/FNTTC, Lisboa, 1930, 1931.

Renovação, Grândola, 1932.

República, Lourenço Marques, 1931.

República Social, Porto, 2.^a Série, 1926.

República Social, Porto, Órgão Oficial do Partido Socialista Português, 3.^a série, 1933, 1934.

Restauração, Évora, 1931.

Revolta (A), Lisboa, 1926.

Revolução, Lisboa, 1932.

Revolução dos Trabalhadores, Lisboa, 1933.

Século (O), Lisboa, 1927, 1928, 1932, 1933, 1934.

Sempre Fixe, Lisboa, 2.^a Série, 1974.

Silvense (O), Silves, 1910, 1911.

Trabalhador da Alimentação (O), Lisboa, 1932, 1933.

Trabalho Sindical, Faro, 1931.

Vanguarda (A), 1900.

Vanguarda Operária, Órgão dos Trabalhadores Portugueses, Porto, 1929, 1930.

Verdade (A), Lisboa, 1934.

Vida Corticeira, Azaruja, 1930.

Voz do Mineiro (A), S. Domingos, 1930, 1931.

Voz do Sul, Silves, 1924, 1933, 1934.

b) Revistas e Boletins

Ação Anarquista, Boletim da Federação Anarquista Regional Portuguesa, policopiado, n.º 1, 1935.

Ação Anarquista, Boletim do Comité de Relações Anarquistas, policopiado, Lisboa, 2.^a Série, 1936.

Análise Social, Lisboa, 2.^a Série, 1976.

Análise Social, Lisboa, 3.^a e 4.^a Série, 1981, 1993, 1994

Análise Social, Lisboa, 2001.

Boletim (O), órgão do Partido Socialista Português, Lisboa, 1926.

Boletim de Agricultura, III Série, 1933.

Boletim de Estudos Operários, Lisboa, 1985.

Boletim Corticeiro, Lisboa, II Série, 1926.

Boletim da Junta Nacional de Cortiça, Lisboa, 1942, 1958.

Boletim de Informação (Atividades Comunistas), Legião Portuguesa, Lisboa, 1956.

Boletim do Trabalho Industrial, Lisboa, 1926.

Boletim dos Organismos Económicos, 1935.

Boletim Interprisional, boletim comunista da prisão do Aljube, Lisboa, 1934.

C. G. T., Boletim Informativo da CGT, Lisboa, policopiado, 1934.

C. G. T., Órgão Regional das Juventudes Libertárias, policopiado, 1946, 1947.

Cortiças de Portugal, Lisboa, 1929, 1930.

Correspondance Internacionale, 1935.

Estatística Industrial dos Distritos de Évora, Beja e Faro.

Estudos sobre o Comunismo, Porto, 1983, 1984.

Expresso, Lisboa, 2000, 2009, 2010.

História, Lisboa, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983.

História, Lisboa, Nova Série, 1995, 1996.

História, Lisboa, III Série, 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007.

Ideia (A), 1977.

Ideia (A), Revista de Cultura Libertária, Évora, II Série, 2017.

Indústria Portuguesa, Revista da Associação Industrial Portuguesa, 1930, 1931, 1946.

Jornalismo, Lisboa, 4.^a Série, 1979.

Jovem Anarquista (O), porta-voz das Juventudes Libertárias da Região Portuguesa, policopiado, 1934, 1935.

Militante (O), Lisboa, Série IV, 1985, 1989, 1996, 1990, 1991, 1996.

Mirante (O), Silves, 1997.

Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1990-91.

Revista Militar, Lisboa, II Século, 2020.

Sábado, Lisboa, 2012.

Seara Nova, Lisboa, 1974, 1975, 1977.

Spartacus, Revista dos Trabalhadores Portugueses, Lisboa, 1975.

Trabalho Nacional, (O), Revista da Associação Industrial Portuense, Porto, 1934.

Vértice, 1995.

Visão, Lisboa, 2020.

Voz Anarquista, Almada, 1976, 1978, 1980.

c) Fontes diversas – livros, opúsculos e folhetos

Alberto, [José Gregório], *O 18 de janeiro 1934 – Relatório do Camarada José Gregório*, s. l., 1955.

Alberto, [José Gregório], *Sobre a Associação e o Movimento do Operariado Vidreiro*, s. l., 1955.

Alberto [José Gregório], «Sobre o Trabalho Sindical. (Informe do Comité Central do Partido Comunista Português ao 2.º Congresso Ilegal)», in Bento Gonçalves, José Gregório e Álvaro Cunhal, *Dossier PCP*, s. l., 1957.

- Albino, «As Massas Portuguesas em Luta sob a Direção do Partido Comunista», *Correspondance Internationale*, nº 38/39, de 11 de maio de 1935, in *Bento Gonçalves dirigente proletário*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, s. d.
- A Indústria de Conservas de Peixe (Aspetos da sua Problemática)*, dactilografado, I.P.C.P., Lisboa, 1965.
- A Internacional Comunista – os seus méritos históricos e as falsificações revisionistas*, s. l., Edição do PC(R), s. d.
- A Obra de Salazar na Pasta das Finanças – 27 de agosto de 1928 a 28 de agosto de 1940*, Lisboa, Edições SPN, 1941.
- A Tática de Greve na Época Atual. (Resolução da Conferência de Estrasburgo da Internacional Sindical Vermelha – 1929)*, s. l., Edições O Grito do Povo, s. d.
- Barbosa, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Lisboa, 1941.
- Bento Gonçalves dirigente proletário. Elementos para a história do partido e do movimento operário em Portugal 1*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, s. d.
- Bernardo, Hernâni de Barros, *A Indústria Corticeira em Portugal (Algumas notas geográficas e económicas)*, Lisboa, 1946.
- Castelhano, Mário, *Os Organismos de Transportes na Revolução Social. (Ação a Realizar pelos Organismos de Transportes em Período Revolucionário Libertário)*, Lisboa, Edições do Pensamento Acrata, 1932.
- Costa, A. Ferreira da, *A Cortiça em Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1935.
- Costa, Carlos, *Relatório sobre o Algarve (agosto de 1952)*, Lisboa, Editorial Avante!, 2000.
- Costa, J. A. Ferreira da, *A Indústria Nacional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1933.
- Costa, J. A. Ferreira da, *Condicionamento Industrial*, Lisboa, Edição do autor, 1937.
- 5 Obras de Álvaro Cunhal. Contributos para a História e Luta dos Comunistas e do Povo Português*, Lisboa, Edições Avante!, 2007.
- Cunhal, Álvaro (intervenção numa reunião de quadros), *Álvaro Cunhal Duas Intervenções numa reunião de quadros*, Lisboa, Editorial Avante!, 1996.
- Cunhal, Álvaro, *Radicalismo Pequeno Burguês de fachada Socialista*, 3.^a Edição, Edições Avante!, 1974.
- Dimitrov, *A Luta Contra o Fascismo – Relatório e Discursos ao VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, 1977.

- Goodolphim, Costa, *A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- Duarte [Álvaro Cunhal], «A Frente Única e o Trabalho nos Sindicatos Nacionais», in *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência*. Informe Político do Secretariado do Comité Central ao I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português, 1943, in *O PCP e a Luta Sindical: 1935-1973, (documentos para a história do Partido Comunista Português)*, Lisboa, Edições Avante!, 1975.
- Duarte [Álvaro Cunhal], *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo – Informe Político do Comité Central*, (IV Congresso do Partido Comunista Português, I Vol.), Lisboa, Edições Avante!, 1997.
- Estrela, Edmundo José da Silva, «Discurso de António Estrela no 42.º aniversário do 18 de janeiro de 1934», (texto policopiado), Silves, 18 de janeiro de 1976.
- Estrela, Edmundo José da Silva, «Discurso de António Estrela no 43.º aniversário do 18 de janeiro de 1934» (texto policopiado), Portimão, 18 de janeiro de 1977.
- Faria, Guilherme, *Setúbal e a indústria de conservas*, Setúbal, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, 1950.
- Ferro, António, *Salazar o homem e a sua obra*, s. l., Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- Ferro, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Editora Parceria A. M. Pereira, 2003.
- Garnier, Cristine, *Férias com Salazar*, Edição fac-similada da 1.ª Edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1952.
- Gonçalves, Bento, *Escritos (1927-1930)*, Lisboa, (recolha, introdução e notas de António Ventura), Seara Nova, 1976.
- Gonçalves, Bento, «Duas Palavras», in *Os Comunistas*, Porto, A Opinião, 1976.
- Gonçalves, Bento, *Palavras Necessárias (Elementos para a História do Movimento Operário Português)*, in Bento Gonçalves, *Os Comunistas*, Porto, A Opinião, 1976.
- Gonçalves, Bento, *Palavras Necessárias – A Vida Proletária em Portugal de 1872 a 1927*, 2ª edição, Porto, Edição de Virgínia Moura, 1973.
- Gonçalves, Bento, Cunhal, Álvaro e Vilarigues, Sérgio, *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985.
- Greve Geral 18 de janeiro 1934*, Lisboa, GAPS, 1974.
- Kiuliovski, Ilia, *Jorge Dimitrov sobre a Frente Única*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

- Lenine, V. I., *Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo*, 2.^a edição, Porto, Edições Latitude, s. d.
- Lenine, *Os Ensinamentos da Insurreição de Moscovo*, Porto, Edições Estrela Vermelha, 1974.
- Losovsky, A., *Os Sindicatos e a Revolução*, s. l., Assírio e Alvim, 1975.
- Lutemos contra os espiões e provocadores (Breve história de alguns casos de provocação no partido). Elementos para a história do partido e do movimento operário em Portugal 3*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, s. d.
- Manta, L. H. Afonso, *O 18 de Janeiro de 1934. Do movimento de resistência proletária à ofensiva fascista*, (introdução, notas e seleção), Lisboa, Assírio e Alvim, 1975.
- Manta, L. H. Afonso, *A Frente Popular Antifascista em Portugal. O primeiro esboço da unidade antifascista. Documentos da história do movimento operário português (1935-1937)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1976.
- Melo, Gonçalo de Sampaio e Henriques, Mendo Castro, (org.), «O Bolchevismo e a Congregação», Conferência proferida no Centro Católico do Funchal em 6 de abril de 1925, in *Salazar Pensamento e Doutrina Política Textos antológicos*, Lisboa, 2.º edição, Verbo, 2007.
- Medina, Miguel, (entrevistas), *Esboços. Antifascistas Relatam as suas Experiências nas Prisões do Fascismo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.
- Não Falar na Polícia dever revolucionário*, s. l., Edições Avante!, 1972.
- Neto, David, *Doa a Quem Doer*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1933.
- Nosty, B. Diaz, *A Comuna das Astúrias. 15 Dias de Poder Proletário*, Lisboa, Edição Liber, 1976.
- Nunes, Leopoldo, *A Ditadura Militar – Dois anos de história política contemporânea*, Lisboa, Edição do Autor, 1928.
- Nunes, Leopoldo, *Carmona (Estudo Biográfico)*, 1.^a edição, Lisboa, Editorial Império, 1942.
- O PCP e a Luta Sindical: 1935-1973, (documentos para a história do Partido Comunista Português)*, Lisboa, Edições Avante!, 1975.
- Os Acontecimentos do 18 de janeiro de 1934 (Relatório do camarada José Gregório. Elementos para a história do Partido e do movimento operário em Portugal 2*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, s. l.
- Partido Comunista Português, *IV Congresso Relatórios e Resoluções*, II Vol., Lisboa, Edições Avante!, 2000.

- Partido Comunista Português, *60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria*, Lisboa, Edições Avante!, 1982.
- Pedro, Edmundo, *18 de Janeiro de 1934 – 18 de Janeiro de 1979. 45 Anos de Luta pela Democracia Sindical. Reflexões de um Militante*, 1.^a edição, Mem Martins, Fundação José Fontana, 1979.
- Pereira, Hélio Paulino, *Conservas de Peixe, Indústria sem Futuro?*, Lisboa, Edição do autor, 1969.
- Rates, Carlos, *A Rússia dos Sovietes*, prefácio de César de Oliveira, Lisboa, Seara Nova, 1976.
- Salazar, Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Lisboa, prefácio de Jorge Morais, Golden Books, 1977.
- Salazar, Oliveira, *Discursos 1928-34*, 3.^a Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1939.
- Salazar, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1943-1950, Vol. IV*, Coimbra, Coimbra Editora, 1951.
- Salazar, António de Oliveira, *Inéditos e Dispersos I – Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, organização de Manuel Braga da Cruz, Bertrand Editora, 1977.
- Santana, Emídio, *et al.* (depoimento coletivo), *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, Lisboa, A regra do Jogo, 1978.
- Silva, Manuela Santos, (org.), *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1993.
- Simões, Nuno, «Pescarias e conservas de peixe: notas sobre a evolução do seu comércio», Sep. da *Indústria Portuguesa*, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, 1936.
- Soares, Pedro, «Bento Gonçalves Organizador do Partido», in Bento Gonçalves, *Os Comunistas*, Porto, Editora A Opinião, 1976.
- S. V. I., «Cópia do protesto enviado pela Secção Portuguesa do S. V. I. aos ministros do interior e finanças e ao presidente da República», Lisboa, Socorro Vermelho Internacional, [1934].
- Todos devem conhecer os brilhantes resultados das experiências do Dr. Golft*, «Os presos políticos e sociais de Angra do heroísmo», s. l., s. e., s. d.
- Trotsky, L., *A Revolução Desfigurada. A Falsificação Estalinista da História*, 1.^a Edição, Lisboa, Edições Antídoto, 1977.
- Ulianov, Vladimir Ilitch, *Lenine e a III Internacional*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971.

Vilaça, Alberto, (introdução, recolha e bibliografia), *Bento Gonçalves Inéditos e testemunhos*, Lisboa, Edições Avante!, 2003, p. 31.

Vilarigues, Sérgio, *Dois Comunistas Transmontanos. Bento Gonçalves – Militão Ribeiro*, (intervenção numa festa de transmontanos, no Centro Social dos Trabalhadores do Comércio, em Lisboa), s. l., Edição da DORT do PCP, 1983.

B - BIBLIOGRAFIA

1. Obras de Caráter Geral, Enciclopédias, Dicionários e Catálogos

AA.VV, *Enciclopédia Diário de Notícias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996/97.

AA.VV, Polis – *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, 5 Vols., Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 1985.

Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Vol. III, Separata.

Anais do Município de Faro, Vol. XVIII, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1988.

Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1894.

Anuário Estatístico de Portugal, (Ministério das Finanças, Direção Geral de Estatística, 1.º Repartição), Lisboa, Imprensa Nacional, 1927, 1930, 1931, 1932, 1933 e 1935.

Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, Suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999.

Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coord.de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Vol. VIII, Suplemento F/O, Livraria Figueirinhas, 1999.

Barros, Henrique de Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Tomo IV, Lisboa, 1922.

Campos, J. M., *Opressão e Repressão Subsídios para a História da PIDE*, 2 Vols., Lisboa, Editores Amigos do Livro, s. d.

Costa, Eugénio Ribeiro da (org.), *Guia da Exposição O Arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1997.

Costa, Francisco Barbosa da, *Instituições do Distrito do Porto*, Porto, Edição do Governo Civil do Distrito do Porto, 2005.

Domingues, J. D. Garcia, Silves. *Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, RTA, Faro, 1989.

Droz, Bernard e Rowley, Anthony, *História do Século XX*, 1.º e 2.º Vols., 2.ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vols. VII e XVIII, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ld.^a, s. d.
- Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX 1914-1991*, 3.^a edição, Lisboa, Editorial Presença, 2002.
- Marques, A. H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 Vols., Editorial Delta, Lisboa, 1986.
- Marques, A. H. de Oliveira, *História da República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.
- Marques, Maria da Graça (coord. de), *O Algarve da Antiguidade aos nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.
- Mattoso, José, (dir. de), *História de Portugal*, Vol. VII, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994.
- Medina, João (dir.de), *História Contemporânea de Portugal*, Tomo II: «Primeira República», Lisboa, Editores Amigos do Livro, 1985.
- Medina, João, *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.
- Medina, João (dir. de), *História de Portugal*, Vol. XV: «A República (IV) – O Estado Novo (I)», Alfragide, Ediclube, 2004.
- João Medina (dir.de), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Alfragide, Vol. X: «A República I», Ediclube, 1994.
- Medina, João, (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIV: «A República (III)», Alfragide, Edições Ediclube, 2004.
- Medina, João, (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII: “O «Estado Novo»”, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1998.
- Medina, João, (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, Alfragide, Vol. VII - «'O Estado Novo'»: o Ditador e a Ditadura», Ediclube, 1994.
- Museu da Cortiça de Faro. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Silves, Fábrica do Inglês, 1999.
- Proença, Raul, «Algarve», in *Guia de Portugal*, Lisboa, Vol. II (texto integral que reproduz a 1.^a edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927), Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de (dir. de), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, 2 Vols., Bertrand Editora, 1996.

- Rosas, Fernando, (coord.), *Grande História Universal*, Vol. XXVI: «O Mundo de entre Guerras», Alfragide, Ediclube, 1998.
- Serrão, Joel, (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.
- Serrão, Joel, e Marques, A. H. de Oliveira (dir.de), *Nova História de Portugal*, Vol. XII: «Portugal e o Estado Novo (1930-1960)», (coord. de Fernando Rosas), Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- Silva, Joaquim Palminha, *Dicionário do Movimento Socialista Português*, Lisboa, Fundação José Fontana, s. d., p. 188.
- Thibault, Pierre, *O Período das Ditaduras 1918-1947*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1981.

2. Publicações e Estudos sobre o Movimento Operário

- Almanaque de A Batalha 1926*, Lisboa, (prefácio de Maria Filomena Mónica), Edições Rolim, 1987.
- Baptista, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a história do diário sindicalista A Batalha/1919 – 1927*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
- Cabral, Manuel Villaverde, *O Operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Editorial Presença, Gabinete de Investigação Social, [s. d.].
- Carvalho, David de, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Seara Nova, 1977.
- Cerezales, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, 1.^a Edição, Lisboa, edições Tinta da China, 2011.
- CGTP/IN, *O Movimento Operário em Portugal*, Departamento de Formação Sindical – CGTP/IN.
- Costa, Ramiro da, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal 1820-1975*, Lisboa, 2.º Vol., 1930-1975, Assírio e Alvim, 1979.
- Duarte, Maria João Raminhos, *José Rodrigues Vitoriano – O “Operário Construído”*, Silves, Junta de Freguesia de Silves, 2006.
- Flores, Alexandre M., *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada.

- Fonseca, Carlos da, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, IV Greves e agitação operária (1.ª parte)*, Vol. I, Mem Martins, Europa-América.
- Fonseca, Carlos da, *Para uma análise do Movimento Libertário e da sua História*, Lisboa, Edições Antígona, 1988.
- Freire, João, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900 – 1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- Freire, João, *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1988.
- Labaredas, Maria Rosalina e Rocha, Francisco Canais, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo*, Lisboa, Edição Um de Outubro, 1982.
- Lapa, Albino, *Portimão, 'cidade' duas vezes e o compromisso dos seus pescadores*, Lisboa, 1959.
- Lima, Campos, *O Movimento Operário em Portugal*, 2.ª edição, Porto, Edições Afrontamento, 1972.
- Mónica, Maria Filomena, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.
- Nosty, B. Diaz, *A Comuna das Astúrias 15 dias de poder proletário*, Lisboa, Edição Liber, 1976.
- Nunes, Hermínio de Freitas, *Alvorada de Esperança - Notas Biográficas. Apontamentos para a História do 18 de janeiro de 1934*, Marinha Grande, Edição do autor, 1999.
- Nunes, Hermínio de Freitas, *Augusto Costa um Vidreiro no Tarrafal. Memórias do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande*, Marinha Grande, Edição do autor, 1998.
- Nunes, José Maria, *A Bomba Explosiva. Depoimentos de diversos revolucionários (28 de janeiro de 1908 a 5 de outubro de 1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- Oliveira, César, *O Movimento Sindical Português – A Primeira Cisão*, s. l., Publicações Europa-América, s. d.
- Oliveira, César, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Seara Nova, 1975.
- Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, s. l., 2 Vols., Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- Patriarca, Fátima, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de janeiro de 1934*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.

- Paz, Abel, *O Povo em Armas. Buenaventura Durruti e o Anarquismo Espanhol*, Lisboa, Assírio e Alvim, s. d.
- Pereira, José Pacheco, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal. A greve geral de novembro de 1918*, Porto, Portucalense Editora, 1971.
- Pereira, José Pacheco, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918*, 2.^a edição, Porto, Nova Crítica, 1976.
- Pereira, José Pacheco, Porto, *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*, Porto, Edição do Autor, 1971.
- Piqueras, José António, *O Movimento Operário*, Porto, Edições Campo das Letras, 1995.
- Préposiet, Jean, *História do Anarquismo*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- Quintela, João G. P., *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do partido (1.º Período 1919-1929)*, Porto, Edições Afrontamento, 1976.
- Rodrigues, Edgar, *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, Lisboa, Editora Sementeira, 1982.
- Rodrigues, Edgar, *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura. Portugal 1922-1939*, Lisboa, Editora Sementeira, 1981.
- Rodrigues, Edgar, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1977.
- Sá, Victor de, *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*, Lisboa, Editorial aminho, 1991.
- Silva, Carvalho da, (coord.), *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977*, Vol. I, [Lisboa], Edição CGTP-IN, 2011.
- Sousa, Manuel Joaquim de, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, 3.^a edição, Edição de Emídio Santana, 1972.
- Sousa, Manuel Joaquim de, *Sindicalismo e Ação Direta*, Lisboa/Porto, Edições contra a Corrente, n.º 2, s. d.
- Telo, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2 Vols., Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1980-84.
- Varela, Raquel *et al.* (org.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.
- Vasconcelos, João, *O 18 de janeiro de 1934 – História e Mitificação*, Albufeira, Editora Arandis, 2015.
- Ventura, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

Vieira, Alexandre, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, Edição do Autor, 1959.

Vieira, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1974.

3. Obras Diversas e Outras Publicações

Afonso, Aniceto, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

Almeida, Pedro Ramos de, *Salazar. Biografia da Ditadura*, Lisboa, Edições Avante!, 1999.

Baptista, Jacinto, *Caminhos para Uma Revolução. Sobre o Fascismo em Portugal e a Sua Queda*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.

Brandão, Fernando de Castro, *A Ditadura Militar – 1926-1933 – Uma Cronologia*, Lisboa, Edição Europress, 2007.

Braz, Manuel Poirier, *Salazar A Cadeira do Poder*, Lisboa, Editorial Presença, 2008.

Broué, Pierre, *A Revolução Espanhola 1931- 1939*, São Paulo, Editora Perspetiva, 1992.

Carr, E. H., *Que é a História?*, Lisboa, Gradiva, s. d.

Carvalhas, Carme D., (recolha de textos), *48 Anos de Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edição de Carme D. Carvalhas, 1974.

Carvalho, Alberto Arons de, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

Carvalho, José, *A formação de Salazar e o seu tempo (1889-1926)*, s. l., Editora Occidentalis, 2008.

Catarino, Francisco Horta, *Falando do Revirvalho*, Lisboa, Edição do Autor, 1931.

Caute, David, *O Progressismo na Europa desde 1789*, Porto, Editorial Inova, 1968.

Clímaco, Cristina, *Republicanos Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*, Lisboa, Edições Colibri, 2017.

Costa, Ramiro da, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, 1.ª edição, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975.

Costa, Fausto, *A Pesca do Atum nas armações da Costa Algarvia*, Editorial Bizâncio, Lisboa, 2000.

Costa, Fernando Ferreira da, *Doutrinadores e Cooperativistas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

- Cruz, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.
- Cruz, Manuel Braga da, *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999.
- Cunha, Adelino, *Álvaro Cunhal Retrato pessoal e íntimo*, Lisboa, Edição A Esfera dos Livros, 2010.
- Cunha, Adelino, *Júlio de Melo Fogaça: O líder de origem burguesa que desafiou Álvaro Cunhal a foi apagado da história do PCP*, Porto Salvo, Edições Desassossego, 2018.
- Dossier Tarrafal*, Lisboa, Editorial Avante!, 2006.
- Duarte, Maria João Raminhos, *Portimão: Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- Duarte, Maria João Raminhos, *Presos Políticos Algarvios em Angra do Heroísmo e no Tarrafal*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portimão, 2009.
- Duarte, Maria João Raminhos, *Silves e o Algarve. Uma História de Oposição à Ditadura*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.
- Faria, Miguel Faria de, *Alfredo da Silva. Biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004.
- Farinha, Luís, *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926 – 1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Ferrão, Carlos, *Em Defesa da República*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1963.
- Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- Ferro, Marc, *Falsificações da História*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994.
- Gaspar, José Martinho, *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, Edições Prefácio, 2001.
- Goes, Maria das Dores Jorge de, *Silves naquele tempo... e agora (1956-1997)*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1998.
- Gomes, Joaquim Cardoso, *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- Gómez, Hipólito de la Torre, *O Estado Novo de Salazar*, Alfragide, Texto Editores, 2010.
- Gonçalves, Cansado, *A Traição de Salazar*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1974.

- Henriques, Mendo Castro e Melo, Gonçalo de Sampaio e, (org.), *Salazar Pensamento e Doutrina Política Textos antológicos*, 2.º edição, Lisboa, Verbo, 2007.
- Leal, Cunha, *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*, Lisboa, Edição do Autor, 1930.
- Leal, Cunha, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Editora Portugal – Brasil, s. d.
- Leal, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- Léonard, Yves, *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998.
- Loureiro, Adolfo, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.
- Louro, Estanco, *O livro de Alportel: monografia de uma freguesia rural*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1929.
- Machado, Bernardino, *Manifestos Políticos (1927-1940)*, (compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Palas Editores, 1978.
- Madeira, João, *Carlos Aboim Inglês. Um intelectual comunista entre ação e pensamento*, Lisboa, Edição Assembleia da República, 2020.
- Madeira, João, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Madureira, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- Madureira, Arnaldo, *Os Anos Esquecidos. A Refundação do Partido Comunista Português 1929-1939*, Lisboa, Edições Clube do Autor, 2019.
- Madureira, Arnaldo, *Salazar Anos de Tensão*, Lisboa, Edição Clube do Autor, 2017.
- Madureira, Arnaldo, *Salazar Tempos Difíceis. O controlo das oposições e a instauração do Estado Novo*, 1.ª edição, Lisboa, Editora Clube do Autor, 2015.
- Malichev, Petko, *O Processo de Leipzig*, Lisboa, Edições Avante!, 1989.
- Marques, A. H. de Oliveira, *Afonso Costa*, 2ª edição, Lisboa, Editora Arcádia, 1975.
- Marques, Oliveira, *A Liga de Paris e a Ditadura Nacional*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
- Marreiros, Glória, *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- Martins, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada, Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.
- Matos, Helena, *Salazar – A Construção do Mito*, Vol. 1, Lisboa, Temas & Debates, 2003.

- Matos, Helena, *Salazar – A Propaganda*, Vol. 2, Lisboa, Temas & Debates, 2004.
- Pinto, António Costa e Martinho, Francisco Carlos Palomanes (org.), *O Corporativismo em Português. Estado, política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Martins, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Edição Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.
- Medeiros, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1978.
- Medina, João, *Salazar em França*, Lisboa, Edições Ática, 1977.
- Medina, João, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo/A história dum conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979.
- Medina, João, *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- Mesquita, José Carlos Vilhena, *História da Imprensa do Algarve*, Vol. II, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1989.
- Mesquita, António Pedro, *Salazar na História Política do seu Tempo*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007.
- Miranda, Sacuntala de, *Portugal O Círculo Vicioso da Dependência (1890-1939)*, Lisboa, Editorial Teorema, 1991.
- Neves, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, 2.^a edição, Lisboa, Edições Tinta da China, 2011.
- Nobre, Antero, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, Monografia Local, 1984.
- Ó, Jorge Ramos do, *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 1987.
- Paço, António Simões do, (coord.), *Os Anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, Vol. 1: «1926-1932 A ascensão de Salazar», s. l., Edições Centro Editor Planeta De Agostini, 2007.
- Pedro, Edmundo, *Pavel um homem não se Apaga*, Lisboa, Edições Parsival, 2014.
- Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política - «Daniel, o Jovem Revolucionário 1913-1941*, 1.^a edição, Vol. 1, Lisboa, Edições Temas & Debates, 1999.

- Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política – O Prisioneiro (1949-1960)*, 1.ª edição, Vol. 3, Edições Temas e Debates, 2005.
- Pereira, José Pacheco, *A Sombra Estudo sobre a clandestinidade comunista*, 1.ª edição, Lisboa, Publicações Gradiva, 1993.
- Pimentel, Irene Flunser, *A história da PIDE*, 1.ª edição, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2007.
- Pimentel, Irene Flunser, *Biografia de um Inspetor da PIDE. Fernando Gouveia e o Partido Comunista Português*, 1.ª edição, Lisboa, Edições A Esfera dos Livros, 2008.
- Pimentel, Irene Flunser, *Inimigos de Salazar*, Lisboa, Editora Clube do Autor, 2018.
- Pinto, António Costa e Martinho, Francisco Carlos Palomanes (organizadores), *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, 1.ª edição em Portugal, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Pinto, António Costa et al. (org.), (Atas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa), *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- Pinto, António Costa et al (org.), *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987.
- Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Estampa, 1994.
- Portela, Luís e Rodrigues, Edgart, *Na Inquisição do Salazar*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1957.
- Quaresma, José Alberto, *Biografia Manuel Teixeira Gomes*, 1.ª Edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016.
- Queiróz, António José, *José Domingues dos Santos O Defensor do Povo (1887-1958)*, Lisboa, Edição Assembleia da República, 2012.
- Reis, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores – 1931*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- Ribeiro, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- Rodrigues, Edgar, *Deus Vermelho*, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, 1978.
- Rodrigues, Francisco Martins, *Anti-Dimitrov 1935-1985. Meio século de derrotas da revolução*, Lisboa, Edição do autor, 1985.
- Rodrigues, Joaquim Manuel Vieira, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865-1945)*, Parte I, (Dissertação de Mestrado em História do Século XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.

- Rosas, Fernando e Rollo, M.^a Fernanda (coord. de), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010.
- Rosas, Fernando, *A Primeira República 1910-1926 como venceu e porque se perdeu*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018.
- Rosas, Fernando, *Lisboa Revolucionária 1908-1975*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007.
- Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928 – 1938*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Rosas, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.
- Rosas, Fernando, *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2012.
- Rosas, Fernando, *Salazar e os Fascismos*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2019.
- Rosas, Fernando, *Salazarismo e fomento económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- Samara, Maria Alice, *Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais. Verdes e Vermelhos*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- Santana, Emídio, *História de um Atentado. O atentado a Salazar*, Mem Martins, Publicações Fórum, 1976,
- Schapiro, A., *As Três Sindicais Internacionais – Amsterdão, Moscovo, Berlim*, Lisboa, Editorial de «A Batalha», 1925.
- Saraiva, José António, *Salazar A Queda de uma Cadeira que Não Existia*, 1.^a edição, Lisboa, Edições Gradiva, 2020.
- Serrão, Joel, (introdução e organização), *Da República (1910-1935)*, Lisboa, Edições Ática, 1878.
- Silva, José, *Prosas Democráticas*, Porto, Edição do autor, 1968.
- Soares, João, (recolha e organização), *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné 4 de abril a 2 de maio de 1931 – Documentos*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, 1979.
- Soares, Idalécio, *Vítimas da Ditadura no Algarve – três casos, três histórias subtraídas ao esquecimento*, Olhão, Editora Sul, Sol e Sal, 2017.
- Sobolev, A. et al., *A Internacional Comunista*, 3 Vols., Lisboa, Edições Avante!, 1976.
- Sorel, Georges, *Reflexões sobre a Violência*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1992.
- Sorel, Jacques, *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.
- Sousa, João Tiago, *Costa Brochado Um intelectual orgânico do regime salazarista*, Coimbra, Edições Mar da Palavra, 2004.

- Tengarrinha, José, (coordenação), *Portimão e a Revolução Republicana*, Alfragide, Texto Editores, 2010.
- Ventura, M.^a da Graça A. Mateus, (org.), *Manuel Teixeira Gomes Ofício de Viver*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2010.
- Veyne, Paul, *Como se Escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983.
- Vilaça, Alberto, *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*, Porto, Editores Campo das Letras, 2003.
- Villares, João, *Quem é quem em Olhão*, Olhão, Livraria Clinar, 2004.
- Wheeler, Douglas L., *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa – América, 1978.

4. Livros de Memórias e Outros Testemunhos

- Anacleto, Neves, *A Longa Luta preso algemado e deportado*, Lisboa, Edição do Autor, s. d.
- Aquino, Acácio Tomás de, *O Segredo das Prisões Atlânticas*, s. l., Edições A Regra do Jogo, 1978.
- Babo, Alexandre, *Recordações de um Caminheiro*, Lisboa, Editorial Escritor, 1993.
- Brandão, Raul, *Vale de Josafat. Memórias*, Vol. III, Lisboa, Perspetivas e Realidades, s. d.
- Brito, Carlos, *Álvaro Cunhal Sete Fôlegos do Combatente – Memórias*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2010.
- Brochado, Costa, *Memórias de Costa Brochado*, Lisboa, Edição do Autor, 1987.
- Caetano, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, 3.º edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1985.
- Castelhano, Mário, *Quatro Anos de Deportação*, Lisboa, Seara Nova, 1975.
- Coelho, Lino Santos, *Memória de um Rebelde. Testemunhos do Terror Fascista*, Lisboa, Editora Em Marcha, 1981.
- Coelho, José Dias, *A Resistência em Portugal*, Porto, Editorial Inova, 1974.
- Correia, Fernando, (organização de texto), *Francisco Miguel Das Prisões à Liberdade*, Lisboa, Edições Avante!, 1986.
- Correia, Manuel António, *Memórias de Um Resistente às Ditaduras*, (introdução de Irene Flunser Pimentel), s. l., Círculo de Leitores, 2011.

- Ferreira, Francisco, *26 Anos na União Soviética. Notas de Exílio do Chico da C. U. F.*, Lisboa, Edições Afrodite, 1975.
- Firmo, Manuel, *Nas trevas da longa noite. Da Guerra Civil de Espanha ao Campo do Tarrafal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978.
- Forte de Peniche *Memória, Resistência e Luta*, 3.^a edição, s. l., Edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2017.
- Francisco, José, *Episódios da minha vida familiar e de militante confederal*, Lisboa, Editora Sementeira, 1982.
- Francisco, José, *Páginas do historial cegetista*, Lisboa, Editora Sementeira, 1983.
- Francisco, José, *Recordações de um proletário*, Lisboa, Editora Sementeira, 1985.
- Francisco, José, *Últimas páginas*, Lisboa, Editora Sementeira, 1987.
- Francisco Miguel *Uma Vida na Revolução. Os comunistas 2*, Porto, Editorial A Opinião, 1977.
- Gomes, Joaquim, *Estórias e Emoções de uma Vida de Luta*, Lisboa, Edições Avante!, 2001.
- Gouveia, Fernando, *Memórias de um Inspetor da P. I. D. E. 1. A organização clandestina do P. C. P.*, Lisboa, Edições Roger Delraux, 1979.
- Ilharco, Alberto da Costa, *Memórias, Influência da Política no Exército*, Porto, Editora Lello e Irmão, 1926.
- Jorge, Joaquim Pires, *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, Lisboa, Edições Avante!, 1984.
- Leal, Cunha, *As Minhas Memórias*, Vol. III, Lisboa, Edição do autor.
- Melo, Manuel Costa e, *Memórias Cívicas*, Coimbra, Editora Almedina, 1988.
- Nogueira, Franco, *Salazar A Mocidade e os Princípios (1889-1928)*, Vol. I, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.
- Oliveira, Cândido de, *Tarrafal O Pântano da Morte*, Lisboa, Editorial República, 1974.
- Oliveira, Gilberto de, *Memória Viva do Tarrafal*, Lisboa, Edições Avante!, 1987.
- Pedro, Edmundo, *Memórias Um Combate pela Liberdade*, 2.^a edição, Lisboa, Editora Âncora, 2009.
- Pires, Correia, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Edições Deagá, 1975.
- Ribeiro, Joaquim, *No Tarrafal prisioneiro*, Editorial A Opinião, Porto, 1976.
- Rocha, Pedro, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991.
- Rodrigues, Edgar, *O Retrato da Ditadura Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, s. d.

- Rodrigues, Manuel Francisco, *Tarrafal, Aldeia da Morte, o diário da B5*, Brasília Editora, Porto, 1975.
- Russell, Miguel Wagner, *Recordações dos Anos Difíceis*, Lisboa, Edições Avante!, 1976.
- Santana, Emídio, *Memórias de um Militante Anarco – Sindicalista*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, s. d.
- Sequeira, José dos Reis, *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro) 1914/1938*, Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1978.
- Silva, José, *Memórias de um Operário*, 2 Vol., Porto, Edição de Manuel Duarte, 1971.
- Soares, Mário, *Portugal Amordaçado/Depoimento sobre os anos de fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974.
- Soares, Pedro, *Tarrafal Campo da Morte Lenta*, Lisboa, Edições Avante!, 1975.
- Tengarrinha, Margarida, *Memórias de uma Falsificadora*, Lisboa, Edições Colibri, 2018.
- Ventura, Cândida, *O «Socialismo» que eu Vivi. Testemunhos de uma ex-dirigente do PCP*, 1.^a edição, Lisboa, Edições «O Jornal», 1984.
- Tavares, José Manuel S., *O Campo de Concentração do Tarrafal (1936-1954)*, Edições Colibri, 2007.
- Tengarrinha, Margarida, *Quadros de Memória*, Lisboa, Edições Avante!, 2004.
- Ventura, António, *Memórias da Resistência. Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

5. Artigos e Estudos em Jornais, Revistas e noutras Publicações

- Almeida, Fernando J., «Mário Castelhana e o movimento sindical português», in *História*, Lisboa, Nova Série, ano 18, n.º 25, 1996, pp. 22-27.
- Almeida, Fernando J., «Nas Vésperas do 28 de maio», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXVIII, n.º 86, maio de 2006, pp. 49-50.
- Almeida, Fernando J., «O pronunciamento do 18 de abril de 1925», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXVI, n.º 79, de abril de 2005.
- Alpedrinha, Manuel, «Sobreviventes do Tarrafal continuam a luta», in *Alavanca*, ano I, n.º 4, julho de 1977, pp. 26-27.
- Alves, S., «Indústria Corticeira», in *Folha do Domingo*, Faro, Ano XXXI, n.º 2 101, de 7 de agosto de 1955, p. 2.
- Antunes, José Freire, «O 28 de Maio e a Censura», in *Jornalismo*, Lisboa, 4.^a série, n.º 2, janeiro de 1979, p. 29.

- Arranja, Álvaro, «Um governo de esquerda na I República», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXII, nº 29, de outubro de 2000, pp. 10-13.
- Azevedo, J. Cândido de, «Os socialistas e a ‘concentração democrática’ – Subsídios para a história do movimento operário socialista em Portugal», in *História*, Lisboa, nº 7, maio de 1979, p. 41.
- Bandeira, Filomena, «A oposição externa à ditadura: a Revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa», in António Costa Pinto *et al.* (org.), *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 38-39.
- Baptista, Jacinto, «Um projeto de ‘História do Movimento Operário em Portugal’ lembrado a propósito do centenário de Emílio Costa (1877 – 1952)» in *Diário Popular*, Suplemento de Letras e Artes, de 20 de outubro de 1977, pp. IV e V.
- Baptista, Jacinto, «Uma ‘História do Movimento Operário em Portugal’ que não chegou a escrever-se», in *Diário Popular*, Suplemento de Letras e Artes, de 27 de outubro de 1977, pp. II e III.
- Barradas, Licínio, «Os Comunistas em Portugal», in *Diário Popular*, Lisboa, Suplemento Letras e Artes, de 11 de novembro de 1976, pp. VII-VIII.
- Bastos, Baptista, «As Dezoito Horas da Comuna da Marinha Grande», in *O Ponto*, Suplemento, Lisboa, ano II, n.º 63, de 14 de janeiro de 1982, p. A.
- Bernardo, Hernâni de Barros, «A Linguagem Corticeira: achegas para um Glossário Técnico», in *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, Lisboa, n.º 43, maio de 1942.
- Bernardo, Hernâni de Barros, «A localização da indústria conserveira. Alguns problemas geográficos», in *Indústria Portuguesa*, n.º 224, Outubro de 1946, pp. 701-707.
- Borrego, José, «O 3 de Fevereiro de 1927 vivido hora a hora», in *História*, Lisboa, nº 52, de fevereiro de 1983, p. 24.
- Cabral, Manuel Villaverde, «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», in *Análise Social*, Lisboa, II Série, Vol. XII, nº 48, 1976-4º, p. 878.
- Canana, Alfredo, «O 18 de janeiro em Silves», in *Diário de Lisboa*, de 5 de janeiro de 1980, p. 9.
- Castro, Pedro Jorge, «Os melhores amigos de Salazar», in *Sábado*, [Lisboa], n.º 427, de 5 de julho de 2012, p. 40.
- Chivite, José Luís Millán, «A URSS (1921-1939)», in *Grande História Universal. O Mundo de entre Guerras*, Vol. XXVI, (coord. de Fernando Rosas), pp. 5 037 e 5 038.

- Costa, António Luís Pinto da, «A ‘Grande Depressão’ em Portugal», in *História*, Lisboa, Ano XVII, Nova Série, n.º 6, de março de 1995, p. 33.
- Curto, Ramada, «A Burguesia e as Corporações», *República Social*, nº 576, de 1 de abril de 1933, p. 1.
- Curto, Ramada, «Estado Corporativo», *República Social*, nº 579, de 22 de abril de 1933, p. 1.
- Curto, Ramada, «Imprensa», *República Social*, nº 580, 29 de abril de 1933, p. 1.
- Farinha, Luís, «O ‘Revirvalho’: A Resistência Republicana», in António Simões do Paço (coord. de), *Os Anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, Vol. 1: «1926-1932 A ascensão de Salazar», s. l., Edições Centro Editor Planeta De Agostini, 2007, p. 72.
- Dimitrov, Jorge, «Sobre a Frente Popular Democrática e Patriótica. (Relatório ao VII Congresso da Internacional Comunista)», in *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1555, de maio de 1975, pp. 16-26.
- «Duarte» [Álvaro Cunhal], «A Frente Única e o Trabalho nos Sindicatos Nacionais», in *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência*. Informe Político do Secretariado do Comité Central ao I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português, 1943, in *O PCP e a Luta Sindical: 1935-1973, (documentos para a história do Partido Comunista Português)*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, pp. 21-26.
- Duarte, Maria João Raminhos, «Os Monárquicos no novo regime», in José Tengarrinha (coordenação), *Portimão e a Revolução Republicana*, Alfragide, Texto Editores, 2010, pp. 62-67.
- Fitas, Fernando, «Em Silves também houve 18 de janeiro», in *Notícias do Sul*, Évora, de 3 de fevereiro de 1977, p. 8.
- Ferrão, Carlos, «A Verdade sobre a Noite Sangrenta. Os Crimes Monstruosos do 19 de outubro de 1921», in *Diário Popular*, de 19 e 20 de outubro de 1977, pp. 3 e 5.
- Ferreira, João José Brandão, «O marechal Gomes da Costa, uma personalidade singular», in *Revista Militar*, Lisboa, II Século – 72.º Volume – n.º 4, n.º 2619, de abril de 2020, pp. 385-386.
- Ferreira, João José, «A cidade de Silves e a relação com o campo. Condicionalismos e perspetivas», in *I Jornadas de Silves - Atas*, Ed. AEDPHCS, 1993, p. 130.

- Freire, João, «Mário Castelhana Um Líder Sindical», in *Expresso*, Revista, Lisboa, n.º 1459, de 14 de outubro de 2000, p. 92-97.
- Freire, João, «Os Anarquistas Portugueses na Conjuntura do Após-Guerra», in António Costa Pinto *et al* (org.), *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 9-26.
- Gonçalves, Bento, «Acratismo Reformista. Tendências essenciais do anarco-sindicalismo na teoria e na prática, na presente fase da luta de classes», in *O Proletário*, n.º 23, de 15 de março de 1930.
- Gonçalves, Bento, «A Propósito de uma Data. Resposta aos Falsificadores do Leninismo», in *O Proletário*, n.º 15, de 23 de novembro de 1929.
- Gonçalves, Bento, «Contestação de Bento Gonçalves à Secretaria do Tribunal Militar Especial», in *Bento Gonçalves. Os Comunistas*, Porto, A Opinião, 1977, pp. 59 e 65.
- Gonçalves, Bento, «Contra a Corrente. A Desagregação do Anarco-Sindicalismo», in *O Proletário*, n.º 29, de 7 de junho de 1930.
- Gonçalves, Bento, «Crítica duma Crítica Crítica», in *O Proletário*, n.º 33, de 2 de agosto de 1930.
- Gonçalves, Bento, «Deformação Socialista do Marxismo», in *O Proletário*, n.º 6, de 13 de junho de 1929.
- Gonçalves, Bento, «Doutrina e Ação das Democracias», in *O Proletário*, n.º 10, de 13 de setembro de 1929.
- Gonçalves, Bento, «Duas Palavras», *Bento Gonçalves. Os Comunistas*, Porto, A opinião, 1977, pp. 138-139.
- Gonçalves, Bento, «Relatório ao VII Congresso da Internacional Comunista», in Bento Gonçalves, Álvaro Cunhal e Sérgio Vilarigues, *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, pp. 13-25.
- Guerreiro, Fernando, «A História do PCP através de Seis Congressos», *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1550, dezembro de 1974, p. 19.
- Guerreiro, Fernando, «O 7 de Fevereiro por quem lá esteve: Joaquim Pires Jorge», (entrevista a Joaquim Pires Jorge), in *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1551, de janeiro de 1975, pp. 26-32.
- Leal, Ernesto Castro, «Partidos e grupos políticos na I República», in João Medina (dir.de), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Alfragide, Vol. X: «A República I», Ediclube, 1994, pp. 317-318.

- Lopes, Edmundo Correia, «A indústria de conservas de peixe», in *Indústria Portuguesa*, n.º 224, outubro de 1946, pp. 717-720.
- Madeira, João, «A greve geral de 1934 no Algarve», in Maria da Graça Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 527.
- Madeira, João, «A Alvorada do Século ao Estado Novo. Notas sobre ‘Silves, a cidade democrática’», *O Mirante*, Silves, n.º 12, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, dezembro de 1997, p. 5.
- Madeira, João, «O Partido Comunista no Algarve (dos anos vinte ao final da II Guerra Mundial)», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 499.
- Madeira, João, «Os Corticeiros de Silves e o Movimento Social», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Silves, Fábrica do Inglês, pp. 131 e 132.
- Madeira, João, «Silves e o movimento operário», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 469.
- Madeira, João, «Silves, os Corticeiros e a sua Associação de Classe, ‘Pão, Luz e Liberdade’», in *IV Jornadas de Silves- Atas*, Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves, 1997, p. 184 e 190.
- Martinho, Francisco Carlos Palomanes, «Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil», in António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.), *O Corporativismo em Português. Estado, política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 68.
- Matias, Maria Goretti, (introdução e notas), «A atividade sindical do PCP no Porto, Beja e Faro em 1931 (textos de O Trabalho Sindical)», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 2, 1984, p. 36.
- Marques, Luis Humberto, «Pedro Mendes evoca o ‘18 de janeiro de 1934’. De pastor, padeiro e alfaiate a revolucionário na Marinha Grande», in *Diário de Lisboa*, Lisboa, 18 de janeiro de 1982, p. 2.
- Medina, João, «A Comuna foi a primeira experiência mítica de governo operário», (entrevista de António Simões do Paço e Luís Farinha), in *História*, Lisboa, III Série, n.º 40, novembro/dezembro de 2001, pp. 18-23.

- Medina, João, «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do salazarismo», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, Alfragide, Vol. VII - «'O Estado Novo'»: o Ditador e a Ditadura», Ediclube, 1994.
- Medina, João, «O Congresso Fascista de Montreux (1934)», in António Costa Pinto *et al.* (org.), (Atas do Colóquio realizado na faculdade de Letras de Lisboa), *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 187-193.
- Mendes, Pedro Amarante, «Relatório» (os dias da tomada da Marinha Grande), in *Avante!*, n.º 1364, de 20 de janeiro de 2000, pp. 16 e 17.
- Mendes, Pedro Pereira, «Toda a história revolucionária nos prova que não é numa etapa que se obtêm os triunfos», (depoimento recolhido por Guarda Ribeiro), in *Linha Geral*, Leiria, ano 1.º, n.º 24, de 8 de fevereiro de 1975, pp. 1 e 4.
- Miguel, Francisco, «Uma Vida na Revolução», *Os Comunistas*, Porto, A Opinião, 1977, p. 125.
- Mónica, Maria Filomena, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», in *Análise Social*, 3ª e 4ª Série, Vol. XVII, n.º 67-68, Lisboa, 1981, pp. 505-571.
- Moreira, António, «Dossier Manuel António Boto – Um Português na Guerra Civil de Espanha», in *Boletim de Estudos Operários*, Lisboa, n.º 7, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, maio de 1985, pp. 11-12.
- Moreira, Vital, «O sistema jurídico-constitucional», in *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XII: «O 'Estado Novo'», Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1998, p. 154.
- Nunes, João Arsénio, «Da Política 'Classe Contra Classe' às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista Entre o VI e o VII Congressos (1928-1935)», in *O Fascismo em Portugal*. (Atas do Colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa, março de 1980), Lisboa, Edições A Regra do Jogo, 1982, pp. 31-76.
- Nunes, João Arsénio, «Sobre alguns aspetos do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)», in *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVII, n.º 67-68, 1981, pp. 715-731.
- Nunes, Manuel, «Dos militantes algarvios depende o ressurgimento da organização sindical do Algarve», in *A Batalha*, n.º 2286, de 16 de maio de 1926, p. 4.
- Oliveira, António César de, «Os Anarquistas na Península Ibérica», *Atas das IV Jornadas de Silves*, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, em 17, 18 e 19 de outubro de 1977, p. 157.

- Paço, António Simões do, «A Ascensão de Salazar», in António Simões do Paço (coord. de), *Os Anos de Salazar*, Vol. 1: «1926-1932 A ascensão de Salazar», s. l., Edições Centro Editor Planeta De Agostini, 2007, p. 23.
- Patriarca, Fátima, «A regulamentação do trabalho nos primeiros anos do regime corporativo», in *Análise Social*, Lisboa, IV série, Vol. XXIX, n.º 128, 1994, pp. 801-839.
- Patriarca, Patriarca, *O 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande*, s. l., Edição Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro, 1997, pp. 9-17.
- Patriarca, Fátima, «O '18 de janeiro': uma proposta de releitura», in *Análise Social*, 4.ª e 5.ª Série, Vol. XVII, n.º 123-124, Lisboa, 1993, p. 1137-1152.
- Patriarca, Fátima, «Sobre a leitura das fontes policiais», in *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXXII, n.º 143-144, 1997, pp. 927-928.
- Paulo, Heloísa, «Os 'Budás'», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIX, nº 91, de novembro de 2006, pp. 45-50.
- Pedroso, Alberto, «A polícia política», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, Alfragide, Vol. XIII: «O 'Estado Novo'», Ediclube, 1994.
- Pedroso, Alberto, «Os presídios do regime salazarista», in João Medina (dir. de) *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Alfragide, Vol. XIII: «O 'Estado Novo'», Ediclube, 1994, pp. 39-56.
- Pereira, Joana, «A Confrontação Social no Pós-Guerra», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIII, nº 39, de outubro de 2001, pp. 32-39.
- Pereira, Joana Dias, «A ofensiva operária», in Fernando Rosas e M.ª Fernanda Rollo (coord. de), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010, p. 438.
- Pereira, José Pacheco, «Ata da Conferência do PCP de abril de 1929», introdução e notas de José Pacheco Pereira, in *Estudos sobre o Comunismo*, s. l., n.º 2, agosto de 1984, p. 23.
- Pereira, José Pacheco, «As primeiras séries do *Avante!* clandestino, in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, nº 0, julho de 1983, pp. 23-26).
- Pereira, José Pacheco, «Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)», in *Análise Social*, 3ª e 4ª Série, Volume XVII, nº 67-68, 1981, pp. 695-713.

- Pereira, José Pacheco, «Intervenção de ‘António’ na XII Reunião Plenária da Internacional Comunista», introdução e notas de José Pacheco Pereira, in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, julho de 1983, p. 29).
- Pereira, José Pacheco, «O PCP na I República: Membros e Direção», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 1, setembro a dezembro de 1983, pp. 2-15.
- Pereira, José Pacheco, «O PCP na Primeira República depois de 1923», in *Diário de Notícias*, secção Revista de Livros, 27 de maio de 1980, p. 7.
- Pereira, José Pacheco, «O PCP na Primeira República uma história por revelar», in *Diário de Notícias*, secção Revista de Livros, de 13 de maio de 1980, pp. 7-8.
- Pereira, José Pacheco, «O primeiro ano de vida do Partido Comunista Português – dezembro de 1920 – dezembro de 1921. Cronologia e documentos», in *História*, Lisboa, nº 47, de setembro de 1982, p. 15.
- Pinto, António Costa e Martinho, Francisco Carlos Palomanes (org.), *O Corporativismo em Português. Estado, política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008,
- Pinto, António Luís Costa, «A Primeira Frente de Oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga da Defesa da República», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 5, 1990-91, pp. 247-253.
- Pinto, Mário Rui, «O movimento anarquista durante o salazarismo», in *História*, Lisboa, n.º 21, julho de 1980, pp- 26-31.
- Pires, José Correia (depoimento), in Edgar Rodrigues, *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, Lisboa, Editora Sementeira, 1982, pp. 325-326.
- Ponte, Passos, «O problema da pesca – a Pirataria Espanhola continua infestando a nossa costa, graças ao criminoso desprezo do senhor Ministro da Marinha», in *O Eco do Sul*, Olhão, ano I, n.º 3, de 1 de outubro de 1925, p. 1.
- Quintas, José Manuel, “O Integralismo face à institucionalização da Ditadura”, in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIV, nº 44, de abril de 2002, pp. 35-38).
- Ramos, Manuel Castelo, «Da Produção de Cortiça à Indústria – em Silves», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Fábrica do Inglês, Silves, pp. 52-53.
- Ramos, Manuel Castelo, «Silves do último quartel do séc. XIX aos finais do séc. XX – síntese», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Fábrica do Inglês, Silves, 1999, p. 25.

- Ramos, Manuel e Custódio, Jorge, «Da Produção da Cortiça à Indústria: em Portugal (coletânea de textos)», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Fábrica do Inglês, Silves, 1999, pp. 34-47.
- Rates, J. Carlos, «A Questão da Unidade», in *A Internacional*, Lisboa, Ano II, 2º N° Especial, de 1 de maio de 1925, p. 2.
- Rates, J. Carlos, «As Contradições de um Anarquista», *O Comunista*, Ano II, nº 35, de 20 de junho de 1925, p. 1.
- Rates, J. Carlos, «Uma polémica – As quimeras de Dufour e de Campos Lima», *O Comunista*, nº 14, de 16 de fevereiro de 1924, p. 2.
- Reis, António, (entrevista de Luís Farinha), «A I República precipitou-se no abismo», in *História*, Lisboa, Ano XXIII, III Série, nº 39, de outubro de 2001, p. 19).
- Reis, Célia, «A resistência republicana às ditaduras», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIX, nº 94, de fevereiro de 2007, pp. 48-53.
- Rocha, Francisco Canais e Labaredas, Maria Rosalina, «Da UON à CGT», in João Medina (dir.de), *História Contemporânea de Portugal*, Tomo II: «Primeira República», Lisboa, Editores Amigos do Livro, 1985, pp. 203-212.
- Rocha, Francisco Canais e Labaredas, Maria Rosalina, «Recordando a greve geral de 18 de novembro e os grevistas deportados», in *Diário de Lisboa*, de 18 de novembro de 1982, pp. 2 e 4.
- Rosas, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», in José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, Vol. VII, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994, p. 155.
- Rosas, Fernando, «O PCP e a II Guerra Mundial», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 0, de julho de 1983, pp. 3-22).
- Rosas, Fernando, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXXV, n.º 157, de março de 2001, pp. 1031-1054.
- Rosas, Fernando, «Um momento crítico para o ‘Estado Novo’ – ‘Putschismo’ e Oposição nos anos 40», in *História*, Lisboa, nº 50, de dezembro de 1982, pp. 40-41.
- Ruivo, Matheus, «A crise da indústria corticeira», in *Vida Corticeira*, Azaruja, Ano I, n.º 1, de Julho de 1930.
- Samara, Maria Alice, «A Legislação de Maio de 1919», in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIV, nº 52, de janeiro de 2003, pp. 36-42.
- Samara, Maria Alice, «A Queda da I República», in António Simões do Paço (coord. de), *Os Anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*,

- Vol. 1: «1926-1932 A ascensão de Salazar», s. l., Edições Centro Editor PDA, 2008, pp. 42-53.
- Samara, Maria Alice, “Um Fantasma que Encheu a Noite de Pavor”, in *História*, Lisboa, III Série, Ano XXIII, n.º 39, outubro de 2001, pp. 24-31.
- Sancho, Emanuel Andrade C., «A indústria corticeira no Algarve: o caso de S. Brás de Alportel», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Edições Colibri, 1999 p. 425.
- Santos, António Pinto dos, «A Razão dum Gesto», in *O Marítimo*, Lisboa, ano II, n.º 11, de 1 de junho de 1925, p. 1.
- Sertório, Manuel, «Em torno do 18 de janeiro», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 2, agosto de 1984, p. 19.
- Silva, Armando Pereira da, «Revolta dos Marinheiros uma ORA Histórica do PCP», in *O Militante*, Lisboa, série IV, ano 64, n.º 224, setembro/outubro de 1996, pp. 28-30.
- Silva, Joaquim Palminha, «Quando a Revolução era Libertária (4) – Antes e depois da Primeira República», in *Diário de Lisboa*, de 14 de outubro de 1978, pp. 15 e 22.
- Tengarrinha, José, «Os trabalhadores industriais no Algarve nos séculos XIX-XX», in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Edições Colibri, 1999, pp. 465-468.
- Valente, José Carlos, «Salazar, os sindicatos e as greves (1942)», in *História*, Nova Série, Ano XVII, n.º 8, de maio de 1995, pp. 29-39.
- Vasconcelos, João, «A ‘Greve Geral Revolucionária’ de 1934 em Silves e Portimão e os ‘safanões dados a tempo’ por Salazar», *13.º Congresso do Algarve*, Lagos, Racal Clube, de 15-17 de novembro de 2007, pp. 145-154.
- Vasconcelos, João, «O ‘18 de janeiro de 1934’ no Algarve: Anarqueirada ou Ações de Massas?», *11.º Congresso do Algarve*, Albufeira, Racal Clube, 11 e 12 de maio de 2001, pp. 59-66.
- Vasconcelos, João, «Fascismo, crise e revolta operária no Algarve nos anos 30. Interpretações, polémicas e controvérsias», *12.º Congresso do Algarve*, Tavira, 28, 29 e 30 de outubro de 2004, pp. 191-200.
- Vasconcelos, João, «O Dia que abalou Salazar», in *Barlavento*, Portimão, de 29 de janeiro de 2004, p. 26.
- Vasconcelos, João Manuel e Dias, José Conrado, «A Resistência Operária ao ‘Estado Novo’ no Algarve em 1934 – Análise de um Processo», *10.º Congresso do Algarve*, Portimão-Alvor, Racal Clube, 16 e 17 de abril de 1999, pp. 77-82.

- Ventura, António, «A Oposição ao Estado Novo», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII: “O «Estado Novo»”, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1998, pp. 149-158.
- Ventura, António, «As primeiras lições da jornada de 18 de janeiro», (notas e introdução), Secretariado do Partido Comunista (S. P. da Internacional Comunista), «Das ilusões anarquistas e reviralhistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe contra classe (As primeiras lições da jornada de 18 de janeiro)», in *Estudos sobre o Comunismo*, Porto, n.º 2, janeiro/abril de 1984, pp. 49-55.
- Ventura, António, «Breves notas sobre a Censura à Imprensa Operária», *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1576, fevereiro de 1977, p. 40.
- Ventura, António, (introdução e notas), «Documentos sobre uma Tentativa de Contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I. C. em 1941», in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0, de novembro de 1983, pp.23-29.
- Ventura, António, «Em 1928 – Sindicalistas portugueses no país dos Sovietes», in *História*, Lisboa, n.º 33, julho de 1981, pp. 73-81.
- Ventura, António, «No 50.º aniversário do 18 de janeiro de 1934. O PCP e a CIS face ao 18 de janeiro», in *Diário de Notícias*, Lisboa, de 2 de fevereiro de 1984, p. 7.
- Ventura, António, «O Operariado e a República», in João Medina (dir. de), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIV: «A República (III)», Alfragide, Edições Ediclube, 2004, pp. 295-322.
- Ventura, Ventura, «O Primeiro Delegado Operário Português na União Soviética», *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1586, dezembro de 1977, p. 9-14.
- Vicente, António Pedro, «Arlindo Augusto Pires Vicente», *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, (dir. Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito), Bertrand Editora, 1996, pp. 1006-1008.
- Viegas, Libertário, «Algarve 1908-1927», in *Anais do Município de Faro*, Vol. XVIII, pp. 164-166, Câmara Municipal de Faro, Faro, 1988.
- Vieira, Alexandre, «Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal – de 1908 a 1919», in *Almanaque de A Batalha 1926*, Lisboa, (prefácio de Maria Filomena Mónica), Edições Rolim, 1987, p. 85.
- Vitoriano, José, «Apontamentos sobre a luta sindical durante o fascismo, in *Vértice*, n.º 68, de setembro/outubro de 1995, pp. 5-10.

6. Romances e Obras de Ficção e Poesia

- Brandão, Raul, *Os Pescadores*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.
- Chabrol, Jean-Pierre, *O Canhão Fraternidade*, 3.º Volume, Lisboa, Editorial Futura, 1975.
- Fast, Howard, *A Paixão de Sacco e Vanzetti*, Lisboa, Editorial Caminho, 1982.
- Flores, Francisco Moita, *Os Cães de Salazar*, Alfragide, Casa das Letras, 2020.
- Hemingway, Ernest, *Por Quem os Sinos Dobram*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s. d.
- Medina, João, *Os Náufragos do Mar da Palha*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- Miguéis, José Rodrigues, *O Milagre segundo Salomé*, Lisboa, 2ª edição, Editorial Estampa, 1982.
- Palma, Margarida, *Veio Depois a Noite Infame*, Lisboa, Edições Casa das Letras, 2015.
- Pessoa, Fernando, *Páginas de Pensamento Político – 2. 1925-1935*, (introdução, organização e notas de António Quadros), Mem Martins, Publicações Europa – América, s. d.
- Quintinha, Julião, *Vizinhos do Mar*, 2ª edição, Lisboa, Edição do Autor, 1923.
- Tiago, Manuel [Álvaro Cunhal], *A Estrela de Seis Pontas*, 2.ª edição, Lisboa, Edições Avante!, 1994.
- Tiago, Manuel [Álvaro Cunhal], *Até amanhã camaradas*, 5ª edição, Lisboa, Edições Avante!, 1989.
- Tiago, Manuel [Álvaro Cunhal], *Cinco Dias, Cinco Noites*, Lisboa, Edições Avante!, 1975.
- Zola, Emílio, *Germinal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.

7. Outros Recursos

a. Trabalhos não publicados

- Gonçalves, Constantino de Oliveira, *O Partido Socialista nos Primeiros Anos da Ditadura*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade do Minho, (datil.), 1999.
- Lopes, Maria Filomena Rocha, *O Movimento Sindical Português na Transição do Sindicalismo Livre para a Formação dos Sindicatos Nacionais*, Dissertação de Mestrado em História contemporânea (trabalho policopiado), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.
- Madeira, João Manuel Martins, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo à vitória” 1949-1965*, Lisboa,

(Dissertação de Doutoramento), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

Sousa, Paula Cristina dos Santos, *O Associativismo Operário em Silves durante a I República*, (Dissertação de Mestrado não publicada), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

Vasconcelos, João, *Comentário e Análise Crítica ao Relatório apresentado por Bento Gonçalves em Moscovo, agosto de 1935*, Portimão (trabalho realizado no âmbito do Seminário de História de Portugal, Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

Vasconcelos, João, *O Pensamento e a Ação de Bento Gonçalves. Alguns Subsídios para a História do 18 de janeiro de 1934*, Portimão, (trabalho realizado no âmbito do Seminário de História de Portugal (sécs. XVIII-XX), Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.

b. Internet (sites)

Almanaque Republicano, «Campos Lima: Nota breve», in <http://arepublicano.blogspot.com/2007/03/campos-lima-notas-breves-i-joo.html>

Almanaque Republicano, «Julião Quintinha», in <http://arepublicano.blogspot.com/2010/07/juliaoquintinha.html>

Almeida, Vanessa, «Quando a fuga foi a guerra – histórias de ferroviários», *História, Património e Infraestruturas do Caminho-de-Ferro: Visões do Passado e Perspetivas do Futuro*, in [https://www.academia.edu/32810491/Quando a fuga foi a guerra hist% C3%B3rias de ferrov%C3%A1rios](https://www.academia.edu/32810491/Quando_a_fuga_foi_a_guerra_hist%C3%B3rias_de_ferrov%C3%A1rios)

Barreto, José, «Os sindicatos nacionais do Estado Novo», in [https://www.academia.edu/6810723/Os sindicatos nacionais do Estado Novo](https://www.academia.edu/6810723/Os_sindicatos_nacionais_do_Estado_Novo)

Brito, António Paula, “Bartolomeu Constantino”, in http://www.olhao.web.pt/Personalidades/bartolomeu_constantino.htm

Cabrita, Aurélio Nuno, «Há 80 anos: Presidente da República Óscar Carmona visitou o Algarve em 15 de fevereiro de 1932», in <https://sulinformacao.pt/2012/02/ha-80-anos-presidente-da-republica-oscar-carmona-visitou-o-algarve-em-15-de-fevereiro-de-1932/>

- Cabrita, Aurélio Nuno, «Presidente da República Óscar Carmona visitou o Algarve em fevereiro de 1932 (II parte)», in <https://sulinformacao.pt/2012/02/presidente-da-republica-oscar-carmona-visitou-o-algarve-em-fevereiro-de-1932-ii-parte/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Visita de Óscar Carmona ao Algarve em fevereiro de 1932: a viagem entre Lisboa, Ferreira do Alentejo e Faro», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/04/visita-do-pr-oscar-carmona-ao-algarve-em-fevereiro-de-1932-a-viagem-entre-lisboa-ferreira-do-alentejo-e-faro/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Visita de Óscar Carmona ao Algarve em fevereiro de 1932: em Faro», in <https://sulinformacao.pt/2012/05/visita-de-oscar-carmona-ao-algarve-em-fevereiro-de-1932-em-faro/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Visita de Óscar Carmona ao Algarve em fevereiro de 1932: jantar de gala em Faro e visita a Olhão (V)», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/06/visita-de-oscar-carmona-ao-algarve-em-fevereiro-de-2012-jantar-de-gala-em-faro-e-visita-a-olhao-v/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Visita do Presidente da República Óscar Carmona ao Algarve em 1932: em Tavira (VI)», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/07/visita-do-presidente-da-republica-oscar-carmona-ao-algarve-em-1932-em-tavira-vi/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Carmona chega a Vila Real de Santo António, na sua visita ao Algarve em 1932 (VII)», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/09/carmona-chega-a-vila-real-de-santo-antonio-na-sua-visita-ao-algarve-em-1932-vii/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Carmona visita São Brás de Alportel, Loulé, Guia, Lagoa e Estômbar em 1932 (VIII)», in <https://www.sulinformacao.pt/2013/02/carmona-visita-sao-bras-de-alportel-loule-guia-lagoa-e-estombar-em-1932-viii/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Presidente Óscar Carmona ouve falar de ‘crise’ na Portimão de 1932 (IX)», in <https://www.sulinformacao.pt/2013/04/presidente-oscar-carmona-ouve-falar-de-crise-na-portimao-de-1932-ix/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Porto de Lagos foi tema de visita do presidente Carmona em 1932 (X)», in <https://www.sulinformacao.pt/2013/06/porto-em-lagos-foi-tema-da-visita-do-presidente-carmona-em-1932-x/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Chega ao fim a visita do Presidente da República Óscar Carmona ao Algarve em 1932 (XI)», in <https://www.sulinformacao.pt/2013/08/chega-ao-fim-a-visita-do-presidente-da-republica-oscar-carmona-ao-algarve-em-1932-xi/>
- Cabrita, Aurélio Nuno, «Salazar visitou pela primeira vez o Algarve há 81 anos», in <https://www.sulinformacao.pt/2012/11/salazar-visitou-algarve-81-anos/>

«Cerca de 500 presos políticos estiveram detidos em Angra do Heroísmo», in <https://www.noticiasao minuto.com/pais/1090450/cerca-de-500-presos-politicos-estiveram-detidos-em-angra-do-heroismo>.

Mendonça, Artur Barracosa, “Ainda a revolta de fevereiro de 1927: os acontecimentos no Algarve”, in *Almanaque Republicano*, <http://arepublicano.blogspot.com/2007/02/ainda-revolta-de-fevereiro-de-1927-os.html>

Melo, Francisco Lopes, «1931: o ano de todas as revoltas», in <http://www.sgmf.pt/NR/rdonlyres/6928E932-CC64-43A1-A85A-C45A76D1918B/776/Oanode1931AMF2.pdf>.

Rodrigues, Edgar, “Anarquia, uma visão da história do movimento libertário em Portugal”, in <http://agrorede.org.br/edgar/AnarPort.html>

Zarcone, Pier Francesco, «Os Anarquistas organizam-se – a FAI», *O Anarquismo na História de Portugal*, in http://fdca.it/fdcapt/imprensa/cadernos/hist_por/3.htm.

c. Exposições

Exposição do P. C. P. «80 anos a fazer história, a construir futuro», em Portimão, março de 2001.

Exposição Permanente, Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, Silves, 1999.

Apêndice Documental

Anexo I – Cartas de Prefeito de Carvalho à CGT

Paris, 29 de Junho de 1922. p. 235

003928

A Comissão Administrativa da C.G.T. Portuguesa

Presados camaradas:

De regresso da Rússia e liberto já inteiramente dos encargos que me tiveram a minha saída de Portugal em Dezembro do ano findo, encontro-me nesta cidade impossibilitado porém de seguir imediatamente para Lisboa, o que espero poder fazer dentro de pouco.

Exporei resumidamente as razões que me retêm em França:

Desencargos que a I.S.T. me confiara ao me desbrigar em Berlim, em meados de Janeiro do corrente ano, ficando assim livre nesta data de regressar a Portugal. O certo é porém que a minha primeira estada na Rússia, desta como fora, fôra, fôr e será e quasi exclusivamente consagrada a trabalhos relativos ao Congresso Constitutivo da Internacional Indicial Vermelha, me não permitira concluir observações, completar estudos em torno dos múltiplos problemas que a revolução nos suscitou. A tomar ainda menos frutífera a minha primeira viagem à República dos Soviotes havia a circunstância de ter sido forçado a abandonar, na minha travessia ilegal da Alemanha, em Outubro de 1921, todas as notas e documentos que trouxera. Resolvi portanto, de modo próprio, tornar a Rússia, visto não ser já exageradamente grande a distância que tinha a franquear. Algumas poderosas razões de ordem pessoal me forçavam ainda a tomar essa resolução. Habilita-me pois com as permissões necessárias e nos últimos dias de Janeiro saí de Berlim, chegando em 15 de Fevereiro a Moscova, onde permaneci até o mês de Maio último, ficando claro que esta segunda viagem me foi extremamente proveitosa pelas inúmeras observações que me proporcionou.

Há a notar porém, que a minha segunda ida à Rússia, sendo, como disse, de muita iniciativa, ditada pelo interesse pessoal que um militante deve ter em orientar-se o melhor possível, não obrigou de nenhuma maneira a I.S.T. ou qualquer outra instituição a prover-me de recursos para o regresso a Portugal, e eu chegar a Lisboa completamente desprovido de meios. Contei portanto um empréstimo pessoal (com o Cam. André Niv, do Secretariado da I.S.T.) mas o dinheiro assim obtido permitiu-me chegar apenas a Paris. Obrigado assim a deter-me nesta cidade procurei trabalho e obtive. Havia-me também a alongar a estada em Paris a necessidade de liquidar o empréstimo que contrai, o que daqui poderei fazer num curto lapso de tempo, o mesmo não sucedendo se partisse para Portugal, aterra a inferioridade cambial da nossa moeda e a pequena dos salários correntes em Lisboa. Uma última razão não destituída de importância torna aconselhável a minha demora em França: a ordem de captura que contra mim existe em Lisboa, e que a policia se esforça ainda actualmente por cumprir, conforme noto de ser informado por camaradas de confiança.

ficam assim explicados os motivos de prolongamento da minha ausência. Apesar porém de não poder ir desic já para Lisboa, nada obsta a que cumpra mesmo de Paris os deves que para mim resultam do encargo que me confiastes. O meu relatório deve em breve recebê-lo e imediatamente vo-lo enviarei. Mas um relatório é evidente que não pode conter tudo, e o que me foi dado observar e estudar durante todo um ano de viagens, fornece-me elementos abundantíssimos. É por isso que por este mesmo correio me dirijo ao camarada director da "Batalha" annunciando-lhe a remessa próxima d'uma série de artigos tratando das questões que mais prendem neste momento a atenção do operariado, das questões que forçosamente serão discutidas no próximo Congresso do Indicial Português, essas mesmas questões para o esclarecimento das quais a C.G.T. me mandou no ano findo.

(N)

Anexo I – Cartas de Prefeito de Carvalho à CGT (continuação)

É mesmo a proximidade do Congresso que me leva a encetar urgentemente este trabalho, pois a leitura da "Batalha" no meu regresso da Rússia, mostra-me que ainda não foram ventilados em Portugal, com a indispensável amplitude, aqueles problemas que já ocupavam largamente a imprensa operária de todos os países, nomeadamente a imprensa diária. A "Batalha" criou-se, uma situação à parte, uma categoria única, entre a imprensa diária do operariado europeu, com a sua marcha indecisa, dubia, vacilante, confusionalista, incapaz de orientar-se de que maneira for o operariado português. Tenho por seguro que a quasi totalidade dos militantes portugueses estarão ainda hoje profundamente despreocupados, completamente em branco sobre aqueles graves problemas que o início da revolução social suscitou. E eu pergunto a mim próprio, com extrema perplexidade, com amarga desolgação, que conhecimento de causa terão os militantes, os delegados sindicais, ao próximo Congresso, que preparação e competência demonstrarão eles para discutir as questões que não sefam a elevação da cota e equivalentes, assunto de mera economia doméstico-sindical — deesse que "A Batalha" lhes fornece num dia tradução da "Correspondance Internationale" para no dia seguinte romper com o relato não comentado da reunião do Internacional Amarelo, da Internacional dos Traidores à causa operária — e perderem o resto das suas colunas em diatribas a aviações que não decorreram a pólvora nem sequer bateram um record, ou em explicações sobre a forma de cominar o presunto, como se o miserável trabalhador português pudesse chegar a tais piteus. O leitor da "Batalha" sabe hoje quantos foguetes estalarão em fombos de Algodres para comemorar a chegada dum Gago qualquer ao fim da sua prôsa. Mas do que ele não tem a mínima noção prática é da maneira de conduzir a revolução que o emancipará.

É pois no desejo de atenuar estes males que me ponho à disposição da C.G.T. e do seu órgão, e é da questão das Internacionais Sindicais que especialmente me ocuparei. A C.G.T. encarregou-me de obter-lhe um depoimento (e foi com a intenção de bem me desempenhar deste encargo que fiz a segunda viagem de Berlim a Moscú) e é esse depoimento que eu vou apresentar-lhe, na esperança de que ele algum préstimo tenha como elemento de informação para o delegado ao Congresso. Agradecer vos teria imensamente se me enviásseis cópia da "ordem do dia" desse Congresso, para por ela orientar os meus escritos.

Saudações fraternais
 Prefeito de Carvalho

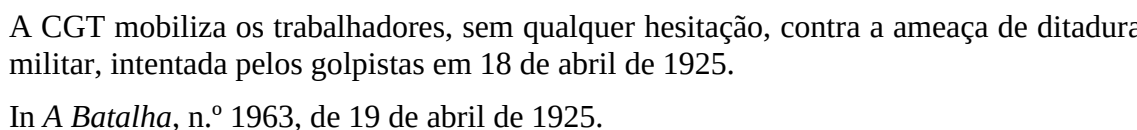
P.S. — O endereço para a resposta e algumas outras indicações que no peco tomeis em conta, não me conta de neste mesmo correio envio ao director da "Batalha". P.C.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. 61, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Cx. 63, MS. 235, Carta de Prefeito de Carvalho, a partir de Paris, à CGT, em 29 de junho de 1922.

Anexo II – O PCP propõe a Frente Única do Proletariado em 1923

[illegible]

O Partido Comunista Português, recentemente fundado e sob a direção de Carlos Rates, propõe a Frente Única do Proletariado através do seu órgão, *O Comunista*, Ano I, Lisboa, n.º 6, de 15 de outubro de 1923, p. 1.



In *A Batalha*, n.º 1963, de 19 de abril de 1925.

Anexo V – Carta Aberta ao Partido Republicano Português



A Câmara Sindical do Trabalho, afeta à CGT, escreve uma Carta Aberta muito dura ao Partido Republicano Português, ou Partido Democrático, a seguir ao golpe do 18 de abril de 1925, repudiando as perseguições dos governos republicanos contra os trabalhadores.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 64, Pasta Panfletos II, Núcleo CGT e outros organismos consindicais, Carta Aberta ao Partido Republicano Português e ao seu Directório, 1925.

Anexo VI – A luta da CGT contra as deportações pelos Governos da República

As greves de protesto

EM COIMBRA E EM PORTIMÃO

Duas greves gerais de protesto

A greve geral de Portimão estendeu-se a vários pontos do Algarve. A de Coimbra constituiu um gesto de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país.

O operariado reclama o regresso dos deportados e com esta justa reclamação estão todas as almas bem formadas.

A greve geral em Portimão

Portimão, 24. — A greve geral de Portimão, que se realizou ontem, foi uma manifestação de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país. A greve estendeu-se a vários pontos do Algarve, e a de Coimbra constituiu um gesto de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país.

O operariado reclama o regresso dos deportados e com esta justa reclamação estão todas as almas bem formadas.

A BATALHA foi ontem submetida à censura prévia!

A burla do inquérito está sendo desmascarada por vários jornais.

O inquérito sobre a greve geral de Portimão, que se realizou ontem, foi uma manifestação de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país. A greve estendeu-se a vários pontos do Algarve, e a de Coimbra constituiu um gesto de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país.

A revolta na China

A colónia portuguesa de Macau e as medidas do Governo português.

O movimento de revolta na China, que se realizou ontem, foi uma manifestação de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país. A greve estendeu-se a vários pontos do Algarve, e a de Coimbra constituiu um gesto de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país.

A propagação do comunismo

O movimento de propagação do comunismo, que se realizou ontem, foi uma manifestação de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país. A greve estendeu-se a vários pontos do Algarve, e a de Coimbra constituiu um gesto de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país.

O assalto à legação chinesa

O assalto à legação chinesa, que se realizou ontem, foi uma manifestação de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país. A greve estendeu-se a vários pontos do Algarve, e a de Coimbra constituiu um gesto de nobreza e dignidade que merece a atenção do povo trabalhador de todo o país.

A CGT declara uma greve geral de protesto nas cidades de Coimbra e de Portimão contra as deportações de operários e sindicalistas perpetradas pelo governo republicano de Vitorino Guimarães.

In A Batalha, n.º 1013, de 24 de junho de 1925, p. 1.

Anexo VII – O I Congresso Confederal (IV Congresso Nacional Operário)

A BATALHA

Revista da Organização Operária Portuguesa

PREÇO 30 CONTAVES - ANO VII - Nº 204

O I Congresso Confederal (IV Nacional Operário)

pela maneira elevada como tem decorrido e pela ponderação dos seus componentes, honra a classe trabalhadora do país que, desejando emancipar-se, começa por saber conduzir-se perante os mais graves problemas que de perto a interessam

Representação do Congresso Confederal (IV Nacional Operário) em Santarém. A. Borghi, A. Costa, G. Costa, e outros.

"A Batalha" vítima de uma calúnia

No sequestramento dos revólveres de 1918, A. Borghi, A. Costa, G. Costa, e outros, foram acusados de serem responsáveis por uma série de crimes. A Batalha, a revista da Organização Operária Portuguesa, foi acusada de ser o veículo principal para a divulgação dessas acusações. A revista, no entanto, nega qualquer responsabilidade e afirma que as acusações são infundadas. A Batalha, fundada em 1918, é uma das principais revistas da classe trabalhadora em Portugal. Ela tem sido alvo de várias acusações ao longo dos anos, mas sempre se defendeu com firmeza. A revista afirma que as acusações são apenas calúnias destinadas a desacreditar a luta operária.

A Batalha, no entanto, não se deixa intimidar por essas acusações. Ela continua a publicar artigos e reportagens que defendem os interesses da classe trabalhadora. A revista afirma que as acusações são apenas uma tentativa de silenciar a voz dos trabalhadores. A Batalha, fundada em 1918, é uma das principais revistas da classe trabalhadora em Portugal. Ela tem sido alvo de várias acusações ao longo dos anos, mas sempre se defendeu com firmeza. A revista afirma que as acusações são apenas calúnias destinadas a desacreditar a luta operária.

A *Batalha* destaca a realização do I Congresso Confederal, também conhecido como o IV Congresso Operário Nacional, em Santarém. Na 1.ª página surge em evidência a figura de Armando Borghi, delegado ao congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores/AIT.

In *A Batalha*, n.º 2094, em 27 de setembro de 1925, p. 1.

Anexo VIII – O PCP apela ao voto nos candidatos proletários

[illegible]

O PCP apela ao voto dos trabalhadores na «lista popular» conjunta entre o Partido Comunista Português e a Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos, para a eleição de deputados vermelhos.

In *O Comunista*, Ano II, Lisboa, n.º 43, de 8 de novembro de 1925, p. 1.

Anexo IX – Programa Eleitoral do Partido Comunista Português em 1925

PROGRAMA ELEITORAL

♦ DO ♦

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUEZ

O P. C. P. não crê nas virtudes pré-gadas da democracia formalista, exercida por organismos que de populares nada tem e que serviram até agora para acentuar cada vez mais o predomínio da burguesia exploradora. A verdadeira soberania popular, o inextinguível governo do povo e pelo povo, só pode encontrar a sua expressão em organismos que agrupam os directos produtores. Espantando as grandes empresas economicas não forem nacionalizadas, o poder publico há de exprimir sempre a vontade e os interesses dos grandes exploradores.

Por isso, e para atenuar quanto possível os inconvenientes desse domínio da burguesia exploradora, o P. C. P. defenderá no Parlamento a incompatibilidade do exercício das funções publicas com os cargos de gerencia dos bancos e das grandes companhias concessionarias e privilegiadas, bem como a representação proporcional das classes no corpo legislativo e nas administrações locais.

O P. C. P. defenderá a nacionalização das indústrias bancaria, do seguro, da moagem, dos tabacos, dos fosforos, dos caminhos de ferro e transportes maritimos de longa curso, sua organização em trustes do Estado, com participação dos operarios e empregados na administração.

O P. C. P. defenderá a nacionalização da propriedade latifundiaria e da dos absenteeistas (proprietarios que não exercem a exploração da terra), e a sua distribuição por famílias de camponeses, cooperativas e sindicatos, tendendo assim a transformar a cultura extensiva em cultura intensiva, que eleve a produtividade agricola e determine o seu barateamento.

O P. C. P., para obstar á multiplicação dos intermediarios que tanto concorrem para a carestia dos preços, defenderá o monopólio do comércio exterior das substancias alimentares e das materias primas industriais, pelo Estado, com o controle dos sindicatos operarios e cooperativas.

O P. C. P. defenderá a redução, a taxas meramente estatísticas, dos impostos alimentares que incidem sobre os preços da primeira necessidade, como medida indispensavel ao barateamento da vida.

O P. C. P. defenderá o estabelecimento dum salario minimo para todos os operarios e empregados, fixado em função do preço das mercadorias e revista periodicamente.

O P. C. P., ciente de que a economia nacional repousa essencialmente no esforço dos pequenos produtores que constituem a grande maioria da população, defenderá a organização do credito aos pequenos agricultores e industriais, ás cooperativas de produção e de consumo, com as disponibilidades da Caixa Geral dos Depósitos.

O P. C. P. defenderá, como uma das medidas indispensaveis para enfrentar a crise do desemprego, o estabelecimento dum subsidio equivalente a 50% do salario regular para todos os desempregados por motivo da crise economica, direito este já conquistado em todos os países civilizados.

O P. C. P., com o mesmo fim, defenderá a abertura de trabalhos publicos extraordinarios — estradas, caminhos de ferro, construções escolares, casas economicas, etc.

O P. C. P. combaterá energicamente toda a tentativa de solução financeira pelo agravamento dos impostos, mas pugnará pela confiscação de 50 % das fortunas particulares superiores a 500 contos e duma percentagem proporcional regressiva até as fortunas de 200 contos, bem como não se oporá ao agravamento da contribuição de registo por titulo gratuito (heranças).

O P. C. P. considera que um dos maiores males nacionais é o analfabetismo, e por isso adoege a criação dum organismo popular que, com o auxilio financeiro do Estado, se proponha extirpar o cancro do analfabetismo dos individuos de 18 a 30 anos, pelos processos intensivos do ensino.

O P. C. P. entende que se devem criar as condições praticas para o ensino obrigatorio, pela garantia de assistência medica e farmaceutica, de vestuario e alimentação, e que a Escola para a geração nova deve ser remodelada, devendo criar-se em cada individuo as melhores aptidões para o trabalho e a consciencia da necessidade de viver dele, e que por isso um maior lugar deve ser dado ao ensino profissional.

O P. C. P. defenderá a organização do seguro social em bases amplas, abrangendo a maternidade e a infancia, a velhice e a invalidez.

A Comissão Central

O PCP no seu Programa Eleitoral, em 1925, defende um vasto leque de nacionalizações, um subsídio de desemprego equivalente a 50% do salário regular, o combate ao analfabetismo, o ensino obrigatório e a assistência médica, farmacêutica e alimentar.

In *O Comunista*, Ano II, Lisboa, n.º 43, de 8 de novembro de 1925, p. 2.

Anexo X – A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa contra a ameaça de uma ditadura militar



Nas vésperas do movimento do 28 de maio de 1926 a Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa alerta o proletariado para a ameaça de uma ditadura militar à Primo de Rivera.

In *A Batalha*, n.º 2213, de 19 de fevereiro de 1926, p. 1.



A central operária anarcossindicalista insurge-se contra a cisão no seio do movimento sindical, levada a cabo pelo PCP e pelos Partidários da I. S. V. que passaram a liderar alguns sindicatos.

In *A Batalha*, n.º 2221, de 28 de fevereiro de 1926, p. 1.

Infantaria 33, da 2.ª Divisão, com sede em Lagos, chegou ontem no comboio 22 a Alcácer do Sal. O governo mandou levantar a ponte de Alcácer e enviou Infantaria 16 e guarda republicana ao encontro dos revoltosos. No Norte, o movimento estende-se a Braga, Vila Real, Lanego e Amarante. A cidade do Porto conserva-se, aparentemente, tranqüilla. De Évora não há comunicações. Em Lisboa há sossego e boatos, conservando-se todas as forças de prevenção rigorosa.

[illegible]

Fernando Mayaguez, deputado derrotado (abaixo), foi eleito deputado estadual em 1998, mas não conseguiu se reeleger em 2002. Ele foi eleito deputado estadual em 1998, mas não conseguiu se reeleger em 2002. Ele foi eleito deputado estadual em 1998, mas não conseguiu se reeleger em 2002.

At. *Apelidos, apelando mononímico, geralmente são usados quando o falante quer expressar o poder da palavra que todos sabem em poucas palavras. A forma construída sempre mantém o mesmo significado.*

Exemplos: *Chamado de "Bela", a esposa de um amigo do autor, ficou conhecida depois de ter sido apelada "Bela" por um colega de trabalho. A designação depois de termos de "Vivian", Maria ficou conhecida como "Vivian".*

At. *Apelidos, apelando mononímico, geralmente são usados quando o falante quer expressar o poder da palavra que todos sabem em poucas palavras. A forma construída sempre mantém o mesmo significado.*

Exemplos: *Chamado de "Bela", a esposa de um amigo do autor, ficou conhecida depois de ter sido apelada "Bela" por um colega de trabalho. A designação depois de termos de "Vivian", Maria ficou conhecida como "Vivian".*

[illegible]

As coisas que eu acho interessantes são aquelas que não têm nada de científico. Eu gosto de ler, de escrever, de fazer filmes, de fazer música, de fazer teatro, de fazer cinema, de fazer televisão, de fazer rádio, de fazer jornal, de fazer revista, de fazer livro, de fazer tudo isso. Eu gosto de fazer tudo isso. Eu gosto de fazer tudo isso.

[illegible][illegible][illegible][illegible]

neutralidade e expectativa, não declarando a greve geral.

Perante os golpistas do 28 de maio a Confederação Geral do Trabalho toma uma posição de neutralidade e expetativa, não declarando a greve geral.

In *A Batalha*, n.º 2297, de 29 de maio de 1926, p. 1.

Anexo XIII – José Santos Arranha, Secretário-Geral da CGT e o irmão franquista



José da Silva Santos Arranha (1890-1962) era Secretário-Geral da C. G. T. no 28 de maio de 1926 (foto tirada vários anos mais tarde).

Fonte: Espólio Particular da sobrinha-neta Cristina Talhadas Santos



António dos Santos Lima (1.º à direita), (franquista), irmão de Santos Arranha, (anarquista), alistou-se na Legião Espanhola. Desfile em Ceuta, em junho de 1941.

Fonte: Espólio Particular de Cristina Talhadas Santos.

In *A Batalha*, n.º 2301, de 3 de junho de 1926, p. 1.

Anexo XV – A proclamação tardia de greve geral por parte da CG contra os golpistas do 28 de maio de 1926

SUPLEMENTO AO N.º 2313

A BATALHA

PROCLAMAÇÃO
Ao proletariado e ao povo liberal

As forças reacconárias que nos últimos dias têm mantido o país em sobressalto, exaurindo-o com uma espectacular deslocação de tropas, numa ameaça tenebrosa de estrangulamento de todas as liberdades públicas, vêm de desmascarar-se por um golpe que, por enquanto se traduz num cerco apertado à capital do país.

Por detrás desse movimento militar, está claramente, indubitavelmente, a monarquia, a mais férrea de todas as ditaduras, a imposição dum regime à Mussolini ou à Rivera com o seu horroroso cortejo de destruição de tudo quanto represente o espírito liberal do povo português.

Periga a república! Sim, a república periga, mas mais do que ela periga a existência dos organismos de reivindicação proletária!

O povo português que fez a gloriosa escalada de Monsanto que lutou contra a trauidomia no Norte; o povo que tanta vez tem vertido o seu sangue generoso em defesa da sacrossanta Liberdade, não pode consentir — não consentirá! — que o massacre de operários, o incêndio das sedes de instituições liberais, características marcadas do mussolinismo e do riverismo, sejam instituídos em Portugal!

Um general louco, atacado de loucura caserneira, manejado por reacconários monárquicos, entre eles Raúl Esteves, Filomeno da Câmara e outros reconhecidos ultramontanos, mascaram a sua arremetida com a afirmação duma república que os militares-políticos mais de que ninguém emporcalharam!

Não tendo conseguido, pela persuasão e pela intirga, amarrar o espírito de liberdade que nos anima, apontam-nos aos peltos as balonetas dos nossos irmãos militarizados.

Querem a guerra civil? Pois bem, iremos para ela!

A Confederação Geral do Trabalho, organismo que não é político, que não quer governar, que não tem responsabilidades no descalabro moral e económico em que o país se debate, é neste momento o expoente máximo da Liberdade que, arrostando com todas as contingências da luta levanta o pendão da revolta contra a Tirania!

O seu primeiro gesto é este:

Está proclamada a greve geral revolucionária em todo o país!

OPERÁRIOS: Defendei com ardor a vida dos vossos filhos. Ponde em jogo todos os elementos de que possais dispor contra o despotismo, contra a monarquia disfarçada. Lancai mão das armas de que puderdes dispor e resisti até à morte ou até à vitória, contra o despotismo!

SOLDADOS, IRMÃOS NOSSOS! Lembrai-vos que sois filhos do Povo e que as armas que empunhais não devem servir para fusilar vossos pais, vossos irmãos, o Povo a que pertenceis! As armas que tendes nas mãos só um destino poderão ter: a defesa da Liberdade contra as pretensões ditatoriais de Gomes da Costa ou outros agalados que nos queiram impor um regime de tirania!

Para a luta, operários! Demo-nos as mãos, liberais!

A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa **Proclamação**
Ao povo trabalhador!

Calu a máscara! As hostes conservadoras militaristas, chefiadas por Gomes da Costa cercam Lisboa com o fim de estrangular a Organização Operária e suprimir as liberdades públicas. Contra tal afronta a Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa proclama a

GREVE GERAL REVOLUCIONÁRIA EM LISBOA!

TRABALHADORES: que todos neste momento grave saibam repelir a reacção que pretende esmagar-nos! A violência responderá com a violência. Defendamo-nos com todas as armas possíveis.

VIVA A LIBERDADE! ABAIXO A TIRANIA!

O Comité Revolucionário de Defesa Social

O Comité Federal da Federação das Juventudes Sindicais reúne hoje, pelas 20 horas, prefixas.

Só vinte dias depois é que a Confederação Geral do Trabalho proclama “a greve geral revolucionária em todo o país” contra o golpe do 28 de maio de 1926.

In *A Batalha*, n.º 2313, de 17 de junho de 1926, p. 1.

Anexo XVI – Circular da Comissão Intersindical de Lisboa Pró-Defesa do Horário de Trabalho

Comissão Inter-Sindical de Lisboa Pró-Defeza do Horário de Trabalho

CIRCULAR
(Urgente)

Presados Camaradas:

Em reunião conjunta dos sindicatos e associações de classe de Lisboa, celebrada no dia 6 do corrente na sede do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha, foi eleita, como é do vosso conhecimento, uma comissão representativa dos organismos operários locais destinada a pôr a salvo os interesses do proletariado em geral em face das modificações à legislação actual sobre horário de trabalho, postas em ordem do dia pelo Governo e das quais se está ocupando uma comissão por ele nomeada.

Como assuntos de correlação bastante íntima e dependentes sob todos os aspectos, os sindicatos aí presentes resolveram encarregar esta comissão do estudo, também, da magna questão da crise de trabalho, consignando-lhe a tarefa de esforçar-se por levar a efeito uma campanha tendente à debelação deste flagelo social.

Depois do estudo conveniente, chegamos à conclusão de que as questões horário de trabalho e "chômage" só poderão ser resolvidas num sentido favorável aos trabalhadores do país, desde que as procurarmos ligar, intimamente, a uma vasta agitação de massas baseada nas relações estreitíssimas entre o agravamento da jornada de trabalho como fenómeno latente para os trabalhadores enquanto o patronato dispuser a seu talante da mão de obra desocupada, não obstante todas as "restrições legais".

Esta razão, aliaz justificada em toda a nossa vida de acção sindical, força-nos a considerar estes dois problemas como de importância paralela, perfeitamente dependentes, por isso devendo ser tratados simultaneamente.

Sendo assim, achamos que, de momento e independentemente da representação a entregar por esta comissão ao Governo sobre a posição dos sindicatos de Lisboa em relação à jornada de trabalho segundo o princípio assente na reunião de 6 do corrente: — *o da defeza das 8 horas de trabalho como jornada máxima para todos os trabalhadores sem excepção*, a questão que se põe em primeira linha consiste em que todos os sindicatos e associações de classe procurem levar a efeito, o mais breve possível, assembleias magnas em cuja ordem de trabalhos figurem estes dois assuntos, enviando notas das mesmas a toda a imprensa e dando conhecimento ao Governo das resoluções aí tomadas que, em nosso entender, devem consistir:

- a) quanto ao horário de trabalho — 8 horas como jornada máxima
- b) quanto ao "chômage" reclamar a manutenção de um subsídio a expensas do Estado e do patronato, correspondente a 75% do salário desses camaradas quando ocupados independentemente da sua isenção de pagamento da renda de casa.

Uma vez que a questão da jornada de trabalho do mesmo modo que a do desemprego são questões de natureza geral, e por outro lado a sua solução não depende duma simples entrega ao Governo do documento a que atrás fazemos referencia, somos de opinião que o movimento de Assembleias gerais em todos os sindicatos deve ser considerado como o inicio da preparação de uma reunião dos trabalhadores de Lisboa subordinada à mesma ordem de trabalhos.

Tendo em vista a preparação de semelhante assembleia, esta comissão emite o critério de que todas as colectividades operárias que tem os seus órgãos na imprensa, deveriam iniciar nas suas colunas uma campanha sobre estes dois assuntos fundamentais do proletariado português na actualidade.

Por outro lado esta comissão procurará utilizar, também, neste sentido toda a imprensa proletária e de carácter geral que a tal fim se preste.

Para nos habilitarmos a efectuar um trabalho concreto tanto quanto possível, damos a seguir um questionário ao qual estamos certos nos enviareis uma resposta urgente.

QUESTIONÁRIO

Sobre horário de trabalho.

- 1.ª — Qual é a situação dos trabalhadores da vossa corporação em referencia à lei do horário de trabalho?
- 2.ª — Sois de opinião que se deve tomar a jornada de 8 horas como jornada máxima para todos os trabalhadores sem excepção?
- 3.ª — Que alterações entende o vosso sindicato dignas de serem introduzidas no regulamento do horário de trabalho?
- 4.ª — Quais os artigos a modificar em beneficio da vossa corporação?
- 5.ª — Em caso de a vossa corporação não estar ao abrigo da jornada de 8 horas, quais os argumentos do patronato do vosso ramo?
- 6.ª — Tal como se encontra, a lei do horário de trabalho, satisfaz plenamente os trabalhadores da vossa indústria?
- 7.ª — Caracteristicas especiais da vossa corporação em relação ao horário de trabalho?

Sobre crise de trabalho.

- 1.ª — A crise de trabalho faz-se sentir na vossa indústria?
- 2.ª — Podéis calcular o número aproximado de desempregados no vosso seio?
- 3.ª — Caracteristica do "chômage":
Parcial?
Absoluto?
- 4.ª — Tem o vosso sindicato procurado, já, lutar contra a crise de trabalho? Em caso afirmativo quais as medidas essenciais que defendeu?
- 5.ª — Estais de acordo em interessar o proletariado de Lisboa na luta contra a crise de trabalho?

Saudações fraternais

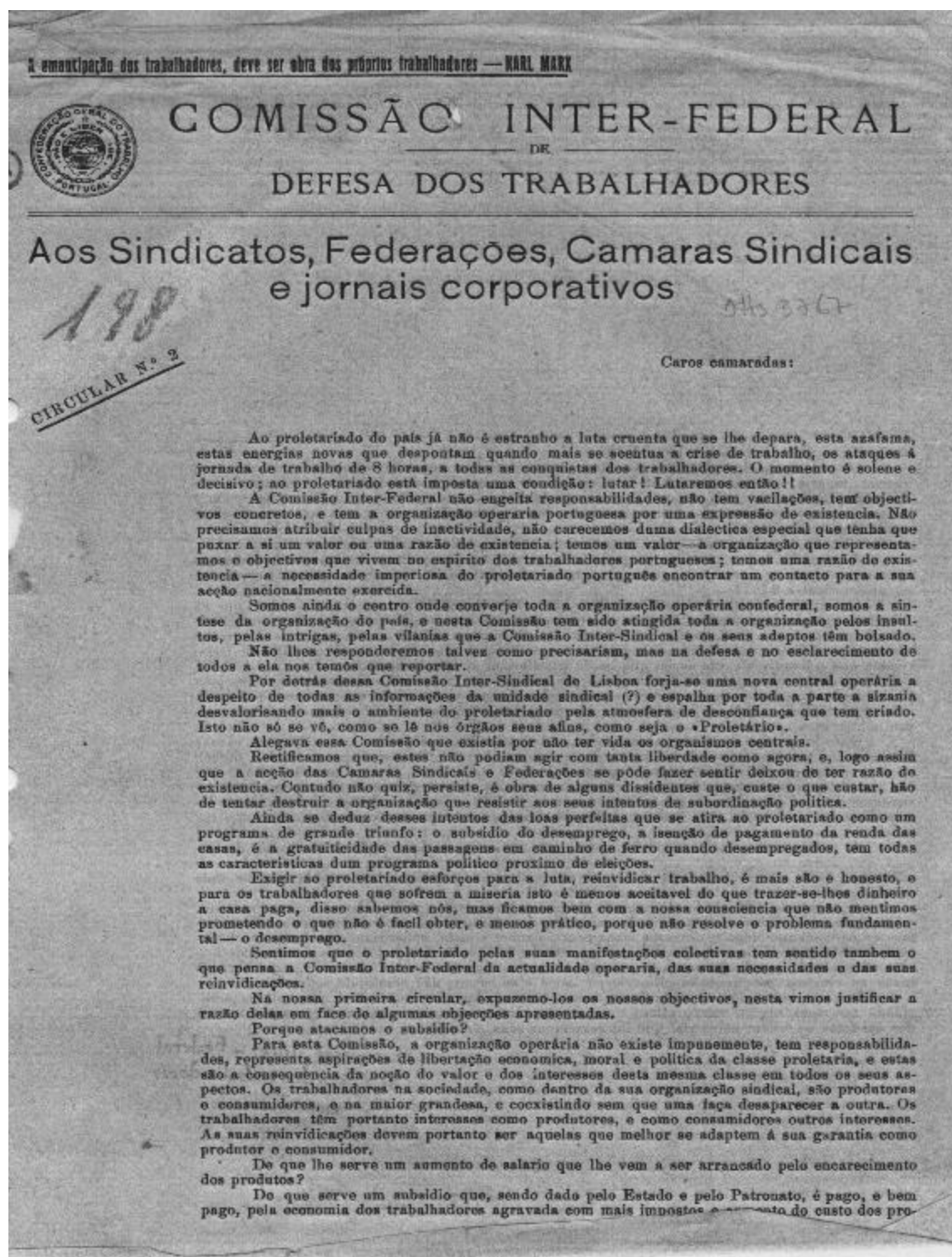
A COMISSÃO

Lisboa, 19 de Março de 1930.

Nesta Circular da recentemente criada C. I. S., afeta ao PCP, defende-se a jornada máxima de 8 horas de trabalho e um subsídio de desemprego correspondente a 75% do salário.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 63, Pasta CIS, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Circular da CIS, de 19 de março de 1930.

Anexo XVII – Circular da Comissão Interfederal contra a C. I. S.



Como resposta à formação da CIS comunista foi criada a Comissão Interfederal, afeta à C. G. T.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. 61, Cx. 64, Pasta Panfletos III, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Circular n.º 2 da Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores “Aos Sindicatos, Federações, Câmaras Sindicais e jornais corporativos”, 1930.

Anexo XVIII – A C. I. S. e a Oposição Sindical Revolucionária

Proletários de todos os países: Uní-vos!



Comissão Inter-Sindical

(O. S. R.)

Sede provisória: — Travessa do Falei Só, 9, 1.º — Lisboa-Portugal

Boletim especial para os sindicatos e G.D.S. — Publicação mensal

ANO I N.º 1 NOVENBRO DE 1931

PREPAREMOS ACTIVAMENTE A CONFERENCIA NACIONAL DA OPOSICAO SINDICAL REVOLUCIONARIA!

Na resolução votada pelos sindicatos que constituem a Comissão Inter-Sindical e por meio da qual esta foi integrada no seu papel de centro director da Oposição Sindical Revolucionária de Portugal, resolução já distribuída em circular por todos os sindicatos, encasreja-se a sua CCE de preparar a I Conferencia Nacional da O.S.R.. Esta CCE empenhada em cumprir esse encargo levando a referida conferencia a efeito, dentro do primeiro trimestre do proximo ano.

Esta conferencia impõe-se como uma necessidade imperiosa.

Precisamos fazer o balanço da nossa actividade, proceder a um exame retrospectivo da nossa acção e sacar desse balanço e desse exame todas as lições uteis que possam aproveitar á nossa actividade futura. Precisamos sistematizar toda a nossa organização, abrindo-lhe a via decidida de uma boa cristalização revolucionária e da conquista, para a luta de classes, da maioria do proletariado de Portugal. Precisamos ajustar a nossa tática ás lutas económicas do presente periodo; aplicar, ao nosso país, as directivas, a este respeito formuladas pela ISV, á base da experiencia mundial.

Os nossos sindicatos e grupos de defesa sindical não ocupam ainda convenientemente a posição de vanguarda que no movimento operário revolucionário lhe está destinada. Seguem por vezes, por bastantes vezes infelizmente a reboque dos acontecimentos. O nosso movimento enferma de um modo geral de fortes reminiscencias anarco-sindicalistas.

Naturalmente em todo o país quem se encontra á frente das greves, são as nossas organizações ou os membros da O.S.R.. Por todos os lados, ou as greves rebentam espontaneamente ou são organizadas e dirigidas por nós.

Os anarco-sindicalistas esperam pelo "revirálho" como panaceia, fazem depender todo o movimento operário da boa ou má actividade dos politicos burgueses contra a ditadura e sabotam portanto as greves que "perturbam

O Patronato só se "humanisa" perante a nossa força !...





-Perante um operário humilde e respeitoso: -Não mais um centavo; ouviu ?

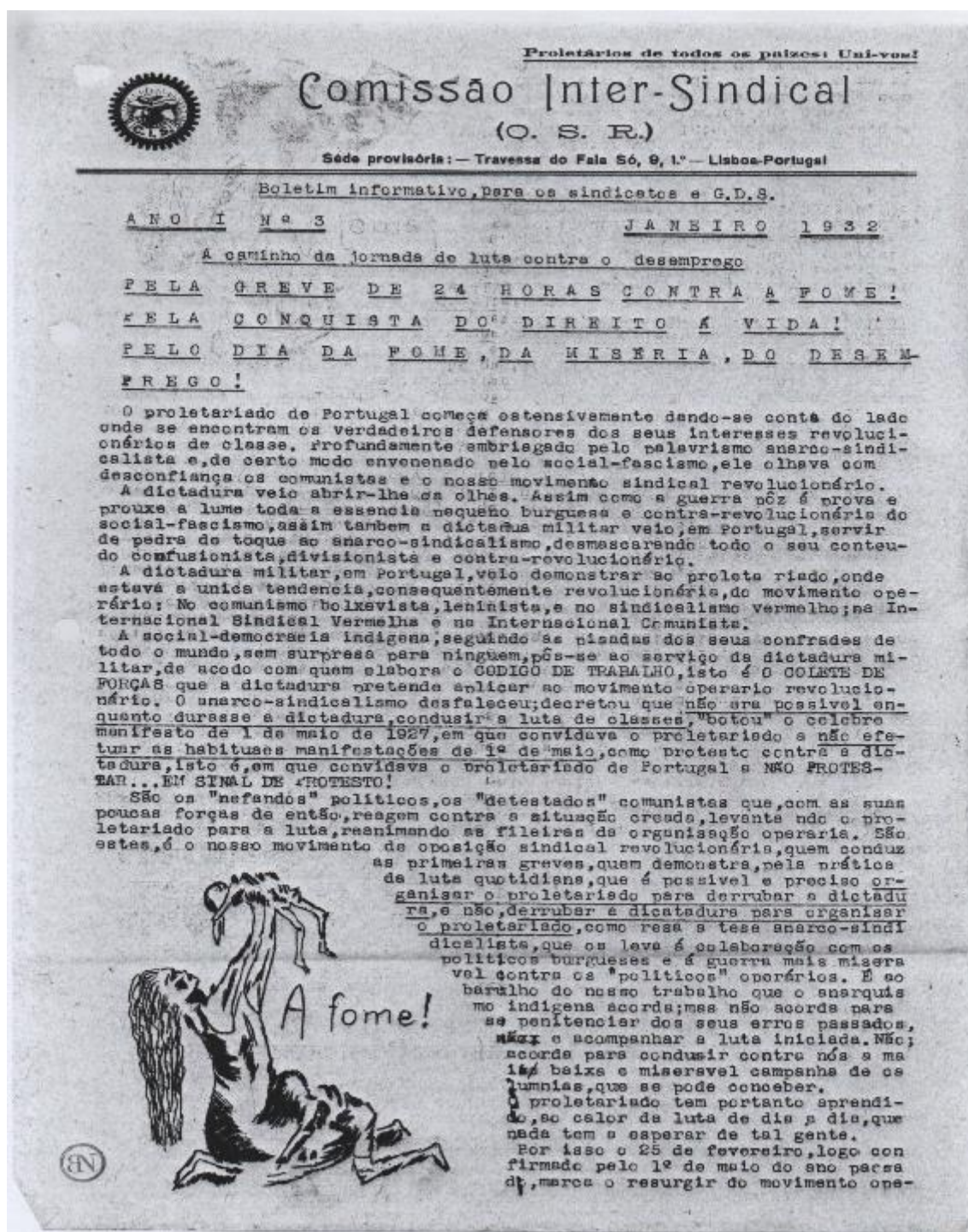
-Perante um grupo de operários, pouco conformes: -Eu não disse bem isso, enfim, veremos, talvez se arranje alguma coisa

-Perante os operários, todos revoltados: -Está bem; está bem conceder-se-ha o aumento pedido!

A CIS comunista prepara a Conferência Nacional da Oposição Sindical Revolucionária, em 1931.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 63, Pasta CIS, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, *Boletim especial para os sindicatos e G. D. S.*, Comissão Inter-Sindical, Ano I, Lisboa, n.º 1, novembro de 1931, p. 1.

Anexo XIX– A CIS declara greve de 24 horas contra a fome



A C. I. S. fazendo a apologia do comunismo leninista, da Internacional Comunista e do sindicalismo vermelho, em oposição ao anarcossindicalismo e à social-democracia, proclama uma greve de 24 horas contra a fome e a Ditadura Militar, em 1932.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 63, Pasta CIS, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, *Boletim informativo para os sindicatos e G. D. S.*, Comissão Inter-Sindical, Ano I, Lisboa, n.º 3, janeiro de 1932, p. 1.

Anexo XX – A CIS contra o «decreto burla» dos 2%



COMISSÃO INTER-SINDICAL

(OPOSIÇÃO SINDICAL REVOLUCIONARIA)

CIRCULAR N.º 7

AOS SINDICATOS OPERÁRIOS DE TODO O PAÍS,
AOS GRUPOS DE DEFESA SINDICAL

CAMARADAS:

Acaba de ser publicado no «Diário do Governo» n.º 113—I Série de 16 do corrente, o Decreto-Lei n.º 21.238 que aprova o Regulamento Provisório da Caixa de Auxílio aos Desempregados, que foi creada pelo decreto com força de lei n.º 20.984 de 7 de Março do corrente.

O Regulamento Provisório da Caixa de Auxílio aos Desempregados publicado em vespas do 29 de Fevereiro, que serviu de bomba de choque do movimento que ia desencadear-se não nos serve, pelo espirito acentuadamente reaccionario que presidiu á sua confecção.

A burguesia pretende que a classe operaria pague as consequencias da sua péssima administração pelo que estabelece um imposto de 2,1/2 nos nossos já minguaos salarios.

Se reclamamos subsidio para os desempregados, entendemos que apenas a classe patronal e o Estado devem pagar esse subsidio.

Que o subsidio não seja dado a titulo de ESMOLA á semelhança da SOPA DOS POBRES. Que a forma de dar o subsidio não sirva para as ilustres damas da nossa sociedade elegante terem pretexto para realisarem FESTAS DE CARIDADE.

O DECRETO BURLA, ao mesmo tempo que cria um imposto de 2 1/2 sobre os salarios da classe operaria, cria o imposto de 1 1/2, apenas para a classe patronal e estabelece que da sua Comissão Central farão parte três patrões e apenas um empregado e um operario. Mais: que os seus presidentes só poderão ser eleitos de entre a classe patronal. Resulta da execução do DECRETO-BURLA que a classe operaria fica assim amarrada ao carro da classe patronal e entregue á sua generosidade — a generosidade da fabula do lobo e do cordeiro.

Camaradas!

Não consintais que o DECRETO-BURLA tenha execução viavel.

Não permitamos que nes sejam descontados os 2 1/2 nos nossos salarios.

Lutemos por todas as formas ao nosso alcance apoiando todo e qualquer movimento que se leve á pratica para esse efeito.

Somos pelo auxilio aos desempregados mas unicamente a expensas do patronato e do Estado.

Queremos saber quanto recebe o operario quando na situação de desempregado.

O proletariado não pede esmolas, pede PAO OU TRABALHO.

Que todos os sindicatos operarios e Grupos de Defesa Sindical iniciem sem demora, por meio de manifestos clandestinos ou folhas volantes mesmo dactilografadas, uma campanha contra a execução do DECRETO BURLA.

Que todos os nossos sindicatos aderentes apresentem a sugestão de uma FRENTE UNICA DE LUTA CONTRA OS 2 1/2.

Preparemo-nos pois, para o movimento de protesto em todo o País.

Lembraí-vos que está posto á prova o espirito revolucionario de classe de toda a organização operaria.

Aceitai, camaradas, as nossas mais sinceras saudações.

Lisboa, 18 de Maio de 1932.



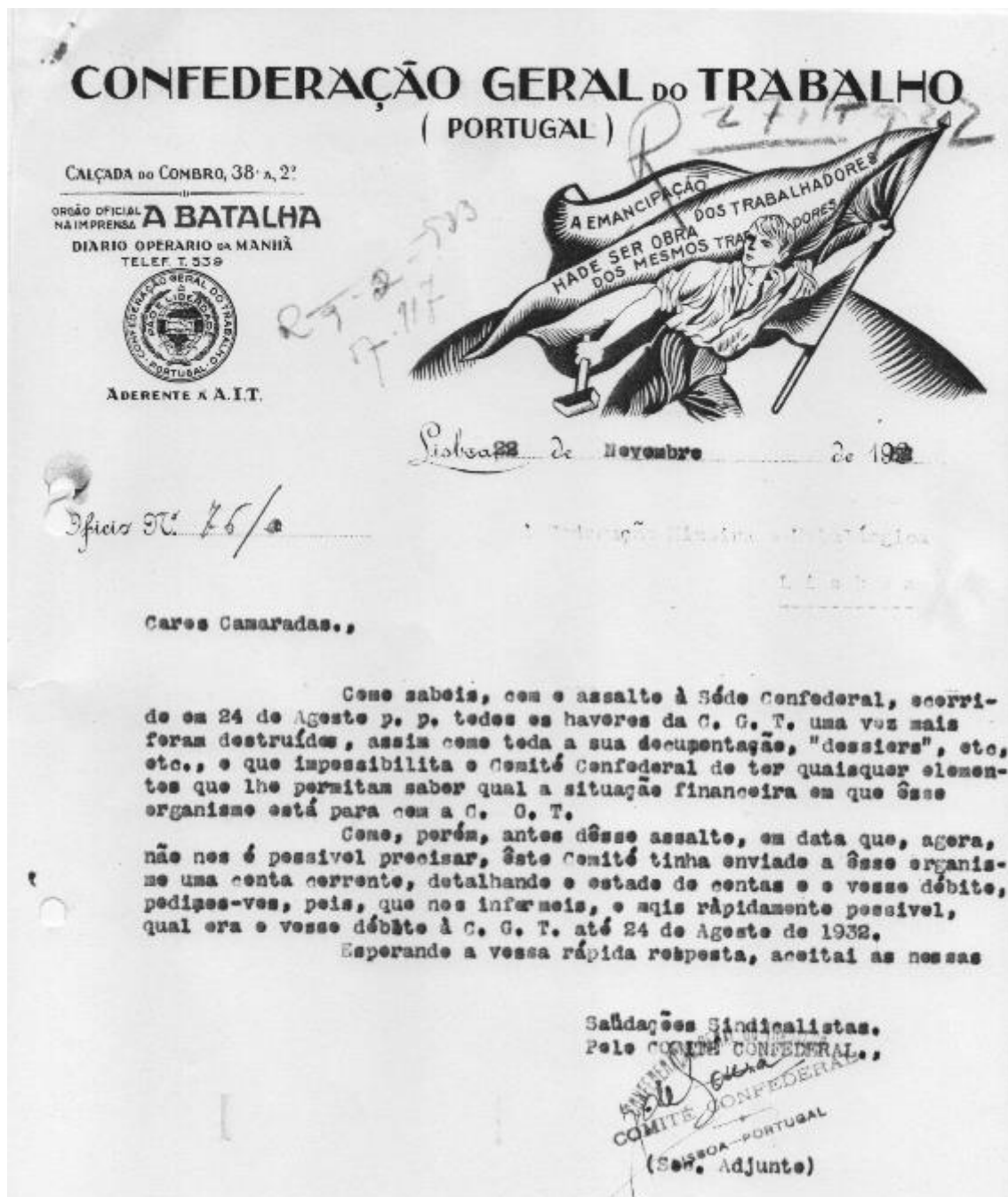


O SECRETARIADO DA C. I. S.

A Comissão Intersindical apelida o decreto do governo da Ditadura Militar que institui o imposto salarial de 2% (para o subsídio de desemprego) como «decreto burla».

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 63, Pasta CIS, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Comissão Inter-Sindical, Lisboa, Circular n.º 7, 18 de maio de 1932.

Anexo XXI – Ofício da CGT aos organismos sindicais



Após mais um assalto das forças policiais à sede da CGT, o qual destruiu toda a documentação existente, o Comité Confederal oficia os seus organismos sindicais para informarem sobre os débitos à central sindical.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. 61, Cx. 62, MS. 1092, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Ofício n.º 76 da CGT, Lisboa, em 22 de novembro de 1932.

Anexo XXII – Circular da CIS à CGT e outras estruturas sobre o Estatuto do Trabalho Nacional e os Sindicatos Nacionais



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES: UNI-VOS!

COMISSÃO INTER-SINDICAL

INTEGRADA NOS OBJETIVOS DA I. S. V.

(Circular)

A TODA A ORGANIZAÇÃO SINDICAL OPERÁRIA

- A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
- AS FEDERAÇÕES DE INDÚSTRIA, UNICÕES LOCAIS E SJ
- TODAS AS TENDÊNCIAS
- AOS SECRETARIADOS NACIONAIS DE INDÚSTRIA, UNICÕES SINDICAIS
- REGIONAIS, SINDICATOS VERMELHOS E GRUPOS DE DEFESA SINDICAL
- A TODO O PROLETARIADO EM GERAL

Procaros camaradas:

O Secretariado da Comissão Inter-Sindical, centrado dirigente do movimento Sindical Revolucionário, integrado nos objectivos da Internacional Sindical Vermelha, dirige-se, por este meio, a toda a organização sindical operária ficando claramente a sua posição em relação ao decreto C da série de leis fascistas que o governo está publicando para melhor iludir e amordaçar o proletariado, e que se refere á organização sindical operária.

No momento em que esta circular é escrita (7 de Agosto de 1933) já se encontra publicado o Estatuto do Trabalho Nacional, (decreto A) referente á organização patronal, e a lei (decreto B); não foram ainda publicadas o 4º, o 5º e o 6º decretos que se referem respectivamente a "Casas do Povo", "Construção de Casas Económicas" e "Instituto Nacional de Trabalho e Previdência" (decretos D, E e F).

Como estas questões, embora obedecendo a um fim comum - amordaçar o Proletariado e permitir ao Patronato, ao Estado e a todo o aparelho económico do sistema capitalista, atirar para cima dos ombros dos trabalhadores as consequências da crise mortal que toda a economia capitalista atravessa, se separaram entre si, nós tratamos na presente carta-circular apenas do decreto C (o decreto B, referente á organização patronal, apenas nos interessa pelo favoritismo que reflecte).

Trataremos em próxima circular aos trabalhadores rurais e pequeno camponeses do decreto referente a "Casas do Povo" e em seguida, em conjunto, dos decretos A, E e F.

Porém, o decreto referente á organização operária (decreto C) define desde já o propósito do legislador, o, estudá-lo, analisá-lo e tomar uma atitude perante ele é, em síntese, armar baionetas para receber os restantes.

Aceitarmos, deixarmos passar, submetemo-nos a este decreto é aceitar a mordida, o colar de forças que permite ao governo da ditadura militar-fascista; a ditadura dos Altos Comandos, dos grandes proprietários agrícolas, da Alta Finança e da grande Indústria, prosseguir e intensificar ao máximo a expulsão das grandes massas da população em geral e do Proletariado em especial, em seu proveito. Por isso entendemos indispensável tomar posições imediatamente e em separado, em face do decreto sobre organizações sindicais operárias.

Em primeiro lugar analisemo-lo com atenção.

QUE É O DECRETO SOBRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL OPERÁRIA ?

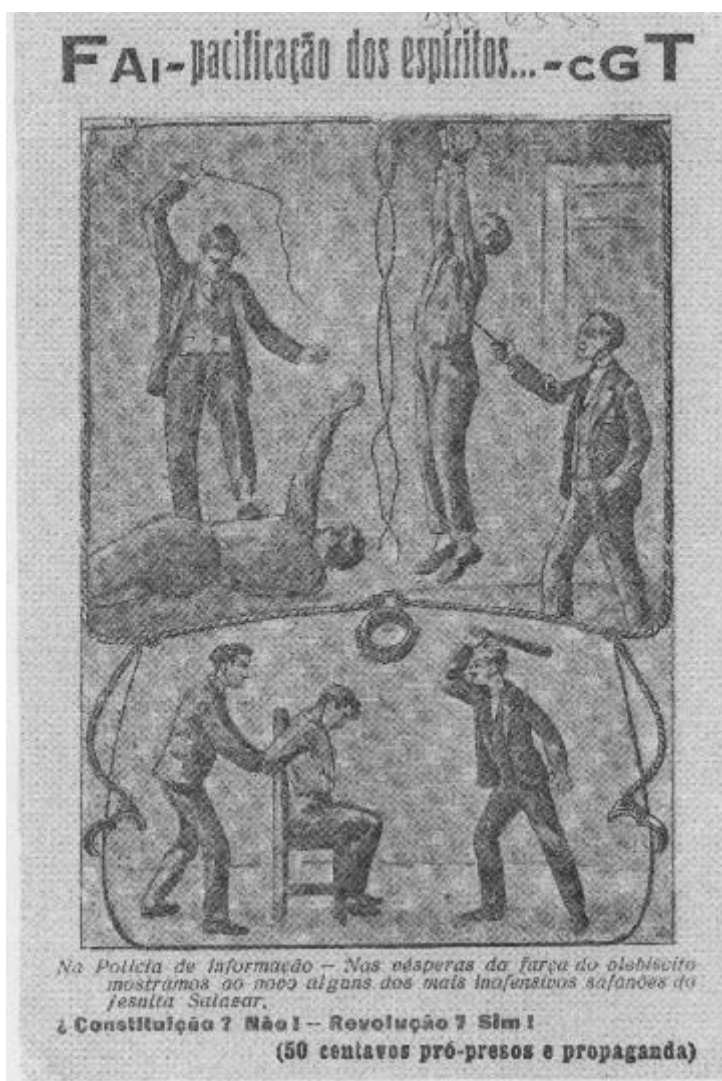
Os artigos nono, décimo e seu parágrafo único, do capítulo II, ressam o seguinte:

Artº9º - Os Sindicatos Nacionais devem subordinar os respectivos interesses aos interesses da Economia Nacional em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da Produção e do Trabalho:

Artº10º - Os Sindicatos Nacionais exercem a sua actividade exclusivamente no PLANO NACIONAL e no respeito absoluto pelos superiores interesses da Nação, sendo-lhe por isso vedada a filiação em qualquer organismo de carácter internacional ou a representação em congressos ou manifestações internacionais, sem autorização do governo. Não podem também

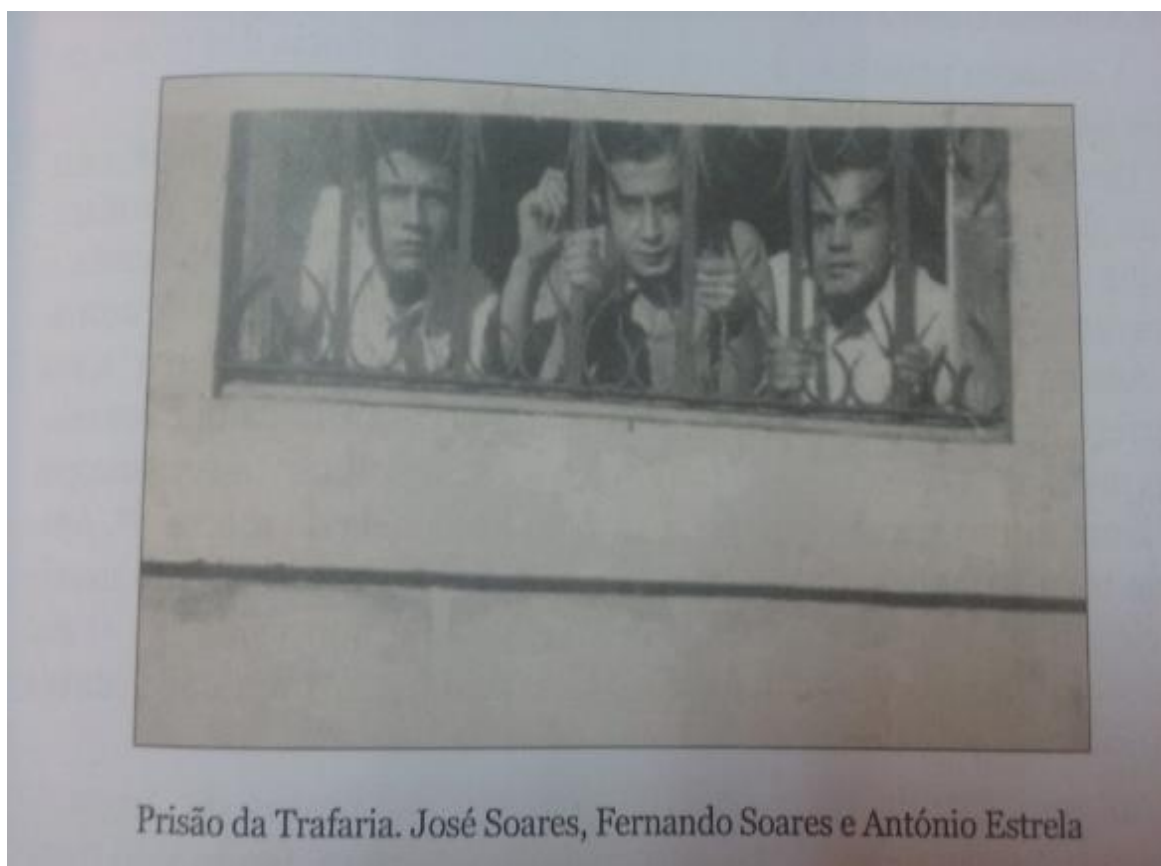
Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 63, Pasta CIS, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Cx. 63, Pasta CIS, Circular a toda a organização operária, 7 de agosto de 1933.

Anexo XXIII – Os «safanões dados a tempo» por Salazar



Postal editado pela C. G. T em 1933 sobre as torturas policiais e que Salazar apelidou de “safanões dados a tempo”.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 64, Pasta 9f, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, postal da FAI-CGT, 1933.

Anexo XXIV – Na Prisão da Trafaria, 1934

Prisão da Trafaria, em 1934. Aguardando julgamento José Soares, Fernando Soares e António Estrela, dirigente comunista do movimento revolucionário do 18 de janeiro em Silves.

In *Terra Ruiva*, Silves, «Presos Políticos de Silves», 19 de maio de 2018.



Boletim Inter-Prisional, correspondência de comunistas para comunistas, Aljube - Lisboa, n.º 9, de abril de 1934. Neste Boletim colaborava o preso comunista José de Oliveira Calvário Júnior, um dos principais organizadores da manifestação operária em Portimão, no dia 18 de janeiro de 1934.

Fonte: ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo n.º 1189, arguidos Fernando Viterbo de Campos Barbosa, Júlio Victor Ferreira, Simplício Pereira e José de Oliveira Calvário, fl. 3.

Anexo XXVI – Boletim Inter-Prisional, em 1934

-PROLETÁRIOS DE TÔDOS OS PAÍSES: UNI-VOG!



Boletim Inter-Prisional



(Correspondência entre presos)

ANO I —
GOVERNO CIVIL JUNHO DE 1934 —
BOLETIM Nº 1 —

A vida se desenvolve no mundo, no meio da luta, na luta das classes políticas e econômicas, já porque o sistema capitalista, — base da nossa economia — se encontra no seu declínio, devido das suas contradições, já porque a ditadura política, reflete desse sistema, um que agudizar a opressão e repressão sobre a classe trabalhadora, criando, deste modo, um estado de revolta latente em todos os setores da vida social, mais no sentido de defesa dos privilégios adquiridos; outros, na intenção de conquista de direitos postergados há longos anos.

Dessa luta, uma vitória se avizinha no presente e em que os mais imediatamente atingidos são os nós — os comunistas — marginalizados, inculcáveis e intocáveis, a libertação do solitário e novas concepções econômicas e uma sólida teoria política, que como aguçando humano, a quem todos prezamos.



EM MARCHA!

na vida são decididos, por virtude da sua militância combativa de os novos a que os tem relegado a exploração capitalista.

Mas, porque o fim da classe burguesa se avizinha, e porque as lutas se agudizam sobre os nossos corpos, a luta social, a luta política, a luta econômica do proletariado, se tornam cada vez mais importantes sob o aspecto de organização, a preparação de novas para a luta, decididos todos nós, mas no entanto das prisões, continuar a necessária preparação mental, física e política de modo a conseguirmos fortes meios de militantes suficientemente preparados e portanto aptos a conduzir a ação revolucionária dos massas trabalhadoras no momento propício da insurreição.

Todas as perspectivas do panorama político mundial, nos indicam que os acontecimentos se precipitam, quer seja, sob o impulso revolucionário das massas estudantis, quer sob a

(continua na pag. 4)

Boletim Inter-Prisional, n.º 1, de junho de 1934. Neste Boletim colaborava o detido comunista de Portimão José de Oliveira Calvário Júnior.

Fonte: ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo n.º 1189, Arguidos Fernando Viterbo de Campos Barbosa, Júlio Victor Ferreira, Simplício Pereira e José de Oliveira Calvário, fl. 16.

Anexo XXVII – Presos do 18 de janeiro a caminho da prisão



Presos da “greve geral revolucionária do 18 de janeiro de 1934” a caminho da prisão na Fortaleza de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, Açores, em 1936.

In *Terra Ruiva*, Silves, «Presos Políticos de Silves», 19 de maio de 2018.

Anexo XXVIII – Presos da «Greve Geral Revolucionária» de 18 de janeiro de 1934

Presos de Silves e de outras localidades, na Fortaleza de Angra do Heroísmo, por terem participado no movimento revolucionário de 18 de janeiro de 1934.

In *Terra Ruiva*, Silves, «Presos Políticos de Silves», 19 de maio de 2018.

Anexo XXIX – Militantes do 18 de janeiro presos na Fortaleza de Peniche



Presos na Fortaleza de Peniche pela sua ação no movimento do 18 de janeiro de 1934, quase todos militantes cegetistas.

No centro da foto encontra-se a mãe de José Francisco, de 83 anos, ao lado do filho em dia de visita, no ano de 1936.

Fonte: B. N., A. H. S., N61, Cx. 39, F02, Espólio de José Francisco.

Anexo XXX – Presos do Grupo da Organização Libertária do Tarrafal, em 1945

Presos no Campo de Concentração do Tarrafal, do Grupo da Organização Libertária do Tarrafal, em 1945, por terem participado no 18 de janeiro de 1934.

Da esquerda para a direita, sentados: José Ramos dos Santos (do comité anarquista de Tavira); Bernardo Casaleiro Pratas; Joaquim Duarte Ferreira e Américo Fernandes.

Em pé: Joaquim Pedro (do comité anarquista de Portimão); Custódio da Costa; José Ventura Paixão; José Ricardo do Vale; António Gato Pinto e Acácio Tomás de Aquino.

Fonte: «Antifascistas da Resistência», in site <https://www.FascismoNuncaMais/photos/grupo-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-libert%C3%A1ria-do-tarrafal-1945-pertencem-ao-processo-no-18-jan/>

Anexo XXXI – Carta da CGT a Silves

Lisboa, 2 de Maio de 1935

Aos camaradas de Silves.

Saúde !

Recebemos a vossa recente carta, e mais 50 escudos, dos quais, e dos anteriores mandados, vos remetemos junto os recibos.

Registamos a vossa persistencia, e queremos insistir neste ponto de capital importancia: todos os camaradas da regio algarvia devem procurar intensificar a rede de ligacoes entre si, localizando-as nos camaradas que em Faro constituiram o Comité Regional. Cada um por si procurara noutras localidades fomentar a organizacao confederal, ligar novos camaradas ao mesmo comite, que e o mesmo que liga-los a C.G.T. e ao seu Comité Confederal, espalhar as nossas publicacoes, levar "A Batalha" a toda a parte, e fomentar a cotisacao. A organizacao dos sindicatos revolucionarios, partindo dos grupos de fabrica, officina, ou qualquer outro local de trabalho sao um principio fundamental. Paralelamente o grupo anarquista que procurara insuflar constantemente o vigor da idea no espirito dos que ainda nao se tenham inclinado decididamente para elas, e colocar o mais urgentemente os problemas da nossa Revolucao.

Com o trabalho pratico desta rede de organizacao cada dia mais dilatada e que poderemos singrar proporcionando a organizacao confederal o ambiente e os recursos que a accao revolucionaria que lhe esta agometida exige para o nosso triunfo.

As informacoes locais que pedimos devem ser enviadas; se não ha quem as redija de modo a serem publicadas, isso não importa; escrevam como sabem ainda que seja so citando o facto. Se vier mal redigida, ou sem redacao, nos ca dar-lhe-emos redacao. Entendidos ?

Procurem ligacao com Tavira, Portimao, Ferragudo, etc.

Digam alguma coisa sobre o desterro de varios camaradas, se ainda se mantem e como foi feito para publicarmos.

Esperamos a continuacao da vossa actividade

Saudacoes Libertarias

Carta da CGT «aos camaradas de Silves» incentivando à organização dos sindicatos revolucionários anarquistas no Algarve após o desaire do movimento operário 18 de janeiro.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N 61, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Carta da CGT a Silves, 2 de maio de 1935.

Anexo XXXII – Carta de Francisco Batista Neves à CGT

pp. 273
 R. 9-11 31-
 14-11
 Silves 20-10-1935-
 Queridos Camaradas
 O primeiro lugar saúdo a
 liberdade. Camaradas tem esta
 o fim de ser e comunicar que
 o camarada Jorge dos Reis Aguiar
 foi preso no dia 2 do presente
 mês em Faro seguindo imedia-
 tamente para Lisboa e
 Chare que eu fiquei como o
 barque sem tripulantes quei-
 narne os camaradas digamme alguma
 coisa sobre isto porque eu não posso
 trabalhar sem ligações punitivas
 porque encontrarei em idade
 muito epíctose para trabalhar
 emprol dos que se encontram nas
 marmoras dos bandidos salazaristas
 que nos trabalhadores temos a
 destinta a brigação de lutar
 em defesa delis e dos filhos
 que se estão a definir-se doras
 a hora. Camaradas para a sim
 pudermos e previre que aja
 fiabilidade e solidariedade por
 infelizmente temos ultimamente
 sido perseguidos pelos bandidos
 salazaristas que não nos deixam
 desafogar a vontade a qual
 nos temos o direito.
 Também nutcias da i
 e madame alguns selos
 tem mais sandagões
 Anarquistas Sindicalistas
 Revolucionarios
 Francisco Batista
 Neves
 a minha Direcção
 e a seguinte Amália
 Marques Tava das
 da hortas do 10-11 Direito
 Silves

Camaradas saher
 a dizer que recebi a
 ligação dos camaradas
 anarquistas de
 espáha junto o
 jornal O Rebelião.
 que vosse dizer
 saque na volta do
 correio se foram recebe-
 dores desta e digamme

Francisco Batista Neves que fazia parte do Comité Sindicalista de Silves, juntamente com Edmundo dos Santos, escreve uma carta à CGT, em Lisboa, queixando-se das dificuldades de organização dos núcleos locais anarquistas no Algarve.

Fonte: B. N., A. H. S, Esp. 61, Cx. 62, MS. 273, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Carta de Francisco Batista Neves para a CGT em Lisboa, Silves, 20 de outubro de 1935.

Anexo XXXIII – Apelo da CIS para a constituição de uma única Central Sindical Operária, em 1936

Número avulso — 50 Centavos Fevereiro de 1936 Série Illegal — Ano III — Número 21

proletários de todos os países: uni-vos!

O proletário

porta voz da classe operária

ÓRGÃO E PROPRIEDADE DA COMISSÃO INTER-SINDICAL

Pela reconstituição dos Sindicatos Livres da Classe Operária à base da Unidade Sindical entre Comunistas, Anarquistas, Socialistas e sem partido !

Por uma única Central Sindical do Proletariado Português!

(Apelo da Comissão Inter-Sindical, dirigido á C. G. T., á F. A. O., a todos os operários comunistas, anarquistas, socialistas e sem partido, aos dirigentes e membros dos antigos sindicatos autonomos, a todo o proletariado em geral.)

CAMARADAS:

O povo trabalhador português vive actualmente uma das horas mais cruciantes de toda a sua existência.

A burguesia, procurando pôr-se ao abrigo dos efeitos destrutivos da crise económica, que implacavelmente corroi o sistema capitalista, aumenta dia a dia a exploração atroz que exerce sobre as grandes massas trabalhadoras.

Os operários industriais, os empregados, os assalariados agrícolas do nosso país, vítimas do agramento enorme da exploração, capitalista, vendem o seu suor por salários tão baixos como não é possível encontrar semelhantes em qualquer outro país da Europa. Milhares de operários qualificados, chefes de família, alguns, auferem salários aviltantes de 12\$00, de \$400, ou até de \$200. Em diversas regiões do país pagam-se jornais de \$400 por um trabalho de sol a sol nas duras fainas do campo.

Para o abutre capitalista estes salários parecem ainda excessivos. Dezenas e dezentos de milhares de trabalhadores vivem no nosso país que nem \$200, nem \$400, nem \$600, nem nada recebem. Milhares de seres humanos lançados para o desemprego por culpa do egoísmo sem igual capitalista, vivem assim, forçados à degradação de pedir esmola de porta em porta, arrastam por fardos sórdidos e infectos uma vida quasi animal e passam dias seguidos sem saber o que é comer.

Entretanto o governo da Ditadura fascista gasta rios de dinheiro que poderia ser destinados a obras públicas, necessárias, onde seriam empregados esses milhares de desempregados, gasta fortunas colossais em preparativos para uma nova matança a que quer conduzir a juventude trabalhadora e o povo laborioso do Portugal.

Paralelamente a este reforçamento da exploração dos trabalhadores e ao engrossamento do exército dos sem trabalho, assistimos ao encarecimento assustador dos meios de vida. Os géneros alimentícios, o vestuário, a vivenda, tudo a cada vez mais se encontra em maior desproporção com o salário reduzido auferido pelos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, e para tornar possível uma exploração desta natureza, com o auxílio de ruses por parte dos que a sofrem, a burguesia, utilizando os meios terroristas do fascismo, tem reduzido o proletariado português à condição de escravos sem direitos, sem vontade.

Vivemos hoje, como nas épocas mais remotas da Idade Média.

Os trabalhadores não têm o direito de emitir as suas opiniões e de expressarem livremente o seu pensamento; não têm o direito de, colectivamente, discutir os assuntos que lhes diz respeito nem de defender os seus interesses: é-lhes negada toda e qualquer participação, directa ou indirecta na vida política e administrativa do país.

Ai do que ouse rebelar-se contra uma tão iníqua escravidão! Aguardam-no as masmorras, a inquirição policial, o assassinio traiçoeiro nos antros da Polícia de Informações ou a morte lenta nas cuspadas das lutas ou nas regiões desérticas da África.

Os trabalhadores portugueses não podem suportar durante mais tempo uma situação destas.

O derrubamento da Ditadura católico-fascista dos Salazaros, Carmonas Teófilos impõe-se nos momentos presentes como uma necessidade imperiosa e inadiável, como meio inicial, do fazer terminar estas abomináveis monstruosidades que sofria o povo português.

Uma missão como esta, a de derrubar o Ditadura fascista, não é tarefa fácil. Esta missão exige da parte de toda a população laboriosa, explorada e oprimida pelo fascismo, da classe operária em primeiro lugar, a aplicação dos maiores esforços e energias.

Esta obra grandiosa e sagrada, é o primeiro passo para a libertação definitiva da classe operária portuguesa, exige de todos os revolucionários, de todos os verdadeiros amigos do povo, os maiores sacrifícios, as maiores provas de dedicação.

A Comissão Inter-Sindical, que sempre tem ocupado um posto de honra combatendo nas primeiras linhas de fogo contra o fascismo, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, não arrefecerá, nem um minuto, as suas actividades, pelo contrario multiplicará as suas energias, porá em prática todos os meios de que dispõe, para mobilizar as massas na luta contra o fascismo e contra o capitalismo em geral.

Mes a Comissão Inter-Sindical reconhece que o seu esforço não poderá produzir resultados tão importantes como os que se obtiveram se todas as forças sindicais que existem, até à data, ou existiram, não se unirem, dos sindicatos, em Janeiro de 34, vermelhos, anarco-individualistas, socialistas e autonomos, caminharem unidos como um só homem.

O nosso inimigo comum é forte e está unido. A classe operária, para obter numerosos componentes o objectivo é apenas um: PAZ, TRABALHO, PAZ e LIBERDADE, precisa, também de se unificar para impôr pela força multiplicada adquirida a razão.

A Comissão Inter-Sindical organiza forças importantes em Lisboa e em várias outras regiões do país. Mas a C.I.S. não conseguiu até hoje, apesar dos seus esforços, organizar toda e qualquer parte da massa operária de todos os pontos do país.

A C.G.T. actualmente está bastante debilitada, conta com poucas organizações sindicais e por via da perseguição feroz que como um, é vítima, não tem podido desenvolver uma larga actividade. Mas a sua influência perdura em muitos pontos do Portugal, a sua tradição data de muitos anos.

Numerosos sindicatos autonomos existiram em Portugal, agrupando massas importantes. A F.A.O. menos importante e de influência e tradição menor organizava, todavia, alguns sectores de trabalhadores.

Da fusão destas organizações, principalmente da fusão das duas maiores centrais sindicais: C.G.T. e F.A.O., que isoladamente não possuíam forças necessárias decisivas, resultaria uma organização potente, capaz de dirigir com firmeza a luta das mais vastas massas de trabalhadores pelas suas reivindicações.

Ao mesmo tempo, a fusão destas duas organizações, faria nascer em todo o proletariado português um entusiasmo extraordinário, animação de esperança, pois tem deante de si o exemplo magnifico de Espanha onde graças à fusão das duas centrais sindicais, graças à FRONTE POPULAR e à colaboração da C. N. T., anarquista, se deu o primeiro golpe triunfante à reacção, se arrastaram das prisões 30.000 presos, se pôs termo a censura à imprensa, as suspensões de garantias e custódia de guerra se impôs a liberdade de renúncia e de associação, a readmissão dos operários despedidos etc.

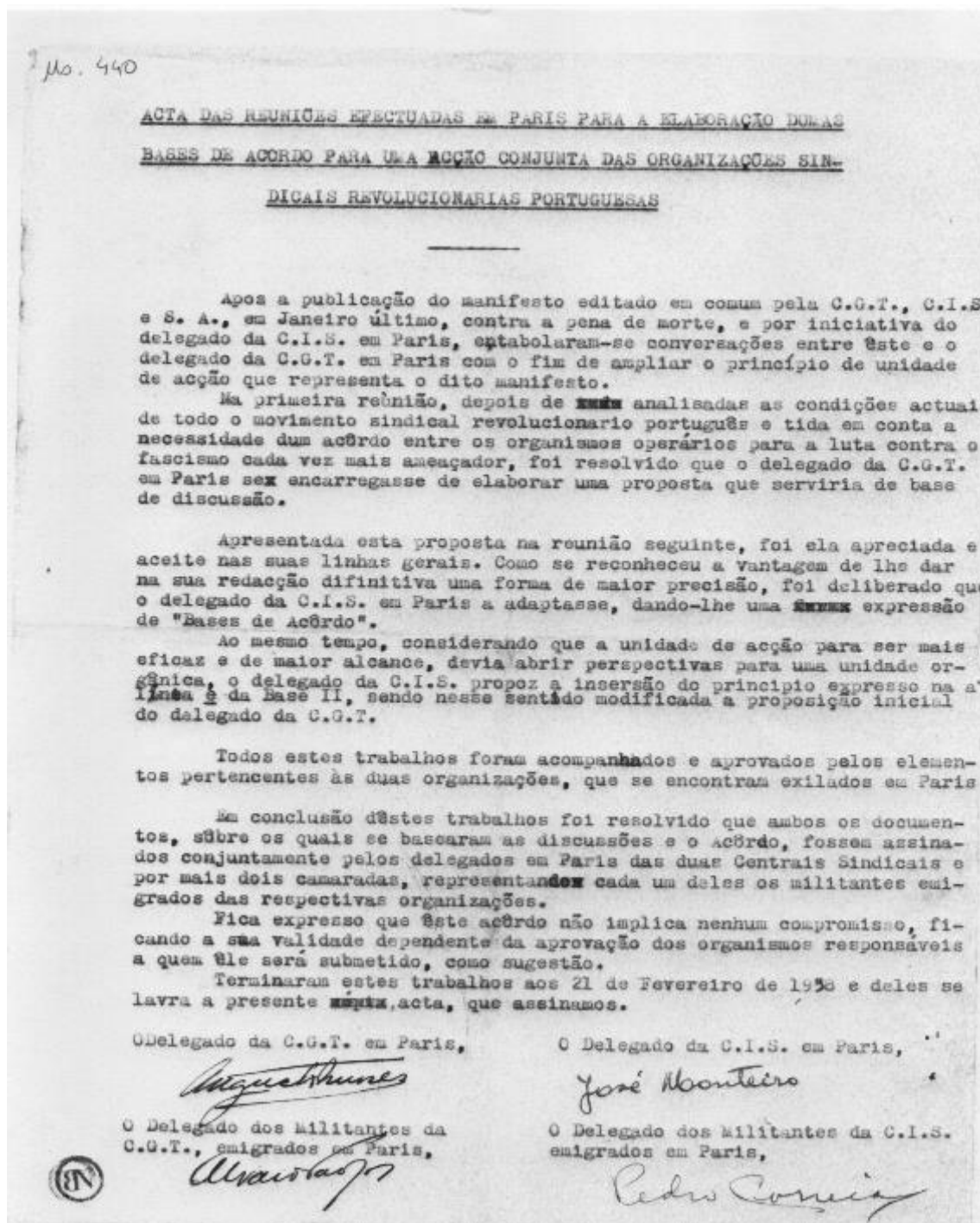
A Comissão Inter-Sindical, firmemente convencida que interpreta o sentir e as aspirações das grandes massas trabalhadoras do país, lança um apelo fraternal á C.G.T., á F.A.O., e aos antigos sindicatos autonomos, para que se constitua no mais breve espaço de tempo uma Central sindical única do proletariado português, para conduzir a luta libertadora pelas reivindicações dos trabalhadores e para dar combate ao fascismo.

A Comissão Inter-Sindical propõe, portanto, a realização, tão breve (Passa á 2ª página)

A CIS, através do seu órgão *O Proletário*, faz um apelo para a constituição de uma única Central Sindical Operária entre comunistas, anarquistas, socialistas e sem partido.

In *O Proletário*, Ano III, n.º 11, fevereiro de 1936, p. 1.

Anexo XXXIV – Acordo de Paris entre a CGT e a CIS, em 1938



«Ata das reuniões efetuadas em Paris para a elaboração dum as bases de acordo para uma acção conjunta das organizações sindicais revolucionárias portuguesas», [CGT e CIS], em 21 de fevereiro de 1938.

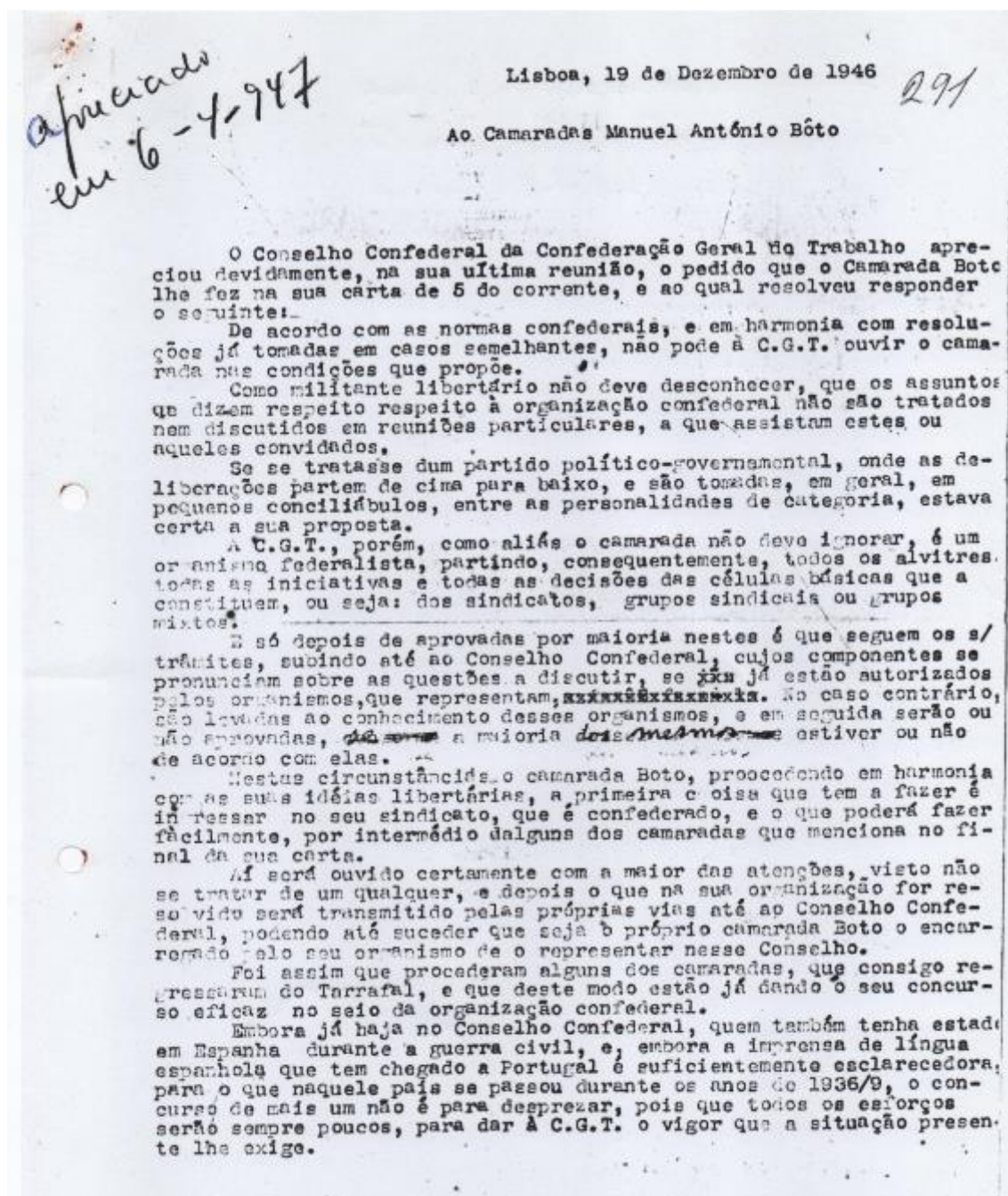
Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 63, Ms. 440, Núcleo CGT e outros organismos sindicais.

Anexo XXXV – Corticeiros da fábrica Avern, Sons & Barris, Silves, em 1942.



Fonte: Fábrica do Inglês, Museu da Cortiça, Silves. (postal).

Anexo XXXVI – Carta da CGT a Manuel António Boto



Depois de regressar do Tarrafal Manuel António Boto pede para ser ouvido pela C. G. T., que ainda o considera um militante libertário. O que é estranho, pois quando participou na guerra civil espanhola ao lado dos republicanos terá passado para o lado dos comunistas.

Fonte: B. N., A. H. S., Esp. N61, Cx. 62, MS. 2888, Núcleo CGT e outros organismos sindicais, Carta da CGT a Manuel António Boto, em 19 de dezembro de 1946 (só apreciada em abril de 1947).

Anexo XXXVII - A Poterna, Fortaleza de S. João Batista, Terceira, Açores

Imagem retirada do site:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Fortaleza de S%C3%A3o Jo%C3%A3o Baptista%2C Monte Brasil%2C ilha Terceira%2C A%C3%A7ores%2C catacumbas.JPG](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Fortaleza_de_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Baptista%2C_Monte_Brasil%2C_ilha_Terceira%2C_A%C3%A7ores%2C_catacumbas.JPG)

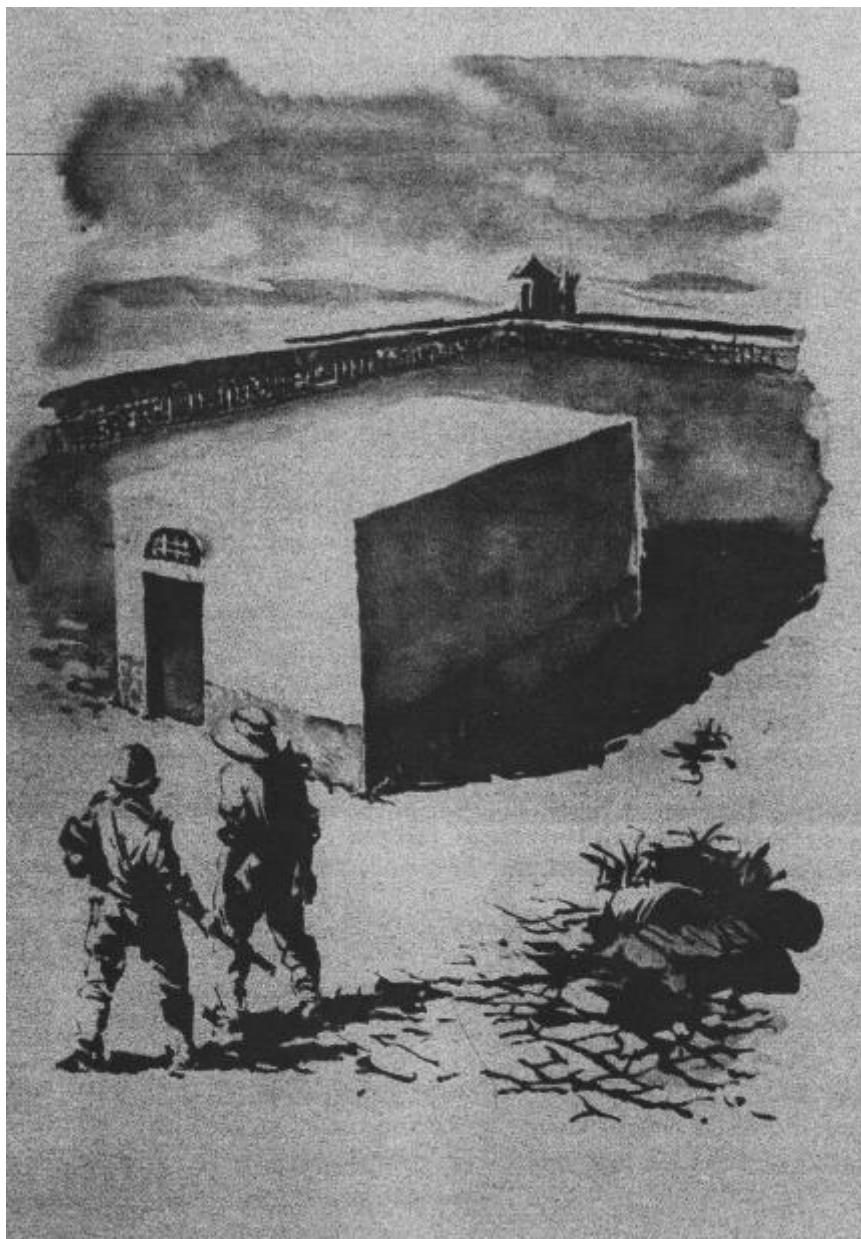
Anexo XXXVIII - Campo de Concentração do Tarrafal



Imagem retirada do site:

<https://www.google.pt/search?q=tarrafal+campo+da+morte+lenta&sxsrf=ALeKk039>

Anexo XXXIX – A Frigideira, Campo do Tarrafal, Cabo Verde



A “Frigideira”, in Luis Farinha, «Tarrafal, a Memória da Ditadura», *História*, Lisboa, III Série, Ano XXVIII, n.º 90, outubro de 2006, p. 18.

Anexo XL - Relação dos militantes do Algarve presos e acusados de terem participado na preparação e nas ações do movimento do 18 de janeiro de 1934

Castro Marim:

1. António Berlinga, PCP, preso a 22-12-33.
2. António Nunes, PCP, preso a 22-12-33.
3. Eliseu Gonçalves, PCP, preso a 22-12-33.
4. João Domingues, PCP, preso a 22-12-33.
5. José dos Santos Colaço, PCP, preso a 22-12-33.
6. José Luísa, PCP, preso a 22-12-33.

Faro:

1. Isidro Cabrita, CGT, preso em janeiro de 1934 é libertado em fevereiro.

Olhão:

1. Manuel António Rita, proprietário de fundição, CGT, detentor de 210 “buchas” e algumas “laranjinhas”; preso a 07-01-34 e libertado a 20-01-34.

Portimão:

1. Abílio Silva, 29 anos, padeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 02-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 12 meses de prisão correccional e perda de direitos políticos por 5 anos.
2. Abundâncio José, 27 anos, conserveiro, CGT; condenado pelo TME em 18-08-34 a 10 anos de degredo e multa de 20 contos; devido a recurso a pena é reduzida em 31-08-34 para 22 meses de prisão correccional e 3300\$ de multa.
3. António do Carmo Carrasco, ou António Catarino, 39 anos, estivador, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 02-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 12 meses de prisão correccional e perda de direitos políticos por 5 anos.
4. António José dos Santos, “O Galaraz”, 27 anos, conserveiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 02-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 12 meses de prisão correccional e perda de direitos políticos por 5 anos.
5. António Luís, 25 anos, trabalhador, CGT; entra na PVDE em Lisboa a 12-03-34; condenado pelo TME em 18-08-34 a três anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos.
6. António Rodrigues, 33 anos, conserveiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 13-03-34; julgado e condenado pelo TME a 18-08-34 a 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida, em 31-08-34, para 540 dias de prisão correccional e multa de 1080\$.
7. Artur da Silva, “O Nicho”, 32 anos, conserveiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 13-03-34; julgado e condenado pelo TME a 18-08-34 a 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida, em 31-08-34 para 540 dias de prisão correccional e multa de 1080\$.

8. Francisco António Luz, 25 anos, serralheiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 02-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 12 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por 5 anos.
9. Francisco da Glória Perrolas, 28 anos, carpinteiro naval, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 02-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 12 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por 5 anos.
10. Francisco Diogo, “O Chico Miúdo”, 28 anos, conserveiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 04-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 10 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por 5 anos.
11. Gregório da Purificação, ou Gregório Rita, 40 anos, conserveiro, CGT; enviado ao TME em 14-03-34; condenado em 18-08-34 a 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida em 31-08-34 para 540 dias de prisão correcional e 1080\$ de multa.
12. Joaquim Pedro, 23 anos, servente de pedreiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 10-03-34; condenado pelo TME em 18-08-34 a 10 anos de degredo e 20 contos de multa; vai para Angra do Heroísmo a 23-09-34; Tarrafal em 29-10-36; regressa a 15-12-46.
13. José Abundâncio, 33 anos, trabalhador rural, CGT; condenado pelo TME em 18-08-34 a 5 meses de prisão correcional (pena já expiada) e 150\$ de multa.
14. José Dantas, 37 anos, padeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 04-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 8 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por 5 anos, sendo solto no próprio dia de 27-10-34.
15. José de Oliveira Calvário Júnior, 35 anos, empregado de escritório, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 02-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 15 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por 5 anos.
16. José Mateus da Graça, 32 anos, motorista marítimo, CGT; encontra-se preso a 08-02-34; condenado pelo TME em 18-08-34 a 4 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida pelo TME, em 31-08-34, para 3 anos de desterro, mantendo-se o restante.
17. José Mendes do Carmo, 36 anos, sapateiro, CGT; enviado ao TME em 14-03-34 e condenado em 18-08-34 a 5 meses de prisão correcional e 150\$ escudos de multa; foi solto devido a pena já cumprida.
18. José Negrão Buízel, 58 anos, professor, CGT; enviado ao TME em 14-03-34; condenado pelo TME em 18-08-34 a 4 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida em 31-08-34 para 3 anos de desterro, mantendo-se o restante.
19. José Varela, 23 anos, calafate, CGT; em fuga é condenado à revelia pelo TME em 18-08-34 a 12 anos de prisão no lugar do degredo e 20 contos de multa; capturado, foi entregue pela PIDE às Cadeias Civas Centrais de Lisboa em 15-02-46.
20. Luís António, 25 anos, trabalhador de conservas, CGT; condenado pelo TME em 18-08-34 à pena de 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos.
21. Manuel Agostinho Gorgulho, trabalhador, CGT; em fuga é condenado à revelia pelo TME em 18-08-34 a uma pena de 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; amnistiado em 13-07-40.
22. Manuel d’Arez, 24 anos, conserveiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 12-02-34; julgado pelo TME a 18-08-34 a 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida em 31-08-34 com a sentença final de 540 dias de prisão correcional e multa de 1080\$.

23. Manuel Dias Pereira, (natural de Aveiro e a residir em Portimão), 43 anos, motorista marítimo, CGT; condenado pelo TME em 18-08-34 à pena de 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida em 31-08-34 para 540 dias de prisão correcional e 1080\$ de multa.
24. Manuel Joaquim Gonçalves, o “Manuel Valmatos”, (natural de Silves e a residir em Portimão), 30 anos, trabalhador de conservas, CGT; em fuga é condenado à revelia pelo TME em 18-08-34 a 12 anos de prisão no lugar do degredo e multa de 20 contos; em 06-03-52 a PIDE ainda mantém a ordem de captura.
25. Manuel Marques, (natural de Monchique e residente em Portimão), 43 anos, trabalhador de conservas, CGT; enviado ao TME em 14-03-34 e condenado em 18-08-34 a 3 anos de desterro, 100\$ de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; devido a recurso a pena é reduzida em 31-04-34, pelo TME, para 540 dias de prisão correcional e 1080\$ de multa; cumpre os 372 dias da pena restante na Fortaleza de Peniche.
26. Venâncio José dos Santos, 23 anos, trabalhador, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 04-03-34; condenado pelo TME em 27-10-34 a 8 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por 5 anos.

Silves:

1. Abatino da Luz Rocha, 28 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 22-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 12 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo; Tarrafal em 29-10-36, de onde regressa a 01-02-46; transferido para Peniche, de onde se evadiu a 20-09-46; não foi capturado.
2. Abílio Correia dos Reis, o “Abílio Galiza”, 27 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 22-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 90 dias de prisão correcional e 450\$ de multa.
3. Abílio Gonçalves, “O Garradas”, (natural de Silves e a viver no Barreiro), corticeiro, CGT; preso a 19-01-34; condenado pelo TME em 05-02-34 a 10 anos de degredo com prisão, 20 contos de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo; Tarrafal em 29-10-36, daqui regressando a 01-02-46, onde é restituído à liberdade.
4. António Alves Afonso (Tunes), 38 anos, comerciante, CGT; dá entrada na PVDE de Lisboa a 17-03-34 e é enviado ao TME; despronunciado é libertado a 17-08-34.
5. António das Neves Baptista, 29 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 16-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correcional e 180\$ de multa.
6. António do Rosário, “O Triste Vida”, 45 anos, corticeiro, CGT; entre na PVDE de Lisboa a 16-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correcional e 180\$ de multa.
7. António dos Santos Leitão, (Tunes), 31 anos, fator da CP, CGT; interrogado a 11-04-34.
8. António Estrela, 23 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 21-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 12 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; segue para Angra do Heroísmo a 08-09-34 e regressa a 09-06-43, onde recolhe à prisão de Peniche; libertado a 18-11-46.
9. António Pedro Lebre (Messines), metalúrgico, CGT, preso a 07/01/34.
10. António Teodoro, 27 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 04-03-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 10 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 23-09-34 segue para Angra do Heroísmo; Tarrafal em 29-10-36, daqui regressando a 23-01-46, novamente preso a 10-10-47, indo parar ao Aljube e a Peniche; solto a 11-07-49.

11. Carlos Martins Sovera, 16 anos, corticeiro; julgado à revelia e condenado pelo TME a 2 anos de prisão correccional e perda de direitos políticos por 5 anos; encontra-se preso em Peniche a 20-09-34; Tarrafal em 29-10-36; regressa a 15-07-40 e solto por ter sido amnistiado.
12. Carlos Ribeiro Maria, 27 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 16-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 180\$ de multa.
13. Casimiro da Silva, “O Carochó”, 39 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 13-03-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 180\$ de multa.
14. Daniel Pincho, 51 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 15-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 180\$ de multa.
15. Domingos Passarinho, 43 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 15-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 180\$ de multa.
16. Fernando Joaquim Simão, 25 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 31-01-34; condenado pelo TME em 14-04-34 a 6 anos de prisão correccional e perda de direitos políticos por 5 anos.
17. Flamiano Jorge, 21 anos, serralheiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 21-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 150 dias de prisão correccional e 750\$ de multa.
18. Francisco Álvares Marques, 43 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 15-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 180\$ de multa.
19. Francisco Marques Guerreiro, “O Chico Parrinha”, 31 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 16-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 180\$ de multa.
20. Francisco Nicolau, corticeiro, CGT; julgado e condenado à revelia pelo TME em 14-04-34 a 2 anos de prisão correccional e perda de direitos políticos por 5 anos; não chega a ser preso.
21. João da Conceição Valério, 19 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 21-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 450\$ de multa.
22. João José Montes, o “João Caldeireiro”, (oriundo de Silves mas a viver no Barreiro), 36 anos, corticeiro, CGT; preso a 21-01-34; condenado pelo TME a 12 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo e regressa a 23-07-43, onde vai para Peniche; libertado em 1946 falece no Hospital do Desterro a 27-10-53.
23. Joaquim dos Santos Caetano, 24 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 21-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 11 anos de degredo com prisão e 20 conto de multa; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo e regressa a 25-06-43, onde recolhe a Peniche; restituído à liberdade a 25-11-46.
24. Joaquim Rodrigues, CGT; processo enviado ao TME em 20-02-34.
25. José Carmo, 27 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 16-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 180\$ de multa.
26. José Correia Pires, (Messines), 26 anos, carpinteiro, CGT; foge para Espanha a 07-01-34 e no regresso a Portugal é preso a 05-11-36; condenado a 99 meses de prisão e degredo por atividades anarquistas; embarca para o Tarrafal em 05-06-37; regressa ao Continente a 20-02-45 onde vai para Caxias; amnistiado é libertado a 09-03-45.
27. José da Cruz, “O Terruta”, 25 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 22-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 90 dias de prisão correccional e 450\$ de multa.

28. José Domingos Beleza (Algoz), 31 anos, telegrafista da CP, CGT; interrogado a 11-04-34.
29. José dos Reis Sequeira, (residia e trabalhava em Faro desde 1931), 27 anos, corticeiro, CGT; preso em outubro de 1935 é condenado em 05-02-36 pelo TME a 20 meses de prisão, cumprindo 34 meses; em 17-10-36 segue para Angra do Heroísmo e regressa a Lisboa a 08-08-38, onde é restituído à liberdade.
30. José Gonçalves Elias Júnior, (Tunes), 44 anos, comerciante, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 17-03-34; libertado em 16-04-34.
31. José Gonçalves Rita, 28 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 21-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 90 dias de prisão correcional e 450\$ de multa.
32. José Gonçalves Vítor, 23 anos, empregado de comércio, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 22-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 90 dias de prisão correcional e 450\$ de multa.
33. José Mimoso, 25 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 31-01-34; condenado pelo TME em 14-04-34 a 4 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por 5 anos.
34. José Passarinho, 33 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 31-01-34; enviado ao TME a 06-02-34 é despronunciado; preso de novo a 21-04-34 é julgado pelo TME em 12-05-34, sendo absolvido.
35. Lebre, 1.º filho de António Lebre (Messines), CGT, preso a 07-01-34.
36. Lebre, 2.º filho de António Lebre (Messines), CGT, preso a 07-01-34.
37. Manuel António Boto (natural de Silves vivia no Barreiro), 26 anos, ferroviário, CGT; despronunciado pelo TME a 06-03-34; foge para Espanha onde participa na Guerra Civil, incorporando-se no V Regimento ao lado dos republicanos; no regresso ao país é preso a 01-10-40; passa pelas prisões do Aljube e Caxias e em 17-06-41 é transferido para o Tarrafal; regressa ao Continente a 16-11-45 onde é restituído à liberdade por ter sido amnistiado.
38. Manuel Pessanha, 27 anos, corticeiro, CGT; preso, condenado pelo TME em 12-05-34 a 12 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; vai para Angra do Heroísmo a 23-09-34; Tarrafal em 29-10-36; regressa a 01-02-46 e restituído à liberdade a 15-12-46.
39. Manuel Simão Júnior, 20 anos, servente de pedreiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 02-03-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 10 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 23-09-34 chega a Angra do Heroísmo e regressa a 09-06-43, onde vai para Peniche e depois para o Aljube; restituído à liberdade a 17-08-45; morre a 19-05-46 em Silves após 12 anos de prisão.
40. Miguel de São Pedro, 38 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 31-01-34; enviado ao TME a 06-03-34 é despronunciado.
41. Miguel Martins Júnior, “O Chucha”, 23 anos, corticeiro, PCP; entra na PVDE de Lisboa a 21-02-34; condenado pelo TME em 14-05-34 a 90 dias de prisão correcional e 450\$ de multa.
42. Pedro Baptista, 35 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 15-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 120 dias de prisão correcional e 240\$ de multa.
43. Virgílio Bernardo, “O Escarôlho”, 40 anos, corticeiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 15-02-34; condenado pelo TME em 12-05-34 a 120 dias de prisão correcional e 240\$ de multa.
44. Virgílio Pires Barroso, 32 anos, corticeiro, CGT; encontra-se preso a 03-02-34; condenado pelo TME a 12 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 23-09-34 chega a

Angra do Heroísmo, regressando a 09-07-43, onde vai para Peniche e posteriormente para o Aljube; restituído à liberdade a 22-03-48.

45. Vítor Escarolinho, corticeiro, CGT; preso em janeiro e libertado.

Tavira:

1. António Soares Vargas, sapateiro, CGT; encontra-se preso a 28-01-34.
2. Augusto Brito Fernandes, 28 anos, escrivão de direito, CGT; encontra-se preso a 28-01-34.
3. Augusto de Brito Temudo, 28 anos, funcionário público; entra na PVDE de Lisboa a 04-02-34; despronunciado pelo TME.
4. José António da Silva, “O Barba”, 25 anos, marceneiro, CGT; encontra-se preso a 28-01-34; condenado pelo TME em 07-04-34 a 6 anos de desterro, 12 contos de multa e perda de direitos políticos por 10 anos.
5. José Barba, 20 anos, empregado de comércio, CGT; encontra-se preso a 01-02-34.
6. José dos Santos Viegas, “O Tavira”, 21 anos, conserveiro, CGT; preso a 25-01-34; condenado pelo TME em 07-04-34 a 12 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; segue para Angra do Heroísmo a 08-09-34; Tarrafal em 29-10-36, de onde regressa a 23-12-49 com liberdade condicional por 3 anos; preso de novo a 26-05-52 e julgado a 08-05-53, sendo absolvido.
7. José Ramos dos Santos, “O Chicharro”, 32 anos, marceneiro, CGT; entra na PVDE de Lisboa a 04-02-34; condenado pelo TME em 07-04-34 a 12 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo; Tarrafal em 29-10-36, regressando a 06-07-49; liberdade condicional a 04-06-49 e liberdade definitiva a 30-06-52.
8. Ladislau Joaquim dos Santos, 25 anos, barbeiro, CGT; encontra-se preso a 28-01-34.
9. Manuel José Viegas, 22 anos, empregado de comércio, CGT; encontra-se preso a 01-02-34.
10. Oliveira dos Santos, 35 anos, sapateiro, CGT; encontra-se preso a 28-01-34.
11. Vitorino Castanho Soares, 23 anos, barbeiro, CGT; encontra-se preso a 28-01-34.

Vila do Bispo:

1. António Afonso Pereira, condenado pelo TME segue para Angra do Heroísmo a 28-09-34; Tarrafal em 29-10-36; regressa a 07-07-40 e restituído à liberdade por ter sido amnistiado.

Vila Real de Santo António:

1. António Bandeira Carmo, 17 anos, ajudante de farmácia, CGT; encontra-se preso a 28-01-34, acabando por ser despronunciado pelo TME.
2. António Laureano, PCP; foge aquando da prisão a 22-12-33.
3. Fernando Bandeira do Carmo, 25 anos, serralheiro, CGT; encontra-se preso a 28-01-34; condenado pelo TME em 07-04-34 a 10 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo e regressa a 25-06-43, onde recolhe a Peniche e transferido para o Aljube a 20-01-45.

4. Gavino Rodrigues, 24 anos, conserveiro, CGT; preso a 25-01-34; condenado pelo TME em 07-04-34 a 10 anos de degredo com prisão e 20 contos de multa; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo; Tarrafal em 29-10-36, daqui regressando a 01-02-46.
5. João Gonçalves Bandeira, 38 anos, marítimo; encontra-se preso a 28-01-34.
6. João Rodrigues, “O João da Quinta”, 22 anos, desenhador litográfico, CGT; preso a 25-01-34; condenado pelo TME em 07-04-34 a 14 anos de degredo e 20 contos de multa; a 08-09-34 segue para Angra do Heroísmo; Tarrafal em 29-10-36, regressando a 06-08-50 e sendo transferido para Peniche; restituído à liberdade condicional a 17-03-51.
7. José Alexandrino, (Algarve), CGT; processo enviado ao TME a 14-03-34.